ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 237 Brasília - DF, segunda-feira, 19 de dezembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Senado Federal 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 17
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 21
Ministério da Cidadania 28
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 29
Ministério das Comunicações 34
Ministério da Defesa 35
Ministério do Desenvolvimento Regional 54
Ministério da Economia 54
Ministério da Educação 100
Ministério da Infraestrutura 104
Ministério da Justiça e Segurança Pública 116
Ministério do Meio Ambiente 119
Ministério de Minas e Energia 119
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 130
Ministério das Relações Exteriores 131
Ministério da Saúde 132
Ministério do Trabalho e Previdência 172
Ministério do Turismo 178
Banco Central do Brasil 189
Controladoria-Geral da União 195
Ministério Público da União 195
Tribunal de Contas da União 195
Poder Judiciário 220
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 221

.....Esta edição é composta de 224 páginas .....

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 81, DE 2022

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.139, de 27 de outubro de 2022**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para flexibilizar as condições de contratação e renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 16 de dezembro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 82, DE 2022

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.140, de 27 de outubro de 2022**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Institui o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e distrital", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 16 de dezembro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Senado Federal

ATO CONVOCATÓRIO

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, nos termos do inciso I, ***in fine***, do § 6º do art. 57, combinado com o art. 82 da Constituição Federal, faz saber que o Congresso Nacional está convocado para sessão solene destinada a receber o compromisso e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, eleitos em 30 de outubro do corrente ano, a realizar-se no dia 1º de janeiro de 2023, às quinze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, em 16 de dezembro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.146, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, quanto ao fator de conversão da retribuição básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14-A. Na hipótese de a tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica, constante do Anexo II, não indicar fator de conversão para a sede do servidor, será adotado o fator de conversão atribuído à localidade no território do país que esteja assinalado na tabela como fator de conversão geral.

§ 1º Caso não exista indicação de fator de conversão geral na tabela constante do Anexo II, será adotado o fator de conversão previsto para a capital do país onde se localiza a sede do servidor.

§ 2º Caso não exista indicação de fator de conversão geral nem fator de conversão para a capital do país na tabela constante do Anexo II, será aplicado o fator de conversão de noventa e seis inteiros e setenta e dois centésimos." (NR)

Art. 2º O Anexo II à Lei nº 5.809, de 1972, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo a esta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Carlos Alberto Franco França
Paulo Guedes

ANEXO
(Anexo II à Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972)

"

.....		
Bahamas	Nassau - FCG	89,70
Bahrein	Manama	83,46
Bangladesh	Daca	92,04
.....		
China	Cantão - FCG	103,48
	Chengdu	106,07
	Hong Kong	95,94
	Pequim	99,32
	Xangai	107,64
.....		
EUA	Atlanta	74,10
	Boston - FCG	76,70
	Chicago	80,34
	Hartford	76,70
	Houston	74,10
	Los Angeles	81,90
	Miami	78,52
	Nova York	78,52
	Orlando	78,52
	San Juan - FCG - Porto Rico	76,70
	São Francisco	80,34
	Washington	76,70
.....		
França	Marselha	82,68
	Paris - FCG	82,68
.....		
Peru	Cusco	89,44
	Iquitos - FCG	105,82
	Lima	89,44
.....		
Reino Unido	Edimburgo	89,18
	Londres - FCG	89,18
.....		

....." (NR)

DECRETO Nº 11.288, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2023.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício de 2023, conforme demonstrativos, por empresa, constantes do Anexo.

Art. 2º As empresas estatais federais de que trata o art. 1º deverão encaminhar à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, por intermédio do respectivo Ministério supervisor, com a utilização do Sistema de Informação das Estatais - Siest, o detalhamento mensal do PDG para 2023, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Os valores constantes do Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2023 servirão de base para a rubrica "Imobilizado".

Art. 3º As empresas estatais federais de que trata o art. 1º poderão encaminhar, até 6 de outubro de 2023, aos seus respectivos Ministérios supervisores, propostas de reprogramações do PDG para 2023, acompanhadas de justificativas detalhadas sobre as principais alterações solicitadas.

AVISO

Foram publicadas em 16/12/2022 as edições extras nºs 236-A e 236-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficia

Art. 4º Os Ministérios supervisores deverão encaminhar à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, até 13 de outubro de 2023, as propostas de reprogramações do PDG das empresas estatais federais sob sua supervisão, com as devidas justificativas relativas às modificações requeridas.

Art. 5º Fica delegada ao Ministro de Estado da Economia a competência para aprovar as reprogramações no PDG das empresas estatais federais no exercício de 2023 e a inclusão de propostas provenientes de novas empresas estatais.

Art. 6º Fica a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia autorizada a:

I - adequar o PDG das empresas estatais federais que:

a) tiverem seu Orçamento de Investimento, constante do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2023, alterado por emenda parlamentar ou por solicitação do Poder Executivo federal no período de apreciação da proposta pelo Congresso Nacional;

b) receberem, por meio de créditos adicionais, recursos de aporte dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; ou

c) reabrirem créditos especiais autorizados por decreto; e

II - efetuar remanejamentos de valores entre as diversas rubricas do PDG, até 8 de dezembro de 2023, exceto na rubrica "Imobilizado", e respeitados o limite global de dispêndios e a meta de resultado primário estabelecida.

§ 1º As empresas estatais federais encaminharão aos Ministérios supervisores, exclusivamente por meio do Siest, as propostas de remanejamentos até 10 de novembro de 2023.

§ 2º Os Ministérios supervisores encaminharão à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, exclusivamente por meio do Siest, as propostas de remanejamento das empresas estatais federais sob sua supervisão até 17 de novembro de 2023.

Art. 7º A execução dos projetos aprovados no Orçamento de Investimento para 2023, à conta de "Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Tesouro", fica condicionada à efetiva liberação dos recursos financeiros pelo Tesouro Nacional.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.245.137	Receitas Correntes	66.489.264
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.960.000	Total dos Fontes	66.489.264
Imobilizado	2.960.000	Variação Patrimonial	4.160.660
Outras Despesas de Capital	285.137	Variação do Disponível	(9.727.636)
Despesas Correntes	57.677.151		
Despesas de Pessoal	27.607.608		
Despesas com Dirigentes	1.703.284		
Despesas com Conselhos e Comitês	353.884		
Materiais e Produtos	512.000		
Serviços de Terceiros	16.401.000		
Tributos	7.590.237		
Despesas Financeiras	281.000		
Outras Despesas Correntes	3.228.138		
Total dos Usos	60.922.288	Total Líquido das Fontes	60.922.288

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	421.233.881	Receitas de Capital	1.300
Investimentos Imobilizado e Intangível	403.416.611	Alienação de Valores e Bens	1.300
Imobilizado	338.416.611	Receitas Correntes	4.032.712.561
Intangível	65.000.000	Total dos Fontes	4.032.713.861
Outras Despesas de Capital	17.817.270	Variação Patrimonial	126.101.079
Despesas Correntes	3.696.898.626	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	151.248.211
Despesas de Pessoal	2.348.993.779	Variação do Disponível	(191.930.644)
Despesas com Dirigentes	3.953.386		
Despesas com Conselhos e Comitês	709.718		
Materiais e Produtos	12.256.000		
Serviços de Terceiros	326.894.484		
Tributos	591.257.808		
Despesas Financeiras	152.681.268		
Abatimentos em Venda de Bens e Serviços	5.615.769		
Outras Despesas Correntes	254.536.414		
Total dos Usos	4.118.132.507	Total Líquido das Fontes	4.118.132.507

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	144.073.384	Receitas Correntes	1.437.482.273
Investimentos Imobilizado e Intangível	127.329.417	Total dos Fontes	1.437.482.273
Imobilizado	127.329.417	Variação Patrimonial	15.904.351
Outras Despesas de Capital	16.743.967	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(33.134.476)
Despesas Correntes	1.265.517.059	Variação do Disponível	(10.661.705)
Despesas de Pessoal	525.527.984		
Despesas com Dirigentes	2.468.067		
Despesas com Conselhos e Comitês	737.794		
Materiais e Produtos	511.000.078		
Serviços de Terceiros	143.017.582		
Tributos	4.232.393		
Despesas Financeiras	13.660.725		
Outras Despesas Correntes	64.872.436		
Total dos Usos	1.409.590.443	Total Líquido das Fontes	1.409.590.443

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	4.775.060.470	Receitas de Capital	4.743.110.791
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	2.286.647.698	Obtenção de Operações de Outros Créditos	2.287.613.299
Outras Despesas de Capital	2.488.412.772	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	101.940.656
Despesas Correntes	20.035.466	Outras Receitas De Capital	2.353.556.836
Despesas de Pessoal	2.143.435	Receitas Correntes	52.126.863
Despesas com Conselhos e Comitês	192.483	Total dos Fontes	4.795.237.654
Serviços de Terceiros	170.654	Variação Patrimonial	10.680
Tributos	11.964.029	Variação do Disponível	(152.398)
Despesas Financeiras	14.566		
Outras Despesas Correntes	5.550.299		
Total dos Usos	4.795.095.936	Total Líquido das Fontes	4.795.095.936

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.200.000	Receitas Correntes	4.880.025.427
Outras Despesas de Capital	1.200.000	Total dos Fontes	4.880.025.427
Despesas Correntes	2.208.549.865	Variação Patrimonial	(2.487.329.609)
Despesas de Pessoal	52.930.568	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(1)
Despesas com Dirigentes	2.457.404	Variação do Disponível	(182.945.952)
Despesas com Conselhos e Comitês	58.744		
Materiais e Produtos	141.423		
Serviços de Terceiros	217.626.120		
Tributos	1.878.612.865		
Despesas Financeiras	43.631.613		
Outras Despesas Correntes	13.091.128		
Total dos Usos	2.209.749.865	Total Líquido das Fontes	2.209.749.865

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	176.490.722	Receitas Correntes	1.435.795.059
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	14.900.000	Total dos Fontes	1.435.795.059
No País	14.900.000	Variação Patrimonial	(4.623.183)
Investimentos Imobilizado e Intangível	148.336.879	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(1.352.643)
Imobilizado	148.336.879	Variação do Disponível	23.474.855
Outras Despesas de Capital	13.253.843		
Despesas Correntes	1.276.803.366		
Despesas de Pessoal	335.158.205		
Despesas com Dirigentes	3.858.333		
Despesas com Conselhos e Comitês	768.603		
Materiais e Produtos	71.279.931		
Serviços de Terceiros	542.555.262		
Tributos	214.497.722		
Despesas Financeiras	15.656.724		
Outras Despesas Correntes	93.028.586		
Total dos Usos	1.453.294.088	Total Líquido das Fontes	1.453.294.088

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA EM LIQUIDAÇÃO

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	50.000	Receitas de Capital	13.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	50.000	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	13.000.000
Imobilizado	50.000	Aportes de Empresas Estatais	13.000.000
Despesas Correntes	13.633.261	Receitas Correntes	416.617
Despesas de Pessoal	6.004.005	Total dos Fontes	13.416.617
Despesas com Conselhos e Comitês	108.982	Variação Patrimonial	(1)
Materiais e Produtos	8.000	Variação do Disponível	266.645
Serviços de Terceiros	1.302.063		
Tributos	79.672		
Despesas Financeiras	82.384		
Outras Despesas Correntes	6.048.155		
Total dos Usos	13.683.261	Total Líquido das Fontes	13.683.261

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.334.527.954	Receitas de Capital	2.231.984.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	3.009.947	Alienação de Valores e Bens	79.325.000
Imobilizado	3.009.947	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	16.700.000
Outras Despesas de Capital	2.331.518.007	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	2.135.955.504
Despesas Correntes	1.274.542.583	Recursos de Fundos	3.496
Despesas de Pessoal	43.432.888	Receitas Correntes	1.324.518.272
Despesas com Dirigentes	6.223.731	Total dos Fontes	3.556.502.272
Despesas com Conselhos e Comitês	894.652	Variação Patrimonial	620.320.991
Materiais e Produtos	310.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	83.928.913
Serviços de Terceiros	59.216.025	Variação do Disponível	(651.681.639)
Tributos	53.342.576		
Despesas Financeiras	137.429.155		
Outras Despesas Correntes	973.693.556		
Total dos Usos	3.609.070.537	Total Líquido das Fontes	3.609.070.537

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	309.023.072	Receitas de Capital	1.171.025
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.000.000	Participação nos Resultados	1.171.025
Imobilizado	2.000.000	Receitas Correntes	1.088.959.377
Inversões Financeiras	1.159.241	Total dos Fontes	1.090.130.402
Outras Despesas de Capital	305.863.831	Variação Patrimonial	(8.159.736)
Despesas Correntes	772.948.951	Variação do Disponível	1.357
Despesas de Pessoal	18.637.295		
Despesas com Dirigentes	4.049.298		
Despesas com Conselhos e Comitês	518.589		
Materiais e Produtos	111.456		
Serviços de Terceiros	114.795.577		
Tributos	202.741.953		
Despesas Financeiras	9.139.143		
Outras Despesas Correntes	422.955.640		
Total dos Usos	1.081.972.023	Total Líquido das Fontes	1.081.972.023

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	12.344.311.827	Receitas de Capital	12.198.067.186
Inversões Financeiras	2.648.684.250	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	1.773.456.623
Outras Despesas de Capital	9.695.627.577	Outros Recursos para Aumento do PL	1.773.456.623
Despesas Correntes	154.324.108	Alienação de Valores e Bens	2.580.363.210
Despesas de Pessoal	3.942.435	Resgate de Outros Instr. de Captação	3.898.544.659
Despesas com Conselhos e Comitês	195.236	Rendas de Participações	1.013.119.536
Serviços de Terceiros	403.868	Participação nos Resultados	1.426.658.681
Tributos	132.902.720	Outras Receitas De Capital	1.505.924.477
Outras Despesas Correntes	16.879.849	Receitas Correntes	300.226.463
		Total dos Fontes	12.498.293.649
		Variação Patrimonial	342.404
		Variação do Disponível	(118)
Total dos Usos	12.498.635.935	Total Líquido das Fontes	12.498.635.935

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	33.812.987	Receitas de Capital	3.577.940.593
Outras Despesas de Capital	33.812.987	Rendas de Participações	3.577.940.593
Despesas Correntes	60.063.363	Receitas Correntes	106.954.392
Despesas de Pessoal	8.976.361	Total dos Fontes	3.684.894.985
Despesas com Dirigentes	335.245	Variação Patrimonial	(3.301.345.823)
Despesas com Conselhos e Comitês	50.406	Variação do Disponível	(289.672.812)
Materiais e Produtos	5.168		
Serviços de Terceiros	925.576		
Tributos	7.384.281		
Despesas Financeiras	40.493.099		
Outras Despesas Correntes	1.893.227		
Total dos Usos	93.876.350	Total Líquido das Fontes	93.876.350

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	21.176.928	Receitas Correntes	49.530.755
Investimentos Imobilizado e Intangível	37.500	Total dos Fontes	49.530.755
Imobilizado	37.500	Variação Patrimonial	2
Outras Despesas de Capital	21.139.428	Variação do Disponível	10.671.185
Despesas Correntes	39.025.014		
Despesas de Pessoal	15.945.812		
Despesas com Dirigentes	3.134.819		
Despesas com Conselhos e Comitês	933.967		
Materiais e Produtos	35.000		
Serviços de Terceiros	2.101.925		
Tributos	15.546.402		
Outras Despesas Correntes	1.327.089		
Total dos Usos	60.201.942	Total Líquido das Fontes	60.201.942

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	85.662.777	Receitas de Capital	6.253.489.579
Despesas de Pessoal	13.032.076	Rendas de Participações	6.253.489.579
Despesas com Dirigentes	354.805	Receitas Correntes	69.395.799
Despesas com Conselhos e Comitês	1.136.971	Total dos Fontes	6.322.885.378
Materiais e Produtos	19.747	Variação Patrimonial	(5.937.799.723)
Serviços de Terceiros	611.008	Variação do Disponível	(299.422.878)
Tributos	9.849.953		
Despesas Financeiras	56.689.809		
Outras Despesas Correntes	3.968.408		
Total dos Usos	85.662.777	Total Líquido das Fontes	85.662.777

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: ATIVOS S.A GESTÃO DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.159.241	Receitas Correntes	6.302.138
Outras Despesas de Capital	1.159.241	Total dos Fontes	6.302.138
Despesas Correntes	5.142.897	Variação Patrimonial	(11.167)
Despesas de Pessoal	1.125.625	Variação do Disponível	11.167
Despesas com Dirigentes	30.711		
Despesas com Conselhos e Comitês	158.082		
Materiais e Produtos	769		
Serviços de Terceiros	1.067.958		
Tributos	1.228.794		
Despesas Financeiras	26.137		
Outras Despesas Correntes	1.504.821		
Total dos Usos	6.302.138	Total Líquido das Fontes	6.302.138

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	171.938.182	Receitas Correntes	2.338.126.813
Investimentos Imobilizado e Intangível	80.000.000	Total dos Fontes	2.338.126.813
Imobilizado	80.000.000	Variação Patrimonial	(315.933.911)
Outras Despesas de Capital	91.938.182	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(29.286.626)
Despesas Correntes	1.752.973.234	Variação do Disponível	(67.994.860)
Despesas de Pessoal	715.952.120		
Despesas com Dirigentes	4.786.153		
Despesas com Conselhos e Comitês	684.361		
Materiais e Produtos	1.100.431		
Serviços de Terceiros	58.657.648		
Tributos	561.613.395		
Despesas Financeiras	102.609.875		
Outras Despesas Correntes	307.569.251		
Total dos Usos	1.924.911.416	Total Líquido das Fontes	1.924.911.416

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: VEÍCULO DE DESESTATIZAÇÃO MG INVESTIMENTOS S.A. - VDMG

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	57.851.021	Receitas Correntes	277.173.381
Despesas de Pessoal	698.407	Total dos Fontes	277.173.381
Despesas com Dirigentes	1.047.747	Variação do Disponível	(219.322.360)
Despesas com Conselhos e Comitês	321.142		
Serviços de Terceiros	120.000		
Despesas Financeiras	55.569.725		
Outras Despesas Correntes	94.000		
Total dos Usos	57.851.021	Total Líquido das Fontes	57.851.021

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: CAIXA CARTÕES HOLDING S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	151.329.381	Receitas de Capital	198.409.316
Despesas de Pessoal	43.986.664	Rendas de Participações	198.409.316
Despesas com Dirigentes	4.632.932	Receitas Correntes	237.207.085
Despesas com Conselhos e Comitês	1.255.243	Total dos Fontes	435.616.401
Serviços de Terceiros	3.447.044	Variação Patrimonial	(228.116.534)
Tributos	76.706.445	Variação do Disponível	(56.170.486)
Outras Despesas Correntes	21.301.053		
Total dos Usos	151.329.381	Total Líquido das Fontes	151.329.381

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	22.500.000	Receitas de Capital	25.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	20.500.000	Alienação de Valores e Bens	25.000.000
Imobilizado	20.500.000	Receitas Correntes	357.128.893
Outras Despesas de Capital	2.000.000	Total dos Fontes	382.128.893
Despesas Correntes	360.377.336	Variação Patrimonial	(8.857)
Despesas de Pessoal	142.881.849	Variação do Disponível	757.300
Despesas com Dirigentes	2.225.262		
Despesas com Conselhos e Comitês	543.453		
Materiais e Produtos	3.678.885		
Serviços de Terceiros	80.160.610		
Tributos	63.461.592		
Despesas Financeiras	123.687		
Outras Despesas Correntes	67.301.998		
Total dos Usos	382.877.336	Total Líquido das Fontes	382.877.336

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓL

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	24.135.445	Receitas Correntes	136.533.437
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	2.440.946	Total dos Fontes	136.533.437
No País	2.440.946	Variação Patrimonial	(7.228.548)
Investimentos Imobilizado e Intangível	21.694.499	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	491.977

Imobilizado	2.733.100	Variação do Disponível	5.919.610
Intangível	18.961.399		
Despesas Correntes	111.581.031		
Despesas de Pessoal	41.876.619		
Despesas com Dirigentes	6.819.790		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.634.682		
Materiais e Produtos	292.905		
Serviços de Terceiros	33.192.662		
Tributos	23.887.673		
Despesas Financeiras	1.005.689		
Outras Despesas Correntes	2.871.011		
Total dos Usos	135.716.476	Total Líquido das Fontes	135.716.476

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	63.509.985	Receitas Correntes	1.699.557.078
Investimentos Imobilizado e Intangível	63.509.985	Total dos Fontes	1.699.557.078
Imobilizado	63.509.985	Variação do Disponível	(40.534.351)
Despesas Correntes	1.595.512.742		
Despesas de Pessoal	381.000.000		
Despesas com Dirigentes	3.381.715		
Despesas com Conselhos e Comitês	566.524		
Materiais e Produtos	767.101.387		
Serviços de Terceiros	95.248.166		
Tributos	295.857.139		
Despesas Financeiras	2.050.000		
Outras Despesas Correntes	50.307.811		
Total dos Usos	1.659.022.727	Total Líquido das Fontes	1.659.022.727

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPAR

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	710.322.785	Receitas de Capital	723.842.427
Investimentos Imobilizado e Intangível	5.217.600	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	472.943.121
Imobilizado	5.217.600	Recursos de Fundos	184.024.306
Inversões Financeiras	54.113.757	Outras Receitas De Capital	66.875.000
Outras Despesas de Capital	650.991.428	Receitas Correntes	22.429.115.551
Despesas Correntes	21.046.461.251	Total dos Fontes	23.152.957.978
Despesas de Pessoal	43.390.984	Variação Patrimonial	(247.722.291)
Despesas com Dirigentes	3.257.989	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	720.000
Despesas com Conselhos e Comitês	1.313.661	Variação do Disponível	(1.149.171.651)
Materiais e Produtos	20.752.496.510		
Serviços de Terceiros	46.240.000		
Tributos	180.782.107		
Despesas Financeiras	720.000		
Outras Despesas Correntes	18.260.000		
Total dos Usos	21.756.784.036	Total Líquido das Fontes	21.756.784.036

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	799.384.625	Receitas de Capital	801.494.172
Investimentos Imobilizado e Intangível	799.384.625	Obtenção de Operações de Crédito	355.304.172
Imobilizado	787.143.375	No País	355.304.172
Intangível	12.241.250	Outras Receitas De Capital	446.190.000
Despesas Correntes	1.183.473.188	Receitas Correntes	1.191.679.464
Despesas de Pessoal	68.032.165	Total dos Fontes	1.993.173.636
Despesas com Dirigentes	2.811.296	Variação Patrimonial	(447.226.532)
Despesas com Conselhos e Comitês	902.780	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(20.640)
Materiais e Produtos	722.488.784	Variação do Disponível	436.931.349
Serviços de Terceiros	249.319.191		
Tributos	50.968.160		
Despesas Financeiras	17.342.597		
Outras Despesas Correntes	71.608.215		
Total dos Usos	1.982.857.813	Total Líquido das Fontes	1.982.857.813

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	28.139.979	Receitas Correntes	99.445.763
Investimentos Imobilizado e Intangível	28.139.979	Total dos Fontes	99.445.763
Imobilizado	28.139.979	Variação Patrimonial	(488.064)
Despesas Correntes	85.817.691	Variação do Disponível	14.999.971
Despesas de Pessoal	33.753.427		
Despesas com Dirigentes	1.803.652		
Despesas com Conselhos e Comitês	553.213		
Materiais e Produtos	1.017.281		
Serviços de Terceiros	24.055.357		
Tributos	7.438.696		
Despesas Financeiras	3.693.474		
Outras Despesas Correntes	13.502.591		
Total dos Usos	113.957.670	Total Líquido das Fontes	113.957.670

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	6.610.000	Receitas Correntes	220.590.300
Investimentos Imobilizado e Intangível	6.610.000	Total dos Fontes	220.590.300
Imobilizado	6.610.000	Variação Patrimonial	(10.675.042)
Despesas Correntes	152.502.745	Variação do Disponível	(50.802.513)
Despesas de Pessoal	70.853.245		
Despesas com Dirigentes	2.174.976		
Despesas com Conselhos e Comitês	301.276		
Materiais e Produtos	345.000		
Serviços de Terceiros	31.605.616		
Tributos	39.260.315		
Outras Despesas Correntes	7.962.317		
Total dos Usos	159.112.745	Total Líquido das Fontes	159.112.745

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	90.098.689	Receitas Correntes	245.234.122
Investimentos Imobilizado e Intangível	90.098.689	Total dos Fontes	245.234.122
Imobilizado	90.098.689	Variação Patrimonial	48.164.979
Despesas Correntes	176.952.551	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	358.145
Despesas de Pessoal	67.972.681	Variação do Disponível	(26.706.006)
Despesas com Dirigentes	1.162.191		
Despesas com Conselhos e Comitês	463.767		
Materiais e Produtos	2.203.001		
Serviços de Terceiros	58.016.278		
Tributos	27.643.024		
Despesas Financeiras	8.556.104		
Outras Despesas Correntes	10.935.505		
Total dos Usos	267.051.240	Total Líquido das Fontes	267.051.240

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: AUTORIDADE PORTUARIA DE SANTOS S.A

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	357.079.257	Receitas Correntes	1.880.836.761
Investimentos Imobilizado e Intangível	243.079.257	Total dos Fontes	1.880.836.761
Imobilizado	243.079.257	Variação Patrimonial	77.093.895
Outras Despesas de Capital	114.000.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	17.011.293
Despesas Correntes	1.328.068.168	Variação do Disponível	(289.794.524)
Despesas de Pessoal	280.301.369		
Despesas com Dirigentes	3.609.649		
Despesas com Conselhos e Comitês	701.601		
Materiais e Produtos	1.800.000		
Serviços de Terceiros	383.775.041		
Tributos	506.614.805		
Despesas Financeiras	51.907.993		
Outras Despesas Correntes	99.357.710		
Total dos Usos	1.685.147.425	Total Líquido das Fontes	1.685.147.425

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	126.364.064	Receitas Correntes	334.702.373
Investimentos Imobilizado e Intangível	126.364.064	Total dos Fontes	334.702.373
Imobilizado	126.364.064	Variação Patrimonial	20.820.245
Despesas Correntes	300.872.079	Variação do Disponível	71.713.525
Despesas de Pessoal	135.328.736		
Despesas com Dirigentes	1.475.522		
Despesas com Conselhos e Comitês	439.593		
Materiais e Produtos	2.535.889		
Serviços de Terceiros	63.394.299		
Tributos	77.191.413		
Despesas Financeiras	878.194		
Outras Despesas Correntes	19.628.433		
Total dos Usos	427.236.143	Total Líquido das Fontes	427.236.143

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	648.703.480	Receitas de Capital	47.200.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	648.703.480	Alienação de Valores e Bens	47.200.000
Imobilizado	648.703.480	Receitas Correntes	1.271.606.320
Despesas Correntes	1.032.078.633	Total dos Fontes	1.318.806.320
Despesas de Pessoal	336.661.624	Variação Patrimonial	(12.778.241)
Despesas com Dirigentes	3.486.633	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	9.976.871
Despesas com Conselhos e Comitês	814.776	Variação do Disponível	364.777.163
Materiais e Produtos	9.016.710		
Serviços de Terceiros	127.339.521		
Tributos	209.111.058		
Despesas Financeiras	223.389.062		
Outras Despesas Correntes	122.259.249		
Total dos Usos	1.680.782.113	Total Líquido das Fontes	1.680.782.113

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	32.342.334	Receitas de Capital	1.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	32.342.334	Alienação de Valores e Bens	1.000.000
Imobilizado	32.342.334	Receitas Correntes	75.743.404
Despesas Correntes	71.664.432	Total dos Fontes	76.743.404
Despesas de Pessoal	40.901.343	Variação Patrimonial	42.359.346
Despesas com Dirigentes	1.351.367	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(36.592)
Despesas com Conselhos e Comitês	437.817	Variação do Disponível	(15.059.392)
Materiais e Produtos	4.029.300		
Serviços de Terceiros	12.403.226		
Tributos	7.824.102		
Despesas Financeiras	707.580		
Outras Despesas Correntes	4.009.697		
Total dos Usos	104.006.766	Total Líquido das Fontes	104.006.766

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	145.187.874	Receitas de Capital	1.473.188
Investimentos Imobilizado e Intangível	145.187.874	Receitas Correntes	1.331.358.246
Imobilizado	145.187.874	Total dos Fontes	1.332.831.434
Despesas Correntes	1.301.418.021	Variação Patrimonial	430.882.718
Despesas de Pessoal	720.930.491	Variação do Disponível	(317.108.257)
Despesas com Dirigentes	3.732.147		
Despesas com Conselhos e Comitês	882.743		
Materiais e Produtos	20.840.149		
Serviços de Terceiros	267.243.593		
Tributos	71.947.030		
Despesas Financeiras	73.117.531		
Outras Despesas Correntes	142.724.337		
Total dos Usos	1.446.605.895	Total Líquido das Fontes	1.446.605.895

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.795.677.151	Receitas de Capital	1.642.599.960
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	667.733.312	Alienação de Valores e Bens	759.633.128
No País	667.733.312	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	2.318.038
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.235.273.956	Outras Receitas De Capital	1.783.632
Imobilizado	1.235.273.956	Receitas Correntes	26.769.512.637
Inversões Financeiras	4.800.000	Total dos Fontes	28.412.112.597
Outras Despesas de Capital	887.869.883	Variação Patrimonial	(746.478.952)
Despesas Correntes	25.522.279.911	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(195.789.820)
Despesas de Pessoal	12.735.946.213	Variação do Disponível	848.113.237
Despesas com Dirigentes	12.426.006		
Despesas com Conselhos e Comitês	9.541.034		
Materiais e Produtos	408.342.619		
Serviços de Terceiros	5.048.600.469		
Tributos	1.150.871.976		
Despesas Financeiras	1.049.263.299		
Outras Despesas Correntes	5.107.288.295		
Total dos Usos	28.317.957.062	Total Líquido das Fontes	28.317.957.062

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.362.557.767	Receitas Correntes	960.853.059
Investimentos Imobilizado e Intangível	3.242.426.689	Total dos Fontes	960.853.059
Imobilizado	3.239.426.689	Variação Patrimonial	3.231.651
Intangível	3.000.000	Variação do Disponível	2.758.162.075
Outras Despesas de Capital	120.131.078		
Despesas Correntes	359.689.018		
Despesas de Pessoal	108.720.124		
Despesas com Dirigentes	835.867		
Despesas com Conselhos e Comitês	433.047		
Materiais e Produtos	14.601.632		
Serviços de Terceiros	33.740.391		
Tributos	188.678.144		
Despesas Financeiras	631.128		
Outras Despesas Correntes	12.048.685		
Total dos Usos	3.722.246.785	Total Líquido das Fontes	3.722.246.785

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	173.677.012	Receitas Correntes	1.033.341.250
Investimentos Imobilizado e Intangível	162.363.431	Total dos Fontes	1.033.341.250
Imobilizado	162.363.431	Variação Patrimonial	26.444.038
Outras Despesas de Capital	11.313.581	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	146.612
Despesas Correntes	778.498.836	Variação do Disponível	(107.756.052)
Despesas de Pessoal	432.290.042		
Despesas com Dirigentes	2.020.844		
Despesas com Conselhos e Comitês	341.248		

Materiais e Produtos	5.713.214		
Serviços de Terceiros	73.855.316		
Tributos	242.090.130		
Despesas Financeiras	1.643.110		
Outras Despesas Correntes	20.544.932		
Total dos Usos	952.175.848	Total Líquido das Fontes	952.175.848

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	225.710.610.470	Receitas de Capital	10.007.331.541
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	40.567.600.982	Participação nos Resultados	2.698.311.603
No País	11.059.937.849	Outras Receitas De Capital	7.309.000.000
No Exterior	29.507.663.133	Receitas Correntes	486.345.903.282
Investimentos Imobilizado e Intangível	123.411.985.000	Total dos Fontes	496.353.234.823
Imobilizado	122.686.500.000	Variação Patrimonial	67.211.887.427
Intangível	725.485.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.047.851.212
Inversões Financeiras	14.580.180	Variação do Disponível	(274.500.006)
Outras Despesas de Capital	61.716.444.308		
Despesas Correntes	338.627.862.986		
Despesas de Pessoal	26.128.109.121		
Despesas com Dirigentes	21.501.276		
Despesas com Conselhos e Comitês	4.825.380		
Materiais e Produtos	74.590.505.241		
Serviços de Terceiros	22.924.718.261		
Tributos	115.694.592.992		
Despesas Financeiras	28.268.679.341		
Outras Despesas Correntes	70.994.931.374		
Total dos Usos	564.338.473.456	Total Líquido das Fontes	564.338.473.456

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
		Receitas de Capital	639.043.500
		Amortização Princ. Mútuos Concedidos	639.043.500
		Receitas Correntes	12.636.341
		Total dos Fontes	651.679.841
		Variação Patrimonial	(2.774)
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(12.611.609)
		Variação do Disponível	(639.065.458)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.087.422.162	Receitas Correntes	3.242.169.089
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.297.570.000	Total dos Fontes	3.242.169.089
Imobilizado	1.297.570.000	Variação Patrimonial	708.626.480
Outras Despesas de Capital	789.852.162	Variação do Disponível	190.430.868
Despesas Correntes	2.053.804.275		
Despesas de Pessoal	159.245.902		
Despesas com Dirigentes	5.907.441		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.465.769		
Materiais e Produtos	699.797.646		
Serviços de Terceiros	117.924.558		
Tributos	1.022.666.426		
Despesas Financeiras	3.645.361		
Outras Despesas Correntes	43.151.172		
Total dos Usos	4.141.226.437	Total Líquido das Fontes	4.141.226.437

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.397.178.584	Receitas Correntes	10.860.449.811
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	298.979.321	Total dos Fontes	10.860.449.811
No País	298.979.321	Variação Patrimonial	(2.721.933.627)
Investimentos Imobilizado e Intangível	800.374.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.720.257.819
Imobilizado	800.374.000	Variação do Disponível	(185.378.959)
Outras Despesas de Capital	297.825.263		
Despesas Correntes	8.276.216.460		
Despesas de Pessoal	2.188.065.194		
Despesas com Dirigentes	8.635.572		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.740.595		
Materiais e Produtos	238.119.844		
Serviços de Terceiros	1.408.147.780		
Tributos	1.709.276.348		
Despesas Financeiras	1.956.937.214		
Outras Despesas Correntes	765.293.913		
Total dos Usos	9.673.395.044	Total Líquido das Fontes	9.673.395.044

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	760.886.113	Receitas Correntes	4.024.821.300
Investimentos Imobilizado e Intangível	210.000	Total dos Fontes	4.024.821.300
Imobilizado	210.000	Variação Patrimonial	1.654.089
Outras Despesas de Capital	760.676.113	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	408.053

Despesas Correntes	3.264.145.158	Variação do Disponível	(1.852.171)
Despesas de Pessoal	31.795.896		
Despesas com Dirigentes	3.959.352		
Despesas com Conselhos e Comitês	277.476		
Serviços de Terceiros	2.293.578.631		
Tributos	924.300.743		
Outras Despesas Correntes	10.233.060		
Total dos Usos	4.025.031.271	Total Líquido das Fontes	4.025.031.271

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.064.299.628	Receitas de Capital	1.141.747.939
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	585.584.628	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	1.141.747.939
No Exterior	585.584.628	Receitas Correntes	195.809.577
Investimentos Imobilizado e Intangível	478.715.000	Total dos Fontes	1.337.557.516
Imobilizado	478.715.000	Variação Patrimonial	(284.999)
Despesas Correntes	272.972.889		
Despesas de Pessoal	6.362.793		
Despesas com Dirigentes	3.236.056		
Serviços de Terceiros	136.824.166		
Despesas Financeiras	125.048.000		
Outras Despesas Correntes	1.501.874		
Total dos Usos	1.337.272.517	Total Líquido das Fontes	1.337.272.517

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE GÁS E ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	1.144.790	Receitas Correntes	15.317
Despesas com Dirigentes	51.219	Total dos Fontes	15.317
Despesas com Conselhos e Comitês	6.929	Variação Patrimonial	705.562
Serviços de Terceiros	64.839	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	18.554
Tributos	9.109	Variação do Disponível	405.357
Despesas Financeiras	19.894		
Outras Despesas Correntes	992.800		
Total dos Usos	1.144.790	Total Líquido das Fontes	1.144.790

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	10.708.883.165	Receitas de Capital	950.038.012
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	10.300.513.165	Participação nos Resultados	950.038.012
No Exterior	10.300.513.165	Receitas Correntes	181.509.483.050
Investimentos Imobilizado e Intangível	327.670.000	Total dos Fontes	182.459.521.062
Imobilizado	327.670.000	Variação Patrimonial	41.639.083.034
Inversões Financeiras	80.700.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(10.928.276.274)
Despesas Correntes	176.668.599.758	Variação do Disponível	(25.792.844.899)
Despesas de Pessoal	324.492.552		
Materiais e Produtos	161.389.173.120		
Serviços de Terceiros	1.563.318.696		
Tributos	2.347.075.214		
Despesas Financeiras	10.027.851.341		
Outras Despesas Correntes	1.016.688.835		
Total dos Usos	187.377.482.923	Total Líquido das Fontes	187.377.482.923

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	7.937.096	Receitas Correntes	129.585.104
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	19.938	Total dos Fontes	129.585.104
No País	19.938	Variação Patrimonial	(24.680.547)
Outras Despesas de Capital	7.917.158	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(86.770)
Despesas Correntes	121.231.315	Variação do Disponível	24.350.624
Despesas com Dirigentes	56.513		
Despesas com Conselhos e Comitês	4.891		
Materiais e Produtos	101.997.612		
Serviços de Terceiros	363.947		
Tributos	16.164.492		
Despesas Financeiras	237.562		
Outras Despesas Correntes	2.406.298		
Total dos Usos	129.168.411	Total Líquido das Fontes	129.168.411

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	5.334.524	Receitas Correntes	44.848.309
Outras Despesas de Capital	5.334.524	Total dos Fontes	44.848.309
Despesas Correntes	23.038.211	Variação Patrimonial	(9.092.279)
Despesas com Dirigentes	657.147	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(18.280.166)
Despesas com Conselhos e Comitês	74.880	Variação do Disponível	10.896.871
Serviços de Terceiros	526.695		
Tributos	6.567.196		
Despesas Financeiras	13.336.933		
Outras Despesas Correntes	1.875.360		
Total dos Usos	28.372.735	Total Líquido das Fontes	28.372.735

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: TERMOMACAÉ S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	60.612.090	Receitas Correntes	178.963.844
Outras Despesas de Capital	60.612.090	Total dos Fontes	178.963.844
Despesas Correntes	93.914.927	Variação Patrimonial	(11.206.633)
Despesas de Pessoal	46.323.113	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(7.644.048)
Despesas com Dirigentes	657.147	Variação do Disponível	(5.586.146)
Despesas com Conselhos e Comitês	61.100		
Serviços de Terceiros	715.537		
Tributos	39.027.478		
Despesas Financeiras	2.543.105		
Outras Despesas Correntes	4.587.447		
Total dos Usos	154.527.017	Total Líquido das Fontes	154.527.017

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: TERMOBAHIA S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	67.094.813	Receitas Correntes	101.285.007
Outras Despesas de Capital	67.094.813	Total dos Fontes	101.285.007
Despesas Correntes	58.579.022	Variação Patrimonial	124.376.750
Despesas de Pessoal	22.224.809	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(8.408.441)
Despesas com Dirigentes	657.147	Variação do Disponível	(91.579.481)
Despesas com Conselhos e Comitês	124.800		
Serviços de Terceiros	450.303		
Tributos	28.047.460		
Despesas Financeiras	3.107.213		
Outras Despesas Correntes	3.967.290		
Total dos Usos	125.673.835	Total Líquido das Fontes	125.673.835

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	17.737.000	Receitas Correntes	3.022.772.695
Investimentos Imobilizado e Intangível	17.737.000	Total dos Fontes	3.022.772.695
Imobilizado	17.737.000	Variação Patrimonial	(45.741.892)
Despesas Correntes	2.923.648.450	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	182.108
Despesas de Pessoal	76.996.375	Variação do Disponível	(35.827.461)
Despesas com Dirigentes	6.509.778		
Despesas com Conselhos e Comitês	306.276		
Materiais e Produtos	2.378.897.013		
Serviços de Terceiros	43.373.528		
Tributos	377.801.886		
Despesas Financeiras	261.859		
Outras Despesas Correntes	39.501.735		
Total dos Usos	2.941.385.450	Total Líquido das Fontes	2.941.385.450

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	32.397.701	Receitas Correntes	2.334.992
Despesas de Pessoal	4.270.400	Total dos Fontes	2.334.992
Despesas com Conselhos e Comitês	5.568	Variação Patrimonial	(15.000)
Materiais e Produtos	2.260.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(600.000)
Serviços de Terceiros	11.504.200	Variação do Disponível	30.677.709
Tributos	475.393		
Outras Despesas Correntes	13.882.140		
Total dos Usos	32.397.701	Total Líquido das Fontes	32.397.701

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	157.403.797	Receitas Correntes	1.117.333.597
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	169.797	Total dos Fontes	1.117.333.597
No País	169.797	Variação Patrimonial	(11.368.953)
Investimentos Imobilizado e Intangível	157.234.000	Variação do Disponível	130.128.571
Imobilizado	157.234.000		
Despesas Correntes	1.078.689.418		
Despesas com Dirigentes	4.687.787		

Materiais e Produtos	143.490		
Serviços de Terceiros	312.342.534		
Despesas Financeiras	90.506.802		
Abatimentos em Venda de Bens e Serviços	658.171.146		
Outras Despesas Correntes	12.837.659		
Total dos Usos	1.236.093.215	Total Líquido das Fontes	1.236.093.215

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: TRANSPETRO BEL 09 S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	21.264.455	Receitas Correntes	82.251.450
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	1.487.455	Total dos Fontes	82.251.450
No País	1.487.455	Variação Patrimonial	(17.070.501)
Investimentos Imobilizado e Intangível	19.777.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.674.147
Imobilizado	19.777.000	Variação do Disponível	8.148.682
Despesas Correntes	53.739.323		
Serviços de Terceiros	41.584.538		
Tributos	7.175.251		
Despesas Financeiras	1.674.147		
Outras Despesas Correntes	3.305.387		
Total dos Usos	75.003.778	Total Líquido das Fontes	75.003.778

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: REFINARIA DE MUCURIPE S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	54.327.074	Receitas Correntes	1.226.095.251
Investimentos Imobilizado e Intangível	22.786.000	Total dos Fontes	1.226.095.251
Imobilizado	22.786.000	Variação Patrimonial	12.752.356
Outras Despesas de Capital	31.541.074	Variação do Disponível	(90.122.331)
Despesas Correntes	1.094.398.202		
Despesas de Pessoal	68.962.158		
Materiais e Produtos	598.625.631		
Serviços de Terceiros	107.935.535		
Tributos	295.216.750		
Outras Despesas Correntes	23.658.128		
Total dos Usos	1.148.725.276	Total Líquido das Fontes	1.148.725.276

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: REFINARIA DE MANAUS S.A

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	159.439.642	Receitas Correntes	5.768.562.942
Investimentos Imobilizado e Intangível	29.838.000	Total dos Fontes	5.768.562.942
Imobilizado	29.838.000	Variação Patrimonial	31.949.627
Outras Despesas de Capital	129.601.642	Variação do Disponível	(211.645.484)
Despesas Correntes	5.429.427.443		
Despesas de Pessoal	134.592.094		
Materiais e Produtos	3.653.770.935		
Serviços de Terceiros	300.215.402		
Tributos	1.261.099.861		
Outras Despesas Correntes	79.749.151		
Total dos Usos	5.588.867.085	Total Líquido das Fontes	5.588.867.085

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: PARANÁ XISTO S.A

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	47.175.265	Receitas Correntes	469.925.957
Investimentos Imobilizado e Intangível	37.170.000	Total dos Fontes	469.925.957
Imobilizado	37.170.000	Variação Patrimonial	14.162.848
Outras Despesas de Capital	10.005.265	Variação do Disponível	(51.682.331)
Despesas Correntes	385.231.209		
Despesas de Pessoal	104.064.677		
Materiais e Produtos	24.961.334		
Serviços de Terceiros	126.460.880		
Tributos	106.934.127		
Outras Despesas Correntes	22.810.191		
Total dos Usos	432.406.474	Total Líquido das Fontes	432.406.474

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	4.205.268.068	Receitas de Capital	3.883.380.271
Concessão de Operações de Crédito	1.950.000.000	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	1.942.870.271
Investimentos Imobilizado e Intangível	15.358.860	Recursos de Fundos	1.933.500.000
Imobilizado	11.642.050	Participação nos Resultados	7.010.000
Intangível	3.716.810	Receitas Correntes	1.723.804.646
Inversões Financeiras	140.000.000	Total dos Fontes	5.607.184.917
Outras Despesas de Capital	2.099.909.208	Variação Patrimonial	40.917.686
Despesas Correntes	1.607.696.381	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	33.716.716
Despesas de Pessoal	332.171.393	Variação do Disponível	131.145.130
Despesas com Dirigentes	5.769.526		
Despesas com Conselhos e Comitês	846.640		

Materiais e Produtos	1.633.974		
Serviços de Terceiros	92.975.560		
Tributos	299.369.243		
Despesas Financeiras	827.437.474		
Outras Despesas Correntes	47.492.571		
Total dos Usos	5.812.964.449	Total Líquido das Fontes	5.812.964.449

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	13.038.598.627	Receitas de Capital	12.333.116.674
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	161.471.616	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	357.015.508
No País	141.166.386	Outros Recursos para Aumento do PL	357.015.508
No Exterior	20.305.230	Obtenção de Operações de Crédito	62.369.939
Concessão de Operações de Crédito	4.823.125.203	No País	50.595.000
Concessão de Operações de Outros Créditos	113.715.003	No Exterior	11.774.939
Investimentos Imobilizado e Intangível	80.369.023	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	217.986.567
Imobilizado	24.755.314	Emissão de Outros Instr. de Captação	36.100.211
Intangível	55.613.709	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	3.219.701.467
Outras Despesas de Capital	7.859.917.782	Recursos de Fundos	2.448.422.407
Despesas Correntes	3.887.079.318	Recursos Provenientes de Depósitos	2.465.660.837
Despesas de Pessoal	659.456.409	Outras Receitas De Capital	3.525.859.738
Despesas com Dirigentes	5.987.508	Receitas Correntes	5.415.618.882
Despesas com Conselhos e Comitês	2.236.034	Total dos Fontes	17.748.735.556
Materiais e Produtos	634.990	Variação Patrimonial	(1.070.378.389)
Serviços de Terceiros	158.091.378	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
Tributos	916.122.569	Variação do Disponível	247.320.777
Despesas Financeiras	1.476.568.839		
Outras Despesas Correntes	667.981.591		
Total dos Usos	16.925.677.945	Total Líquido das Fontes	16.925.677.945

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	24.874.891.300	Receitas de Capital	27.245.134.700
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	186.681.300	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	5.000.000
No País	114.791.000	Obtenção de Operações de Crédito	340.884.000
No Exterior	71.890.300	No País	100.000.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	34.767.900	No Exterior	240.884.000
Concessão de Operações de Crédito	9.282.394.600	Obtenção de Operações de Outros Créditos	10.509.000
Concessão de Operações de Outros Créditos	1.455.175.400	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	4.712.400
Investimentos Imobilizado e Intangível	255.432.700	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	1.084.586.900
Imobilizado	255.432.700	Emissão de Outros Instr. de Captação	76.336.300
Inversões Financeiras	74.300	Aplicações Financeiras	278.506.100
Outras Despesas de Capital	13.660.365.100	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	10.684.413.700
Despesas Correntes	14.015.458.700	Recursos de Fundos	11.438.615.600
Despesas de Pessoal	2.419.644.200	Recursos Provenientes de Depósitos	1.474.675.600
Despesas com Dirigentes	11.516.000	Outras Receitas De Capital	1.846.895.100
Despesas com Conselhos e Comitês	4.993.300	Receitas Correntes	11.390.038.700
Materiais e Produtos	20.407.700	Total dos Fontes	38.635.173.400
Serviços de Terceiros	2.519.035.900	Variação Patrimonial	632.510.737
Tributos	1.787.311.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(1.538.854.892)
Despesas Financeiras	5.730.945.600	Variação do Disponível	1.161.520.755
Outras Despesas Correntes	1.521.605.000		
Total dos Usos	38.890.350.000	Total Líquido das Fontes	38.890.350.000

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BANCO DO BRASIL S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	723.671.228.303	Receitas de Capital	735.670.357.051
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	67.010.308.573	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	33.843.646.724
No Exterior	67.010.308.573	Outros Recursos para Aumento do PL	33.843.646.724
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	12.087.217.690	Alienação de Valores e Bens	20.905.075.127
Concessão de Operações de Crédito	97.764.028.200	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	45.339.593
Concessão de Operações de Outros Créditos	40.609.530.052	Obtenção de Operações de Crédito	17.229.942.013
Investimentos Imobilizado e Intangível	6.389.633.959	No Exterior	17.229.942.013
Imobilizado	4.014.501.758	Obtenção de Operações de Outros Créditos	17.800.868.902
Intangível	2.375.132.201	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	701.025.230
Inversões Financeiras	10.774.017.552	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	10.033.655.712
Outras Despesas de Capital	489.036.492.277	Emissão de Outros Instr. de Captação	157.795.259.853
Despesas Correntes	237.906.105.999	Resgate de Outros Instr. de Captação	5.962.173.482
Despesas de Pessoal	23.724.264.896	Subvenções em Op. Crédito - Principal	1.806.063.559
Despesas com Dirigentes	58.996.593	Aplicações Financeiras	1.285.659.836
Despesas com Conselhos e Comitês	2.184.098	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	220.576.632.046
Materiais e Produtos	117.801.774	Recursos do Tesouro Nacional	58.815.896
Serviços de Terceiros	3.459.900.647	Recursos de Fundos	30.415.680.194
Tributos	17.976.788.560	Recursos Provenientes de Depósitos	108.340.349.710
Despesas Financeiras	167.265.710.993	Rendas de Participações	13.766.002.375
Outras Despesas Correntes	25.300.458.438	Participação nos Resultados	3.966.508.381
		Outras Receitas De Capital	91.137.658.418
		Receitas Correntes	271.511.937.969
		Total dos Fontes	1.007.182.295.020
		Variação Patrimonial	(32.797.233.865)
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
		Variação do Disponível	(12.807.726.854)
Total dos Usos	961.577.334.302	Total Líquido das Fontes	961.577.334.302

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.302.770.969	Receitas de Capital	2.470.175.565
Concessão de Operações de Outros Créditos	54.316.040	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	23.740.296
Inversões Financeiras	187.159.745	Outros Recursos para Aumento do PL	23.740.296
Outras Despesas de Capital	2.061.295.184	Alienação de Valores e Bens	271.532.918
Despesas Correntes	927.311.998	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	1.911.639
Despesas de Pessoal	26.588.902	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	563.542.989
Despesas com Conselhos e Comitês	269.802	Recursos Provenientes de Depósitos	593.372.808
Serviços de Terceiros	636.045	Rendas de Participações	167.406.215
Tributos	257.459.771	Participação nos Resultados	155.191.640
Despesas Financeiras	474.062.645	Outras Receitas De Capital	693.477.060
Outras Despesas Correntes	168.294.833	Receitas Correntes	1.220.493.252
		Total dos Fontes	3.690.668.817
		Variação Patrimonial	(460.570.213)
		Variação do Disponível	(15.637)
Total dos Usos	3.230.082.967	Total Líquido das Fontes	3.230.082.967

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	11.947.883.939	Receitas de Capital	11.947.883.940
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	3.135.767.286	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	808.906
Concessão de Operações de Outros Créditos	285.536.017	Outros Recursos para Aumento do PL	808.906
Outras Despesas de Capital	8.526.580.636	Obtenção de Operações de Outros Créditos	5.362.409.944
Despesas Correntes	1.921.141.309	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	274.417.163
Despesas de Pessoal	133.190.323	Aplicações Financeiras	4.272.884.442
Despesas com Dirigentes	3.894.704	Recursos Provenientes de Depósitos	362.869
Despesas com Conselhos e Comitês	650.970	Outras Receitas De Capital	2.037.000.616
Materiais e Produtos	450.141	Receitas Correntes	3.960.557.311
Serviços de Terceiros	74.094.106	Total dos Fontes	15.908.441.251
Tributos	1.619.997.315	Variação Patrimonial	(1.953.128.167)
Outras Despesas Correntes	88.863.750	Variação do Disponível	(86.287.836)
Total dos Usos	13.869.025.248	Total Líquido das Fontes	13.869.025.248

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.569.275.376	Receitas de Capital	1.569.275.747
Concessão de Operações de Outros Créditos	31.919.321	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	13.969.040
Outras Despesas de Capital	1.537.356.055	Outros Recursos para Aumento do PL	13.969.040
Despesas Correntes	424.443.919	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	396.966
Despesas de Pessoal	3.070.580	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	23.648.047
Despesas com Conselhos e Comitês	313.575	Emissão de Outros Instr. de Captação	5.088.212
Serviços de Terceiros	5.588	Aplicações Financeiras	6.115
Tributos	211.603.470	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	1.105.130.842
Despesas Financeiras	198.229.914	Outras Receitas De Capital	421.036.525
Outras Despesas Correntes	11.220.792	Receitas Correntes	705.874.526
		Total dos Fontes	2.275.150.273
		Variação Patrimonial	(279.380.794)
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(2.049.815)
		Variação do Disponível	(369)
Total dos Usos	1.993.719.295	Total Líquido das Fontes	1.993.719.295

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB CAYMAN ISLANDS HOLDING

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.233.440.540	Receitas de Capital	1.675.883.192
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	92.731.684	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	460.181.004
Concessão de Operações de Outros Créditos	182.016.231	Outros Recursos para Aumento do PL	460.181.004
Outras Despesas de Capital	958.692.625	Alienação de Valores e Bens	431.049.420
Despesas Correntes	481.094.907	Obtenção de Operações de Outros Créditos	93.055.737
Despesas de Pessoal	1.036.120	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	144.545.607
Serviços de Terceiros	198.760	Resgate de Outros Instr. de Captação	436.133.032
Tributos	646.477	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	31.149.202
Despesas Financeiras	478.897.988	Rendas de Participações	79.769.190
Outras Despesas Correntes	315.562	Receitas Correntes	33.941.399
		Total dos Fontes	1.709.824.591
		Variação Patrimonial	5.425.628
		Variação do Disponível	(714.772)
Total dos Usos	1.714.535.447	Total Líquido das Fontes	1.714.535.447

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	5.211.461.987	Receitas de Capital	3.998.830.635
Outras Despesas de Capital	5.211.461.987	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	1.356.318.506
Despesas Correntes	1.300.546.381	Outras Receitas De Capital	2.642.512.129
Despesas de Pessoal	42.050.813	Receitas Correntes	2.539.159.429
Despesas com Dirigentes	1.370.322	Total dos Fontes	6.537.990.064
Despesas com Conselhos e Comitês	483.237	Variação Patrimonial	(25.981.712)
Materiais e Produtos	16.250	Variação do Disponível	16
Serviços de Terceiros	361.567.631		
Tributos	711.592.342		
Outras Despesas Correntes	183.465.786		
Total dos Usos	6.512.008.368	Total Líquido das Fontes	6.512.008.368

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	287.236.113.165	Receitas de Capital	209.564.434.384
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	3.388.095.672	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	3.420.616.873
No País	3.188.240.366	Outros Recursos para Aumento do PL	3.420.616.873
No Exterior	199.855.306	Obtenção de Operações de Crédito	104.075.752
Concessão de Operações de Crédito	112.053.402.039	No Exterior	104.075.752
Investimentos Imobilizado e Intangível	4.707.368.792	Emissão de Outros Instr. de Captação	65.246.999.998
Imobilizado	4.674.493.401	Aplicações Financeiras	10.626.877.331
Intangível	32.875.391	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	61.408.906.209
Inversões Financeiras	1.503.100.000	Recursos de Fundos	10.065.158.748
Outras Despesas de Capital	165.584.146.662	Recursos Provenientes de Depósitos	25.943.086.710
Despesas Correntes	169.779.012.675	Rendas de Participações	3.876.198.684
Despesas de Pessoal	26.422.554.271	Outras Receitas De Capital	28.872.466.298
Despesas com Dirigentes	39.446.591	Receitas Correntes	204.944.718.177
Despesas com Conselhos e Comitês	5.105.508	Total dos Fontes	414.509.152.561
Materiais e Produtos	234.561.361	Variação Patrimonial	41.879.031.786
Serviços de Terceiros	6.829.944.000	Variação do Disponível	626.941.493
Tributos	4.965.832.317		
Despesas Financeiras	115.767.823.932		
Outras Despesas Correntes	15.513.744.695		
Total dos Usos	457.015.125.840	Total Líquido das Fontes	457.015.125.840

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: CAIXA SEGURIDADE E PARTICIPAÇÕES S.A.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.450.445.337	Receitas de Capital	2.799.156.605
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.000.000	Rendas de Participações	2.134.356.911
Imobilizado	2.000.000	Participação nos Resultados	664.799.694
Outras Despesas de Capital	2.448.445.337	Receitas Correntes	224.887.685
Despesas Correntes	158.026.352	Total dos Fontes	3.024.044.290
Despesas de Pessoal	69.978.565	Variação Patrimonial	(739.992.758)
Despesas com Dirigentes	5.959.380	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	15.000
Despesas com Conselhos e Comitês	1.382.550	Variação do Disponível	324.405.157
Serviços de Terceiros	16.190.463		
Tributos	50.005.096		
Outras Despesas Correntes	14.510.298		
Total dos Usos	2.608.471.689	Total Líquido das Fontes	2.608.471.689

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: CAIXA LOTERIAS S.A

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	3.402.652	Receitas de Capital	3.100.000
Despesas com Dirigentes	2.367.118	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	3.100.000
Despesas com Conselhos e Comitês	359.221	Aportes de Empresas Estatais	3.100.000
Serviços de Terceiros	650.000	Receitas Correntes	96.190
Tributos	21.588	Total dos Fontes	3.196.190
Outras Despesas Correntes	4.725	Variação Patrimonial	(7.222)
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(5.048)
		Variação do Disponível	218.732
Total dos Usos	3.402.652	Total Líquido das Fontes	3.402.652

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: CAIXA SEGURIDADE CORRETAGEM E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS S.A

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	915.364.364	Receitas Correntes	2.131.357.924
Outras Despesas de Capital	915.364.364	Total dos Fontes	2.131.357.924
Despesas Correntes	1.167.816.488	Variação Patrimonial	136.315.998
Despesas de Pessoal	10.793.964	Variação do Disponível	(184.493.070)
Despesas com Dirigentes	5.241.223		
Despesas com Conselhos e Comitês	384.042		
Serviços de Terceiros	389.570.362		
Tributos	759.597.338		
Outras Despesas Correntes	2.229.559		
Total dos Usos	2.083.180.852	Total Líquido das Fontes	2.083.180.852

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.273.920.805	Receitas Correntes	2.509.674.494
Outras Despesas de Capital	1.273.920.805	Total dos Fontes	2.509.674.494
Despesas Correntes	1.236.113.715	Variação Patrimonial	367.134.656
Despesas de Pessoal	92.477.058	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	4.331.128
Despesas com Dirigentes	4.604.559	Variação do Disponível	(371.105.758)
Despesas com Conselhos e Comitês	1.901.349		
Serviços de Terceiros	35.414.232		
Tributos	1.003.793.109		
Outras Despesas Correntes	97.923.408		
Total dos Usos	2.510.034.520	Total Líquido das Fontes	2.510.034.520

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	150.508.250.293	Receitas de Capital	186.820.374.945
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	2.512.073.282	Alienação de Valores e Bens	53.315.688.480
No Exterior	2.512.073.282	Obtenção de Operações de Crédito	17.422.500.000
Concessão de Operações de Crédito	52.521.056.245	No Exterior	17.422.500.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	48.574.949	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	69.557.141.433
Imobilizado	48.574.949	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	1.806.768.509
Outras Despesas de Capital	95.426.545.817	Resgate de Outros Instr. de Captação	1.380.989.376
Despesas Correntes	71.148.937.782	Aplicações Financeiras	461.737.906
Despesas de Pessoal	1.292.263.048	Recursos de Fundos	26.936.172.102
Despesas com Dirigentes	11.131.332	Rendas de Participações	12.182.230.412
Despesas com Conselhos e Comitês	1.996.739	Participação nos Resultados	3.757.146.727
Materiais e Produtos	946.097	Receitas Correntes	63.238.761.871
Serviços de Terceiros	450.410.478	Total dos Fontes	250.059.136.816
Tributos	3.859.408.536	Variação Patrimonial	3.454.897.012
Despesas Financeiras	65.146.552.589	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(29.817.850.422)
Outras Despesas Correntes	386.228.963	Variação do Disponível	(2.038.995.331)
Total dos Usos	221.657.188.075	Total Líquido das Fontes	221.657.188.075

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	7.935.618.489	Receitas de Capital	47.140.956.717
Inversões Financeiras	98.481.811	Alienação de Valores e Bens	17.994.898.690
Outras Despesas de Capital	7.837.136.678	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	24.708.413.940
Despesas Correntes	10.802.402.846	Resgate de Outros Instr. de Captação	722.848.717
Despesas de Pessoal	1.136.658.958	Aplicações Financeiras	3.546.424.155
Despesas com Dirigentes	9.137.547	Rendas de Participações	168.371.215
Despesas com Conselhos e Comitês	1.757.131	Receitas Correntes	6.626.321.679
Materiais e Produtos	832.565	Total dos Fontes	53.767.278.396
Serviços de Terceiros	175.377.331	Variação Patrimonial	(28.597.513.308)
Tributos	9.100.401.179	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(6.431.743.753)
Despesas Financeiras	193.600.599		
Outras Despesas Correntes	184.637.536		
Total dos Usos	18.738.021.335	Total Líquido das Fontes	18.738.021.335

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA EXECUTIVA
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST
EMPRESA: AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO: 2023
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	23.861.072.114	Receitas de Capital	23.575.897.853
Concessão de Operações de Crédito	22.709.249.441	Alienação de Valores e Bens	103.847.993
Outras Despesas de Capital	1.151.822.673	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	22.323.928.406
Despesas Correntes	11.711.623.418	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	1.148.121.454
Despesas de Pessoal	154.973.022	Receitas Correntes	11.344.536.626
Despesas com Dirigentes	1.246.030	Total dos Fontes	34.920.434.479
Despesas com Conselhos e Comitês	239.609	Variação Patrimonial	1.027.405.224
Materiais e Produtos	113.532	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(375.144.171)
Serviços de Terceiros	24.074.846		
Tributos	1.047.769.127		
Despesas Financeiras	10.458.094.806		
Outras Despesas Correntes	25.112.446		
Total dos Usos	35.572.695.532	Total Líquido das Fontes	35.572.695.532

DECRETO Nº 11.289, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera o Decreto nº 11.144, de 21 de julho de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República, e remaneja e transforma cargos em comissão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a Secretaria-Geral da Presidência da República, os seguintes Cargos Comissionados Executivos - CCE:

I - dois CCE 2.15;

II - dois CCE 2.13;

III - dois CCE 2.07; e

IV - dois CCE 2.05.

Art. 2º Ficam transformados, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo II, em CCE: cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.

Art. 3º O Anexo II ao Decreto nº 11.144, de 21 de julho de 2022, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo III a este Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Brasília, 16 de dezembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA A SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA SEGES/ME PARA SG-PR	
		QTD.	VALOR TOTAL
CCE 2.15	5,04	2	10,08
CCE 2.13	3,84	2	7,68
CCE 2.07	1,39	2	2,78
CCE 2.05	1,00	2	2,00
TOTAL		8	22,54

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

CÓDIGO	DAS/CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE-15	5,04	-	-	2	10,08	2	10,08
CCE-13	3,84	-	-	2	7,68	2	7,68
CCE-7	1,39	-	-	2	2,78	2	2,78
CCE-5	1,00	-	-	2	2,00	2	2,00
DAS-4	3,84	4	15,36	-	-	-4	-15,36
DAS-3	2,10	1	2,10	-	-	-1	-2,10
DAS-2	1,27	4	5,08	-	-	-4	-5,08
TOTAL		9	22,54	8	22,54	-1	0,00

ANEXO III
(Anexo II ao Decreto nº 11.144, de 21 de julho de 2022)

"a) .....

.....			
Apoio a ex-Presidentes da República	14	Assessor Especial de ex- Presidente	CCE 2.15
	14	Assessor de ex-Presidente	CCE 2.13
	14	Assistente de ex-Presidente	CCE 2.07
	14	Assistente Técnico de ex- Presidente	CCE 2.05
.....			

b) .....

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.18	6,41	4	25,64	4	25,64
SUBTOTAL 1		4	25,64	4	25,64
CCE 1.17	6,27	5	31,35	5	31,35
CCE 1.16	5,81	1	5,81	1	5,81
CCE 1.15	5,04	17	85,68	17	85,68
CCE 1.13	3,84	25	96,00	25	96,00
CCE 1.11	2,47	1	2,47	1	2,47
CCE 1.10	2,12	33	69,96	33	69,96
CCE 1.07	1,39	17	23,63	17	23,63
CCE 2.17	6,27	1	6,27	1	6,27
CCE 2.15	5,04	18	90,72	20	100,80
CCE 2.13	3,84	28	107,52	30	115,20
CCE 2.12	3,10	2	6,20	2	6,20
CCE 2.11	2,47	1	2,47	1	2,47
CCE 2.10	2,12	32	67,84	32	67,84
CCE 2.09	1,67	1	1,67	1	1,67
CCE 2.08	1,60	3	4,80	3	4,80
CCE 2.07	1,39	62	86,18	64	88,96
CCE 2.06	1,17	1	1,17	1	1,17
CCE 2.05	1,00	46	46,00	48	48,00
CCE 2.04	0,44	1	0,44	1	0,44
CCE 3.15	5,04	2	10,08	2	10,08
CCE 3.13	3,84	6	23,04	6	23,04
CCE 3.11	2,47	1	2,47	1	2,47
CCE 3.10	2,12	3	6,36	3	6,36
CCE 3.07	1,39	2	2,78	2	2,78
CCE 3.06	1,17	3	3,51	3	3,51
CCE 3.05	1,00	1	1,00	1	1,00
SUBTOTAL 2		313	785,42	321	807,96
FCE 1.17	3,76	2	7,52	2	7,52
FCE 1.15	3,03	8	24,24	8	24,24
FCE 1.14	2,59	2	5,18	2	5,18
FCE 1.13	2,30	22	50,60	22	50,60
FCE 1.10	1,27	29	36,83	29	36,83
FCE 1.08	0,96	1	0,96	1	0,96
FCE 1.07	0,83	40	33,20	40	33,20
FCE 1.05	0,60	1	0,60	1	0,60
FCE 2.15	3,03	2	6,06	2	6,06
FCE 2.13	2,30	8	18,40	8	18,40
FCE 2.11	1,48	2	2,96	2	2,96
FCE 2.10	1,27	11	13,97	11	13,97
FCE 2.09	1,00	1	1,00	1	1,00
FCE 2.08	0,96	1	0,96	1	0,96
FCE 2.07	0,83	24	19,92	24	19,92
FCE 2.06	0,70	4	2,80	4	2,80
FCE 2.05	0,60	25	15,00	25	15,00
FCE 2.01	0,12	28	3,36	28	3,36
FCE 3.15	3,03	4	12,12	4	12,12
FCE 3.13	2,30	11	25,30	11	25,30
FCE 3.12	1,86	1	1,86	1	1,86
FCE 3.11	1,48	3	4,44	3	4,44
FCE 3.10	1,27	11	13,97	11	13,97
FCE 3.09	1,00	1	1,00	1	1,00
FCE 3.07	0,83	1	0,83	1	0,83
FCE 3.06	0,70	3	2,10	3	2,10
SUBTOTAL 3		246	305,18	246	305,18
TOTAL		563	1.116,24	571	1.138,78

....." (NR)

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 667, de 16 de dezembro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 1.146, de 16 de dezembro de 2022.

Nº 668, de 16 de dezembro de 2022. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Alagoas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Alagoas - PROFISCO II/AL".

Nº 669, de 16 de dezembro de 2022. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Mato Grosso e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso - PROFISCO II MT".

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Processo nº 00400.000308/2022-66. Parecer nº BBL - 10, de 9 de dezembro de 2022, do Advogado-Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos no Despacho do Consultor-Geral da União nº 00748/2022/GAB/CGU/AGU, o Parecer nº 00020/2022/CONSUNIAO/CGU/AGU. Aprovo. Publique-se para os fins do disposto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Em 16 de dezembro de 2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 00400.000308/2022-66
INTERESSADO: SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA - SGCS
ASSUNTO: CONSULTA SOBRE A VINCULAÇÃO DO ÓRGÃO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - SGA) AO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL - SIPEC

PARECER Nº BBL - 10

ADOTO, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 00748/2022/GAB/CGU/AGU, o Parecer nº 00020/2022/CONSUNIAO/CGU/AGU, datados de 08 de dezembro de 2022, e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do art. 40, § 1º, da referida Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria versada.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

BRUNO BIANCO LEAL
Advogado-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO GABINETE
SAS, QUADRA 03, LOTE 5/6, 12 ANDAR AGU SEDE I [FONE (61) 2026-8557 BRASÍLIA/DF 70.070-030

DESPACHO n. 00748/2022/GAB/CGU/AGU

NUP: 00400.000308/2022-66
INTERESSADA: SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA - SGCS
ASSUNTO: Consulta sobre a vinculação do Órgão de Pessoal da Advocacia-Geral da União (Secretaria-Geral de Administração - SGA) ao Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC

Exmo. Senhor Advogado-Geral da União,

1. Aprovo 0 PARECER n. 00020/2022/CONSUNIAO/CGU/AGU, da lavra do Consultor da União, Dr. José Affonso de Albuquerque Netto.

2. Nestes termos, submeto as manifestações desta Consultoria-Geral da União a vossa análise para que, em sendo acolhidas, sejam encaminhadas à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para os fins dos art. 40, § 1º, e art. 41, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Brasília, 07 de dezembro de 2022.

(assinado eletronicamente)
ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO
Advogado da União
Consultor-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA DA UNIÃO

PARECER n. 00020/2022/CONSUNIAO/CGU/AGU

NUP: 00400.000308/2022-66
INTERESSADA: SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA - SGCS
ASSUNTO: Consulta sobre a vinculação do Órgão de Pessoal da Advocacia-Geral da União (Secretaria-Geral de Administração - SGA) ao Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC

EMENTA

1. A Advocacia-Geral da União - AGU, por desempenhar função essencial à Justiça, submete-se a regime diferenciado, com competência exclusiva para estabelecer normas quanto à sua organização, regulação e funcionamento, inclusive as relacionadas às atividades funcionais de seus membros e órgãos vinculados;

2. O órgão de pessoal da Advocacia-Geral da União exerce as funções similares ao órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, cabendo-lhe, pois, em regra, observar a orientação normativa definida pelo órgão central daquele sistema (parágrafo único do art. 13 do Anexo I do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022); e

3. No entanto, em havendo norma específica editada pelo Advogado-Geral da União, deverá observar a orientação deste, em obediência aos princípios da hierarquia e da especialidade das normas (art. 131 da Constituição Federal; art. 4º, XIV e XVIII e art. 45, § 1º, da Lei Complementar nº 73/1993; e parágrafo único do art. 17 da Lei n° 7.923/1989).

I - DO RELATÓRIO

1. Por meio da NOTA n. 00004/2022/CHGAB/SGCS/AGU, a Secretaria-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União - SGCS/AGU solicita manifestação desta Consultoria-Geral da União - CGU quanto à interpretação do Decreto n° 67.326, de 05 de outubro de 1970, que dispõe sobre o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

2. Conforme narrado pela SGCS, o parágrafo único do art. 1° do Decreto nº 67.326, de 5 de outubro de 1970, estabelece que todas as unidades organizacionais que desempenham atividades de administração de pessoal da administração pública federal integram o SIPEC e, segundo o seu art. 5°, os órgãos setoriais de pessoal estão vinculados ao Órgão Central do SIPEC.

3. Esclarece, também, que, segundo o parágrafo único do art. 17 da Lei n° 7.923, de 12 de dezembro de 1989, "a orientação geral firmada pelo Órgão Central do Sipec tem caráter normativo, respeitada a competência da Consultoria-Geral da República e da Consultoria Jurídica da Seplan".

4. Informa, porém, que a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que *instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União*, confere ao Advogado-Geral da União a atribuição de dirigir, coordenar e normatizar toda a atuação da AGU, não havendo qualquer restrição quanto à normatização de seu órgão de pessoal.

5. Assim, indaga se o Órgão de Pessoal da Advocacia-Geral da União (Secretaria-Geral de Administração - SGA) estaria vinculado ao Órgão Central do SIPEC, e se essa situação jurídica resultaria no dever de seguir suas orientações.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

Do tratamento especial conferido pela Constituição Federal à Advocacia-Geral da União quanto à sua organização, funcionamento e competência exclusiva para regular seu órgão de pessoal

6. Conforme Parecer nº BBL - 09, de 6 de outubro de 2022, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, a Advocacia-Geral da União, *"por desempenhar função essencial à Justiça, submete-se a regime diferenciado, com competência exclusiva para estabelecer normas quanto à sua organização, regulação e funcionamento, inclusive as relacionadas às atividades funcionais de seus membros e órgãos vinculados."*

7. Esse regime diferenciado foi conferido pela própria Constituição Federal de 1988, que inseriu a Advocacia-Geral da União - AGU em Capítulo específico, denominado *"IV - Das Funções Essenciais à Justiça"* (art. 131, CF), para que pudesse exercer suas competências de representação judicial e extrajudicial da União, além de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

8. A inserção da AGU no Capítulo das *Funções Essenciais à Justiça* visou proporcionar-lhe meios para garantir a moralidade, legitimidade e legalidade dos atos estatais, bem como para zelar pelos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

9. Para reforçar e garantir a autonomia necessária para desempenhar esse fundamental dever da Instituição, o art. 131 da Constituição Federal também estabeleceu que a organização e o funcionamento da AGU são disciplinados por espécie normativa diferenciada, qual seja, *Lei Complementar*, a exigir inclusive quórum especial de aprovação (art. 59 e art. 69, CF).

10. Nesse sentido, foi editada a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que instituiu a *Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.* Entre outros disciplinamentos, esta Lei Complementar nº 73/1993 tanto dispôs sobre as funções essenciais da Advocacia-Geral da União (art. 1º e 3º) como atribuiu competência exclusiva ao Advogado-Geral da União para disciplinar (art. 4° e 45) a estrutura, a composição e o funcionamento dos vários órgãos que compõem a Instituição, entre os quais se encontra a Secretaria-Geral de Administração - SGA, bem como expressamente enfatizou essa competência **ao outorgar ao Advogado-Geral da União especial poder normativo**, ou seja, o **dever-poder de editar e praticar atos normativos inerentes a suas funções**. Confira-se:

LEI COMPLEMENTAR nº 73/1993
TÍTULO I
DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS E DA COMPOSIÇÃO
Capítulo I
Das Funções Institucionais

Art. 1º - A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a **União** judicial e extrajudicialmente.

Parágrafo único. À Advocacia-Geral da União cabem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao **Poder Executivo**, nos termos **desta Lei Complementar.**

[...]

DOS ÓRGÃOS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Capítulo I
Do Advogado-Geral da União

Art. 3º - A Advocacia-Geral da União tem por **chefe o Advogado-Geral da União,** de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º - O Advogado-Geral da União é o mais elevado órgão de assessoramento jurídico do Poder Executivo, submetido à direta, pessoal e imediata supervisão do Presidente da República.

[...]

Art. 4º - São **atribuições do Advogado-Geral da União**:

I - dirigir a Advocacia-Geral da União, **superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação**;

[...]

X - **fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal;**

[...]

XIII - **exercer orientação normativa e supervisão técnica** quanto aos órgãos jurídicos das entidades a que alude o Capítulo IX do Título II desta Lei Complementar;

XIV - baixar o **Regimento Interno da Advocacia-Geral da União**;

[...]

XVIII - **editar e praticar os atos normativos** ou não, **inerentes a suas atribuições**;

[...]

Art. 45. **O Regimento Interno da Advocacia-Geral da União é editado pelo Advogado-Geral da União**, **observada** a presente **lei complementar.**

§ 1º **O Regimento Interno deve dispor sobre a competência, a estrutura e o funcionamento** da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, da Procuradoria-Geral da União, da Consultoria-Geral da União, das Consultorias Jurídicas, do Gabinete do Advogado-Geral da União e dos Gabinetes dos Secretários-Gerais, do Centro de Estudos, **da Diretoria-Geral de Administração** e da Secretaria de Controle Interno, bem como sobre as atribuições de seus titulares e demais integrantes.

[...]

§ 3º No Regimento Interno **são disciplinados os procedimentos administrativos** concernentes aos trabalhos jurídicos da Advocacia-Geral da União. (destacou-se)

11. Diante do contexto normativo acima, depreende-se que a Advocacia-Geral da União possui a prerrogativa de regular todas as atividades para o cumprimento de sua relevante missão institucional, abrangidas as atividades de pessoal.

12. Desse modo, as normas supracitadas orientam que não apenas as suas atividades finalísticas, mas também as que representam condição fundamental para o cumprimento de sua missão constitucional - como as atividades de recursos humanos -, sejam disciplinadas pela própria Instituição, de forma a garantir a autonomia necessária para que a AGU cumpra sua função essencial à Justiça estabelecida pela Constituição Federal.

13. Conquanto claramente definida sua autonomia normativa, isso não significa que a Secretaria-Geral de Administração - SGA, órgão de pessoal da AGU, não exerça as funções compatíveis a um órgão setorial, para fins de organização, do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC. Aliás, essa conclusão é extraída facilmente da leitura do parágrafo único do art. 13 do Anexo I do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022, a saber:

Art. 13. [...]

Parágrafo único. A Secretaria-Geral de Administração exerce as funções relativas ao órgão setorial:

I - do Sipec;
II - do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;
III - do Siafi;
IV - do Sistema de Contabilidade Federal;
V - do Sisg;
VI - do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - Siga; e
VII - do Sistema Nacional de Arquivos.

14. Para conciliar esse aparente conflito de normas - poder normativo da AGU e ao mesmo tempo o exercício da função compatível ao órgão setorial do SIPEC-, a leitura compreensível das normas supracitadas orientam o intérprete a considerar que a SGA observa, em regra geral, a orientação normativa do Órgão Central do SIPEC, a menos que haja norma específica editada pelo Advogado-Geral da União. O mesmo entendimento se estende aos demais Sistemas em que a SGA exerce as funções similares ao órgão setorial, vale dizer, de Planejamento e Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Gestão de Documentos de Arquivo e Nacional de Arquivos.

15. Portanto, em que pese a SGA exercer as funções compatíveis ao órgão setorial do SIPEC, ela, SGA, deve obedecer as normas específicas editadas pelo Advogado-Geral da União.

16. E alternativa não há que conduza a outro entendimento, pois, não concordar com o poder normativo do Advogado-Geral das União em regular seu órgão de pessoal, significaria anuir ilicitamente com o afastamento das determinações da Constituição Federal (art. 131) e da Lei Complementar nº 73/1993 (art. 4º e art. 45), de que derivam tanto a competência exclusiva do AGU para tratar da estrutura e do funcionamento dos órgãos da Instituição, quanto a de editar atos normativos inerentes às suas funções - situação jurídica que inevitavelmente colidiria com os princípios da hierarquia e da especialidade das normas.

17. Corroborando esse entendimento, cite-se o parágrafo único do art. 17 da Lei n° 7.923, de 12 de dezembro de 1989, que, resguardando a competência normativa da antiga Consultoria-Geral da República em relação às orientações gerais firmadas pelo Órgão Central do Sipec, prevê de longa data expressamente a possibilidade de a AGU, órgão que a sucedeu, editar normas específicas relativas ao seu pessoal. Veja-se:

Art. 17. Os assuntos relativos ao pessoal civil do poder Executivo, na Administração Direta, nas autarquias, incluídas as em regime especial, e nas fundações públicas, são da competência privativa dos Órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, observada a orientação normativa do Órgão Central do Sistema, revogadas quaisquer disposições em contrário, inclusive as de leis especiais.

Parágrafo único. A orientação geral firmada pelo Órgão Central do Sipec tem caráter normativo**, respeitada a competência da Consultoria-Geral da República** e da Consultoria Jurídica da Seplan. (destacou-se)

18. Em que pese o Parecer nº JT - 01/2007 fazer referência ao parágrafo único do art. 17 somente para demonstrar a competência da Advocacia-Geral da União em fixar a interpretação da lei, tal dispositivo também possui o significado de garantir a competência da antiga Consultoria-Geral da República (atual AGU) em poder editar normas específicas à Instituição.

19. Impende esclarecer que o referido artigo 17 encontra-se vigente e a Consultoria-Geral da República foi transformada na Advocacia-Geral da União com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e edição da Lei Complementar n° 73/1993. Sobre o assunto, vejam-se os apontamentos de Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy:

Há um inegável papel institucional que a história reserva à AGU. A AGU segue tradição inaugurada com o Conselho de Estado, que funcionou no durante o Império. Segue também à tradição da Consultoria-Geral da República, que funcionou de 1903 a 1993. O historiador do direito José Reinaldo de Lima Lopes denominou o Conselho de Estado do Brasil Império de O Oráculo de Delfos, em portentoso estudo sobre a interpretação do direito no Brasil. De algum modo, esse epíteto também pode ser utilizado na conceituação da Consultoria-Geral da República, bem como na definição da AGU.

(...)

A Consultoria-Geral da República-CGR, órgão de opinião e de assessoramento jurídicos da Presidência da República, foi criada pelo Decreto nº 967, de 2 de janeiro de 1903, baixado pelo Presidente Rodrigues Alves. Funcionou ininterruptamente até 1993, quando se organizou a AGU, que lhe tomou prerrogativas e competências, algumas diluídas parcialmente na atual Consultoria-Geral da União. (Godoy A. S. de M. A ADVOCACIA PÚBLICA CONSULTIVA: NATUREZA, FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA, ALCANCE E LIMITES DOS PARECERES DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. **REVISTA DA AGU**, v. 16, n. 02, 30 jun. 2017.p. 18 e 21)

20. Destarte, embora o Órgão Central do SIPEC seja competente para estabelecer as orientações gerais de pessoal, o Advogado-Geral da União, por meio de seu poder normativo, detém competência para editar normas específicas para a Advocacia-Geral da União. Assim, em que pese a Secretaria-Geral de Administração exercer a função similar ao órgão setorial do SIPEC, deve, no entanto, cumprir as normas específicas da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 131 da Constituição Federal, do art. 4º e 45 da Lei Complementar nº 73/1993 e do parágrafo único do art. 17 da Lei n° 7.923/1989.

III - DA CONCLUSÃO

21. Diante de todo o exposto, em resposta à consulta apresentada, conclui-se que:

a) A Advocacia-Geral da União - AGU, por desempenhar função essencial à Justiça, submete-se a regime diferenciado, com competência exclusiva para estabelecer normas quanto à sua organização, regulação e funcionamento, inclusive as relacionadas às atividades funcionais de seus membros e órgãos vinculados;

b) O órgão de pessoal da Advocacia-Geral da União exerce as funções similares ao órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, cabendo-lhe, pois, em regra, observar a orientação normativa definida pelo órgão central daquele sistema (parágrafo único do art. 13 do Anexo I do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022); e

c) No entanto, em havendo norma específica editada pelo Advogado-Geral da União, deverá observar a orientação deste, em obediência aos princípios da hierarquia e da especialidade das normas (art. 131 da Constituição Federal; art. 4º, XIV e XVIII e art. 45, § 1º, da Lei Complementar nº 73/1993; e parágrafo único do art. 17 da Lei n° 7.923/1989).

À consideração superior.

Brasília, 06 de dezembro de 2022.

(assinado digitalmente)
JOSÉ AFFONSO DE ALBUQUERQUE NETTO
Advogado da União
Consultor da União

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA SA/SG/PR Nº 161, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o uso do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede - SUPER.GOV.BR para a realização do processo administrativo e do Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço no âmbito da Presidência da República.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 13 do Anexo I ao Decreto nº 11.144, de 21 de julho de 2022, e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, resolve:

Objeto e âmbito da aplicação

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o uso do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede - SUPER.GOV.BR, para a realização do processo administrativo e do Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço no âmbito da Presidência da República.

Definições

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - agente SUPER: usuário interno do SUPER.GOV.BR designado para ser o representante e o facilitador do sistema no âmbito da sua unidade;

II - assinatura eletrônica: modalidade de assinatura resultante de uma operação matemática que utiliza algoritmos de criptografia e permite aferir, com segurança, a origem e a integridade do documento;

III - autenticação: identificação eletrônica realizada mediante prévio credenciamento de acesso de usuário, com fornecimento de login e senha;

IV - barramento de serviços: plataforma centralizada que permite os trâmites de processos ou documentos administrativos digitais de maneira segura e com confiabilidade de entrega entre órgãos ou entidades;

V - Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço: instrumento, disponibilizado por meio do SUPER.GOV.BR, destinado à publicação de atos administrativos da Presidência da República e os demais atos que, nos termos da legislação, não são publicados no Diário Oficial da União;

VI - documento externo: documento produzido fora do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede - SUPER.GOV.BR;

VII - peticionamento eletrônico: módulo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, integrado ao SUPER.GOV.BR, que possibilita aos cidadãos, empresas, órgãos e entidades públicas enviar documentos endereçados aos órgãos da Presidência da República, de forma eletrônica, sem a necessidade do envio dos documentos em formato físico ao Protocolo Central;

VIII - unidade administrativa: unidade prevista, preferencialmente, na estrutura organizacional dos órgãos da Presidência da República, constante no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG;

IX - usuário externo: pessoa física autorizada a acessar, a assinar e a enviar documentos eletrônicos no SUPER.GOV.BR, mediante cadastro e permissão específica; e

X - usuário interno: todo servidor, empregado público, estagiário, bolsista, menor aprendiz ou prestador de serviço terceirizado em exercício na Presidência da República e órgãos vinculados que tenha acesso, de forma autorizada, para atuar em processos eletrônicos do SUPER.GOV.BR.

Processo Eletrônico

Art. 3º Todas as unidades administrativas dos órgãos da Presidência da República deverão produzir, tramitar e receber processos e documentos eletrônicos no SUPER.GOV.BR, exceto:

I - pedidos de informação oriundos do Serviço de Informação ao Cidadão;

II - informações classificadas em grau de sigilo, conforme estabelecido na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - jornais, revistas, livros, folders e demais materiais que não são caracterizados como documentos arquivísticos; e

IV - correspondências particulares.

Art. 4º Todos os documentos produzidos ou inseridos no SUPER.GOV.BR constituirão ou se vincularão a um processo eletrônico, sendo de responsabilidade exclusiva dos usuários os seus registros.

Art. 5º Todos os processos e documentos em meio físico, de origem externa à Presidência da República, deverão ser digitalizados com reconhecimento óptico de caracteres e registrados no SUPER.GOV.BR.

Art. 6º Os processos e documentos definidos com nível de acesso público poderão ser visualizados por todos os usuários internos, sendo permitido o acesso externo mediante solicitação de vista processual.

Art. 7º As solicitações de vista a processos eletrônicos serão dirigidas à unidade administrativa responsável pelo processo, de acordo com as suas atribuições regimentais.

Parágrafo único. As disponibilizações de acesso devem obedecer à legislação pertinente, bem como às disposições da Política de Segurança da Informação e Comunicações da Presidência da República.

Art. 8º Para a garantia de sua integridade e sua autenticidade, os documentos produzidos ou geridos pelo SUPER.GOV.BR serão assinados eletronicamente, por meio de:

I - assinatura eletrônica qualificada, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada perante a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; ou

II - identificação eletrônica, mediante login e senha de acesso do usuário ao SUPER.GOV.BR.

Art. 9º Os documentos externos nato-digitais, originários de outros sistemas governamentais, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 10. Os documentos externos resultantes da digitalização de documentos originais em suporte físico serão considerados cópias autenticadas administrativamente.

Art. 11. Os documentos externos resultantes da digitalização de cópias de documentos em suporte físico serão considerados cópias simples.

Art. 12. Será admitida a protocolização de documento em meio físico quando se mostrar tecnicamente inviável a utilização do meio eletrônico e se verificar risco de dano relevante à celeridade do processo.

Atribuições e responsabilidades na gestão do SUPER.GOV.BR.

Art. 13. Caberá à Coordenação de Documentação da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República atuar como unidade administradora-geral do SUPER.GOV.BR, com as seguintes atribuições:

I - definir as regras de gestão do negócio e da gestão documental do SUPER.GOV.BR;

II - cadastrar, desativar e excluir os usuários internos e externos;

III - criar, parametrizar, cadastrar, desativar e excluir:

a) as unidades administrativas;

b) os tipos de processos e documentos, bem como seus padrões oficiais;

c) as classificações por assuntos e, no que couber, as hipóteses legais de classificações de sigilo de informações; e

IV - prestar orientação técnica do uso do sistema aos Agentes SUPER, usuários internos e externos.

Art. 14. Caberá à Diretoria de Tecnologia da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República:

I - acompanhar e implantar novas versões de referência do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede, sob demanda da unidade administradora-geral do SUPER.GOV.BR.

II - garantir a segurança dos ambientes e a disponibilidade do SUPER.GOV.BR em tempo integral; e

III - prestar o suporte tecnológico especializado necessário à utilização do SUPER.GOV.BR.

Art. 15. Compete ao Agente SUPER:

I - atuar como representante e facilitador do sistema, com perfil diferenciado para realizar funções de gestão local no SUPER.GOV.BR, no âmbito de sua unidade administrativa;

II - solicitar o cadastramento, a desativação e as alterações de unidades, além de inclusão/exclusão de cargos, em relação às suas unidades administrativas;

III - solicitar o cadastramento, a liberação, a alteração de perfil e o descredenciamento de usuários internos e externos;

IV - promover o gerenciamento e o controle do acesso dos usuários internos às suas respectivas unidades administrativas no SUPER.GOV.BR;

V - orientar os usuários internos e externos quanto ao uso do SUPER.GOV.BR;

VI - conceder acesso externo para vista aos processos públicos de sua unidade administrativa;

VII - solicitar a criação de tipo de processo e documento; e

VIII - manter atualizadas as bases de conhecimento das unidades administrativas sob sua responsabilidade.

§ 1º Caberá aos titulares das unidades administrativas dos órgãos da Presidência da República, ocupantes de cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior (DAS), no mínimo, de nível 4, ou equivalentes, indicar à Coordenação de Documentação da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República os Agentes SUPER e seus substitutos das unidades administrativas de sua estrutura organizacional.

§ 2º Os servidores indicados devem ter ciência expressa da indicação e de suas respectivas atribuições antes da publicação do ato de designação.

§ 3º É permitida a indicação de servidor para atuar como Agente SUPER em mais de uma unidade administrativa.

§ 4º Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do Agente SUPER e de seus substitutos, até que seja providenciada nova indicação, as atribuições do Agente SUPER caberão aos responsáveis pela indicação.

Usuários internos

Art. 16. Os usuários internos deverão:

I - registrar no sistema todos os documentos produzidos no âmbito de suas unidades administrativas;

II - produzir, tramitar e receber processos e documentos sob sua responsabilidade no SUPER.GOV.BR;

III - acessar o SUPER.GOV.BR ao longo do horário do expediente administrativo, a fim de verificar o recebimento de processos eletrônicos;

IV - não divulgar as informações a que tiver acesso em função do seu cadastramento no SUPER.GOV.BR;

V - ser responsabilizados por permitir o acesso indevido aos processos com nível de acesso restrito ou sigiloso; e

VI - responder por consequência decorrente de ações ou omissões que possam colocar em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de senha pessoal ou das transações que esteja habilitado a fazer.

Usuários externos

Art. 17. A solicitação de cadastro de usuário externo é ato pessoal, intransferível e indelegável, e será validada mediante o envio eletrônico dos seguintes documentos:

I - Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria-Geral da Presidência da República; e

II - cópia do documento de identificação civil no qual conste o número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

Parágrafo único. O usuário externo se submeterá aos termos e condições que regem o processo eletrônico na Presidência da República, previstos nesta Portaria e demais normas aplicáveis, em especial, o Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Art. 18. O cadastro de representante de empresa ou entidade como usuário externo é obrigatório, ressalvados os casos de outros órgãos ou entidades públicas que possuam regulamento específico, e permitirá:

I - o peticionamento eletrônico;

II - o acompanhamento dos processos de seu interesse;

III - a prática de atos processuais e a apresentação de informações ou documentos complementares; e

IV - a assinatura de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados com a Presidência da República.

§ 1º A partir da realização do cadastramento, todas as intimações e comunicações processuais serão realizadas por meio eletrônico.

§ 2º As pessoas jurídicas deverão indicar, em petição específica para esse fim, endereçada à Presidência da República, até cinco representantes cadastrados para o recebimento de intimações e comunicações.

Art. 19. Os usuários externos deverão enviar documentos digitalizados e com reconhecimento óptico de caracteres por meio de peticionamento eletrônico, que serão considerados cópias simples, para todos os efeitos legais.

Art. 20. O usuário externo é legalmente responsável pelo teor e pela integridade das informações contidas nos documentos digitalizados encaminhados à Presidência da República, e responderá por seu conteúdo, civil, penal e administrativamente.

§ 1º A Unidade Administrativa da Presidência da República poderá solicitar a apresentação do original do documento digitalizado sempre que necessário para o esclarecimento de dúvidas sobre o seu conteúdo, observados os prazos legais de guarda de documentos, definidos em lei ou regulamento.

§ 2º Caberá ao usuário externo apresentar, quando solicitado, o original do documento no prazo de cinco dias, prorrogável uma única vez, por igual período, contados da data de recebimento da solicitação administrativa.

§ 3º Caso haja identificação de indício de irregularidade, a qualquer momento, o usuário externo poderá ter a liberação ou o cadastro suspenso até a verificação de conformidade pela área responsável pelo processo.

§ 4º Em caso de impugnação da integridade do documento digital, em petição devidamente fundamentada, a Presidência da República diligenciará a apuração dos fatos.

Classificação arquivística, arquivamento e avaliação

Art. 21. Todos os processos do SUPER.GOV.BR terão classificação arquivística com base na legislação vigente.

Art. 22. Os processos eletrônicos do SUPER.GOV.BR serão mantidos na rede computacional da Presidência da República até que cumpram seus prazos de guarda definidos nas tabelas de temporalidade de documentos de arquivo.

Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço

Art. 23. Os atos administrativos oficiais de caráter interno, cuja publicação no Diário Oficial da União não seja exigida pela legislação em vigor, deverão ser publicados no Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço do SUPER.GOV.BR.

§ 1º Serão publicados no Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço do SUPER.GOV.BR os documentos que atendam cumulativamente os seguintes requisitos:

I - forem nato-digitais;

II - criados no SUPER.GOV.BR;

III - assinados eletronicamente; e

IV - contenham identificação prévia de publicável.

§ 2º Caberá às unidades administrativas da Presidência da República publicar no Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço do SUPER.GOV.BR os atos administrativos oficiais produzidos no âmbito de suas respectivas unidades.

Disposições Finais

Art. 24. Os órgãos e as entidades da administração pública federal que estejam fazendo uso do módulo de barramento de serviços devem utilizar-se preferencialmente dessa funcionalidade para o envio de documentos e processos à Presidência da República.

Art. 25. As disposições desta Portaria aplicam-se, no que couber, supletivamente, à Vice-Presidência da República.

Art. 26. A Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República poderá expedir instruções complementares para o cumprimento desta Portaria.

Art. 27. O uso inadequado do SUPER.GOV.BR fica sujeito à apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal, na forma da legislação em vigor.

Art. 28. Os casos omissos em relação ao disposto nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Especial de Administração, com assessoramento técnico da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Revogação

Art. 29. Fica revogada a Portaria SA/SG-PR nº 125, de 31 de maio de 2021.

Vigência

Art. 30. Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

CLOVIS FELIX CURADO JUNIOR

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

RESOLUÇÃO CREDEN/GSI-PR Nº 23, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre os Grupos Técnicos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **PRESIDENTE DA CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO CONSELHO DE GOVERNO**, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o que dispõem o art. 13 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e o arts. 7º e 8º do Decreto nº 9.819, de 3 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Dispor sobre Grupos Técnicos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

Art. 2º Os Grupos Técnicos de que trata esta Resolução têm como objetivo desenvolver ações e apresentar produtos específicos necessários à implementação das decisões da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

Art. 3º Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para a elaboração do diagnóstico nacional de segurança das infraestruturas críticas do setor de Barragens, na área prioritária de Águas.

Art. 4º O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, das seguintes instituições:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério da Defesa;

III - Ministério do Desenvolvimento Regional;

IV - Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

V - Agência Nacional de Energia Elétrica;

VI - Agência Nacional de Mineração;

VII - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

VIII - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico;

IX - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;

X - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; e

XI - Comitê Brasileiro de Barragens.

Art. 5º Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a elaboração do diagnóstico nacional de segurança das infraestruturas críticas do setor de Barragens.

Art. 6º Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Energia Elétrica, na área prioritária de Energia.

Art. 7º O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:

a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e

b) da Agência Brasileira de Inteligência;

II - Ministério da Defesa;

III - Ministério de Minas e Energia;

IV - Operador Nacional do Sistema Elétrico;

V - Agência Nacional de Energia Elétrica; e

VI - Eletrobrás Eletronuclear.

Art. 8º Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Energia Elétrica.

Art. 9º Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para a identificação das ameaças, das vulnerabilidades e das medidas de controle das infraestruturas críticas do setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, da área prioritária de Energia.

Art. 10. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:

a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e

b) da Agência Brasileira de Inteligência;

II - Ministério da Defesa;

III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - Ministério de Minas e Energia;

V - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;

VI - Embrapa Territorial;

VII - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

VIII - Petróleo Brasileiro S.A.;

IX - Empresa de Pesquisa Energética; e

X - Petrobras Transporte S.A..

Art. 11. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a identificação das ameaças, das vulnerabilidades e das medidas de controle das infraestruturas críticas do setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Art. 12. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Transportes Aéreos, da área prioritária de Transportes.

Art. 13. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:

a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e

b) da Agência Brasileira de Inteligência;

II - Ministério da Defesa;

III - Secretaria Nacional de Segurança Pública;

IV - Polícia Federal;

V - Secretaria Nacional de Aviação Civil;

VI - Departamento de Controle do Espaço Aéreo;

VII - Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

VIII - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

IX - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; e

X - Agência Nacional de Aviação Civil.

Art. 14. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Transportes Aéreos.

Art. 15. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Transportes Terrestres, da área prioritária de Transportes.

Art. 16. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:

a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e

b) da Agência Brasileira de Inteligência;

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - Ministério da Defesa;

IV - Ministério da Infraestrutura;

V - Ministério do Desenvolvimento Regional;

VI - Polícia Federal;

VII - Polícia Rodoviária Federal;

VIII - Departamento de Engenharia e Construção do Exército;

IX - Agência Nacional de Transportes Terrestres; e

X - Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes.

Art. 17. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a avaliação de riscos das infraestruturas críticas do setor de Transportes Terrestres.

Art. 18. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para a elaboração, aplicação e análise das respostas de questionário de coleta de informações para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas da área prioritária de Biossegurança e Bioproteção.

Art. 19. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:

a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e

b) da Agência Brasileira de Inteligência;

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - Ministério da Defesa;

IV - Ministério das Relações Exteriores;

V - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VI - Ministério da Educação;

VII - Ministério da Saúde;

VIII - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; e

IX - Ministério do Meio Ambiente.

Art. 20. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a elaboração, a aplicação e análise das respostas de questionário de coleta de informações para a avaliação de riscos das infraestruturas críticas da área prioritária de Biossegurança e Bioproteção.

Art. 21. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para o desenvolvimento de estudos de interdependências do setor de Defesa, na área prioritária de Defesa.

Art. 22. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério da Defesa;

III - Comando da Marinha;

IV - Comando do Exército; e

V - Comando da Aeronáutica.

Art. 23. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre o desenvolvimento de estudos de interdependências do setor de Defesa.

Art. 24. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para a elaboração da lista priorizada de infraestruturas críticas identificadas no setor de Governo Digital, da área prioritária de Governo Digital.

Art. 25. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgaos e entidades:

I - Ministério da Economia, que o coordenará, por meio:

a) do Departamento de Privacidade e Segurança da Informação;

b) do Gabinete da Secretaria de Governo Digital;

c) do Departamento de Inteligência de Dados;

d) do Departamento de Plataformas; e

e) do Departamento de Canais e Identidade Digital;

II- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que exercerá a coordenação adjunta, por meio:

a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional;

b) da Agência Brasileira de Inteligência; e

c) do Departamento de Segurança da Informação;

III - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;

IV - Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Modernização do Estado;

V - Serviço Federal de Processamento de Dados; e

VI - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social.

Art. 26. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre a elaboração de lista priorizada de infraestruturas críticas da área prioritária de Governo Digital.

Art. 27. Fica instituído o Grupo de Trabalho de acompanhamento da elaboração dos Projetos Básico e Executivo de construção do Laboratório NB4, na área prioritária de Biossegurança e Bioproteção.

Art. 28. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:

I - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que o coordenará;

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - Ministério da Defesa;

IV - Ministério das Relações Exteriores;

V - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VI - Ministério da Saúde;

VII - Ministério do Meio Ambiente; e
VIII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
Art. 29. Ao final dos trabalhos, o Grupo de Trabalho apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre o acompanhamento da elaboração dos Projetos Básico e Executivo de construção do Laboratório NB4, na área prioritária de Biossegurança e Bioproteção.
Art. 30. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para acompanhamento do setor de Abastecimento Urbano de Águas, na área prioritária de Águas.
Art. 31. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, das seguintes instituições:
I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério da Saúde;
IV - Ministério do Desenvolvimento Regional;
V - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
VI - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico;
VII - Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento;
VIII - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento; e
IX - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto.
Art. 32. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional o relatório sobre o acompanhamento do setor de Abastecimento Urbano de Águas.
Art. 33. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para acompanhamento do setor de Finanças, na área prioritária de Finanças.
Art. 34. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:
I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:
a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e
b) da Agência Brasileira de Inteligência;
II - Ministério da Economia;
III - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;
IV - Secretaria do Tesouro Nacional;
V - Banco Central do Brasil;
VI - Banco do Brasil;
VII - Caixa Econômica Federal;
VIII - Casa da Moeda do Brasil;
IX - Comissão de Valores Mobiliários; e
X - Serviço Federal de Processamento de Dados.
Art. 35. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre o acompanhamento do setor de Finanças.
Art. 36. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas para acompanhamento do setor de Transportes Aquaviários, na área prioritária de Transportes.
Art. 37. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:
I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará, por meio:
a) da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; e
b) da Agência Brasileira de Inteligência;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério da Infraestrutura;
IV - Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis;
V - Comando da Marinha;
VI - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
VII - Agência Nacional de Transportes Aquaviários; e
VIII - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
Art. 38. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre o acompanhamento do setor de Transportes Aquaviários.
Art. 39. Fica instituído o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas de Comunicações para acompanhamento dos setores de Telecomunicações, de Radiodifusão e de Serviços Postais, da área prioritária de Comunicações.
Art. 40. O Grupo Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, das seguintes instituições:
I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;
II - Ministério da Defesa;
III - Ministério das Comunicações;
IV - Comando da Marinha;
V - Comando do Exército;
VI - Comando da Aeronáutica;
VII - Agência Nacional de Telecomunicações;
VIII - Empresa Brasil de Comunicação
IX - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
X - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal;
XI - Associação Brasileira de Rádio e Televisão; e
XII - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.
Art. 41. Ao final dos trabalhos, o Grupo Técnico apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório sobre o acompanhamento dos setores de Telecomunicações, de Radiodifusão e de Serviços Postais.
Art. 42. Os representantes, titular e suplente, de cada instituição que compõe os Grupos Técnicos e de Trabalho instituídos nesta Resolução serão indicados pelos titulares das instituições que representam, em até 10 (dez) dias corridos a contar da data de publicação desta Resolução, e designados por ato do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
Parágrafo único. Cada membro titular do Grupo de Trabalho terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
Art. 43. Poderão ser convidados para participar das reuniões dos Grupos Técnicos e de Trabalho, sem direito a voto, outros representantes dos órgãos e das entidades que já o compõe, considerando a especificidade dos temas, a especialização dos servidores e a necessidade atestada de contribuição na construção dos estudos, objetivando os melhores resultados dos trabalhos.
Parágrafo único. Poderão ser convidados, ainda, especialistas dos demais órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e de instituições privadas, incluídas as organizações não governamentais, que terão sua participação justificada em razão da pauta, sem direito a voto.
Art. 44. As reuniões dos Grupos Técnicos e de Trabalho de que tratam os arts. 3º a 26 acontecerão conforme convocação da coordenação sendo, no mínimo, 10 (dez) reuniões no período de vigência do grupo.
Art. 45. As reuniões dos Grupos Técnicos de que tratam os arts. 27 a 38 acontecerão conforme convocação da coordenação sendo, no mínimo, 3 (três) reuniões, por setor, no período de vigência do grupo.
Art. 46. Os membros dos Grupos Técnicos e de Trabalho que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por meio de videoconferência e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.
Art. 47. As atividades dos Grupos Técnicos e de Trabalho serão concluídas no prazo de até 1 (um) ano a contar da data de publicação do ato de designação dos representantes, titular e suplente, de cada órgão ou entidade que o compõem.
Art. 48. A participação nos Grupos Técnicos e de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 49. Ficam revogados os seguintes normativos:
I - Resolução GSI/PR nº 14, de 24 de fevereiro de 2022;
II - Resolução GSI/PR nº 15, de 9 de março de 2022; e
III - Resolução GSI/PR nº 17, de 29 de março de 2022.
Art. 50. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA MAPA Nº 1.391, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Revogar a Portaria nº 872, de 27 de maio de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, do Anexo I ao Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, a Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo em vista o disposto no art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, e o que consta do Processo nº 21000.021817/2022-13 resolve:
Art. 1º Fica revogada a a Portaria nº 872, de 27 de maio de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Parágrafo único. A revogação que trata o caput não traz prejuízo à continuidade das análises dos recursos administrativos apresentados para regularização da Licença de Pescador e Pescadora Profissional com a devida inclusão da data de 1º registro para os recursos acolhidos.
Art. 2º O interessado que não regularizou a Licença de Pescador e Pescadora Profissional para a inclusão da data de 1º registro deverá protocolar a cópia de documento comprobatório ou da Licença de Pescador Profissional, preferencialmente, de forma digital nos sítios eletrônicos https://www.gov.br/pt-br/servicos/peticionar-documentos-eletronicamente-ao-ministerio-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento ou https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-mapa, ou fisicamente na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Unidade da Federação de residência do interessado, conforme Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento alterada pela Portaria nº 1.099, de 29 de junho de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Art. 3º É de responsabilidade do pescador e pescadora profissional manter seus dados cadastrais atualizados no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

PORTARIA MAPA Nº 1.393, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento com o método de espinhel horizontal de superfície, espinhel boiado e long-line, da embarcação de pesca ANANIAS MAR I, e concede, em substituição, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento com o método de espinhel horizontal de superfície, espinhel boiado e long-line à embarcação de pesca ANANIAS MAR II.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 33 do Anexo I ao Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, a Portaria nº 643, de 24 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Instrução Normativa 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, a Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, o que consta do Processo nº 00356.000019/2019-44, resolve:
Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ANANIAS MAR I, de propriedade de AUDISUI CARNEIRO DE FREITAS, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº CE-0030877-5 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 163-004741-4, na modalidade de permissionamento com método de espinhel horizontal de superfície, espinhel boiado e long-line, para a captura das espécies-alvo: Albacora laje (Thunnus albacares); Albacora branca (Thunnus alalunga); Albacora bandolim (Thunnus obesus), com área de operação no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e águas Internacionais, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 1.01.002, que corresponde ao item 1.1, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.
Art. 2º Conceder, em substituição, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ANANIAS MAR II, de propriedade de AUDISUI CARNEIRO DE FREITAS, inscrita na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 163-004840-2, na modalidade de permissionamento com método de espinhel horizontal de superfície, espinhel boiado e long-line, para a captura das espécies-alvo: Albacora laje (Thunnus albacares); Albacora branca (Thunnus alalunga); Albacora bandolim (Thunnus obesus), com área de operação no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e águas Internacionais, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 1.01.002, que corresponde ao item 1.1, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

PORTARIA MAPA Nº 1.396, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Suspende a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ALBACORA GPS, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira SC-0001331-7, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 do Anexo I ao Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; a Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e o que consta do Processo nº 21050.005651/2022-94, resolve:
Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação ALBACORA GPS, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0001331-7 e na Autoridade Marítima sob o nº 381-021471-0 código da frota: 4.01.005 (4.2) no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento: Cerco (traineira), espécie alvo: Sardinha verdadeira (Sardinella brasiliensis) e fauna acompanhante, na área de atuação: Mar territorial SE; e ZEE SE, tendo em vista o não cumprimento do disposto no art. 7° por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; inciso II do art. 4° da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e do art. 12 da

Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca, o descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 708, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

Cancelar, a pedido, o credenciamento do ALS Laboratórios LS LTDA, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 25 e 71, do Anexo I do Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.120897/2022-81, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, o credenciamento do ALS Laboratórios LS LTDA, CNPJ nº 67.641.696/0001-06, localizado na Rua Fábia, nº 59, Bairro Vila Romana, CEP: 05.051-030, São Paulo/SP, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 178, de 13 de setembro de 2019, publicada no D.O.U em 23 de setembro de 2019, nº 184, Seção 1, página 14.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

PORTARIA SDA Nº 714, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Descredencia a empresa JN Certificadora de Alimentos LTDA à cessão de pessoal auxiliar à inspeção post mortem.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 25 e 71 do Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 7º da Portaria 345, de 1º de julho de 2021, e o que consta do Processo nº 21052.022930/2022-01 resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa JN Certificadora de Alimentos LTDA, CNPJ nº 45.033.363/0001-61, localizado na avenida 21, 2186, América, CEP: 147.830-61, Barretos - SP, para a cessão de pessoal auxiliar à inspeção post mortem, para o cumprimento do inciso II do art. 73, do Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SDA Nº 657, de 21 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 26 de setembro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

PORTARIA SDA Nº 715, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Estabelecer os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de abobrinha (Cucurbita pepo) de qualquer origem, com exceção MERCOSUL.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 25 e 71 do Anexo I do Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, e o que consta do Processo nº 21000.039816/2020-55, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4) de abobrinha (Cucurbita pepo), de qualquer origem, exceto para países do MERCOSUL.

Art. 2º As sementes devem estar acondicionadas em embalagens de primeiro uso e livres de solo.

Art. 3º As sementes devem estar acompanhadas de Certificado Fitossanitário, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país de origem, com a seguinte Declaração Adicional:

I - "O envio encontra-se livre de Cucumber fruit mottle mosaic virus, Cucumber green mottle mosaic virus e Tomato black ring virus, de acordo com o resultado da análise oficial do laboratório nº ( )".

Art. 4º De acordo com o status fitossanitário em seu território, o país de origem poderá, alternativamente, para qualquer uma das pragas relacionadas no art. 3º, declarar:

I - "A/s (praga/s) é/são praga/s quarentenária/s ausente/s para (país de origem)."; ou

II - "A/s (praga/s) não está/ão presente/s no (país de origem)."

Art. 5º O país de origem deve comunicar previamente, para aprovação da Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Brasil, as declarações adicionais que serão utilizadas na emissão do Certificado Fitossanitário.

Parágrafo Único. Caso não haja a comunicação prévia e aprovação prevista no caput deste artigo, o país de origem deve cumprir o previsto no art. 3º, ficando impossibilitado de utilizar as declarações alternativas previstas no art. 4º.

Art. 6º Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 1º Os custos do envio das amostras e da análise fitossanitária serão com ônus para o interessado.

§ 2º A critério da fiscalização, o interessado poderá ficar como depositário do restante do envio até a conclusão do processo pela fiscalização.

Art. 7º No caso de interceptação de praga quarentenária ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o envio será destruído ou rechaçado e a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país de origem será notificada, podendo a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Brasil suspender as importações de sementes de abobrinha do país de origem com interceptação até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 8º O envio não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

§ 1º Para Alemanha, Chile, China, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, Países Baixos, Peru, Tailândia e Taiwan fica concedido o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias para que as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - ONPF dos países de origem adaptem os seus procedimentos para aplicação das exigências previstas nesta Portaria.

§ 2º Durante o prazo previsto no § 1º se aplicam as exigências em vigor ao tempo da entrada em vigência desta Portaria.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

PORTARIA SDA Nº 717, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Estabelecer os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de Pimentão e Pimentas (Capsicum annuum) de qualquer origem, com exceção do MERCOSUL.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 25 e 71 do Anexo I do Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, e o que consta do Processo nº 21000.070880/2020-11, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4) de pimentão e pimenta (Capsicum annuum), de qualquer origem, exceto para países do MERCOSUL.

Art. 2º As sementes devem estar acondicionadas em embalagens de primeiro uso e livres de solo.

Art. 3º As sementes devem estar acompanhadas de Certificado Fitossanitário, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país de origem, com as seguintes Declarações Adicionais:

I - "O envio encontra-se livre de Pepper chat fruit viroid, Potato spindle tuber viroid, Tomato brown rugose fruit virus e Tomato ringspot virus, de acordo com o resultado da análise oficial do laboratório nº ( )"; e

II - "O envio encontra-se livre de Tobacco rattle virus e Tomato bushy stunt virus, de acordo com o resultado da análise oficial do laboratório nº ( )" ou "O lugar de produção foi inspecionado durante a fase reprodutiva da cultura e encontra-se livre de Tobacco rattle virus e Tomato bushy stunt virus.".

Art. 4º De acordo com o status fitossanitário em seu território, o país de origem poderá, alternativamente, para qualquer uma das pragas relacionadas no art. 3º, declarar:

I - "A/s (praga/s) é/são praga/s quarentenária/s ausente/s para (país de origem)."; ou

II - "A/s (praga/s) não está/ão presente/s no (país de origem)."

Art. 5º O país de origem deve comunicar previamente, para aprovação da Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Brasil, as declarações adicionais que serão utilizadas na emissão do Certificado Fitossanitário.

Parágrafo Único. Caso não haja a comunicação prévia e aprovação prevista no caput deste artigo, o país de origem deve cumprir o previsto no art. 3º, ficando impossibilitado de utilizar as declarações alternativas previstas no art. 4º.

Art. 6º Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º Os custos do envio das amostras e da análise fitossanitária serão com ônus para o interessado.

§ 2º A critério da fiscalização, o interessado poderá ficar como depositário do restante do envio até a conclusão do processo pela fiscalização.

Art. 7º No caso de interceptação de praga quarentenária ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o envio será destruído ou rechaçado e a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país de origem será notificada, podendo a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Brasil suspender as importações de sementes de pimentão e pimenta do país de origem com interceptação até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 8º O envio não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

§ 1º Para Alemanha, Chile, China, Costa Rica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Índia, Itália, Japão, México, Países Baixos, Tailândia, Taiwan e Vietnã fica concedido o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias para que as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - ONPF - dos países de origem adaptem os seus procedimentos para aplicação das exigências previstas nesta Portaria.

§ 2º Durante o prazo previsto no § 1º se aplicam as exigências em vigor ao tempo da entrada em vigência desta Portaria.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 129, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre procedimentos administrativos para a criação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra de projetos de assentamento e de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 110, incisos VI, VII e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte, e considerando o disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e no Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, bem como o que consta dos autos do processo nº 54000.126305/2021-11, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DOS CONCEITOS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos administrativos para a criação, pelo Incra, de projetos de assentamento e de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, para o ingresso de famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, consideram-se:

I - Projeto de Assentamento - PA: modalidade convencional de projeto, criado ou reconhecido pelo Incra, cuja área é destinada ao assentamento de famílias de agricultores ou trabalhadores rurais;

II - Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE: projeto ambientalmente diferenciado, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, mediante atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem tradicionalmente a respectiva área;

III - Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS: projeto ambientalmente diferenciado, de interesse social e ecológico destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e outras atividades de baixo impacto ambiental;

IV - Projeto de Assentamento Florestal - PAF: projeto ambientalmente diferenciado, destinado ao manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável ao bioma Amazônia; e

V - Portaria de criação do projeto de assentamento: ato autorizativo que cria o projeto de assentamento em qualquer das suas modalidades.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Caberá à Superintendência Regional do Incra:

I - formalizar no Sistema Eletrônico de Informações - SEI processo administrativo específico para a criação de projeto de assentamento ou de projeto de assentamento ambientalmente diferenciado, instruído com os seguintes documentos:

a) cópia do parecer ou documento equivalente, que comprovou a viabilidade técnica do imóvel para a criação de assentamento;

b) cópia do decreto presidencial de manifestação de interesse social e da imissão na posse e respectiva certidão averbada, no caso de desapropriação;

c) cópia da escritura pública, no caso de aquisição por compra e venda, doação, adjudicação;

d) demais atos ou documentos relativos a outras formas de obtenção; e

e) planta e memorial descritivo do imóvel.

II - elaborar parecer conclusivo acerca da regularidade processual, abordando os seguintes aspectos:

a) identificação do imóvel e código do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR;

b) área em hectares estimada ou georreferenciada;

c) forma de obtenção;

d) denominação e modalidade do projeto de assentamento;

e) identificação dos municípios de localização e limítrofes definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

f) capacidade de unidades familiares com base no laudo técnico ou Estudo de Capacidade de Geração de Renda - ECGR.

III - elaborar minuta de portaria de criação do projeto de assentamento, conforme Anexo I desta Instrução Normativa;

IV - expedir comunicação ao Munícipio, informando sobre a proposta de criação de projeto de assentamento na região; e

V - submeter à Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD, por Despacho Decisório do Superintendente Regional, a proposta de criação do projeto de assentamento, conforme Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 4º Caberá à Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD:

I - analisar a conformidade da proposta da criação de projeto de assentamento; e

II - autorizar a criação de projeto de assentamento por Despacho Decisório do Diretor, conforme Anexo III desta Instrução Normativa, submetendo para aprovação do Presidente do Incra.

Art. 5º O Presidente do Incra aprovará a criação do projeto de assentamento por meio de edição de Portaria de criação do projeto de assentamento, conforme Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 1º Após a publicação da Portaria no Diário Oficial da União, fica a Superintendência Regional autorizada a dar início ao processo de seleção de famílias como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

§ 2º Em se tratando de criação de projeto de assentamento em área pública sob gestão do Incra, o ato fica condicionado à prévia autorização do Conselho Diretor - CD quanto à declaração de interesse social, conforme procedimento definido na Portaria Incra nº 2.445, de 15 de dezembro de 2022.

Art. 6º O projeto de assentamento será criado em imóvel rural de área contínua, e havendo mais de uma matrícula deverá ser feita a unificação.

Art. 7º A denominação do projeto de assentamento será, preferencialmente, a mesma denominação do imóvel, sendo vedada a atribuição de nome de pessoa viva, pessoa jurídica e entidades sociais, em atendimento aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública.

Parágrafo único. Os projetos de assentamento existentes que não atendam o disposto no caput deverão ter seus nomes alterados, com subsequente publicação da portaria no Diário Oficial da União.

Art. 8º Após a criação do assentamento a Superintendência Regional deverá expedir comunicação ao Munícipio, informando sobre a criação de projeto de assentamento na região, enviando cópia da Portaria.

Art. 9º Na hipótese de alteração de área ou parcelas do projeto de assentamento, proveniente de georreferenciamento, de certificação, ou de atualização da matrícula em cartório de registro de imóveis, deverá ser expedida nova Portaria, em retificação à Portaria que criou o projeto de assentamento.

§ 1º Para fins do disposto no caput, a Superintendência Regional deverá elaborar Nota Técnica fundamentada, aprovada pelo Superintendente Regional.

§ 2º Havendo necessidade de retificação dos dados constantes da Portaria de criação do projeto de assentamento, para sanar omissão, equívoco ou erro, inclusive de grafia, deverá ser editado simples documento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, intitulado Retificação.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os projetos de assentamento criados a partir da entrada em vigor do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, deverão ser adequados ao disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento -DD.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

ANEXO I

MODELO DE PORTARIA DE CRIAÇÃO

PORTARIA Nº xxxxx, de xxxxx de xxxxxxx de xxxxxxx

Ementa: Criação do Projeto de Assentamento denominado ____, localizado no município de ____, Estado ____, sob gestão da Superintendência Regional _____.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 110, incisos VI, VII e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020.

Considerando o constante dos autos do processo nº _____,

Considerando a necessidade de conceder destinação ao imóvel rural denominado xxxxxxx, com a área de xxxxxxxx ha, localizado nos municípios de xxxxxxxxxx , no Estado xxxxxxxx, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, na forma de obtenção por xxxxxxxxx, pelo ato xxxxxxxx, de xxxxxxxx;

Considerando a proposta da criação do projeto de assentamento pela Superintendência Regional xxxxxxxxxx, autorizada pela Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento (DD), que decidiram pela regularidade da proposta, resolve:

Art. 1º Aprovar a criação do Projeto de assentamento denominado xxxxxxxxxxxx, código SIPRA nº xxxxxxxx, com área xxxxxxxx ha, localizado no município de xxxxxxxxxx, tendo como município(s) limítrofe(s) xxxxxxxxxxxxxxxxxx, definidos pelo IBGE, Estado xxxxxxxxxx, visando ao assentamento de xxxx unidades familiares.

Art. 2º Autorizar a Superintendência Regional dar início ao processo de seleção para a inclusão das unidades familiares como beneficiárias do PNRA, sujeito à verificação das vedações constantes do artigo 20 da Lei nº 8.629, de 1993.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

(Assinatura do Presidente do Incra)

ANEXO II

MODELO DE DESPACHO DECISÓRIO DO SUPERINTENDENTE REGIONAL

DESPACHO DECISÓRIO Nº xxxxx/2022/SR(xxx)/INCRA

Processo nº xxxxxxxxxxxxxxxxx

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no inciso VI do artigo 118 do Regimento Interno da INCRA, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, e de acordo com a Resolução Nº 20, de 12 de maio de 2022, publicada no DOU 90, Seção 1, Página 7, publicada em 13/05/2022;

Considerando os termos do Parecer (SEI nº xxxxxxxx); e

Considerando a Resolução do Comitê de Decisão Regional (SEI nº xxxxx);, resolve:

I - PROPOR a criação do Projeto de assentamento denominado xxxxxxxxxxxx, código SIPRA nº xxxxxxxx, com área xxxxxxxx ha, localizado no município de xxxxxxxxxx, tendo como município(s) limítrofe(s) xxxxxxxxxxxxxxxxxx, definidos pelo IBGE, Estado xxxxxxxxxx, visando ao assentamento de xxxx unidades familiares.

II - ENCAMINHAR os autos à Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento para autorização da matéria, visando a aprovação da criação do Projeto de assentamento xxxxxxxxxxxx pelo Presidente do Incra, conforme Minuta de Portaria (SEI nº xxxxx).

(Assinatura do Superintendente Regional)

ANEXO III

MODELO DE DESPACHO DECISÓRIO DO DIRETOR

DESPACHO DECISÓRIO Nº xxxxx/2022/DD/INCRA

Processo nº xxxxxxxxxxxxxxxxx

O DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DD, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no artigo 85 do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, e de acordo com a Resolução Nº 20, de 12 de maio de 2022, publicada no DOU 90, Seção 1, Página 7, publicada em 13/05/2022;

Considerando o Despacho Decisório da SR(XXXX), SEI nº xxxxxxxx ; e

Considerando a análise de conformidade efetuada pela Coordenação-Geral de Implantação (DDI), Despacho SEI nº xxxxx , resolve:

I - AUTORIZAR a criação do Projeto de assentamento denominado xxxxxxxxxxxxx, código SIPRA nº xxxxxxxx, com área xxxxxxxx ha, localizado no município de xxxxxxxxxx, tendo como município(s) limítrofe(s) xxxxxxxxxxxxxxxxxx, definidos pelo IBGE, Estado xxxxxxxxxx, visando ao assentamento de xxxx unidades familiares.

II- ENCAMINHAR os autos ao Gabinete (GAB) para emissão de Portaria de aprovação da criação do Projeto de assentamento xxxxxxxx pelo Presidente do Incra.

(Assinatura do Diretor da DD)

PORTARIA Nº 2.449, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 110, incisos VI, VII e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte;

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.185824/2019-98 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural Fazenda Sussuarana, com área total de 55,8400 ha (cinquenta e cinco hectares e oitenta e quatro), localizado no Município de Camamu/BA;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 55,8400 ha (cinquenta e cinco hectares e oitenta e quatro), equivalente a 3,72266 Módulos de Exploração Indefinida - MEI, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município Camamu/BA é de 15 (quinze) hectares;

Considerando que área total do Município de Camamu/BA, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 839,702 (oitocentos e trinta e nove mil e setecentos e dois) Km², ou seja, 83.970,20000 ha (oitenta e três mil novecentos e setenta hectares e duzentos ares), e por ser casado com brasileira e ter filhos brasileiros, o estrangeiro fica dispensado das restrições previstas no § 1º e caput do art. 12 da Lei nº 5.709/1971 e no § 1º e caput do art. 5º do Decreto nº 74.965/1974;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula nº 4.056 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Camamu/BA, situado no Município de Camamu, Estado da Bahia, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; e

Considerando a decisão exarada na Resolução do Conselho Diretor nº 74, de 15 de dezembro de 2022, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, ERIC CAVALOC, engenheiro agrônomo, de nacionalidade francesa, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro na classificação Permanente, RNE nº V160377-W, com validade indeterminada, expedida pelo CHEFE/DICRE/DIREX/DPF, em 06/02/2018, inscrito no CPF nº xxx.622.xxx-34, casado pelo regime de separação total de bens com ALESSANDRA DAMÁSIO LOPES, de nacionalidade brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 04.020.xxx-01, SSP-BA, inscrita no CPF sob o nº 649.xxx.565-xx, a adquirir o imóvel rural denominado Fazenda Sussuarana, com área de 55,8400 ha (cinquenta e cinco hectares e oitenta e quatro), localizado no Município de Camamu/BA, e cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 950.190.657.727-7.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 2.450, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 110, incisos VI, VII e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte;

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.046396/2022-84 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do INCRA para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural "Fazenda Pasto das Éguas ou Virgulino", com área total de 104,2583 ha (cento e quatro hectares, vinte cinco ares e oitenta e três centiares), localizado no Município de Passa Tempo/MG;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 104,2583ha (cento e quatro hectares, vinte e cinco ares e oitenta e três centiares), equivalente a 6,9505533 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município Parra Tempo/MG é de 15 (quinze) hectares;

Considerando que área total do Município de Passa Tempo/MG, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 429,172 (quatrocentos e vinte e nove vírgula cento e setenta e dois) Km², ou seja, 42.917,2000 (quarenta e dois mil, novecentos e dezessete hectares e vinte ares) hectares, e por ter filha brasileira, o requerente fica dispensado das restrições impostas pelo § 1º e caput do art. 12 da Lei nº 5.709/1971 e pelo § 1º e caput do art. 5º do Decreto nº 74.965/1974;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula nº 12.835 do Serviço Registral Imobiliário de Passa Tempo/MG, situado no Município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro;

Considerando a decisão exarada na Resolução do Conselho Diretor nº 75, de 15 de dezembro de 2022;, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 1974, FRANCESCO ZANOTTO, empreendedor, divorciado, de nacionalidade italiana, portador da Carteira de Registro Nacional Migratório, classificação Residente, RNM nº V093883-S, com validade indeterminada, expedida pelo CGPI/DIREX/PF, em 07/06/2022, inscrito no CPF sob o nº 015.xxx.846-xx, a adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Pasto das Éguas ou Virgulino", com área de 104,2583ha (cento e quatro hectares, vinte e cinco ares e oitenta e três centiares), localizado no Município de Passa Tempo/MG, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº. 435.163.008.630-4.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 2.452, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 110, incisos VI, VII e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte;

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.088803/2022-21 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do INCRA para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural: "Sítio Água Clara -Gleba B", com área de 68,2000 ha (sessenta e oito hectares e vinte ares), localizado no município de São Lourenço/MG;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 68,2000 ha (sessenta e oito hectares e vinte ares), equivalente a 4,45 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município de São Lourenço/MG é de 15 (quinze) hectares;

Considerando que área total do Município de São Lourenço, estado de Minas Gerais, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 58,19 km² (cinquenta e oito e dezenove quilômetros quadrados) ou seja, 5.308,9400 ha (cinco mil, trezentos e oito hectares e noventa e quatro centiares) e por serem casados com pessoas de naturalidade brasileira sob regime de comunhão parcial de bens, os requerentes ficam dispensados das restrições impostas pelo § 2º e caput III do art. 12 da Lei nº 5.709/1971 e pelo § 1º do art. 5º do Decreto nº 74.965/1974;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula 35.498, do ofício do Registro de Imóveis da cidade e Comarca de São Lourenço (MG), encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; e

Considerando a decisão exarada na Resolução do Conselho Diretor nº 76, de 16 de dezembro de 2022;, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, WILLEM GERARD JETHS, empresário, de nacionalidade holandesa, portador da na condição de permanente, RNE V303346-D, emitida pela CGPI/DIREX/DPF, em 29/04/2022, com validade indeterminada, CPF 510.xxx.302-xx, casado pelo regime de comunhão parcial de bens com Edna Almeida Magalhães Jeths, brasileira, do lar, portadora do RG nº 53xx731 PC/PA e inscrita no CPF sob Nº 227.xxx.402-xx; e EVALU ELENA RIVERO UNDA PONTE, venezuelana, do lar, portadora da Cédula de Identidade de Estrangeiro, na condição de permanente, RNE - V752932-I, emitida pela CGPI/DIREX/DPF, em 11/10/2011, com validade indeterminada e inscrita no CPF sob nº 752.xxx.821-xx, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, com Alcyr Jesus Monteiro de Souza, brasileiro, advogado, portador do RG nº 3.566.xxx SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 184.xxx.806-xx, a adquirirem o imóvel rural denominado "Sítio Água Clara - Gleba B", com área de 68,2000 ha (sessenta e oito hectares e vinte ares), localizado no município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR sob o código o código 425.036.001.643-0.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 2.453, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 110, incisos VI, VII e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte;

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.103349/2022-45 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do INCRA para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado Sítio Nossa Senhora - Gleba B, com área de 2,0376ha (dois hectares, três ares e setenta e seis centiares), localizado no Município de Bueno Brandão/MG;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 2,0376ha (dois hectares, três ares e setenta e seis centiares), equivalente a 0,20376 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município de Bueno Brandão/MG é de 10 (dez) hectares;

Considerando que a área requerida pelos interessados somada às áreas rurais já adquiridas, não ultrapassa o limite de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o art. 7º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;

Considerando que área total do Município de Bueno Brandão/MG, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 356,150 (trezentos e cinquenta e seis) Km², ou seja, 35.615,0000ha (trinta e cinco mil, seiscentos e quinze hectares) e por ser casado com brasileira e ter filho brasileiro, o requerente estrangeiro fica dispensado de apresentar as certidões dos cartórios de imóveis do município com o somatório das áreas rurais cujos detentores/arrendatários são estrangeiros, se enquadra no inciso III do § 2º do art. 5º do Decreto nº 74.965, de 1974 e no inciso III do § 2º do art. 12 da Lei nº 5.709, de 1971;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula nº 9.375 - Livro nº 2 Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis de Bueno Brandão, situado no Município de Bueno Brandão/MG, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; e

Considerando a decisão exarada na Resolução do Conselho Diretor nº 77, de 16 de dezembro de 2022;, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, ADRIAN ROCHA RIVAS, administrador, de nacionalidade uruguaia, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro na classificação Permanente, RNE nº W600676-F, válida até 12/11/2024, expedida pelo CHEFE/DICRE/DIREX/DPF, em 03/12/2015, inscrito no CPF sob o nº 151.xxx.798-xx, casado pelo regime de comunhão parcial de bens com LINDINALVA CLAUDETE PEREIRA, de nacionalidade brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 22.950.382-2 expedida em 22/02/2017 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrita no CPF sob o nº 687.xxx.856-xx,, a adquirir o imóvel rural denominado Sítio Nossa Senhora - Gleba B, com área de 2,0376ha (dois hectares, três ares e setenta e seis centiares), localizado no Município de Bueno Brandão/MG, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 446.025.003.700-2.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 2454, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 110, incisos VI, VII e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte;

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.094365/2022-30 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do INCRA para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado "Chácaras", com área de 39,2686 (trinta e nove hectares, vinte e seis ares e oitenta e seis centiares), localizado no município de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 39,2686 ha (trinta e nove hectares, vinte e seis ares e oitenta e seis centiares) equivalentes a 7,8 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município de Gravataí/RS é de 5 (cinco) hectares;

Considerando que a área requerida pelos interessados somada às áreas rurais já adquiridas, não ultrapassa o limite de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o art. 7º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;

Considerando que área total do Município de Gravataí (RS), conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE - é de 468,288 km² (quatrocentos e sessenta e oito, duzentos e oitenta e oito quilômetros quadrados), equivalentes a 46.828,8000 ha (quarenta e seis mil hectares, oitocentos e vinte oito ares e oitenta centiares), o requerente estrangeiro fica dispensado de apresentar as certidões dos cartórios de imóveis do município com o somatório das áreas rurais cujos detentores/arrendatários são estrangeiros, se enquadra no inciso III do § 2º do art. 5º do Decreto nº 74.965, de 1974 e no inciso III do § 2º do art. 12 da Lei nº 5.709, de 1971;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída das matrículas 9.137, 9.138, 9.139 e 9.140, do Livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis de Gravataí - RS, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro;

Considerando a decisão exarada na Resolução do Conselho Diretor nº 78 , de 16 de dezembro de 2022;, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, KATALIN MARKO ANDREUCHETTI, viúva, de nacionalidade húngara, portadora da Carteira de Registro Nacional Estrangeiro - RNE n° W143184-W, emitida pela Polícia Federal da República Federativa do Brasil, em 12/09/2007 - CGPI/DIREX/DPF, com classificação permanente e validade até 12/09/2016, inscrita no CPF/MF sob o n° 476.xxx.920-xx, a adquirir o imóvel rural denominado "Chácaras", com área de 39,2686 ha (trinta e nove hectares, vinte seis ares e oitenta e seis centiares), equivalente a 7,8 Módulos de Exploração Indefinida, localizado no município de Gravataí - RS - objeto das matrículas 9.137, 9.138, 9.139 e 9.140, do Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis de Gravataí - RS, cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR/INCRA sob o código nº 851.086.007.013-5.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 2.455, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por empresa estrangeira.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 110, incisos VI, VII e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte;

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.086932/2021-01 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do Incra para aquisição ou arrendamento de imóvel rural;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas no referido processo, favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado "um terreno rural situado em Morro Bonito", com área total de 27,7741ha (vinte e sete hectares, setenta e sete ares e quarenta e um centiares), localizado no Município de Jaguaruna/SC;

Considerando que área total do Município de Jaguaruna/SC, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 326,362 (trezentos e vinte e seis vírgula trezentos e sessenta e dois) Km², corresponde a 32.636,2000ha (trinta e dois mil, seiscentos e trinta e seis hectares e vinte ares);

Considerando que a área requerida é de 27,7741ha (vinte e sete hectares, setenta e sete ares e quarenta e um centiares), equivalente a 2,77 Módulos de Exploração Indefinida, somada às áreas já adquiridas, não ultrapassa o limite de 100 (cem) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o § 2º do art. 23 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, bem como não suplanta os percentuais máximos de vinte e cinco por cento (25%) da superfície do Município onde se localiza o imóvel como sendo de propriedade ou de posse por arrendamento por estrangeiros e de dez por cento (10%) dessa superfície por estrangeiros de uma mesma nacionalidade (art. 12, § 1º, da Lei nº 5.709/1971 e art. 5º, § 1º, do Decreto nº 74.965/1974);

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação, constituída da matrícula: 32.840 do Ofício de Registro de Imóveis de Jaguaruna/SC, situado no Município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; e

Considerando a aprovação do projeto de exploração - atividade minerária, vinculado aos objetivos estatutários/sociais da empresa, foi apreciado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e teve parecer técnico favorável da Agência Nacional de Mineração - ANM (Parecer Técnico nº 263/2022/DIFIS-SC/GER-SC);

Considerando a decisão exarada na Resolução do Conselho Diretor nº 79, de 16 de dezembro de 2022;, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 1974, e na Lei nº 6.634, de 1979, Decreto nº 85.064, de 1980, a empresa UNIMIN DO BRASIL LTDA., sociedade empresarial por cotas de responsabilidade limitada, identificada como empresa brasileira equiparada à empresa estrangeira, com sede no Brasil, na Estrada Geral do Morro Bonito, Km 02, Jaguaruna/SC, CEP 88.715-000, inscrita no CNPJ sob o nº 56.139.066/0001-11, e registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42203171262, representada por seu procurador WILLIAM EDUARDO FREIRE, advogado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 47.727 OAB/MG, a adquirir o imóvel rural denominado "um terreno rural situado em Morro Bonito", com área de 27,7741ha (vinte e sete hectares, setenta e sete ares e quarenta e um centiares), localizado no Município de Jaguaruna/SC, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 810.037.007.781-2.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 2.456, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por empresa estrangeira.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 110, incisos VI, VII e XX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte;

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.092361/2020-55 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do Incra para aquisição ou arrendamento de imóvel rural;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas no referido processo, favoráveis à proposta de aquisição do imóvel denominado Terreno Rural Morro Bonito, com área total de 1,9793ha (um hectare, noventa e sete ares, e noventa e três centiares), localizado no Município de Jaguaruna-SC;

Considerando que área total do Município de Jaguaruna/SC, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 326,362 (trezentos e vinte e seis vírgula trezentos e sessenta e dois) Km², corresponde a 32.636,2000ha (trinta e dois mil, seiscentos e trinta e seis hectares e vinte ares);

Considerando que a área requerida é de 1,9793ha (um hectare, noventa e sete ares, e noventa e três centiares), equivalente a 0,19 Módulos de Exploração Indefinida, somada às áreas já adquiridas, não ultrapassa o limite de 100 (cem) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o § 2º do art. 23 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, bem como não suplanta os percentuais máximos de vinte e cinco por cento (25%) da superfície do Município onde se localiza o imóvel como sendo de propriedade ou de posse por arrendamento por estrangeiros e de dez por cento (10%) dessa superfície por estrangeiros de uma mesma nacionalidade (art. 12, § 1º, da Lei nº 5.709/1971 e art. 5º, § 1º, do Decreto nº. 74.965/1974);

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação, constituída da matrícula: 21.798 do Ofício de Registro de Imóveis de Jaguaruna/SC, situado no Município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; e

Considerando a aprovação do projeto de exploração - atividade minerária, vinculado aos objetivos estatutários/sociais da empresa, foi apreciado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e teve parecer técnico favorável da Agência Nacional de Mineração - ANM (Parecer Técnico nº 264/2022/DIFIS-SC/GER-SC);

Considerando a decisão exarada na Resolução do Conselho Diretor nº 80, de 16 de dezembro de 2022;, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 1974, e na Lei nº 6.634, de 1979, Decreto nº 85.064, de 1980, a empresa UNIMIN DO BRASIL LTDA., sociedade empresarial por cotas de responsabilidade limitada, identificada como empresa brasileira equiparada à empresa estrangeira, com sede no Brasil, na Estrada Geral do Morro Bonito, Km 02, Jaguaruna/SC, CEP 88.715-000, inscrita no CNPJ sob o nº 56.139.066/0001-11, e registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42203171262, representada por por seus procuradores ALEXANDRE OHEB SION, advogado, brasileiro, inscrito na OAB/MG nº 127.470, e BERNARDO BARBOSA PIMENTEL PESSOA, advogado, brasileiro, inscrito na OAB/MG nº 112.729, a adquirir o imóvel rural denominado Terreno Rural em Morro Bonito, com área total de 1,9793ha (um hectare, noventa e sete ares, e noventa e três centiares), localizado no Município de Jaguaruna-SC, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 951.080.357.812-6.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1.322, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO SUDESTE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531 de 23 de março de 2020 - Art. 118 - Publicado no D.O.U nº 57, Seção I, de 24 de março de 2020; ao apreciar a manifestação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos e,

CONSIDERANDO o Despacho SR(PA/SE)D1 (SEI nº 11598169);

CONSIDERANDO o Despacho SR(PA/SE)F fl. 8 (SEI nº 14691117);

CONSIDERANDO o Despacho SR(PA/SE)F fl. 14 (SEI nº 14691117);

CONSIDERANDO o Despacho SR(PA/SE)G (SEI nº 14644014);

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo CDR em 15/12/2022, conforme Ata de Reunião SR(PA/SE)CDR (SEI nº 15103904);, resolve:

I - Aprovar o não interesse para fins de reforma agrária da área da Fazenda Ibirapuera, município de Goianésia do Pará/PA;

II - Encaminhar à Divisão de Governança Fundiária - SR(PA/SE)F para ciência e encaminhamentos, viabilizando a regularização/titulação do ocupante apto, com a urgência que o caso requer;

III- Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO LOPES SANTANA
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 1.323, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO SUDESTE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531 de 23 de março de 2020 - Art. 118 - Publicado no D.O.U nº 57, Seção I, de 24 de março de 2020; ao apreciar a manifestação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos e,

CONSIDERANDO que já foi criado o "Projeto de Assentamento Marajaí dos Carajás" em cumprimento ao acordo vigente firmado com a Vara Agrária de Marabá;

CONSIDERANDO a vigência do Memorando-Circular nº 01/2019/SEDE/INCRA, de 27/03/2019, onde consta a orientação da "necessária e expressa suspensão das atividades de vistorias de imóveis rurais para fins de obtenção, como também os processos administrativos em fase de instrução".

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo CDR em 15/12/2022, conforme Ata de Reunião SR(PA/SE)CDR (SEI nº 15103904);, resolve:

I - Aprovar o fim do interesse administrativo no imóvel rural denominado Fazenda Candiúba para o PNRA;

II - Encaminhar à Divisão de Governança Fundiária - SR(PA/SE)F para ciência e encaminhamentos, viabilizando a regularização/titulação dos ocupantes aptos, com a urgência que o caso requer;

III- Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO LOPES SANTANA
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 1.324, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO SUDESTE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531 de 23 de março de 2020 - Art. 118 - Publicado no D.O.U nº 57, Seção I, de 24 de março de 2020; ao apreciar a manifestação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos e,

CONSIDERANDO que já foi criado o "Projeto de Assentamento Marajaí dos Carajás" em cumprimento ao acordo vigente firmado com a Vara Agrária de Marabá;

CONSIDERANDO a vigência do Memorando-Circular nº 01/2019/SEDE/INCRA, de 27/03/2019, onde consta a orientação da "necessária e expressa suspensão das atividades de vistorias de imóveis rurais para fins de obtenção, como também os processos administrativos em fase de instrução".

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo CDR em 15/12/2022, conforme Ata de Reunião SR(PA/SE)CDR (SEI nº 15103904);, resolve:

I - Aprovar o fim do interesse administrativo no imóvel rural denominado Fazenda Mutamba para o PNRA;

II - Encaminhar à Divisão de Governança Fundiária - SR(PA/SE)F para ciência e encaminhamentos, viabilizando a regularização/titulação dos ocupantes aptos, com a urgência que o caso requer;

III- Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO LOPES SANTANA
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 1.325, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO SUDESTE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531 de 23 de março de 2020 - Art. 118 - Publicado no D.O.U nº 57, Seção I, de 24 de março de 2020; ao apreciar a manifestação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos e,

CONSIDERANDO o Despacho SR(PA/SE)D1 (SEI nº 15026178);

CONSIDERANDO as manifestações técnicas do Serviço de Cartografia - SR(PA/SE)F2 (SEI nº 8382727, SEI nº 5653032 e SEI nº 5653335);

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo CDR em 15/12/2022, conforme Ata de Reunião SR(PA/SE)CDR (SEI nº 15103904);, resolve:

I - Aprovar o fim do interesse administrativo no imóvel rural denominado Fazenda Pau Preto para o PNRA;

II - Encaminhar à Divisão de Governança Fundiária - SR(PA/SE)F para ciência e encaminhamentos no que diz respeito à regularização fundiária, com a urgência que o caso requer;

III- Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO LOPES SANTANA
Presidente do Comitê

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR - CD Nº 73, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova a Instrução Normativa Incra nº 129, de 15 de dezembro de 2022, que dispõe sobre procedimentos administrativos para a criação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, de projetos de assentamento e de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, e pelo Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, tendo em vista a deliberação ocorrida em sua 715ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2022; e

Considerando a necessidade de normatizar e padronizar, no âmbito do Incra, os procedimentos administrativos para a criação de projetos de assentamentos visando à instalação de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária;

Considerando o que consta do Processo Administrativo n° 54000.126305/2021-11;, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Normativa Incra nº 129, de 15 de dezembro de 2022, que dispõe sobre procedimentos administrativos para a criação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, de projetos de assentamento e de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR - CD Nº 74, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, e pelo Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, tendo em vista a deliberação ocorrida em sua 715ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2022; e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.185824/2019-98 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural Fazenda Sussuarana, com área total de 55,8400 ha (cinquenta e cinco hectares e oitenta e quatro), localizado no Município de Camamu/BA;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 55,8400 ha (cinquenta e cinco hectares e oitenta e quatro), equivalente a 3,72266 Módulos de Exploração Indefinida - MEI, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município Camamu/BA é de 15 (quinze) hectares;

Considerando que área total do Município de Camamu/BA, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 839,702 (oitocentos e trinta e nove mil e setecentos e dois) Km², ou seja, 83.970,20000 ha (oitenta e três mil novecentos e setenta hectares e duzentos ares), e por ser casado com brasileira e ter filhos brasileiros, o estrangeiro fica dispensado das restrições previstas no § 1º e caput do art. 12 da Lei nº 5.709/1971 e no § 1º e caput do art. 5º do Decreto nº 74.965/1974;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula nº 4.056 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Camamu/BA, situado no Município de Camamu, Estado da Bahia, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; , resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, ERIC CAVALOC, engenheiro agrônomo, de nacionalidade francesa, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro na classificação Permanente, RNE nº V160377-W, com validade indeterminada, expedida pelo CHEFE/DICRE/DIREX/DPF, em 06/02/2018, inscrito no CPF nº xxx.622.xxx-34, casado pelo regime de separação total de bens com ALESSANDRA DAMÁSIO LOPES, de nacionalidade brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 04.020.xxx-01, SSP-BA, inscrita no CPF sob o nº 649.xxx.565-xx, a adquirir o imóvel rural denominado Fazenda Sussuarana, com área de 55,8400 ha (cinquenta e cinco hectares e oitenta e quatro), localizado no Município de Camamu/BA, e cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 950.190.657.727-7.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR - CD Nº 75, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, e pelo Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, tendo em vista a deliberação ocorrida em sua 715ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2022; e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.046396/2022-84 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do INCRA para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural "Fazenda Pasto das Éguas ou Virgulino", com área total de 104,2583 ha (cento e quatro hectares, vinte cinco ares e oitenta e três centiares), localizado no Município de Passa Tempo/MG;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 104,2583ha (cento e quatro hectares, vinte e cinco ares e oitenta e três centiares), equivalente a 6,9505533 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município Parra Tempo/MG é de 15 (quinze) hectares;

Considerando que área total do Município de Passa Tempo/MG, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 429,172 (quatrocentos e vinte e nove vírgula cento e setenta e dois) Km², ou seja, 42.917,2000 (quarenta e dois mil, novecentos e dezessete hectares e vinte ares) hectares, e por ter filha brasileira, o requerente fica dispensado das restrições impostas pelo § 1º e caput do art. 12 da Lei nº 5.709/1971 e pelo § 1º e caput do art. 5º do Decreto nº 74.965/1974;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula nº 12.835 do Serviço Registral Imobiliário de Passa Tempo/MG, situado no Município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; , resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 1974, FRANCESCO ZANOTTO, empreendedor, divorciado, de nacionalidade italiana, portador da Carteira de Registro Nacional Migratório, classificação Residente, RNM nº V093883-S, com validade indeterminada, expedida pelo CGPI/DIREX/PF, em 07/06/2022, inscrito no CPF sob o nº 015.xxx.846-xx, a adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Pasto das Éguas ou Virgulino", com área de 104,2583ha (cento e quatro hectares, vinte e cinco ares e oitenta e três centiares), localizado no Município de Passa Tempo/MG, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº. 435.163.008.630-4.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR - CD Nº 76, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, e pelo Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, tendo em vista a deliberação ocorrida em sua 715ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2022; e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.088803/2022-21 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do INCRA para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural "Sítio Água Clara -Gleba B", com área de 68,2000 ha (sessenta e oito hectares e vinte ares), localizado no município de São Lourenço/MG;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 68,2000 ha (sessenta e oito hectares e vinte ares), equivalente a 4,45 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município de São Lourenço/MG é de 15 (quinze) hectares;

Considerando que área total do Município de São Lourenço, estado de Minas Gerais, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 58,19 km² (cinquenta e oito e dezenove quilômetros quadrados) ou seja, 5.308,9400 ha (cinco mil, trezentos e oito hectares e noventa e quatro centiares) e por serem casados com pessoas de naturalidade brasileira sob regime de comunhão parcial de bens, os requerentes ficam dispensados das restrições impostas pelo § 2º e caput III do art. 12 da Lei nº 5.709/1971 e pelo § 1º do art. 5º do Decreto nº 74.965/1974;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula 35.498, do ofício do Registro de Imóveis da cidade e Comarca de São Lourenço (MG), encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro;, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, WILLEM GERARD JETHS, empresário, de nacionalidade holandesa, portador da na condição de permanente, RNE V303346-D, emitida pela CGPI/DIREX/DPF, em 29/04/2022, com validade indeterminada, CPF 510.xxx.302-xx, casado pelo regime de comunhão parcial de bens com Edna Almeida Magalhães Jeths, brasileira, do lar, portadora do RG nº 53xx731 PC/PA e inscrita no CPF sob Nº 227.xxx.402-xx; e EVALU ELENA RIVERO UNDA PONTE, venezuelana, do lar, portadora da Cédula de Identidade de Estrangeiro, na condição de permanente, RNE - V752932-I, emitida pela CGPI/DIREX/DPF, em 11/10/2011, com validade indeterminada e inscrita no CPF sob nº 752.xxx.821-xx, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, com Alcyr Jesus Monteiro de Souza, brasileiro, advogado, portador do RG nº 3.566.xxx SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 184.xxx.806-xx, a adquirirem o imóvel rural denominado "Sítio Água Clara - Gleba B", com área de 68,2000 ha (sessenta e oito hectares e vinte ares), localizado no município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR sob o código o código 425.036.001.643-0.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR - CD Nº 77, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, e pelo Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, tendo em vista a deliberação ocorrida em sua 715ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2022; e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.103349/2022-45 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do INCRA para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado Sítio Nossa Senhora - Gleba B, com área de 2,0376ha (dois hectares, três ares e setenta e seis centiares), localizado no Município de Bueno Brandão/MG;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 2,0376ha (dois hectares, três ares e setenta e seis centiares), equivalente a 0,20376 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município de Bueno Brandão/MG é de 10 (dez) hectares;

Considerando que a área requerida pelos interessados somada às áreas rurais já adquiridas, não ultrapassa o limite de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o art. 7º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;

Considerando que área total do Município de Bueno Brandão/MG, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 356,150 (trezentos e cinquenta e seis) Km², ou seja, 35.615,0000ha (trinta e cinco mil, seiscentos e quinze hectares) e por ser casado com brasileira e ter filho brasileiro, o requerente estrangeiro fica dispensado de apresentar as certidões dos cartórios de imóveis do município com o somatório das áreas rurais cujos detentores/arrendatários são estrangeiros, se enquadra no inciso III do § 2º do art. 5º do Decreto nº 74.965, de 1974 e no inciso III do § 2º do art. 12 da Lei nº 5.709, de 1971;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída da matrícula nº 9.375 - Livro nº 2 Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis de Bueno Brandão, situado no Município de Bueno Brandão/MG, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; , resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, ADRIAN ROCHA RIVAS, administrador, de nacionalidade uruguaia, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro na classificação Permanente, RNE nº W600676-F, válida até 12/11/2024, expedida pelo CHEFE/DICRE/DIREX/DPF, em 03/12/2015, inscrito no CPF sob o nº 151.xxx.798-xx, casado pelo regime de comunhão parcial de bens com LINDINALVA CLAUDETE PEREIRA, de nacionalidade brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 22.950.382-2 expedida em 22/02/2017 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrita no CPF sob o nº 687.xxx.856-xx, a adquirir o imóvel rural denominado Sítio Nossa Senhora - Gleba B, com área de 2,0376ha (dois hectares, três ares e setenta e seis centiares), localizado no Município de Bueno Brandão/MG, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 446.025.003.700-2.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR - CD Nº 78, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, e pelo Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, tendo em vista a deliberação ocorrida em sua 715ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2022; e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.094365/2022-30 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do INCRA para aquisição ou arrendamento de imóvel rural no Brasil;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado "Chácaras", com área de 39,2686 (trinta e nove hectares, vinte e seis ares e oitenta e seis centiares), localizado no município de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 39,2686 ha (trinta e nove hectares, vinte e seis ares e oitenta e seis centiares), equivalentes a 7,8 Módulos de Exploração Indefinida, uma vez que o Módulo de Exploração Indefinida - MEI do município de Gravataí/RS é de 5 (cinco) hectares;

Considerando que a área requerida pelos interessados somada às áreas rurais já adquiridas, não ultrapassa o limite de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o art. 7º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;

Considerando que área total do Município de Gravataí (RS), conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE - é de 468,288 km² (quatrocentos e sessenta e oito, duzentos e oitenta e oito quilômetros quadrados), equivalentes a 46.828,8000 ha (quarenta e seis mil hectares, oitocentos e vinte oito ares e oitenta centiares), o requerente estrangeiro fica dispensado de apresentar as certidões dos cartórios de imóveis do município com o somatório das áreas rurais cujos detentores/arrendatários são estrangeiros, se enquadra no inciso III do § 2º do art. 5º do Decreto nº 74.965, de 1974 e no inciso III do § 2º do art. 12 da Lei nº 5.709, de 1971;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída das matrículas 9.137, 9.138, 9.139 e 9.140, do Livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis de Gravataí - RS, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; , resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, KATALIN MARKO ANDREUCHETTI, viúva, de nacionalidade húngara, portadora da Carteira de Registro Nacional Estrangeiro - RNE n° W143184-W, emitida pela Polícia Federal da República Federativa do Brasil, em 12/09/2007 - CGPI/DIREX/DPF, com classificação permanente e validade até 12/09/2016, inscrita no CPF/MF sob o n° 476.xxx.920-xx, a adquirir o imóvel rural denominado "Chácaras", com área de 39,2686 ha (trinta e nove hectares, vinte seis ares e oitenta e seis centiares), equivalente a 7,8 Módulos de Exploração Indefinida, localizado no município de Gravataí - RS - objeto das matrículas 9.137, 9.138, 9.139 e 9.140, do Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis de Gravataí - RS, cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR/INCRA sob o código nº 851.086.007.013-5.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR - CD Nº 79, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por empresa estrangeira.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, e pelo Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, tendo em vista a deliberação ocorrida em sua 715ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2022; e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.086932/2021-01 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do Incra para aquisição ou arrendamento de imóvel rural;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas no referido processo, favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado "um terreno rural situado em Morro Bonito", com área total de 27,7741ha (vinte e sete hectares, setenta e sete ares e quarenta e um centiares), localizado no Município de Jaguaruna/SC;

Considerando que área total do Município de Jaguaruna/SC, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 326,362 (trezentos e vinte e seis vírgula trezentos e sessenta e dois) Km², corresponde a 32.636,2000ha (trinta e dois mil, seiscentos e trinta e seis hectares e vinte ares);

Considerando que a área requerida é de 27,7741ha (vinte e sete hectares, setenta e sete ares e quarenta e um centiares), equivalente a 2,77 Módulos de Exploração Indefinida, somada às áreas já adquiridas, não ultrapassa o limite de 100 (cem) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o § 2º do art. 23 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, bem como não suplanta os percentuais máximos de vinte e cinco por cento (25%) da superfície do Município onde se localiza o imóvel como sendo de propriedade ou de posse por arrendamento por estrangeiros e de dez por cento (10%) dessa superfície por estrangeiros de uma mesma nacionalidade (art. 12, § 1º, da Lei nº 5.709/1971 e art. 5º, § 1º, do Decreto nº 74.965/1974);

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação, constituída da matrícula: 32.840 do Ofício de Registro de Imóveis de Jaguaruna/SC, situado no Município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; e

Considerando a aprovação do projeto de exploração - atividade minerária, vinculado aos objetivos estatutários/sociais da empresa, foi apreciado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e teve parecer técnico favorável da Agência Nacional de Mineração - ANM (Parecer Técnico nº 263/2022/DIFIS-SC/GER-SC);, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 1974, e na Lei nº 6.634, de 1979, Decreto nº 85.064, de 1980, a empresa UNIMIN DO BRASIL LTDA., sociedade empresarial por cotas de responsabilidade limitada, identificada como empresa brasileira equiparada à empresa estrangeira, com sede no Brasil, na Estrada Geral do Morro Bonito, Km 02, Jaguaruna/SC, CEP 88.715-000, inscrita no CNPJ sob o nº 56.139.066/0001-11, e registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42203171262, representada por seu procurador WILLIAM EDUARDO FREIRE, advogado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 47.727 OAB/MG, a adquirir o imóvel rural denominado "um terreno rural situado em Morro Bonito", com área de 27,7741ha (vinte e sete hectares, setenta e sete ares e quarenta e um centiares), localizado no Município de Jaguaruna/SC, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 810.037.007.781-2.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR - CD Nº 80, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a aquisição de imóvel rural por empresa estrangeira.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, e pelo Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, tendo em vista a deliberação ocorrida em sua 715ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2022; e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.092361/2020-55 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do Incra para aquisição ou arrendamento de imóvel rural;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas no referido processo, favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado Terreno Rural Morro Bonito, com área total de 1,9793ha (um hectare, noventa e sete ares, e noventa e três centiares), localizado no Município de Jaguaruna-SC;

Considerando que área total do Município de Jaguaruna/SC, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 326,362 (trezentos e vinte e seis vírgula trezentos e sessenta e dois) Km², corresponde a 32.636,2000ha (trinta e dois mil, seiscentos e trinta e seis hectares e vinte ares);

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 1,9793ha (um hectare, noventa e sete ares, e noventa e três centiares), equivalente a 0,19 Módulos de Exploração Indefinida, somada às áreas já adquiridas, não ultrapassa o limite de 100 (cem) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o § 2º do art. 23 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, bem como não suplanta os percentuais máximos de vinte e cinco por cento (25%) da superfície do Município onde se localiza o imóvel como sendo de propriedade ou de posse por arrendamento por estrangeiros e de dez por cento (10%) dessa superfície por estrangeiros de uma mesma nacionalidade (art. 12, § 1º, da Lei nº 5.709/1971 e art. 5º, § 1º, do Decreto nº. 74.965/1974);

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação, constituída da matrícula: 21.798 do Ofício de Registro de Imóveis de Jaguaruna/SC, situado no Município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro; e

Considerando a aprovação do projeto de exploração - atividade minerária, vinculado aos objetivos estatutários/sociais da empresa, foi apreciado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e teve parecer técnico favorável da Agência Nacional de Mineração - ANM (Parecer Técnico nº 264/2022/DIFIS-SC/GER-SC);, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 1974, e na Lei nº 6.634, de 1979, Decreto nº 85.064, de 1980, a empresa UNIMIN DO BRASIL LTDA., sociedade empresarial por cotas de responsabilidade limitada, identificada como empresa brasileira equiparada à empresa estrangeira, com sede no Brasil, na Estrada Geral do Morro Bonito, Km 02, Jaguaruna/SC, CEP 88.715-000, inscrita no CNPJ sob o nº 56.139.066/0001-11, e registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42203171262, representada por por seus procuradores ALEXANDRE OHEB SION, advogado, brasileiro, inscrito na OAB/MG nº 127.470, e BERNARDO BARBOSA PIMENTEL PESSOA, advogado, brasileiro, inscrito na OAB/MG nº 112.729, a adquirir o imóvel rural denominado Terreno Rural em Morro Bonito, com área total de 1,9793ha (um hectare, noventa e sete ares, e noventa e três centiares), localizado no Município de Jaguaruna-SC, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº 951.080.357.812-6.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública, e de mais 15 (quinze) dias para que efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 1974.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Conecte-se à
informação oficial



Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 29/GM/MC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal e o artigo 50-H, do Decreto nº 10.852, de 08 de novembro de 2021, em face do que consta no Processo Administrativo nº 71000.081594/2019-16, pelos jurídicos fundamentos expostos no PARECER Nº 00656/2022/CONJUR-MC/CGU/AGU, decide:

INDEFERIR o recurso administrativo interposto por ADRIANA DA SILVA OLIVEIRA QUADRAT (NIS 20163199048, Código Familiar 1902819284) contra Notificação para devolução de recursos do Programa Bolsa Família - PBF, atual Programa Auxílio Brasil - PAB, em parcela única, por falta de amparo legal.

RONALDO VIEIRA BENTO

DECISÃO Nº 28/GM/MC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o art. 50-H, do Decreto nº 10.852, de 08 de novembro de 2021, em face do que consta no Processo Administrativo nº 71000.047424/2019-02 e com base nos fundamentos jurídicos expostos no PARECER Nº 00627/2022/CONJUR-MC/CGU/AGU, decide:

INADMITIR o recurso administrativo interposto por MARIA JOSE DE OLIVEIRA LYRA RODRIGUES, NIS 19034284851, contra notificação para devolução de recursos oriundos do Programa Bolsa Família, por intempestividade.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 841, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Institui o Sistema Nacional de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas - SINAP, no âmbito do Ministério da Cidadania.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 23, inciso V, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, no artigo 3º, do Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, e o constante dos autos do processo nº 71000.089679/2022-30, resolve:

Art. 1º Instituir o Sistema Nacional de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas - SINAP, no âmbito do Ministério da Cidadania, visando a cooperação entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos da administração pública, contemplando a intersetorialidade, a integralidade e a equidade de ações com foco na redução dos problemas de saúde, sociais e econômicos associados ao uso de substâncias psicoativas, em consonância com a Política Nacional sobre Drogas.

Art. 2º O Sistema Nacional de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas - SINAP é uma ferramenta digital de Gestão e Difusão do Conhecimento, que tem como finalidade:

I - a descentralização das ações, projetos, programas de prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas baseados em evidências científicas;

II - o mapeamento nacional e internacional de programas de prevenção ao uso de drogas com a melhor adequação ao cenário brasileiro;

III - a seleção e adaptação de metodologias e programas selecionados para a disseminação nacional;

IV - a criação de instrumentos de avaliação permanente de programas de prevenção;

V - a avaliação da adequação das leis brasileiras e o aprimoramento da legislação sobre álcool e tabaco;

VI - a capacitação continuada visando a formação de multiplicadores; e

VII - a transparência e a ampla divulgação dos programas, projetos, ações e recursos da política pública de prevenção, de modo a contribuir para a intersetoriedade da Política Nacional sobre Drogas.

Art. 3º Compete à Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania articular e coordenar a implementação do Sistema Nacional de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas - SINAP.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 842, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a instituição do Programa Rede de Apoio ao Paradesporto e aprovação da sua Diretriz, no âmbito do Ministério da Cidadania.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 23 da Lei 13.844, de 18 de junho de 2019, e pelo artigo 1º do anexo I do Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Rede de Apoio ao Paradesporto, cujo objeto é ampliar a rede de atendimento a pessoas com deficiência, bem como a produção de conhecimento acadêmico, consolidando, assim, o esporte como estratégia de transformação social, esta entendida como o exercício, em toda a sua plenitude, do direito à cidadania e à inclusão das pessoas com deficiência.

Art. 2º Os núcleos do Programa Rede de Apoio ao Paradesporto serão estabelecidos em espaços públicos ou privados. As atividades paradesportivas serão desenvolvidas de maneira a respeitar o turno escolar dos beneficiários e os espaços físicos devem ser adequados às práticas paradesportivas elencadas no projeto técnico.

Art. 3º A Secretaria Nacional de Paradesporto - SNPAR/SEESP/MC disponibilizará cursos de capacitação nas modalidades Ensino à Distância (EaD), "online" ou presencial, direcionado a todos que trabalham no âmbito do Programa Rede de Apoio ao Paradesporto, objetivando complementar a qualificação dos profissionais para o desenvolvimento de suas funções e nas atividades que serão desenvolvidas nos núcleos.

Art. 4º Aprovar a Diretriz do Programa Rede de Apoio ao Paradesporto que estabelece diretrizes de natureza técnico-pedagógica, se materializando a partir da implementação de núcleos de Atendimentos Paradesportivos e de Gestão Unificada, que são viabilizados por meio de parcerias entre a Secretaria Nacional do Paradesporto e Instituições Federais de Ensino Superior, na forma do anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os núcleos de Gestão Unificada do Projeto atuarão, em coordenação com a Secretaria Nacional de Paradesporto, no acompanhamento e monitoramento das atividades, na produção de conhecimento científico e na capacitação dos recursos humanos dos Núcleos de Atendimento Paradesportivos.

Art. 5º A Diretriz do Programa Rede de Apoio ao Paradesporto aprovada por esta Portaria estará disponível no portal da Secretaria Especial do Esporte, no endereço: www.esporte.gov.br.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a contar de 20 de dezembro de 2022.

RONALDO VIEIRA BENTO

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.580, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 11/10/2022, 09/11/2022 e 14/12/2022.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 11/10/2022, 09/11/2022 e 14/12/2022.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO JUNQUEIRA PELEGRINETI LOURENÇO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.083274/2022-98
Proponente: Associação de Desenvolvimento Social do Norte de Minas Gerais
Título: Basquete na Cidade
Registro: 2203097
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 32.287.709/0001-06
Cidade: Montes Claros UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 491.966,42
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3209 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 40877-8
Período de Captação até: 09/11/2024
2 - Processo: 71000.083709/2022-02
Proponente: Associacao Latina de Desenvolvimento Esportivo, Cultural e Ambiental
Título: O Brasil na Race Across América
Registro: 2202919
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.517.922/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.686.813,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 44246-1
Período de Captação até: 14/12/2024
3 - Processo: 71000.083292/2022-70
Proponente: Associação de Judô Samurai
Título: Uniformes Para os Samurais
Registro: 2202667
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 19.373.469/0001-02
Cidade: Santo Amaro da Imperatriz UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 259.194,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 8246 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 583-5
Período de Captação até: 09/11/2024
4 - Processo: 71000.083072/2022-46
Proponente: Associação Esportiva e Cultural CNB
Título: Beach Tennis Grand Tour - ano 2
Registro: 2203046
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 23.056.131/0001-96
Cidade: Ferraz de Vasconcelos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.626.712,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7021 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 36944-6
Período de Captação até: 14/12/2024
5 - Processo: 71000.083071/2022-00
Proponente: Associação Esportiva e Cultural CNB
Título: Beach Tennis Grand Tour
Registro: 2202885
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 23.056.131/0001-96
Cidade: Ferraz de Vasconcelos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.626.712,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7021 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 36941-1
Período de Captação até: 14/12/2024
6 - Processo: 71000.083822/2022-80
Proponente: CBW - Confederação Brasileira de Wrestling
Título: Circuito CBW
Registro: 2202874
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.428.657/0001-05
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 2.120.970,12
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2907 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68380-9
Período de Captação até: 09/11/2024
7 - Processo: 71000.077903/2022-41
Proponente: Centro de Formação de Craques
Título: Formando Craques - Fase 1
Registro: 2202539
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 39.983.618/0001-54
Cidade: Jaraguá do Sul UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 113.949,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0405 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 76983-5
Período de Captação até: 11/10/2024
8 - Processo: 71000.084233/2022-19
Proponente: Instituto Regional de Desenvolvimento Turística, Esportivo e Cultural
Título: Horizontina Educacional - Ano I
Registro: 2202865
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.797.207/0001-52
Cidade: Horizontina UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.383.037,86
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0795 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 22735-8

Período de Captação até: 14/12/2024
9 - Processo: 71000.083812/2022-44
Proponente: Ong Parceiros Voluntários
Título: Tribos
Registro: 2202742
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 01.704.771/0001-22
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 411.027,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1889 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 67307-2
Período de Captação até: 14/12/2024
10 - Processo: 71000.083824/2022-79
Proponente: P.A.A.J PAIS,ALunos e Amigos do Judo
Título: Judô Blumenau
Registro: 2202829
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.971.649/0001-00
Cidade: Blumenau UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 134.771,41
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0095 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 29804-2
Período de Captação até: 09/11/2024
11 - Processo: 71000.084223/2022-83
Proponente: Rifle - Associação Paulista dos Rifles
Título: Inclusão ao Tiro Desportivo
Registro: 2202850
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 40.585.858/0001-80
Cidade: Saltinho UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 629.517,38
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0974 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 32318-7
Período de Captação até: 14/12/2024

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 71000.056268/2019-62
No Diário Oficial da União nº 23, de 3 de fevereiro de 2020, na Seção 1, página 14 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.352/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº DV: Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3068 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 98806-5.

Processo Nº 71000.056952/2019-44
No Diário Oficial da União nº 23, de 3 de fevereiro de 2020, na Seção 1, página 14 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.352/2020, ANEXO I, onde se lê: Manifestação Desportiva: Desporto de, leia-se: Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento.

Processo Nº 71000.053258/2020-17
No Diário Oficial da União nº 244, de 22 de dezembro de 2020, na Seção 1, página 11 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.420/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0385 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 65852-9, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0385 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 67959-3.

Processo Nº 71000.056886/2019-11
No Diário Oficial da União nº 99, de 26 de maio de 2020, na Seção 1, página 8 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.369/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 55259-3, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 57261-6.

Processo Nº 71000.042132/2020-17
No Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2020, na Seção 1, página 17 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.385/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1890 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 74411-5, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1890 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 84868-9.

Processo Nº 71000.083767/2022-28
No Diário Oficial da União nº 229, de 7 de dezembro de 2022, na Seção 1, página 28 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.577/2022, ANEXO I, onde se lê: Registro: 2203023, leia-se: Registro: 2202747.

Processo Nº 71000.074369/2022-11
No Diário Oficial da União nº 229, de 7 de dezembro de 2022, na Seção 1, página 26 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.577/2022, ANEXO I, onde se lê: Período de Captação até: 14/09/2022, leia-se: Período de Captação até: 14/09/2024.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

PORTARIA CETEM/MCTI Nº 83, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Estabelece os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão no âmbito do Centro de Tecnologia Mineral, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

A DIRETORA DO CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, considerando o disposto no art. 6º da Portaria MCTI nº 5.120, de 18 de agosto de 2021, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, no âmbito do Centro de Tecnologia Mineral, de acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e conforme Anexos I a IV a esta Portaria.

Art. 2º O Programa de Gestão nesta unidade abrangerá as atividades descritas na Tabela de Atividades constante no Anexo III a esta Portaria.

Art. 3º Serão adotados os seguintes regimes de execução do Programa de Gestão nesta unidade:

I - regime de execução parcial: quando o participante executa a atividade laboral presencialmente e fora das dependências do órgão, e registra cronograma com a indicação dos dias nos quais estará presente no órgão, dispensado do controle de frequência; e/ou

II - regime de execução integral: quando o participante da modalidade teletrabalho executa a atividade laboral fora das dependências do órgão, dispensado do controle de frequência.

Art. 4º Os resultados e benefícios esperados para o Centro de Tecnologia Mineral, a partir da instituição do Programa de Gestão no âmbito desta unidade, são os seguintes:

I - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade, de acordo com o princípio constitucional da economicidade;

II - aumento da produtividade e melhoria na qualidade das entregas dos participantes e da Instituição;

III - racionalização dos recursos disponíveis;

IV - aprimoramento da gestão de pessoas e da melhoria do clima organizacional, bem como da qualidade de vida dos participantes;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - atrair e manter novos talentos;

VII - valorização das pessoas; e

VIII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos.

Art. 5º Poderão participar do Programa neste Centro de Tecnologia Mineral, no regime de execução integral, no máximo 10% (dez por cento) da força de trabalho elegível da unidade e no regime de execução parcial, até 100% (cem por cento) do total da força de trabalho elegível da unidade.

Art. 6º O participante selecionado para o teletrabalho será responsável por prover e manter a infraestrutura e equipamentos necessários para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação.

Art. 7º Para participar do Programa de Gestão nesta unidade, o candidato selecionado na forma dos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, deverá dar aceite na documentação necessária.

Art. 8º O participante, no teletrabalho, que tiver sua entrega avaliada com a nota de 0 a 4, 3 (três) vezes consecutivas, injustificadamente, será desligado do teletrabalho, com retorno às atividades presenciais no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo único. O participante com o desligamento de que trata o caput só poderá se candidatar a um novo Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, após 4 (quatro) meses do seu desligamento.

Art. 9º. A Tabela de Atividades, o Plano de Trabalho e o Termo de Ciência e Responsabilidade deverão ser registrados no Sistema de Programa de Gestão - SISGP.

Art. 10. O participante do Programa de Gestão na modalidade teletrabalho no regime de execução integral poderá ser convocado para comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, com antecedência mínima de:

I - ocupante de cargo ou função comissionada nível 4 ou 3: 48 (quarenta e oito horas) horas; e

II - demais ocupantes de cargo ou função comissionada ou não ocupantes: 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo único. O não comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando convocado, sem a devida justificativa, será considerado descumprimento às regras do Programa de Gestão e ensejará o desligamento do participante.

Art. 11. As informações especificadas no § 1º do art. 28 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, serão divulgadas no sítio eletrônico da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, ressalvadas as informações consideradas sigilosas, conforme legislação vigente.

Art. 12. Poderá ser estabelecido, por meio de alteração desta Portaria, o adicional de produtividade de até 20% (vinte por cento) após o período inicial de 6 (seis) meses, a contar da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 13. Será admitido o teletrabalho no exterior por prazo determinado, desde que observado o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Art. 14. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA

ANEXO I

TABELA DE GRUPO DE ATIVIDADES			
UNIDADE ORGANIZACIONAL		GRUPO DE ATIVIDADES	
Nome do Grupo	Sigla	Descrição	Código
Atividades de ocorrência	AOC	Atividades que impeçam o participante de executar o Plano de trabalho inicialmente previsto pela chefia imediata.	AOC_CETEM
Gestão Administrativa	GAD	Gestão da produção e edição de documentos informativos, técnicos e normativos, bem como do provimento de serviços referentes as áreas de: gestão administrativa, gestão de compras, gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, gestão da informação, gestão de TIC, gestão de processos, gestão de contratos e convênios, gestão de transferências, gestão de logística, gestão de materiais, gestão de patrimônio, gestão de almoxarifado, gestão de infraestrutura, gestão e alimentação de sistemas governamentais, gestão de equipes, gestão da governança pública, ética e conformidades, gestão estratégica, gestão da comunicação e divulgação científica e tecnológica,	GAD_CETEM

		gestão de projetos, gestão de contratos e parcerias, gestão de estruturas regimentais e modelos organizacionais, gestão de processos, gestão de biblioteca, gestão das atividades de empreendedorismo e inovação, gestão de equipes, gestão de desenvolvimento de melhorias dos sistemas estruturantes, gestão e alimentação de sistemas governamentais, suporte às atividades de gestão.	
Contabilidade, Orçamento e Finanças	COF	Registro dos atos e fatos de natureza contábil, orçamentária e financeira relativos às mutações do patrimônio do CETEM, com o intuito de divulgar informação contábil necessária à tomada de decisão, prestação de contas e controle social e suporte as atividades de gestão.	COF_CETEM
Gestão Recursos Humanos	GRH	Produção e edição de documentos informativos, técnicos e normativos referentes à vida funcional do servidor; gerenciar a folha de pagamento e benefícios de servidores ativos, aposentados e pensionistas da instituição; realização de atendimentos em canais diversos, envio de informações, emissão de relatórios, gestão e alimentação de sistemas governamentais e suporte às atividades de gestão.	GRH_CETEM
Compras, Licitações e Contratos	CLC	Instrução dos processos para realização das contratações e aquisições do CETEM, recebimento e lançamento dos pedidos de diárias e passagens no SCDP. Análise das solicitações de complementação de instrução requeridas pela CJU-RJ. Acompanhamento da execução dos Contratos Administrativos, realização das licitações necessárias para as compras e contratações conforme direcionamento da Administração, bem como a realização de atendimentos em canais diversos, envio de informações, emissão de relatórios, gestão e alimentação de sistemas governamentais e suporte às atividades de gestão.	CLC_CETEM
Planejamento, Gestão Estratégica e Inovação	PGI	Gestão da produção e edição de documentos informativos, técnicos e normativos, bem como do provimento de serviços referentes as áreas de: gestão estratégica, gestão da comunicação e divulgação científica e tecnológica, gestão de projetos, gestão de contratos e parcerias, gestão de estruturas regimentais e modelos organizacionais, gestão de processos, gestão de biblioteca, gestão das atividades de empreendedorismo e inovação, gestão de equipes, gestão de desenvolvimento de melhorias dos sistemas estruturantes, gestão e alimentação de sistemas governamentais e gestão do suporte às atividades de gestão.	PGI_CETEM
Apoio à Gestão Estratégica	AGE	Produção e edição de documentos informativos, técnicos e normativos, bem como provimento de serviços referentes as áreas de: gestão estratégica, gestão de projetos, gestão de estruturas regimentais e modelos organizacionais, gestão de processos, gestão e alimentação de sistemas governamentais; e tutoriais, realização de atendimentos em canais diversos, envio de informações e suporte às atividades de gestão.	AGE_CETEM
Inovação e Transferência Tecnológica	ITT	Produção e edição de documentos informativos, técnicos e normativos, bem como provimento de serviços referentes as atividades de empreendedorismo e inovação e suporte às atividades de gestão.	ITT_CETEM

ANEXO II

TABELA DE PARÂMETROS			
Faixa de Complexidade	Descrição	Horas	
		Presencial	Teletrabalho
A	Altíssima complexidade	40	40
B	Alta complexidade	32	32
C	Média-alta complexidade	24	24
D	Média complexidade	16	16
E	Média-baixa complexidade	8	8
F	Baixa complexidade	4	4
G	Baixíssima complexidade	2	2

ANEXO III

TABELA DE ATIVIDADES							
Grupo de Atividades (código)	Atividade (descrição)	Atividade (código)	Faixa de Complexidade	Tempo de execução em horas (presencial)	Tempo de execução em horas (teletrabalho)	Ganho de produtividade (percentual)	Entregas esperadas
GAD_CETEM	Gerir, acompanhar, atualizar, operar e inserir informações em sistemas, repositórios e base de dados diversos	AT01	A	40	40	0%	Acompanhamento, atualização, parametrização e inserção de informações nos sistemas, realizadas; (Atividades relacionadas à manutenção, configuração, instalação e, testes de servidores ferramentas e aplicativos, atualização de bases de dados e de
			B	32	32	0%	softwares, atualização de portais e sistemas corporativos, prestação de esclarecimentos e orientações ao público, entre outras atividades), alimentação do Repositório Institucional Mineralis e da Base de Dados Master; Busca e pesquisa bibliográficas
			C	24	24	0%	em Bases de Dados (Portal de Periódicos CAPES, Catálogo Coletivo Nacional e outros); Coletar, Tratar e Analisar dados diversos; Gerenciamento de sistemas informatizados de planejamento, orçamento e avaliação (RING, SIPLAN, Dashboard e outros);
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Organizar, Acompanhar, apoiar e participar de Eventos	AT02	A	40	40	0%	Eventos realizados (planejamento e organização dos eventos, gestão de convidados, agendamento de viagens, suporte à divulgação, organização de documentos, elaboração e controle de listas de presença, elaboração de memórias etc.)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Elaborar, revisar, atualizar e publicar documentos diversos	AT03	A	40	40	0%	Documentos técnicos elaborados ou revisados. (Elaboração de documentos técnicos sob responsabilidade da unidade: documentos oficiais, incluindo parecer, nota técnica, nota informativa, relatório, manifestação, acordo de cooperação,
			B	32	32	0%	projetos, projeto básico, termo de referência, despacho, ofício, memorando, ata, minuta, comunicado, guia, formulário, checklist, estudo
			C	24	24	0%	técnico, edital, relatório técnico, plano de ação, projeto e programas de trabalho, Script, gráfico, Dashboard,
			D	16	16	0%	método, texto ou outro produto técnico elaborado e compartilhado, slides, artigos, materiais para divulgação, apresentação, exposição, publicação diagramada, infográficos, diagramas elaborados painel BI, Plano, regimento, regulamento, recomendações,
			E	8	8	0%	normas e diretrizes, guias, manuais, consulta pública, catálogo, inventário, boletim, script de visualização de dados, fluxogramas, painéis interativos, modelagem de processos, documentos de formalização e acompanhamento de contratos, brienfings, amostra,
			F	4	4	0%	ordem de serviço, contratação de prestação de serviços ou emissão de ata de registro de preços, publicações, consolidação de atos preparatórios,

			G	2	2	0%	recursos, adjudicação, atas de registro de preços, Emissão de Guia de Recolhimento da União dentre outros documentos.)
	Realizar apoio administrativo	AT04	A	40	40	0%	Atualização de agendas, atualização de listas de contatos, controle de planilhas Excel, organização de documentos/pastas na rede, gestão de pessoal, gestão dos processos, de avaliação de desempenho
			B	32	32	0%	institucional e individual, atualização de conteúdo do site/intranet, dentre outras atividades administrativas, gestão de e-mails institucionais, atendimento ao
			C	24	24	0%	público, atualização de listas de contatos, requisições de serviços, gestão de viagens, cobrança de entregas pactuadas com os servidores, elaboração de memórias
			D	16	16	0%	de reuniões, atualização das planilhas de controle de atividades e entregas
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Elaborar, promover, coordenar, gerir e acompanhar as atividades, programas, planos e projetos	AT05	A	40	40	0%	Apoio ao desenvolvimento, alinhamento e padronização de ferramentas, métodos, normas e processos de gestão de projetos e programas; Apoiar a concepção e desenvolvimento dos programas, além
			B	32	32	0%	de garantir o alinhamento entre os programas e a estratégia institucional; Gerenciar a carteira de projetos e de serviços tecnológicos, quanto à sua representatividade, sua capacidade de gerar valor
			C	24	24	0%	para o Centro e sua aderência aos objetivos definidos no planejamento estratégico; cumprimento dos atos estabelecidos na Política de Inovação do CETEM em consonância com as diretrizes e instrumentos legais
			D	16	16	0%	vigentes; gerenciamento de atividades, programas e projetos estratégicos em alinhamento com o PDU; elaboração do Termo de Compromisso de Gestão; Participar do processo de negociação, bem como
			E	8	8	0%	coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional; promover a articulação das
			F	4	4	0%	atividades do CETEM com a Rede de PMO´s e demais Secretarias do MCTI; Coordenar as ações de acompanhamento e avaliação da execução de planos anuais e plurianuais do CETEM; Desenvolvimento e
			G	2	2	0%	atualização de ferramenta de TI para gestão do portfólio, programas e projetos; Promover a articulação das atividades do CETEM com o Arranjo NIT Rio.
	Realizar gestão de tempo	AT06	A	40	40	0%	Gestão realizada (alocação das atividades aos servidores, estabelecimento de metas, elaboração de planos de trabalho e avaliações periódicas, controles
			B	32	32	0%	legais exigidos, alocação de novos servidores à equipe, elaboração de relatórios gerenciais e outras atividades correlatas, realizar avaliações, controle de
			C	24	24	0%	frequência, autorizações para capacitação, férias, licenças, pactuação de metas e atividades, e etc.)
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades da área de tecnologia da informação	AT07	A	40	40	0%	Atendimento de ticket realizado, infraestrutura de redes, banco de dados, atendimento ao usuário e atualização de sistemas, atualização, parametrização
			B	32	32	0%	e inserção de informações nos sistemas, manutenção, configuração, instalação e, testes de servidores
			C	24	24	0%	ferramentas e aplicativos, atualização de bases de dados e de softwares, atualização de portais e sistemas corporativos.
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
COF_CETEM	Realizar atividades inerentes à gestão contábil, fiscal, orçamentária e financeira.	AT08	A	40	40	0%	Documentos contábeis emitidos (Gerenciamento, supervisão, monitoramento e aprovação de documentos contábeis no SIAFI sob responsabilidade da unidade: notas de empenho, notas de
			B	32	32	0%	lançamento, notas de sistema, ordens bancárias, documentos de arrecadação de receitas federais. Escrituração realizada
			C	24	24	0%	(Gerenciamento, supervisão e monitoramento da escrituração nos sistemas EFD-Reinf e DCTFWeb: gerenciamento, supervisão e monitoramento das obrigações fiscais e previdenciárias do CETEM no
			D	16	16	0%	Sistema Público de Escrituração Digital da Receita Federal). Conformidade registrada (Conformidade de Registro de Gestão: certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e
			E	8	8	0%	patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações. Conformidade Contábil: certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão
			F	4	4	0%	de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o MCASP e com o Manual SIAFI. Conformidade de Operadores:

			G	2	2	0%	automatização da rotina periódica de confirmação ou desativação de usuários pela própria Unidade Gestora, através de seu Operador.
GRH_CETEM	Realizar atividades à recursos humanos	AT09	A	40	40	0%	Avaliação de Desempenho, Progressão e Promoção Funcional, Estágio Probatório, Publicações realizadas, provimento, vacância, remoção, lotação,
			B	32	32	0%	movimentação interna, folha de pagamento, benefícios, necessidades de capacitação dos servidores, controle de frequência, documentos e
			C	24	24	0%	assentamentos funcionais, admissão, licenças, concessão de aposentadorias e de pensões
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
CLC_CETEM	Realizar atividades inerentes à compras, aquisições e contratos.	AT10	A	40	40	0%	Procedimento realizado (Controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados; Cobrança via e-mail ou telefone; propor
			B	32	32	0%	aplicação de multas aos inadimplentes; Instrução processual com as notas fiscais / faturas e documentos relacionados para pagamento.
			C	24	24	0%	Acompanhar os aceites das notas fiscais e envio para o setor responsável pelo lançamento no SIAFI). Processo instruído e providências adotadas (Receber ou emitir RCS no Sigtec; Analisar a modalidade de
			D	16	16	0%	contratação; Abrir processo no SEI; Vincular demandante; conferir documentação recebida; Realizar pesquisa de preços em diversas fontes de consulta (painel de preços, internet, empresas);
			E	8	8	0%	Lançamento no SIASG; Acompanhar entrega de material / realização de serviço; Controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados; Cobrança via e-mail ou telefone; propor aplicação de multas aos inadimplentes).Demandas
			F	4	4	0%	concluídas e registradas (Elaboração de documentos, análise de documentos; Acompanhamento do serviço prestado; Facilitador entre empresa e funcionário; atestos de nota fiscal; Devolução de
			G	2	2	0%	documentos à empresa para correção; Propor aplicação de multa/advertência ao Contratado), Registro da análise do material, tais como, amostra, planilhas, relatórios, ordens de serviço etc.
PGI_CETEM	Elaborar, promover, monitorar e atualizar material físico e virtual de divulgação das atividades promovidas e desenvolvidas pelo Centro	AT11	A	40	40	0%	Atendimento de demandas de imprensa; Atualização e manutenção (por demanda) dos canais institucionais da CETEM na internet e/ou na intranet; promover a ampla disseminação dos resultados e
			B	32	32	0%	impactos positivos gerados pelas pesquisas desenvolvidas pelo CETEM; Criação de material institucional (folders, cartazes, adesivos, banner etc.); Criação de projeto editorial e gráfico de
			C	24	24	0%	publicações (cartilhas, revistas, coletâneas etc.); Criação de projeto visual e layout para site, sistema ou painel; Criação de sítio eletrônico; Curadoria de conteúdos externos relacionados às ações do CETEM
			D	16	16	0%	para divulgação nas redes sociais oficiais do Centro; Monitoramento e análise das métricas das páginas da CETEM nas redes sociais; Monitoramento, resposta das mensagens aos comentários de
			E	8	8	0%	usuários dos perfis oficiais da CETEM nas redes sociais; Planejamento e criação de conteúdos e campanhas institucionais e novas ações para os perfis oficiais da CETEM nas redes sociais; Criação e
			F	4	4	0%	revisão de identidade visual para eventos institucionais; Edição e tratamento de fotos; Produção e edição de vídeos, releases, textos
			G	2	2	0%	jornalísticos e vinhetas audiovisuais; Prospecção/apuração de informações para produção de pauta.
	Elaborar, divulgar, catalogar, organizar e arquivar material bibliográfico do Centro.	AT12	A	40	40	0%	Elaboração e divulgação dos informes da Biblioteca; Diagramação e revisão da diagramação de publicações (cartilhas, revistas, coletâneas etc.);
			B	32	32	0%	Base de Conhecimento - Administração de coleções e subcomunidades; Organização de Arquivos de
			C	24	24	0%	biblioteca; Processamento técnico de material bibliográfico no catálogo da biblioteca; Solicitação de ISBN; Validação dos relatórios e artigos inseridos no SIGTEC.
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AGE_CETEM	Elaborar, revisar, gerir e acompanhar demandas dos órgãos de controle, da Lei de Acesso à Informação (LAI) e de outros órgãos setoriais	AT13	A	40	40	0%	Gestão/Análise de processos, monitoramento de prazos, consolidação de informações, elaboração/envio de e-mails e/ou planilhas, encaminhamentos internos, inserção de
			B	32	32	0%	informações, revisão de informações, Notas Técnicas, Despachos e Relatórios, edição/revisão de procedimentos, participação em reuniões (por evento).Gestão do ambiente físico de lotação da
			C	24	24	0%	equipe de Ouvidoria do CETEM, gestão do ambiente físico do SIC CETEM, gestão/análise de manifestações, gestão/análise de solicitações, monitoramento do portal Fala.BR (e-OUV),

			D	16	16	0%	monitoramento do portal Fala.BR (e-SIC), inserção de informações, cadastramento de dados, revisão de informações, Notas Técnicas, Despachos,
			E	8	8	0%	Pareceres e Relatórios, edição/revisão de procedimentos, produção de dados, participação em reuniões/eventos/cursos (por evento).
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
	Execução de ações de monitoramento do cumprimento de obrigações relativas à Transparência, Governo Aberto e Integridade	AT14	A	40	40	0%	Relatório, Nota Técnica, Formulário, Documento, Gestão/Análise de solicitações internas/externas, monitoramento de prazos, consolidação de
			B	32	32	0%	informações, elaboração/envio de e-mails e/ou planilhas, encaminhamentos internos/externos, monitoramento do item Transparência Ativa no portal Fala.BR, inserção de informações,
			C	24	24	0%	cadastramento de dados, revisão de informações, participação em reuniões/eventos/cursos (por evento).
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
ITT_CETEM	Planejar, coordenar, atualizar, avaliar e acompanhar os projetos de inovação tecnológica	AT15	A	40	40	0%	análise e acompanhamento de contratos de ajuste de propriedade intelectual; análise e registro de novos pedidos de ativos no INPI; controle de portfólios, programas, e criações intelectuais
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Atestado de comparecimento (comparecimento do participante, de seu dependente ou familiar às consultas médicas, odontológicas e realização de exames em estabelecimento de saúde)	AT16	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Compensação (autorizada em normativo)	AT17	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Execução de atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, com pagamento de GECC.	AT18	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Licença para tratamento de saúde.	AT19	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Recesso para comemoração das festas de final de ano.	AT20	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Férias	AT21	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Feriados e pontos facultativos não registrados no sistema.	AT22	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	

			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Participação em ação de desenvolvimento profissional em serviço.	AT23	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Realização de atividade em outra unidade.	AT24	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	
AOC_CETEM	Outras ocorrências de afastamento previstas em lei.	AT25	A	40	40	0%	Atividade de Ocorrência (AO)
			B	32	32	0%	
			C	24	24	0%	
			D	16	16	0%	
			E	8	8	0%	
			F	4	4	0%	
			G	2	2	0%	

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente termo de ciência e responsabilidade, em razão da solicitação de adesão ao Programa de Gestão e Desempenho do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) DECLARO que:

I. atendo às condições para participação no Programa de Gestão e Desempenho do CETEM/MCTI;

II. estou ciente do prazo de antecedência mínima de convocação de ocupante de DAS/FCPE nível 5 ou 6: 24 (vinte e quatro) horas; ocupante de DAS/FCPE nível 4 ou 3 de 48 (quarenta e oito horas) horas e demais ocupantes de DAS/FCPE ou não ocupantes: 72 (setenta e duas) horas, para comparecimento pessoal à unidade, quando houver interesse fundamentado da Administração e pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados;

III. estou ciente de todas as minhas atribuições e responsabilidades previstas no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022 e no art. 22 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e conforme transcrito abaixo:

a) cumprir o estabelecido no plano de trabalho;

b) atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, mediante convocação com antecedência mínima prevista na norma de procedimentos gerais e desde que devidamente justificado pela chefia imediata;

c) manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos, sendo esses de livre divulgação tanto dentro do órgão ou da entidade quanto para o público externo que necessitar manter contato.

d) consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação do Cetem;

e) permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a chefia imediata, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade;

f) manter o chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

g) comunicar a chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

h) zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;

i) retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade;

IV. estou ciente que a minha participação no Programa de Gestão e Desempenho desta unidade organizacional não constitui direito adquirido e nem dever, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

V. estou ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 14 e 15 do Decreto nº 11.072, de 2022, e os arts. 29 a 36 Instrução da Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

VI. estou ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

VII. estou ciente quanto ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber;

VIII. estou ciente quanto às orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;

IX. estou ciente que devo manter as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão de internet, de energia elétrica e de telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício das atribuições;

X. estou ciente que quando ocorrer o desligamento do Programa de Gestão e Desempenho deverei retornar ao controle de frequência dentro do prazo estipulado pela unidade, não podendo este ser menor que 30 (trinta) dias, após o ato de notificação;

XI. estou ciente que a chefia imediata poderá redefinir minhas metas por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas;

XII. estou ciente que a chefia imediata e o dirigente da unidade organizacional deverão acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do Programa de Gestão e Desempenho;

XIII. estou ciente que a chefia imediata deverá manter contato permanente com os participantes do Programa de Gestão e Desempenho para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

XIV. estou ciente que a chefia imediata deverá aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas;

XV. autorizo o fornecimento do número de telefone, fixo ou celular, para contato;

XVI. comprometo em me manter operante, disponível e acessível pelo Cetem, durante toda a jornada de teletrabalho, com acesso ao e-mail institucional e ao telefone, nos termos do inciso V do artigo 9º do Decreto nº 11.072, de 2022 e dos artigos 22 e 23 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020; e

XVII. os meus números de telefone estão ativos e atualizados.

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 16.961, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53516.011620/2022-44: Expede à GUILHERME LUDWIG, CPF nº ***.448.079-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 16.961 - Processo nº 53516.011354/2022-50: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9 REGIAO, CNPJ nº 03.141.166/0001-16.

Nº 16.962 - Processo nº 53516.011611/2022-53: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO IGUACU, CNPJ nº 00.956.801/0001-25.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 16.869, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.013779/2022-32. Outorgar autorização de uso das radiofrequências à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 16.876, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.014117/2022-80. Expede autorização ao ANDRE GUSTAVO GONTIJO PENHA, CPF nº ***.872.836-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 16.877, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.014120/2022-01. Expede autorização à NATALIA DOS SANTOS AURORA PISARUK, CPF nº ***.138.908-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 16.871, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do artigo 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997:

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço Rádio do Cidadão está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTE, validade da RF;

Serviço Rádio Cidadão - SCPX			
Nome	CPF/CNPJ	Fistel	Validade da RF
FRANCISCO JEOVANIO CAVALCANTE DA SILVA	96756942387	80108150046	14/07/2020
FRANCISCO THIAGO BANDEIRA DIAS	64001199300	80108439895	12/01/2021
GERARDO ELDO SIMPLICIO	38335026300	50005705452	23/05/2020
MANUEL JOSINO OLIVEIRA NETO	38727757315	80100491740	21/11/2021
PAULO CESAR VIEIRA DE ARAUJO	41466420278	80108842606	13/09/2021
PAULO HENRIQUE PORDEUS	03645983368	80107837064	18/02/2020
PAULO THIAGO LIMA DO NASCIMENTO	02224602375	80107230100	05/05/2019
WILSON PINTO DE PAULA	15589480310	80107986736	11/05/2020
CLEOMARA CAETANO CARDOSO	64109240204	80108777944	10/08/2021
JOSE EMERSON NOGUEIRA	00334151376	80108969770	24/11/2021

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço de Interesse Restrito está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL, em razão do advento do termo final das autorizações de uso de radiofrequência associadas, com efeitos retroativos à data da expiração:

Serviço de Interesse Restrito - SIR		
Nome da Entidade	CNPJ/CPF	Fistel
FRANCISCO JEOVANIO CAVALCANTE DA SILVA	96756942387	50433660015
GERARDO ELDO SIMPLICIO	38335026300	50429388420
PAULO CESAR VIEIRA DE ARAUJO	41466420278	50429554702
WILSON PINTO DE PAULA	15589480310	50426843444
CLEOMARA CAETANO CARDOSO	64109240204	50431396922
JOSE EMERSON NOGUEIRA	00334151376	50421301368

GILBERTO STUDART NETO

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 16.912, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 53548.000208/2020-60. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, ADILSON DA SILVA CRUZ, CPF nº ***.299.021.**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Móvel Aeronáutico.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 16.780, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Decretar a extinção da autorização outorgada a RADIO SANTA MARIA LTDA, CNPJ 10.740.348/0001-79, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 16.782, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Decretar a extinção da autorização outorgada a RADIO E TV CORREIO LTDA, CNPJ 09.320.250/0001-83, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 16.910, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Decretar a extinção do serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do Serviço de Radioamador, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas da entidade ANTONIO BENEDITO DA COSTA, CPF: XXX.856.404-XX

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO

Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 73, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno da Anatel - aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013, decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral, constante dos autos do processo nº 53500.066738/2021-06, a proposta de atualização dos requisitos técnicos relativos à avaliação da conformidade técnica de fios telefônicos dos tipos DG, externo binado FEB, FE, FE-AA, FE-AA-80-PEAD-X e FI.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel e na Plataforma Participa na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões, fundamentadas e devidamente identificadas, devem ser encaminhadas, obrigatoriamente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Participa Anatel, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Não serão consideradas as manifestações encaminhadas por outros meios, exceto em caso de indisponibilidade do supracitado Sistema devidamente atestada pela Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação - SOR desta Agência.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD N° 6.067, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Portaria GM-MD nº 3.692, de 6 de setembro de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, no Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, no Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, na Portaria OGU/CGU nº 581, de 9 de março de 2021, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60044.000026/2022-97, resolve:

Art. 1º A Portaria GM-MD nº 3.692, de 6 de setembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO II

DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO DA DEFESA (OUV-MD)

.....

.....

Seção III

Condutas desejáveis e vedadas dos integrantes da OUV-MD

Art. 5º-A O Ouvidor e os integrantes da OUV-MD deverão ter conduta ética compatível, nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo federal, constante do Anexo do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e dos normativos do Ministério da Defesa, em especial do Regimento Interno e do Código de Ética, bem como atender às seguintes diretrizes:

I - exercer suas atividades com imparcialidade e isenção, visando garantir os direitos do usuário do serviço público;

II - resguardar o sigilo e a confidencialidade para a proteção da informação, assegurando-se a preservação dos elementos de identificação, da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do usuário;

III - respeitar os usuários de serviços públicos em suas peculiaridades, necessidades e vulnerabilidades, bem como zelar pelo seu melhor interesse;

IV - facilitar o acesso à OUV-MD, simplificando seus procedimentos;

V - responder ao usuário no menor prazo possível, com clareza e objetividade;

VI - buscar a constante melhoria das suas práticas, utilizando eficaz e eficientemente os recursos colocados à sua disposição; e

VII - atuar de modo diligente e fiel no exercício de seus deveres e responsabilidades." (NR)

"Art. 38. A OUV-MD realizará a coleta sistematizada de informações acerca da qualidade dos serviços, com periodicidade quadrienal, por meio de consultas aos conselheiros, seguindo o ciclo de gestão.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA GM-MD Nº 6.091, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto nos incisos XVI, XVIII, XXII e XXIV do Anexo ao Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, no art. 8º, inciso II, do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, na Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública, e no art. 5º do Anexo da Portaria GM-MD nº 4.487, de 3 de novembro de 2021, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60041.001222/2021-28, resolve:

DESIGNAR a servidora LEONOR MARIA DA SILVA para exercer as funções de membro-suplente da Comissão Setorial de Ética do Ministério da Defesa, pelo período de três anos.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA GM-MD Nº 6.092, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto nos incisos XVI, XVIII, XXII e XXIV do Anexo ao Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, no art. 8º, inciso II, do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, na Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública, e no art. 5º do Anexo da Portaria GM-MD nº 4.487, de 3 de novembro de 2021, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60041.001222/2021-28, resolve:

DISPENSAR a servidora EVACI DE MELO DOS SANTOS, em decorrência de sua aposentadoria, da função de membro-suplente da Comissão Setorial de Ética do Ministério da Defesa, designada pela Portaria GM-MD nº 5.425, de 31 de dezembro de 2021.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
9º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

PORTARIA Nº 215/CFAOC, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Delimitação de Áreas de Fundeio do Terminal Portuário Novo Remanso.

O CAPITÃO DOS PORTOS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n° 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido na Lei n° 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), que dispõe sobre a Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional, resolve:

Art. 1º Homologar as Áreas de fundeio do Terminal Portuário Novo Remanso conforme quadro abaixo:

ÁREA DE FUNDEIO	FORMA GEOMÉTRICA	LOCALIZAÇÃO	EMPREGO
Fundeio I	Retangular	P-01 - 03º 15' 22.53" S 59º 04' 58.80" W P-02 - 03º 14' 44.67" S 59º 03' 11.90" W P-03 - 03º 14' 56.95" S 59º 03' 07.60" W P-04 - 03º 15' 34.81" S 59º 04' 54.49" W	Navios que necessitem cumprir determinações das Autoridades Governamentais, bem como navios em preparação para suspender após o encerramento das operações portuárias de carga e descarga no TGSM/TCG e TGSA.
Fundeio II	Retangular	P-01 - 03º 15' 12.95" S 58º 57' 12.66" W P-02 - 03º 15' 44.23" S 58º 55' 57.92" W P-03 - 03º 15' 56.25" S 58º 56' 02.90" W P-04 - 03º 15' 24.97" S 58º 57' 17.64" W	Navios aguardando janela de atracação nos terminais para realização de operações portuárias de movimentação de cargas. A área também é destinada às operações de transferências de equipamentos ou equipagens necessárias ao desenvolvimento das operações de atracação no quadro de boias do TGSA.
Fundeio III	Retangular	P-01 - 03º 15' 46.25" S 58º 55' 53.52" W P-02 - 03º 16' 25.56" S 58º 54' 42.62" W P-03 - 03º 16' 36.96" S 58º 54' 48.88" W P-04 - 03º 15' 57.65" S 58º 55' 59.77" W	Área reservada para os casos de indisponibilidade de espaço na área de Fundeio II, bem como para navios em situação de quarentena, quando designados pela Autoridade Marítima, em coordenação com Autoridades de Saúde e Aduaneira.

Art. 2º O fundeio entre navios nas Áreas de Fundeio I, II e III deverá ocorrer a uma distância mínima de 0,3 milha náutica, observando a quantidade máxima de 3 (três) navios para a Áreas de Fundeio I e de 2 (dois) navios para as Áreas de Fundeio II e III.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

CMG JORGE DE OLIVEIRA ANTUNES JUNIOR

SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA

PORTARIA SEPROD/SG-MD Nº 6.081, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PRODUTOS DE DEFESA DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 43, inciso IV e art. 46, Inciso VI, ambos do Anexo I do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022 bem como no art. 4º, inciso XI e o art. 5º, inciso III do Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60071.000143/2022-23, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, a atualização da Lista de Produtos de Defesa (Liprode) sujeitos ao tratamento administrativo no comércio exterior pelo Ministério da Defesa.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 5.216/SEPROD/SG-MD, de 17 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO

ANEXO I

LISTA DE PRODUTOS DE DEFESA (LIPRODE)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I

Art. 1º Os Produtos de Defesa constantes na lista abaixo estarão sujeitos a tratamento administrativo no comércio exterior pelo Ministério da Defesa.

Parágrafo Único - A atualização da Lista de Produtos de Defesa será realizada pelo menos uma vez a cada dois anos ou sempre que houver necessidade e, participarão da reunião, para esse fim, representantes do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores e das Forças Armadas, sob a coordenação da SEPROD.

Art. 2º Os Produtos de Defesa (PRODE), sujeitos a tratamento administrativo, estão divididos conforme as categorias a seguir:

CATEGORIAS DE PRODUTOS DE DEFESA		PRODUTO DE DEFESA	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	NCM
			TIPO DE CONTROLE	NÍVEL	TIPO DE CONTROLE	
I	Armas de Fogo (Inferiores à .50" ou 12 GA ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios	Revólveres	conhecimento	1	Conhecimento	9302.00.00
		Pistolas	Anuência	1	Anuência	9302.00.00
		Fuzis e Carabinas de Guerra	Anuência	2	Anuência	9301.90.00
		Metralhadoras e Submetralhadoras	Anuência	2	Anuência	9301.90.00
		Espingardas e Carabinas de Caça	conhecimento	1	Conhecimento	9303.20.00
			conhecimento	1	Conhecimento	9303.30.00
		Cano, Ferrolho e Armação para Fuzis, Metralhadoras, Submetralhadoras, Carabinas e Espingardas	Anuência	1	Conhecimento	9305.91.00
		Partes e Acessórios (Exceto Cano, Ferrolho e Armação) para Fuzis, Metralhadoras, Submetralhadoras, Carabinas e Espingardas	conhecimento	1	Conhecimento	9305.91.00
						9305.99.00

II	Armamentos Pesados (Iguais ou Superiores à .50" ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios	Canhões, Obuseiros, Canhões Anti-carros, Canhões Antiaéreos e Morteiros, Canhões sem Recuo (Ex.: Carl Gustaf),	Anuência	2	Anuência	9301.10.00
		Autopropulsados	Anuência	2	Anuência	9301.10.00
		Sistema de Mísseis Anti-aéreo de Baixa Altura (Ex.: RBS-70 e IGLA-S	Anuência	2	Anuência	9301.20.00
		Lança-chamas	Anuência	2	Anuência	9301.20.00
		Lança-granadas	Anuência	2	Anuência	9301.20.00
		Outros Lançadores de Porte ou Portáteis Letais	Anuência	2	Anuência	9301.20.00
		Outros Armamentos Pesados, exceto Revólveres, Pistolas e Armas Brancas	Anuência	2	Anuência	9301.90.00
		Partes e Acessórios para Armamentos Pesados (Canhões, Obuseiros, Canhões sem Recuo, Canhões Anti-carros, Canhões Antiaéreos, Morteiros, Lançadores, e Autopropulsados)	Anuência	1	Anuência	9305.91.00

III	Munições e suas partes e acessórios.	Munições para revólveres	Conhecimento	1	Conhecimento	**9306.30.00**
		Munições calibres 5,56mm e 7,62mm	Anuência	2	Anuência	9306.30.00
		Munições calibres 9mm	Anuência	1	Conhecimento	9306.30.00
		Munições para Armamentos Pesados, iguais ou superiores a .50" ou 12,7 mm e iguais ou inferiores a 75mm.	Anuência	2	Anuência	9306.30.00
		Munições para Armamentos Pesados superiores a 75 mm.	Anuência	2	Anuência	9306.90.90
		Lança-rojões	Anuência	2	Anuência	9301.20.00

IV	Veículos Lançadores, Mísseis, Mísseis Balísticos, Foguetes, Torpedos, Bombas, Minas e suas partes e acessórios.	Motores para Mísseis, Foguetes e Torpedos.	Anuência	2	Anuência	8412.10.00
		Lança-mísseis, Lança foguetes, Lança-torpedos e Lançadores semelhantes instalados ou não em meios navais, viaturas ou aeronaves.	Anuência	2	Anuência	9301.20.00
		Equipamentos de Guiamento, Navegação e Controle para artefatos bélicos(Bombas, foguetes, etc) com características técnicas para uso militar	Anuência	2	Anuência	**8526.10.00**
		Foguetes ou Misseis de qualquer tipo, calibre ou emprego, para uso das Forças Militares, com carga inferior a 500 kg e alcance inferior a 300 km, seus componentes e ogivas	Anuência	2	Anuência	9306.90.90
		Bombas, Granadas, Torpedos, Minas de emprego militar, com poder de letalidade e suas partes e acessórios.	Anuência	2	Anuência	9306.90.90
		Partes, Acessórios e Componentes de Foguetes com características técnicas para uso militar	Anuência	2	Anuência	9306.90.90

V	Explosivos e Propelentes.	Cordéis Detonantes	Anuência	1	Anuência	**3603.20.00**
		Explosivos Plásticos Moldáveis	Anuência	1	Anuência	3602.00.00
		Nitrocelulose	Anuência	1	Anuência	3912.20.10
			Anuência	1	Anuência	3912.20.21
			Anuência	1	Anuência	3912.20.29
		Solução de nitrocelulose com concentração maior ou igual a 20%, em massa seca, com teor de nitrogênio inferior a 12,6%	Anuência	1	Anuência	3208.90.39
		Solução de nitrocelulose, com concentração de 10% (inclusive) a 20% (exclusive) em massa seca, com teor de nitrogênio inferior a 12,6%	Anuência	1	Anuência	3208.90.21
		Pólvora de Base Simples, Dupla, Tripla e Pólvora Negra Militar	Conhecimento	1	Anuência	3601.00.00
		Trinitrotoluenos (TNT).	Anuência	1	Anuência	2904.20.41
		Composições (B, A3, A4, A5, RDX, HMX) para Granadas e Bombas	Anuência	1	Anuência	2921.59.90
		Espoletas Beldetons	Conhecimento	1	Conhecimento	**3603.50.00**
		Estopins Hidráulicos	Conhecimento	1	Conhecimento	**3603.10.00**
		Detonadores Elétricos	Conhecimento	1	Conhecimento	**3603.60.00**
		Nitropentas	Anuência	1	Anuência	2920.90.33
		Traçadores, Petardos e Boosters	Conhecimento	1	Conhecimento	3604.90.90
		Nitreto de Boro	Conhecimento	1	Conhecimento	2850.00.10
		Silicato de Cálcio	Conhecimento	1	Conhecimento	2850.00.20
		Iniciadores	Conhecimento	1	Conhecimento	2850.00.90
		Cápsulas Fulminantes	Anuência	1	Anuência	**3603.40.00**
		Escorvas Fulminantes	Anuência	1	Anuência	**3603.30.00**

VI	Navios de Guerra, Embarcações de Combate e Equipamentos Especiais Navais	Navios de Guerra (ATT) - Embarcações ou Submarinos Armados e Equipados com características técnicas para uso militar, com deslocamento padrão de 500 toneladas ou mais, e	Anuência	2	Anuência	8906.10.00
		aqueles com deslocamento padrão de menos de 500 toneladas, equipados para lançamento de mísseis com alcance mínimo de 25 quilômetros ou torpedos com alcance similar				
		Outros Navios de Guerra, lanchas, embarcações ou navios com velocidade superior a 35 nós e seus projetos, específicos para atividade militar	Anuência	2	Anuência	8906.10.00
		Partes e Acessórios específicos para atividade militar, utilizados em Navios de Guerra	Conhecimento	1	Conhecimento	8906.10.00

VII	Veículos Militares Terrestres, Carros de Combate e Veículos Militares Anfíbios	Carros de Combate (Tanques de Guerra) Blindados sobre lagarta ou sobre rodas com grande mobilidade através campo e elevada autoproteção, pesando no mínimo 16,5 toneladas de peso líquido, dotados de uma peça principal de tiro direto de alta velocidade inicial de, pelo menos, 75 mm de calibre	Anuência	2	Anuência	8710.00.00
		Carros de Combate (Tanques de Guerra) sobre lagartas, meia lagarta ou sobre rodas, com proteção blindada e capacidade de andar através campo, dotados de armamento orgânico para tiro direto de calibre superior a .50" (12,7 mm) e inferior a 75 mm	Anuência	2	Anuência	8710.00.00
		Carros de Combate sobre lagartas, meia lagarta ou sobre rodas, com proteção blindada e capacidade de andar através campo, podendo ainda: ser projetado ou equipado para transportar um pelotão ou quatro ou mais soldados de Infantaria, ou dotado de armamento integrado ou orgânico de um calibre mínimo de .50" (12,7 mm) ou lançador de mísseis. Inclui-se nesse grupo os veículos com capacidade anfíbia e veículos blindados de combate leves multiuso.	Anuência	2	Anuência	8710.00.00

		Carros de Combate Blindados sobre lagartas, meia lagarta ou sobre rodas especiais (Ex: Lança-pontes, Comando e Controle, Ambulância, Socorro, Guincho, Oficina, Apoio de Engenharia e Base para Morteiros)	Anuência	2	Anuência	8710.00.00
VII		Veículos Militares 1 1/2 Ton, 1/2 Ton ou 3/4 Ton, para emprego operacional com ou sem Blindagem	Conhecimento	1	Conhecimento	8704.21.90
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.22.90
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.23.90
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.24.90
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.22.10
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.23.10
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.24.10
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.31.10
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.31.90
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.32.10
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.32.90
			Conhecimento	1	Conhecimento	8703.33.10
			Conhecimento	1	Conhecimento	8710.00.00
		Veículos Militares 5 Ton, 10 Ton	Conhecimento	1	Conhecimento	8703.33.90
		VRE Cozinha de Campanha 1 ½ Ton, 2R	Conhecimento	1	Conhecimento	8716.40.00
		Outros (Carros de Combate não incluídos nos grupos anteriores)	Conhecimento	1	Conhecimento	8710.00.00
		Partes e acessórios específicos para atividade militar utilizados em Carros de Combate	Conhecimento	1	Conhecimento	8710.00.00

VIII	Veículos Aéreos e Espaciais	Balões e Dirigíveis, Planadores, Asas Voadoras, e outros veículos aéreos não concebidos para propulsão a motor, todos com características técnicas para uso militar.	Conhecimento	1	Conhecimento	8801.00.00
		Helicópteros de Ataque - Aeronaves de Asas Rotativas projetadas, equipadas ou modificadas para engajar alvos, empregando armas guiadas ou não guiadas, anti-blindagem, ar-superfície, ar-anti-submarino ou ar-ar e equipada com sistema de tiro e pontaria integrados para o sistema de armas, incluindo versões dessas aeronaves para missões de reconhecimento ou missões de guerra eletrônica.	Anuência	2	Anuência	8802.11.00
			Anuência	2	Anuência	8802.12.10
			Anuência	2	Anuência	8802.12.90
		Outros Helicópteros Militares	Anuência	2	Anuência	8802.11.00
		Aviões de Combate - Aeronaves de asas fixas ou de geometria variável, equipadas ou modificadas para engajar alvos pelo emprego de mísseis guiados, foguetes não guiados, bombas, armas de fogo, canhões ou outras armas de destruição, incluindo versões dessas aeronaves que executam guerra eletrônica, supressão de defesa aérea ou missões de reconhecimento. O termo "avião de	Anuência	2	Anuência	8802.20.10
			Anuência	2	Anuência	8802.20.21
			Anuência	2	Anuência	8802.20.22
			Anuência	2	Anuência	8802.20.90
			Anuência	2	Anuência	8802.30.10
			Anuência	2	Anuência	8802.30.21
			Anuência	2	Anuência	8802.30.29
			Anuência	2	Anuência	8802.30.31

		combate" não inclui aeronaves de treinamento primário, a menos que sejam projetadas, equipadas ou modificadas conforme descrito acima.	Anuência	2	Anuência	8802.30.39
			Anuência	2	Anuência	8802.30.90
			Anuência	2	Anuência	8802.40.10
			Anuência	2	Anuência	8802.40.90
VIII	Veículos Aéreos e Espaciais	Aviões Militares, exceto de combate.	Anuência	2	Anuência	8802.20.21
			Anuência	2	Anuência	8802.20.22
			Anuência	2	Anuência	8802.20.90
			Anuência	2	Anuência	8802.30.10
			Anuência	2	Anuência	8802.30.21
			Anuência	2	Anuência	8802.30.29
			Anuência	2	Anuência	8802.30.31
			Anuência	2	Anuência	8802.30.39
			Anuência	2	Anuência	8802.30.90
			Anuência	2	Anuência	8802.40.10
			Anuência	2	Anuência	8802.40.90
		Veículos Espaciais com características técnicas para uso militar.	Anuência	2	Anuência	8802.60.00
		Hélices e Rotores e suas partes e acessórios para Veículos Aéreos Militares (Balões, Dirigíveis, Planadores, Asas Voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão a motor, Helicópteros, Aviões, Veículos Aeroespaciais, Veículos de Lançamento e Veículos Suborbitais).	Conhecimento	1	Conhecimento	**8807.10.00**

VIII	Veículos Aéreos e Espaciais	Trens de Aterrisagem e suas partes e acessórios para Veículos Aéreos Militares (Balões, Dirigíveis, Planadores, Asas Voadoras e Outros Veículos Aéreos, não concebidos para propulsão a motor, Helicópteros, Aviões, Veículos Aeroespaciais, Veículos de Lançamento e Veículos Suborbitais).	Conhecimento	1	Conhecimento	**8807.20.00**
		Outras partes e acessórios de Aviões ou Helicópteros Militares	Conhecimento	1	Conhecimento	**8807.30.00**
		Outras partes e acessórios de Veículos Aéreos Militares	Conhecimento	1	Conhecimento	**8807.90.00**
		Outros Paraquedas Militares (incluindo os Paraquedas Dirigíveis e os Parapentes) e os Paraquedas Giratórios; suas partes e acessórios.	Conhecimento	1	Conhecimento	8804.00.00
		Aparelhos e Dispositivos para Lançamento de Veículos Aéreos Militares e suas partes e acessórios; Aparelhos e Dispositivos para Aterrissagem de Veículos Aéreos em Porta-aviões; Aparelhos e Dispositivos Semelhantes e suas partes e acessórios.	Anuência	2	Anuência	8805.10.00

VIII	Veículos Aéreos e Espaciais	Equipamentos ativos e passivos para emulação de assinatura infravermelha e radar de aeronaves, (Ex: sistemas baseados em chaff e flare, Skyshield, BriteCloud).	Anuência	1	Anuência	**8807.90.00**
		Aeronaves Remotamente Pilotada (ARP) com peso não superior a 2.000 kg sem carga, utilizadas para simular ameaças aéreas, com características técnicas para emprego militar (Ex: alvos Banshees e Snipes).	Anuência	2	Anuência	8802.20.10
		Aeronaves Remotamente Pilotada (ARP) com peso máximo de decolagem igual ou superior a 150 kg, com características técnicas para emprego militar (enquadradas como classe I pela ANAC e Classes II e III pela OTAN).	Anuência	2	Anuência	8802.20.90
		Aeronaves autônomas, (Autonomous aircraft), com características técnicas para uso militar	Anuência	2	Anuência	8802.20.21
			Anuência	2	Anuência	8802.20.22
			Anuência	2	Anuência	8802.20.90
			Anuência	2	Anuência	8802.30.10
			Anuência	2	Anuência	8802.30.21
			Anuência	2	Anuência	8802.30.29
			Anuência	2	Anuência	8802.30.31
			Anuência	2	Anuência	8802.30.39
			Anuência	2	Anuência	8802.30.90
			Anuência	2	Anuência	8802.40.10
			Anuência	2	Anuência	8802.40.90
		Veículos Hipersônicos, com ou sem propulsão,	Anuência	2	Anuência	8801.00.00

		com capacidade de planeio e guiamento (Hypersonic) glide vehicles, com características técnicas para uso militar.	Anuência	2	Anuência	8802.20.90
			Anuência	2	Anuência	8802.30.90
IX	Equipamentos Militares de Treinamento e Simuladores.	Simuladores de Combate Aéreo Militar e suas partes e acessórios	Anuência	1	Anuência	8805.21.00
		Outros Aparelhos para Treinamento de Voo Militar e suas partes e acessórios	Conhecimento	1	Conhecimento	8805.29.00
		Boia Inflável Alvo de Artilharia Naval (Ex: alvo Killer Tomato)	Anuência	1	Anuência	8907.90.00
		Veículo Subaquático não Tripulado, com características técnicas para uso militar, capaz de simular assinaturas acústicas e magnéticas características de submarinos (Ex: alvo EMATT)	Conhecimento	1	Conhecimento	8906.90.00
		Alvo aéreo não manobrável, capaz de simular assinaturas infravermelho, radar e visual com características técnicas de aeronaves, para uso militar.	Anuência	1	Anuência	8801.00.00
		Simuladores e seus softwares de ambiente radar e comunicação, com características técnicas para uso militar	Anuência	1	Anuência	8526.10.00
			Anuência	1	Anuência	9999.99.99

X	Equipamentos Militares Eletrônicos e Espaciais	Aparelho de Rádio Detecção e Rádio Sondagem (Radar) com características técnicas para uso militar.	Anuência	1	Anuência	8526.10.00
		Combinados para Condução Óssea - Osteofone com características técnicas para uso militar.	Anuência	1	Anuência	8518.30.00
		Transceptores de Equipamentos para Comunicação por Rádio, com características técnicas para uso militar.	Anuência	1	Anuência	8517.62.99
		Transceptores e antenas para comunicação Terra-Ar por Rádio, com características técnicas para uso militar	Anuência	1	Anuência	8517.62.99
		Transceptores e antenas para comunicação via satélite, com características técnicas para uso militar.	Anuência	1	Anuência	8517.62.99

XI	Sistemas de Controle de Tiro, Vigilância e Alerta	Equipamento Projetado para controle de Tiro de Foguetes, Misseis ou Torpedos.	Anuência	2	Anuência	8526.10.00
		Equipamento para Controle de Tiro de Artilharia.	Anuência	2	Anuência	8526.10.00
		Forward Looking Infrared (FLI).	Anuência	2	Anuência	8525.89.22 8525.89.14
		Laser Warning Receiver (LWR).	Anuência	2	Anuência	8525.89.22 8525.89.14
		Missile Approach Warning System (MAWS).	Anuência	2	Anuência	8525.89.22 8525.89.14
		Infrared Search And Track (IRST) e Similares.	Anuência	2	Anuência	8525.89.22 8525.89.14
XII	Armas e Munições Menos Letais ou de Energia Dirigida	Armas Elétricas Incapacitantes.	Anuência	1	Anuência	9304.00.90
		Lançadores de Munições Menos Letais iguais ou superiores a 40mm.	Anuência	2	Anuência	9301.20.00
		Lançadores de Munições Menos letais inferiores a 40mm.	Anuência	1	Anuência	9303.90.10
		Munições de impacto controlado.	Anuência	1	Anuência	9306.21.30
		Munições fumígenas com efeito não letal.	Anuência	1	Anuência	9306.21.20

XII	Armas e Munições Menos Letais ou de Energia Dirigida	Munições explosivas com efeito não letal.	Anuência	1	Anuência	9306.21.10
		Granadas fumígenas com efeito não letal.	Anuência	1	Anuência	9306.90.20
		Granadas explosivas com efeito não letal.	Anuência	1	Anuência	9306.90.10
		Espargidores	Anuência	1	Anuência	9304.00.10
		Armas de energia dirigida (Directed-energy weapons -DEW), de efeito não letal contra seres humanos (Ex: Long-Range Acoustic Device - LRAD)	Anuência	1	Anuência	9304.00.90
		Armas de energia dirigida (Directed-energy weapons DEW), contra veículos aéreos de pequeno porte, mísseis, foguetes e morteiros e outros. Ex: Iron Beam, ALKA, High Energy Laser Effector - HEL)	Anuência	1	Anuência	9304.00.90

XIII	Instrumentos Ópticos	Equipamento para visão noturna ou termal de detecção passiva, acoplável a arma de fogo ou não, que possua, Intensificação de luz residual, possuindo tubos fotomultiplicadores, intensificadores de 2ª geração ou superior e Visão termal de detecção passiva com Matriz focal de detecção não-linear (2 dimensões), na faixa do infravermelho longo (LWIR), na faixa compreendida de 8 a 14 (micrômetros) e alcance de detecção de, no mínimo, 250 m ou sistema de arrefecimento tipo cryocooler, permitindo que o sensor opere em baixas temperaturas, diminuindo, assim, o ruído termicamente induzido da cena observada e elevando o contraste térmico, como forma de melhorar o detalhamento e a qualidade da imagem gerada (captação passiva resfriada)	Anuência	2	Anuência	8525.89.22
			Anuência	2	Anuência	**8525.89.14**

XIV	Blindagens Balísticas	Capacetes Balísticos	Anuência	1	Anuência	6506.10.00
		Coletes Balísticos	Anuência	1	Anuência	6307.90.90
		Escudos Balísticos	Anuência	1	Anuência	3926.90.90
		Placas Balísticas	Anuência	1	Anuência	6307.90.90
		Trajes Antibombas	Anuência	1	Anuência	6307.90.90
		Capacetes Balísticos	Anuência	1	Anuência	6506.10.00
XV	Sistemas de Comando e Controle, Criptográficos e de Guerra Cibernética	Sistema computacional para prover capacidade de comando e controle para Forças Militares.	Anuência	2	Anuência	-----
		Sistema de previsão de propagação eletromagnética e/ou acústica.	Anuência	2	Anuência	-----
		Sistema de ataque eletrônico e interferidores.	Anuência	2	Anuência	-----
		Sistemas criptográficos com algoritmo de desenvolvimento nacional.	Anuência	2	Não se Aplica	------
		Sistemas, equipamentos ou tecnologias que contenham recursos criptográficos para uso com informações ou comunicações sigilosas	Não se aplica	--	Anuência	------
		Sistemas de Monitoramento e Defesa Cibernética.	Anuência	2	Anuência	-------

XVI	Pirotécnicos	Fogos de Artifício	Conhecimento	1	Conhecimento	3604.10.00
		Artifício Pirotécnico	Conhecimento	1	Conhecimento	3604.10.00
		Espoleta para Pirotécnicos	Conhecimento	1	Conhecimento	3604.90.90
		Estopim para Pirotécnicos	Conhecimento	1	Conhecimento	**3603.10.00**
		Composto Pirotécnico para Sinalização Pirotécnica e Salvatagem	Conhecimento	1	Conhecimento	3604.90.90
		Iniciador para Pirotécnicos	Conhecimento	1	Conhecimento	2904.20.90
XVII	Máquinas e Equipamentos	Máquinas, Equipamentos, Aparelhos, Sistemas utilizados para a produção de Compostos Químicos Nitrogenados Explosivos.	Anuência	2	Anuência	8479.89.99
		Reatores nucleares	Conhecimento	1	Conhecimento	8401.10.00
		Máquinas e aparelhos para a separação de isótopos, e suas partes	Conhecimento	1	Conhecimento	8401.20.00
		Elementos combustíveis (cartuchos) não irradiados	Conhecimento	1	Conhecimento	8401.30.00
		Partes de reatores nucleares	Conhecimento	1	Conhecimento	8401.40.00

Capítulo II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As Categorias dos Produtos de Defesa desta lista tem como base o controle Americano (United States Munitions List - USML) e o controle Europeu (Liste des Matériels de Guerre et Matériels Assimilés e des Produits Liés à La Défense Première Portie).

Art. 4º A classificação de Nível "1" corresponde aos produtos que dispensam a fase de procedimentos preliminares; requerem análise pelo Ministério da Defesa.

Art. 5º A classificação de Nível "2" corresponde aos produtos que requerem a fase de procedimentos preliminares; analisados pelo Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa.

Art. 6º O tipo de controle "Conhecimento" do Ministério da Defesa na Exportação ou Importação, significa "Anuência", que poderá ser automática e processada eletronicamente, não requerendo análise documental.

Parágrafo Único - O Ministério da Defesa poderá solicitar, mediante ofício, que o tipo de controle Conhecimento na exportação/importação seja feito por mensagem Siscomex.

Art. 7º As importações de produtos de defesa realizadas pelas Forças Armadas do Brasil serão autorizadas automaticamente, conforme Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018.

Art. 8º Entende-se como Carabina de Caça, o armamento de cano longo e alma lisa, semelhante à espingarda.

Art. 9º Os serviços de projetos, desenvolvimento e/ou engenharia, transferências e/ou licenciamentos tecnológicos e/ou processo de produtos; cursos ou treinamentos, bem como qualquer outra modalidade de acesso à propriedade intelectual de itens controlados estão sujeitos aos mesmos controles dos demais itens desta Liprode.

Art. 10 As remessas, transferência de tecnologia ou prestação de serviços técnicos de projetos diretamente relacionadas a Prode serão consideradas operações de exportação, sendo necessária a solicitação de autorização/pedido de exportação junto ao Ministério da Defesa, conforme § 3º do Art. 8º do Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018.

Art. 11 - O Ministério da Defesa terá acesso, a qualquer tempo, em relação aos produtos sujeitos a seu controle nas operações de importação e exportação, aos dados e informações que compõem o banco de dados unificado do comércio exterior, de que trata o art 9º-A, VI, do Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, e ainda às informações prestadas por meio da:

I - Declaração Única de Importação (Duimp), descrita no Anexo III da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, presente nos seguintes grupos de dados, agrupados pela natureza da informação:

a) identificação;

b) carga;

c) documentos apresentados para instrução do processo de importação;

d) itens da Duimp sujeitos a tratamento administrativo pelo Ministério da Defesa, à exceção de informações relativas a tratamento tributário;

e) lista de todos os tratamentos administrativos aplicados à Duimp;

II - Declaração Única de Exportação (DU-E), descrita no Anexo Único da Instrução Normativa RFB n° 1.702, de 21 de março de 2017.

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 3.590, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Coroaci - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Coroaci - MG, no valor de R$ 551.141,34 (quinhentos e cinquenta e um mil, cento e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006624/2022-81.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho nº 2022NE000668, e nº 2022NE001310, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única, nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.591, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.318, de 31 de agosto de 2020, constante no processo administrativo nº 59053.003553/2020-01, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Matipó - MG, para ações de Defesa Civil até 23/07/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.593, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 37, de 07 de janeiro de 2020, constante no processo administrativo nº 59053.001981/2018-77, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Paragominas - PA, para ações de Defesa Civil até 09/07/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.594, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 1.718, de 30 de maio de 2022, constante no processo administrativo nº 59053.009537/2022-96, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Cruz do Escalvado - MG, para ações de Defesa Civil até 11/03/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.599, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Itajuípe	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	107	02/12/2022	59051.018809/2022-59
BA	Nova Viçosa	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	973	25/11/2022	59051.018532/2022-64
ES	Cariacica	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	332	30/11/2022	59051.018815/2022-14
ES	São Mateus	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	14.323	23/11/2022	59051.018780/2022-13
ES	Vila Pavão	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	1.835	30/11/2022	59051.018808/2022-12
MG	Capitão Enéas	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	98	04/11/2022	59051.018816/2022-51
PR	Campina Grande do Sul	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	1885	07/12/2022	59051.018803/2022-81
RJ	Barra do Piraí	Inundações - 1.2.1.0.0	419	01/12/2022	59051.018814/2022-61
RJ	Carapebus	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	2.866	02/12/2022	59051.018810/2022-83
RJ	São Pedro da Aldeia	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	189	27/11/2022	59051.018700/2022-11
RN	Tenente Laurentino Cruz	Seca - 1.4.1.2.0	043	29/09/2022	59051.018801/2022-92
SC	Governador Celso Ramos	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	129	02/12/2022	59051.018703/2022-55
SC	Papanduva	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	3272	05/12/2022	59051.018656/2022-40
SC	Rodeio	Inundações - 1.2.1.0.0	5980	05/12/2022	59051.018621/2022-19
SC	São Ludgero	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	90	02/12/2022	59051.018805/2022-71
SC	São Martinho	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	4.203	01/12/2022	59051.018836/2022-21

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.600, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Ouro Verde de Minas-MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Ouro Verde de Minas-MG, no valor de R$ 2.000.724,92 (dois milhões, setecentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006941/2022-06.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE001111, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 10.702, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos financeiros necessários à utilização de créditos líquidos e certos decorrentes de decisões transitadas em julgado, nos termos do disposto no § 11 do art. 100 da Constituição e no Decreto nº 11.249, de 9 de novembro de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 11.249, de 9 de novembro de 2022, e na Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os procedimentos financeiros necessários à utilização de créditos líquidos e certos decorrentes de decisões transitadas em julgado, nos termos do disposto no § 11 do art. 100 da Constituição.

Art. 2º A efetivação do encontro de contas consiste na baixa do passivo de precatório na União em contrapartida à baixa de ativo, pelo seu detentor, relativo à aquisição, amortização ou liquidação de bem ou direito da União, quando for o caso.

Art. 3º A utilização de créditos na forma do disposto no § 11 do art. 100 da Constituição:

I - é autoaplicável para a União, devendo ser realizada no âmbito do Poder Executivo;

II - não constitui pagamento para fins da ordem cronológica de liquidação;

III - independe do regime de pagamento a que submetido o precatório;

IV - está limitada ao valor indicado em certidão expedida pelo Poder Judiciário, conforme regulamentação própria;

V - não se inclui nos limites estabelecidos nos art. 107 e art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em cumprimento ao disposto nos § 5º e § 6º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

VI - operar-se-á no momento em que for admitida pelo órgão ou entidade responsável pela gestão do bem ou direito da União, autarquia ou fundação pública federal que o credor pretende adquirir, amortizar ou liquidar, ficando sob condição resolutória de ulterior disponibilização financeira do direito creditório.

Parágrafo único. Os valores decorrentes da atualização monetária incidentes entre a data-base da certidão expedida pelo Poder Judiciário e a data da efetiva utilização do crédito devem ser acrescentados ao precatório quando do pagamento dos valores remanescentes, conforme os trâmites definidos pela Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 4º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional garantirá a fidedignidade das informações demonstradas nos relatórios contábeis e fiscais apresentados pela União no procedimento de que trata esta Portaria.

Art. 5º O órgão ou entidade responsável pela gestão do bem ou direito, por intermédio do respectivo órgão de representação judicial, comunicará ao juiz da execução e ao Tribunal acerca da utilização total ou parcial do crédito.

Parágrafo único. A comunicação de que trata o caput deverá conter, no mínimo:

I - a identificação da certidão expedida pelo Poder Judiciário;

II - a qualificação completa do requerente;

III - a informação pormenorizada do bem, direito ou débitos adquiridos, amortizados ou liquidados;

IV - a indicação, por algarismos e por extenso, do valor utilizado na forma do § 11 do art. 100 da Constituição;

V - a data da efetiva utilização do crédito; e

VI - o documento de arrecadação para ulterior recolhimento dos valores correspondentes à aquisição, amortização ou liquidação de bem ou direito da União, ou instruções para obtenção do referido documento.

Art. 6º A disponibilização financeira, após a liquidação do precatório, será direcionada ao recolhimento dos valores correspondentes à aquisição, amortização ou liquidação de bem ou direito da União, mediante a geração de documento de arrecadação, conforme orientações emanadas pelo detentor do ativo.

§ 1º Sempre que demandado pelo Poder Judiciário, cabe ao órgão ou à entidade responsável pela gestão do bem ou direito da União, autarquia ou fundação pública federal, por intermédio do respectivo órgão de representação judicial, apresentar documento para recolhimento dos valores correspondentes à aquisição, amortização ou liquidação de bem ou direito da União.

§ 2º Liquidado o documento apresentado pelo órgão ou entidade àquele responsável por sua liquidação, será o solicitante notificado para ciência.

Art. 7º O órgão de representação da União, autarquia ou fundação com atuação perante o juiz exequente ou Tribunal comunicará àquele responsável pela gestão, administração ou guarda do bem ou direito adquirido, amortizado ou liquidado eventual decisão judicial ou administrativa superveniente, ainda que não definitiva, que importe no cancelamento ou revisão do direito creditório utilizado na § 11 do art. 100 da Constituição.

Parágrafo único. Diante da comunicação de que trata o caput, o detentor do crédito que foi cancelado ou revisto será notificado para que promova o pagamento do valor frustrado sob pena da aplicação dos efeitos da inadimplência previstos nos normativos de regência.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

SECRETARIA EXECUTIVA

CORREGEDORIA

DECISÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 40, inciso I, da Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020, combinado com o artigo 8º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, decido pelo ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Responsabilização PAR 03495.000186/2017-27, instaurado em face das pessoas jurídicas BRASIL MARKETING DIRETO LTDA (M1A1 MARKETING DIGITAL) - CNPJ nº 10.708.651/0001-94, CASA NA ARVORE COMUNICAÇÃO LTDA EPP (TREEHOUSE COMUNICAÇÃO) - CNPJ nº 19.888.756/0001-47, ISAIAS CARDOSO LARA-ME (LARA PRODUÇÕES) - CNPJ nº 10.212.619/0001-13, CAZA FILMES EIRELI- CNPJ 09.137.251/0001-97, PAYHOME COMERCIO DE CELULARES LTDA (D&G MARKETING LTDA) - CNPJ 19.044.732/0001-01, PARALELO COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA EIRELI - CNPJ 11.242.411/0001- 00, JPEDIX PRODUÇÕES EIRELI - CNPJ: 18.564.616/0001-50, CLARA SERVIÇOS INTEGRADOS DE VIDEO, CONTEUDO E WEB EIRELI - CNPJ 07.660.888/0001-38, LIVRE PRODUÇÕES DE FOTOGRAFIAS E VIDEOS EIRELI - CNPJ 15.082.106/0001-59, MAPA SERVIÇOS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EIRELI - CNPJ 10.852.160/0001-12, AIR FILMES - SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE VÍDEOS EIRELI - CNPJ 22.494.326/0001-55 e DEBRITO PROPAGANDA LTDA. - CNPJ 00.000.424/0001-56, e adoto como fundamento deste ato o relatório final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização e a manifestação jurídica da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional constantes do referido PAR.

REGIS XAVIER HOLANDA
CORREGEDOR

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.053, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Ajusta as normas do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 15 de dezembro de 2022, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e do art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, resolveu:

Art. 1º Aprovar os preços de garantia constantes da Tabela 1 - Preços de garantia vigentes sobre as operações de custeio e de investimento com vencimento de 10/1/2023 até 9/1/2024 do Anexo I - Tabelas de preços de garantia para produtos amparados pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) da Seção 15 (Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR), conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Incluir a Tabela 3 - Preços de garantia vigentes para operações de custeio e de investimento com vencimento de 10/1/2023 até 9/7/2023 do Anexo I - Tabelas de preços de garantia para produtos amparados pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) da Seção 15 (Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do MCR, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 3º Alterar o Anexo II - Tipologias de referência e regiões para efeito de coleta de preços de mercado para os produtos amparados pelo PGPAF da Seção 15 (Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do MCR, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 10 de janeiro de 2023.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco

"ANEXO I - TABELAS DE PREÇOS DE GARANTIA PARA PRODUTOS AMPARADOS PELO PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF):

Tabela 1 - Preços de garantia vigentes para operações de custeio e de investimento com vencimento de 10/1/2023 até 9/1/2024

Produtos	Unidade	Regiões e Estados	Preço de Garantia (R$)
Açaí cultivado (fruto)	kg	Nordeste e Norte	1,84
Amendoim (em casca)	25kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	48,98
Arroz (em casca)	50 kg	Sul (exceto PR)	65,47
	60 kg	Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e PR	78,57
Batata	50 kg	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste	75,03
Batata-doce	22 kg	Brasil	14,24
Cana-de-açúcar	t	Sudeste	125,26
		Nordeste	119,01
Caprino/Ovino (carne, carcaça)	kg	Nordeste	11,44
Cará/Inhame	kg	Brasil	2,12
Cebola	Kg	Brasil	1,23
Feijão (em grão)	60 Kg	Brasil	210,30
Feijão Caupi (em grão)	60 kg	Nordeste, Norte e MT	242,98
Juta/Malva (embonecada, fibra bruta)	kg	Norte	3,87
Maçã	Kg	Sul	0,99
Mandioca (raiz)	t	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	548,76
		Norte e Nordeste	350,95
Manga	Kg	Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e PR	2,73
Maracujá	Kg	Brasil	2,40
Milho (em grão)	60 kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	55,20
		MT e RO	43,26
		Norte (exceto RO)	72,51
Pimenta-do-reino (em grão)	kg	Brasil	10,15
Soja (em grão)	60 kg	Brasil	96,71
Sorgo (em grão)	60 kg	Centro-Oeste (exceto MT), Sudeste e Sul	41,66
		MT e RO	32,45
		Norte (exceto RO)	52,04
Tangerina	24 kg	Brasil	19,47
Tomate	kg	Brasil	1,55
Uva	kg	Sul, Sudeste e Nordeste	1,58

.....

Tabela 3 - Preços de garantia vigentes para operações de custeio e de investimento com vencimento de 10/1/2023 até 9/7/2023

Produtos	Unidade	Regiões e Estados	Preço de Garantia (R$)
Milho (em grão)	kg	BA, MA e PI	57,74

" (NR)

"Anexo II - Tipologias de referência e regiões para efeito de coleta de preços de mercado para os produtos amparados pelo PGPAF

Produto	Tipologias de referência de coleta de preços de mercado	Regiões e Estados
Abacaxi	Pérola	Brasil
Açaí (em fruto, cultivado)		Nordeste e Norte
Alho	Nobre	Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul
Amendoim (em casca)		Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul
Arroz (em casca)	Longo fino	Brasil
Banana	Nanica	MS, MT e SC
	Prata	Brasil (exceto MS, MT e SC)
Batata	Inglesa, *in natura*	Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul
Batata-doce	*In natura*	Brasil
Borracha (natural, cultivada)	Cernambi	Brasil
Cacau (amêndoa, cultivado)		Centro-Oeste, Nordeste, Norte e ES
Café Arábica		Brasil
Café Conilon		Brasil
Cana-de-açúcar		Nordeste e Sudeste
Caprino/ovino (carne, carcaça)		Nordeste
Cará/Inhame	*In natura*	Brasil
Castanha de caju (amêndoa, em casca)	In natura	Nordeste e Norte
Castanha do Brasil (em casca)		Norte
Cebola	Amarela	Brasil
Erva-mate	In natura	Sul
Feijão (em grão)		Brasil
Feijão caupi (em grão)		Nordeste, Norte e MT
Girassol (em grão)		Centro-Oeste, Sudeste e Sul
Juta/Malva (embonecada, fibra bruta)		Norte
Laranja	Indústria	Brasil
Leite (de vaca)	In natura	Brasil
Maçã	Gala ou Fuji, in natura	Sul
Mamona (baga)		Brasil
Mandioca (raiz)	Indústria	Brasil
Manga	Tommy Atkins	Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e PR
Maracujá	Azedo, *in natura*	Brasil
Mel de abelha		Brasil
Milho (em grão)		Brasil
Pimenta-do-reino (em grão)		Brasil
Sisal (fibra bruta, beneficiada)		BA, PB e RN
Soja (em grão)		Brasil
Sorgo (em grão)		Brasil
Tangerina	*In natura*	Brasil
Tomate	Longa vida - caqui ou italiano	Brasil
Trigo (em grão)	Tipo pão	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA
Triticale (em grão)		Centro-Oeste, Sudeste e Sul
Uva	Indústria	Nordeste, Sudeste e Sul

" (NR)

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.054, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Resolução CMN nº 4.995, de 24 de março de 2022, para incluir novas exceções ao limite anual de contratação de operações de crédito internas listadas no art. 9º.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 15 de dezembro de 2022, tendo em vista as disposições do art. 4º, incisos VI e VIII, da mencionada Lei, resolveu:

Art. 1º A Resolução CMN nº 4.995, de 24 de março de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

.....

III - realizadas por agência de fomento ou por banco de desenvolvimento, desde que efetuadas com destaque de parcela do PR, na forma do art. 4º desta Resolução;

IV - destinadas exclusivamente à reestruturação ou à recomposição do principal de dívidas contratadas, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, por órgão ou entidade de estado, do Distrito Federal ou de município;

V - realizadas no âmbito de Regime de Recuperação Fiscal, de Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, de Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal e de Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal;

VI - contratadas com as empresas estatais que atendam aos seguintes requisitos:

a) não sejam empresas estatais dependentes, nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000, há pelo menos 10 (dez) anos, abrangidas na exceção também suas subsidiárias e/ou controladas;

b) sejam listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e

c) sejam avaliadas com grau de investimento, em nível nacional, por agência de classificação de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia.

Parágrafo único. A instituição mencionada no art. 1º é responsável por garantir a observância dos requisitos do inciso VI." (NR)

"Art. 13. O disposto nesta Resolução não se aplica às operações de crédito realizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), suas subsidiárias e controladas." (NR)

Art. 2º O Anexo à Resolução CMN nº 4.995, de 2022, passa a vigorar com as alterações constantes no Anexo a esta Resolução.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Resolução CMN nº 4.995, de 2022:

I - o art. 10; e

II - os incisos I e II do art. 13.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco

ANEXO

(Anexo à Resolução CMN nº 4.995, de 24 de março de 2022)

Limite anual para contratação de operações de crédito para os órgãos e entidades do setor público a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ano	Operações com garantia da União	Operações sem garantia da União	Total
2018	Até R$13.000.000.000,00	Até R$11.000.000.000,00	Até R$24.000.000.000,00
2019	Até R$13.500.000.000,00	Até R$11.000.000.000,00	Até R$24.500.000.000,00
2020	Até R$9.000.000.000,00	Para órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Até R$11.000.000.000,00	Até R$20.400.000.000,00
		Para órgãos e entidades da União Até R$400.000.000,00	
2021	Até R$6.500.000.000,00	Para órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluindo as empresas estatais a que se refere o art. 10 (artigo revogado em 1º de janeiro de 2023) Até R$10.500.000.000,00	Até R$20.500.000.000,00
		Para as empresas estatais a que se refere o art. 10 (artigo revogado em 1º de janeiro de 2023) Até R$3.000.000.000,00	
		Para órgãos e entidades da União Até R$500.000.000,00	
2022	Até R$6.500.000.000,00	Para órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluindo as empresas estatais a que se refere o art. 10 (artigo revogado em 1º de janeiro de 2023) Até R$10.500.000.000,00	Até R$18.625.000.000,00
		Para as empresas estatais a que se refere o art. 10 (artigo revogado em 1º de janeiro de 2023) Até R$1.000.000.000,00	
		Para órgãos e entidades da União Até R$625.000.000,00	
2023	Até R$3.000.000.000,00	Para órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Até R$7.000.000.000,00	Até R$10.625.000.000,00
		Para órgãos e entidades da União Até R$625.000.000,00	
2024	Até R$3.000.000.000,00	Para órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Até R$7.000.000.000,00	Até R$10.625.000.000,00
		Para órgãos e entidades da União Até R$625.000.000,00	
2025	Até R$3.000.000.000,00	Para órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Até R$7.000.000.000,00	Até R$10.625.000.000,00
		Para órgãos e entidades da União Até R$625.000.000,00	

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.055, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018, que dispõe sobre as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 15 de dezembro de 2022, com base nos arts. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, e 26-A da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º-A Os direitos creditórios recebidos em garantia pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil relativos a operações de financiamento para produção de imóveis devem ser registrados em sistema de registro operado por entidade registradora de ativos financeiros.

Parágrafo único. A liberação dos recursos relativos aos financiamentos para produção de imóveis somente poderá ocorrer após a realização do registro de que trata o caput." (NR)

"Art. 7º-B O instrumento por meio do qual se formaliza a contratação da garantia a que se refere o art. 7º-A deve conter:

I - a especificação inequívoca dos direitos creditórios dados em garantia, discriminando os constituídos e os a constituir;

II - a previsão do envio, pelo devedor do financiamento para produção de imóveis, de notificação, aos compradores e promitentes compradores das unidades imobiliárias cuja produção é financiada, sobre:

a) a constituição da garantia e as repercussões desse negócio sobre compradores e promitentes;

b) o agente financeiro responsável pela emissão dos instrumentos de pagamento das obrigações financeiras referentes ao contrato de compra e venda ou de promessa de compra e venda;

c) a forma de acompanhamento, por meio de interface eletrônica disponibilizada pela entidade registradora de que trata o art. 7º-A, das informações sobre a evolução da dívida referente ao contrato de compra e venda ou de promessa de compra e venda, inclusive parcelas pagas, vencidas e vincendas;

d) a forma de emissão dos comprovantes de quitação das obrigações financeiras referentes ao contrato de compra e venda ou de promessa de compra e venda por meio de interface eletrônica disponibilizada pela entidade registradora de que trata o art. 7º-A; e

e) os meios de acesso à interface eletrônica de que tratam as alíneas "c" e "d"; e

III - a especificação dos termos da notificação a que se refere o inciso II.

Parágrafo único. Consideram-se direitos creditórios:

I - constituídos: os decorrentes de contratos de compra e venda ou de promessas de compra e venda referentes às unidades autônomas de empreendimento imobiliário objeto de financiamento para produção de imóveis; e

II - a constituir: os de existência futura, associados às unidades autônomas não negociadas de empreendimento imobiliário objeto de financiamento para produção de imóveis." (NR)

"Art. 7º-C As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem disponibilizar financiamento para produção de imóveis de empreendimento submetido ao regime de afetação de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964." (NR)

"Art. 25-B. O disposto nos arts. 7º-A, 7º-B e 7º-C aplica-se às operações de financiamento para produção de imóveis contratadas a partir de cento e vinte dias após a data da primeira autorização para o exercício da atividade de registro ou de depósito centralizado de recebíveis imobiliários pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil divulgará a data a partir da qual se aplicarão os dispositivos referidos no caput." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Resolução CMN nº 4.909, de 27 de maio de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.056, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre encargo financeiro decorrente do cancelamento ou da baixa na posição de câmbio referente a contrato de compra de moeda estrangeira que ampare adiantamento em reais.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 15 de dezembro de 2022, com base no art. 4º, inciso XXXI, da Lei nº 4.595, de 1964, e tendo em vista o § 2º do art. 7º da Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, resolveu:

Art. 1º O cancelamento ou a baixa na posição de câmbio referente a contrato de compra de moeda estrangeira que ampare adiantamento em reais sujeita o vendedor da moeda estrangeira ao recolhimento ao Banco Central do Brasil de encargo financeiro limitado a 100% (cem por cento) do valor adiantado.

§ 1º A instituição autorizada a operar no mercado de câmbio compradora da moeda estrangeira é a responsável pelo recolhimento do encargo financeiro, que é calculado sobre o valor em reais correspondente à parcela da compra de moeda estrangeira cancelada ou baixada com o uso da seguinte fórmula:

$$EF = \left(\frac{(R_{LFT} - V_{TC}) \cdot V_{ME} \cdot TX_1}{100}\right) - \left(\frac{V_{ME} \cdot J \cdot t \cdot TX_2}{36.000}\right)$$

em que:

I - EF = valor do encargo financeiro, em reais;

II - R_{LFT} = fator de remuneração da Letra Financeira do Tesouro (LFT) entre a data da contratação da operação de câmbio e a data do seu cancelamento ou baixa;

III - V_{TC} = variação da taxa de câmbio de compra para a moeda da operação entre a data da contratação da operação de câmbio e a data do seu cancelamento ou baixa;

IV - V_{ME} = valor em moeda estrangeira do cancelamento ou da baixa, considerando-se o percentual de adiantamento;

V - TX_1 = taxa de câmbio da operação que se cancela ou se baixa;

VI - J = indicador de taxa de juros internacional para um mês com data de cotação do dia da contratação da operação de câmbio, deduzida de 1/4 (um quarto) de 1% (um por cento);

VII - t = número de dias transcorridos entre a data da contratação e a data do cancelamento ou da baixa; e

VIII - TX_2 = taxa de compra, para a moeda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, referente ao dia do cancelamento ou da baixa.

§ 2º O fator de remuneração da LFT (R_{LFT}) de que trata o inciso II do § 1º no período de referência é apurado com o uso das informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

I - data inicial: data da contratação;

II - data final: dia útil anterior à data do cancelamento ou da baixa;

III - R_{LFT}: fator acumulado multiplicado por 100 (cem).

§ 3º A variação da taxa de câmbio (V_{TC}) de que trata o inciso III do § 1º no período é obtida a partir da seguinte operação:

$V_{TC} = (TX_1 / TX_2) \times 100$

em que:

I - TX_1: taxa de compra, para a moeda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, referente ao dia do cancelamento ou da baixa;

II - TX_2: taxa de compra, para a moeda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, referente ao dia da contratação da operação.

§ 4º O indicador de taxa de juros internacional (J) de que trata o inciso VI do § 1º é a taxa Libor para a moeda da operação.

§ 5º O recolhimento do encargo financeiro está dispensado para cancelamentos e baixas:

I - de até US$5.000,00 (cinco mil dólares dos Estados Unidos) ou equivalente em outra moeda, desde que, cumulativamente, não representem mais de 10% (dez por cento) do valor total da compra de moeda estrangeira;

II - de contrato de compra de moeda estrangeira referente a exportação com mercadoria embarcada ou com serviço prestado.

Art. 2º O Banco Central do Brasil, no exercício de suas competências legais, adotará as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Fica revogado o inciso VIII do art. 16-A da Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 31 de dezembro de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.057, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 15 de dezembro de 2022, com base nos arts. 4º, incisos VI, VIII e IX, da referida Lei, 20, § 1º, da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, 1º do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, 33-E da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, 7º e 23, alínea "a", da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, 1º, inciso II, da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, e 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, resolveu:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução disciplina a portabilidade de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - portabilidade: transferência de operação de crédito ou de arrendamento mercantil financeiro da instituição credora original para a instituição proponente, por solicitação do devedor;

II - instituição credora original: instituição de que trata o art. 1º credora da operação objeto da portabilidade;

III - instituição proponente: instituição de que trata o art. 1º receptora da operação objeto da portabilidade;

IV - devedor: pessoa(s) natural(ais), inclusive empresários individuais, e pessoa(s) jurídica(s) titular(es) da operação de crédito ou de arrendamento mercantil financeiro objeto da portabilidade;

V - cheque especial: limite de crédito rotativo vinculado a conta de depósitos à vista; e

VI - valor máximo de cobertura: valor máximo de recursos que a instituição proponente se obriga a transferir para a instituição credora original para a liquidação do saldo devedor e efetivação da portabilidade do cheque especial.

CAPÍTULO III

DA PORTABILIDADE

Art. 3º A instituição credora original deve garantir a portabilidade de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, quando solicitada pelo devedor, mediante o recebimento de recursos transferidos pela instituição proponente.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DA PORTABILIDADE POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO

Art. 4º As instituições de que trata o art. 1º devem observar os procedimentos estabelecidos neste Capítulo para a portabilidade de operações de crédito contratadas por pessoa natural, bem como operações de crédito contratadas por empresário individual ou por pessoa jurídica passíveis de contratação por pessoa natural.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de procedimentos alternativos com vistas à obtenção de resultado semelhante ao da portabilidade de que trata o caput.

Art. 5º A troca de informações entre as instituições credora original e proponente deve ser realizada por meio de sistema eletrônico gerenciado por entidade operadora de sistema de registro, depósito, compensação ou liquidação autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. O sistema mencionado no caput deve atribuir código de identificação específico para a portabilidade, a ser utilizado na troca de informações entre as instituições.

Art. 6º O valor e o prazo da operação na instituição proponente não podem ser superiores, respectivamente, ao saldo devedor e ao prazo remanescente da operação de crédito objeto da portabilidade na data da transferência de recursos de que trata o art. 9º.

§ 1º Na hipótese de o valor da prestação da operação de crédito objeto da portabilidade na instituição proponente ser maior do que o valor da prestação na instituição credora original, a instituição proponente deve obter do devedor manifestação formal e específica de sua concordância com o aumento do valor da prestação.

§ 2º No caso de portabilidade de saldo devedor de cheque especial, o valor da operação na instituição proponente não pode ser superior ao saldo devedor informado pela instituição credora original.

§ 3º Admite-se a portabilidade para modalidade de crédito diversa da contratada com a instituição credora original, hipótese na qual não se aplica a restrição quanto ao prazo da operação estabelecida no caput.

Art. 7º Mediante solicitação formal e específica do devedor, a instituição proponente deve encaminhar requisição de portabilidade à instituição credora original, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - número da inscrição do devedor no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - número do contrato da operação de crédito objeto da portabilidade atribuído pela instituição credora original;

III - proposta de crédito da instituição proponente ao devedor da operação de crédito a ser portada, contendo a taxa de juros anual, nominal e efetiva, o Custo Efetivo Total (CET), o prazo da operação, o sistema de amortização e o valor das prestações;

IV - três datas de referência para o cálculo do saldo devedor da operação de crédito objeto da portabilidade, quando se tratar de operação de crédito imobiliário;

V - índice de preço ou base de remuneração a ser utilizada na operação de crédito proposta, quando houver;

VI - número do telefone, incluindo o código de discagem direta (DDD), ou o endereço eletrônico do devedor; e

VII - endereço completo, com o Código de Endereçamento Postal (CEP), ou endereço eletrônico da instituição proponente, para recepção de documentação relativa à portabilidade.

§ 1º O valor das prestações mencionado no inciso III do caput, quando sujeito a índice de preço ou a base de remuneração variável ao longo do contrato, deve ser apurado com base nos valores desses parâmetros vigentes na data de envio da informação.

§ 2º A instituição proponente deve disponibilizar ao devedor, por meio físico ou eletrônico, as informações constantes na requisição de portabilidade de que trata o caput.

§ 3º No caso de portabilidade de saldo devedor de operação de cheque especial, a instituição proponente deve incluir o valor máximo de cobertura na proposta de crédito de que trata o inciso III do caput.

Art. 8º A instituição credora original deve solicitar à instituição proponente a transferência dos recursos necessários para a efetivação da portabilidade em até cinco dias úteis contados a partir da data de recebimento da requisição de que trata o art. 7º.

§ 1º A solicitação de que trata o caput deve incluir, no mínimo, as seguintes informações:

I - o saldo devedor da operação de crédito objeto da portabilidade:

a) nas datas de referência mencionadas no art. 7º, inciso IV, quando se tratar de operação de crédito imobiliário; ou

b) na data de envio das informações, para as demais operações de crédito;

II - o prazo remanescente e a data de vencimento da última parcela da operação de crédito objeto da portabilidade, não aplicável no caso de operação de cheque especial; e

III - os dados necessários à efetivação da transferência de recursos de que trata o art. 9º.

§ 2º Caso o devedor decida não efetivar a portabilidade, a instituição credora original deve informar essa decisão à instituição proponente em até dois dias úteis, contados a partir da formalização da desistência pelo devedor, em substituição às informações previstas no § 1º.

§ 3º A instituição credora original deve manter em seus registros documentação comprobatória da decisão de não efetivação da portabilidade por parte do devedor.

§ 4º Caso o saldo devedor da operação de cheque especial objeto da portabilidade, na data de recebimento da informação referida no inciso I do § 1º, seja superior ao valor máximo de cobertura, a instituição proponente poderá não efetivar a portabilidade.

Art. 9º A transferência dos recursos da instituição proponente para a instituição credora original para a efetivação da portabilidade deve ser realizada com base nas informações constantes na solicitação de que trata o art. 8º.

§ 1º No caso de portabilidade de operação de crédito imobiliário, a transferência de recursos referida no caput deve ser realizada em uma das datas de referência mencionadas no art. 7º, inciso IV.

§ 2º Nas demais operações de crédito não mencionadas no § 1º, a transferência de recursos deve ser realizada na data do recebimento das informações referidas no § 1º do art. 8º.

Art. 10. A instituição credora original deve confirmar à instituição proponente, em até dois dias úteis, contados a partir da data da transferência referida no art. 9º, o recebimento dos recursos ou eventual inconsistência nas informações da transferência que inviabilize a efetivação da portabilidade.

Art. 11. A instituição credora original deve remeter à instituição proponente, no(s) endereço(s) referido(s) no art. 7º, inciso VII, em até dois dias úteis contados a partir da confirmação do recebimento dos recursos referida no art. 10, documento que ateste, para todos os fins de direito, a efetivação da portabilidade da operação.

Parágrafo único. Nas operações de crédito imobiliário, o documento de que trata o caput deve conter todas as informações, declarações e assinaturas necessárias à averbação, em ato único, da sub-rogação da dívida e da respectiva garantia fiduciária ou hipotecária sobre o imóvel objeto da operação de crédito portada, em favor da instituição proponente, no competente cartório de registro de imóveis, nos termos do art. 167, inciso II, item 30, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 12. A operação de crédito imobiliário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que vier a ser objeto de portabilidade permanecerá nessa condição, inclusive para fins de verificação do atendimento da exigibilidade de aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança, devendo observar as disposições legais e regulamentares relativas ao SFH, exceto o limite máximo do valor de avaliação do imóvel.

Parágrafo único. As demais operações de crédito imobiliário objeto da portabilidade podem ser reenquadradas no SFH, desde que observem os critérios de concessão e as condições gerais e específicas estabelecidos na regulamentação e na legislação desse sistema.

Art. 13. As instituições de que trata o art. 1º devem divulgar a seus clientes as informações necessárias para o exercício do direito à portabilidade, bem como os procedimentos para sua solicitação, em local e formato visíveis ao público no recinto das suas dependências e de seus correspondentes no País e nos respectivos sítios eletrônicos na internet.

Art. 14. Na portabilidade de operações de crédito que tenham sido objeto de cessão para entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a instituição financeira responsável pela administração do fluxo de pagamentos da operação de crédito cedida deve assumir as obrigações da instituição credora original previstas nesta Resolução.

CAPÍTULO V

DOS CUSTOS E DO RESSARCIMENTO FINANCEIRO DA PORTABILIDADE

Art. 15. Os custos relacionados à troca de informações e à transferência de recursos entre as instituições proponente e credora original não podem ser repassados ao devedor.

Art. 16. A instituição credora original poderá exigir ressarcimento financeiro pelo custo de originação da operação de crédito objeto da portabilidade, o qual não poderá ser repassado ao devedor.

Parágrafo único. No caso das operações de que trata o art. 4º, o valor do ressarcimento de que trata o caput deverá ser proporcional ao valor do saldo devedor apurado à época da transferência de recursos e decrescente conforme o prazo decorrido da operação, cabendo sua liquidação à instituição proponente.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Não se aplicam os procedimentos padronizados estabelecidos no Capítulo IV à portabilidade das operações de crédito não referenciadas no art. 4º e das operações de arrendamento mercantil financeiro.

Art. 18. No caso de portabilidade de arrendamento mercantil financeiro, deve ser levada em conta a necessidade de observância dos prazos mínimos estabelecidos na regulamentação em vigor para que a operação não seja considerada como de compra e venda a prestação.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O Banco Central do Brasil poderá adotar, no âmbito de suas competências legais, medidas complementares necessárias à execução do disposto nesta Resolução, inclusive:

I - disciplinar a divulgação de relatórios com informações sobre as operações de portabilidade cursadas no sistema eletrônico de que trata o Capítulo IV;

II - limitar a exigência de ressarcimento financeiro de que trata o art. 16 com base na modalidade, no saldo devedor e no prazo decorrido da operação; e

III - estabelecer os procedimentos relacionados à realização da transferência de recursos entre as instituições de que trata o art. 1º para a efetivação da portabilidade.

Art. 20. Ficam revogados:

I - o art. 1º da Resolução nº 3.401, de 6 de setembro de 2006;

II - a Resolução nº 4.292, de 20 de dezembro de 2013;

III - a Resolução nº 4.762, de 27 de novembro de 2019; e

IV - o art. 1º da Resolução CMN nº 4.862, de 23 de outubro de 2020.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2023.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.058, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias e similares pelas instituições financeiras.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 15 de dezembro de 2022, com base nos art. 4º, incisos VIII e IX, da referida Lei, resolveu:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares pelas instituições financeiras.

CAPÍTULO II

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS, SOLDOS, VENCIMENTOS, APOSENTADORIAS, PENSÕES E SIMILARES

Art. 2º As instituições referidas no art. 1º, para fins de prestação dos serviços de pagamento de que trata esta Resolução às entidades contratantes, ficam obrigadas a proceder aos respectivos créditos na conta-salário do beneficiário.

§ 1º Para efeito desta Resolução, considera-se conta-salário a conta destinada ao registro e controle do fluxo de recursos relativos ao pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

§ 2º As instituições referidas no art. 1º devem informar ao beneficiário, por qualquer meio de comunicação disponível, acerca da abertura da conta-salário, esclarecendo, no mínimo, o conceito, as características, as regras básicas para movimentação dos recursos, as situações que ensejam a cobrança de tarifas e o direito à portabilidade salarial.

§ 3º É vedada a abertura de conta-salário tendo como titular pessoa jurídica.

CAPÍTULO III

DA UTILIZAÇÃO DA CONTA-SALÁRIO

Art. 3º Somente podem ser creditados na conta-salário valores originários da entidade contratante, em cumprimento ao objeto do instrumento contratual, vedado o acolhimento de créditos de outras origens.

Art. 4º A conta-salário não é passível de movimentação por cheque.

Art. 5º Os recursos creditados na conta-salário podem ser:

I - sacados em terminais de autoatendimento, diretamente em guichê de caixa, inclusive em ponto de atendimento de correspondente no País, ou por qualquer outro meio previsto no instrumento contratual firmado entre as instituições referidas no art. 1º e a entidade contratante; e

II - utilizados para:

a) pagamentos com o uso de instrumento de pagamento com função de débito;

b) liquidação ou amortização de parcelas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, de contas, faturas ou quaisquer outros documentos representativos de dívidas, inclusive mediante débito em conta; e

c) transferências para contas de depósitos ou contas de pagamento pré-pagas.

CAPÍTULO IV

DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Art. 6º O instrumento contratual firmado entre as instituições referidas no art. 1º e a entidade contratante para a prestação dos serviços de pagamento de que trata esta Resolução deve conter, entre outras, cláusulas estabelecendo:

I - as condições e os procedimentos para a efetivação dos pagamentos aos beneficiários;

II - a responsabilidade da entidade contratante quanto à identificação dos beneficiários, tendo em vista as pertinentes disposições legais e regulamentares, além do cumprimento das finalidades contratuais;

III - a responsabilidade da entidade contratante de informar às instituições contratadas a eventual exclusão do beneficiário de seus registros, tão logo seja efetuado o último pagamento relativo à sua anterior condição; e

IV - as condições de remuneração, por parte da entidade contratante à instituição contratada.

CAPÍTULO V

DA PORTABILIDADE SALARIAL

Art. 7º As instituições referidas no art. 1º devem assegurar a portabilidade salarial, que consiste na possibilidade de transferência, a pedido do beneficiário, do valor creditado na conta-salário para uma conta de depósitos ou conta de pagamento pré-paga de titularidade do beneficiário, por ele escolhida, na própria instituição contratada ou em outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º Para fins do caput, a indicação da conta a ser creditada deve ser objeto de comunicação específica pelo beneficiário à instituição contratada, em caráter de instrução permanente, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 2º A comunicação pode ser realizada por meio da instituição destinatária, mediante manifestação inequívoca de vontade do beneficiário passível de comprovação.

§ 3º A instituição contratada deve processar o pedido de portabilidade salarial em até dez dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 8º A transferência dos recursos de que trata o art. 7º deve abranger o valor total creditado na conta-salário, admitida a dedução de eventuais descontos relativos, exclusivamente, a parcelas de operações de crédito ou de arrendamento mercantil financeiro contratadas pelo beneficiário.

Art. 9º A portabilidade salarial pode ser cancelada por solicitação do beneficiário.

Parágrafo único. O cancelamento de que trata o caput deve ocorrer a partir do mês de referência imediatamente posterior à solicitação, desde que esta tenha sido realizada com, no mínimo, cinco dias úteis de antecedência à data de efetivação dos créditos.

CAPÍTULO VI

DAS TARIFAS

Art. 10. É vedada a realização de cobranças ao beneficiário, na forma de tarifas ou de ressarcimento de despesas, nas seguintes situações:

I - ressarcimento pelos custos relativos à prestação do serviço à entidade contratante, inclusive pela efetivação do crédito na conta-salário;

II - solicitação de portabilidade salarial;

III - transferência dos recursos para outras instituições, quando realizada pelo beneficiário:

a) pelo valor total creditado na conta-salário; ou

b) pelo valor líquido após a dedução de eventuais descontos realizados na conta-salário relativos a parcelas de operações de crédito ou de arrendamento mercantil financeiro contratadas pelo beneficiário;

IV - realização de até cinco saques por evento de crédito;

V - fornecimento de instrumento de pagamento na função débito, exceto nos casos de pedidos de reposição decorrentes de perda, roubo, furto, danificação e outros motivos não imputáveis à instituição emitente;

VI - acesso, por meio de terminais de autoatendimento ou diretamente no guichê de caixa, a duas consultas mensais do saldo na conta-salário;

VII - fornecimento, por meio de terminais de autoatendimento ou diretamente no guichê de caixa, de dois extratos contendo toda a movimentação da conta-salário nos últimos trinta dias; e

VIII - manutenção da conta, inclusive no caso de não haver movimentação.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A partir da comunicação de exclusão do beneficiário, referida no art. 6º, inciso III, não podem ser admitidos novos créditos na conta-salário até então utilizada para o controle dos recursos a ele pagos.

Art. 12. As instituições referidas no art. 1º são responsáveis pela observância dos procedimentos relativos à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, bem como observar a legislação e a regulamentação vigentes.

Art. 13. O disposto nesta Resolução não se aplica à prestação de serviços de pagamento a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Art. 14. O Banco Central do Brasil poderá estabelecer, no âmbito de suas atribuições legais, as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, incluindo aspectos operacionais para a portabilidade salarial.

Art. 15. Ficam revogados:

I - o art. 16 da Resolução nº 4.790, de 26 de março de 2020;

II - a Resolução nº 3.402, de 6 de setembro de 2006;

III - a Resolução nº 3.424, de 21 de dezembro de 2006;

IV - a Resolução nº 4.639, de 22 de fevereiro de 2018; e

V - a Resolução nº 4.684, de 29 de agosto de 2018.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2023.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 10.652, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Alterar o art. 6º da Portaria SPU nº 8.840, de 04 de setembro de 2018.

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 102 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, alterado pelo Decreto nº 11.036, de 7 de abril de 2022, e da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso IV do art. 2º da Portaria SEDDM/ME 12.485, de 20 de outubro de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 6º-E, §1º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 6º da Portaria SPU nº 8.840, de 04 de setembro de 2018, passando a vigorar com a nova redação:

"Art. 6º Para efeito de remuneração à contratada, serão observadas as condições estabelecidas no contrato, além dos seguintes parâmetros:

(. . .)

§ 3º A remuneração devida à contratada deve ser calculada com a aplicação dos percentuais indicados no caput do art. 6º sobre a base de cálculo nos acordos de pagamentos à vista.

§ 4º Na remuneração decorrente de acordos parcelados serão aplicados os percentuais com base no ano de referência em que o parcelamento foi contratado, mantendo-se o percentual fixo até a quitação de todas as parcelas."

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor no dia 02 de janeiro de 2023.

FABIANA RODOPOULOS

PORTARIA SPU/ME Nº 10.681, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e conforme previsto no art. 10-A do Anexo I da Portaria nº 8729, de 20 de julho de 2021, com alteração dada pela Portaria SPU/ME nº 11.067, de 9 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante venda, precedida de licitação, na modalidade concorrência pública eletrônica, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis:

Item	UF	Município	Endereço	Matrícula	Cartório	Tipo de Imóvel	Área (m²)
01	PR	Araucária	Rua Edson Queiroz s/nº, Bairro Chapada	51.318	Registro de Imóveis de Araucária - PR	Terreno	32.462,00
02	PR	Foz do Iguaçu	Avenida José Maria de Brito s/nº, Quadrante 10, Quadrícula 1, Setor 07, Quadra 30, Lote n° 057, Centro Cívico	98.281	Serviço de Registro de Imóveis - 1º Ofício da Comarca de Foz do Iguaçu	Terreno	5.874,29
03	PR	Maringá	Avenida Doutor Gastão Vidigal, 55, Lote 06, Quadra A-15, Conjunto Residencial Cidade Alta	9.424	Registro de Imóveis - 2º Ofício de Maringá	Edifício	Terreno: 1.750,50 Benfeitoria: 458,50
04	SP	Itanhaém	Avenida Rui Barbosa, 282, Centro	Transcrição 59.678	3ª Oficial de Registro de Imóveis de Santos	Casa	Terreno: 1.250,00 Benfeitoria: 117,44
05	SP	Santos	Rodovia Conego Domenico Rangoni, Sítio Boa Vista, área continental de Santos	75.721	Primeiro Oficial de Registro de Imóveis de Santos	Terreno	244.745,06
06	SP	Santos	Rua São Paulo, também com frente para a Rua Paraná, s/n° Vila Mathias	31.477	Primeiro Oficial de Registro de Imóveis de Santos	Terreno	2.588,71
07	SP	São Paulo	Rua Engenheiro Teixeira Soares 401, Butantã	181.502	18º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo	Casa	Terreno: 448,00 Benfeitoria: 348,74
08	SP	São Paulo	Rua General Feliciano Falcão, 117, Vila Prudente	74.544	6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo	Terreno	380,00
09	SP	Votuporanga	Avenida Augusto Aparecido Arroyo Marchi, 4045, Bairro Parque Industrial II	6.137	Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - Votuporanga	Galpão (Fração de 30,1371%)	Terreno: 12.030,50 Benfeitoria: 2.883,56
10	RS	Porto Alegre	Rua Dr. Vicente de Paula Dutra, 344, Praia de Belas	66.872	Registro de Imóveis da 2º Zona de Porto Alegre	Terreno	854,56

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022.
Emitido no dia XX/XX/XXXX às XX:XX:XX (data e hora de Brasília)

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.119, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 (*)

Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Receita Federal

ANEXO III
MODELO I

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	Data de abertura

nome empresarial

título do estabelecimento (nome fantasia)	porte

código e descrição da atividade econômica principal

código e descrição das atividades econômicas secundárias

código e descrição da natureza jurídica

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO

CEP	bairro/distrito	município	uf

endereço eletrônico	telefone

Ente federativo responsável (EFR)

situação cadastral	data da situação cadastral

motivo da situação cadastral

situação especial	data da situação especial

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou na legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a RFB qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas. (Essa informação é exibida apenas quando há atividades econômicas dispensadas)

MODELO II

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	Data de abertura

nome empresarial

título do estabelecimento (nome fantasia)	porte

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL	CPF	QUALIFICAÇÃO

código e descrição da atividade econômica principal

código e descrição das atividades econômicas secundárias

código e descrição da natureza jurídica

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO

CEP	bairro/distrito	município	uf

endereço eletrônico	telefone

Ente federativo responsável (EFR)

situação cadastral	data da situação cadastral

motivo da situação cadastral

situação especial	data da situação especial

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES

NOME/NOME EMPRESARIAL	CPF/CNPJ	QUALIFICAÇÃO
NOME/NOME EMPRESARIAL	CPF/CNPJ	QUALIFICAÇÃO

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou na legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a RFB qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas. (Essa informação é exibida apenas quando há atividades econômicas dispensad

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022.
Emitido no dia DD/MM/AAAA às hh:mm:ss (data e hora de Brasília) por <nome do usuário logado> - CPF <NNN.NNN.NNN-NN>.
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: <NnaNNNaNNNaaaNNN>
Este código pode ser consultado no endereço na Internet: <https://www.redesim.gov.br>
Informações vigentes na data da emissão.

ANEXO VIII

TABELA DE DOCUMENTOS E ORIENTAÇÕES
1. INSCRIÇÃO
1.1. Inscrição da Entidade (Matriz)

O nome empresarial a ser registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) deve corresponder fielmente ao que estiver consignado no ato constitutivo da entidade, admitindo-se abreviações somente quando ultrapassar 150 (cento e cinquenta) caracteres.

A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP), a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deve solicitar sua inscrição no CNPJ sem acrescentar a respectiva sigla, ME ou EPP, conforme o caso, ao final do seu nome empresarial, juntando ao Protocolo de Transmissão a correspondente Declaração de Enquadramento registrada no órgão competente, quando tal informação não constar do próprio ato constitutivo e quando a análise e o deferimento for realizado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

No caso de partido político, o nome empresarial a ser registrado no CNPJ para os órgãos de direção nacional, estadual, municipal e regional ou zonal, no caso do Distrito Federal, deve ser formado pelo nome do partido político, observando-se o seguinte padrão:

- Órgão de Direção Nacional: NOME DO PARTIDO - BRASIL - BR - NACIONAL
- Órgão de Direção Regional: NOME DO PARTIDO - NOME DO ESTADO - UF - ESTADUAL
- Órgão de Direção Local: NOME DO PARTIDO - NOME DO MUNICÍPIO - UF - MUNICIPAL
- Órgão de Direção Regional (DF): NOME DO PARTIDO - DISTRITO FEDERAL - DF - ESTADUAL
- Órgão de Direção Zonal (DF): NOME DO PARTIDO - ZONA ELEITORAL - DF - REGIONAL

ITEM	NATUREZA JURÍDICA (NJ)	DATA DO EVENTO	ATO CONSTITUTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
1.1.1	Órgão Público: NJ 101-5, 102-3, 103-1, 104-0, 105-8, 106-6, 107-4, 108-2, 116-3, 117-1 ou 118-0.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do órgão público, publicado na forma prevista na lei, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente, conforme o caso.	CF, art. 48.
1.1.2	Representação Diplomática do Estado Brasileiro no Exterior (Embaixadas, Consulados etc.): NJ 101-5.	Data constante da declaração do MRE.	Declaração do MRE contendo o nome do titular (diplomata, cônsul etc.) e, se conhecida, a data de criação da representação.	-
1.1.3	Autarquia: NJ 110-4, 111-2 ou 112-0. OBS.: Entidades Fiscalizadoras do Exercício de Profissões Regulamentadas são autarquias federais.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação da autarquia, publicado na forma prevista na lei, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente.	CF, art. 37; CC, art. 41; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º.
1.1.4	Fundação Pública de Direito Público: NJ 113-9, 114-7 ou 115-5.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação da fundação pública de direito público, publicado na forma prevista na lei, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente, conforme o caso.	CF, art. 37; CC, art. 41.
1.1.5	Comissão Polinacional: NJ 1198.	Data de vigência do ato celebrado.	Ato internacional celebrado entre o Brasil e outro(s) país(es), sem necessidade de registro, acompanhado de ato de nomeação do seu gestor.	-
1.1.6	Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública): NJ 121-0.	Data de vigência do último ato legal ratificador.	Atos legais de ratificação do protocolo de intenções firmado pelos entes federativos consorciados, publicados na forma prevista na lei, acompanhados do ato de nomeação ou eleição/posse do seu dirigente, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente.	CC, art. 41; Lei nº 11.107/2005, arts. 1º a 7º, 11, 12 e 15.
1.1.7	Consórcio Público de Direito Privado: NJ 122-8.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 53 a 60; Lei nº 6.015/1973, arts. 114 e 120. Lei nº 9.532/1997, arts. 12 a 15; Lei nº 11.107/2005, arts. 1º a 7º, 11, 12 e 15.
1.1.8	Estado ou Distrito Federal: NJ 123-6.	Data de vigência da lei.	Lei complementar de criação do novo Estado, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18; CC, art. 41.
1.1.9	Município: NJ 124-4.	Data de vigência da lei.	Lei estadual de criação do novo Município, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18; CC, art. 41.
1.1.10	Fundação Pública de Direito Privado: NJ 125-2, 126-0 e 127-9.	Data de registro do estatuto.	Estatuto registrado no RCPJ, acompanhado do ato de nomeação ou eleição/posse do seu gestor, publicado na forma prevista na lei ou registrado em órgão competente, conforme o caso.	CF, art. 37; CC, arts. 62 a 68; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º.
1.1.11	Fundo Público da Administração Indireta Federal, Estadual ou do Distrito Federal, Municipal: NJ 128-7, 129-5, 130-9.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do fundo público, acompanhado do ato de nomeação do seu gestor, publicados na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
1.1.12	Fundo Público da Administração Direta Federal, Estadual ou do Distrito Federal, Municipal: NJ 131-7, 132-5, 133-3.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do fundo público, acompanhado do ato de nomeação do seu gestor, publicados na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
1.1.13	Empresa Pública: NJ 201-1.	Data de registro do contrato social ou da ata de assembleia de constituição.	Contrato social registrado na JC; ou Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CF, arts. 37 e 173; CC, arts. 981 a 985, 1.039 a 1.092 e 1.150; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º; Lei nº 6.404/1976, arts. 87 a 97 e 138 a 151.
1.1.14	Sociedade de Economia Mista: NJ 203-8.	Data de registro da ata de assembleia de constituição.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CF, arts. 37 e 173; CC, arts. 981 a 985 e 1.089; Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º; Lei nº 6.404/1976, arts. 4º, 87 a 97, 138 a 151 e 235 a 240.
1.1.15	Sociedade Anônima: NJ 204-6 e 205-4.	Data de registro da ata de assembleia constituição.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CC, arts. 981 a 985, 1.089 e 1.150; Lei nº 6.404/1976, arts. 4º, 87 a 97 e 138 a 151.
1.1.16	Sociedade Empresária Ltda: NJ 206-2.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	CC, arts. 981 a 985 e 1.052 a 1.086.
1.1.17	Sociedade Empresária em Nome Coletivo: NJ 207-0.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	CC, arts. 981 a 985, 983 e 1.039 a 1.042.
1.1.18	Sociedade Empresária em Comandita Simples: NJ 208-9.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	CC, arts. 981 a 985, 983 e 1.045 a 1.048.
1.1.19	Sociedade Empresária em Comandita por Ações: NJ 209-7.	Data de registro da ata de assembleia de constituição.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de constituição, registrados na JC.	CC, arts. 981 a 985 e 1.090 a 1.092; Lei nº 6.404/1976, arts. 4º, 87 a 97, 138, 139, 143 a 151 e 280 a 284.
1.1.20	Sociedade em Conta de Participação: NJ 212-7.	Data constante do documento.	Documento que comprove a existência da Sociedade em Conta de Participação entre os sócios ostensivo e participante, sem necessidade de registro em qualquer órgão.	CC, arts. 991 a 996; Decreto-Lei nº 2.303/1986, art. 7º.
1.1.21	Empresário (Individual): NJ 213-5.	Data de registro do Requerimento de Empresário	Requerimento de Empresário, registrado na JC, relativo à sua inscrição naquele órgão de registro.	CC, arts. 966 a 980; Decreto-Lei nº 1.706/1979, art. 2º.
1.1.22	Cooperativa: NJ 214-3.	Data de registro da ata de assembleia de fundação.	Estatuto, acompanhado de ata de assembleia de fundação, registrados na JC.	CC, arts. 1.093 a 1.096; Lei nº 5.764/1971, arts. 3º a 16, 21 e 47; Lei nº 8.934/1994, art. 32.
1.1.23	Consórcio de Sociedades: NJ 215-1.	Data de registro do contrato.	Contrato de consórcio registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 278 e 279.
1.1.24	Grupo de Sociedades: NJ 216-0.	Data de registro da convenção.	Convenção de grupo registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 265 a 272.
1.1.25	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira: NJ 217-8. OBS.: O primeiro estabelecimento da sociedade estrangeira no Brasil deve ser inscrito como estabelecimento matriz.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a instalação do primeiro estabelecimento da sociedade estrangeira no Brasil, acompanhado do ato de nomeação do seu representante no País, registrados na JC ou no RCPJ.	CC, arts. 1.134 a 1.141; Decreto-Lei nº 2.627/1940, arts. 59 a 73; Lei nº 8.934/1994, arts. 1º e 32; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120 e 148; Lei nº 4.131/1962, art. 42.
1.1.26	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira: NJ 219-4. OBS.: O primeiro estabelecimento da empresa binacional no Brasil deve ser inscrito como estabelecimento matriz.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a instalação do primeiro estabelecimento da empresa binacional no Brasil, acompanhado do ato de nomeação do seu representante no País, registrados na JC ou no RCPJ.	Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas.
1.1.27	Empresa Domiciliada no Exterior: NJ 2216. OBS.: A inscrição ocorre na RFB somente em decorrência das situações previstas nos itens. 1 a 5 da alínea "a" do inciso XVI do Anexo I desta Instrução Normativa.	Data da transmissão da solicitação de inscrição.	1) Ato de constituição da entidade estrangeira; 2) Ato que demonstre os poderes de administração do representante legal no país de origem da entidade estrangeira, caso tal informação não conste do ato de constituição; 3) Documento de identificação do representante legal no país de origem; 4) Ato de nomeação do representante da entidade no Brasil a que se refere o § 1º do art. 6º, acompanhado do seu documento de identificação; OBS.: Todos os documentos emitidos no exterior devem ser autenticados por repartição consular brasileira e estar acompanhados de sua tradução juramentada, se redigidos em língua estrangeira.	CC, art. 224; Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º e 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18 e 20.
1.1.28	Clube de Investimento: NJ 222-4.	Data de registro de deliberação.	Estatuto registrado na Bolsa de Valores e no RTD.	CC, art. 221; IN CVM nº 494/2011, arts. 1º a 3º.
1.1.29	Fundo de Investimento: NJ 222-4.	-	Inscrição feita no CNPJ, de forma automática, pela CVM.	-
1.1.30	Sociedade Simples Pura: NJ 223-2.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ; ou Contrato social registrado na OAB, no caso de sociedade de advogados.	CC, arts. 981 a 985 e 997 a 1.032; Lei nº 8.906/1994, arts. 15 a 17.
1.1.31	Sociedade Simples Ltda: NJ 224-0.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 981 a 985, 997 a 1.032 e 1.052 a 1.086.
1.1.32	Sociedade Simples em Nome Coletivo: NJ 225-9.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 981 a 985 e 1.039 a 1.042.
1.1.33	Sociedade Simples em Comandita Simples: NJ 226-7.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 981 a 985 e 1.045 a 1.047.
1.1.34	Empresa Binacional: NJ 227-5.	Data de vigência do tratado.	Tratado internacional celebrado entre o Brasil e outro país, sem necessidade de registro (a não ser que o tratado imponha regra diversa).	CF, art. 84; Tratado de Itaipu (Brasil-Paraguai); Tratado do Ciclone-4 (Brasil-Ucrânia).
1.1.35	Consórcio de Empregadores: NJ 228-3.	Data de registro do documento.	Documento de constituição do consórcio simplificado de produtores rurais, em que conste a quem cabe a administração do consórcio, registrado no RTD.	Lei nº 8.212/1991, art. 25-A.

1.1.36	Consórcio Simples: NJ 229-1.	Data de registro do contrato social.	Contrato social registrado na JC.	LC nº 123/2006, art. 56; CC, arts. 981 a 985 e 1.052 a 1.086.
1.1.37	Sociedade Unipessoal de Advogados: NJ 232-1.	Data de registro do ato de constituição.	Ato de constituição registrado na OAB.	Lei nº 13.247/2016; Lei nº 8.906/1994.
1.1.38	Cooperativas de Consumo: NJ 233-0.	Data de registro do ato de constituição.	Estatuto e ata de assembleia de fundação, registrados na JC.	CC, arts. 1.093 a 1.096; Lei nº 5.764/1971, arts. 3º a 16, 21 e 47; Lei nº 8.934/1994, art. 32.
1.1.39	Empresa Simples de Inovação - Inova Simples: NJ 234-8.	Data da inscrição da Entidade no CNPJ	Não há exigência de registro de seus atos. Para efeitos de inscrição no CNPJ, considera-se a solicitação preenchida e assinada digitalmente por seus integrantes, no Portal do Inova Simples.	LC nº 123/2006, art. 65-A.
1.1.40	Investidor Não Residente: NJ 235-6.	-	Inscrição feita no CNPJ, de forma automática, pela CVM.	-
1.1.41	Serviço Notarial e Registral (Cartório): NJ 303-4.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de criação do cartório, acompanhado do ato de nomeação do seu titular, publicados na forma prevista na lei.	CF, art. 236, art. 32 do ADCT; Lei nº 8.935/1994, arts. 3º, 14, 43 e 50.
1.1.42	Fundação Privada: NJ 306- 9.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de nomeação de seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 62 a 68.
1.1.43	Serviço Social Autônomo: NJ 307-7.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 53 a 60; Lei nº 6.015/1973, arts. 114 e 120.
1.1.44	Condomínio Edilício: NJ 308-5.	Data de registro da convenção ou data de registro da assembleia que deliberou sobre a inscrição no CNPJ. (quando não existir convenção)	Convenção do condomínio registrada no RI, acompanhada da ata de assembleia de eleição do síndico, registrada no RTD; OU, caso não exista a convenção, Certidão emitida pelo RI que confirme o registro do Memorial de Incorporação do condomínio, acompanhada da ata de assembleia que deliberou sobre a inscrição no CNPJ, e da ata de assembleia de eleição do síndico, registradas no RTD.	CC, arts. 1.332 a 1.334, 1.347 e 1.348; Lei nº 4.591/1964, arts. 3º, 7º, 9º, 22 e 32.
1.1.45	Comissão de Conciliação Prévia: NJ 310-7.	Data de registro do regimento, acordo ou convenção.	Regimento interno, registrado no MTP, caso se trate de Comissão de Empresa(s); OU Acordo coletivo de trabalho, registrado no MTP, quando se tratar de Comissão Sindical (empresa/sindicato); OU Convenção coletiva de trabalho, registrada no MTP, caso se trate de Comissão Intersindical.	Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 625-A a 625-C; Portaria MTE nº 329/2002, arts. 1º, 2º e 5º.
1.1.46	Entidade de Mediação e Arbitragem: NJ 311-5.	Data de registro do ato constitutivo.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Sociedade etc.).	Lei nº 9.307/1996, art. 13.
1.1.47	Entidade Sindical: NJ 313-1.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CF, art. 8º; CC, art. 53 a 60; Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 511, 512, 515 a 523, 558, 561, 562 e 564; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120 e 127.
1.1.48	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras: NJ 320-4. OBS.: O primeiro estabelecimento da entidade estrangeira no Brasil deve ser inscrito como estabelecimento matriz.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a instalação do primeiro estabelecimento da fundação ou da associação estrangeira no Brasil, acompanhado do ato de nomeação do seu representante no País, registrados no RCPJ.	CC, arts. 1.134 a 1.141; Decreto Lei nº 4.657/1942, art. 11; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120 e 148.
1.1.49	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior: NJ 321-2. OBS.: A inscrição ocorre na Receita Federal somente em decorrência das situações previstas nos itens 1 a 5 da alínea a, do inciso XVI, do Anexo I desta Instrução Normativa.	Data da transmissão da solicitação de inscrição.	1) Ato de constituição da entidade estrangeira; 2) Ato que demonstre os poderes de administração do representante legal no país de origem da entidade estrangeira, caso tal informação não conste do ato de constituição; 3) Documento de identificação do representante legal no país de origem; 4) Ato de nomeação do representante da entidade no Brasil a que se refere o § 1º do art. 6º, acompanhado do seu documento de identificação; OBS.: Todos os documentos emitidos no exterior devem ser autenticados por repartição consular brasileira e estar acompanhados de sua tradução juramentada, se redigidos em língua estrangeira.	CC, art. 224. Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º e 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18 e 20.
1.1.50	Organização Religiosa: NJ 322-0.	Data de registro do estatuto.	Estatuto e ata de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 44 a 46; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120 e 127.
1.1.51	Organização Religiosa - Igreja Católica (Paróquias, Dioceses e Arquidioceses): NJ 322-0.	Data de registro do documento.	Documento emitido pela Igreja Católica, acompanhado do ato de designação do titular da respectiva representação, registrados no RCPJ.	CC, arts. 221 e 2.031.
1.1.52	Comunidade Indígena: NJ 323-9.	Data da transmissão da solicitação de inscrição.	Certidão emitida pela Funai contendo o nome da comunidade, seu endereço e representante.	Lei nº 6.001/1973, art. 3º.
1.1.53	Fundo Privado: NJ 324-7.	Data de registro do estatuto.	Estatuto registrado no RTD.	Lei nº 11.079/2004; Lei nº 13.800/2019
1.1.54	Órgão de Direção Nacional de Partido Político: NJ 325-5.	Data de registro do estatuto no RCPJ.	Estatuto, acompanhado da ata de aprovação do órgão partidário e de designação de seus dirigentes, registrados no RCPJ do local de sua sede.	CF, art. 17; CC, art. 44; Lei nº 9.096/1995, art. 8º.
1.1.55	Órgão de Direção Regional de Partido Político: NJ 326-3.	Data de registro da ata de designação no RCPJ ou data do início da vigência da composição.	Ata de designação dos dirigentes, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	CF, art. 17; Lei nº 9.096/1995, art. 10, § 2º; Resolução TSE nº 23.571/2018, art. 20.
1.1.56	Órgão de Direção Local de Partido Político: NJ 327-1.	Data de registro da ata de designação no RCPJ ou data do início da vigência da composição.	Ata de designação dos dirigentes, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	CF, art. 17; Lei nº 9.096/1995, art. 10, § 2º; Resolução TSE nº 23.571/2018, art. 20.
1.1.57	Organização Social (OS): NJ 330-1.	Data de registro do estatuto.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Fundação etc.), acompanhado do ato administrativo de qualificação como OS, publicado na forma prevista na lei.	Lei nº 9.637/1998, arts. 1º, 2º, 11.
1.1.58	Associação Privada: NJ 399-9.	Data de registro do estatuto.	Estatuto, acompanhado da ata de assembleia de constituição e de eleição/posse do seu dirigente, registrados no RCPJ.	CC, arts. 53 a 60; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120; Lei nº 9.532/1997, arts. 12 a 15.
1.1.59	Empresa Individual Imobiliária - Incorporação Imobiliária ou Loteamento de Terreno: NJ 401-4.	Data de registro do empreendimento OU data da primeira alienação de unidade imobiliária ou lote de terreno.	Certidão emitida pelo RI, comprovando o registro do empreendimento, caso tenha sido registrado; OU Documento que comprove a existência de qualquer ajuste preliminar que caracterize a alienação de unidade imobiliária ou lote de terreno, ainda que sem registro em cartório.	Decreto-Lei nº 1.381/1974, arts. 1º, 3º, 6º, 7º e 9º.
1.1.60	Empresa Individual Imobiliária Desmembramento de Imóvel Rural: NJ 401-4.	Data de registro do empreendimento OU data da décima primeira alienação de quinhão do imóvel rural.	Certidão emitida pelo RI, comprovando o registro do desmembramento do imóvel rural em mais de 10 (dez) lotes, caso tenha sido registrado; OU Documentos que comprovem a existência de qualquer ajuste preliminar que caracterize a alienação de mais de 10 (dez) quinhões do imóvel rural, ainda que sem registro em cartório.	Decreto-Lei nº 1.381/1974, arts. 1º, 3º, 6º, 7º e 9º; Decreto-Lei nº 1.510/1976, art. 11.
1.1.61	Produtor Rural (Pessoa Física): NJ 412-0.	Data do preenchimento da solicitação.	Definido pelo convenente.	-
1.1.62	Organização Internacional: NJ 501-0.	Data de criação da representação no Brasil ou da transmissão da solicitação de inscrição.	Declaração emitida pelo MRE, contendo o nome do representante da organização internacional no Brasil e, se conhecida, a data de criação da representação.	-
1.1.63	Representação Diplomática Estrangeira: NJ 502-9.	Data de criação da representação no Brasil ou da transmissão da solicitação de inscrição.	Declaração emitida pelo MRE, contendo o nome do representante diplomático no Brasil e, se conhecida, a data de criação da representação.	-
1.1.64	Outras Instituições Extraterritoriais: NJ 503-7.	Data de criação da representação no Brasil ou da transmissão da solicitação de inscrição.	Declaração emitida pelo MRE, contendo o nome do representante da instituição no Brasil e, se conhecida, a data de criação da representação.	-

1.2. Inscrição de Estabelecimento Filial

A solicitação de inscrição de estabelecimento filial deve estar acompanhada do respectivo ato de criação, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.

No caso de unidade auxiliar de órgão público, a solicitação deve estar acompanhada de ato administrativo que comprove a existência da unidade auxiliar.

1.3. Inscrição de Incorporação Imobiliária (Patrimônio de Afetação) - Evento 109

No caso de inscrição de incorporação imobiliária (patrimônio de afetação), a que se refere o inciso XIV do Anexo I desta Instrução Normativa, a solicitação deve estar acompanhada do Termo de Constituição do Patrimônio de Afetação registrado no RI.

2. ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

ITEM	TIPO DE ENTIDADE	DATA DO EVENTO	ATO ALTERADOR (REGRA GERAL)
2.1	Empresário (Individual): NJ 213-5.	Data de registro do Requerimento de Empresário.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, Requerimento de Empresário, registrado na JC, referente à alteração cadastral solicitada.
2.2	Condomínio Edilício: NJ 308-5.	Data de registro da alteração da convenção ou da ata de assembleia de eleição.	Alteração da convenção do condomínio, registrada no RI, referente à alteração cadastral solicitada. Quando se tratar de alteração de síndico, ata de assembleia referente a sua eleição, registrada no RTD.
2.3	Entidades cujo ato constitutivo seja um ato legal.	Data de vigência do ato legal. No caso específico de alteração do representante da entidade no CNPJ ou de integrante do QSA, a data do evento deverá ser a data em que começa a sua gestão.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, ato legal, publicado na forma prevista na lei, referente à alteração cadastral solicitada. Quando se tratar de alteração do representante da entidade no CNPJ ou de integrante do QSA, ato que efetivamente promoveu a troca do gestor da entidade (ato de nomeação, eleição ou posse), publicado na forma prevista na lei (Boletim, Diário Oficial, entre outras) ou registrado em órgão competente, conforme o caso.
2.4	Entidades cujo ato constitutivo seja um contrato social.	Data de registro da alteração contratual.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, alteração contratual, registrada no órgão competente, relativa à alteração cadastral solicitada, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.
2.5	Entidades cujo ato constitutivo seja um estatuto.	Data de registro da alteração estatutária.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, alteração estatutária, registrada no órgão competente, relativa à alteração cadastral solicitada, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.
2.6	Empresa Simples de Inovação - Inova Simples: NJ 234-8	Data da solicitação de alteração no CNPJ.	Não há exigência de registro de seus atos. Para efeitos de alteração no CNPJ, considera-se a solicitação preenchida e assinada digitalmente por seus integrantes, no Portal do Inova Simples.
2.7	Demais entidades.	Data de registro do ato alterador.	Quando se tratar de dado cadastral constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, ato alterador, registrado no órgão competente, relativo à alteração cadastral solicitada, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 1.1.

No caso de alteração do representante da entidade ou das atividades econômicas principal ou secundárias da entidade ou do estabelecimento filial, sem que isso implique modificação do seu ato constitutivo ou alterador, a cópia do próprio ato constitutivo ou alterador deve ser anexada ao Protocolo de Transmissão e a data do evento deve ser a data da transmissão da solicitação de alteração cadastral.

Quando se tratar de alteração de dado cadastral não constante do ato constitutivo da entidade ou do estabelecimento filial, nenhum documento precisará ser anexado ao Protocolo de Transmissão e a data do evento deve ser a data da transmissão da solicitação de alteração cadastral.

2.1. Cisão Parcial

Na comunicação de cisão parcial ao CNPJ, pelo estabelecimento cindido, a data do evento deve corresponder à data da deliberação que aprovar a cisão parcial.

3. BAIXA

3.1. Baixa da Inscrição da Entidade (Matriz)

ITEM	NATUREZA JURÍDICA (NJ)	DATA DO EVENTO	ATO EXTINTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
3.1.1	Órgão Público: NJ 101-5, 102-3, 103-1, 104-0, 105-8, 106-6, 107-4, 108-2, 116-3, 117-1 ou 118-0.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do órgão público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 48.
3.1.2	Representação Diplomática do Estado Brasileiro no Exterior (Embaixadas, Consulados etc.): NJ 101-5.	Data constante da declaração.	Declaração do MRE sobre a extinção da representação.	-
3.1.3	Autarquia: NJ 110-4, 111-2 ou 112-0.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção da autarquia, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 37.
3.1.4	Fundação Pública de Direito Público: NJ 113-9, 114-7 ou 115-5.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção da fundação pública de direito público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 37.
3.1.5	Comissão Polinacional: NJ 119-8.	Data de vigência do ato celebrado.	Ato internacional de extinção da comissão, celebrado entre o Brasil e outro(s) país(es), sem necessidade de registro.	-
3.1.6	Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública): NJ 121-0.	Data de vigência do último ato legal ratificador.	Atos legais de ratificação da extinção do consórcio público pelos entes federativos consorciados, publicados na forma prevista na lei.	Lei nº 11.107/2005, arts. 12 e 15.
3.1.7	Consórcio Público de Direito Privado: NJ 122-8.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ, acompanhada dos atos legais de ratificação da extinção do consórcio público pelos entes federativos consorciados, publicados na forma prevista na lei.	CC, art. 51; Lei nº 11.107/2005, arts. 12 e 15.
3.1.8	Estado ou Distrito Federal: NJ 123-6.	Data de vigência da lei.	Lei complementar de extinção do Estado, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18.
3.1.9	Município: NJ 124-4	Data de vigência da lei.	Lei estadual de extinção do Município, publicada na forma prevista na lei.	CF, art. 18.
3.1.10	Fundação Pública de Direito Privado: NJ 125-2, 126-0 e 127-9.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção da fundação, registrado no RCPJ.	CC, art. 51 e 69
3.1.11	Fundo Público da Administração Indireta Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal: NJ 128-7, 129-5, 130-9.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do fundo público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
3.1.12	Fundo Público da Administração Direta Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal: NJ 131-7, 132-5, 133-3.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do fundo público, publicado na forma prevista na lei.	CF, art. 167; Lei nº 4.320/1964, art. 71.
3.1.13	Empresa Pública: NJ 201-1.	Data de registro do distrato social ou da ata de assembleia.	Distrato social registrado na JC; ou Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, arts. 1.089, 1.090 e 1.102 a 1.112; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219.
3.1.14	Sociedade de Economia Mista: NJ 203-8.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, art. 1.089; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219 e 240.
3.1.15	Sociedade Anônima: NJ 204-6 e 205-4.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, art. 1.089; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219.
3.1.16	Sociedade Empresária Ltda: NJ 206-2.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.17	Sociedade Empresária em Nome Coletivo: NJ 207-0.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.18	Sociedade Empresária em Comandita Simples: NJ 208-9.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.19	Sociedade Empresária em Comandita por Ações: NJ 209-7.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, arts. 1.089 e 1.090; Lei nº 6.404/1976, arts. 206 a 219 e 280.
3.1.20	Sociedade em Conta de Participação: NJ 212-7.	Data constante do distrato ou data final da sociedade por prazo determinado.	Distrato da Sociedade em Conta de Participação, sem necessidade de registro em qualquer órgão; ou Documento que comprove a existência da Sociedade em Conta de Participação entre os sócios ostensivo e participante, sem necessidade de registro em qualquer órgão, caso a sociedade tenha sido constituída por prazo determinado.	CC, art. 996.
3.1.21	Empresário (Individual): NJ 213-5.	Data do registro do Requerimento de Empresário	Requerimento de Empresário, relativo à sua extinção, registrado na JC.	CC, art. 968.
3.1.22	Cooperativa: NJ 214-3.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada na JC.	CC, arts. 1.093; Lei nº 5.764/1971, arts. 21, 46 e 63 a 78.
3.1.23	Consórcio de Sociedades: NJ 215-1.	Data de registro do distrato.	Distrato do consórcio, registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 278 e 279.
3.1.24	Grupo de Sociedades: NJ 216-0.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção do grupo, registrado na JC.	Lei nº 6.404/1976, arts. 265 a 272.
3.1.25	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira: NJ 217-8.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a extinção do estabelecimento da sociedade estrangeira no Brasil, registrado na JC ou no RCPJ.	Lei nº 8.934/1994, arts. 1º e 32; Lei nº 6.015/1973, arts. 114, 120 e 148.
3.1.26	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira: NJ 219-4.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a extinção do estabelecimento da empresa binacional no Brasil, registrado na JC ou no RCPJ.	Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, art. III.
3.1.27	Empresa Domiciliada no Exterior: NJ 221-6.	Data da transmissão da solicitação de baixa.	Ato de extinção da entidade estrangeira, autenticado por repartição consular brasileira e acompanhado de sua tradução juramentada, se redigido em língua estrangeira.	CC, art. 224; Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º e 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18 e 203.
3.1.28	Clube de Investimento: NJ 222-4.	Data de registro do ato de dissolução.	Ato de dissolução do clube de investimento, registrado na Bolsa de Valores e no RTD.	CC, art. 221; IN CVM nº 494/2011, art. 15.
3.1.29	Fundo de Investimento: NJ 222-4.	-	Suspensão feita no CNPJ, de forma automática, pela CVM.	-
3.1.30	Sociedade Simples Pura: NJ 223-2.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ; ou distrato social registrado na OAB, no caso de sociedade de advogados.	CC, arts. 1.102 a 1.112; Lei nº 8.906/1994, art. 15.
3.1.31	Sociedade Simples Ltda: NJ 224-0.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.32	Sociedade Simples em Nome Coletivo: NJ 225-9.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.33	Sociedade Simples em Comandita Simples: NJ 226-7.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado no RCPJ.	CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.34	Empresa Binacional: NJ 227-5.	Data de vigência do tratado.	Tratado internacional celebrado entre o Brasil e outro país, sem necessidade de registro (a não ser que o tratado imponha regra diversa).	CF, art. 84; Tratado de Itaipu (Brasil-Paraguai); Tratado do Ciclone-4 (Brasil-Ucrânia).
3.1.35	Consórcio de Empregadores: NJ 228-3.	Data de registro do documento.	Documento de extinção do consórcio simplificado de produtores rurais, registrado no RTD.	Lei nº 8.212/1991, art. 25-A.
3.1.36	Consórcio Simples: NJ 229-1.	Data de registro do distrato social.	Distrato social registrado na JC.	LC nº 123/2006, art. 56; CC, arts. 1.102 a 1.112.
3.1.37	Sociedade Unipessoal de Advogados: NJ 232-1.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção registrado na OAB.	Lei nº 13.247/2016; Lei nº 8.906/1994.
3.1.38	Empresa Simples de Inovação - Inova Simples: NJ 234-8	Data da solicitação de baixa no CNPJ	Não há exigência de registro de seus atos. Para efeitos de baixa no CNPJ, considera-se a solicitação preenchida e assinada digitalmente por seus integrantes, no Portal do Inova Simples.	LC nº 123/2006, art. 65-A
3.1.39	Investidor Não Residente: NJ 235-6	-	Suspensão feita no CNPJ, de forma automática, pela CVM.	-
3.1.40	Serviço Notarial e Registral (Cartório): NJ 303-4.	Data de vigência do ato legal.	Ato legal de extinção do cartório, publicado na forma prevista na lei	Lei nº 8.935/1994, art. 44.
3.1.41	Fundação Privada: NJ 306-9.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção da fundação, registrado no RCPJ.	CC, art. 51 e 69.
3.1.42	Serviço Social Autônomo: NJ 307-7.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51; Lei nº 6.015/1973, arts. 114 e 120.
3.1.43	Condomínio Edilício: NJ 308-5.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção do condomínio, registrado no RI.	CC, arts. 1.357 e 1.358; Lei nº 4.591/1964, art. 34.
3.1.44	Comissão de Conciliação Prévia: NJ 310-7.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção da comissão, registrado no MTP.	Portaria MTE nº 329/2002, art. 5º.
3.1.45	Entidade de Mediação e Arbitragem: NJ 311-5.	Data de registro do ato de extinção.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Sociedade etc.).	CC, art. 51.
3.1.46	Entidade Sindical: NJ 313-1.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51.
3.1.47	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras: NJ 320-4.	Data de registro do ato de deliberação.	Ato de deliberação sobre a extinção do estabelecimento da fundação ou da associação estrangeira no Brasil, registrado no RCPJ.	CC, art. 1.137.
3.1.48	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior: NJ 321-2.	Data da transmissão da solicitação de baixa.	Ato de extinção da fundação ou associação estrangeira, autenticado por repartição consular brasileira e acompanhado de sua tradução juramentada, se redigido em língua estrangeira.	CC, art. 224. Decreto nº 84.451/1980, arts. 1º e 2º; Decreto nº 13.609/1943, arts. 18, 20.
3.1.49	Organização Religiosa: NJ 322-0.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51.
3.1.50	Organização Religiosa - Igreja Católica (Paróquias, Dioceses e Arquidioceses): NJ 322-0.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção emitido pela Igreja Católica, registrado no RCPJ.	CC, arts. 51, 221 e 2.031.
3.1.51	Comunidade Indígena: NJ 323-9.	Data constante da declaração.	Declaração emitida pela Funai, atestando a extinção da comunidade.	Lei nº 6.001/1973, art. 3º.
3.1.52	Fundo Privado: NJ 324-7.	Data de registro do ato de extinção.	Ato de extinção do fundo privado, registrado no RTD.	CC, art. 51; Lei nº 11.079/2004; e Lei nº 13.800/2019.
3.1.53	Órgão de Direção Nacional de Partido Político: NJ 325-5.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local de sua sede.	Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º, e arts. 27 a 29.

3.1.54	Órgão de Direção Regional de Partido Político: NJ 326-3.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ ou data do final da vigência da composição.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º, e arts. 27 a 29; Resolução TSE nº 23.571/2018, arts. 35 a 42.
3.1.55	Órgão de Direção Local de Partido Político: NJ 3271.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ ou data do final da vigência da composição.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	Lei nº 9.096/1995, art. 10 § 2º e arts. 27 a 29; Resolução TSE nº 23.571/2018, arts. 35 a 42.
3.1.56	Organização Social (OS): NJ 330-1.	Data de registro do ato de extinção.	De acordo com a forma jurídica adotada (Associação, Fundação etc.).	CC, art. 51.
3.1.57	Associação Privada: NJ 399-9.	Data de registro da ata de assembleia.	Ata de assembleia de extinção, registrada no RCPJ.	CC, art. 51.
3.1.58	Empresa Individual Imobiliária: NJ 401-4.	Data da declaração.	Declaração firmada pelo representante da Empresa Individual Imobiliária no CNPJ de que todas as unidades imobiliárias, lotes de terreno ou quinhões do imóvel rural, conforme o caso, foram alienados e integralmente pagos, sem necessidade de registro.	Decreto-Lei nº 1.381/1974, arts. 9º e 10.
3.1.59	Produtor Rural (Pessoa Física): NJ 412-0.	Data do preenchimento da solicitação.	Definido pelo convenente.	-
3.1.60	Organização Internacional: NJ 501-0.	Data informada na declaração.	Declaração emitida pelo MRE, atestando a extinção da representação da organização internacional no Brasil.	-
3.1.61	Representação Diplomática Estrangeira: NJ 502-9.	Data informada na declaração.	Declaração emitida pelo MRE, atestando a extinção da representação diplomática estrangeira no Brasil.	-
3.1.62	Outras Instituições Extraterritoriais: NJ 503-7.	Data informada na declaração.	Declaração emitida pelo MRE, atestando a extinção da representação da instituição extraterritorial no Brasil.	-

3.2. Baixa da Inscrição da Entidade por Incorporação, Fusão ou Cisão Total

ITEM	MOTIVO	DATA DO EVENTO	ATO EXTINTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
3.2.1	Incorporação.	Data da deliberação.	Ato deliberativo da incorporadora aprovando a incorporação, registrado no órgão competente.	CC, arts. 1.116 a 1.118; Lei nº 6.404/1976, arts. 219 e 223 a 227; Decreto nº 9.580/2018, art. 232.
3.2.2	Fusão.	Data da deliberação.	Ato deliberativo das entidades fusionadas decidindo sobre a constituição definitiva da nova entidade, registrada no órgão competente.	CC, arts. 1.119 a 1.121; Lei nº 6.404/1976, arts. 219 e 223 a 226, 228; Decreto nº 9.580/2018, art. 232.
3.2.3	Cisão Total.	Data da deliberação.	Ato deliberativo da sucessora que absorveu a parcela remanescente do patrimônio da entidade cindida.	Lei nº 6.404/1976, arts. 219, 223 a 226 e 229; Decreto nº 9.580/2018, art. 232.

3.3. Baixa da Inscrição da Entidade por Encerramento do Processo de Falência

ITEM	MOTIVO	DATA DO EVENTO	ATO EXTINTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
3.3.1	Encerramento do Processo de Falência.	Data constante da decisão judicial.	Sentença Judicial encerrando o processo de falência.	Lei nº 11.101/2005, arts. 156 a 159.

3.4. Baixa da Inscrição da Entidade por Encerramento da Liquidação Extrajudicial

ITEM	MOTIVO	DATA DO EVENTO	ATO EXTINTIVO (REGRA GERAL)	BASE LEGAL
3.4.1	Encerramento da Liquidação Extrajudicial.	Data constante do ato de encerramento da liquidação.	Ato administrativo que encerra a liquidação extrajudicial, publicado na forma prevista na lei, caso ocorra a extinção da entidade.	Lei nº 6.024/1974, art. 19; LC nº 109/2001, art. 53.

3.5. Baixa de Inscrição de Estabelecimento Filial

A solicitação de baixa de inscrição de estabelecimento filial deve estar acompanhada do respectivo ato de extinção, coerente com as formalidades aplicáveis a cada natureza jurídica, tendo por base a Tabela do item 3.1.

3.6. Baixa de Inscrição do Patrimônio de Afetação (Filial)

A solicitação de baixa de inscrição do Patrimônio de Afetação, inscrito como estabelecimento filial, deve estar acompanhada do respectivo ato de extinção, na forma prevista no art. 31-E da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. A data do evento é a do registro desse ato no órgão competente.

4. CERTIDÕES

A certidão emitida pelo órgão de registro competente (JC, RCPJ, RI etc.), contendo as informações necessárias ao respectivo ato cadastral no CNPJ, substitui os documentos elencados neste Anexo, quando for o caso.

Base Legal: Código Civil, art. 217; Lei nº 6.015/1973, arts. 16 a 21; Lei nº 8.934/1994, arts. 29 e 30 e Decreto nº 1.800/1996, arts. 7º, 78, 81 e 82.

Legendas:
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CC - Código Civil
CF - Constituição Federal
RCPJ - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
RI - Registro de Imóveis
RTD - Registro de Títulos e Documentos
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IN - Instrução Normativa
JC - Junta Comercial
LC - Lei Complementar
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MTP - Ministério do Trabalho e Previdência Social
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
RIR - Regulamento do Imposto de Renda
RFB - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
TSE - Tribunal Superior Eleitoral

(*) Republicação parcial, por ter sido publicada no DOU de 8/12/2022, Seção 1, página 188, com inconsistências em relação ao original.

RETIFICAÇÃO

art. 37 da Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022, publicada no DOU nº 230, de 8 de dezembro de 2022, seção 1, página 188,

Onde se lê:

"Art. 37. .....

VIII - não atender ao disposto nos arts. 53 e 54 ou não apresentar .....

....."

Leia-se:

"Art. 37. .....

.....

VIII - não atender ao disposto nos arts. 53 a 55 ou não apresentar .....

....."

No art. 55 da Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022, publicada no DOU nº 230, de 8 de dezembro de 2022, seção 1, página 188,

Onde se lê:

"Art. 55. .....

.....

§ 3º As seguintes entidades domiciliadas no exterior, inscritas no CNPJ na forma do art. 17 e qualificadas .....

.....

§ 4º ..... inscrita no CNPJ na forma prevista no art. 17 deverá:

....."

Leia-se:

"Art. 55. .....

.....

§ 3º As seguintes entidades domiciliadas no exterior, inscritas no CNPJ na forma do art. 18 e qualificadas .....

.....

§ 4º ..... inscrita no CNPJ na forma prevista no art. 18 deverá:

....."

No art. 59 da Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022, publicada no DOU nº 230, de 8 de dezembro de 2022, seção 1, página 188,

Onde se lê:

"Art. 59. ..... entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022."

Leia-se:

"Art. 59. ..... entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023."

No Anexo XII da Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022, publicada no DOU nº 230, de 8 de dezembro de 2022, seção 1, página 188,

Onde se lê:

"3.1 Documentação Comprobatória

.....

Na apresentação da documentação comprobatória deve ser observado o disposto no § 10 do art. 49 desta Instrução Normativa.

3.2. Documentação Comprobatória para as Entidades a que .....

As entidades estrangeiras citadas no inciso I do § 4º do art. 49 desta Instrução Normativa não precisam ....."

Leia-se:

"3.1. Documentação Comprobatória

.....

Na apresentação da documentação comprobatória deve ser observado o disposto no § 10 do art. 55 desta Instrução Normativa.

3.2. Documentação Comprobatória para as Entidades a que .....

As entidades estrangeiras citadas no inciso I do § 4º do art. 55 desta Instrução Normativa não precisam ....."

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FISCAL

PORTARIA ASCIF Nº 6, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre serviço requerido por meio de processo digital aberto no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), conforme art. 19 da Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021.

A CHEFE DA ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FISCAL - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121 e os incisos II e V do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Fica disponível por meio de processo digital aberto no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), conforme Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, o serviço Aderir ao Convênio Sinter, de 15 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. O serviço a que se refere o caput está localizado na área de concentração temática (ACT) Celebração de Acordos Nacionais no e-CAC.

Art. 2º Para solicitar a adesão ao Convênio Sinter, de 15 de dezembro de 2022, deverá ser juntada ao processo a documentação comprobatória da qualificação do signatário.

Art. 3º A ativação do serviço no e-Cac será realizada na data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ELAINE MIRANDA DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 77, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721088/2022-17 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca VOLVO modelo XC60 T5, ano 2014, cor AZUL, chassi YV1DZ40CDF2701790, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 15/0287066-7, de 12/02/2015, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade de Mads Halfdan Lie, CPF nº 716.538.791-90.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS
Delegado-Adjunto

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BSA Nº 18, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede Registro Especial - Papel Imune

O Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, integrante da Equipe de Fiscalização de IPI, PIS/COFINS e IOF (EFI 1), DRF BSA/DF, em face ao disposto nos arts. 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, bem como ao estabelecido na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 24 de julho de 2018, e o que consta do processo nº 10166.747777/2021-35, declara:

Art. 1° Fica concedido o seguinte Registro Especial de Papel Imune para atividade de Gráfica (GP):

I - Registro Especial n° DP-01101/0036

II - Beneficiário: EVOLUTION IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE INSUMOS GRÁFICOS EIRELI

III - CNPJ: 10166.747777/2021-35

IV - Domicílio fiscal: Setor SIG Conjunto E Lote 07, Parte. Taguatinga Norte (Taguatinga), Brasília - DF, CEP 72153-505

Art 2º O Registro Especial é válido pelo prazo de 3 (três) anos, a partir da data de publicação do presente Ato Declaratório Executivo, renovável pelo mesmo período, conforme art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 24 de julho de 2018.

Art. 3° O contribuinte está obrigado ao cumprimento da legislação tributária em vigor e alterações posteriores, envolvendo operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial dos requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009 e da Instrução Normativa RFB n° 1.817, de 24 de julho de 2018.

Art. 4° O não cumprimento das obrigações tributárias de que trata a IN RFB n° 1.817/2018, estabelecidos para a concessão do presente registro poderá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, ocasionar: a) o cancelamento do registro; b) a aplicação das penalidades previstas nos incisos I, II e § único, art. 17 da supracitada IN; c) poderá ser aplicado o regime especial de fiscalização previsto no art. 33 da Lei n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996, uma vez configurada hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2º da Lei n° 8.137, de 1990.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS CARLOS COJORIAN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N.º 112, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Aplica a pena de perdimento do veículo objeto do processo que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 104, V, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, declara:

Art. 1º Findo administrativamente o processo relacionado no Anexo Único.

Art. 2º O perdimento do veículo objeto desse processo, tornando-o disponível para destinação na forma da legislação vigente.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO ÚNICO

SEQ.	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO
01	10130.720174/2022-84	0100100.92564/2022

GELSON JOSE SCHWENDLER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES

PORTARIA ALF/AEG Nº 11, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Portaria ALF/AEG nº 09, de 24 de novembro de 2021, para prever a dispensa de inspeção não invasiva de cargas, nas situações que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU nº 142, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e considerando a necessidade de organizar, aperfeiçoar e disciplinar a execução dos serviços e atividades aduaneiras desta Alfândega, resolve:

Art. 1° A Portaria ALF/AEG nº 09, de 24 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O concessionário administrador do Aeroporto Eduardo Gomes fica obrigado a realizar a inspeção não invasiva em todas as cargas a serem internadas pelo recinto, com exceção daquelas constantes dos incisos I e II do art. 2º, bem como Remessas pertencentes a órgãos da Administração Pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

JOSÉ FERREIRA DO VALE

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO IRFTAB Nº 16, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Habilita pessoa jurídica para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront).

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA/AM, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1798, de 15 de março de 2018 e tendo em vista o que consta do processo nº 13042.133251/2022-49, declara:

Art. 1º Habilitada, por prazo indeterminado, para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront), a pessoa jurídica H J CALERO LTDA, CNPJ 26.254.883/0001-50.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SÉRGIO CARNEIRO GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF04 Nº 293, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o horário de atendimento presencial das unidades da 4ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 243, 251 e 364 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 1º do Art. 4º da Portaria RFB nº 4.261, de 28 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º O horário de atendimento presencial das unidades da 4ª Região Fiscal é estabelecido no Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. O Posto de Atendimento de Cajazeiras/PB seguirá o horário de atendimento estabelecido pelo ente parceiro, conforme disposto no inciso II do § 2º do art. 4º da Portaria RFB nº 4.261, de 2020.

Art. 2º As unidades de atendimento deverão disponibilizar vagas para atendimento presencial, por intermédio de agendamento, nos termos do art. 5º da Portaria RFB nº 4.261, de 2020.

§ 1º Cabe à unidade de atendimento programar a grade de agendamento de acordo com a sua capacidade de atendimento, horário de atendimento e especificidades locais, obedecendo às diretrizes estabelecidas nos Capítulos IV e V da Portaria RFB nº 4.261, de 2020.

§ 2º Cabe à unidade de atendimento definir a quantidade diária de senhas a serem emitidas, de acordo com a disponibilidade de atendentes e o tempo médio de atendimento do respectivo serviço.

§ 3º O atendimento dos serviços não contemplados no art. 11 da Portaria RFB nº 4.261, de 2020, será realizado pelos demais Canais de Atendimento.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SRRF04 nº 413, de 3 de setembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

ANEXO ÚNICO

Unidade	Período Diário de Atendimento	Horário de Atendimento
CAC Maceió (AL)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Arapiraca (AL)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Palmeira dos Índios (AL)	4 horas	08h00 às 12h00
CAC João Pessoa (PB)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Campina Grande (PB)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Guarabira (PB)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Itabaiana (PB)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Patos (PB)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Santa Rita (PB)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Sousa (PB)	4 horas	08h00 às 12h00
CAC Caruaru (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Arcoverde (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Garanhuns (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Ouricuri (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Serra Talhada (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
CAC Recife (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Limoeiro (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Paulista (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Palmares (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Petrolina (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Vitória de Santo Antão (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
CAC ALF Recife (PE)	4 horas	08h00 às 12h00
CAC Natal (RN)	8 horas	08h00 às 16h00
ARF Assú (RN)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Caicó (RN)	4 horas	08h00 às 12h00
ARF Mossoró (RN)	4 horas	08h00 às 12h00

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 215, publicado(a) no DOU de 16/12/2022, Seção 1, página 82,
No art. 1º, onde se lê: "Pessoa Jurídica Co-Habilitada: MENDUBIM SOLAR EPC S.A. CNPJ: 45.081.778/0001-01"
Leia-se: "Pessoa Jurídica Co-Habilitada: MENDUBIM SOLAR EPC S.A. CNPJ: 45.081.778/0001-00"

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 13083.000877/2022-93, resolve:

Autorizar o fornecimento de 658.800 (Seiscentos e cinquenta e oito mil e oitocentos) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº. 01.135.153/0004-51, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/095, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Ballantines Finest	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	357.120
Chivas Regal 12 YO	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	269.280
Chivas Regal 12 YO	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40% GL	32.400

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQPAR/SRRF04 Nº 216/2022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do artigo 360, em consonância com o inciso IV do artigo 359 e com o inciso VI do artigo 364, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, de acordo com a Portaria SRRF04 nº 431, de 10 de setembro de 2020 e com a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º, 7º e 12 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica REPRESENTACOES DANUBIO LTDA, CNPJ nº 08.400.673/0001-40, tendo em vista que foi constatada a inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente às prestações deste parcelamento ou a qualquer tributo ou contribuição com vencimento após 28 de fevereiro de 2003, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, corroborado pelo artigo 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data da ciência deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Recife/PE, através de protocolo nos canais de atendimento da Receita Federal do Brasil ou por juntada ao processo digital nº 10469.734804/2022-86.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 297, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A Auditora Fiscal da Receita FederaL do Brasil, lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em MONTES CLAROS-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º e Anexo ll da Portaria SRRF06 nº 334, de 28 de julho de 2020 e, no artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, nos artigos 2º e 4º e tendo em vista o disposto nos artigos 625 a 642 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de outubro de 2019 e, considerando o que consta no dossiê nº 13031.246407/2022-80, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS MINAS FORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.851.255/0001-56, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 31/05/2022 a 30/05/2025 com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.2134725/2022.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA MARIA SOLIS GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 298, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A Auditora Fiscal da Receita FederaL do Brasil, lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em MONTES CLAROS-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º e Anexo ll da Portaria SRRF06 nº 334, de 28 de julho de 2020 e, no artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, nos artigos 2º e 4º e tendo em vista o disposto nos artigos 625 a 642 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de outubro de 2019 e, considerando o que consta no dossiê nº 13031.073592/2022-87, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica PRODUTOS RAINHA E CARACOL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.221.357/0001-25, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/02/2022 a 30/01/2025 com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.1638677/2022.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA MARIA SOLIS GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 299, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A Auditora Fiscal da Receita FederaL do Brasil, lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em MONTES CLAROS-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º e Anexo ll da Portaria SRRF06 nº 334, de 28 de julho de 2020 e, no artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, nos artigos 2º e 4º e tendo em vista o disposto nos artigos 625 a 642 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de outubro de 2019 e, considerando o que consta no dossiê nº 13031.256474/2022-11, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica OLIVEIRA JUNIOR AGRO COMERCIAL INDUSTRIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.819.294/0001-67, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 24/06/2022 a 23/06/2025 com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.2207094/2022.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA MARIA SOLIS GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/ RFB Nº 179, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria RFB nº 114, de 27/01/2022, o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME Nº 284 de 27/07/2020, o disposto no Artigo 587 da Instrução Normativa nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 18186.725614/2016-16 resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa: SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S A

CNPJ nº : 24.081.843/0001-28

Projeto: Lote G do Leilão nº 05/2015 - ANEEL

Localização: municípios de Mato Grosso

Art 2º Tal cancelamento faz cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo n° 107, de 27/07/2016, da Delegacia de Administração Tributária em São Paulo, publicado no DOU de 12/08/2016, e será retroativo a 28/07/2021 - dia subsequente ao término da fruição do benefício concedido.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB Nº 180, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria RFB nº 114, de 27/01/2022, o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, o disposto no Artigo 587 da Instrução Normativa nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 18186.724740/2016-45, resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S A

CNPJ nº : 23.791.563/0001-40

Projeto : Lote I do Leilão nº 01/2015-ANEEL

Localização : municípios do Rio Grande do Sul

Art. 2º Fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo nº 89, de 14 de dezembro de 2016, emitido pela Delegacia de Administração Tributária em São Paulo o qual será retroativo a 15/12/2021 - dia subsequente ao término da fruição do benefício.

Art. 3º O cancelamento de Habilitação implica o cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas, conforme Art. 588, § 6º da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 26 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
VITOR COSTA DOS SANTOS	138.778.247-90	10715.721622/2022-96

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA THIAGO

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 149, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, DECLARA:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.384867/2022-03, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso I, artigo 5º e artigo 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ (matriz) nº 33.000.167/0001-01, para atuar como operadora, extensivo, também, para todas as filiais, mencionadas na listagem de CNPJ anexada às fls. 08 a 18 do referido processo digital, até os termos finais, consignados no Anexo, que não podem ser superiores ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Decex nº 96 de 06/09/2022, publicado no Diário Oficial da União de 08/09/2022.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº 13113.384867/2022-03

CAMPOS DEVOLVIDOS (1)

CAMPOS DEVOLVIDOS, MAS AINDA SEM 200 TERMO DE RESILIÇÃO ASSINADO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL (2)	DATA DE DEVOLUÇÃO (3)
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	ALTO ALEGRE	Rodada 0	48000.003783/97-33	03/05/2001	03/05/2001
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	ÁREA DO CES-66	ÁREA DO CES-066	48000.003904/97-56	03/05/2001	03/05/2001
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	RIACHO ALAZÃO	Rodada 0	48000.003820/97-68	24/08/2001	24/08/2001
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	SÃO MANOEL	Rodada 0	48000.003826/97-44	24/08/2001	24/08/2001

Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	ÁREA DO ALS-32	ÁREA DO ALS-032	48000.003917/97-06	10/10/2002	10/10/2002
Bacia Sedimentar do Recôncavo	ARRAIA	Rodada 0	48000.003877/97-85	11/11/2002	11/11/2002
Bacia Sedimentar do Recôncavo	ÁREA DO BAS-104	ÁREA DO BAS-104	48000.003876/97-12	27/06/2003	27/06/2003
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ILHA DA CAÇUMBA	Rodada 0	48000.003774/97-42	06/12/2005	06/12/2005
Bacia Sedimentar do Recôncavo	BEIJA-FLOR	BREC-11	48000.003514/97-21	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	DIAS D'ÁVILA	Rodada 0	48000.003643/97-74	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	FAZENDA GAMELEIRA	Rodada 0	48000.003882/97-15	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	MIRANGA LESTE	Rodada 0	48000.003675/97-61	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	VALE DO QUIRICÓ	Rodada 0	48000.003701/97-79	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	FAZENDA SORI	Rodada 0	48000.003884/97-41	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Recôncavo	LAGOA VERDE	Rodada 0	48000.003663/97-81	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Recôncavo	PARAMIRIM DO VENCIMENTO	Rodada 0	48000.003888/97-00	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO DOCE	Rodada 0	48000.003764/97-99	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO IBIRIBAS	Rodada 0	48000.003749/97-03	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Paraná	BARRA BONITA	Rodada 0	48000.003923/97-09	10/02/2012	10/02/2012
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	NOROESTE DO MORRO ROSADO	Rodada 0	48000.003812/97-30	24/05/2013	24/05/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	GUAJÁ	BPOT-100A	48000.003481/97-74	03/06/2013	03/06/2013
Bacia Sedimentar do Recôncavo	IRAÍ	Rodada 0	48000.003892/97-79	19/11/2013	19/11/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	BIQUARA	ÁREA DO RNS-134	48000.003909/97-70	23/12/2013	23/12/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	DENTÃO	ÁREA DO RNS-093	48000.003907/97-44	23/12/2013	23/12/2013
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	CAÇÃO	Rodada 0	48000.003735/97-91	17/03/2014	17/03/2014
Bacia Sedimentar do Recôncavo	POJUCA NORTE	Rodada 0	48000.003680/97-09	28/03/2014	28/03/2014
Bacia Sedimentar de Campos	MORÉIA	Rodada 0	48000.003725/97-37	24/04/2014	24/04/2014
Bacia Sedimentar de Santos	CARAVELA	Rodada 0	48000.003865/97-04	03/06/2014	03/06/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	LAGOA PARDA SUL	Rodada 0	48000.003753/97-72	03/09/2014	03/09/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO MARIRICU	Rodada 0	48000.003768/97-40	03/09/2014	03/09/2014
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	SALGO	Rodada 0	48000.003841/97-38	02/12/2014	02/12/2014
Bacia Sedimentar do Recôncavo	ITAPARICA	Rodada 0	48000.003659/97-12	05/06/2015	05/06/2015
Bacia Sedimentar do Recôncavo	CAMAÇARI	Rodada 0	48000.003881/97-52	26/06/2015	26/06/2015
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	SALEMA BRANCA	BPOT-100A	48000.003481/97-74	29/07/2015	29/07/2015
Bacia Sedimentar de Campos	NORDESTE DE NAMORADO	Rodada 0	48000.003729/97-98	07/08/2015	07/08/2015
Bacia Sedimentar de Campos	CATUÁ	BC-60	48000.003560/97-49	26/11/2015	26/11/2015
Bacia Sedimentar do Recôncavo	RIO JOANES	Rodada 0	48000.003890/97-43	02/06/2016	02/06/2016
Bacia Sedimentar do Recôncavo	SARDINHA (ÁREA BAS-097)	Rodada 0	48000003875/97-50	12/12/2016	12/12/2016
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	MOSQUITO	Rodada 0	48000.003541/97-02	05/01/2017	05/01/2017
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	ACAUÃ LESTE	BT-POT-4	48610.003901/2000	10/06/2013	10/06/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	TIZIU	BT-POT-8	48610.009225/2002	16/02/2016	16/02/2016
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	IRAÚNA	POT-T-520	48610.008001/2004	14/10/2014	14/10/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	CORRUIRA	ES-T-454	48610.009173/2005-54	22/11/2013	22/11/2013
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO MARIRICU SUL	ES-T-383	48610.009188/2005-12	03/09/2014	03/09/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	MOSQUITO NORTE	ES-T-418	48610.009188/2005-12	04/11/2014	04/11/2014

(1) Todos os campos desta seção foram devolvidos à ANP. Como, até agora, não foi assinado o Termo de Resilição, a Petrobras teria, ainda, compromissos relativos a essas áreas, sobretudo, no que concerne ao abandono de poços e descomissionamento. Assim, eles permanecem nesta lista.

(2) As datas da coluna "Termo Final" indicam qual seria a vigência desses contratos, caso não tivesse ocorrido a devolução antecipada.

(3) As datas da coluna "Data de devolução" indicam a data de devolução para a ANP.

BLOCOS EXPLORATÓRIOS

BLOCOS EM EXPLORAÇÃO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-4	BM-SEAL-4	48610.003894/2000	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Campos	BC-400	BC-400	48000.003566/97-25	AJUIZAMENTO
Bacia Sedimentar do Pará - Maranhão	BM-PAMA-3(PAD 1-PAS-27)	BM-PAMA-3	48610.010709/2001	15/12/2020
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-1(PAD 1-MAS-36)	BM-BAR-1	48610.010730/2001	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Santos	BM-S-24	1-BRSA-559A-RJS	48610.010733/2001	27/02/2021
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-5	BM-CAL-5	48610.010718/2001	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-3(PAD 1-DEV-14A-MAS)	BM-BAR-3	48610.009212/2002	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-9	BM-SEAL-9	48610.009222/2002	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-4	BAR-M-377	48610.009502/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-3	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-5	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-63	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-115	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-165	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-5(1-MAS-36)	BAR-M-175	48610.007966/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-9	CAL-M-188	48610.007969/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-10	CAL-M-3	48610.007970/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-10	CAL-M-58	48610.007970/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-10	CAL-M-60	48610.007970/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-11	CAL-M-248	48610.007971/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-12	CAL-M-372	48610.007972/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pará - Maranhão	BM-PAMA-8	PAMA-M-192	48610.007989/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pará - Maranhão	BM-PAMA-8	PAMA-M-194	48610.007989/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-5	J-M-59	48610.007988/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-5	J-M-61	48610.007988/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1269	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1271	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1351	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1353	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-21	ES-M-414	48610.007977/2004	31/12/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-22A	ES-M-527	48610.007978/2004A	06/02/2022
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-23	ES-M-525	48610.007979/2004	15/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-10	SEAL-M-347	48610.008022/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-10	SEAL-M-424	48610.008022/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-10	SEAL-M-499	48610.008022/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-349	48610.008023/2004	30/12/2021
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-426	48610.008023/2004	30/12/2021
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-497	48610.008023/2004	30/12/2021
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-569	48610.008023/2004	30/12/2021
Bacia Sedimentar de Campos	BM-C-35	C-M-535	48610.009209/2005-16	08/09/2021
Bacia Sedimentar de Santos	BM-S-50	S-M-623	48610.009180/2005-56	31/10/2018
Bacia Sedimentar de Santos	BM-S-51	S-M-619	48610.009181/2005-17	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-1(1-CES-157ARARAÚNA	POT-M-663	48610.009148/2005-71	29/11/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-16(1-CES-157)ARARAÚNA	POT-M-760	48610.009148/2005-71	29/11/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-17(PAD 1-CES-161)TANGO	POT-M-665	48610.009149/2005-15	18/09/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-17(PAD 1-RNS-158) PITÚ	POT-M-853	48610.009149/2005-15	14/08/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-17(PAD 1-RNS-158) PITÚ	POT-M-855	48610.009149/2005-15	14/08/2021
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-32	ES-M-594	48610.009168/2005-41	09/07/2021
Bacia Sedimentar do Parnaíba:	BT-PN-3	PN-T-86	48610.001299/2008-23	30/08/2019
Bacia Sedimentar do Pernambuco - Paraíba	BM-PEPB-1	PEPB-M-783	48610.001410/2008-81	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pernambuco - Paraíba	BM-PEPB-3	PEPB-M-839	48610.001412/2008-71	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-485_R11	ES-T-485	48610.005484/2013-54	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-486_R11(PAD 1-JQT-1-ES)	ES-T-486	48610.005403/2013-16	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-495_R11(PAD 1-JAP-1-ES)	ES-T-495	48610.005458/2013-26	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-495_R11(PAD 1-TBB-1-ES)	ES-T-495	48610.005458/2013-26	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	POT-T-613_R11	POT-T-613	48610.005393/2013-19	05/08/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-61_R11	SEAL-T-61	48610.005406/2013-50	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-M-596_R11	ES-M-596	48610.005468/2013-61	30/08/2020

Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-M-669_R11	ES-M-669	48610.005472/2013-20	30/08/2020
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	POT-M-764-R11	POT-M-764	48610.005476/2013-16	28/08/2020
Bacia Sedimentar do Parnaíba:	PN-T-150_R11	PN-T-150	48610.005414/2013-04	29/08/2019
Bacia Sedimentar do Parnaíba:	PN-T-166_R11	PN-T-166	48610.005417/2013-30	29/08/2019
Bacia Sedimentar do Paraná	PAR-T-198_R12	PAR-T-198	48610.000077/2014-31	15/05/2018
Bacia Sedimentar do Paraná	PAR-T-218_R12	PAR-T-218	48610.000081/2014-08	15/05/2018
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-60_R12	REC-T-60	48610.000065/2014-15	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-61_R12	REC-T-61	48610.000066/2014-51	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-70_R12	REC-T-70	48610.000098/2014-57	PRORROGADO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-80_R12	REC-T-80	48610.000069/2014-95	PRORROGADO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-89_R12	REC-T-89	48610.000071/2014-64	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-194_R12	REC-T-194	48610.000056/2014-16	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-32_R12	REC-T-32	48610.000089/2014-66	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-40_R12	REC-T-40	48610.000093/2014-24	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-50_R12	REC-T-50	48610.000094/2014-79	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-51_R12	REC-T-51	48610.000095/2014-13	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-52_R12	REC-T-52	48610.000096/2014-68	23/02/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-112_ R12	SEAL-T-112	48610.000090/2014-91	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-165 _R12	SEAL-T-165	48610.000164/2014-99	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-177 _R12	SEAL-T-177	48610.000162/2014-08	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-198 _R12	SEAL-T-198	48610.000160/2014-19	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-239_R12	REC-T-239	48610.000074/2014-06	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-240_R12	REC-T-240	48610.000067/2014-04	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-253_R12	REC-T-253	48610.000060/2014-84	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-254_R12	REC-T-254	48610.000061/2014-29	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-268_R12	REC-T-268	48610.000092/2014-80	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-208_R12	REC-T-208	48610.000058/2014-13	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-225_R12	REC-T-225	48610.000075/2014-42	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-142 _R12	SEAL-T-142	48610.000167/2014-22	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-208 _R12	SEAL-T-208	48610.000174/2014-24	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-229 _R12	SEAL-T-229	48610.000172/2014-35	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-359 _R12	SEAL-T-359	48610.000179/2014-57	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-372 _R12	SEAL-T-372	48610.000177/2014-68	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-383 _R12	SEAL-T-383	48610.000175/2014-79	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-384 R_12	SEAL-T-384 R_12	48610.000166/2014-88	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-420 R_12	SEAL-T-420	48610.000176/2014-13	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-345_R12	SEAL-T-345	48610.000173/2014-80	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-346 _R12	SEAL-T-346	48610.000169/2014-11	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-360 _R12	SEAL-T-360	48610.000178/2014-11	19/07/2018
Bacia Sedimentar do Acre	AC-T-8	AC-T-8	48610.000119/2014-34	1º/10/2022
BLOCOS EM EXPLORAÇÃO	ÁREA DE PARTILHA (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
Bacia Sedimentar de Santos	Libra_P1	Libra_P1	48610.011150/2013-10	01/03/2020
Bacia de Campos	Dois Irmãos	Dois Irmãos	48610.006635/2018-04	31/12/2040
Bacia de Santos	Três Marias	Três Marias	48610.006636/2018-41	31/12/2040
Bacia de Santos	Uirapuru	Uirapuru	48610.006637/2018-95	31/12/2040
Bacia de Campos	Sudoeste de Tartaruga Verde	Sudoeste de Tartaruga Verde	48610.011230/2018-80	31/12/2040
Bacia de Campos	Alto de Cabo Frio Central	Alto de Cabo Frio Central_P3	48610.012962/2017-14	31/12/2040
Bacia de Santos	Peroba	Peroba_P3	48610.012960/2017-17	31/12/2040
Bacia da Foz do Amazonas	FZA-M-59_R11	FZA-M-59	48610.005507/2013-21	28/02/2026
Bacia da Foz do Amazonas	FZA-M-57_R11	FZA-M-57	48610.005500/2013-17	17/07/2025
Bacia da Foz do Amazonas	FZA-M-86_R1	FZA-M-86	48610.005510/2013-44	17/07/2025
Bacia da Foz do Amazonas	FZA-M-88_R11	FZA-M-88	48610.005505/2013-31	17/07/2025
Bacia da Foz do Amazonas	FZA-M-125_R11	FZA-M-125	48610.005518/2013-19	17/07/2025
Bacia da Foz do Amazonas	FZA-M-127_R11	FZA-M-127	48610.005504/2013-97	17/07/2025
ARAM_P6	ARAM_P6		48610.220938/2019-19	30/03/2027
POT-M-952	POT-M-952_R15		48610.005771/2018-79	11/09/2025
POT-M-859	POT-M-859_R15		48610.005770/2018-24	11/06/2026
C-M-477_R16	C-M-477_R16		48610.221672/2019-13	14/02/2027

CAMPOS EM EXPLORAÇÃO / PRODUÇÃO / CESSÃO ONEROSA / PARTILHA

CAMPOS - CONCESSÃO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL (1)	FASE DOS CAMPOS (2)
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Agulha	Rodada 0	48000.003779/97-66	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Alto do Rodrigues	Rodada 0	48000.003784/97-04	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Angico	BPOT-6	48000.003484/97-62	26/03/2028	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Arabaiana	Rodada 0	48000.003913/97-47	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Aratum	Rodada 0	48000.003780/97-45	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Asa Branca	BPOT-4	48000.003482/97-37	29/08/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Atum	Rodada 0	48000.003775/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Baixa do Algodão	Rodada 0	48000.003785/97-69	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Baixa do Juazeiro	Rodada 0	48000.003914/97-18	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Barrinha	Rodada 0	48000.003786/97-21	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Benfica	Rodada 0	48610.004003/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Boa Esperança	Rodada 0	48000.003787/97-94	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Boa Vista	Rodada 0	48000.003788/97-57	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Brejinho	Rodada 0	48000.003789/97-10	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Cachoeirinha	Rodada 0	48000.003791/97-61	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Canto do Amaro	POT-T-391	48000.003792/97-24	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Cioba (Área do RNS-035)	Rodada 0	48000.003906/97-81	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Curimã	Rodada 0	48000.003776/97-78	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Espada	Rodada 0	48000.003777/97-31	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Estreito	POT-T-661/ 705	48000.003793/97-97	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Belém	Rodada 0	48000.003795/97-12	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Canaã	Rodada 0	48000.003796/97-85	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Curral	Rodada 0	48000.003797/97-48	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Junco	Rodada 0	48000.003915/97-72	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Malaquias	Rodada 0	48000.003798/97-19	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Pocinho	Rodada 0	48000.003799/97-73	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Guamaré	Rodada 0	48000.003800/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Icapuí	Rodada 0	48000.003801/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Janduí	POT-T-701	48000.003802/97-86	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Juazeiro	Rodada 0	48000.003803/97-49	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Lagoa Aroeira	Rodada 0	48000.003804/97-10	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Leste de Poço Xavier	Rodada 0	48610.004000/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Livramento	Rodada 0	48000.003805/97-74	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Lorena	Rodada 0	48000.003807/97-08	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Macau	Rodada 0	48000.003808/97-62	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Monte Alegre	Rodada 0	48000.003809/97-25	05/08/2025	Campos em Produção

Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Morrinho	Rodada 0	48000.003810/97-12	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Mossoró	Rodada 0	48000.003811/97-77	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Oeste de Ubarana (Área do RNS-071)	Rodada 0	48000.003910/97-59	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pajeú	Rodada 0	48000.003813/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pedra Sentada	Rodada 0	48610.004001/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pescada	Rodada 0	48000.003912/97-84	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Poço Verde	Rodada 0	48000.003814/97-65	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Poço Xavier	Rodada 0	48000.003815/97-28	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Ponta do Mel	Rodada 0	48000.003816/97-91	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Porto Carão	Rodada 0	48000.003817/97-53	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Redonda	Rodada 0	48000.003818/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Redonda Profundo	Rodada 0	48000.003819/97-89	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Riacho da Forquilha	Rodada 0	48000.003821/97-21	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Rio Mossoró	Rodada 0	48000.003824/97-19	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Sabiá	Rodada 0	48000.003916/97-35	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Salina Cristal	Rodada 0	48000.003825/97-81	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serra	Rodada 0	48000.003781/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serra do Mel	Rodada 0	48000.003828/97-70	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serra Vermelha	Rodada 0	48000.003829/97-32	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serraria	Rodada 0	48000.003830/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Siri	BPOT-10	48000.003479/97-22	06/02/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Três Marias	Rodada 0	48000.003832/97-47	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Upanema	Rodada 0	48000.003833/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Varginha	Rodada 0	48610.004002/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Xaréu	Rodada 0	48000.003778/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Atalaia Sul	Rodada 0	48000.003845/97-99	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Aruari	Rodada 0	48000.003844/97-26	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Angelim	Rodada 0	48000.003843/97-63	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Aguilhada	Rodada 0	48000.003842/97-09	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Tatuí (Área SES-019)	Rodada 0	48000.003834/97-72	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Brejo Grande	Rodada 0	48000.003846/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Caioba	Rodada 0	48000.003836/97-06	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Camorim	Rodada 0	48000.003837/97-61	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Carmópolis	Rodada 0	48000.003847/97-14	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Castanhal	Rodada 0	48000.003848/97-87	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Cidade S. Miguel dos Campos	Rodada 0	48000.003850/97-29	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Dourado	Rodada 0	48000.003838/97-23	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Furado	Rodada 0	48000.003854/97-80	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Guaricema	Rodada 0	48000.003839/97-96	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Ilha Pequena	Rodada 0	48000.003855/97-42	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Mato Grosso	SEAL -T-390	48000.003857/97-78	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Paru	Rodada 0	48000.003840/97-75	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Pilar	Rodada 0	48000.003859/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Piranema	SEAL-100	48000.003495/97-89	30/08/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Riachuelo	Rodada 0	48000.003860/97-82	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	São Miguel dos Campos	BT-SEAL-2	48000.03861/97-45	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Siririzinho	Rodada 0	48000.003862/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	Camarão Norte	BCAM-40	48000.003518/97-82	15/07/2036	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	Manati	BCAM-40	48000.003518/97-82	26/11/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Solimões	Araracanga	BSOL-5	48000.003455/97-64	21/07/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Solimões	Carapanaúba	Rodada 0	48000.003868/97-94	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Solimões	Cupiúba	Rodada 0	48000.003869/97-57	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Solimões	Juruá	Rodada 0	48000.003870/97-36	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Solimões	Leste de Urucu	Rodada 0	48000.003627/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Solimões	Rio Urucu	Rodada 0	48000.003628/97-81	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Solimões	Sudoeste de Urucu	Rodada 0	48000.003873/97-24	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Amazonas	Japim	BA-3	48000.003460/97-02	21/05/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Amazonas	Azulão	BA-3	48000.003460/97-02	21/05/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Água Grande	Rodada 0	48000.003629/97-43	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Apraiús	Rodada 0	48000.003630/97-22	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Aratu	Rodada 0	48000.003632/97-58	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Biriba	Rodada 0	48000.003672/97-72	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Bonsucesso	Rodada 0	48000.003658/97-41	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Brejinho	Rodada 0	48000.003636/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Buracica	Rodada 0	48000.003635/97-46	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Canabrava	Rodada 0	48000.003637/97-71	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Candeias	Rodada 0	48000.003638/97-34	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cantagalo	Rodada 0	48000.003639/97-05	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cassarongongo	Rodada 0	48000.003640/97-86	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cexis	Rodada 0	48000.003641/97-49	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cidade entre Rios	Rodada 0	48000.003642/97-10	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Conceição	Rodada 0	48000.003702/97-31	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Dom João	Rodada 0	48000.003644/97-37	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Dom João Mar	Rodada 0	48000.003645/97-08	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Alto das Pedras	Rodada 0	48610.004004/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Alvorada	Rodada 0	48000.003646/97-62	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Azevedo	Rodada 0	48000.003647/97-25	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Bálsamo	Rodada 0	48000.003648/97-98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Belém	Rodada 0	48000.003649/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Boa Esperança	Rodada 0	48000.003650/97-30	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Imbé	Rodada 0	48000.003651/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Matinha	Rodada 0	48000.003891/97-14	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Onça	Rodada 0	48000.003652/97-65	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Panelas	Rodada 0	48000.003653/97-28	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Santa Rosa	Rodada 0	48000.003883/97-88	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Gomo	Rodada 0	48000.003656/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Ilha Bimbarra	Rodada 0	48000.003657/97-89	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Jacuípe	Rodada 0	48000.003660/97-93	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Lagoa Branca	Rodada 0	48000.003893/97-31	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Lamarão	Rodada 0	48000.003664/97-44	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Leodório	Rodada 0	48000.003665/97-15	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Malombé	Rodada 0	48000.003666/97-70	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Mandacaru	Rodada 0	48000.003667/97-32	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Mapele	Rodada 0	48000.003633/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Massapê	Rodada 0	48000.003668/97-03	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Massuí	Rodada 0	48000.003669/97-68	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Mata de São João	Rodada 0	48000.003670/97-47	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Miranga	Rodada 0	48000.003673/97-35	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Miranga Norte	Rodada 0	48000.003676/97-23	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Norte Fazenda Caruaçu	Rodada 0	48000.003677/97-96	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Pedrinhas	Rodada 0	48000.003678/97-59	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Pojuca	Rodada 0	48000.003679/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Quererá	Rodada 0	48000.003894/97-02	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Remanso	Rodada 0	48000.003671/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Riacho da Barra	Rodada 0	48000.003682/97-26	05/08/2025	Campos em Produção

Bacia Sedimentar do Recôncavo	Riacho Ouricuri	Rodada 0	48000.003683/97-99	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Riacho São Pedro	Rodada 0	48000.003684/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio do Bu	Rodada 0	48000.003686/97-87	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio dos Ovos	Rodada 0	48000.003687/97-40	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Itariri	Rodada 0	48000.003688/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Pipiri	Rodada 0	48000.003674/97-06	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Pojuca	Rodada 0	48000.003689/97-75	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Sauípe	Rodada 0	48000.003690/97-54	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio da Serra	Rodada 0	48000.003685/97-14	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Subaúma	Rodada 0	48000.003691/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	São Domingos	Rodada 0	48000.003693/97-42	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	São Pedro	Rodada 0	48000.003694/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Sesmaria	Rodada 0	48000.003696/97-31	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Socorro	REC-T-265	48000.003697/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Socorro Extensão	Rodada 0	48000.003698/97-66	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Sussuarana	Rodada 0	48000.003699/97-29	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Taquipe	Rodada 0	48000.003700/97-14	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Baleia Anã	BC-60	48000.003560/97-49	20/12/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Baleia Azul	BC-60	48000.003560/97-49	30/12/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Baleia Franca	BC-60	48000.003560/97-49	15/01/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Barra do Ipiranga	Rodada 0	48000.003756/97-61	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Cachalote	BC-60	48000.003560/97-49	27/12/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Cacimbas	Rodada 0	48000.003736/97-53	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Camarupim	BES-100	48000.003535/97-00	22/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Campo Grande	Rodada 0	48000.003737/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Canapu	BES-100	48000.003535/97-00	29/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Cangoá	Rodada 0	48000.003902/97-21	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego Cedro Norte	ES-T-373	48000.003738/97-89	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego das Pedras	Rodada 0	48000.003739/97-41	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego Dourado	Rodada 0	48000.003740/97-21	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Alegre	Rodada 0	48000.003742/97-56	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Cedro	Rodada 0	48000.003743/97-19	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Cedro Norte	Rodada 0	48000.003745/97-44	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Queimadas	Rodada 0	48000.003744/97-81	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Santa Luzia	Rodada 0	48000.003746/97-15	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda São Jorge	Rodada 0	48000.003747/97-70	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda São Rafael	Rodada 0	48000.003750/97-84	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Golfinho	BES-100	48000.003535/97-00	15/01/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Guriri	ES-T-383	48000.003751/97-47	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Jubarte	BC-60	48000.003560/97-49	12/12/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Bonita	Rodada 0	48000.003748/97-32	06/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Parda	Rodada 0	48000.003752/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Parda Norte	Rodada 0	48000.003754/97-35	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Piabanha	Rodada 0	48000.003755/97-06	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Suruaca	Rodada 0	48000.003757/97-23	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Mariricu	Rodada 0	48000.003758/97-96	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Mariricu Norte	Rodada 0	48000.003760/97-38	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Mariricu Oeste	Rodada 0	48000.003759/97-59	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Nativo Oeste	Rodada 0	48000.003761/97-09	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Peroá	Rodada 0	48000.003903/97-93	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Barra Seca	Rodada 0	48000.003765/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Itaúnas	Rodada 0	48000.003766/97-14	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Itaúnas Leste	Rodada 0	48000.003767/97-87	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Preto	Rodada 0	48000.003769/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Preto Oeste	Rodada 0	48000.003770/97-91	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Preto Sul	Rodada 0	48000.003771/97-54	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio São Mateus	Rodada 0	48000.003772/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	São Mateus	Rodada 0	48000.003773/97-80	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Albacora	Rodada 0	48000.003703/97-02	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Albacora Leste	Rodada 0	48000.003895/97-67	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Anequim	Rodada 0	48000.003730/97-77	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Badejo	Rodada 0	48000.003705/97-20	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Bagre	Rodada 0	48000.003726/97-08	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Barracuda	Rodada 0	48000.003897/97-92	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Bicudo	Rodada 0	48000.003717/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Bonito	Rodada 0	48000.003718/97-71	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Carapeba	Rodada 0	48000.003711/97-22	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Caratinga	Rodada 0	48000.003898/97-55	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Caxaréu	BC-60	48000.003560/97-49	29/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Cherne	Rodada 0	48000.003727/97-62	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Congro	Rodada 0	48000.003714/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Corvina	Rodada 0	48000.003715/97-83	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Enchova	Rodada 0	48000.003719/97-34	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Enchova Oeste	Rodada 0	48000.003720/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Espadarte	Rodada 0	48000.003899/97-18	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Campos	Garoupa	Rodada 0	48000.003721/97-86	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Garoupinha	Rodada 0	48000.003722/97-49	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Linguado	Rodada 0	48000.003706/97-92	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Malhado	Rodada 0	48000.003716/97-46	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Mangangá	BC-60	48000.003560/97-49	29/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Marimbá	Rodada 0	48000.003732/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Marlim Leste	BC-50	48000.003900/97-03	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Campos	Marlim Sul	Rodada 0	48000.003724/97-74	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Maromba	BC-20	48000.003556/97-71	26/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Namorado	Rodada 0	48000.003728/97-25	05/08/2025	Campos em Produção

Bacia Sedimentar de Campos	Pampo	Rodada 0	48000.003707/97-55	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Papa-Terra	BC-20	48000.003556/97-71	27/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Parati	Rodada 0	48000.003731/97-30	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Pargo	Rodada 0	48000.003712/97-95	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Pirambú	BC-60	48000.003560/97-49	29/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Piraúna	Rodada 0	48000.003733/97-65	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Roncador	Rodada 0	48000.003901/97-68	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Campos	Trilha	Rodada 0	48000.003708/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Vermelho	Rodada 0	48000.003713/97-58	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Viola	BC-50	48000.003734/97-28	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Santos	Lagosta	BS-1	48000.003570/97-01	29/09/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Merluza	Rodada 0	48000.003866/97-69	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Santos	Mexilhão	BS-400	48000.003576/97-89	15/01/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Tambaú	BS-500	48000.003577/97-41	29/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Tambuatá	BS-500	48000.003577/97-41	22/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Uruguá	BS-500	48000.003577/97-41	29/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Ubarana	Rodada 0	48000.003782/97-71	31/12/2034	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Araçás	Rodada 0	48000.003631/97-95	31/12/2040	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Marlim	Rodada 0	48000.003723/97-10	31/12/2040	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Voador	Rodada 0	48000.003704/97-67	31/12/2040	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Acauã	BT-POT-4	48610.003901/2000	15/07/2032	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Barrinha Leste	BT-POT-4	48610.003901/2000	21/05/2037	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Barrinha Sudoeste	BT-POT-4	48610.003901/2000	21/05/2037	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pintassilgo	BT-POT-4	48610.003901/2000	30/05/2033	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Anambé	BT-SEAL-2	48610.003892/2000	04/04/2032	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Japuaçu	BT-SEAL-2	48610.003892/2000	16/08/2034	
Bacia Sedimentar de Santos	Berbigão	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Lapa	BM-S-9	48610.003884/2000	19/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Lula	BM-S-11	48610.003886/2000	29/12/2037	
Bacia Sedimentar de Santos	Cernambi	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2037	
Bacia Sedimentar de Santos	Oeste de Atapu	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sururu	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sapinhoá	BM-S-9	48610.003884/2000	29/12/2038	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Inhambu	BT-ES-12	48610.010735/2001	24/11/2032	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Saíra	BT-ES-12	48610.010735/2001	21/12/2033	
Bacia Sedimentar de Santos	Sépia Leste	BM-S24	48610.010733/2001	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Camarupim Norte	BM-ES-5	48610.010724/2001	02/09/2035	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Sibite	BT-POT-8	48610.009225/2002	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Jaçanã	BT-POT-8	48610.009225/2002	05/12/2033	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pardal	BT-POT-10	48610.009227/2002A	27/08/2034	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Patativa	BT-POT-9	48610.009226/2002	29/03/2038	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cambacica	BT-REC-7	48610.009228/2002	24/12/2036	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Jandaia	REC-T-41	48610.009488/2003	01/02/2032	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Tangará	REC-T-41	48610.009488/2003	07/05/2033	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Cancã	ES-T-486	48610.009491/2003	24/08/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Jacutinga	ES-T-382	48610.009492/2003	03/01/2035	
Bacia Sedimentar de Santos	Baúna	S-M-1288	48610.009494/2003	17/02/2039	
Bacia Sedimentar de Santos	Piracaba	S-M-1289	48610.009494/2003	17/02/2039	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Sanhaçu	POT-T-479	48610.007998/2004	26/11/2036	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Trinca Ferro	POT-T-700	48610.008001/2004	14/01/2037	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Piranema Sul	SEAL-M-495	48610.008022/2004	14/09/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Guanambi	REC-T-221	48610.008017/2004	14/03/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Biguá	ES-T-364	48610.007984/2004	22/08/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Jacupemba	ES-T-496	48610.007986/2004	22/11/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio São Mateus Oeste	ES-T-373	48610.007984/2004	16/04/2037	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Seriema	ES-T-373	48610.007984/2004	21/12/2033	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Tabuiaiá	ES-T-505	48610.007986/2004	21/12/2033	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Guamaré Sudeste	POT-T-445	48610.009155/2005-12	24/05/2037	
Bacia Sedimentar de Solimões	Arara Azul	SOL-T-171	48610.009146/2005-81	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego Cedro Norte Sul	ES-T-372	48610.009188/2005-12	17/05/2037	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	São Mateus Leste	EST-T-383	48610.009188/2005-12	16/04/2037	
Bacia Sedimentar de Campos	Tartaruga Verde	C-M-401	48610.009156/2005-17	28/12/2039	
Bacia Sedimentar de Campos	Tartaruga Mestiça	C-M-401	48610.009156/2005-17	28/12/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Tapiranga	REC-T-195	48610.001430/2008-52	06/05/2037	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Tapiranga Norte	REC-T-181	48610.001429/2008-28	10/03/2038	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Maçarico	POT-T-609	48610.001502/2009-42	30/08/2040	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Paturi	POT-T-610	48610.001503/2009-97	30/08/2040	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Arapaçu	SEAL-T-240	48610.001547/2009-17	27/04/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Pariri	REC-T-235	48610.001557/2009-52	19/12/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Jandaia Sul	REC-T-51	48610.000095/2014-13	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Guriatã	REC-T-80	48610.000069/2014-95	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Guriatã Sul	REC-T-80	48610.000071/2014-64	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Canário da Terra	REC-T-80	48610.000069/2014-95	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Canário da Terra Sul	REC-T-80	48610.000071/2014-64	31/12/2040	
CAMPOS - CESSÃO ONEROSA	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL	
Bacia Sedimentar de Santos	Itapu	FLORIM	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Búzios	FRANCO	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Sapinhoá	GUARA_SUL	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Norte de Sururu	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Berbigão	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Sururu	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Norte de Berbigão	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Atapu	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sépia	TUPI_NE	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Lula	TUPI_SUL	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
CAMPOS - PARTILHA	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL	
Bacia Sedimentar de Santos	Mero	LIBRA	48610.011150/2013-10	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	BÚZIOS_ECO	BÚZIOS_ECO	48610.220924/2019-97	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	ITAPU_ECO	ITAPU_ECO	48610.220925/2019-31	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	ATAPU_ECO	ATAPU_ECO	48610.226558/2021-02	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sépia_ECO	Sépia_ECO	48610.226559/2021-49	31/12/2040	

(1) A data limite, concernente à habilitação, é até 31-12-2040, de acordo com os arts. 4º, § 1º, e 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017.
(2) Quanto à concessão do campo já em produção, observe que esta fase abarcará, também, as atividades de desenvolvimento.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para operação destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, exercendo a atribuição contida no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 19614.740245/2021-16, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o nº UP-07108/00402, para o período de 3 (três) anos, ao estabelecimento EDITORA GALERA RECORD LTDA. CNPJ: 44.276.105/0001-43, localizado na Rua Argentina 120, Bairro Vasco da Gama, Município de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, CEP 20921-380, para a atividade específica de USUÁRIO relativo à operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), de acordo com o disposto nos artigos 15 e 16 mencionada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO BICAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF08 Nº 60, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Alfandega o Recinto que menciona

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo art. 31 da Portaria RFB nº 143/2022, nos termos e condições estabelecidas pela retro referida norma c/c Instrução Normativa SRF nº 106, de 24 de novembro de 2000, e à vista do que consta no processo nº 11128.007566/2006-46, declara:

Art. 1º. Ficam ALFANDEGADOS, a título permanente, até 10/06/2043, os 77 (setenta e sete) Tanques identificados sob os nºs 01-1201, 01-801, 01-802, 01-803, 01-804, 01-805, 01-601, 02-1202, 02-1501, 02-1502, 02-1503, 02-1504, 02-1505, 02-1506, 02-1507, 02-1508, 03-602, 03-603, 03-604, 03-605, 03-606, 03-607, 03-608, 03-609, 03-610, 03-611, 03-612, 03-613, 03-614, 03-615, 04-1203, 04-1204, 04-1205, 04-1206, 04-1207, 04-1208, 04-1209, 04-1210, 04-1211, 04-1212, 04-1213, 05-616, 05-617, 05-806, 05-807, 05-808, 05-809, 05-810, 05-811, 05-812, 05-813, 05-814, 05-815, 05-816, 05-817, 06-1509, 06-1510, 06-2101, 06-2102, 06-2103, 06-3201, 06-3202, 06-3203, 06-3204, 07-1214, 07-1511, 07-1512, 07-2104, 07-2105, 07-2106, 07-3205, 07-3206, 08-2107, 08-3207, 08.3208, 08-4001 e 08-4002 com capacidade nominal total de 109.115,505 m³, implantados na Instalação Portuária Marítima de Uso Público situada na Margem Esquerda do Porto Organizado de Santos - Ilha Barnabé, s/n° - Proaps 24 - município de Santos/SP, com área total de 27.495,80 m², conforme o contrato RES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, e seus Instrumentos de Retificação, Ratificação e Aditamento administrada por ADONAI QUÍMICA S/A, inscrita no CNPJ sob o n° 02.703.755/0003-40, os quais se destinam à armazenagem de granéis líquidos em operações de importação e exportação.

Art. 2º. O recinto ora alfandegado está sob a jurisdição da ALF/Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao seu controle fiscal.

Art. 3º. Permanece atribuído ao mesmo o código Siscomex nº 8.93.13.49-6.

Art. 4º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo a RFB revê-lo a qualquer momento para sua eventual adequação às normas.

Art. 5º. Permanece válido e eficaz o credenciamento para operar como Entreposto Aduaneiro na Importação, na atividade de armazenagem, em conformidade com o Ato Declaratório Executivo SRRF08 n° 144, de 22 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. de 12/01/2010.

Art. 6º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 40 de 20 de agosto de 2020, publicado no D.O.U. de 25 de agosto de 2020, sem interrupção de sua força normativa.

Art. 7º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/GRU Nº 21, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Renova a habilitação ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa de empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.721491/2022-29, declara:

Art. 1º. Fica renovada a habilitação da empresa MITLOG AGENCIAMENTO DE CARGAS E REMESSAS EXPRESSAS LTDA, com sede no município de Campinas/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.918.233/0001-80, habilitada na modalidade comum, a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º. À empresa ora habilitada, permanece atribuído o código de identificação "MIT" e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º. Esta habilitação é válida até 31/03/2025, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO DE MARCO RODRIGUES DE SOUSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF08/RFB Nº 216 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Habilita ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no DOU de 15/09/2020, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 07/10/2020, publicada no DOU de 13/10/2020 e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, no Decreto nº 9.537, de 24 de outubro de 2018, na Instrução Normativa RFB nº 1.901, de 17 de julho de 2019, e no processo administrativo nº 13032.184345/2022-03, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização) a pessoa jurídica: QUALIFERR QUALIDADE EM FERRAMENTAS LTDA, CNPJ: 07.000.430/0001-52.

Art. 2º O prazo de vigência do regime será de 1 (um) ano, prorrogável automaticamente pelo mesmo período, contado da data do respectivo desembaraço aduaneiro ou da emissão da NF-e, na hipótese de aquisição no mercado interno.

Art. 3º Os termos e condições estabelecidos para a concessão da habilitação devem ser mantidos durante todo o período em que a pessoa jurídica fizer uso do regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF08/RFB Nº 217, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Habilita ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no DOU de 15/09/2020, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 07/10/2020, publicada no DOU de 13/10/2020 e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, no Decreto nº 9.537, de 24 de outubro de 2018, na Instrução Normativa RFB nº 1.901, de 17 de julho de 2019, e no processo administrativo nº 13032.267460/2022-12, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização) a pessoa jurídica: VILLARES METALS S/A, CNPJ: 42.566.752/0001-64.

Art. 2º O prazo de vigência do regime será de 1 (um) ano, prorrogável automaticamente pelo mesmo período, contado da data do respectivo desembaraço aduaneiro ou da emissão da NF-e, na hipótese de aquisição no mercado interno.

Art. 3º Os termos e condições estabelecidos para a concessão da habilitação devem ser mantidos durante todo o período em que a pessoa jurídica fizer uso do regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 328, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Restabelece e renova o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.480480/2022-79, declara:

Art. 1º Restabelecido e renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08113/00298, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 23.284.876/0001-02

Razão Social: META IMPRESSÃO E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA

Endereço: Avenida Lee Wun Hsiang, 874 - Galpão A - Parque Industrial San Jose CEP: 06715-860 - Cotia - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 329, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.480550/2022-99, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08113/00311, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 23.284.876/0001-02

Razão Social: META IMPRESSÃO E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA

Endereço: Avenida Lee Wun Hsiang, 874 - Galpão A - Parque Industrial San Jose CEP: 06715-860 - Cotia - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 330, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Restabelece e renova o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.480633/2022-88, declara:

Art. 1º Restabelecido e renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08113/00301, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 23.284.876/0001-02

Razão Social: META IMPRESSÃO E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA

Endereço: Avenida Lee Wun Hsiang, 874 - Galpão A - Parque Industrial San Jose CEP: 06715-860 - Cotia - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF09 Nº 51, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o estabelecimento que menciona a instalar depósito em área não contígua de loja franca em fronteira terrestre.

O SUPERINTENDENTE-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência outorgada pelo § 3º do artigo 11 da Instrução Normativa RFB n° 2.075, de 23 de março de 2022, nos termos da Portaria RFB nº 1.153, de 9 de julho de 2020, do artigo 1º da Portaria SRRF09 nº 799, de 19 de outubro de 2020, e à vista do que consta no processo administrativo nº 17833.732143/2020-36, DECLARA:

Art. 1º Fica autorizado o estabelecimento da empresa CELLSHOP DUTY FREE LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 37.608.636/0001-20, habilitado a operar o regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre, a instalar depósito em área não contígua no município de Foz do Iguaçu/PR, no estabelecimento inscrito no CNPJ sob o nº 37.608.636/0005-54, localizado na Rua José Maria de Brito, nº 587, Vila Portes.

Art. 2º A autorização concedida por este ato subsistirá enquanto os estabelecimentos cumprirem os requisitos e condições para a concessão e para a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.

Art. 3º O estabelecimento ora habilitado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu, que poderá baixar as rotinas operacionais que se fizerem necessárias aos controles fiscal e aduaneiro.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO BLONSKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CTA Nº 192, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara inscrito no Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) de estabelecimento que realiza operações com papel imune nas atividades de usuário e gráfica.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, lotado na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da competência estabelecida no artigo 5º, e observado o disposto no artigo 10, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto acerca do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) a que estão obrigados os fabricantes, os usuários, importadores, os distribuidores e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e considerando ainda o constante do Processo Administrativo nº 10980.722986/2011-09, declara:

Art. 1°. INSCRITO no Registro Especial de Controle de Papel Imune para realizar operações com papel imune, na qualidade de USUÁRIO, inscrição UP-09101/00126, nos termos do artigo 8º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.817/2018, o estabelecimento da pessoa jurídica SPEEDGRAF GRAFICA E EDITORA EIRELI, CNPJ nº 13.330.124/0001-87, com endereço à Rua Bom Jesus do Iguapé, nº 5171, Boqueirão, Curitiba - PR, CEP 81.730-020.

Art. 2°. INSCRITO no Registro Especial de Controle de Papel Imune para realizar operações com papel imune, na qualidade de GRÁFICA, inscrição GP-09101/00264, nos termos do artigo 8º, inciso V, da Instrução Normativa RFB nº 1.817/2018, o estabelecimento da pessoa jurídica SPEEDGRAF GRAFICA E EDITORA EIRELI, CNPJ nº 13.330.124/0001-87, com endereço à Rua Bom Jesus do Iguapé, nº 5171, Boqueirão, Curitiba - PR, CEP 81.730-020.

Art. 3°. O estabelecimento inscrito deverá cumprir as obrigações previstas na citada instrução normativa, sob pena de cancelamento do registro, bem como observar os demais atos legais que regem a matéria.

Art. 4°. Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da publicação e a inscrição do registro especial terá prazo de validade de 3 (três) anos.

CELSO JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/LON Nº 66, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Cancela o Registro Especial de Controle de Papel Imune da pessoa jurídica que menciona

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e o que consta do processo nº 13921.000345/2001-11, DECLARA:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para a atividade de Gráfica nº GP-09103/00038, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 0050/2010, de 25/06/2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 29/09/2010, da pessoa jurídica GRAFISUL LTDA., CNPJ nº 02.488.565/0001-95, por nenhum CNAE do estabelecimento estar contido na relação dos que podem operar como gráfica de papel imune.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SILVIO NUNES PEREIRA

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 10.693, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera parcialmente Grupos de Natureza de Despesa - GNDs no âmbito do mesmo subtítulo, e Fontes de Recursos, constantes da Lei Orçamentária vigente, nos Ministérios da Educação e da Defesa, na Controladoria-Geral da União e na Advocacia-Geral da União, no valor de R$ 70.995.440,00.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 34, inciso I, da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, no que se refere à troca de GNDs, e tendo em vista a autorização constante do art. 42, §§ 1º, inciso I, alínea "a", e 7º, inciso II, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, e fontes de recursos, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, nos Ministérios da Educação e da Defesa, na Controladoria-Geral da União e na Advocacia-Geral da União, no valor de R$ 70.995.440,00 (setenta milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

ANEXOS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6016	**Educação Especial**								**1.000.000**
	Atividades								
6016 21CO	**Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial**	**12 367**							**1.000.000**
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	12 367							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**77.418**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**77.418**

5012 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	77.418 77.418
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**12.844**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**12.844**
5013 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas	12 364	F	4-INV	2	90	8	150	12.844 12.844
TOTAL - FISCAL									**90.262**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**90.262**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**9.760.609**
	Atividades								
5013 8282	**Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**9.760.609**
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							9.760.609
			F	3-ODC	2	90	8	100	4.834.902
			F	3-ODC	2	90	8	150	1.339.189
			F	3-ODC	2	90	8	180	3.586.518
TOTAL - FISCAL									**9.760.609**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.760.609**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	**Educação Básica de Qualidade**								**22.482**
	Atividades								
5011 20RI	**Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**	**12 368**							**22.482**
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais	12 368	F	4-INV	2	90	8	100	22.482 22.482
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**600.000**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**500.000**
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							500.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	500.000
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**100.000**
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							100.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**622.482**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**622.482**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**1.092.697**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**1.092.697**
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	12 363	F	3-ODC	2	90	8	100	1.092.697 1.092.697
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**10.676.853**
	Atividades								
5013 8282	**Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**10.676.853**
5013 8282 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	12 364							10.676.853
			F	3-ODC	2	90	8	100	10.144.856
			F	3-ODC	2	90	8	150	531.997
TOTAL - FISCAL									**11.769.550**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.769.550**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**4.327**
	Atividades								
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**4.327**
5013 4002 0026	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	12 364							4.327
			F	3-ODC	2	90	0	100	4.327
TOTAL - FISCAL									**4.327**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.327**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**438.532**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**438.532**
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	12 364							438.532
			F	3-ODC	2	90	8	150	438.532
TOTAL - FISCAL									**438.532**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**438.532**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**3.409.539**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**3.409.539**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							3.409.539
			F	3-ODC	2	90	8	100	2.296.984
			F	4-INV	2	90	8	150	1.000.000
			F	4-INV	2	90	8	363	112.555
TOTAL - FISCAL									**3.409.539**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.409.539**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**2.882.282**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**1.760.716**
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							1.760.716
			F	3-ODC	2	90	8	100	787.255
			F	3-ODC	2	90	8	150	973.461
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**700.000**
5013 4002 0033	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							700.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	700.000
	Projetos								
5013 7XE1	**Reconstrução e Modernização do Museu Nacional**	**12 364**							**421.566**
5013 7XE1 0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							421.566
			F	3-ODC	2	90	8	100	421.566
TOTAL - FISCAL									**2.882.282**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.882.282**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**500.000**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**500.000**
5013 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	12 364							500.000
			F	4-INV	2	90	8	150	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**470.008**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**470.008**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							470.008
			F	3-ODC	2	90	8	150	470.008
TOTAL - FISCAL									**470.008**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**470.008**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**190.000**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**190.000**
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							190.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	190.000
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**190.992**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**125.912**
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							125.912
			F	3-ODC	2	90	8	100	125.912
5013 8282	**Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**65.080**
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							65.080
			F	3-ODC	2	90	8	100	65.080
TOTAL - FISCAL									**380.992**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**380.992**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**2.297**
	Atividades								
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**2.297**
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							2.297
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.297
TOTAL - FISCAL									**2.297**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.297**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**9.874**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**9.874**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							9.874
			F	3-ODC	2	90	8	150	9.874
TOTAL - FISCAL									**9.874**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.874**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**326.252**
	Atividades								
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**326.252**
5013 4002 0011	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	12 364							326.252
			F	3-ODC	2	90	0	100	326.252
TOTAL - FISCAL									**326.252**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**326.252**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**594.520**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**594.520**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							594.520
			F	3-ODC	2	90	8	150	594.520
TOTAL - FISCAL									**594.520**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**594.520**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	**Educação Básica de Qualidade**								**136.737**
	Atividades								
5011 20RI	**Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**	**12 368**							**136.737**
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais	12 368							136.737
			F	3-ODC	2	90	8	100	136.737
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**220.818**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**220.818**
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							220.818
			F	3-ODC	2	90	8	100	220.818
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**610.585**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**610.585**
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							610.585
			F	3-ODC	2	90	8	100	390.586
			F	3-ODC	2	90	8	150	219.999
TOTAL - FISCAL									**968.140**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**968.140**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**258.135**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**258.135**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							258.135
			F	3-ODC	2	90	8	350	111.583
			F	3-ODC	2	90	8	381	146.552
TOTAL - FISCAL									**258.135**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**258.135**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**1.207.000**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**1.207.000**
5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí	12 364							1.207.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.207.000
TOTAL - FISCAL									**1.207.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.207.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**247.900**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**247.900**
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	12 364							247.900
			F	3-ODC	2	90	8	100	247.900
TOTAL - FISCAL									**247.900**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**247.900**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**1.000.000**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**1.000.000**
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							1.000.000
			F	4-INV	2	90	8	150	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**24.816**
	Atividades								
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**24.816**
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							24.816
			F	3-ODC	2	90	0	100	24.816
TOTAL - FISCAL									**24.816**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.816**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**109.843**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**109.843**
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							109.843
			F	3-ODC	2	90	8	350	107.504
			F	4-INV	2	90	8	363	2.339
TOTAL - FISCAL									**109.843**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**109.843**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**144.125**
	Atividades								
5012 2994	**Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**	**12 363**							**144.125**
5012 2994 0051	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	12 363							144.125
			F	3-ODC	2	90	0	100	144.125
TOTAL - FISCAL									**144.125**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**144.125**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**400.000**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**400.000**
5012 20RL 0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	12 363							400.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	400.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**317.905**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**317.905**
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	12 363							317.905
			F	4-INV	2	90	8	100	317.905
TOTAL - FISCAL									**317.905**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**317.905**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**502.100**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**502.100**

5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	502.100 502.100
TOTAL - FISCAL									**502.100**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**502.100**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**1.264.000**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**1.264.000**
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	1.264.000 1.264.000
TOTAL - FISCAL									**1.264.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.264.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**1.100.000**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**1.100.000**
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	12 363	F	3-ODC	2	90	8	100	1.100.000 1.100.000
TOTAL - FISCAL									**1.100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**117.796**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**117.796**
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	117.796 117.796
TOTAL - FISCAL									**117.796**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**117.796**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**1.089.066**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**1.089.066**
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	1.089.066 1.089.066
TOTAL - FISCAL									**1.089.066**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.089.066**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**21.200.000**
	Atividades								
5013 20GK	**Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**	**12 364**							**3.400.000**
5013 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional	12 364	S	4-INV	2	90	8	100	3.400.000 3.400.000

5013 4086	**Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais**	**12 302**							**17.800.000**
5013 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional	12 302							17.800.000
			S	3-ODC	2	90	8	100	17.800.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**21.200.000**
TOTAL - GERAL									**21.200.000**

ÓRGÃO: 37000 - Controladoria-Geral da União

UNIDADE: 37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
4004	**Transparência, Integridade e Combate à Corrupção**								**191.671**
	Atividades								
4004 2D58	**Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição**	**04 124**							**191.671**
4004 2D58 0001	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional	04 124							191.671
			F	4-INV	2	90	0	100	191.671
TOTAL - FISCAL									**191.671**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**191.671**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**								**687.140**
	Atividades								
0032 2000	**Administração da Unidade**	**05 122**							**687.140**
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							687.140
			F	3-ODC	2	90	0	100	291.475
			F	3-ODC	2	90	0	188	395.665
6011	**Cooperação com o Desenvolvimento Nacional**								**1.217.253**
	Atividades								
6011 20X4	**Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM**	**05 542**							**1.217.253**
6011 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional	05 542							1.217.253
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.217.253
6012	**Defesa Nacional**								**23.153**
	Atividades								
6012 2866	**Ações de Caráter Sigiloso**	**05 183**							**23.153**
6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	05 183							23.153
			F	3-ODC	2	90	0	100	23.153
TOTAL - FISCAL									**1.927.546**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.927.546**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**								**1.718.968**
	Atividades								
0032 2000	**Administração da Unidade**	**05 122**							**1.718.968**
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							1.718.968
			F	4-INV	2	90	0	100	1.718.968
6012	**Defesa Nacional**								**1.120.000**
	Atividades								
6012 219D	**Adequação de Organizações Militares**	**05 151**							**1.120.000**
6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional	05 151							1.120.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.120.000
TOTAL - FISCAL									**2.838.968**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.838.968**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52901 - Fundo do Ministério da Defesa

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**								**120.000**
	Atividades								
0032 2000	**Administração da Unidade**	**05 122**							**120.000**
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							120.000
			F	3-ODC	2	90	0	150	120.000
TOTAL - FISCAL									**120.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**120.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52903 - Fundo do Serviço Militar

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	**Defesa Nacional**								**206**
	Atividades								
6012 2872	**Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório**	**05 122**							**206**
6012 2872 0001	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório - Nacional	05 122							206
			F	3-ODC	2	90	0	174	206
TOTAL - FISCAL									**206**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**206**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**								**18.967**
	Atividades								
0032 2000	**Administração da Unidade**	**05 122**							**18.967**
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							18.967
			F	3-ODC	2	90	0	180	18.967
6012	**Defesa Nacional**								**1.185.730**
	Atividades								
6012 20SA	**Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica**	**05 151**							**1.185.730**
6012 20SA 0001	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional	05 151							1.185.730
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.185.730
TOTAL - FISCAL									**1.204.697**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.204.697**

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
4005	**Proteção Jurídica da União**								**2.500.000**
	Atividades								
4005 2674	**Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais**	**03 092**							**2.500.000**
4005 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	03 092							2.500.000
			F	4-INV	2	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									**2.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6016	**Educação Especial**								**1.000.000**
	Atividades								
6016 21CO	**Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial**	**12 367**							**1.000.000**
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	12 367							1.000.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**77.418**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**77.418**
5012 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	12 363							77.418
			F	3-ODC	2	90	8	100	77.418
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**12.844**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**12.844**

5013 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas	12 364	F	3-ODC	2	90	8	150	12.844 12.844
TOTAL - FISCAL									**90.262**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**90.262**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**9.760.609**
	Atividades								
5013 8282	**Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**9.760.609**
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							9.760.609
			F	4-INV	2	90	8	100	4.834.902
			F	4-INV	2	90	8	180	4.925.707
TOTAL - FISCAL									**9.760.609**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.760.609**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	**Educação Básica de Qualidade**								**22.482**
	Atividades								
5011 20RI	**Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**	**12 368**							**22.482**
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais	12 368							22.482
			F	3-ODC	2	90	8	100	22.482
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**600.000**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**500.000**
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							500.000
			F	4-INV	2	90	8	150	500.000
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**100.000**
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							100.000
			F	4-INV	2	50	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**622.482**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**622.482**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**1.092.697**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**1.092.697**
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	12 363							1.092.697
			F	4-INV	2	90	8	100	1.092.697
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**10.676.853**
	Atividades								
5013 8282	**Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**10.676.853**
5013 8282 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	12 364							10.676.853
			F	4-INV	2	90	8	100	10.144.856
			F	4-INV	2	90	8	150	531.997
TOTAL - FISCAL									**11.769.550**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**11.769.550**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**4.327**
	Atividades								
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**4.327**

5013 4002 0026	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	12 364	F	4-INV	2	90	0	100	4.327
									4.327
TOTAL - FISCAL									**4.327**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.327**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**438.532**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**438.532**
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	12 364							438.532
			F	4-INV	2	90	8	150	438.532
TOTAL - FISCAL									**438.532**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**438.532**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**3.409.539**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**3.409.539**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							3.409.539
			F	3-ODC	2	90	8	150	1.112.555
			F	4-INV	2	90	8	100	2.296.984
TOTAL - FISCAL									**3.409.539**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.409.539**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**2.882.282**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**1.760.716**
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							1.760.716
			F	4-INV	2	90	8	100	787.255
			F	4-INV	2	90	8	150	973.461
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**700.000**
5013 4002 0033	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							700.000
			F	4-INV	2	90	0	100	700.000
	Projetos								
5013 7XE1	**Reconstrução e Modernização do Museu Nacional**	**12 364**							**421.566**
5013 7XE1 0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							421.566
			F	4-INV	2	90	8	100	421.566
TOTAL - FISCAL									**2.882.282**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.882.282**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**500.000**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**500.000**
5013 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	12 364							500.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**470.008**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**470.008**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							470.008
			F	4-INV	2	90	8	150	470.008
TOTAL - FISCAL									**470.008**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**470.008**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**190.000**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**190.000**
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							190.000
			F	4-INV	2	90	8	100	190.000
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**190.992**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**125.912**
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							125.912
			F	4-INV	2	90	8	100	125.912
5013 8282	**Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**65.080**
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							65.080
			F	4-INV	2	90	8	100	65.080
TOTAL - FISCAL									**380.992**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**380.992**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**2.297**
	Atividades								
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**2.297**
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							2.297
			F	4-INV	2	90	0	100	2.297
TOTAL - FISCAL									**2.297**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.297**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**9.874**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**9.874**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							9.874
			F	4-INV	2	90	8	163	9.874
TOTAL - FISCAL									**9.874**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.874**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**326.252**
	Atividades								
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**326.252**

5013 4002 0011	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	12 364	F	4-INV	2	90	0	100	326.252 326.252
TOTAL - FISCAL									**326.252**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**326.252**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**594.520**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**594.520**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364	F	4-INV	2	90	8	150	594.520 594.520
TOTAL - FISCAL									**594.520**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**594.520**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	**Educação Básica de Qualidade**								**136.737**
	Atividades								
5011 20RI	**Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**	**12 368**							**136.737**
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais	12 368	F	4-INV	2	90	8	100	136.737 136.737
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**220.818**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**220.818**
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	220.818 220.818
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**610.585**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**610.585**
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364	F	4-INV	2	90	8	100	610.585 390.586
			F	4-INV	2	90	8	150	219.999
TOTAL - FISCAL									**968.140**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**968.140**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**258.135**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**258.135**
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364	F	4-INV	2	90	8	150	258.135 258.135
TOTAL - FISCAL									**258.135**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**258.135**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**1.207.000**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**1.207.000**
5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí	12 364	F	4-INV	2	90	8	100	1.207.000 1.207.000
TOTAL - FISCAL									**1.207.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.207.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**247.900**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**247.900**
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	12 364							247.900
			F	4-INV	2	90	8	100	247.900
TOTAL - FISCAL									**247.900**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**247.900**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**1.000.000**
	Atividades								
5013 20RK	**Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**	**12 364**							**1.000.000**
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**24.816**
	Atividades								
5013 4002	**Assistência ao Estudante de Ensino Superior**	**12 364**							**24.816**
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							24.816
			F	4-INV	2	90	0	100	24.816
TOTAL - FISCAL									**24.816**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.816**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**109.843**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**109.843**
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							109.843
			F	4-INV	2	90	8	163	109.843
TOTAL - FISCAL									**109.843**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**109.843**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**144.125**
	Atividades								
5012 2994	**Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**	**12 363**							**144.125**
5012 2994 0051	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	12 363							144.125
			F	4-INV	2	90	0	100	144.125
TOTAL - FISCAL									**144.125**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**144.125**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**400.000**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**400.000**
5012 20RL 0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	12 363							400.000
			F	4-INV	2	90	8	100	400.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**317.905**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**317.905**
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	12 363							317.905
			F	3-ODC	2	90	8	100	317.905
TOTAL - FISCAL									**317.905**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**317.905**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**502.100**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**502.100**
5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal	12 363							502.100
			F	3-ODC	2	90	8	100	502.100
TOTAL - FISCAL									**502.100**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**502.100**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**1.264.000**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**1.264.000**
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	12 363							1.264.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.264.000
TOTAL - FISCAL									**1.264.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.264.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**1.100.000**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**1.100.000**
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	12 363							1.100.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									**1.100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.100.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**117.796**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**117.796**
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	12 363							117.796
			F	3-ODC	2	90	8	100	117.796
TOTAL - FISCAL									**117.796**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**117.796**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	**Educação Profissional e Tecnológica**								**1.089.066**
	Atividades								
5012 20RL	**Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**12 363**							**1.089.066**
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	12 363							1.089.066
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.089.066
TOTAL - FISCAL									**1.089.066**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.089.066**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**								**21.200.000**
	Atividades								
5013 20GK	**Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**	**12 364**							**3.400.000**
5013 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional	12 364							3.400.000
			S	3-ODC	2	90	8	100	3.400.000
5013 4086	**Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais**	**12 302**							**17.800.000**
5013 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional	12 302							17.800.000
			S	4-INV	2	90	8	100	17.800.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**21.200.000**
TOTAL - GERAL									**21.200.000**

ÓRGÃO: 37000 - Controladoria-Geral da União

UNIDADE: 37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
4004	**Transparência, Integridade e Combate à Corrupção**								**191.671**
	Atividades								
4004 2D58	**Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição**	**04 124**							**191.671**
4004 2D58 0001	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional	04 124							191.671
			F	3-ODC	2	90	0	100	191.671
TOTAL - FISCAL									**191.671**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**191.671**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**								**687.140**
	Atividades								
0032 2000	**Administração da Unidade**	**05 122**							**687.140**
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							687.140
			F	4-INV	2	90	0	100	291.475
			F	4-INV	2	90	0	188	395.665
6011	**Cooperação com o Desenvolvimento Nacional**								**1.217.253**

	Atividades								
6011 20X4	**Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM**	**05 542**							**1.217.253**
6011 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional	05 542	F	4-INV	2	90	0	100	1.217.253
									1.217.253
6012	**Defesa Nacional**								**23.153**
	Atividades								
6012 2866	**Ações de Caráter Sigiloso**	**05 183**							**23.153**
6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	05 183	F	4-INV	2	90	0	100	23.153
									23.153
TOTAL - FISCAL									**1.927.546**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.927.546**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**								**1.718.968**
	Atividades								
0032 2000	**Administração da Unidade**	**05 122**							**1.718.968**
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122	F	3-ODC	2	90	0	100	1.718.968
									1.718.968
6012	**Defesa Nacional**								**1.120.000**
	Atividades								
6012 219D	**Adequação de Organizações Militares**	**05 151**							**1.120.000**
6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional	05 151	F	4-INV	2	90	0	100	1.120.000
									1.120.000
TOTAL - FISCAL									**2.838.968**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.838.968**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52901 - Fundo do Ministério da Defesa

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**								**120.000**
	Atividades								
0032 2000	**Administração da Unidade**	**05 122**							**120.000**
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122	F	4-INV	2	90	0	150	120.000
									120.000
TOTAL - FISCAL									**120.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**120.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52903 - Fundo do Serviço Militar

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6012	**Defesa Nacional**								**206**
	Atividades								
6012 2872	**Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório**	**05 122**							**206**
6012 2872 0001	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório - Nacional	05 122	F	4-INV	2	90	0	174	206
									206
TOTAL - FISCAL									**206**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**206**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**								**18.967**
	Atividades								
0032 2000	**Administração da Unidade**	**05 122**							**18.967**
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122	F	4-INV	2	90	0	180	18.967
									18.967
6012	**Defesa Nacional**								**1.185.730**
	Atividades								
6012 20SA	**Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica**	**05 151**							**1.185.730**
6012 20SA 0001	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional	05 151	F	4-INV	2	90	0	100	1.185.730
									1.185.730
TOTAL - FISCAL									**1.204.697**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.204.697**

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
4005	**Proteção Jurídica da União**								**2.500.000**
	Atividades								
4005 2674	**Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais**	**03 092**							**2.500.000**
4005 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	03 092							2.500.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									**2.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.500.000**

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 20.450, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza SILVIO ALEXANDRE ROCHA DA SILVA, CPF nº 954.554.697-20, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 547, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Mangueiras de Incêndio - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto no artigo 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 11.221, de 5 de outubro de 2022, considerando o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.010773/2022-52, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Ficam aprovados os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Mangueiras de Incêndio, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II desta Portaria.

§ 1º A avaliação da conformidade de Mangueiras de Incêndio, de caráter voluntário, por meio do mecanismo de certificação, deve ser realizada por Organismo de Certificação de Produtos - OCP, estabelecido no Brasil e acreditado pelo Inmetro, consoante os Requisitos ora aprovados.

§ 2º Aplicam-se os presentes Requisitos às mangueiras para combate a incêndio, constituídas essencialmente por duto flexível dotado de uniões.

§ 3º Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos mangueiras semirrígidas, denominadas mangotinhos.

Art. 2º Não compete ao Inmetro o exercício do poder de polícia administrativa quanto ao objeto, cabendo, exclusivamente, a supervisão quanto ao uso da marca, tendo por foco o cumprimento das regras de Avaliação da Conformidade.

Prazos e disposições transitórias

Art. 3º A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

Cláusula de revogação

Art. 4º Fica revogada, na data de vigência desta Portaria, a Portaria Inmetro nº 148, de 13 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2015, seção 1, página 96.

Vigência

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2023, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXO I

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA MANGUEIRAS DE INCÊNDIO

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos para a avaliação da conformidade das mangueiras de incêndio, com foco na segurança, por meio do mecanismo de certificação, em atendimento aos requisitos das ABNT NBR 11861 e ABNT NBR 14349.

1.1 AGRUPAMENTO PARA EFEITOS DE CERTIFICAÇÃO

Para efeito da certificação aplica-se o conceito de modelo de mangueira de incêndio.

A certificação das mangueiras de incêndio deve ser realizada para cada modelo de mangueira de incêndio, conforme definição do item 4.2 deste RAC.

2. SIGLAS

Para fins deste RAC, são adotadas aquelas citadas no RGCP.

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

3.1 Para fins deste RAC, são adotados os documentos complementares a seguir, e aqueles citados no RGCP.

Portaria Inmetro nº 200, de 2021 ou substitutiva	Aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produtos - RGCP.
ABNT NBR 11861	Mangueira de incêndio - Requisitos e métodos de ensaio.
ABNT NBR 14349	União para mangueira de incêndio - Requisitos e método de ensaio.
ABNT NBR 12779	Mangueiras de incêndio - Inspeção, manutenção e cuidados.

3.2 Deve ser utilizada a versão atualizada das normas ABNT NBR citadas, ou suas substitutivas (em caso de cancelamento) cabendo ao OCP, quando aplicável, promover as adequações necessárias nos procedimentos de avaliação da conformidade, a fim de possibilitar o uso da base normativa mais recente.

3.2.1 O prazo para a adoção da versão mais atualizada da norma ou sua substitutiva é de 12 (doze) meses ou o prazo de adequação da própria norma, devendo ser adotado o maior desses dois prazos.

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições citadas nos documentos complementares do item 3 deste RAC, e aquelas a seguir.

4.1 Manual Técnico

Conjunto das informações necessárias à especificação das condições mínimas para armazenamento, manuseio, transporte, instalação, manutenção/conservação e descrição do descarte final correto do produto, que deve estar disponibilizado em meio físico inserido na embalagem individual do produto ou impresso nesta.

Nota: As informações sobre conservação devem contemplar, no mínimo, aquelas descritas no Anexo A da ABNT NBR 12779.

4.2 Modelo de mangueira de incêndio

Mangueiras de incêndio pertencentes à mesma unidade fabril, mesmo processo produtivo, que possuem em comum as seguintes características:

a) mesma pressão de trabalho;

b) mesma quantidade de camadas de reforço têxtil;

c) mesmo tipo de reforço têxtil (mesma trama e urdume);

d) mesma especificação de matéria-prima do reforço têxtil;

e) mesmo tipo de película externa de plástico, quando aplicável (mesma especificação da matéria-prima);

f) mesmo tipo de revestimento externo de borracha, quando aplicável (mesma especificação da matéria-prima);

g) mesmo diâmetro nominal; e

h) mesmo tubo interno (mesma especificação da matéria-prima do elastômero-base).

4.3 Tipo de mangueira de incêndio

Classificação dada às mangueiras de incêndio quanto a características específicas de reforço e/ou pressão de trabalho, conforme definida na ABNT NBR 11861.

4.4 União de mangueira de incêndio

Conexão giratória, fabricada em liga de cobre e zinco (latão), dotada de engate, que permite um rápido acoplamento entre mangueiras ou outros componentes de sistema de proteção contra incêndio, em conformidade ao estabelecido na ABNT NBR 14349.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de avaliação da conformidade adotado neste RAC é a certificação.

6. ETAPAS DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

6.1 Definição do Modelo de Certificação utilizado

Este RAC estabelece o seguinte modelo de certificação:

Modelo de Certificação 5 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras do fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ.

6.2 Avaliação inicial

6.2.1 Solicitação de Certificação

6.2.1.1 O fornecedor solicitante da certificação deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo a documentação descrita no RGCP, além dos documentos descritos a seguir, que devem ter sua autenticidade comprovada pelo OCP com relação aos documentos originais, quando aplicável:

a) memorial descritivo de cada modelo de mangueira de incêndio a ser certificado;

b) manual(ais) técnico(s); e

c) procedimentos para qualificação de fornecedores de produtos/serviços adquiridos, bem como para os ensaios de recebimento, em atendimento ao estabelecido no Anexo D deste RAC.

Nota: Todos os modelos de um mesmo tipo de mangueira de incêndio, definido pela ABNT NBR 11861, devem ser certificados.

6.2.1.2 O memorial descritivo da mangueira de incêndio, a ser apresentado pelo fornecedor ao OCP, deve conter, no mínimo:

a) a razão social e endereço do fabricante;

b) o CNPJ do fabricante, quando aplicável;

c) o nome fantasia do fabricante, quando aplicável

d) a razão social e endereço do fornecedor, caso este não seja o fabricante;

e) o nome fantasia do fornecedor referido em "d", quando aplicável;

f) o processo de fabricação simplificado;

g) a marca e o modelo de mangueira de incêndio;

h) a descrição das normas de fabricação;

i) os desenhos técnicos contendo todas as cotas e detalhes essenciais à identificação inequívoca da mangueira de incêndio;

j) os registros fotográficos da mangueira de incêndio (várias posições);

k) a descrição dos componentes e matérias primas;

l) as características construtivas da mangueira de incêndio;

m) os comprimentos da mangueira de incêndio;

n) a sistemática de identificação do lote de fabricação; e

o) o modelo e nome do fabricante do(s) componente(s) adquirido(s) de terceiros e para qual(ais) modelo(s) de mangueira de incêndio foi(foram) destinado(s), quando aplicável.

6.2.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de análise da solicitação e da conformidade da documentação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.3 Auditoria Inicial do SGQ e Avaliação do Processo Produtivo

6.2.3.1 Os critérios de auditoria inicial do SGQ e avaliação do processo produtivo devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.3.2 O OCP deve avaliar se os requisitos estabelecidos no Anexo D deste RAC estão sendo atendidos pelo fabricante.

6.2.3.3 O OCP deve avaliar os registros de verificações e ensaios dos produtos fabricados e os registros de verificações/inspeções e ensaios dos produtos adquiridos de terceiros, conforme previsto neste RAC.

6.2.4 Plano de Ensaios Iniciais

O OCP deve elaborar o plano de ensaios iniciais conforme os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.4.1 Definição dos Ensaios a Serem Realizados

6.2.4.1.1 Os critérios de definição dos ensaios a serem realizados devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.2.4.1.2 Os ensaios iniciais devem ser realizados conforme a Tabela 1, a seguir, em amostras coletadas pelo OCP, conforme o subitem 6.2.4.2 deste RAC.

6.2.4.1.3 Deve constar no relatório de ensaio a descrição completa (todas as características técnicas) do modelo ensaiado.

Tabela 1 - Ensaios/Verificações da Mangueira de Incêndio

Ensaios/Verificações	Item da ABNT NBR 11861	Quantidade da amostra de prova, por modelo
1) Identificação	4.3	M1, M2 e M3
2) Hidrostático -comprimento mínimo; -estanqueidade; -alongamento; -flexão; -torção; e -dobramento	5.1	M1
3) Perda de carga	5.2	
4) Pressão de ruptura	5.3	M2
5) Resistência à abrasão	5.4	
6) Diâmetro interno	5.5	
7) Aderência	5.6	
8) Tubo interno	5.7	
9) Envelhecimento do reforço têxtil	5.8	M3
10) Resistência à superfície quente	5.9	
11) Envelhecimento acelerado da mangueira tipo 5 conforme definida na ABNT NBR 11861	5.10	

Legenda: Mn, onde M = mangueira e n = nº da mangueira amostrada (1, 2 e 3).

Nota 1: O resultado do ensaio de determinação da tensão de ruptura e alongamento na ruptura do tubo interno deve ser o valor médio obtido nas amostras ensaiadas, expresso com aproximação de 0,1 MPa.

Nota 2: O ensaio de envelhecimento do reforço têxtil não é aplicável às mangueiras dos tipos 4 e 5, definidas na ABNT NBR 11861.

6.2.4.2 Definição da Amostragem

6.2.4.2.1 A definição da amostragem e critérios de aceitação e rejeição deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.4.2.2 A coleta da amostra deve ser realizada de forma aleatória na linha de produção, desde que a mangueira de incêndio já tenha sido inspecionada e liberada pelo controle da qualidade da fábrica (inspeção final do produto pronto), ou na área de expedição, em mangueiras de incêndio já embaladas para comercialização.

6.2.4.2.3 O tamanho da amostra de prova está definido na Tabela 1.

6.2.4.2.4 O OCP deve coletar, aleatoriamente, 1 (uma) amostra 3 (três) vezes maior que aquela estabelecida na Tabela 1, para compor a amostragem de prova, contraprova e testemunha.

6.2.4.2.5 A amostra de prova deve ser enviada para laboratório selecionado de acordo com o subitem 6.2.4.3 deste RAC.

Nota: O número de corpos-de-prova retirados de cada mangueira amostrada segundo a Tabela 1, quando aplicável, é o definido nos itens de ensaio descritos na ABNT NBR 11861.

6.2.4.3 Definição do Laboratório

Os critérios para seleção do laboratório devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.5 Tratamento de Não Conformidades na Etapa de Avaliação Inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.6 Emissão do Certificado de Conformidade

6.2.6.1 Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. O Certificado da Conformidade deve ter validade de 5 (cinco) anos a partir da data de sua emissão.

6.2.6.2 O modelo deve ser notado no certificado conforme segue:

Marca	Modelo (designação comercial do modelo e códigos de referência comercial, se existentes)	Descrição (descrição técnica do modelo): a) pressão de trabalho; b) quantidade de camadas de reforço têxtil; c) tipo de reforço têxtil; d) especificação de matéria-prima do reforço têxtil; e) tipo de película externa de plástico, quando aplicável; f) tipo de revestimento externo de borracha, quando aplicável; g) diâmetro nominal; e h) tubo interno	Código de barras comercial (de todas as versões, se existentes)

6.3 Avaliação de Manutenção

Os critérios para a avaliação da manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.1 Auditoria de Manutenção do SGQ e Avaliação do Processo Produtivo

6.3.1.1 Após a concessão do Certificado de Conformidade na Avaliação Inicial, o OCP deve programar novas auditorias. Os critérios da Auditoria de Manutenção estão contemplados no RGCP.

6.3.1.2 A auditoria deve ser realizada e concluída em periodicidade de 12 (doze) meses, contado a partir da emissão do Certificado de Conformidade, de forma a comtemplar o estabelecido no subitem 6.2.3 deste RAC.

6.3.1.3 O OCP deve verificar a estrutura do fabricante e confrontar com os registros apresentados pelo mesmo, informando a base matemática para estabelecer e evidenciar a consistência entre a quantidade de matéria prima adquirida e processada com a quantidade de mangueiras de incêndio vendidas.

6.3.1.4 O OCP deve realizar a avaliação dos registros dos resultados dos ensaios de rotina, descritos no Anexo C deste RAC, relativos ao período entre uma auditoria e outra.

6.3.1.5 O OCP deve verificar se o tempo médio de ensaio de estanqueidade e de empatação por mangueira é consistente com a capacidade máxima de produção mensal estimada do fabricante ou com a produção do período entre uma auditoria e outra.

6.3.2 Plano de Ensaios de Manutenção

Os critérios para o plano de ensaios de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

O primeiro ensaio de manutenção deve ser realizado e estar concluído em até 6 (seis) meses após a concessão do Certificado da Conformidade. O segundo ensaio deve ser realizado e estar concluído em até 12 (doze) meses após a concessão do Certificado da Conformidade, e os próximos ensaios devem ser realizados e estarem concluídos num intervalo de até 12 (doze) meses.

6.3.2.1 Definição de Ensaios a Serem Realizados

Os ensaios devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e no subitem 6.2.4.1 deste RAC.

6.3.2.2 Definição da Amostragem de Manutenção

A definição da amostragem e critérios de aceitação e rejeição deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e no subitem 6.2.4.2 deste RAC.

6.3.2.3 Definição de Laboratório

A definição de laboratório de ensaios deve seguir o descrito no RGCP.

6.3.3 Tratamento de Não Conformidades na Etapa de Avaliação de Manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.4 Confirmação da Manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.4 Avaliação de Recertificação

Os critérios gerais de avaliação de recertificação estão contemplados no RGCP. A avaliação da recertificação deve ser realizada e concluída antes do prazo de validade do Certificado de Conformidade.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF

As atividades executadas por OCP acreditado por membro do MLA do IAF devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para transferência de certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para encerramento de certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para o Selo de Identificação da Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e no Anexo II.

12. AUTORIZAÇÃO PARA O USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para Autorização para o Uso do Selo de Identificação da Conformidade devem os requisitos estabelecidos no RGCP.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Os critérios para responsabilidades e obrigações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO

Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

15. PENALIDADES

Os critérios para penalidades devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Os critérios para denúncias, reclamações e sugestões devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

ANEXO A - ENSAIO DE RUPTURA DAS UNIÕES

A.1) Equipamentos utilizados

A aparelhagem necessária para a execução do ensaio de ruptura é a seguinte:

a) bancada de ensaio lisa, de modo a minimizar o atrito com a mangueira, de comprimento e largura suficientes para acomodar um segmento de mangueira de aproximadamente 1 m;

b) equipamento de pressurização hidrostática com razão de incremento de pressão de 2.060 a 6.865 kPa/min (21 a 70 kgf/cm²)/min; e

c) manômetro calibrado com fundo de escala de 100 kgf/cm², e resolução mínima de 1 kgf/cm².

Equipamento de empatação com capacidade para empatar mangueira dos tipos 1 ao 5 definido na ABNT NBR 11861, nos diâmetros de 40 mm (1.1/2") e 65 mm (2.1/2"), provido de unidade hidráulica, manômetro calibrado e válvulas de controle, com pressão suficiente para promover a expansão do anel de cobre, fixando-o firmemente à mangueira e proporcionando a sua vedação.

A.2) Preparação da amostra

a) Empatar uma extremidade de 2 (dois) segmentos de mangueira, de aproximadamente 0,5 m cada, com a união a ser testada.

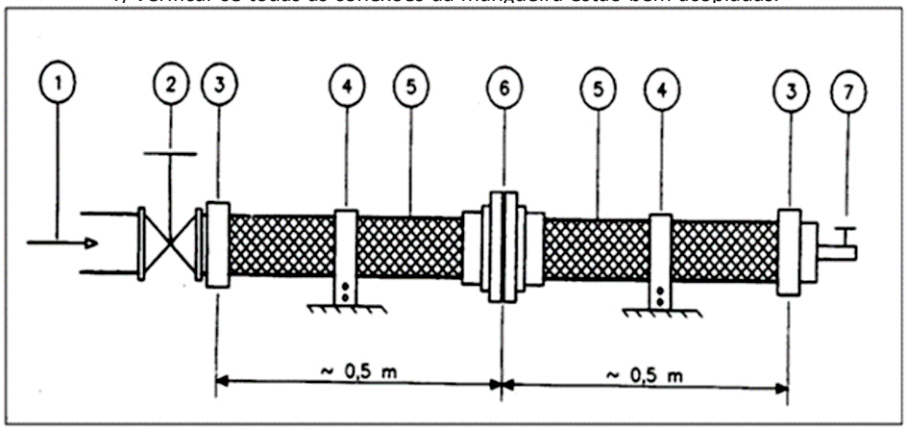
b) Acoplar as 2 (duas) extremidades empatadas (6).

c) Acoplar 1 (uma) das extremidades na conexão (3) da válvula (2).

d) Na outra extremidade da mangueira, acoplar a conexão (3) com a válvula de drenagem (7).

e) Prender a mangueira com o conjunto de travas (4) para evitar choques durante o ensaio de pressão de ruptura.

f) Verificar se todas as conexões da mangueira estão bem acopladas.



Legendas:
(1) Fonte de suprimento de água pressurizada.
(2) Válvula de controle de pressão.
(3) Conexão cônica.
(4) Cinta de segurança.
(5) Mangueira de incêndio.
(6) União.
(7) Válvula de drenagem.

A.3) Procedimento de ensaio

a) Com a válvula de drenagem aberta, encher com água os segmentos empatados e conectados, ligando a bomba e pressurizando-os gradualmente até atingir a pressão de 100 kPa (1 kgf/cm²). Certificar-se que foi retirado todo o ar na parte interna. Fechar a válvula de drenagem, mantendo a pressão de 100 kPa (1 kgf/cm²).

b) Fazer o incremento de pressão com uma taxa de incremento entre (21 a 70 kgf/cm²)/min até que ocorra a ruptura do conjunto (mangueira ou uniões).

c) Desligar a bomba, anotar a ocorrência (ruptura da mangueira ou da união) e a pressão no momento da ocorrência.

A.4) Critério de aprovação

Serão consideradas aprovadas as uniões que não sofrerem qualquer dano, até a pressão de ruptura estabelecida na Tabela 2.

Tabela 2 - Pressão de Ruptura

Tipo de União	Pressão de Ensaio (kgf/cm²)
40A	35
40B e 65B	42

ANEXO B - ENSAIO DE RESISTÊNCIA À QUEDA DAS UNIÕES

B.1) Equipamentos utilizados

O equipamento necessário para a execução do ensaio de resistência à queda é somente 1 (uma) trena de, no mínimo 2 m, calibrada, com subdivisão em milímetros.

B.2) Procedimento de ensaio

a) Selecionar 2 (dois) pares de uniões.

b) Soltar uma das partes do par de uniões que está sendo testada a uma altura de 1,20 m sobre o chão (sem irregularidades).

c) Repetir o ensaio, para o outro par de uniões, deixando cair agora a outra parte da união.

d) Acoplar as partes submetidas ao ensaio à parte que não sofreu a queda.

B.3) Critério de aprovação

A parte submetida ao ensaio de resistência à queda será aprovada se não apresentar amassamento ou trincas e se ela acoplar perfeitamente à parte que não foi submetida ao ensaio.

ANEXO C - ENSAIOS/INSPEÇÕES DE ROTINA DO FABRICANTE

Os ensaios de rotina para as mangueiras de incêndio prontas devem considerar todos aqueles descritos na Tabela 3, na frequência e amostragem especificadas.

Tabela 3 - Ensaios/Inspeções de Rotina

Nº	Ensaios/Inspeções	Frequência e Amostragem	Requisitos de Conformidade
A) Mangueiras			
1	Hidrostático		
1a	Estanqueidade	100%	Atendimento às especificações contidas na ABNT NBR 11861.
1b	Alongamento	Deve ser ensaiada, no mínimo, uma mangueira completa, com uniões, para cada lote de fabricação.	
1c	Flexão		
1d	Torção		
1e	Dobramento		
2	Perda de carga		
3	Pressão de ruptura	Devem ser ensaiadas, para cada lote de fabricação, em amostras retiradas da mangueira utilizada no ensaio de perda de carga.	
4	Resistência à abrasão		
5	Diâmetro interno		
6	Aderência		
7	Tubo interno		
8	Envelhecimento do reforço têxtil		
9	Resistência à superfície quente		
10	Envelhecimento acelerado da mangueira tipo 5 conforme definido na ABNT NBR 11861		
B) Uniões			
1) Acabamento		Deve ser ensaiada, no mínimo, uma amostra para cada lote de fabricação.	Atendimento às especificações contidas na ABNT NBR 14349.
2) Dimensões			
3) Identificação			
4) Ensaio hidrostático			
5) Estanqueidade após envelhecimento acelerado			
6) Ensaio de ruptura			Anexo A do RAC
7) Resistência à queda			Anexo B do RAC

Nota 1: Uma amostra corresponde a 1 (um) par de uniões.

Nota 2: O fabricante é o responsável pela conformidade da mangueira de incêndio e, assim sendo, as frequências e amostragem aqui especificadas devem ser mais restritas, caso o mesmo identifique tal necessidade.

ANEXO D - REQUISITOS GERAIS DE FABRICAÇÃO E CONTROLE

D.1) As embalagens das mangueiras de incêndio, além daquelas já estabelecidas nas normas de referência de cada mangueira de incêndio, devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) razão social do fornecedor;
b) município e estado da federação do fornecedor;
c) razão social do fabricante, quando este não for o fornecedor;
d) nome fantasia do fornecedor (quando houver);
e) telefone e endereço eletrônico de contato do fornecedor para recebimento de reclamações/sugestões;
f) no caso de mangueiras de incêndio que possuam colagens com adesivos a base de solventes aromáticos, informar o tipo de cola e solvente utilizado e que a mangueira permaneceu em local arejado, para dissipação dos conteúdos tóxicos, antes de ser embalada. Informar, ainda, que o consumidor, a seu critério, pode desembalar a mangueira de incêndio e deixá-la por igual período em local arejado, antes do uso; e
g) Manual Técnico.

Nota: O Manual Técnico, conforme definido no item 4.1 do RAC, pode estar disponibilizado em meio físico inserido na embalagem individual do produto ou impresso nesta.

D.2) O fabricante deve realizar os ensaios de rotina descritos neste Anexo C deste RAC. Deve estabelecer a frequência desses ensaios e as condições de amostragem de forma a garantir representatividade dos resultados em relação ao total da produção, bem como deve garantir a conformidade e homogeneidade dos produtos produzidos.

D.3) O fabricante deve realizar os ensaios de recebimento em todos os produtos acabados, que façam parte do objeto a ser certificado, adquiridos de terceiros. Deve estabelecer a frequência desses ensaios e as condições de amostragem de forma a garantir representatividade dos resultados em relação ao total da aquisição desses produtos bem como deve garantir a conformidade e homogeneidade dos produtos adquiridos.

D.4) O fabricante deve possuir procedimento escrito de qualificação de seus fornecedores, se responsabilizando pela sua qualificação.

D.5) O fabricante deve realizar o empatamento das uniões nas mangueiras, sendo vedada a terceirização deste processo.

D.6) O fabricante, que adquirir as uniões para mangueiras de incêndio de terceiros devem garantir que estas sejam compostas por todas as suas partes constituintes - flange de engate, luva de empatamento, anel de vedação, arruela de encosto, anel de expansão e anel de travamento, e em conformidade aos requisitos normativos estabelecidos na ABNT NBR 14349.

Nota: O anel de expansão também pode ser adquirido separadamente pelo fabricante.

D.7) Quando obtidas de terceiros, o fabricante deve assegurar que as uniões venham acompanhadas de análise de sua matéria-prima e de relatórios com o resultado dos ensaios do(s) lote(s) de uniões fornecido(s), contendo no mínimo as seguintes informações:

a) a razão social e endereço do fabricante da união;
b) o nome fantasia do fabricante da união, quando aplicável;
c) o CNPJ do fabricante da união, quando aplicável;
d) a marca e o modelo da união;
e) o lote(s) de fabricação;
f) a quantidade de uniões;
g) o resultado do ensaio hidrostático;
h) o resultado do ensaio de ruptura;
i) o resultado do ensaio hidrostático após envelhecimento acelerado; e
j) a análise da matéria-prima.

Nota 1: A matéria-prima utilizada deve ser de latão. Recomenda-se seguir o estabelecido na ABNT NBR 14349.

Nota 2: Os ensaios referidos das uniões devem ser realizados conforme a ABNT NBR 14349 e o Anexo A deste RAC.

Nota 3: O recebimento dos relatórios de ensaios do fornecedor terceirizado de uniões, não exime o fabricante de mangueiras de incêndio da realização dos ensaios de recebimento, que são os mesmos ensaios/inspeções de rotina definidos no Anexo C deste RAC.

D.8) Para os casos em que um mesmo modelo de mangueira venha a ser fabricado com uniões de mais de um terceirizado, devem ser realizados ensaios de recebimento nas uniões de todos os fornecedores descritos no memorial descritivo.

D.9) O fabricante, que obtiver o tubo interno de terceiros, deve realizar e registrar a medição de espessura, em 4 (quatro) pontos diametralmente opostos nas extremidades do tubo, na condição de já cortado na medida para receber o reforço têxtil.

D.10) O fabricante, que obtiver o reforço têxtil de terceiros, deve realizar e registrar a inspeção de recebimento para atestar se o mesmo está de acordo com o solicitado.

D.11) O fabricante, que obtiver de terceiros a película externa plástica e/ou revestimento externo de borracha aplicados às mangueiras tipos 4 e 5 definidas na ABNT NBR 11861, deve realizar e registrar a inspeção de recebimento para atestar se o(s) mesmo(s) está(ão) de acordo ao solicitado.

D.12) O fabricante deve possuir arquivado, e de modo prontamente acessível, os registros de controle de recebimento de matéria prima, produção e perda, de forma a evidenciar que todas as mangueiras de incêndio comercializadas são procedentes do processo de produção verificado pelo OCP, bem como deve disponibilizar ao OCP os registros que comprovem o controle de insumos adquiridos e o quantitativo de produto final comercializado. Estes registros devem contemplar, no mínimo, os seguintes tópicos: período, quantidade comprada, quantidade comercializada e perda de produção no período.

ANEXO II - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

1. O Selo de Identificação da Conformidade deve ser marcado de forma visível, legível e indelével na mangueira de incêndio certificada e em sua menor embalagem comercial.

2. O Selo de Identificação da Conformidade a ser marcado na mangueira de incêndio é o Selo compacto, conforme figura a seguir.

Nota 1: O Selo para a mangueira de incêndio, deve ser marcado de forma mais próxima nas 2 (duas) extremidades das mangueiras de incêndio, junto ao local definido na ABNT NBR 11861 para as marcações nela exigidas, sendo que essa distância deve atender ao estabelecido nessa norma e deve corresponder, no mínimo, a 2,5% do comprimento da mangueira.

Nota 2: O Selo de Identificação da Conformidade, na mangueira de incêndio, deve ser marcado de maneira a não prejudicar suas propriedades.

3. O Selo de Identificação da Conformidade a ser marcado na embalagem da mangueira de incêndio, deve ser um dos modelos do Selo completo, conforme figura a seguir.

Nota 1: A marcação do Selo na embalagem da mangueira de incêndio, deve ser realizada por meio de impressão direta.

Nota 2: Somente no caso em que a embalagem possibilite a visualização clara e fácil do Selo, a sua marcação na embalagem torna-se opcional.

Nota 3: Opcionalmente, as demais embalagens, caso existam, podem também ostentar o Selo de Identificação da Conformidade.

Selo completo



Pantone 1235
100%
80%

CMYK
C0 M27 Y76 K2
C0 M20 Y75 K2



Tons de Cinza
100%
90%
70%



Uma Cor

Tamanho mínimo





Selo compacto



Uma Cor

PORTARIA Nº 551, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a lista dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no Estoque Regulatório do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 4º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 11.221, de 05 de outubro de 2022, e art. 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e item 4.1, alínea "a", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

Considerando o que estabelece o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o que consta no Processo nº 0052600.006303/2020-22, resolve:

Art 1º Disponibilizar a lista dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no Estoque Regulatório do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, concernentes à Diretoria de Avaliação da Conformidade (Dconf), à Diretoria de Metrologia Legal (Dimel); à Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) e ao Gabinete da Presidência (Gabin), acessíveis na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXO I

A DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE (DCONF) É RESPONSÁVEL NO INMETRO PELOS SEGUINTES ATOS NORMATIVOS:

LEGAL	OBJETO	EMENTA
Portaria INMETRO / ME - número 368 de 08/09/2021	Adaptação de Dispositivo de Fixação de Contêiner	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Adaptação de Dispositivo de Fixação de Contêiner.
Portaria INMETRO / ME - número 495 de 12/12/2021	Adaptação de Eixo Veicular	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Adaptação de Eixo Veicular Auxiliar.
Portaria INMETRO / ME - número 9 de 17/01/2022	Adaptadores de Plugues e Tomadas	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Adaptadores de Plugues e Tomadas.
Portaria INMETRO / ME - número 213 de 06/05/2021	Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo - ARLA 32	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo - ARLA 32.
Portaria INMETRO / ME - número 385 de 17/09/2021	Agulhas Hipodérmicas Estéreis para Uso Único e Agulhas Gengivais Estéreis para Uso único	Altera a Portaria Inmetro nº 84, de 2021, que aprovou os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Agulhas Hipodérmicas Estéreis para Uso Único e Agulhas Gengivais Estéreis para Uso único.
Portaria INMETRO / ME - número 84 de 10/02/2021	Agulhas Hipodérmicas Estéreis para Uso Único e Agulhas Gengivais Estéreis para Uso Único	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Agulhas Hipodérmicas Estéreis para Uso Único e Agulhas Gengivais Estéreis para Uso Único.
Portaria INMETRO / ME - número 129 de 19/03/2021	Andadores Infantis	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Andadores Infantis.
Portaria INMETRO / ME - número 148 de 28/03/2022	Aparelhos Eletrodomésticos e Similares	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Aparelhos Eletrodomésticos e Similares.
Portaria INMETRO / ME - número 432 de 15/10/2021	Aplicação, Reparo e Reforma de Revestimento Interno de Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Aplicação, Reparo e Reforma de Revestimento Interno de Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos.
Portaria INMETRO / ME - número 89 de 22/03/2022	Aquecedores de Água a Gás e Segurança e eficiência energética para aparelhos de uso doméstico que utilizam gás como combustível	Aprova o Regulamento Técnico Mercosul de requisitos mínimos de segurança e eficiência energética para aparelhos de uso doméstico que utilizam gás como combustível e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Aquecedores de Água a Gás.
Portaria INMETRO / ME - número 423 de 08/10/2021	Artigos Escolares	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares.
Portaria INMETRO / ME - número 277 de 25/06/2021	Artigos para Festas	Aprova a Regulamentação Técnica para Artigos para Festas.
Portaria INMETRO / ME - número 139 de 19/03/2021	Barras e Fios de Aço destinados a Armaduras para Estruturas de Concreto Armado	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Barras e Fios de Aço destinados a Armaduras para Estruturas de Concreto Armado.
Portaria INMETRO / ME número 143 de 22/03/2021	Berços Infantis	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Berços Infantis.
Portaria INMETRO / ME - número 424 de 13/10/2021	Bicicletas de uso Infantil	Aprova o Regulamento Técnico Mercosul para Bicicletas de uso Infantil.
Portaria INMETRO / ME - número 123 de 16/03/2021	Bijuterias e Joias	Aprova a Regulamentação Técnica para Bijuterias e Joias.
Portaria INMETRO / ME - número 272 de 23/06/2021	Blocos de Concreto para Alvenaria.	Aprova a Regulamentação Técnica para Blocos de Concreto para Alvenaria.
Portaria INMETRO / ME - número 319 de 23/07/2021	Bombas Centrífugas	Aprovar os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Bombas Centrífugas.
Portaria INMETRO / ME - número 302 de 12/07/2021	Brinquedos	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Brinquedos.
Portaria INMETRO / ME - número 367 de 08/09/2021	Cabos de Aço de Uso Geral	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cabos de Aço de Uso Geral.
Portaria INMETRO / ME - número 168 de 13/04/2021	Cadeiras de Alimentação para Crianças	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cadeiras de Alimentação Para Crianças.
Portaria INMETRO / ME - número 166 de 14/04/2021	Cadeiras Plásticas Monobloco	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cadeiras Plásticas Monobloco.
Portaria INMETRO / ME - número 120 de 12/03/2021	Caldeiras e Vasos de Pressão de Produção Seriada	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Caldeiras e Vasos de Pressão de Produção Seriada.
Portaria INMETRO/MDIC - número 178 de 18/07/2006	Cantoneiras de Aço Laminadas a Quente para Montagem de Torres de Transmissão de Energia Elétrica	Aprovar o Regulamento Técnico da Qualidade para Cantoneiras de Aço Laminadas a Quente para Montagem de Torres de Transmissão de Energia Elétrica.
Portaria INMETRO/MDIC - número 261 de 12/07/2007	Cantoneiras de Aço Laminadas a Quente para Montagem de Torres de Transmissão de Energia Elétrica	Aprovar o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Cantoneiras de Aço Laminadas a Quente para Montagem de Torres de Transmissão de Energia Elétrica
Portaria INMETRO / ME - número 231 de 18/05/2021	Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares.
Portaria INMETRO / ME - número 226 de 26/05/2022	Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares	Prorroga prazos para atendimento aos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares.
Portaria INMETRO / ME - número 167 de 13/04/2021	Carrinhos para Crianças	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Carrinhos para Crianças.
Portaria INMETRO / ME - número 144 de 22/03/2021	Centrífugas de Roupas	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Centrífugas de Roupas.
Portaria INMETRO / ME - número 301 de 12/07/2021	Chupetas	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Chupetas.
Portaria INMETRO / ME - número 436 de 19/10/2021	Cilindros para Armazenamento de Gás Natural Veicular (GNV)	Aprova o Regulamento Técnico Mercosul e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cilindros para Armazenamento de Gás Natural Veicular (GNV).
Portaria INMETRO / ME - número 75 de 04/02/2021	Colchões de Molas	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade de Colchões de Mola e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Colchões de Molas.
Portaria INMETRO / ME - número 35 de 05/02/2021	Colchões e Colchonetes de Espuma Flexível de Poliuretano	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Colchões e Colchonetes de Espuma Flexível de Poliuretano.
Portaria INMETRO / ME - número 396 de 28/12/2020	Coletes de Segurança de Alta Visibilidade	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Coletes de Segurança de Alta Visibilidade.
Portaria INMETRO / ME - número 145 de 28/03/2022	Componentes Automotivos	Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos.
Portaria INMETRO / ME - número 110 de 23/03/2022	Componentes Automotivos de Baixo Volume de Importação e de Produção	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos de Baixo Volume de Importação e de Produção.

Portaria INMETRO / ME - número 71 de 22/02/2022	Componentes Automotivos de Motocicletas, Motonetas, Ciclomotores, Triciclos e Quadriciclos	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos de Motocicletas, Motonetas, Ciclomotores, Triciclos e Quadriciclos.
Portaria INMETRO / ME - número 270 de 23/06/2021	Componentes Cerâmicos para Alvenaria	Aprova a Regulamentação Técnica para Componentes Cerâmicos para Alvenaria.
Portaria INMETRO / ME - número 202 de 30/04/2021	Componentes de Bicicletas de Uso Adulto	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes de Bicicletas de Uso Adulto.
Portaria INMETRO / MDIC número 328 de 24/06/2010	Componentes do Sistema para Gás Natural Veicular	Aprovação da Resolução Mercosul N° 33/10 - Regulamento Técnico Mercosul de Válvula de Cilindro para Armazenamento de Gás Natural Veicular (GNV) Utilizado como Combustível, a Bordo de Veículos Automotores
Portaria INMETRO / ME - número 111 de 17/03/2022	Componentes do Sistema para Gás Natural Veicular	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes do Sistema para Gás Natural Veicular.
Portaria INMETRO / ME - número 116 de 11/03/2021	Concessões em Florestas Públicas	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Concessões em Florestas Públicas.
Portaria INMETRO / ME - número 179 de 11/04/2022	Condicionadores de Ar	Altera os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar, aprovados pela Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021, estabelecendo os critérios para a utilização do ponto opcional de teste no cálculo do Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal (IDRS) e para a aceitação dos resultados dos ensaios de manutenção.
Portaria INMETRO / ME - número 230 de 31/05/2022	Condicionadores de Ar	Altera os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar, aprovados pela Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021, estabelecendo novos prazos para a implementação da nova etiqueta para modelos do tipo cassete e demais com capacidade de refrigeração igual ou superior a 36 mil Btu/h.
Portaria INMETRO / ME - número 269 de 22/06/2021	Condicionadores de Ar	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar.
Portaria INMETRO / ME - número 390 de 21/09/2021	Conexões de Ferro Fundido Maleável para Condução de Fluidos.	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Conexões de Ferro Fundido Maleável para Condução de Fluidos.
Portaria INMETRO / ME - número 297 de 08/07/2021	Controle Pós-Mercado.	Aprovar o Procedimento de Fiscalização e Coleta de Amostras de Produtos Têxteis para a Avaliação da Fidedignidade das Informações, de acordo com o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis, aprovado pela Portaria nº 118, de 11 de março de 2021.
Portaria INMETRO / ME - número 137 de 24/03/2022	Controle Pré-Mercado	Estabelece procedimentos para a concessão da Anuência de Licenças de Importação pelo Inmetro e para a cobrança da Taxa de Anuência, dentre outras providências.
Portaria INMETRO / ME - número 161 de 13/04/2021	Controle Pré-Mercado	Estabelece os prazos para fins de aprovação tácita dos atos públicos de liberação de responsabilidade do Inmetro, conforme caput do artigo 10 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.
Portaria INMETRO / ME - número 33 de 15/01/2021	Conversores Catalíticos Destinados à Reposição	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Conversores Catalíticos Destinados à Reposição.
Portaria INMETRO / ME - número 394 de 23/12/2020	Copos Plásticos Descartáveis	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Copos Plásticos Descartáveis.
Portaria INMETRO / ME - número 445 de 26/10/2021	Descontaminação de Equipamentos Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Descontaminação de Equipamentos Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos.
Portaria INMETRO / ME - número 129 de 23/03/2022	Disjuntores para Instalações Elétricas Fixas Domésticas e Análogas	Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Disjuntores para Instalações Elétricas Fixas Domésticas e Análogas.
Portaria INMETRO / ME - número 246 de 07/06/2021	Dispositivos de Retenção para Crianças	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Dispositivos de Retenção para Crianças.
Portaria INMETRO / MDIC número 382 de 28/09/2010	Dispositivos Elétricos de Baixa Tensão	Incorporar ao ordenamento jurídico nacional a Resolução Mercosul n° 35/2008, que aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre Requisitos Essenciais de Segurança para Produtos Elétricos de Baixa Tensão.
Portaria INMETRO / ME - número 497 de 13/12/2021	Dispositivos Elétricos de Baixa Tensão	Aprova a Regulamentação Técnica para Dispositivos Elétricos de Baixa Tensão.
Portaria INMETRO / ME - número 36 de 04/02/2021	Dispositivos para Transposição de Fronteira	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Dispositivos para Transposição de Fronteira.
Portaria INMETRO / ME - número 36 de 04/02/2021	Dispositivos para Transposição de Fronteira	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Dispositivos para Transposição de Fronteira.
Portaria INMETRO / ME - número 105 de 18/03/2022	Dispositivos Sensores de Saída dos Produtos da Combustão Instalados em Aparelhos para Uso Doméstico; Dispositivos Sensores de Atmosfera Instalados em Aparelhos para Uso Doméstico e Aquecedores de Água Instantâneos de Uso Doméstico que utilizam Gás como Combustível.	Altera a Portaria Inmetro nº 536, de 26 de dezembro de 2019 que incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução Mercosul nº 4, de 2018, que aprova o Regulamento Técnico Mercosul para Dispositivos Sensores de Saída dos Produtos da Combustão Instalados em Aparelhos para Uso Doméstico, a Resolução Mercosul nº 5, de 2018, que aprova o Regulamento Técnico Mercosul para Dispositivos Sensores de Atmosfera Instalados em Aparelhos para Uso Doméstico, e a Resolução Mercosul nº 6, de 2018, que aprova o Regulamento Técnico Mercosul para Aquecedores de Água Instantâneos de Uso Doméstico que Utilizam Gás como Combustível.
Portaria INMETRO / ME - número 536 de 26/12/2019	Dispositivos Sensores de Saída dos Produtos da Combustão Instalados em Aparelhos para Uso Doméstico; Dispositivos Sensores de Atmosfera Instalados em Aparelhos para Uso Doméstico e Aquecedores de Água Instantâneos de Uso Doméstico que utilizam Gás como Combustível.	Incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução Mercosul nº 04/2018,que aprova o Regulamento Técnico Mercosul para Dispositivos Sensores de Saída dos Produtos de Combustão Instalados em Aparelhos para Uso Doméstico, a Resolução Mercosul nº 05/2018, que aprova o Regulamento Técnico Mercosul para Dispositivos Sensores de Atmosfera Instalados em Aparelhos para Uso Doméstico, e a Resolução Mercosul nº 06/2018, que aprova Regulamento Técnico Mercosul para Aquecedores de Água Instantâneos de Uso Doméstico que Utilizam Gás como Combustível.
Portaria INMETRO / ME - número 138 de 24/03/2022	Diversos	Revisa o estoque regulatório com vistas ao cancelamento da medida regulatória de baixo impacto para a sociedade - Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Veículos de Características Rodoviárias para o Transporte Coletivo de Passageiros.
Portaria INMETRO / ME - número 178 de 11/04/2022	Diversos	Revisa o estoque regulatório e declara a revogação de atos normativos para os fins do disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
Portaria INMETRO / ME - número 79 de 3/03/2022	Diversos	Revisa o estoque regulatório com vistas ao cancelamento da medida regulatória de baixo impacto para a sociedade - Plataforma Elevatória Veiculares para Veículos de Características Rodoviárias.
Portaria INMETRO / ME - número 97 de 17/03/2022	Diversos	Revisa o estoque regulatório com vistas ao cancelamento da medida regulatória de baixo impacto para a sociedade - Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Veículos de Características Urbanas para o Transporte Coletivo de Passageiros.
Portaria INMETRO / ME - número 217 de 18/05/2022	Diversos. Cancelamento da medida regulatória de baixo impacto para a sociedade - Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Embarcações Utilizadas no Transporte Coletivo de Passageiros	Revisa o estoque regulatório com vistas ao cancelamento da medida regulatória de baixo impacto para a sociedade - Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Embarcações Utilizadas no Transporte Coletivo de Passageiros.
Portaria INMETRO / ME - número 496 de 13/12/2021	Eixo Veicular	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Eixo Veicular.
Portaria INMETRO / ME - número 460 de 18/11/2021	Embalagens Destinadas ao Envasilhamento de Álcool Etílico	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Embalagens Destinadas ao Envasilhamento de Álcool Etílico
Portaria INMETRO / ME - número 387 de 17/09/2021	Embalagens Individualizadas de Alimentos do Tipo Blister	Aprova a Regulamentação Técnica para Embalagens Individualizadas de Alimentos do Tipo Blister.
Portaria INMETRO / ME - número 320 de 23/07/2021	Embalagens, Tanques Portáteis e Contentores Intermediários para Granéis - IBC, utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Embalagens, Tanques Portáteis e Contentores Intermediários para Granéis - IBC, utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
Portaria INMETRO / ME - número 395 de 28/12/2020	Empresa Inspetora de Contentores Intermediários para Granéis (IBC) Destinados ao Transporte Terrestre de Produtos Perigosos	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Empresa Inspetora de Contentores Intermediários para Granéis (IBC) Destinados ao Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
Portaria INMETRO / ME - número 502 de 20/12/2021	Equipamento de Proteção Individual (EPI) - Capacete de Segurança para uso na Indústria	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para o Equipamento de Proteção Individual (EPI) Capacete de Segurança para uso na Indústria.
Portaria INMETRO / ME - número 487 de 08/12/2021	Equipamento de Proteção Individual (EPI) - Luvas de Proteção Contra Agentes Biológicos Não Sujeitas ao Regime de Vigilância Sanitária.	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamento de Proteção Individual (EPI) - Luvas de Proteção Contra Agentes Biológicos Não Sujeitas ao Regime de Vigilância Sanitária.
Portaria INMETRO / ME - número 486 de 08/12/2021	Equipamento de Proteção Individual (EPI) – Luvas Isolantes de Borracha	Aprovar os Requisitos de Avaliação da Conformidade para o Equipamento de Proteção Individual (EPI) – Luvas Isolantes de Borracha.
Portaria INMETRO / ME - número 491 de 10/12/2021	Equipamento de Proteção Individual (EPI) - Peça Semifacial Filtrante para Partículas	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamento de Proteção Individual (EPI) - Peça Semifacial Filtrante para Partículas.
Portaria INMETRO / ME - número 420 de 04/10/2021	Equipamentos de Aquecimento Solar de Água	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Aquecimento Solar de Água.

Portaria INMETRO / ME - número 130 de 19/03/2021	Equipamentos de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil.
Portaria INMETRO / ME - número 140 de 21/03/2022	Equipamentos de Geração, Condicionamento e Armazenamento de Energia Elétrica em Sistemas Fotovoltaicos	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Geração, Condicionamento e Armazenamento de Energia Elétrica em Sistemas Fotovoltaicos.
Portaria INMETRO / ME - número 503 de 20/12/2021	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) - Componentes para Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para Proteção Contra Quedas com Diferença de Nível - Cinturão de Segurança, Dispositivo Trava-Queda e Talabarte de Segurança	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes para Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para Proteção Contra Quedas com Diferença de Nível - Cinturão de Segurança, Dispositivo Trava-Queda e Talabarte de Segurança.
Portaria INMETRO / ME - número 115 de 21/03/2022	Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas.
Portaria INMETRO / ME - número 102 de 22/03/2022	Equipamentos para Consumo de Água	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos para Consumo de Água.
Portaria INMETRO / ME - número 254 de 09/06/2021	Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária	Altera a Portaria Inmetro nº 384, de 2020, que aprovou os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária.
Portaria INMETRO / ME - número 384 de 18/12/2020	Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária.
Portaria INMETRO / ME - número 461 de 18/11/2021	Equipos de Uso Único de Transfusão, de Infusão Gravitacional e de Infusão para Uso com Bomba de Infusão	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipos de Uso Único de Transfusão, de Infusão Gravitacional e de Infusão para Uso com Bomba de Infusão.
Portaria INMETRO / ME - número 219 de 06/05/2021	Escadas Metálicas Domésticas	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Escadas Metálicas Domésticas.
Portaria INMETRO / ME - número 61 de 17/02/2022	Estabilizadores de Tensão	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Estabilizadores de Tensão.
Portaria INMETRO / ME - número 118 de 11/03/2021	Etiquetagem de Produtos Têxteis	Aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis.
Portaria INMETRO / ME - número 108 de 17/03/2022	Extintores de Incêndio	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Extintores de Incêndio.
Portaria INMETRO / ME - número 109 de 17/03/2022	Indicador de Pressão para Extintores de Incêndio	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Indicador de Pressão para Extintores de Incêndio.
Portaria INMETRO / ME - número 128 de 23/03/2022	Inspeção de Equipamentos Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção de Equipamentos Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos.
Portaria INMETRO / ME - número 190 de 28/04/2021	Inspeção de Recipientes Transportáveis para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) realizada por Empresas Distribuidoras de GLP	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Inspeção de Recipientes Transportáveis para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) realizada por Empresas Distribuidoras de GLP.
Portaria INMETRO / ME - número 149 de 24/03/2022	Inspeção de Segurança Veicular - Veículos Rodoviários	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção de Segurança Veicular.
Portaria INMETRO / MDIC número 50 de 18/02/2009	Inspeção de Segurança Veicular de Veículos Rodoviários Automotores com Sistema de Gás Natural Veicular	Aprovar o Regulamento Técnico da Qualidade para criação de um Esquema Único de Controle da Utilização de Gás Natural como Combustível Veicular no Mercosul
Portaria INMETRO / ME - número 147 de 28/03/2022	Inspeção de Veículos Rodoviários Automotores com Sistemas de Gás Natural Veicular	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção de Veículos Rodoviários Automotores com Sistemas de Gás Natural Veicular.
Portaria INMETRO / ME - número 127 de 23/03/2022	Inspeção de Veículos Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção de Veículos Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos.
Portaria INMETRO / ME - número 58 de 16/02/2022	Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio.
Portaria INMETRO / ME - número 130 de 23/03/2022	Instalação de Sistemas de Gás Natural Veicular	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Instalação de Sistemas de Gás Natural Veicular.
Portaria INMETRO / ME - número 28 de 21/01/2022	Interruptores para Instalações Elétricas Fixas Domésticas e Análogas	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Interruptores para Instalações Elétricas Fixas Domésticas e Análogas.
Portaria INMETRO / ME - número 392 de 22/12/2020	Isqueiros a Gás	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Isqueiros a Gás.
Portaria INMETRO / ME - número 18 de 14/01/2022	Lâmpadas a Vapor de Sódio a Alta Pressão	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas a Vapor de Sódio a Alta Pressão.
Portaria INMETRO / ME - número 17 de 14/01/2022	Lâmpadas Fluorescentes Compactas com Reator Integrado à Base	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas Fluorescentes Compactas com Reator Integrado à Base.
Portaria INMETRO / ME - número 69 de 16/02/2022	Lâmpadas LED com Dispositivo de Controle Integrado à Base	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas LED com Dispositivo de Controle Integrado à Base.
Portaria INMETRO / ME - número 456 de 16/11/2021	Líquidos para Freios Hidráulicos para Veículos Automotores	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Líquidos para Freios Hidráulicos para Veículos Automotores.
Portaria INMETRO / ME - número 62 de de 17/02/2022	Luminárias para a Iluminação Pública Viária	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luminárias para a Iluminação Pública Viária.
Portaria INMETRO / ME - número 485 de 08/12/2021	Luvas Cirúrgicas e de Procedimento Não Cirúrgico, sob Regime de Vigilância Sanitária, de Borracha Natural, e de Mistura de Borrachas Natural e Sintética	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luvas Cirúrgicas e de Procedimento Não Cirúrgico, sob Regime de Vigilância Sanitária, de Borracha Natural, e de Mistura de Borrachas Natural e Sintética.
Portaria INMETRO / ME - número 216 de 05/05/2021	Mamadeiras e Bicos de Mamadeiras	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Mamadeiras e Bicos de Mamadeiras.
Portaria INMETRO / ME - número 247 de 07/06/2021	Mangueiras de PVC Plastificado para Instalação Doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Mangueiras de PVC Plastificado para Instalação Doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).
Portaria INMETRO / ME - número 121 de 24/03/2022	Máquinas de Lavar Roupas de Uso Doméstico	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Máquinas de Lavar Roupas de Uso Doméstico.
Portaria INMETRO / ME - número 290 de 07/07/2021	Motores Elétricos Trifásicos de Indução Rotor Gaiola de Esquilo	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Motores Elétricos Trifásicos de Indução Rotor Gaiola de Esquilo.
Portaria INMETRO / ME - número 401 de 28/12/2020	Móveis Escolares - Cadeiras e Mesas para Conjunto Aluno Individual	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Móveis Escolares - Cadeiras e Mesas para Conjunto Aluno Individual.
Portaria INMETRO / ME - número 499 de 20/12/2021	Panelas Metálicas	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Panelas Metálicas.
Portaria INMETRO / ME - número 217 de 11/05/2021	Pino-Rei	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pino-Rei.
Portaria INMETRO / ME - número 60 de 17/02/2022	Plataformas Elevatórias Veiculares para Veículos com Características Urbanas.	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Plataformas Elevatórias Veiculares para Veículos com Características Urbanas.
Portaria INMETRO / ME - número 90 de 09/03/2022	Plugues e Tomadas	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Plugues e Tomadas.
Portaria INMETRO / ME - número 158 de 09/04/2021	Pneus de Bicicletas de Uso Adulto	Altera o Regulamento Consolidado para Pneus de Bicicletas de Uso Adulto, publicado pela Portaria Inmetro nº 393, de 2020.
Portaria INMETRO / ME - número 393 de 22/12/2020	Pneus de Bicicletas de Uso Adulto	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus de Bicicletas de Uso Adulto.
Portaria INMETRO / ME - número 379 de 14/09/2021	Pneus Novos	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos.
Portaria INMETRO / ME - número 218 de 07/05/2021	Pó para Extinção de Incêndio	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pó para Extinção de Incêndio.
Portaria INMETRO / ME - número 310 de 14/07/2021	Potência Sonora de Aparelhos de Som e seus Similares	Aprova a Regulamentação Técnica para Potência Sonora de Aparelhos de Som e seus Similares.
Portaria INMETRO / ME - número 6 de 05/01/2022	Potência Sonora de Aparelhos Eletrodomésticos	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Potência Sonora de Aparelhos Eletrodomésticos.
Portaria INMETRO / ME - número 266 de 22/06/2021	Preservativos Masculinos	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Preservativos Masculinos.
Portaria INMETRO / ME - número 322 de 23/07/2021	Produtos para Tratamento Acústico ou Isolamento Térmico para uso na Construção Civil	Aprova a Regulamentação Técnica para Produtos para Tratamento Acústico ou Isolamento Térmico para uso na Construção Civil.
Portaria INMETRO / ME - número 224 de 17/05/2021	Quinta-Roda	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Quinta-Roda.
Portaria INMETRO / ME - número 35 de 21/01/2022	Reatores Eletromagnéticos para Lâmpadas a Vapor de Sódio e para Lâmpadas a Vapor Metálico (Halogenetos)	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Reatores Eletromagnéticos para Lâmpadas a Vapor de Sódio e para Lâmpadas a Vapor Metálico (Halogenetos).
Portaria INMETRO / ME - número 500 de 20/12/2021	Reatores Eletromagnéticos para Lâmpadas Fluorescentes Tubulares	Aprova a Regulamentação Técnica para Reatores Eletromagnéticos para Lâmpadas Fluorescentes Tubulares.

Portaria INMETRO / ME - número 78 de 04/02/2021	Reatores Eletrônicos Alimentados em Corrente Alternada para Lâmpadas Fluorescentes Tubulares Retilíneas, Circulares e Compactas	Aprova a Regulamentação Técnica para Reatores Eletrônicos Alimentados em Corrente Alternada para Lâmpadas Fluorescentes Tubulares Retilíneas, Circulares e Compactas.
Portaria INMETRO / ME - número 303 de 12/07/2021	Recipientes Transportáveis para Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Recipientes Transportáveis para Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.
Portaria INMETRO / ME - número 433 de 15/10/2021	Reforma de Pneus	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Reforma de Pneus.
Portaria INMETRO / ME - número 332 de 02/08/2021	Refrigeradores e Assemelhados	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Refrigeradores e Assemelhados.
Portaria INMETRO / ME - número 4 de 04/01/2022	Registrador Eletrônico de Ponto Convencional (REP-C)	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Registrador Eletrônico de Ponto Convencional (REP-C).
Portaria INMETRO / ME - número 194 de 27/04/2022	Registro do Peso Bruto Total (PBT) e da Capacidade Máxima de Tração (CMT)	Revisa o estoque regulatório com vistas à revogação de medida regulatória em razão da ausência de competência legal do Inmetro, conforme artigo 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, para a sua expedição - Registro do Peso Bruto Total (PBT) e da Capacidade Máxima de Tração (CMT).
Portaria INMETRO / ME - número 106 de 16/03/2022	Reguladores de Baixa Pressão para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) com Capacidade de Vazão de até 4 kg/h	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Reguladores de Baixa Pressão para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) com Capacidade de Vazão de até 4 kg/h.
Portaria INMETRO / ME - número 282 de 26/08/2020	Regulamentação de Âmbito Geral	Estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do Inmetro no âmbito da Avaliação da Conformidade compulsória, revogando disposições em contrário.
Portaria INMETRO / ME - número 140 de 19/03/2021	Regulamentação de Âmbito Geral	Aprova os Requisitos Gerais de Declaração do Fornecedor de Produtos (RGDF Produto)
Portaria INMETRO / ME - número 200 de 29/04/2021	Regulamentação de Âmbito Geral	Aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produtos (RGCP).
Portaria INMETRO / ME - número 230 de 18/05/2021	Regulamentação de Âmbito Geral	Altera critérios para emissão do Selo de Identificação da Conformidade nos Requisitos de Avaliação da Conformidade específicos relacionados. Portaria Complementar.
Portaria INMETRO / ME - número 278 de 25/06/2021	Regulamentação de Âmbito Geral	Aprova os Requisitos Gerais de Declaração do Fornecedor de Serviços (RGDF Serviço).
Portaria Inmetro/ME - número 422 de 18/05/2021	Regulamentação de Âmbito Geral	Altera a Portaria Inmetro nº 218, de 7 de maio de 2021, que aprova o Regulamento Consolidado para Pó para Extinção de Incêndio, a Portaria Inmetro nº 230, de 18 de maio de 2021, que altera critérios para emissão do Selo de Identificação da Conformidade nos Requisitos de Avaliação da Conformidade específicos relacionados, e a Portaria Inmetro nº 231, de 18 de maio de 2021, que aprova o Regulamento Consolidado para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares.
Portaria INMETRO / ME - número 133 de 23/03/2022	Requalificação de Cilindros Destinados ao Armazenamento de Gás Natural Veicular	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Requalificação de Cilindros Destinados ao Armazenamento de Gás Natural Veicular.
Portaria INMETRO / ME - número 160 de 06/04/2021	Requalificação de Recipientes Transportáveis para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Requalificação de Recipientes Transportáveis para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).
Portaria INMETRO / ME - número 384 de 17/09/2021	Reservatório de Água Potável	Aprova a Regulamentação Técnica para Reservatório de Água Potável.
Portaria INMETRO / ME - número 501 de 20/12/2021	Rodas Automotivas	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Rodas Automotivas.
Portaria INMETRO / ME - número 458 de 17/11/2021	Seringas Hipodérmicas Estéreis de Uso Único	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Seringas Hipodérmicas Estéreis de Uso Único.
Portaria INMETRO / ME - número 134 de 24/03/2022	Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos.
Portaria INMETRO / ME - número 377 de 14/09/2021	Televisores	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Televisores.
Portaria INMETRO / ME - número 276 de 25/06/2021	Telhas Cerâmicas e Telhas de Concreto	Aprova a Regulamentação Técnica para Telhas Cerâmicas e Telhas de Concreto.
Portaria INMETRO / ME - número 382 de 17/09/2021	Transformadores de Distribuição em Líquido Isolante	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Transformadores de Distribuição em Líquido Isolante
Portaria INMETRO / ME - número 435 de 19/10/2021	Tubos de Aço-Carbono para Usos Comuns e Tubos de Aço-Carbono para Usos em Altas Temperaturas	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tubos de Aço-Carbono para Usos Comuns e Tubos de Aço-Carbono para Usos em Altas Temperaturas.
Portaria INMETRO / ME - número 494 de 10/12/2021	Veículos Porta-Contêiner e Dispositivos de Fixação de Contêiner	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Veículos Porta-Contêiner e Dispositivos de Fixação de Contêiner.
Portaria INMETRO / ME - número 299 de 09/07/2021	Ventiladores de Mesa, Parede, Pedestal e Circuladores de Ar	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Ventiladores de Mesa, Parede, Pedestal e Circuladores de Ar.
Portaria INMETRO / ME - número 465 de 23/11/2021	Ventiladores de Teto	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Ventiladores de Teto.
Portaria INMETRO / ME - número 34 de 02/02/2021	Vidros de Segurança Automotivos	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Vidros de Segurança Automotivos.

ANEXO II

A DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL (DIMEL) É RESPONSÁVEL NO INMETRO PELOS SEGUINTES ATOS NORMATIVOS:

DESCRIÇÃO DO ATO LEGAL	OBJETO	EMENTA
Portaria INMETRO / ME - número 236 - de 14/06/2022	Medidores de vazão de gás natural, biometano e gás liquefeito de petróleo (GLP) em fase gasosa	Altera o Regulamento Técnico Metrológico aprovado pela Portaria Inmetro nº 156, de 30 de março de 2022.
Portaria INMETRO / ME - número 227 - de 26/05/2022	Bombas medidoras de combustíveis líquidos	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para bombas medidoras de combustíveis líquidos.
Portaria INMETRO / ME - número 221 - de 23/05/2022	Sistemas de medição ou medidores de energia elétrica ativa e/ou reativa, eletrônicos, monofásicos e polifásicos e sistemas de iluminação pública	Aprova a regulamentação técnica metrológica consolidada para sistemas de medição ou medidores de energia elétrica ativa e/ou reativa, eletrônicos, monofásicos e polifásicos e sistemas de iluminação pública.
Portaria INMETRO / ME - número 160 - de 31/03/2022	Autorização para realizar o serviço de arqueação de tanques	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado relativo às condições que devem ser atendidas pelas empresas que solicitem a concessão e manutenção da autorização para realizar, o serviço de arqueação de tanques, não sujeito ao controle metrológico obrigatório.
Portaria INMETRO / ME - número 158 - de 31/03/2022	Medidores de velocidade de veículos automotores	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para medidores de velocidade de veículos automotores.
Portaria INMETRO / ME - número 156 - de 30/03/2022	Medidores de vazão de gás natural, biometano e gás liquefeito de petróleo (GLP) em fase gasosa	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para medidores de vazão de gás natural, biometano e gás liquefeito de petróleo (GLP) em fase gasosa.
Portaria INMETRO / ME - número 155 - de 30/03/2022	Medidores de consumo de água potável fria e água quente	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para medidores para consumo de água potável fria e água quente.
Portaria INMETRO / ME - número 154 - de 30/03/2022	Sistemas de medição mássica de quantidades de líquidos	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para sistemas de medição mássica de quantidades de líquidos.
Portaria INMETRO / ME - número 124 - de 24/03/2022	Taxímetros	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para taxímetros.
Portaria INMETRO / ME - número 104 - de 28/03/2022	Mototaxímetros	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para Mototaxímetros.
Portaria INMETRO / ME - número 103 - de 24/03/2022	Tanques fixos	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para tanques fixos.
Portaria INMETRO / ME - número 91 - de 24/03/2022	Execução das atividades materiais e acessórias que subsidiam as verificações subsequentes de cronotacógrafos	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para a execução das atividades materiais e acessórias que subsidiam as verificações subsequentes de cronotacógrafos.
Portaria INMETRO / ME - número 78 - de 23/03/2022	Autorização para executar os ensaios inerentes à verificação inicial e após reparo de instrumentos de medição	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece as condições a serem atendidas pelas empresas que requeiram autorização para executar, sob supervisão metrológica do Inmetro, os ensaios inerentes à verificação inicial e após reparo de instrumentos de medição nos termos de regulamentação técnica metrológica particularizada.
Portaria INMETRO / ME - número 50 - de 09/02/2022	Autorização para fins de reparo e manutenção de instrumentos de medição regulamentados	Altera o subitem 2.3.9 do Regulamento Técnico aprovado pela Portaria Inmetro nº 457, de 17 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União, de 19 de novembro de 2021, seção 1, páginas 83 a 85.
Portaria INMETRO / ME - número 49 - de 08/02/2022	Tanques de carga montados sobre veículos rodoviários automotrizes, semirreboques e reboques	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para tanques de carga montados sobre veículos rodoviários automotrizes, semirreboques e reboques.
Portaria INMETRO / ME - número 47 - de 07/02/2022	Medidores de umidade de grãos	Aprova a regulamentação técnico metrológica consolidada para medidores de umidade de grãos.
Portaria INMETRO / ME - número 39 - de 26/01/2022	Sardinha em óleo	Dispõe sobre a tolerância individual admissível da mercadoria pré-embalada sardinha em óleo, acondicionada em embalagem metálica.
Portaria INMETRO / ME - número 19 - de 12/01/2022	Instrumentos de pesagem automáticos de veículos rodoviários em movimento	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para instrumentos de pesagem automáticos de veículos rodoviários em movimento.
Portaria INMETRO / ME - número 525 - de 30/12/2021	Agenda Regulatória da Diretoria de Metrologia Legal 2022-2023	Torna pública a agenda regulatória da Diretoria de Metrologia Legal para o biênio 2022-2023.
Portaria INMETRO / ME - número 498 - de 16/12/2021	Medidores de gás automotivo	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para medidores de gás automotivo.
Portaria INMETRO / ME - número 493 - de 10/12/2021	Medidores de energia elétrica ativa de indução, monofásicos e polifásicos, classes 1 e 2	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para medidores de energia elétrica ativa de indução, monofásicos e polifásicos, classes 1 e 2.
Portaria INMETRO / ME - número 484 - de 08/12/2021	Placas cerâmicas para revestimento	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece as condições a que devem atender as placas cerâmicas para revestimento.
Portaria INMETRO / ME - número 483 - de 08/12/2021	Clips para papel, grampos para papel, artesanato e uso industrial, apresentados em barretes e palitos para churrasco	Dispõe sobre a indicação da quantidade nominal dos produtos clips para papel, grampos para papel, artesanato e uso industrial, apresentados em barretes e palitos para churrasco - consolidado.

Portaria INMETRO / ME - número 481 - de 06/12/2021	Cronotacógrafos	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para cronotacógrafos.
Portaria INMETRO / ME - número 480 - de 06/12/2021	Produto semente destinado ao plantio agrícola	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece os critérios para a verificação do conteúdo efetivo do produto semente destinado ao plantio agrícola, acondicionado em embalagens que permitem troca de umidade com o ar atmosférico e comercializado em quantidades nominais iguais.
Portaria INMETRO / ME - número 479 - de 03/12/2021	Certificados de verificação de veículos-tanques rodoviários ou ferroviários	Estabelece regras para prorrogação dos certificados de verificação de veículos-tanques rodoviários ou ferroviários.
Portaria INMETRO / ME - número 474 - de 29/11/2021	Farinha de trigo	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece a metodologia para a verificação quantitativa da mercadoria pré-embalada farinha de trigo.
Portaria INMETRO / ME - número 473 - de 29/11/2021	Produtos cosméticos e toucador	Dispõe sobre o controle do conteúdo líquido para a indicação quantitativa de produtos cosméticos e toucador comercializados em quantidades nominais de 5 g ou ml a 20 g ou ml - consolidado.
Portaria INMETRO / ME - número 471 - de 24/11/2021	Tanques (reservatórios) de embarcações do tipo chata tanque	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para tanques (reservatórios) de embarcações do tipo chata tanque.
Portaria INMETRO / ME - número 464 - de 23/11/2021	Recipientes transportáveis de aço, destinados ao acondicionamento do gás liquefeito de petróleo (GásLP)	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece os critérios para a comercialização, indicação quantitativa e metodologia de verificação dos recipientes transportáveis de aço, destinados ao acondicionamento do gás liquefeito de petróleo (GásLP).
Portaria INMETRO / ME - número 457 - de 17/11/2021	Autorização para fins de reparo e manutenção de instrumentos de medição regulamentados	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado relativo às condições que devem ser atendidas pelas sociedades empresárias e não empresárias (sociedades simples) que requeiram a autorização para fins de reparo e manutenção de instrumentos de medição regulamentados.
Portaria INMETRO / ME - número 455 - de 16/11/2021	Sabão e sabonete em barra	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece as condições para as mercadorias pré-embaladas sabão e sabonete em barra.
Portaria INMETRO / ME - número 418 - de 01/10/2021	Medidas adotadas para redução dos efeitos da pandemia causada pelo Covid-19 no controle metrológio legal	Acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 1º da Portaria Inmetro nº 295, de 8 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 16/07/2021, seção 1, página 31, que aprimora as medidas adotadas para redução dos efeitos da pandemia causada pelo Covid-19 no controle metrológico legal.

Portaria INMETRO / ME - número 329 - de 29/07/2021	Mercadorias pré-embaladas comercializadas sob a forma de aerossol	Dispõe sobre as mercadorias pré-embaladas comercializadas sob a forma de aerossol - consolidado.
Portaria INMETRO / ME - número 328 - de 29/07/2021	Mercadorias pré-embaladas comercializadas em unidades de massa, de conteúdo nominal desigual	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado sobre o controle metrológico de mercadorias pré-embaladas comercializadas em unidades de massa, de conteúdo nominal desigual.
Portaria INMETRO / ME - número 327 - de 28/07/2021	Produtos cárneos pré-embalados	Dispõe sobre a indicação da quantidade líquida de produtos cárneos pré-embalados.
Portaria INMETRO / ME - número 325 - de 28/07/2021	Termômetros clínicos digitais	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para termômetros clínicos digitais utilizados no controle da temperatura de seres humanos e de animais.
Portaria INMETRO / ME - número 323 - de 23/07/2021	Termômetros clínicos de líquido termométrico em vidro	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para termômetros clínicos de líquido termométrico em vidro.
Portaria INMETRO / ME - número 298 - de 08/07/2021	Computadores de vazão e conversores de volume	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para os computadores de vazão e conversores de volume.
Portaria INMETRO / ME - número 295 - de 08/07/2021	Medidas adotadas para redução dos efeitos da pandemia causada pelo Covid-19 no controle metrológio legal	Aprimora as medidas adotada para redução dos efeitos da pandemia causada pelo Covid-19 no controle metrológico legal, e dá outras providências.
Portaria INMETRO / ME - número 294 - de 08/07/2021	Mercadorias pré-embaladas, comercializadas em unidades de comprimento e em número de unidades, com conteúdo nominal igual	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado sobre o controle metrológico de mercadorias pré-embaladas, comercializadas em unidades de comprimento e em número de unidades, com conteúdo nominal igual.
Portaria INMETRO / ME - número 293 - de 08/07/2021	Autorização para emitir declaração de conformidade em substituição à verificação inicial	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado sobre a possibilidade de importadores e fabricantes de instrumentos de medição obterem autorização para emitir declaração de conformidade em substituição à verificação inicial.
Portaria INMETRO / ME - número 291 - de 07/07/2021	Sistemas de medição dinâmica equipados com medidores para quantidades de líquidos	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para sistemas de medição dinâmica equipados com medidores para quantidades de líquidos.
Portaria INMETRO / ME - número 289 - de 05/07/2021	Pesos padrão	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para pesos padrão.
Portaria INMETRO / ME - número 282 - de 28/06/2021	Tanques de carga montados sobre veículos ferroviários	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para tanques de carga montados sobre veículos ferroviários.

Portaria INMETRO / ME - número 405 - de 27/09/2021	Gás liquefeito de petróleo (GásLP) quando comercializado em recipientes transportáveis	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece critérios para exame de determinação quantitativa do conteúdo efetivo do produto gás liquefeito de petróleo (GásLP) quando comercializado em recipientes transportáveis.
Portaria INMETRO / ME - número 386 - de 17/09/2021	Sabão ralado, sabão em pó, sabão granulado e sabão de coco em pó	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece os critérios para verificação do conteúdo efetivo dos produtos sabão ralado, sabão em pó, sabão granulado e sabão de coco em pó, quando classificados como não higroscópicos.
Portaria INMETRO / ME - número 369 - de 08/09/2021	Etilômetros	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para etilômetros destinados a medir a concentração de álcool no ar expirado, correspondente a massa de álcool por litro de ar pulmonar profundo.
Portaria INMETRO / ME - número 366 - de 08/09/2021	Regras e procedimentos a serem adotados na execução e na cobrança dos serviços metrológicos	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado estabelecendo as regras e procedimentos a serem adotados na execução e na cobrança dos serviços metrológicos.
Portaria INMETRO / ME - número 353 - de 23/08/2021	Designação de laboratórios	Regulamenta a designação de laboratórios de que trata a Portaria Inmetro nº 176, de 19 de abril de 2021.
Portaria INMETRO / ME - número 341 - de 09/08/2021	Esfigmomanômetros	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para esfigmomanômetros de medição não invasiva.
Portaria INMETRO / ME - número 340 - de 09/08/2021	Queijos e requeijões	Dispõe sobre a indicação quantitativa de queijos e requeijões, que não possam ter suas quantidades padronizadas e/ou que possam perder peso de maneira acentuada - consolidado.
Portaria INMETRO / ME - número 339 - de 06/08/2021	Peso drenado de mercadorias pré-embaladas	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece a metodologia para determinação do peso drenado de mercadorias pré-embaladas.
Portaria INMETRO / ME - número 336 - de 05/08/2021	Fermento biológico fresco	Dispõe sobre a indicação quantitativa do produto fermento biológico fresco - consolidado.
Portaria INMETRO / ME - número 335 - de 04/08/2021	Fósforos e palitos de dente	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado sobre a verificação do conteúdo líquido de fósforos e palitos de dente, comercializados como mercadorias pré-embaladas de quantidade nominal igual em número de unidades.
Portaria INMETRO / ME - número 333 - de 04/08/2021	Linhas	Dispõe sobre a indicação do conteúdo nominal de linhas - consolidado.

Portaria INMETRO / ME - número 281 - de 28/06/2021	Instrumentos de medição destinados a medir a fração volumétrica de determinados componentes dos gases de exaustão dos motores de veículos automotores	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para instrumentos de medição destinados a medir a fração volumétrica de determinados componentes dos gases de exaustão dos motores de veículos automotores.
Portaria INMETRO / ME - número 265 - de 15/06/2021	Indicação quantitativa do conteúdo nominal de determinadas mercadorias pré-embaladas	Dispõe sobre o tipo de medida (grandeza) da indicação quantitativa do conteúdo nominal de determinadas mercadorias pré-embaladas, de forma compulsória bem como de isenções da obrigatoriedade.
Portaria INMETRO / ME - número 251 - de 09/06/2021	Conteúdos líquidos de mercadorias pré-embaladas	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado sobre conteúdos líquidos de mercadorias pré-embaladas.
Portaria INMETRO / ME - número 250 - de 09/06/2021	Pescados, moluscos e crustáceos glaciados	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece a metodologia para a determinação de conteúdo efetivo em pescados, moluscos e crustáceos glaciados pré-embalados.
Portaria INMETRO / ME - número 249 - de 09/06/2021	Indicação quantitativa do conteúdo líquido das mercadorias pré-embaladas	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece a forma de expressar a indicação quantitativa do conteúdo líquido das mercadorias pré-embaladas.
Portaria INMETRO / ME - número 235 - de 21/05/2021	Carroçarias para carga sólida	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para carroçarias para carga sólida.
Portaria INMETRO / ME - número 227 - de 17/05/2021	Pescados congelados pré-embalados, com conteúdo nominal desigual	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece os critérios para a indicação do conteúdo nominal de pescados congelados pré-embalados, com conteúdo nominal desigual.
Portaria INMETRO / ME - número 210 - de 04/05/2021	Balas em geral, goma de mascar, caramelos, confeitos, doces em tabletes, chocolate, drops e pastilhas	Dispõe sobre o conteúdo nominal de balas em geral, goma de mascar, caramelos, confeitos, doces em tabletes, chocolate, drops e pastilhas.
Portaria INMETRO / ME - número 209 - de 04/05/2021	Opacímetros de fluxo parcial	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para opacímetros de fluxo parcial.
Portaria INMETRO / ME - número 206 - de 04/05/2021	Inseticida ou repelente líquido	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece os critérios para a verificação do conteúdo líquido do produto inseticida ou repelente líquido, comercializado em recipiente a ser acoplado em dispositivo elétrico.
Portaria INMETRO / ME - número 205 - de 03/05/2021	Barras e fios de aço (vergalhões)	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece a padronização e os critérios para a verificação do conteúdo efetivo dos produtos barras e fios de aço (vergalhões).
Portaria INMETRO / ME - número 201 - de 30/04/2021	Mercadorias pré-embaladas, acondicionadas e/ou etiquetadas no ponto de venda	Dispõe sobre a indicação quantitativa do peso líquido de mercadorias pré-embaladas, acondicionadas e/ou etiquetadas no ponto de venda.

Portaria INMETRO / ME - número 188 - de 27/04/2021	Cromatógrafos a gás em linha	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para cromatógrafos a gás em linha.
Portaria INMETRO / ME - número 186 - de 26/04/2021	Sal, fermento biológico fresco e alho in natura	Dispõe sobre a tolerância individual admissível das mercadorias pré-embaladas sal, utilizado como condimento alimentar, fermento biológico fresco e alho in natura, sem a presença do consumidor.
Portaria INMETRO / ME - número 181 - de 21/04/2021	Comercialização do pão francês ou de sal	Dispõe sobre a comercialização do pão francês ou de sal.
Portaria INMETRO / ME - número 176 - de 19/04/2021	Diretrizes e requisitos gerais para o processo de avaliação de modelo	Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece as diretrizes e requisitos gerais para o processo de avaliação de modelo.
Portaria INMETRO / ME - número 165 - de 13/04/2021	Produtos com brindes	Dispõe sobre o conteúdo nominal dos produtos com brindes.
Portaria INMETRO / ME - número 161 - de 13/04/2021	Prazos para fins de aprovação tácita dos atos públicos de liberação de responsabilidade do Inmetro	Estabelece os prazos para fins de aprovação tácita dos atos públicos de liberação de responsabilidade do Inmetro, conforme caput do artigo 10 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.
Portaria INMETRO / ME - número 92 - de 19/02/2021	Medidas materializadas de volume	Aprova Regulamento Técnico Metrológico para medidas materializadas de volume.
Portaria INMETRO / ME - número 91 - de 19/02/2021	Provetas de vidro de 100 mL com boca esmerilhada e tampa	Aprova Regulamento Técnico Metrológico para provetas de vidro de 100 mL com boca esmerilhada e tampa.
Portaria INMETRO / ME - número 90 - de 19/02/2021	Densímetros termocompensados de leitura direta de teor alcoólico	Aprova Regulamento Técnico Metrológico para densímetros termocompensados de leitura direta de teor alcoólico.
Portaria INMETRO / ME - número 89 - de 19/02/2021	Densímetros de vidro, de massa constante, utilizados na determinação da massa específica de petróleo e seus derivados líquidos e de álcool etílico (etanol) e suas misturas com água, a temperatura de 20 °C	Aprova Regulamento Técnico Metrológico para densímetros de vidro, de massa constante, utilizados na determinação da massa específica de petróleo e seus derivados líquidos e de álcool etílico (etanol) e suas misturas com água, a temperatura de 20 °C.
Portaria INMETRO / ME - número 88 - de 12/02/2021	Instrumentos medidores de comprimento	Aprova Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos medidores de comprimento.
Portaria INMETRO / ME - número 86 - de 11/02/2021	Termômetros de líquido em vidro utilizados na medição de petróleo e seus derivados líquidos	Aprova Regulamento Técnico Metrológico para Termômetros de líquido em vidro utilizados na medição de petróleo e seus derivados líquidos.
Portaria INMETRO / ME - número 81 - de 09/02/2021	Medidores de transmitância luminosa	Aprova Regulamento Técnico Metrológico para medidores de Transmitância Luminosa.
Portaria INMETRO / ME - número 265 - de 10/08/2020	Classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do INMETRO no âmbito da Metrologia Legal	Estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do INMETRO no âmbito da Metrologia Legal.
Portaria INMETRO / MDIC - número 150 - de 29/03/2016	Vocabulário Internacional de Termos de Metrologia Legal (VIML)	Adotar, no Brasil, o Vocabulário Internacional de Termos de Metrologia Legal (VIML), em anexo, baseado no documento OIML V1, edição 2013, com a devida tradução ao nosso idioma, e o Anexo de notas da versão brasileira do VIML.
Resolução Conjunta ANP / INMETRO - número 1 - de 10/06/2013	Condições e os requisitos técnicos, construtivos e metrológicos mínimos que os sistemas de medição de petróleo e gás natural deverão observar, com vistas a garantir a credibilidade dos resultados de medição	Aprova o Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural, anexo à presente Resolução, o qual estabelece as condições e os requisitos técnicos, construtivos e metrológicos mínimos que os sistemas de medição de petróleo e gás natural deverão observar, com vistas a garantir a credibilidade dos resultados de medição.
Portaria INMETRO / MDIC - número 232 - de 08/05/2012	Vocabulário Internacional de Metrologia (VIM)	Adotar, no Brasil, a 1a edição luso-brasileira do Vocabulário Internacional de Metrologia – Conceitos fundamentais e gerais e termos associados (VIM 2012), em anexo.

ANEXO III

A COORDENAÇÃO GERAL DE ACREDITAÇÃO (CGCRE) É RESPONSÁVEL NO INMETRO PELO SEGUINTE ATO NORMATIVO:

Descrição do Ato Legal	Objeto	Ementa
Portaria Ibama/Inmetro - Conjunta- 1, DE 29 de março de 2010.	Reconhecimento pelo Inmetro das instalações de teste nacionais	Estabelecer que os estudos físico-químicos, toxicológicos, ecotoxicológicos, ou quaisquer outros que subsidiarem a avaliação de produtos agrotóxicos pelo IBAMA deverão ser realizados em instalações de teste reconhecidas e monitoradas de acordo com os Princípios das Boas Práticas de Laboratórios - BPL. Art.2º As instalações de teste nacionais deverão ser reconhecidas e monitoradas pelo Inmetro, através da Coordenação Geral de Acreditação - Cgcre/INMETRO.

ANEXO IV

O GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABIN) É RESPONSÁVEL NO INMETRO PELO SEGUINTE ATO NORMATIVO:

DESCRIÇÃO	OBJETO	EMENTA
Portaria INMETRO / MDIC nº 274 de 13/06/2014	Uso de Marcas, Símbolos, Selos e Etiquetas	Aprovar, para sua fiel observância, o Regulamento para o Uso das Marcas, dos Símbolos, dos Selos e das Etiquetas do Inmetro.

RETIFICAÇÃO

No Anexo II, itens 11.1 e 11.2, da Portaria Inmetro nº 35, de 5 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2021, seção 1, páginas 59 a 64, onde se lê:

"11.1 Os modelos de Selo de Identificação da Conformidade devem ser apostos nos colchões e colchonetes certificados e, quando aplicável, na embalagem primária.

Nota: Será necessária a aposição do selo na embalagem primária quando esta não for de material transparente, ou possuir inscrições ou desenhos que impeçam a visualização do selo costurado no colchão ou colchonete.

11.2 O Selo de Identificação da Conformidade deve ser costurado diretamente no corpo dos colchões e colchonetes, de modo a não ser removido, em ambos os modelos de certificação (modelo 5 e modelo 1b).";

Leia-se:

"11.1 Os modelos de Selo de Identificação da Conformidade devem ser apostos nos colchões e colchonetes certificados e, quando aplicável, na embalagem primária.

Nota: Será necessária a aposição do selo na embalagem primária quando esta não for de material transparente, ou possuir inscrições ou desenhos que impeçam a visualização do selo aposto no colchão ou colchonete.

11.2 O Selo de Identificação da Conformidade deve ser aposto de forma permanente ao revestimento do colchão, em local que permita sua completa visualização, e deve ser confeccionado em material durável e indelével, de forma que se mantenha em perfeitas condições para a identificação do produto."

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 8.075 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep nº 15414.615572/2022-17 e 15414.615589/2022-74, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S.A., CNPJ nº 07.163.211/0001-94, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de junho de 2022:

I-instalação do conselho de administração e eleição de seus membros;

II-alteração da denominação social para BS2 SEGUROS S.A.;

III-aumento do capital social em R$ 33.000.000,00, elevando-o para R$ 48.000.000,00, dividido em 32.515.848 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

IV-reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Cancelar a autorização de BS2 SEGUROS S.A. para operar planos de previdência complementar aberta, autorizando-a operar seguros de danos.

Art.3º Ratificar que BS2 SEGUROS S.A. encontra-se autorizada a operar seguros de danos e de pessoas, em todo o território nacional.

Art.4º Homologar a alteração no controle acionário indireto e na ingerência efetiva nos negócios de BS2 SEGUROS S.A., que passam a ser exercidos por BANCO BS2 S.A., CNPJ nº 71.027.866/0001-34, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, e PICASSO MOON INVESTMENTS LIMITED, sociedade organizada e existente sob as leis da República de Maurício.

Art.5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO
SUPERINTENDENTE

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.205, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.609702/2022-82, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 03.209.092/0001-02, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 26 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.206, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.619584/2022-11, resolve:

Art. 1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.207, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.632163/2022-85, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de MAPFRE VIDA S.A., CNPJ nº 54.484.753/0001-49, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 7 de outubro de 2022:

I-redução do capital social em R$ 90.000.000,00, reduzindo-o para R$ 505.166.348,14, dividido em 55.471.444 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II-reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.208, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo Susep nº 15414.630634/2022-11, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 87.376.109/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de setembro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.209, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.627843/2022-87, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A., CNPJ nº 10.793.428/0001-92, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de agosto de 2022:

I-aumento do capital social em R$ 153.510.000,00, elevando-o para R$ 973.181.743,75, dividido em 756.382.576 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II-reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.210, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II do art. 5º, no §2º do art. 26 e no §7º do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620660/2022-31, resolve:

Art. 1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 da GENERALI ESPAÑA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS, sociedade constituída e existente segundo as leis da Espanha, cadastrada como resseguradora eventual, conforme Portaria SUSEP nº 5, de 24 de julho de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 604, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa 3M MANAUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11; os termos do Parecer de Engenharia nº 177/2022/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 194/2022/COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.008040/2022-19, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa 3M MANAUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, CNPJ nº 08.014.346/0001-50, Inscrição SUFRAMA nº 20.0150.91-0, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 177/2022/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 194/2022/COAPA/CGPRI/SPR, para produção de CINTURÃO DE SEGURANÇA (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL-EPI), código SUFRAMA 2269, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a qual se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB estabelecido na Portaria Interministerial ME/MCTI nº 5.921, de 8 de junho de 2021;

II - o investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), no percentual estabelecido no Art. 3º da Portaria Interministerial ME/MCTI nº 5.921, de 8 de junho de 2021, calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização com fruição do benefício fiscal, do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação, em contrapartida pela opção feita pela empresa de não realização da etapa de "estampagem das partes metálicas";

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 640, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Revoga a Portaria Setec nº 487, de 31 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto nos Processos Administrativos nº 19952.100004/2020-18 e 23000.002400/2020-15, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Setec nº 487, de 31 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

TOMÁS DIAS SANT'ANA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.082, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202017058	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	99 (noventa e nove)	Faculdade Católica Paulista	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LATINO AMERICANA	AVENIDA CRISTO REI, 270-305, , BANZATO, MARÍLIA/SP
2	202020449	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	Faculdade Católica Paulista	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LATINO AMERICANA	AVENIDA CRISTO REI, 270-305, , BANZATO, MARÍLIA/SP
3	202005530	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	Faculdade CESURG Marau	SOCIEDADE EDUCACIONAL MARAU LTDA	RUA JÚLIO BORELLA, 1968, CESURG - MARAU, CENTRO, MARAU/RS
4	202109410	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS DE TIMBAÚBA	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR SANTA TEREZINHA	AV ANTONIO XAVIER DE MORAIS, 3, , SAPUCAIA, TIMBAÚBA/PE
5	201930989	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DOM BOSCO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DOM BOSCO	AVENIDA PROFESSOR ANTONIO ESTEVES, 01, , MORADA DA COLINA, RESENDE/RJ
6	202016486	ENFERMAGEM (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DOM BOSCO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DOM BOSCO	AVENIDA PROFESSOR ANTONIO ESTEVES, 01, , MORADA DA COLINA, RESENDE/RJ
7	202118646	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE GOIANA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIANA LTDA - ME	AVENIDA NUNES MACHADO, 199, FACULDADE DE GOIANA - UNIDADE 2, CENTRO, GOIANA/PE
8	202118226	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade de Imperatriz Wyden	A. REGIAO TOCANTINA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA PRUDENTE DE MORAES, S/N, , RESIDENCIAL KUBITSCHEK, IMPERATRIZ/MA
9	202118238	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade de Imperatriz Wyden	A. REGIAO TOCANTINA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA PRUDENTE DE MORAES, S/N, , RESIDENCIAL KUBITSCHEK, IMPERATRIZ/MA
10	201930128	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade de Imperatriz Wyden	A. REGIAO TOCANTINA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA PRUDENTE DE MORAES, S/N, , RESIDENCIAL KUBITSCHEK, IMPERATRIZ/MA
11	202108705	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	70 (setenta)	Faculdade Educacional Araucária	ASSENAR - ENSINO DE ARAUCARIA LTDA - ME	RUA JATOBÁ, 569, ESQUINA COM A RUA MARMELEIROS, EUCALIPTOS, FAZENDA RIO GRANDE/PR

12	202108706	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	70 (setenta)	Faculdade Educacional Araucária	ASSENAR - ENSINO DE ARAUCARIA LTDA - ME	RUA JATOBÁ, 569, ESQUINA COM A RUA MARMELEIROS, EUCALIPTOS, FAZENDA RIO GRANDE/PR
13	202002491	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Educamais	EGEA - ESCOLA GLOBAL DE EDUCACAO AVANCADA S.A	RUA CONDE DO PINHAL, 80, SEDE CONDE DO PINHAL, CENTRO, SÃO PAULO/SP
14	201803316	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Educamais	EGEA - ESCOLA GLOBAL DE EDUCACAO AVANCADA S.A	RUA CONDE DO PINHAL, 80, SEDE CONDE DO PINHAL, CENTRO, SÃO PAULO/SP
15	201803317	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Educamais	EGEA - ESCOLA GLOBAL DE EDUCACAO AVANCADA S.A	RUA CONDE DO PINHAL, 80, SEDE CONDE DO PINHAL, CENTRO, SÃO PAULO/SP
16	202119209	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MACÊDO DE AMORIM	AMORIM ENSINO TECNICO E SUPERIOR LTDA	RUA CONSELHEIRO SEVERINO FRANCISCO ALVES, 174, ANEXO 75, ANEXO 153, ANEXO 169, ANEXO 174, ANEXO 2, LIVRAMENTO, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE
17	202021211	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MACÊDO DE AMORIM	AMORIM ENSINO TECNICO E SUPERIOR LTDA	RUA CONSELHEIRO SEVERINO FRANCISCO ALVES, 174, ANEXO 75, ANEXO 153, ANEXO 169, ANEXO 174, ANEXO 2, LIVRAMENTO, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE
18	202019717	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Uninta Itapipoca	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS	AVENIDA ANASTÁCIO BRAGA, 5700, , URBANO TEIXEIRA, ITAPIPOCA/CE
19	202021599	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Uninta Itapipoca	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS	AVENIDA ANASTÁCIO BRAGA, 5700, , URBANO TEIXEIRA, ITAPIPOCA/CE
20	202003232	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	ASSOCIACAO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS	RUA 24 DE MAIO, 135, , CENTRO, CURITIBA/PR
21	201926547	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	ASSOCIACAO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS	AVENIDA RUI BARBOSA, 9551, , CENTRO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
22	202119564	INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES, ARTES E TECNOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA	AVENIDA DOUTOR NILO PEÇANHA, 1600, , BOA VISTA, PORTO ALEGRE/RS
23	202018132	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE FEEVALE	ASSOCIACAO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	RODOVIA RODOVIA ERS-239, Nº 2755, , VILA NOVA, NOVO HAMBURGO/RS
24	202006943	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA VERGUEIRO, 235, , LIBERDADE, SÃO PAULO/SP
25	201932513	MARKETING (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE, 2184, CAMPUS NATAL - UNIDADE ROBERTO FREIRE, CAPIM MACIO, NATAL/RN
26	202016713	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	360 (trezentas e sessenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AV. ALEXANDRE DUMAS, 2016, UNIDADE SANTO AMARO, CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL), SÃO PAULO/SP
27	202016714	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	360 (trezentas e sessenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA ANGÉLICA, 2563, PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
28	202016712	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	360 (trezentas e sessenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA JABAQUARA, 1.870, UNIDADE JABAQUARA, MIRANDÓPOLIS, SÃO PAULO/SP
29	202020029	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 184, UNIDADE VILA LEOPOLDINA, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP
30	202016717	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA ANGÉLICA, 2563, PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
31	202118979	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA TAQUARI, 546, , MOOCA, SÃO PAULO/SP
32	202004238	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA TAQUARI, 546, , MOOCA, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 1.085, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO
(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202122982	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA GOVERNADOR CARLOS DE LIMA CAVALCANTI, 110, BOA VISTA, RECIFE/PE
2	202123403	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA.	RUA SANTOS DUMONT, 888, NITEROI, CANOAS/RS
3	202122679	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE AGES DE SENHOR DO BONFIM	AGES EDUCACAO LTDA	RODOVIA LOMANTO JÚNIOR, BR 407, S/N, KM 104, CENTRO, SENHOR DO BONFIM/BA
4	202123583	ENGENHARIA DE ENERGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE ÁLVARES DE AZEVEDO	FEPEC - FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA EM ENGENHARIA E CUSTOS LTDA	ESTRADA DO CAMPO LIMPO, 695, FACULDADE ÁLVARES DE AZEVEDO, JARDIM SÃO JANUÁRIO, SÃO PAULO/SP
5	202123618	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA JURACY MAGALHÃES, 3000, CAMPUS PRINCIPAL, BOA VISTA, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
6	202122483	GESTÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE BIOPARK	ASSOCIACAO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO UNIBIO	PR 182 KM 320/321 BIOPARK, S/N, ÁREA RURAL DE TOLEDO, TOLEDO/PR
7	202122204	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE BRASÍLIA	UP10 EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA SANTA MARIA, COMÉRCIO LOCAL 417, LOTE E, SANTA MARIA, BRASÍLIA/DF
8	202122580	CINEMA E AUDIOVISUAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CESGRANRIO	FUNDACAO CESGRANRIO	RUA SANTA ALEXANDRINA, 1011, REITORIA, RIO COMPRIDO, RIO DE JANEIRO/RJ
9	202123166	DANÇA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE CESGRANRIO	FUNDACAO CESGRANRIO	RUA SANTA ALEXANDRINA, 1011, REITORIA, RIO COMPRIDO, RIO DE JANEIRO/RJ
10	202123168	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE CESGRANRIO	FUNDACAO CESGRANRIO	RUA SANTA ALEXANDRINA, 1011, REITORIA, RIO COMPRIDO, RIO DE JANEIRO/RJ
11	202123167	MATEMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE CESGRANRIO	FUNDACAO CESGRANRIO	RUA SANTA ALEXANDRINA, 1011, REITORIA, RIO COMPRIDO, RIO DE JANEIRO/RJ
12	202122585	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA ALMEIDA CUNHA, 100, SANTO AMARO, RECIFE/PE
13	202122170	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DINÂMICA	J X RODOVALHO EIRELI	AVENIDA DONA DITA, S/N, JULIO VENÂNCIO, SANTA TEREZINHA DE GOIÁS/GO

14	202123872	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO NORDESTE DA BAHIA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE DA BAHIA LTDA - ME	RUA DR. CARVALHO DE SÁ, S/N, CENTRO, CORONEL JOÃO SÁ/BA
15	202123870	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO NORDESTE DA BAHIA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE DA BAHIA LTDA - ME	RUA DR. CARVALHO DE SÁ, S/N, CENTRO, CORONEL JOÃO SÁ/BA
16	202123524	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE UNISUL DE FLORIANÓPOLIS	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A	AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 3775, CAMPUS CONTINENTE, CAPOEIRAS, FLORIANÓPOLIS/SC
17	202123525	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE UNISUL DE FLORIANÓPOLIS	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A	AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 3775, CAMPUS CONTINENTE, CAPOEIRAS, FLORIANÓPOLIS/SC
18	202123526	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNISUL DE FLORIANÓPOLIS	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A	AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 3775, CAMPUS CONTINENTE, CAPOEIRAS, FLORIANÓPOLIS/SC
19	202122597	DIREITO (Bacharelado)	360 (trezentas e sessenta)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA	RUA PREFEITO FARIA LIMA, 400, JARDIM MARINGÁ, LONDRINA/PR

PORTARIA Nº 1.086, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na tabela anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização para os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 44 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO
(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202123869	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO NORDESTE DA BAHIA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE DA BAHIA LTDA - ME	RUA DR. CARVALHO DE SÁ, S/N, CENTRO, CORONEL JOÃO SÁ/BA
2	202122811	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40 (quarenta)	FACULDADE SANT ANA	ASSOCIACAO MISSIONARIA DE BENEFICENCIA	RUA SENADOR PINHEIRO MACHADO, 189, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
3	202123968	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE TUCURUÍ	FACULDADE UNIAO EDUCACIONAL NORTE DO PARA LTDA - ME	RODOVIA BR-422, 422, SANTA MÔNICA, TUCURUÍ/PA
4	202122789	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA PEREIRA BARRETO, 1479, CENTRO/BAETA NEVES, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
5	202123882	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	SVT FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR	SVT CONSULTORES LTDA - ME	RUA EDMUNDO CALHEIROS, 606, - ATÉ 899/900, SÃO FRANCISCO, SÃO LUÍS/MA

PORTARIA Nº 1.087, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO
(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201802903	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	100	FACULDADE PROF. LUÍZ MÁRIO D'AVILA	JC SOCIEDADE EDUCACIONAL S/S LTDA	AVENIDA 29, 763, BARONI, BARRETOS/SP
2	201803223	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RADIO E TELEVISÃO (Bacharelado)	200	FACULDADE SEB LAFAIETE	SEB SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO LTDA	RUA LAFAIETE, 261, 275, CENTRO, RIBEIRÃO PRETO/SP
3	201806080	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	114	FACULDADE SOCIESC DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ	BRASIL EDUCACAO S/A	RUA BRUSQUE, 162, - ATÉ 460 - LADO PAR, CENTRO, ITAJAÍ/SC
4	201806081	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	114	FACULDADE SOCIESC DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ	BRASIL EDUCACAO S/A	RUA BRUSQUE, 162, - ATÉ 460 - LADO PAR, CENTRO, ITAJAÍ/SC
5	201806083	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	114	FACULDADE SOCIESC DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ	BRASIL EDUCACAO S/A	RUA BRUSQUE, 162, - ATÉ 460 - LADO PAR, CENTRO, ITAJAÍ/SC

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS VILA VELHA

PORTARIA Nº 442, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VILA VELHA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO, nomeado pela Portaria n 1986 de 22.11.2021, DOU de 23.11.2021, no uso das atribuicoes legais, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratacao de Professor Substituto, regido pelo Edital n 03/2022, na área: Biomedicina para o Ifes - Campus Vila Velha, na forma dos anexos

Curso/Disciplina: Biomedicina - 40H
Candidato Pontuacao Total Classificacao
Marcella Martins Terra 89,70 1º
Lauziene Andrade Soares 63,90 2º
Patricia Campos Da Rocha Loss 62,00 3º
Fernanda Mendes Colombeki 61,60 4º
Ana Paula Becker 28,40 NAO HABILITADA
Luiz Alves Rodrigues 17,40 NAO HABILITADO
Izadora Volpato Rossi 13,80 NAO HABILITADA
Wedson Correa Dos Santos 11,20 NAO HABILITADO
Sonária Soares De Oliveira De Souza 4,70 NAO HABILITADA

DIEMERSON SAQUETTO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Retificar o extrato de rescisão do contrato 16/2022, Publicado em 13/12/2022, Edição: 233, Seção: 3, Página: 66: Onde se lê: PREÂMBULO: "TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 16/2022, QUE FAZEM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO, E, DE OUTRO LADO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA ORCON ENGENHARIA E PERFURAÇÕES EIRELI."; Leia-se: PREÂMBULO: "TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 16/2022, QUE FAZEM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO, E, DE OUTRO LADO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA SL CONSTRUTORA EIRELI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 5.333, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais e estatutárias, resolve:

Retificar a Portaria n.º 5211/2022, de 06/12/2022, referente à PENALIDADE da empresa EVOLUTION COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS EIRELI (CNPJ nº 34.383.762/0001-36), publicada no DOU Nº 229, de 07/12/2022, nos seguintes termos: I - ONDE SE LÊ: " ... penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com a União, por 03 (três) meses, à empresa EVOLUTION COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS EIRELI (CNPJ nº 20.483.193/0001-96)". II - LEIA-SE: " ... penalidade de impedimento de contratar com a União, por 03 (três) meses, à empresa EVOLUTION COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS EIRELI (CNPJ nº 34.383.762/0001-36). III - Ficando ratificados os demais. (Processo n° 23076.003874/2022-29).

ALFREDO MACEDO GOMES

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PORTARIA Nº 3.157, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Delega competência ao(à) Diretor(a) de Educação Aberta e a Distância.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no art. 11 e no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e no art. 12 da Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo nº 23086.002356/2022-02, resolve:

Art. 1º Delegar ao(à) Diretor(a) de Educação Aberta e a Distância e ao seu substituto eventual a competência para lavrar e assinar as portarias referentes a comissões administrativas, designações administrativas que não gerem efeitos financeiros, bem como afastamentos para seminários, congressos, palestras, treinamentos e similares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANIR ALVES SOARES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera o Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, no uso de suas atribuições, e na forma do que dispõem o art. 24, incisos II, III e XII; o art. 55; e o art. 57 do Estatuto aprovado pela Portaria/MEC nº 2.684, de 26 de setembro de 2003; bem como o art. 148 do Regimento Geral da UFSJ, e considerando o Parecer no 089, de 12-12-2022, deste mesmo Conselho, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 38 do Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, conforme segue:

"Art. 38. O Departamento tem por instâncias deliberativas sobre políticas, estratégias e rotinas acadêmicas e administrativas a Assembleia Departamental e as Câmaras Departamentais de Áreas (CDA) subordinadas, quando existentes; e, como instâncias executivas, a Chefia Departamental e as Coordenadorias das CDA, quando existentes.

§ 1º A Assembleia Departamental pode ser composta por todos os docentes e por representantes dos técnicos administrativos em educação, lotados no Departamento e pertencentes ao quadro permanente de pessoal da UFSJ, ou por representação de docentes e de técnicos administrativos, garantindo-se que os representantes das instâncias executivas do Departamento sejam membros natos.

§ 2º A composição e o funcionamento da Assembleia Departamental e das respectivas CDA são estabelecidos em regimento próprio, garantindo-se que estes sejam aprovados por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de todos os docentes e técnicos administrativos lotados no Departamento em reunião convocada especificamente para esse fim.

§ 3º A representação dos técnicos administrativos é de até 15% (quinze por cento) da totalidade dos membros da Assembleia Departamental, e o mais próximo possível desse teto.

§ 4º Na forma do parágrafo anterior, sendo o número de técnicos administrativos em educação lotados no Departamento inferior ao limite de 15% (quinze por cento), ser-lhes-á assegurado serem membros natos da Assembleia Departamental, cuja aceitação, porém, será facultativa.

§ 5º Os representantes dos técnicos administrativos e os representantes docentes, caso existam, são eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, permitidas as reeleições.

§ 6º Todos os membros da Assembleia Departamental têm direito a voz e voto em suas reuniões, e todos os votos têm igual valor."

Art. 2º Alterar o art. 39 do Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, conforme segue:

"Art. 39. Os titulares do órgão são o Chefe e o Vice-chefe de Departamento.

§ 1º O Chefe e o Vice-chefe são docentes e membros natos da Assembleia Departamental.

§ 2º O Chefe e o Vice-chefe do Departamento são eleitos por todos os servidores pertencentes ao quadro permanente de pessoal da UFSJ lotados no Departamento, com mandatos de dois anos, permitidas as reeleições.

§ 3º Nas ausências ou nos impedimentos do Chefe, a Chefia é exercida pelo Vice-chefe.

§ 4º Nas ausências e impedimentos simultâneos eventuais e temporários do Chefe e do Vice-chefe, responde interinamente pela Chefia um docente indicado pelo Chefe.

§ 5º No caso de vacância simultânea nos cargos de Chefe e de Vice-chefe, responde interinamente pela Chefia o docente com mais tempo de exercício como efetivo na UFSJ, e maior idade, em caso de empate.

§ 6º O Chefe do Departamento ou o seu substituto legal é o Presidente da Assembleia Departamental."

Art. 3º Alterar o art. 44 do Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, conforme segue:

"Art. 44. O Colegiado de Curso de graduação é composto:

I - pelo coordenador de curso, que a ele preside;

II - pelo vice-coordenador de curso;

III- por, no mínimo, outros 3 (três) docentes do curso;

IV - por discente(s) do curso, indicado(s) pelo órgão representativo ou, na falta desse órgão, eleito(s) pelos seus pares;

V - por técnico(s) administrativo(s) pertencente(s) ao quadro permanente de pessoal da UFSJ, cujas atribuições e rotina de trabalho estejam envolvidas com o curso, a critério prévio do respectivo Colegiado, eleito(s) pelos seus pares.

§ 1º O número máximo de docentes a que se refere o inciso III é definido pelo Colegiado.

§ 2º Os docentes a que se refere o inciso III deste artigo são efetivos que tenham ministrado aula no curso em pelo menos 2 (dois) dos últimos 4 (quatro) semestres letivos, eleitos pelos docentes sob as mesmas condições.

§ 3º A representação dos técnicos administrativos e dos discentes obedece à proporção máxima de 15% (quinze por cento) para cada um desses segmentos em relação à totalidade dos membros do Colegiado, e o mais próximo possível desse teto.

§ 4º Quando houver somente um técnico administrativo envolvido com o curso, ser-lhe-á assegurado ser membro nato no Colegiado, cuja aceitação, porém, será facultativa.

§ 5º Todos os membros do Colegiado têm direito a voz e voto em suas reuniões, e os votos de todos têm igual valor."

Art. 4º Alterar o art. 45 do Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, conforme segue:

"Art. 45. O mandato dos membros do Colegiado de Curso de graduação especificados nos incisos III, IV e V do artigo anterior é de 2 (dois) anos, 1 (um) ano e 2 (dois) anos, respectivamente, permitidas as reeleições e, em caso de indicação, a recondução discente."

Art. 5º Alterar o art. 53 do Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, conforme segue:

"Art. 53. O Colegiado de Curso ou Programa de Pós-graduação stricto sensu é composto:

I - pelo coordenador de curso ou programa, que a ele preside;

II - pelo vice-coordenador;

III - por, no mínimo, outros 3 (três) docentes do curso, eleitos por seus pares;

IV - por discente(s) do curso ou programa, eleitos por seus pares.

V - por técnico(s) administrativo(s) pertencente(s) ao quadro permanente de pessoal da UFSJ, cujas atribuições e rotina de trabalho estejam envolvidas com o curso ou programa, a critério prévio do respectivo Colegiado, eleito(s) pelos seus pares.

§ 1º O número máximo de docentes a que se refere o inciso III é definido pelo Colegiado.

§ 2º A representação dos técnicos administrativos e dos discentes obedece à proporção máxima de 15% (quinze por cento) para cada um desses segmentos em relação à totalidade dos membros do Colegiado, e o mais próximo possível desse teto.

§ 3º Quando houver somente um técnico administrativo envolvido com o curso ou programa, ser-lhe-á assegurado ser membro nato do Colegiado, cuja aceitação, porém, será facultativa.

§ 4º Todos os membros do Colegiado têm direito a voz e voto em suas reuniões, e os votos de todos têm igual valor."

Art. 6º Alterar o art. 54 do Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, conforme segue:

"Art. 54. O mandato dos membros do Colegiado de Curso ou Programa de Pós-graduação stricto sensu especificados nos incisos III, IV e V do artigo anterior é de 2 (dois) anos, 1 (um) ano e 2 (dois) anos, respectivamente, permitidas as reeleições."

Art. 7º Alterar o art. 96 do Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, conforme segue:

"Art. 96. O cancelamento de matrícula é o encerramento do vínculo do discente de graduação com a UFSJ e é regulamentado por normas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo garantidos a ele ou a ela os direitos de:

I - ser informado(a) dos procedimentos de cancelamento de matrícula pelos meios de comunicação oficiais da UFSJ;

II - realizar ampla defesa junto ao Colegiado do Curso em que está matriculado(a) e recorrer do resultado desfavorável ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão antes de efetivação do cancelamento da matrícula;

III - recorrer do cancelamento de matrícula ao Conselho Universitário."

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor no ato de sua publicação em virtude da excepcionalidade do expediente administrativo.

MARCELO PEREIRA DE ANDRADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA PROGEP Nº 60, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições delegadas pela portaria R 095 de 05 de janeiro de 2017, publicado no D.O.U em 09 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º PRORROGAR, o prazo de validade dos Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados regidos pelos seguintes editais:

Número do edital	Tipo	Unidade	Área/Subárea	Publicação da homologação	Validade inicial	Novo prazo validade - Conforme Lei Complementar nº 173/2020 e Lei nº 14.134/2022.	Novo prazo de validade
23/2019	Concurso Público	FAMEV	Medicina Veterinária/ Anatomia Animal	13/06/2019	13/06/2021	17/01/2023	17/01/2025
30/2019	Concurso Público	FADIR	Teoria Geral do Direito	12/06/2019	12/06/2021	16/01/2023	16/01/2025
24/2019	Concurso Público	ESEBA	Língua Portuguesa	21/06/2019	21/06/2021	25/01/2023	25/01/2025
46/2021	Processo Seletivo	ESEBA	Língua Estrangeira/ Inglês	25/11/2021	26/01/2023	-	26/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

MARCIO MAGNO

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o Programa Rodoviário BR Verde.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 35, inciso I, e 39, incisos III e IV, ambos da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, resolveM:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Infraestrutura e do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Rodoviário BR Verde.

Art. 2º Serão qualificados no Programa Rodoviário BR Verde os empreendimentos rodoviários que implementem as melhores práticas de sustentabilidade, de mitigação e de adaptação à mudança do clima e de segurança viária.

Art. 3º Os procedimentos estabelecidos nesta Portaria se aplicam às rodovias administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e às concedidas por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Art. 4º Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se BR Verde a infraestrutura rodoviária que efetivamente utilize a aplicação conjunta de estratégias, ações e soluções direcionadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, incorporando técnicas e melhores práticas direcionadas à acessibilidade e à mobilidade dos usuários, de forma fluida, confortável e segura.

Art. 5º São objetivos do Programa Rodoviário BR Verde:

I - estimular a incorporação de ações integradas e direcionadas à competitividade e ao desenvolvimento econômico sustentável, resiliente e inclusivo aos ativos de infraestrutura rodoviária;

II - incentivar a adoção de boas práticas socioambientais, em linha com referências internacionais;

III - contribuir com a redução de emissões de gases de efeito estufa e materiais particulados, com vistas a facilitar a transição à economia de baixo carbono e à redução de riscos à saúde humana;

IV - incentivar o uso de medidas de adaptação à mudança do clima na infraestrutura rodoviária;

V - contribuir para a conservação de florestas e demais formas de vegetação nativa e dos mananciais de abastecimento de água, à proteção da biodiversidade e à preservação da vida impactadas pelas infraestruturas rodoviárias;

VI - contribuir para a integridade física dos usuários e das comunidades impactadas pelas infraestruturas rodoviárias;

VII - incentivar a utilização eficiente de energia e dos recursos naturais necessários para a construção e manutenção ou operação dos ativos, observando ainda as melhores práticas de gestão de pessoas e da diversidade;

VIII - aprimorar a gestão de insumos no ciclo de vida das rodovias para incentivar a reciclagem, o reaproveitamento e a requalificação de materiais, de modo a ampliar a produtividade, a inovação e a competitividade associadas à sustentabilidade;

IX - estimular a captação de recursos financeiros nacionais e internacionais destinados ao desenvolvimento da infraestrutura rodoviária verde, resiliente e sustentável;

X - incentivar a priorização e o uso de soluções de segurança viária e de proteção ao meio ambiente que venham a produzir efeitos imediatos; e

XI - incentivar a elaboração de estudos e a realização de pesquisas que contribuam para:

a) o uso sustentável dos recursos e materiais em todo o ciclo de vida do ativo rodoviário;

b) o desenvolvimento de novos métodos construtivos e tecnologias que permitam melhorar o desempenho dos ativos com externalidades socioambientais positivas;

c) o aprimoramento de sistemas de controle e de medição de gases de efeito estufa e materiais particulados, com tecnologias mais acessíveis e precisas;

d) a avaliação, a elaboração e o monitoramento de soluções de segurança viária das rodovias;

e) a estruturação de novos modelos de negócios, para gestão pública ou concessão, com vistas a uma transição energética para veículos de baixo carbono, por meio de geração ou fornecimento de energia limpa; e

f) a busca da melhor relação custo-efetividade de medidas de adaptação à mudança do clima para os componentes dos ativos rodoviários.

Art. 6º São eixos de atuação do Programa Rodoviário BR Verde:

I - governança institucional;

II - critérios para priorizar a implementação de projetos rodoviários integrados à sustentabilidade e à segurança viária;

III - incentivos econômicos e financeiros; e

IV - pesquisa e desenvolvimento.

Art. 7º São diretrizes gerais do Programa Rodoviário BR Verde o incentivo e o apoio aos órgãos e às entidades, públicas e privadas, em:

I - adotar iniciativas coerentes com as políticas públicas de meio ambiente, de segurança viária, de sustentabilidade e de resiliência às infraestruturas rodoviárias;

II - promover a conservação dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade integrado ao desenvolvimento de uma infraestrutura rodoviária segura, sustentável e resiliente;

III - elaborar ou atualizar normativos técnicos, considerando riscos climáticos e a promoção de ações de adaptação nos instrumentos de planejamento de novas rodovias ou existentes, bem como de composição de custos referenciais e metodologia de dimensionamento, considerando os cenários climáticos;

IV - definir indicadores e metas de performance socioambiental em todo o ciclo de vida dos ativos rodoviários;

V - estimular o desenvolvimento de tecnologias disruptivas e de produtos que ampliem a segurança viária, melhorem o desempenho ambiental e reduzam a emissão de gases de efeito estufa e de material particulado;

VI - incentivar o setor rodoviário a aplicar soluções integradas de segurança viária, proteção ao meio ambiente e adaptação a mudança do clima, com indução à descarbonização dos transportes rodoviários;

VII - estimular a aplicação dos recursos de desenvolvimento tecnológico do setor rodoviário nas temáticas de sustentabilidade, de medidas adaptativas à mudança do clima e de segurança viária;

VIII - fortalecer parcerias com universidades, academia, cooperação técnica, institutos de pesquisa, bancos de fomento, startups, entre outros, para estudos de segurança viária, preservação do meio ambiente e adaptação à mudança do clima;

IX - coletar, sistematizar e divulgar informações de impactos causados por eventos climáticos nas infraestruturas rodoviárias, adaptando e incorporando sua exigência nos instrumentos de coleta de informações já existentes ou estabelecendo novos mecanismos;

X - atualizar os índices de desempenho ambiental - IDA do setor rodoviário às melhores práticas nacionais e internacionais, incorporando variáveis de resiliência da infraestrutura à mudança do clima e à promoção de uma rodovia mais segura;

XI - desenvolver produtos, metodologias, padrões, instrumentos de análise, de monitoramento e de avaliação que observem os aspectos de segurança viária, ambientais e climáticos;

XII - aperfeiçoar a comunicação, a transparência e o compartilhamento de informações, práticas e conhecimento inerentes ao desenvolvimento econômico sustentável;

XIII - ampliar a previsibilidade e confiabilidade na comunicação de alerta de desastres aos usuários das rodovias, bem como rotas alternativas e a integração da rede pública e privada de prevenção de desastres e sinistros viários;

XIV - estabelecer processo continuado de capacitação em segurança viária, bem como de adaptação e de mitigação da mudança do clima no âmbito das entidades públicas e privadas do setor rodoviário; e

XV - incorporar e avaliar a precificação de carbono nos critérios de decisão econômicos, bem como mecanismos financeiros para iniciativas de mitigação e de adaptação à mudança do clima.

Art. 8º Compete ao Ministério da Infraestrutura e ao Ministério do Meio Ambiente:

I - a governança do Programa Rodoviário BR Verde;

II - estabelecer diretrizes específicas do Programa Rodoviário BR Verde, além da elaboração e da governança das ações necessárias à sua implementação;

III - elaborar ato normativo versando sobre os procedimentos, os indicadores, as metas e as ações necessários à implementação do Programa Rodoviário BR Verde;

IV - proposição de estratégias para incentivar as melhores práticas de desenvolvimento de projetos rodoviários sustentáveis e de segurança viária, de acordo com as principais referências nacionais e internacionais;

V - atuar de forma coordenada com as demais instâncias de governança no âmbito da administração pública federal e subnacional;

VI - estabelecer os critérios de que trata o inciso II do caput do art. 6º;

VII - estabelecer parceria com demais órgãos responsáveis por prevenção e remediação de desastres para o compartilhamento de informações e ações conjuntas;

VIII - divulgar boas práticas utilizadas pelo Programa Rodoviário BR Verde;

IX - realizar capacitação continuada nos temas abordados pelo Programa Rodoviário BR Verde; e

X - identificar mecanismos financeiros que possam ser utilizados no Programa BR Verde.

Art. 9º Compete privativamente ao Ministério da Infraestrutura

I - coordenar as ações implementadas no âmbito do Programa Rodoviário BR Verde com as demais políticas públicas, instituídas no âmbito da administração pública federal, em especial com a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Mudança do Clima e a Política Nacional de Trânsito;

II - articular-se com os entes federativos, órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, organismos internacionais e organizações da sociedade civil com o objetivo de promover a implementação de ações destinadas ao desenvolvimento do Programa Rodoviário BR Verde;

III - revisar anualmente os resultados obtidos pelo ativo rodoviário selecionado para o Programa Rodoviário BR Verde, a fim de conferir a manutenção da categoria do ativo;

IV - contratar estudos para definição de critérios e parâmetros de uma BR Verde, bem como medidas de adaptação à mudança do clima e à descarbonização do setor;

V - estabelecer parcerias com setor público e privado na definição de melhores práticas a serem adotadas pelo setor rodoviário nos temas de segurança viária, de sustentabilidade e de adaptação à mudança do clima;

VI - recomendar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e startups, bem como de tecnologias disruptivas relacionadas ao Programa Rodoviário BR Verde, a partir dos recursos de desenvolvimento tecnológico do setor rodoviário;

VII - identificar e recomendar a revisão de normativos técnicos e composições de custos referenciais para atender aos cenários de mudança do clima; e

VIII - sugerir à ANTT a atualização e a revisão do IDA do setor rodoviário em linha com as melhores práticas internacionais, incluindo variáveis de resiliência da infraestrutura à mudança do clima e de segurança viária.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia do mês após a data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
Ministro de Estado da Infraestrutura

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE
Ministro de Estado do Meio Ambiente

PORTARIA Nº 1.592, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o procedimento para o atendimento das demandas relativas as matérias legislativas, de interesse do Ministério da Infraestrutura, procedentes do Congresso Nacional ou da Presidência da República.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o constante dos autos do processo administrativo nº 50000.020044/2022-48, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o procedimento para atendimento das demandas relativas a matérias legislativas, de interesse do Ministério da Infraestrutura, procedentes do Congresso Nacional ou da Presidência da República.

Art. 2º Compete à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares acompanhar a tramitação de demandas relativas à matéria legislativa procedentes do Congresso Nacional e da Presidência da República.

Art. 3º Ao identificar o início da tramitação das demandas referidas nos arts. 1º e 2º desta Portaria, caberá à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares:

I - expedir solicitação formal às Secretarias Nacionais do Ministério da Infraestrutura competentes para analisar o mérito da demanda;

II - Identificada a necessidade, expedir solicitação formal aos órgãos ou entidades vinculados ao Ministério da Infraestrutura competentes para analisar o mérito da demanda, indicando que encaminhem seu posicionamento diretamente à Secretaria Nacional a que estejam vinculados;

III - expedir solicitação formal à Secretaria Executiva para acompanhamento da demanda e gestão de informação;

IV - expedir solicitação formal ao Gabinete do Ministro para o acompanhamento da demanda; e

V - monitorar a fluência do prazo, mantendo o Gabinete do Ministro devidamente informado.

Art. 4º Compete às Secretarias Nacionais colher as manifestações de seus órgãos subordinados ou vinculados e, posteriormente, elaborar o parecer técnico que deverá ser assinado pelo Secretário, e encaminhado para apreciação da Secretaria-Executiva.

Art. 5º Compete à Secretaria Executiva consolidar os pareceres técnicos setoriais e emitir, quando necessário, manifestação conclusiva a respeito do posicionamento do ministério, para posterior encaminhamento ao Gabinete do Ministro.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que identificar necessário, poderá a Secretaria-Executiva solicitar a manifestação da Consultoria Jurídica.

Art. 7º Finalizados os procedimentos internos ao Ministério, compete à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares formalizar o posicionamento do Ministério da Infraestrutura à Secretaria de Governo da Presidência da República ou ao Congresso Nacional, de acordo com o caso.

Parágrafo único. Tratando-se de demanda procedente da Presidência da República, a formalização do posicionamento deverá ser efetuada por meio de registro no sistema eletrônico de acompanhamento legislativo (e-Sial).

Art. 8º Para o atendimento dos pedidos escritos de informações previstos no parágrafo 2º do artigo 50 da Constituição Federal, deverá ser observado o fluxo de procedimentos estabelecidos nos dispositivos anteriores, observadas as seguintes especificidades:

I - a tramitação dos pedidos de informação deverá ter tratamento prioritário em todas as unidades competentes do Ministério da Infraestrutura e das entidades vinculadas.

II - recebido pelo protocolo do Ministério da Infraestrutura o pedido de informação deverá ser imediatamente encaminhado a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares.

III - avaliar a coerência das informações prestadas pelas unidades competentes do Ministério ou entidades vinculadas, podendo contar com o apoio da Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro, solicitando novos esclarecimentos caso sejam necessários;

IV - para o desempenho dessas atividades, a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares poderá valer-se de todos os meios de comunicação que assegurem a célere interlocução, tais como reunião, mensagem eletrônica, telefonema, sem prejuízo da tramitação formal dos documentos;

V - as unidades do Ministério da Infraestrutura que forem instadas pela Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares terão os seguintes prazos para se manifestarem:

a) Entidades vinculadas: 15 dias corridos;

b) Secretarias finalísticas: 4 dias corridos, ou até 19, no caso de não dependerem de informação de unidades vinculadas;

c) Secretaria Executiva: 4 dias corridos; e

d) Gabinete do Ministro: 7 dias corridos.

VI - não sendo possível apresentar as informações no prazo estabelecido, os titulares das unidades deverão apresentar justificativa e requerer à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares a dilação do prazo, por até cinco dias corridos.

VII - Em casos que sejam necessárias manifestações em prazos inferiores ao estipulado no inciso V, a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares deverá informar no expediente de solicitação.

VIII - Os titulares das unidades competentes e das vinculadas deverão encaminhar as respostas dos pedidos de subsídios de informações devidamente assinadas, uma vez que estas acompanharão o Aviso Ministerial.

IX - Compete ao Gabinete do Ministro elaborar a manifestação final de resposta, com o apoio da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares, que será encaminhada para apreciação e assinatura do Ministro da Infraestrutura.

X - Compete à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares formalizar o protocolo de Aviso Ministerial assinado pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, devidamente acompanhado das informações técnicas, encaminhando ao Congresso Nacional e, adicionalmente, encaminhar cópia de tal ato à Assessoria Especial de Comunicação Social, para apreciação da conveniência de eventual divulgação.

Art. 9º A não observância desta Portaria poderá implicar na apuração de responsabilidade funcional nos termos da legislação vigente.

Art. 10. Esta portaria revoga a Portaria nº 44, de 2013, de 6 de março de 2013 e entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

PORTARIA Nº 1.633, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a Política e as Instâncias de Governança do Ministério da Infraestrutura.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021, que aprovou a nova estrutura regimental do Ministério da Infraestrutura, em substituição à estrutura dada pelo Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 50000.038495/2020-70, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A política de governança do Ministério da Infraestrutura, instituída a partir das três linhas centrais de liderança, estratégia e controle, tem como instrumentos de suporte o planejamento estratégico institucional, a gestão de riscos, o programa de integridade e os controles internos da gestão.

Art. 2º Cabe aos executores da política de governança deste Ministério observar os princípios, diretrizes, objetivos, conceitos e orientações estabelecidos no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, assim como as decisões do Comitê Interministerial de Governança - CIG e as orientações contidas no Guia da Política de Governança Pública do Governo Federal (www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica) ou instrumento que vier a substituí-lo.

§ 1º As entidades da administração indireta vinculadas ao MInfra poderão instituir as suas próprias políticas de governança, observando o contido no caput e, no que couber, os demais dispositivos desta Portaria.

§ 2º Os gestores do Ministério devem pautar-se ainda no conceito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, no sentido de que "a boa governança é um meio para atingir um fim, qual seja, identificar as necessidades dos cidadãos e ampliar os resultados esperados".

Art. 3º As instâncias de governança constituídas no âmbito deste Ministério e as respectivas competências e atribuições são regidas nos termos desta Portaria.

§ 1º As instâncias de governança de que trata o caput devem atuar de forma integrada e colaborativa, visando subsidiar, dar o devido suporte técnico e otimizar as reuniões do Comitê Estratégico de Governança - CEG, bem como implementar e fomentar as deliberações deste.

§ 2º As ações institucionais decorrentes da implementação da governança deverão estar alinhadas à estratégia do Ministério da Infraestrutura.

CAPÍTULO II

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

Art. 4º São instâncias de Governança no âmbito deste Ministério:

I - Comitê Estratégico de Governança - CEG;

II - Comitê Técnico de Governança - CTG;

III - Comitê Técnico de Integridade - CTI;

IV - Núcleo de Governança - NG;

V - Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC;

VI - Gestores de Processos de Gestão;

VII - Comitê de Governança Digital - CGD;

VIII - Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI;

IX - Comitê de Segurança da Informação - CSI;

X - Comitê Setorial de Tecnologia da Informação - COSETI;

XI - Comitê de Gestão Estratégica - CGE;

XII - Comitê Setorial de Gestão Estratégica - COSEGE.

§ 1º As deliberações das instâncias de que tratam os incisos I, II, III, IV, VII, VIII, IX e X são tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, sendo que, em caso de empate, o presidente ou o coordenador, conforme o caso, exercerá o voto de qualidade.

§ 2º A participação dos membros dos colegiados referidos neste artigo é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Seção I

Comitê Estratégico de Governança

Art. 5º O Comitê Estratégico de Governança - CEG é a instância máxima de governança do Ministério, responsável por definir estratégias institucionais e diretrizes estratégicas transversais de governança pública, incluindo:

I - inovação;

II - planejamento;

III - gestão de riscos, transparência e integridade;

IV - difusão de melhores práticas de gestão;

V - eficiência na gestão administrativa;

VI - orientação dos processos de monitoramento e de avaliação de políticas públicas sob responsabilidade do Ministério.

Parágrafo único. Para fins do disposto no art. 15-A do Decreto nº 9.203, de 2017, o CEG é o comitê interno de governança desta Pasta ministerial.

Art. 6º O CEG é composto pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, que o preside, Secretário-Executivo e titulares das Secretarias.

§ 1º O CEG reunir-se-á, ordinariamente, em sessão bimestral, e, extraordinariamente, em qualquer data, por convocação do seu presidente ou do - por Secretário-Executivo do Comitê.

§ 2º O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno exerce a função de Secretário-Executivo do Comitê Estratégico de Governança.

Art. 7º São atribuições do CEG:

I - auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos no Decreto nº 9.203, de 2017;

II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no MInfra, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;

III - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG em seus manuais e em suas resoluções;

IV - promover aderência à regulamentação decorrente de leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

V - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - promover a integração e o desenvolvimento contínuo dos agentes responsáveis pela gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

VII - promover estruturas adequadas de gestão de integridade, riscos e controle internos da gestão;

VIII - aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de monitoramento e de comunicação para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

IX - aprovar as diretrizes de disseminação da cultura e capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função e emprego em gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

X - aprovar método de priorização de processos para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XI - aprovar as categorias de riscos a serem gerenciadas, seus limites de exposição a riscos, níveis de conformidade e os limites de alçada para exposição a riscos dos órgãos do Ministério;

XII - supervisionar, por meio dos mecanismos implantados por esta portaria, os riscos priorizados que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e a prestação de serviços de interesse público;

XIII - emitir recomendações e orientações para o aprimoramento da gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

XIV - publicar suas atas e resoluções em sítio eletrônico, ressalvado quando se tratar de conteúdo sujeito a sigilo;

XV - aprovar o Plano Nacional de Logística, os Planos Setoriais e o Plano Geral de Parcerias, bem como avaliar eventuais revisões extraordinárias desses planos;

XVI - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades e elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência.

Seção II

Comitê Técnico de Governança

Art. 8º O Comitê Técnico de Governança - CTG, instância supervisora da política de governança e propositiva de ações ao CEG, é composto por um representante do Gabinete do Ministro, da Secretaria Executiva e de cada Secretaria.

Parágrafo único. O CTG, coordenado pelo representante do Gabinete do Ministro ou pelo representante da Secretaria Executiva, reunir-se-á, ordinariamente, em sessão bimestral, e, extraordinariamente, em qualquer data, por convocação do seu coordenador, ou pela maioria dos seus membros.

Art. 9º São atribuições do CTG:

I - estimular e supervisionar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CEG;

II - disseminar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão de riscos, integridade e controles internos da gestão;

III - apoiar as instâncias de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, nos processos de trabalho, observadas as estratégias aprovadas pelo CEG;

IV - avaliar e orientar sobre a regulação e a regulamentação, incluindo leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

V - estimular a adoção de práticas institucionais de responsabilização dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - incentivar e propor ações visando a integração e o desenvolvimento contínuo dos agentes responsáveis pela gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

VII - propor a criação, readequação ou revisão das estruturas de governança;

VIII - avaliar e submeter ao CEG, políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de comunicação e monitoramento para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

IX - identificar e submeter ao CEG ações para disseminação da cultura e plano de treinamento de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

X - avaliar e submeter ao CEG, método de priorização de processos para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XI - avaliar e submeter ao CEG, as categorias de riscos a serem gerenciadas, seus limites de exposição a riscos, níveis de conformidade, e os limites de alçada para exposição a riscos dos órgãos do Ministério;

XII - acompanhar e comunicar ao CEG, os riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e a prestação de serviços de interesse público;

XIII - monitorar e reportar as informações sobre gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão para subsidiar a tomada de decisões do CEG e assegurar que estas estejam disponíveis a todas as instâncias de governança;

XIV - promover, avaliar e orientar a supervisão ministerial das entidades vinculadas, a ser realizada mediante projeto anual específico de supervisão programada, disciplinada por meio de portaria própria;

XV - avaliar e promover a aplicação de ações do Ministério da Infraestrutura, observando os aspectos ambientais, sociais e de governança, ouvido o colegiado próprio, instituído para esse fim;

XVI - promover, fomentar, avaliar e supervisionar as ações e proposições de comitês, subcomitês, ou grupos de trabalho correlacionados à governança pública no âmbito do Ministério da Infraestrutura;

XVII - referendar o Plano de Integridade Anual na primeira reunião ordinária de cada exercício;

XVIII - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Seção III

Comitê Técnico de Integridade

Art. 10. O Comitê Técnico de Integridade - CTI, instância supervisora da política de governança na temática Integridade Pública, é composto pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, que o coordenará, bem como pelos titulares da Corregedoria, da Ouvidoria, da Subsecretaria de Conformidade e Integridade e pelo Presidente da Comissão de Ética.

§ 1º O CTI reunir-se-á, ordinariamente, em sessão mensal, e, extraordinariamente, em qualquer data, por convocação do seu coordenador ou pela maioria de seus membros.

§ 2º Para fins do disposto no art. 4º das Portarias CGU nº 1.089/2018 e nº 57/2019, a Assessoria Especial de Controle Interno - AECI é a Unidade de Gestão da Integridade no âmbito deste Ministério.

Art. 11. São atribuições do CTI:

I - auxiliar na elaboração do Plano de Integridade, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades identificadas e suas revisões, sempre que necessário;

II - submeter à aprovação do Ministro de Estado a proposta de Plano de Integridade e suas revisões, quando necessárias;

III - auxiliar na implementação do Programa de Integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando o aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;

IV - atuar na orientação e treinamento dos servidores do MInfra com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade;

V - promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com as demais áreas do MInfra;

VI - manter o CEG informado quanto à implementação das ações do Plano de Integridade;

VII - mapear a situação das unidades relacionadas ao Programa de Integridade e, caso necessário, propor ações para sua estruturação ou fortalecimento;

VIII - apoiar a Gestão de Riscos no levantamento de riscos para a integridade e proposição de plano de tratamento;

IX - atuar na disseminação de informações sobre o Programa de Integridade no âmbito do MInfra;

X - auxiliar no planejamento das ações de treinamento relacionadas ao Programa de Integridade no âmbito do MInfra e participar dessas ações;

XI - identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pela organização, propondo, em conjunto com outras unidades, medidas para mitigação;

XII - propor estratégias para expansão do Programa de Integridade para fornecedores e terceiros que se relacionam com o MInfra;

XIII - atuar como Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Selo Fomento Infra+ Integridade, instituído por Portaria anual do Ministério, cabendo ao Coordenador indicar os membros do CTI que comporão a respectiva Secretaria;

XIV - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Parágrafo único. O Coordenador do CTI poderá convidar, em função de competências profissionais específicas, outros servidores para auxiliar a Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Selo Infra+ Integridade.

Seção IV

Núcleo de Governança

Art. 12. O Núcleo de Governança - NG, instância elaboradora de estudos e propostas de ações relativas à política de governança, é composto por servidores com conhecimentos em temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos, sendo dois do Gabinete do Ministro, dois da Secretaria Executiva, dois da Assessoria Especial de Controle Interno, incluindo o Chefe da AECI, que o coordenará, e dois da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, incluindo o seu Subsecretário.

Parágrafo único. O NG reunir-se-á, em qualquer data, por convocação do seu coordenador ou pela maioria de seus membros.

Art. 13. São atribuições do NG:

I - assessorar e orientar as instâncias de Supervisão de Governança na implementação das metodologias e instrumentos para a gestão, riscos e controles internos da gestão;

II - prestar orientação técnica aos órgãos do MInfra sobre inovação e boas práticas em governança e gestão, riscos e controles internos;

III - apoiar a implementação de práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento de acordo com normas e regulamentos vigentes;

IV - prestar orientação técnica sobre a aderência às regulamentações, leis e códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

V - prestar orientação técnica sobre responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - atuar como facilitador na integração dos agentes responsáveis pela gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

VII - avaliar a necessidade de criação, adequação ou revisão das estruturas de governança;

VIII - propor e submeter ao CEG políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de gestão, riscos e controles internos da gestão;

IX - propor e apoiar as ações de capacitação nas áreas de Controle Interno, de Gestão de Riscos, de Transparência e de Integridade;

X - propor e submeter ao CEG ações para disseminação da cultura de gestão, riscos e controles internos da gestão;

XI - propor e submeter ao CEG, método de priorização de processos para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XII - propor e submeter ao CEG, as categorias de riscos a serem gerenciadas, seus limites de exposição a riscos, níveis de conformidade, e os limites de alçada para exposição a riscos dos órgãos do MInfra;

XIII - assessorar e orientar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CEG;

XIV - assessorar o CEG na avaliação dos riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos do MInfra e a prestação de serviços de interesse público;

XV - acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CEG;

XVI - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Parágrafo único. As propostas a serem encaminhadas ao CEG poderão ser previamente submetidas ao CTG, para discussão.

Seção V

Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão

Art. 14. As Unidades de Gestão, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC, responsáveis pelos processos de trabalho e pela implementação da gestão de riscos em sua área de atuação, são compostas, em cada Secretaria e Subsecretaria, pelo titular da Unidade e por servidores por ele designados, com conhecimento nos temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos.

Art. 15. São atribuições das UGIRC:

I - promover os atos necessários ao cumprimento dos objetivos estratégicos, das políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e institucionalização da gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

II - propor ao CTG, aprimoramentos em políticas, diretrizes e normas complementares para a gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

III - estimular boas práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento no âmbito de sua atuação;

IV - identificar, mapear e gerir riscos dos processos de trabalho da unidade, inclusive, os de integridade;

V - assegurar a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

VI - proporcionar o cumprimento de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VII - garantir que as informações tempestivas e confiáveis sobre gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão estejam disponíveis em todos os níveis, no âmbito da unidade;

VIII - promover a integração dos agentes responsáveis pela gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

IX - identificar e apresentar necessidades de aprimoramento das estruturas de governança;

X - observar e cumprir as políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XI - disseminar e cumprir a cultura da gestão de integridade, riscos e de controles internos da gestão;

XII - estimular e promover condições à capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função e emprego em gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

XIII - adotar as metodologias e instrumentos de governança na gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

XIV - Identificar, mapear, categorizar e gerir riscos dos processos de trabalho da unidade;

XV - executar o gerenciamento de riscos dos processos de trabalho priorizados;

XVI - identificar e acompanhar a implementação e avaliar os resultados das ações de controles internos da gestão;

XVII - monitorar os riscos ao longo do tempo, de modo a permitir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do MInfra;

XVIII - assegurar o cumprimento das recomendações e orientações emitidas pelas Instâncias de Supervisão de Governança;

XIX - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Seção VI

Gestores de Processos de Gestão

Art. 16. Os Gestores de Processos de Gestão correspondem a todo e qualquer responsável pela execução de determinado processo de trabalho, conforme as atribuições previstas no decreto da estrutura regimental vigente.

Art. 17. São atribuições dos Gestores de Processos de Gestão:

I - cumprir os objetivos, as políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e institucionalização da gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

II - adotar boas práticas na gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

III - adotar princípios de conduta e padrões de comportamento de acordo com códigos e regulamentos vigentes;

IV - cumprir as regulamentações, leis e códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

V - cumprir as práticas institucionalizadas na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - cumprir as práticas de apresentação e prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VII - adotar e disseminar preceitos de comportamento íntegro e de cultura de gestão de riscos e controles internos de gestão;

VIII - gerir riscos dos processos de trabalho da sua unidade;

IX - implementar, gerenciar e avaliar os resultados das ações de controles internos da gestão;

X - gerar e reportar informações tempestivas e confiáveis sobre a gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão às instâncias de Supervisão de Governança;

XI - cumprir as recomendações e observar as orientações emitidas pelas instâncias de Supervisão de Governança;

XII - praticar outros atos de natureza técnica e administrativas necessárias ao exercício de suas responsabilidades.

Seção VII

Comitê de Governança Digital

Art. 18. O Comitê de Governança Digital - CGD é órgão de caráter permanente tendo como objetivo deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação.

Parágrafo único. As ações do CGD deverão estar em consonância com ao Plano Estratégico Institucional - PEI, ao Plano Anual de Contratações de TIC - PAC/TIC e a Estratégia de Governança Digital - EGD da administração pública federal.

Art. 19. O CGD é composto por um representante da Secretaria-Executiva, que o coordena, pelo titular da Subsecretária de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, por um representante de cada Secretaria e pelo Encarregado do tratamento de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

§ 1º O CGD reunir-se-á, ordinariamente em sessão trimestral, e, extraordinariamente, em qualquer data, por convocação do seu coordenador ou pela maioria de seus membros.

§ 2º Nas suas faltas e impedimentos do representante da Secretaria Executiva, o CGD será presidido pelo Subsecretário de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI.

§ 3º Os membros serão ocupantes de cargo em comissão de nível equivalente ou superior ao nível 5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.

Art. 20 São atribuições do CGD:

I - estabelecer diretrizes, normas, planos e práticas que assegurem o disposto no art. 22 desta Portaria;

II - deliberar sobre recursos e riscos estruturantes afetos ao Plano de Transformação Digital e à prestação de serviços digitais pelo MInfra;

III - deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação;

IV - analisar e aprovar os seguintes instrumentos de planejamento:

a) Plano de Transformação Digital;

b) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;

c) Plano de Dados Abertos, nos termos do disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016;

d) Plano Anual de Contratações de TIC.

V - propor políticas, diretrizes, normas e práticas que assegurem o alinhamento das ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Ministério;

VI - definir prioridades de execução de projetos de TIC, segundo estratégias previamente formuladas, considerando-se as demandas apresentadas pelas unidades que compõem a estrutura do Ministério;

VII - monitorar a situação dos projetos relativos, a TIC e resolver, conflitos de recursos e prioridades;

VIII - acompanhar a execução dos instrumentos definidos no inciso IV deste artigo;

IX - priorizar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC, bem como as alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial;

X - convocar servidor deste Ministério para tomar parte em reuniões ou compor grupos ou subgrupos de trabalho e convidar colaboradores eventuais;

XI - deliberar sobre o prosseguimento de projeto que não esteja previsto no PDTIC;

XII - decidir sobre a utilização de serviços de desenvolvimento para a construção de softwares de atividades-meio.

Seção VIII

Comitê de Governança de Dados e Informação

Art. 21. O Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI é órgão de caráter permanente e tem funções consultivas e deliberativas, tendo como escopo de atuação todos os dados e as informações produzidos, custodiados, mantidos ou recebidos no âmbito do MInfra e de suas entidades vinculadas integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo Federal, de que trata o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, bem como as análises, os processos de captação, geração, armazenamento, integração, utilização, compartilhamento, divulgação, retenção e descarte de dados e informações no âmbito do MInfra e de suas vinculadas integrantes do SISP.

Art. 22. O CGDI é composto pelo titular da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, que o coordena, por um representante do Gabinete do Ministro, um da Secretaria Executiva, um da Corregedoria, um da Consultoria Jurídica, um da Assessoria Especial de Comunicação, um da Assessoria Especial de Controle Interno, um da Ouvidoria-Geral, um de cada Secretaria e um de cada entidade vinculada.

§ 1º O CGDI reunir-se-á, ordinariamente em sessão bimestral, e, extraordinariamente em qualquer data, por convocação do seu coordenador ou pela maioria de seus membros.

§ 2º Os membros do CGDI devem ser ocupantes de cargo de nível 4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, que detenham conhecimentos sobre:

I - os dados e as informações produzidos na unidade;

II - os sistemas informacionais da unidade;

III - transformação digital;

IV - integração de dados.

Art. 23. São atribuições do CGDI:

I - prestar assessoria técnica ao Comitê de Governança Digital - CGD no tocante à gestão, compartilhamento, transparência e abertura de dados e informações;

II - dirimir dúvidas e decidir sobre conflitos a respeito de governança de dados e informação do MInfra;

III - definir a estratégia de catalogação e curadoria dos dados de interesse ao negócio do Ministério da Infraestrutura;

IV - apoiar nas ações de segurança da informação, a fim de resguardar o alinhamento com a política e o plano de ação de governança de dados e informação;

V - monitorar e avaliar as solicitações de abertura de bases de dados previstas no art. 6º do Decreto nº 8.777, de 2016 e no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, conforme critérios estabelecidos pelo comitê;

VI - emitir normas complementares, orientações e diretrizes para a governança dos dados e informação, análise, catalogação, curadoria, integração, compartilhamento de dados no âmbito do MInfra e suas vinculadas;

VII - definir critérios e monitorar a qualidade, a tempestividade, a acurácia, a validade, a completude, integridade, qualidade e consistência dos dados e informações no âmbito do MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP;

VIII - resolver controvérsias acerca da validade de informações cadastrais e regras de prevalência entre registros conflitantes no âmbito do MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP;

IX - emitir orientações e formular propostas para assegurar a sustentação econômico-financeira do compartilhamento de dados entre unidades que compõem o MInfra e entre estes e os demais órgãos e entidades da Administração Pública dos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

X - apoiar na elaboração, validar e encaminhar o plano de dados abertos ao Comitê de Governança Digital;

XI - representar o MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP em órgãos, colegiados ou eventos afetos à governança de dados e informação;

XII - apoiar no alinhamento entre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e os dados sob responsabilidade do MInfra e de suas entidades vinculadas integrantes do SISP;

XIII - propor soluções técnicas padronizadas que garantam a gestão, análise, integração, qualidade e compartilhamento dos dados da Infraestrutura para suporte e aprimoramento da gestão e dos serviços públicos prestados pelo Ministério e suas entidades vinculadas integrantes do SISP;

XIV - avaliar e aprovar a utilização de soluções em nuvem nos casos em que houver justificativa técnica, detalhando os riscos, a segurança, a governança, os requisitos dos sistemas, a infraestrutura e os dados;

XV - incentivar a formação, o desenvolvimento e a capacitação técnica de recursos humanos em gestão de dados e informações.

Seção IX

Comitê de Segurança da Informação

Art. 24. O Comitê de Segurança da Informação - CSI é órgão de caráter permanente e tem funções consultivas e deliberativas, tendo como escopo de atuação dispor sobre medidas para assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação nos ambientes convencionais e de tecnologia da informação e cibersegurança da infraestrutura crítica de transportes e trânsito.

Parágrafo único. O gestor de segurança da informação, indicado pela Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura, deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 25. O CSI é composto pelo Gestor de Segurança da Informação, que o coordena, por um representante da Secretaria-Executiva, da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação e de cada Secretaria.

§ 1º O CSI reunir-se-á, em qualquer data, por convocação do seu coordenador ou pela maioria de seus membros.

§ 2º Os membros serão ocupantes de cargo de nível equivalente ou superior ao nível 4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.

Art. 26. São atribuições do CSI:

I - assessorar na implementação de programas e ações de segurança da informação e cibersegurança da infraestrutura crítica de transportes e trânsito;

II - constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação;

III - propor alterações na política de segurança da informação interna;

IV - propor normas internas relativas à segurança da informação;

V - instituir a equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança;

VI - promover ações de capacitação e profissionalização dos recursos humanos em temas relacionados à segurança da informação;

VII - elaborar a política de segurança da informação do Ministério;

VIII - elaborar as normas internas de segurança da informação, observadas as normas de segurança da informação editadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Seção X

Comitê Setorial de Tecnologia da Informação

Art. 27. O Comitê Setorial de Tecnologia da Informação - COSETI é órgão de caráter permanente e de função consultiva, tendo como escopo de atuação o fomento à entrega de valor por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação, do uso estratégico da informação, apoiar e integrar as iniciativas estratégicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação e à Gestão da Informação, no âmbito do Ministério da Infraestrutura e das entidades vinculadas.

Art. 28. O COSETI tem como objetivo promover o apoio, o planejamento, a coordenação, a integração e a articulação entre os programas de governo, planos, projetos e atividades, por meio da definição de políticas, diretrizes e normas relativas à TIC e à Gestão da Informação.

Art. 29. O COSETI é composto por um representante da Secretaria Executiva e por um representante de cada entidade vinculada ao Ministério.

§ 1º O COSETI reunir-se-á, em qualquer data, por convocação do seu coordenador ou pela maioria de seus membros.

§ 2º O COSETI será coordenado pelo representante da Secretaria Executiva.

§ 3º Os membros serão a autoridade máxima da área de TI em seus respectivos órgãos ou entidades.

Art. 30. São atribuições do COSETI:

I - promover a articulação entre as entidades vinculadas a este Ministério, quando for o caso, de modo a favorecer a integração das ações relacionadas à gestão da tecnologia da informação;

II - elaborar, deliberar e publicar os atos decorrentes das suas atribuições.

Seção XI

Comitê de Gestão Estratégica

Art. 31. O Comitê de Gestão Estratégica - CGE, órgão de caráter permanente e de função deliberativa, tem como escopo de atuação promover o desenvolvimento, a implementação e o monitoramento do planejamento e da gestão estratégica, assegurando legitimidade, objetividade e eficiência do Plano Estratégico do Ministério.

Art. 32. O CGE é composto pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, que o preside, Secretário-Executivo, titulares das Secretarias e Subsecretarias e autoridade máxima de cada entidade vinculada.

§ 1º O CGE atua, prioritariamente, nas Reuniões de Avaliação da Estratégia - RAE de que trata o inciso I do art. 37 desta Portaria.

§ 2º O CGE é coordenado pelo titular da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, responsável por secretariar as reuniões.

§ 3º Cabe aos líderes de programas e projetos estratégicos prestarem apoio aos membros do CGE, podendo participar das RAE, sempre que convidados.

Art. 33. São atribuições do CGE:

I - assessorar os órgãos de execução e as unidades administrativas do MInfra no planejamento e na elaboração de programas e projetos, na melhoria dos processos de trabalho, nas ações voltadas à captação de recursos e no estabelecimento de alianças estratégicas;

II - realizar as Reuniões de Avaliação da Estratégia - RAE;

III - deliberar sobre ajustes de indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério;

IV - monitorar os objetivos, programas, projetos, indicadores e metas integrantes do planejamento estratégico;

V - orientar as unidades do MInfra no cumprimento do plano estratégico;

VI - propor revisões do plano estratégico a cada quatro anos;

VII - aprovar o plano de comunicação do planejamento estratégico.

Seção XII

Comitê Setorial de Gestão Estratégica

Art. 34. O Comitê Setorial de Gestão Estratégica - COSEGE é órgão de caráter permanente e tem funções consultivas de apoio ao CGE.

Art. 35. O COSEGE é composto pelo titular da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, que o coordena, e pela autoridade máxima da área de gestão estratégica de cada entidade vinculada.

Parágrafo único. O COSEGE reunir-se-á em qualquer data, por convocação do seu coordenador.

Art. 36. São atribuições do COSEGE:

I - prestar assessoria técnica ao Comitê de Governança Estratégica - CGE;

II - propor padrão para os relatórios de acompanhamento de execução de políticas públicas pelas secretarias;

III - apresentar ao CGE relatório consolidado sobre a gestão das políticas públicas.

CAPÍTULO III

GESTÃO ESTRATÉGICA

Seção I

Conceitos, Objetivos e Diretrizes

Art. 37. Para os fins desta Portaria, considera-se Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE, reunião coordenada pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, para acompanhar a implementação da estratégia por meio do monitoramento dos indicadores, das metas e das iniciativas estratégicas.

Parágrafo único. O CGE poderá realizar RAE específica com representantes do setor privado.

Art. 38. A gestão estratégica tem como objetivo formular, executar, acompanhar e avaliar a estratégia institucional para cumprimento da missão e alcance da visão de futuro do Ministério.

Art. 39. São diretrizes da gestão estratégica:

I - planejamento que contemple medidas voltadas ao acompanhamento dos resultados e à busca constante de soluções para melhoria do desempenho, com utilização de mecanismos que promovam processo decisório baseado em evidências;

II - alinhamento às Diretrizes de Governo, à Estratégia Federal de Desenvolvimento - EFD e ao Plano Plurianual - PPA;

III - alinhamento com outras instituições, permitindo a criação de redes de boas práticas de governança, que contemplem objetivos e diretrizes comuns, facilitando a integração e a coordenação de serviços públicos e promovendo o desenvolvimento regional;

IV - estabelecimento de diretrizes para os demais instrumentos de planejamento e programas setoriais.

Seção II

Estratégia Institucional

Art. 40. O Plano Estratégico Institucional e respectivo mapa estratégico apresentam vigência de quatro anos.

Art. 41. Alterações, revisões e novas edições do Plano Estratégico Institucional devem ser aprovadas pelo CGE.

Art. 42. As definições, o gerenciamento e a sistemática de registros, a avaliação de desempenho da estratégia, bem como as orientações e recomendações para a implementação do planejamento estratégico institucional e do conjunto de processos comporão o Manual de Gestão Estratégica.

Parágrafo único. O Manual de Gestão Estratégica será proposto pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, aprovado pelo CEG e disponibilizado em sítio eletrônico do Ministério.

CAPÍTULO IV

GESTÃO DE RISCOS

Seção I

Objetivos e Diretrizes

Art. 43. O principal objetivo da gestão de riscos no Ministério é prover aos seus gestores informações necessárias e suficientes, de forma tempestiva, para que, face às incertezas derivadas dos objetivos definidos para cada processo finalístico, haja as melhores condições possíveis para uma adequada tomada de decisão na defesa dos interesses do cidadão.

Art. 44. Constituem ainda objetivos da gestão de riscos no MInfra, além dos elencados no art. 15 da IN-MP/CGU-01/2016:

I - suportar a missão, a continuidade e a sustentabilidade institucional, em busca do atendimento aos objetivos estratégicos;

II - proporcionar eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica dos processos de trabalho;

III - produzir informações íntegras, confiáveis e tempestivas à tomada de decisão, com vistas à salvaguarda e à proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida e;

IV - aprimorar os controles internos da gestão e assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Art. 45. São diretrizes para a gestão de riscos no MInfra:

I - modelo de gestão de riscos estruturado com base nos conceitos e orientações do "Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission" - COSO, da Norma Internacional NBR ISO 31.000:2018, da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 2016, e de normativos e documentos congêneres;

II - gerenciamento de riscos liderado pela alta administração e integrado aos processos de planejamento, orçamento e demais processos de trabalho nos diferentes níveis organizacionais;

III - limite temporal médio de dois anos a ser considerado para o ciclo do gerenciamento de riscos de cada processo de trabalho relevante, considerando nessa definição de tempo a criticidade dos processos, os sistemas informatizados, a gestão orçamentária e de pessoas e a legislação vigente, tendo como foco a redução dos eventos de risco emergentes, a alteração na severidade dos riscos já identificados e a integridade dos controles existentes;

IV - medição do desempenho da gestão de riscos por meio de atividades contínuas registradas em sistema informatizado ou por meio de avaliações independentes ou a combinação de ambas;

V - desenvolvimento contínuo dos agentes públicos em gestão de riscos, por meio de plano de educação continuada, de divulgação interna de cursos e de capacitações em escolas de governo.

Seção II

Unidades Responsáveis

Art. 46. As instâncias operacionais são responsáveis por identificar, avaliar e tratar os riscos relativos aos seus processos de trabalho, sendo elas:

I - as Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC;

II - os Gestores de Processos de Gestão.

Seção III

Riscos à Integridade e Riscos Estratégicos

Art. 47. A gestão de riscos à integridade é assentada na diretriz fundamental de "apetite zero" a risco desta natureza, de forma a evitar os atos tipificados como desvio de conduta, fraude, irregularidade e conflito de interesses, em qualquer nível hierárquico, mediante implementação de controles internos que visem inibir a prática desses atos.

Art. 48. A gestão dos riscos estratégicos, entendidos aqueles que ameaçam o alcance dos objetivos estratégicos do MInfra, está sob responsabilidade da alta administração, e pressupõe a compreensão desses objetivos, o conhecimento profundo do Ministério, incluindo o mercado em que atua, bem como o ambiente legal, social, político e cultural em que está inserido.

Seção IV

Metodologia de Avaliação de Riscos e Apetite a Riscos

Art. 49. A gestão de riscos do MInfra deve ser documentada por meio do software ÁGATHA - Sistema de Gestão de Integridade, Riscos e Controles, constante do site https://riscos.infraestrutura.gov.br ou outro que vier a substitui-lo.

Art. 50. O nível de severidade dos riscos de qualquer tipologia (operacionais, legais, de imagem, financeiro-orçamentários e outros, com exceção dos de integridade), é estimado pelo produto da avaliação de impacto pela avaliação de probabilidade, conforme descrito nos incisos I, II e III deste artigo.

I - são níveis de impacto:

a) 1 - insignificante;

b) 2 - pequeno;

c) 3 - moderado;

d) 4 - grande;

e) 5 - catastrófico.

II - são níveis de probabilidade:

a) 1 - muito baixa;

b) 2 - baixa;

c) 3 - média;

d) 4 - alta;

e) 5 - muito alta.

III - os riscos avaliados serão classificados de acordo com sua severidade, calculada pelas combinações de avaliação de probabilidade versus impacto, nas seguintes faixas de nível:

a) pequeno: < 4;

b) moderado: entre 4 e 7;

c) alto: entre 8 e 14;

d) crítico: entre 15 e 25.

IV - Como orientação inicial aos gestores, independente de declaração de apetite a riscos formulada, com relação aos riscos para a integridade o apetite a riscos do MInfra é zero, sendo que qualquer fato ou evento de risco reportado deve ser investigado e as providências cabíveis devem ser tomadas de imediato.

Seção V

Disposições Complementares sobre a Gestão de Riscos

Art. 51. As UGIRC e os Gestores de Processos de Gestão, bem como o Comitê Técnico de Governança - CTG, poderão valer-se da contribuição de especialistas de instituições públicas ou privadas, em temas afetos à gestão de riscos.

Art. 52. O CTG poderá definir temas prioritários, bem como unidades administrativas prioritárias para execução das atividades de gerenciamento de riscos.

CAPÍTULO V

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 53. O Programa de Integridade materializa-se com o comprometimento e o apoio permanente da alta administração, com a análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema Integridade, contemplados na política de riscos de que trata o Capítulo IV desta Portaria e com o monitoramento contínuo dos seus atributos pelo Comitê Técnico de Integridade.

Art. 54. A Assessoria Especial de Controle Interno, unidade de gestão da Integridade no âmbito deste Ministério, elaborará, em conjunto com o Comitê Técnico de Integridade, Plano de Integridade anual, contendo proposta de ações corretivas e indutoras das boas práticas de gestão e transparência, com vistas à redução dos riscos de fraude e corrupção.

Parágrafo único. O Plano de Integridade anual será referendado pelo CTG, nos termos do inciso XVII do art. 9º desta Portaria.

CAPÍTULO VI

CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO

Seção I

Modelo das Três Linhas

Art. 55. A estrutura de controles internos do MInfra deve seguir o Modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos - IIA, conforme o descrito nos parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo, comunicando, de maneira clara, as responsabilidades dos envolvidos e provendo a atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas.

§ 1º A Primeira Linha constitui-se das UGIRC e dos Gestores de Processos de Gestão, onde os controles primários são implementados e o gestor responsável identifica, avalia, controla e mitiga os riscos, com vistas à realização das políticas públicas conforme o planejado.

§ 2º A Segunda Linha constitui-se da AECI e dos órgãos de supervisão e apoio, e objetivam assegurar que as atividades realizadas pelas instâncias de primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada, o que significa apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e monitoramento, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.

§ 3º A Terceira Linha é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que no caso do MInfra (administração direta) é exercida pela Controladoria Geral da União - CGU, a qual presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e objetividade, incluindo os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos, com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações.

Seção II

Finalidade e Premissas Básicas

Art. 56. A finalidade dos controles internos da gestão é evitar a ocorrência de erros e irregularidades, por meio da identificação, avaliação e gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos propostos, com base nos componentes de Ambiente de Controle, Avaliação de Riscos, Atividades de Controle e Monitoramento, Informação e Comunicação.

Art. 57. A implementação dos controles internos da gestão no MInfra deve obedecer às seguintes premissas:

I - controles integrados ao processo de gestão, considerando a estrutura e a missão do órgão, de forma a assegurar a sua adequação e eficácia;

II - controles fundamentados na gestão de riscos, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes da autuação de processos sancionadores, desenvolvidos e dimensionados na proporção requerida pelos riscos identificados;

III - definição e operacionalização visando mitigar a ocorrência de riscos ou os impactos destes sobre os objetivos institucionais do Ministério;

IV - implementação efetiva e compatível com a natureza, a complexidade, o grau de importância e os riscos do processo de trabalho;

V - custo do controle ou da resposta implementada não superior ao custo do dano decorrente da ausência do controle, não devendo, este último, limitar-se aos custos diretos e internos, mas também alcançar os custos indiretos e externos.

CAPÍTULO VII

GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Seção I

Objetivos, Princípios e Diretrizes

Art. 58. São objetivos da Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação - GTIC, em consonância com a Estratégia de Governo Digital (EGD) e com o plano estratégico vigentes:

I - proporcionar maior eficiência e competitividade do setor por meio da utilização de tecnologia para eliminação de entraves e simplificação às empresas do setor nos processos de outorga, autorizações, anuências, licenças e certificações;

II - reduzir os custos de transação dos cidadãos e das entidades que utilizam os serviços públicos do setor de transporte e trânsito;

III - reduzir custos e aumentar a eficiência do setor público por meio da adoção de tecnologias para automatizar e simplificar processos;

IV - facilitar ao cidadão o acesso aos serviços públicos do setor, disponibilizando canais e serviços digitais integrados, simples e intuitivos;

V - promover a transparência, o compartilhamento e o acesso seguros a dados e informações, com garantia de privacidade, com vistas a potencializar o controle e a participação social, a pesquisa científica e a geração de novos negócios;

VI - conferir ao Ministério da Infraestrutura e às suas entidades vinculadas, quando for o caso, maior capacidade para transformar os serviços e processos analógicos em digitais;

VII - promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços;

VIII - potencializar o uso de tecnologias emergentes;

IX - promover a prestação de serviços inteligentes e personalizados aos cidadãos;

X - estabelecer o modelo de governança dos serviços digitais prestados pelo MInfra.

Art. 59. A governança de gestão da tecnologia da informação e comunicação do MINFRA será regida pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - visão centrada na perspectiva do cidadão e das empresas usuárias dos serviços de transportes e trânsito;

II - portal de serviços do governo federal como catálogo central de todos os serviços do setor;

III - monitoramento e a avaliação contínua dos serviços do setor;

IV - simplificação dos serviços prestados e eliminação, quando possível, de formalidades e exigências desnecessárias ou superpostas;

V - ação integrada dos órgãos envolvidos na cadeia de serviços do setor;

VI - desenvolvimento dos serviços com foco na melhoria da experiência do cidadão;

VII - melhoria da qualidade e disponibilidade de dados e informações para apoiar a formulação e avaliação das políticas públicas;

VIII - racionalização dos gastos públicos;

IX - interoperabilidade para eficiência;

X - garantia da proteção de dados pessoais;

XI - redução e mitigação de riscos da gestão das informações.

Seção II

Estrutura

Art. 60. A estrutura da Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério é composta dos seguintes colegiados:

I - Comitê de Governança Digital ou estrutura equivalente, devendo ser instituído em cada entidade vinculada integrante do SISP, conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020;

II - Comitê Setorial de Infraestrutura de Tecnologia da Informação;

Seção III

Atores envolvidos

Art. 61. São atores envolvidos na Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação:

I - titular do órgão setorial do SISP do Ministério;

II - titulares dos órgãos seccionais do SISP no âmbito do Ministério;

III - titulares dos órgãos correlatos do SISP no âmbito do Ministério, s;

IV -membros do Comitê de Governança Digital

V - membros do Comitê Setorial de Infraestrutura de Tecnologia da Informação;

VI - gestores demandantes das áreas de negócio que são titulares das unidades aprovadores da execução de soluções de TIC, necessárias ao desenvolvimento de suas atribuições. No âmbito da administração central do Ministério, devem ser ocupantes de cargo em comissão de, no mínimo, DAS 4 ou equivalente;

VII - ponto focal para atividades de relacionamento, designado pela unidade de negócio da Administração Central do Ministério para tratar das demandas da área;

VIII - unidade de relacionamento de TIC, representante da estrutura do órgão Setorial do SISP para recepção e tratamento de demandas;

IX - unidades técnicas de TIC, áreas especializadas nos diversos temas técnicos de TIC, subordinadas ao órgão Setorial do SISP;

X - responsável da área de negócio pelo produto, representante indicado pela área de negócio para compor a equipe de desenvolvimento ágil das soluções de TICs;

XI - gestor do Plano de Transformação Digital, designado pelo MInfra e por cada unidade vinculada para coordenar a elaboração e o monitoramento do Plano no seu âmbito. No MInfra, será exercido pelo titular da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI;

XII - representante da Secretaria Especial de Modernização do Estado da Presidência da República - SEME/PR, para fins de monitoramento da execução do plano;

XIII - representante da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia - SGD/ME, para fins de monitoramento da execução do plano;

XIV - gestor do portfólio de serviços digitais do MInfra, exercido pelo titular do cargo de coordenador-geral, ou substituto por ele designado, da Coordenação-Geral de Inovação e Transformação de Serviços;

XV - gestor do portfólio de serviços da vinculada, designado por autoridade competente da unidade para essa função;

XVI - gestor do serviço, exercido pelo titular da unidade organizacional, responsável pela coordenação do processo executado para a prestação do serviço;

XVII - patrocinador de projetos de transformação digital, exercido por autoridade de nível mínimo de DAS 5 ou equivalente;

XVIII - gerente de projeto, exercido por servidor que gerencia projeto finalístico ou estruturante do portfólio de projetos dos programas de transformação digital.

Seção IV

Papéis e responsabilidades na Governança de TIC

Art. 62. Os papéis e responsabilidades dos titulares do órgão setorial, seccional e correlato do SISP do Ministério estão definidos no Decreto nº 7.579, de 2011.

Art. 63. Os representantes das unidades do Comitê de Governança Digital, terão seus papéis e responsabilidades definidos em Resolução do CGD.

Art. 64. Aos gestores demandantes das áreas de negócio incumbem:

I - indicar ponto focal para atividades de relacionamento de TICs;

II - definir as demandas da área de negócio;

III - aprovar demandas no âmbito do CGD;

IV - atuar para resolver problemas e mitigar riscos associados ao processamento das demandas, associados à sua esfera de decisão.

Art.65. Ao ponto focal para atividades de relacionamento de TIC incumbe o levantamento e registro das demandas das unidades de negócio para fins de elaboração do PDTIC e PAC-TIC.

Art. 66. Ao Responsável da área de negócio pelo Produto incumbe acompanhar as diversas etapas do desenvolvimento ágil das soluções demandadas, tomando decisões de negócio necessárias.

Art. 67. À unidade de relacionamento de TIC incumbe:

I - receber e dar primeiro tratamento as demandas de TIC;

II - propor as áreas de negócio soluções acerca das demandas;

III - convocar as unidades técnicas de TIC necessárias para definição das esteiras de desenvolvimento das demandas;

IV - aplicar metodologia de priorização das demandas e alinhar expectativas com a área demandante;

V - acompanhar o status das demandas mantendo as áreas demandantes informadas;

VI - atuar para resolver ou escalar problemas e/ou ações para mitigação de riscos que impactem a qualidade ou o cumprimento dos prazos acordados das demandas em tratamento.

Art. 68. Às unidades técnicas de TIC, incumbem:

I - prestar consultoria técnica às áreas de negócio no contexto do tratamento de demandas recebidas pela unidade de relacionamento de TICs, visando à definição da esteira de desenvolvimento;

II - planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das demandas aprovadas e priorizadas;

III - a especificação de recursos, a implementação, a disseminação e o incentivo ao uso de soluções de tecnologia;

IV - a orientação e o suporte aos usuários na instalação, na configuração e no uso de equipamentos e na utilização de sistemas, aplicativos e serviços na área de tecnologia;

V - o desenvolvimento, a contratação e a manutenção de soluções de tecnologia;

VI - a operação e a manutenção ininterrupta das centrais de comunicações, de atendimento e de informações no âmbito do Ministério da Infraestrutura;

VII - atuar para resolver ou escalar problemas e/ou ações para mitigação de riscos que impactem a qualidade ou o cumprimento dos prazos acordados das demandas em tratamento, informando à unidade de relacionamento de TIC a respeito de questões que fujam da sua alçada de atuação.

Art. 69. Ao gestor do plano de transformação digital incumbe:

I - conduzir o processo de elaboração do Plano de Transformação Digital no respectivo órgão de atuação;

II - coordenar a implementação do Plano;

III - monitorar e avaliar continuamente a execução do Plano, bem como propor ao Comitê de Governança Digital, as respectivas ações de melhoria e repactuações de metas e ações;

IV - realizar a interlocução em nível estratégico, com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/ME) e a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Presidência da República (SEME/PR).

Art. 70. Ao gestor do portfólio de serviços digitais incumbe:

I - promover a atualização contínua do catálogo de serviços do MInfra e entidades vinculadas integrantes do SISP no portal de serviços do Governo Federal;

II - orientar os gestores de portfólio de serviços das entidades vinculadas integrantes do SISP quanto ao modelo de governança de serviços do MInfra;

III - monitorar e avaliar a qualidade dos serviços do MInfra e vinculadas;

IV - reportar ao gestor do plano de TD do MInfra, inconsistências nos serviços digitais prestados e atuar para que sejam saneadas;

V - definir e acompanhar as métricas de interesse estratégico referentes a serviços digitais;

VI - dar publicidade às métricas de desempenho dos serviços digitais prestados pelo MInfra;

VII - propor e apoiar tecnicamente as melhorias necessárias aos processos considerando a experiência do usuário na prestação de serviços do MInfra;

VIII - realizar a interlocução, em nível tático e operacional, com os demais atores de que trata o art. 7º, para promover a melhoria contínua dos serviços.

Art. 71. Ao gestor do portfólio de serviços das entidades vinculadas integrantes do SISP cabe:

I - conduzir revisões periódicas do portfólio de serviços no seu âmbito de atuação;

II - prover acesso e treinamento aos gestores dos serviços quanto ao uso do portal de serviços do Governo Federal;

III - coordenar e definir o fluxo de informações sobre serviços, no que se refere à compatibilidade entre conteúdo do site da vinculada e o portal de serviços do Governo Federal;

IV - definir e acompanhar as métricas de interesse estratégico referentes a serviços;

V - coordenar a publicização das métricas de desempenho dos serviços prestados pela vinculada;

VI - ser o ponto de contato com outras instâncias do Governo Federal no que se refere à integração de iniciativas com impacto na gestão de serviços.

Art. 72. Ao Gestor do Serviço incumbe:

I - atualizar a situação cadastral dos respectivos serviços no portal de serviços do Governo Federal;

II - implementar melhorias aos processos e serviços;

III - comunicar os avanços das ações ao respectivo gestor do portfólio de serviços digitais.

Art. 73. Os papéis e as responsabilidades dos patrocinadores e gerentes de projeto de transformação digital será definido pelo Escritório de Projetos Corporativo

Seção V

Instrumentos de Planejamento em gestão de TIC

Art. 74. São instrumentos de planejamento da Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação:

I - plano de transformação digital (PTD);

II - plano diretor de tecnologia da informação e comunicação (PDTIC);

III - plano anual de contratações de tecnologia da informação (PAC - TIC);

§ 1º O Plano de Transformação Digital - PTD será:

a) elaborado pelo MInfra e, opcionalmente, por cada entidade vinculada , sendo que destas, as que não elaborarem o próprio PTD poderão contribuir com ações para o PTD do Ministério;

b) aprovado pelo respectivo Comitê de Governança Digital - CGD e pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia (ME).

§ 2º O PDTIC será elaborado pelo MInfra e por cada entidade vinculada integrante do SISP e aprovado pelo respectivo CGD.

Seção VI

Monitoramento e Avaliação dos Planos de Transformação Digital

Art. 75. A estratégia de monitoramento e avaliação dos planos de transformação digital será setorial e integrada entre o MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP, compreendendo, no mínimo:

I - definição de indicadores, metas e projetos nos respectivos Planos;

II - prestação de informações sobre a execução dos respectivos planos de forma sistemática e regular;

III - reuniões periódicas de acompanhamento.

§ 1º O gestor do PTD do MInfra ficará responsável por consolidar as informações dos planos das entidades vinculadas integrantes do SISP em nível setorial.

§ 2º Os gestores dos PTDs das entidades vinculadas integrantes do SISP enviarão as informações sobre execução dos respectivos planos conforme periodicidade e modelo definido pela SEME/PR e pelo gestor do PTD do MInfra.

§ 3º Reuniões de acompanhamento dos PTDs setoriais poderão ser convocadas pela SEME/PR ou pelo Gestor do PTD do MInfra, devendo ser atendidas pelo Gestor do PTD das entidades vinculadas integrantes do SISP, com participação opcional dos gerentes de projetos ou outros indicados pela unidade.

Art. 76. Os planos de transformação digital (PTD) deverão conter metas, ações e iniciativas alinhados aos objetivos dispostos no art. 2º desta política e que contribuam para o cumprimento dos prazos previstos nas iniciativas da EGD e do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, que dependam de ação do MInfra e de suas entidades vinculadas integrantes do SISP.

Art. 77. O monitoramento, avaliação e alinhamento de iniciativas, ações e projetos estratégicos aos objetivos constantes do PTD, são organizados em quatro eixos temáticos e um estruturante - são eles:

I - trânsito: refere-se aos serviços relacionados a veículos, habilitações, infrações e educação no trânsito;

II - operações de transporte: refere-se aos serviços relacionados a cada operação de transporte de cargas e passageiros em seus diversos modais ou na modalidade multimodal;

III - outorgas e certificações: refere-se aos serviços de solicitação, alteração de outorgas, autorizações, licenças e certificações necessários para operar ou prestar serviços de trânsito ou infraestrutura de transportes;

IV - fomento: refere-se à solicitação de aprovação de fomento a projetos de infraestrutura e pleito de financiamento com recursos dos fundos administrados pelo Ministério da Infraestrutura;

V - estruturante refere-se às ações estruturais que deverão suportar e impulsionar o processo de transformação no Ministério da Infraestrutura e suas entidades vinculadas integrantes do SISP.

Parágrafo único. As iniciativas, as ações e os projetos de que tratam os incisos II e III poderão ser agrupadas por modo de transportes (aeroviário, aquaviário, rodoviário e ferroviário) para efeito de monitoramento e avaliação.

Art. 78. O monitoramento e avaliação dos planos diretores de tecnologia da informação e comunicação (PDTIC) do Ministério e das entidades vinculadas integrantes do SISP deve ser feito no mínimo anualmente e apresentado nas reuniões do respectivo Comitê de Governança Digital - CGD.

Art. 79. Os planos de transformação digital do MInfra e das entidades vinculadas integrantes do SISP deverão ser editados ou revisados, caso existam, no prazo de noventa dias a partir da publicação desta Portaria.

CAPÍTULO VIII

GOVERNANÇA DE DADOS E INFORMAÇÃO

Seção I

Finalidade, Objetivos, princípios e diretrizes

Art. 80. A governança de dados e informação - GDI tem como finalidade definir os objetivos, os princípios e as diretrizes a serem observados por todas as Secretarias que o compõem, assim como, por suas entidades vinculadas integrantes do SISP da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional.

Art. 81. São objetivos da governança de dados e informação:

I - assegurar a preservação da intimidade e privacidade das pessoas naturais, nos termos da lei;

II - assegurar a proteção dos dados pessoais e a preservação do sigilo das pessoas jurídicas, nos termos da lei;

III - assegurar a manutenção e constante aprimoramento dos requisitos de dados e informação sob responsabilidade ou coordenação do MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP;

IV - garantir, em quantidade, qualidade e tempestividade os insumos de dados e informações necessários ao cumprimento da missão institucional do MInfra;

V - promover a integração e a articulação entre as unidades que compõem o MInfra e entre estas e os demais Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para:

a) execução de políticas públicas orientadas por dados e informações;

b) racionalização do tratamento da informação, desde a geração primária até sua disseminação e uso.

VI - aprimorar a transparência pública do MInfra e assegurar o acesso aos dados e às informações públicas existentes, em formato aberto, permitida sua livre utilização, consumo e cruzamento;

VII - disponibilizar e compartilhar dados e informações que garantam a execução das políticas públicas no âmbito do MInfra;

VIII - promover a melhoria na execução dos serviços públicos digitais;

IX - garantir a preservação e retenção da base de dados e informações do MInfra.

Parágrafo único. Esta política pode ser revista a qualquer tempo para atualizar seus termos em relação às constantes mudanças tecnológicas que afetam os dados e informações objeto de sua regulamentação.

Art. 82. A governança de dados e informação do MINFRA será regida pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência e da participação social;

II - alinhamento com as diretrizes de gestão e preservação de documentos e informações, visando a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade, a interoperabilidade, a tempestividade, a disponibilidade, a qualidade, a acurácia, a validade, a completude, a consistência dos dados e, quando for o caso, a sua confidencialidade;

III - amplo compartilhamento de dados e demais ativos de informação, respeitadas as restrições legais;

IV - racionalização e sustentabilidade econômico-financeira das soluções de tecnologia da informação e comunicações de dados e informação;

V - utilização de soluções em nuvem nos casos em que houver justificativa técnica detalhando os riscos, a segurança, a governança, os requisitos dos sistemas, a infraestrutura e os dados;

VI - respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas e instituições, nos termos da lei;

VII - adoção e aprimoramento dos requisitos de segurança da informação, comunicações, dados e informação em consonância com as diretrizes do Comitê de Segurança da Informação.

Seção II

Atribuições

Art. 83. Ao Gestor da Informação cabe:

I - mapear os fluxos formais de informação da área;

II - integrar as informações da sua unidade do Ministério e entidades vinculadas integrantes do SISP, no sentido de racionalizar o tratamento da informação, desde a geração primária até sua disseminação e uso;

III - prevenir o conflito e a redundância de informações geradas, tratadas e divulgadas pela Instituição;

IV - uniformizar os termos e conceitos de uso corrente no setor, visando a padronização da terminologia;

V - primar pela transparência, integridade, autenticidade, padronização, disponibilidade e conformidade das informações;

VI - assegurar o cumprimento de regulamentos, políticas e padrões definidos pelo Comitê de Governança de Dados e Informação do MInfra;

VII - implementar e controlar ações para gerenciar riscos, proteger e garantir a qualidade das informações;

VIII - identificar e atuar na resolução de problemas com as informações.

Art. 84. Ao Custodiante do Dado cabe o controle técnico dos dados, incluindo segurança, escalabilidade, gerenciamento de configuração, disponibilidade, precisão, consistência, trilha de auditoria, backup e restauração, padrões técnicos, políticas e implementação de regras de negócios.

Art. 85. À Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) do MInfra, designada conforme o previsto no art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, cabe:

I - assegurar a publicação e a atualização do plano de dados abertos;

II - orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;

III - assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;

IV - monitorar a implementação dos planos de dados abertos;

V - apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento dos planos de dados abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da política de dados abertos.

Art. 86. Ao gestor técnico do plano de dados abertos da unidade de negócio cabe:

I - atuar junto à Autoridade de Monitoramento da LAI, como ponto focal na prestação de informações periódicas da respectiva área de negócio sobre a implementação do PDA.

II - propor à Autoridade de Monitoramento da LAI medidas para assegurar a implementação e o aperfeiçoamento dos Planos de Dados Abertos.

Art. 87. Ao Gestor da Rede de Analytics cabe:

I - identificar e alinhar as necessidades de informações locais e corporativas representando os interesses dos produtores e consumidores de dados das áreas de negócio;

II - apoiar tecnicamente as unidades e áreas do MInfra que atuam na geração e consolidação de informação estratégica;

III - desenvolver ações colaborativas na construção de soluções em análise de dados;

IV - promover a gestão do conhecimento em análise de dados.

Seção III

Planejamento da Governança de Dados e Informação

Art. 88. São instrumentos de planejamento da governança de dados e informação no âmbito deste Ministério:

I - plano de dados abertos (PDA);

II - plano de ação de governança de dados;

§ 1º O PDA será elaborado pelo Ministério e por cada entidade vinculada e aprovado pelo respectivo comitê de governança digital.

§ 2º O plano de ação de governança de dados do Ministério será aprovado pelo CGDI.

§ 3º O Ministério da Infraestrutura, como órgão setorial do SISP, irá supervisionar a elaboração e a execução dos instrumentos de planejamento das suas entidades vinculadas integrantes do SISP.

§ 4º São documentos decorrentes dos incisos I e II do caput deste artigo:

a) catálogo de bases de dados;

b) catálogo de necessidade de dados e informações;

c) os dicionários das bases de dados.

CAPÍTULO IX

INSTÂNCIAS SUPERVISORAS E ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 89. São instâncias supervisoras da Política de Governança do MInfra o Comitê Estratégico de Governança - CEG, o Comitê Técnico de Governança - CTG e o Comitê Técnico de Integridade - CTI, sendo este último apenas no que se referir ao tema Integridade, devendo esta supervisão abarcar, no que couber, a Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (GTIC) e a Governança de Dados e Informação (GDI), de que tratam os capítulos VII e VIII desta Portaria.

Art. 90. A Consultoria Jurídica prestará o assessoramento jurídico nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I

Indicações e designações

Art. 91. O Secretário-Executivo designará os membros, titular e suplente, das instâncias dispostas nos incisos II, IV, V, VII, VIII, IX e XI do art. 4º desta Portaria, mediante indicação dos titulares do Gabinete do Ministro, das Secretarias, Subsecretarias e da Assessoria Especial de Controle Interno.

Parágrafo único. O coordenador das unidades de que trata o inciso V do art. 4º desta Portaria será definido pelo titular da área, quando da indicação de que trata o caput.

Seção II

Outras disposições

Art. 92. A responsabilidade pela implementação da estratégia e pelo funcionamento da estrutura de gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão, bem como pelo monitoramento e aperfeiçoamento da gestão do Ministério cabe à alta administração, conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 9.203, de 2017, aos responsáveis pelas unidades de gestão, aos gestores de processos de trabalho e de programas de governo e aos demais agentes públicos que exercem cargo, função ou emprego no MInfra, nos seus respectivos âmbitos de atuação.

Art. 93. Doravante, qualquer política que vier a ser adotada no âmbito deste Ministério, envolvendo o tema governança, deverá estar alinhada aos dispositivos desta Portaria, considerando, em especial, o disposto em seu art. 2º.

Art. 94. Os casos omissos e as excepcionalidades serão solucionados pelo Comitê Técnico de Governança - CTG ou pelo Comitê Técnico de Integridade - CTI, conforme a pertinência da matéria, ou pelo Secretário Executivo quando o assunto se referir à Gestão Estratégica.

Art. 95. Fica revogada a Portaria nº 55, de 25 de março de 2021.

Art. 96. Esta Portaria entra em vigor no dia 20 de dezembro de 2022.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

PORTARIA Nº 1.649, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Declara a compatibilidade do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-101/ES/BA com o escopo da política pública do Ministério da Infraestrutura.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições de que tratam o art. 35, inciso I, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o art. 1º, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021, e o disposto no Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019, com base ainda no constante dos autos do processo administrativo nº 50000.043186/2022-83, resolve:

Art. 1º Declarar a compatibilidade do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-101/ES/BA, entre o entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri) e a Divisa ES/RJ, com o escopo da política pública e submeter ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República para deliberação, nos termos do art. 6º, caput, do Decreto nº 9.957, de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 10.014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00065.061599/2018-31, resolve:

Art. 1º Excluir o aeródromo público abaixo do cadastro, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Turmalina;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0068;

III - município (UF): Turmalina (MG); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 14' 02'' S / 042° 44' 02'' W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 10.026, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil- RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.033082/2018-41, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária (Revisão 00) do operador Município de Rio Verde, CNPJ nº 02.056.729/0001-05, responsável pela operação do Aeródromo General Leite de Castro (SWLC), em Rio Verde/GO (código CIAD: GO0009), nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 107, Emenda 07 (RBAC nº 107 EMD 07), e da Instrução Suplementar nº 107-001, revisão I (IS nº 107-001I), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-1

II - Serviços aéreos: voos domésticos

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

IV - Listagem: Versão 01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 10.030, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.061424/2021-18, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária (Revisão 00) do operador Estado de Santa Catarina, CNPJ 82.951.229/0001-76, responsável pela operação do Aeroporto Regional do Planalto Serrano (SNCP), em Correia Pinto/ SC (código CIAD: SC0181), nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 107, Emenda 07 (RBAC nº 107 EMD 07), e da Instrução Suplementar nº 107-001, revisão I (IS nº 107-001I), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-1

II - Serviços aéreos: voos domésticos

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

IV - Listagem: Inexistente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.900, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.026854/2022-85, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Centro Empresarial Botafogo;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0037;

III - município (UF): Rio de Janeiro (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 56' 40'' S / 043° 10' 57'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1893/SIA de 19 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2012, Seção 1 Página 14-15.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.902, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.024372/2022-91, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Rosa dos Ventos;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0037;

III - município (UF): Itumbiara (GO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 18' 06'' S / 049° 50' 47'' W;

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2263/SIA de 21 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2015, Seção1 Página 9.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.919, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.038868/2022-41, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Centro Empresarial Iudice;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0430;

III - município (UF): São Paulo (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 30' 49'' S / 046° 41' 41'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 913/SIA de 15 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2015, Seção 1 Página 6.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.920, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.038698/2022-03, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Helicentro North Star;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: CE0033;

III - município (UF): Eusébio (CE);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03° 48' 39'' S / 038° 26' 03'' W;

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 877/SIA de 02 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2013, Seção 1 Página 4.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.932, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.034297/2022-76, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Aero Rural;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0205;

III - município (UF): Alta Floresta (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 09° 55' 29'' S / 056° 00' 29'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 149/SIA de 20 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2014, Seção 1 Página11.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.937, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.035278/2022-67, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Hospital Autódromo José Carlos Pace ;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0791;

III - município (UF): São Paulo (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 42' 00'' S / 046° 41' 43'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2426/SIA de 12 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2012, Seção 1 Página10.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.939, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.026825/2022-13, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: SESC;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0226;

III - município (UF): Itaparica (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 12° 53' 00" S / 038° 40' 49'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1812/SIA de 11 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2012, Seção 1 Página21.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.956, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.046012/2022-40, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Agropecuária Campo Novo;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MA0153;

III - município (UF): Peritoró (MA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 04° 27' 57'' S / 044° 10' 24'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.970, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.046460/2022-43, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Condomínio Edifício Spazio JK;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0319;

III - município (UF): São Paulo (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 35' 28'' S / 046° 41' 08'' W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 0153/SIA de 16 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 23 de janeiro de 2017, Seção 1 Página 62.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.987, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.046948/2022-71, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Casa Branca;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0574;

III - município (UF): Frei Inocêncio (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 29' 57'' S / 041° 52' 08'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 667-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.010205/2022-19
2. Interessado: Santos Brasil Participações S.A.
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Diretoria DT
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de pedido protocolado pela empresa arrendatária do Porto Organizado de Imbituba, Santos Brasil Participações S.A., para fins de concessão de autorização especial visando à movimentação e armazenagem de carga geral,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 535, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. autorizar que a empresa Santos Brasil Participações Ltda. realize a movimentação e armazenagem de carga geral no "Tecon Imbituba", em caráter especial e de emergência, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar a partir do dia 01 de janeiro de 2023, ou até a conclusão do processo que trata da inclusão desse perfil de carga no objeto de seu Contrato de Arrendamento, o que ocorrer primeiro;

5.2. esclarecer que a autorização de movimentação de carga geral aqui exposta não tem o condão de alterar nenhuma obrigação contratual atualmente pactuada;

5.3. ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a arrendatária do atendimento às exigências junto à Receita Federal, assim como aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, à Autoridade Aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente; e

5.4. cientificar o Ministério da Infraestrutura e a empresa Santos Brasil Participações Ltda. acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 12 a 14/12/2022 - Virtual.
7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e Alexandre Lopes.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

PORTARIA-DG ANTAQ Nº 440, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Regulamenta o Programa de Gestão e Desempenho da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e IX do art. 20 do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e o que foi deliberado na Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada de nº 535, realizada entre 12 e 14 e dezembro de 2022, resolve:

Art. 1º Conciliar as necessidades da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ com os requisitos do governo executivo federal para um Programa de Gestão e Desempenho - PGD, que disciplina o desenvolvimento e a mensuração das atividades realizadas pelos seus participantes, com foco na entrega por resultados e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Disposições preliminares

Art. 2º São objetivos do PGD:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da instituição;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

VIII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Art. 3º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - Trabalho presencial: modalidade de implementação do PGD em que o cumprimento da jornada ocorre dentro das dependências da ANTAQ, exceto para os casos de trabalho externo, seguindo um plano de trabalho específico para a execução das suas atividades programadas, nos termos desta Portaria;

II - Teletrabalho: modalidade de implementação do PGD em que o cumprimento da jornada regular pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, excetuado o trabalho externo;

III - Teletrabalho parcial: regime de execução do teletrabalho com cumprimento da jornada intercalado entre trabalho fora das dependências físicas do órgão e trabalho presencial ou externo, de acordo com cronograma pactuado entre chefia imediata e participante para a execução das atividades programadas nos termos desta Portaria;

IV - Teletrabalho integral: regime de execução do teletrabalho com cumprimento de jornada realizado sem cronograma de participação presencial, de acordo com plano de trabalho pré-estabelecido, nos termos desta Portaria;

V - Trabalho externo: atividades que, em razão da sua natureza, da natureza do cargo ou das atribuições da unidade que as desempenha, são desenvolvidas externamente às dependências da ANTAQ e cujo local de realização é definido em função do seu objeto;

VI - Unidade Organizacional: são consideradas unidades organizacionais para efeito desta Portaria as Superintendências, as Gerências, as Coordenadorias, a Secretaria-Geral, as Gerências Regionais, as Unidades Regionais, os gabinetes dos diretores, incluídas as assessorias, a Corregedoria, a Ouvidoria e a Auditoria;

VII - Programa de Gestão: ferramenta de gestão da chefia imediata que estabelece o rol de atividades realizadas pela setorial e o pessoal de sua unidade organizacional disponível para as diferentes modalidades do PGD, por prazo determinado; e

VIII - Plano de Trabalho: compromisso pactuado entre chefia imediata e participante do PGD, por prazo determinado, que estabelece a carga de trabalho do inscrito, com base nas atividades vinculadas ao programa de gestão da respectiva unidade organizacional.

Participação no PGD

Art. 4º O programa de gestão é destinado a todas as unidades organizacionais e aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, de cargo em comissão - excetuados os cargos CCT IV ou superior -, empregados públicos, contratados por tempo determinado e estagiários em exercício na Agência, cumpridos os requisitos dispostos nesta Portaria.

Parágrafo único. A participação no programa de gestão não poderá, em hipótese alguma, reduzir a capacidade de atendimento das unidades que atendam ao público interno e externo.

Art. 5º O PGD abrangerá todas as atividades a cargo de seus participantes, e a especificação das atividades por unidade organizacional constará de plano de trabalho.

Modalidades do PGD

Art. 6º São modalidades do PGD:

I - presencial;

II - teletrabalho parcial; e

III - teletrabalho integral.

Das vagas

Art. 7º O percentual de vagas para cada modalidade do PGD, em cada UORG, deverá respeitar os seguintes limites máximos:

I - 100% dos agentes públicos da UORG na modalidade presencial;

II - 100% dos agentes públicos da UORG no regime de teletrabalho parcial; e

III - 40% dos agentes públicos da UORG no regime de teletrabalho integral.

§ 1º As unidades organizacionais com menos de três participantes no PGD não poderão aderir ao regime de teletrabalho integral, exceto se participarem do programa de gestão da unidade organizacional imediatamente superior.

§ 2º Os limites estabelecidos nos incisos do caput não se aplicam aos estagiários e nem estes contam como agentes públicos para o cômputo de vagas.

§ 3º Os participantes do PGD que não aderirem aos regimes de teletrabalho serão enquadrados automaticamente na modalidade presencial.

§ 4º As vagas de teletrabalho ocupadas com fundamentação nos arts. 17 e 18 não contam para cálculo de limite mínimo de agentes públicos necessário para adesão ao PGD, como estabelecido no §1º deste artigo.

§ 5º A fração que resultar do cálculo necessário à definição do número de vagas de teletrabalho no regime integral será arredondada para o número inteiro subsequente.

Art. 8º A participação no PGD, independentemente da modalidade, considerará as atribuições do cargo e respeitará a jornada de trabalho do participante.

Seleção para adesão ao PGD

Art. 9º Sempre que o total de candidatos habilitados exceder o total de vagas disponíveis, a chefia imediata da unidade selecionará aqueles que poderão aderir ao regime de teletrabalho integral a partir dos seguintes critérios, priorizando participantes:

I - com horário especial, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990;

II - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19.12.2000;

III - com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual;

IV - com maior tempo de exercício na unidade, ainda que descontínuo; ou

VI - com vínculo efetivo.

Parágrafo único. Sempre que possível, a chefia imediata da unidade promoverá o revezamento entre os interessados em participar dos regimes de teletrabalho do programa de gestão.

Regras para o teletrabalho

Art. 10. O teletrabalho:

I - dependerá de acordo mútuo entre participante e chefia imediata, registrado no termo de ciência e responsabilidade do Anexo III;

II - ficará condicionado à compatibilidade com as atividades a serem desenvolvidas pelo agente público e à ausência de prejuízo para a Administração;

III - terá a estrutura necessária, física e tecnológica, providenciada e custeada pelo participante; e

IV - exigirá que o participante permaneça disponível para contato, no período definido pela chefia imediata e observado o horário de funcionamento da Agência, por todos os meios de comunicação.

§ 1º A alteração da modalidade presencial para teletrabalho para os contratados por tempo determinado será registrada em aditivo contratual, observado o disposto na Lei nº 8.745, de 9.12.1993.

§ 2º A alteração da modalidade presencial para teletrabalho para os estagiários ocorrerá por meio da celebração de acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente, o estagiário e, exceto se este for emancipado ou tiver dezoito anos de idade ou mais, o seu representante ou assistente legal.

§ 3º A alteração de que trata o § 2º deverá constar do termo de compromisso de estágio e ser compatível com as atividades escolares ou acadêmicas exercidas pelo estagiário.

§ 4º Na hipótese de empregados de empresas públicas ou de sociedades de economia mista em exercício na Agência, a alteração da modalidade presencial para teletrabalho dependerá de autorização da entidade de origem.

§ 5º Para fins do disposto no inciso IV do caput, o agente público deverá informar e manter atualizado número de telefone, fixo ou móvel, de livre divulgação tanto dentro do órgão ou da entidade quanto para o público externo que necessitar de seu contato.

§ 6º A opção pelo teletrabalho não poderá implicar aumento de despesa para a administração pública federal.

§7º As horas executadas em trabalho externo serão descontadas do tempo total do plano de trabalho vigente, tanto para a modalidade teletrabalho como presencial.

Art. 11. Para o regime de teletrabalho parcial, fica estabelecido o limite máximo de 80% da carga horária mensal em teletrabalho.

Parágrafo único. Abonos ou afastamentos como capacitação, férias, licença médica, licença capacitação, substituição de titular de unidade organizacional, entre outros, deverão constar como desconto no cômputo de horas do plano de trabalho de participante do PGD, após validação da chefia imediata.

Art. 12. O prazo de antecedência de convocação para comparecimento pessoal do participante em teletrabalho à unidade será de:

I - vinte e quatro horas para agente público em teletrabalho; ou

II - cinco dias úteis para agente público em teletrabalho integral residindo em localidade diversa da unidade de exercício.

§ 1º A convocação para comparecimento pessoal do participante ocorrerá quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados.

§ 2º Em casos excepcionais, devidamente justificados, poderá ser concedido prazo superior, a critério do dirigente da UORG.

§ 3º O prazo de antecedência de convocação, estipulado no caput, não se aplica aos casos de teletrabalho no exterior.

Art. 13. Em caso de desligamento do teletrabalho, o participante do PGD deverá retornar, no prazo de trinta dias, à modalidade presencial na unidade organizacional de exercício.

§ 1º Na hipótese de suspensão ou revogação do PGD, o prazo previsto no caput poderá ser reduzido mediante apresentação de justificativa pela Diretoria Colegiada.

§ 2º O participante do PGD na modalidade teletrabalho poderá retornar ao trabalho presencial, independentemente do interesse da Administração, a qualquer momento.

§ 3º O participante do PGD manterá a execução das atividades estabelecidas por sua chefia imediata até o retorno efetivo à atividade presencial.

§ 4º Quando o desligamento ocorrer com base nos incisos II, III e IV do art. 24, o prazo de retorno à atividade presencial poderá ser reduzido a critério da chefia imediata.

§ 5º Quando o desligamento ocorrer com base nos incisos II, III e IV do art. 24, caberá à chefia imediata encerrar antecipadamente o plano de trabalho em vigor, elaborar novo plano de trabalho e definir a respectiva data de encerramento.

§ 6º Ao final do plano de trabalho, as horas pactuadas e não cumpridas por participante do PGD ensejarão desconto equivalente em sua folha de pagamento, exceto por registro de justificativa da chefia imediata sobre as horas remanescentes.

§ 7º A reincidência de descumprimento do pactuado por participante do PGD acarretará instauração de procedimento correcional.

Art. 14. O servidor em teletrabalho integral que venha a residir em cidade diversa daquela em que se encontra a sua unidade de exercício deverá notificar a Gerência de Recursos Humanos.

Art. 15. A participação no regime de teletrabalho integral fica limitada a até 12 meses consecutivos, excetuados os casos do arts. 17 e 18 desta Portaria.

Parágrafo único. O servidor que participar do teletrabalho integral somente poderá aderir a esse regime de execução novamente após o período mínimo de um mês do término de sua participação, salvo decisão justificada da Diretoria Colegiada.

Art. 16. Não será exigido nível de produtividade adicional para o teletrabalho.

Parágrafo único. A Diretoria Colegiada poderá, mediante juízo de conveniência e oportunidade, incluir nível de produtividade adicional para o teletrabalho.

Art. 17. Cumpridos os demais requisitos desta Portaria e no interesse da Administração, a adesão ao teletrabalho em regime integral poderá ser utilizada em substituição a:

I - licença e exercício provisório de que trata o art. 84 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, quando o cônjuge ou companheiro for deslocado para outra localidade dentro do território nacional;

II - remoção de que trata a alínea "a" do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, quando o cônjuge ou companheiro for deslocado para outra localidade dentro do território nacional;

III - remoção de que trata a alínea "b" do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, no caso de tratamento realizado em território nacional; e

IV - afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu em território nacional de que trata o art. 96-A da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, quando a participação no curso puder ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo;

Parágrafo único. O prazo de teletrabalho integral nas hipóteses deste artigo será determinado pelo tempo de duração do fato que o justifica.

Teletrabalho no exterior

Art. 18. Além dos requisitos gerais para a adesão ao PGD, o teletrabalho com o participante residindo no exterior somente será admitido:

I - para servidores públicos federais efetivos que tenham concluído o estágio probatório;

II - em regime de execução integral;

III - no interesse da Administração;

IV - se houver PGD instituído na unidade de exercício do servidor;

V - com autorização da Diretoria Colegiada;

VI - por prazo determinado;

VII - com manutenção das regras referentes ao pagamento de vantagens, remuneratórias ou indenizatórias, como se estivesse em exercício no território nacional; e

VIII - em substituição a:

a) afastamento para estudo no exterior previsto no art. 95 da Lei nº 8.112, de

11.12.1990, quando a participação no curso puder ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo;

b) exercício provisório de que trata o § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990;

c) acompanhamento de cônjuge afastado nos termos do disposto nos arts. 95 e 96 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990;

d) remoção de que trata a alínea "b" do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, quando o tratamento médico necessite ser realizado no exterior;

e) licença para acompanhamento de cônjuge que não seja servidor público deslocado para trabalho no exterior, nos termos do disposto no caput do art. 84 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990; e

f) licença para tratamento de assuntos particulares, regulado pelo art. 91 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990.

§ 1º A autorização para teletrabalho no exterior poderá ser revogada por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade, por meio de decisão fundamentada.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, será concedido prazo de dois meses para o participante retornar à modalidade presencial do PGD ou à modalidade de teletrabalho em território nacional, conforme os termos da revogação da autorização de teletrabalho.

§ 3º O prazo estabelecido no § 2º poderá ser reduzido mediante justificativa da Diretoria Colegiada.

§ 4º O participante do PGD manterá a execução das atividades estabelecidas por sua chefia imediata até o retorno efetivo à atividade presencial.

§ 5º Poderá ser permitida, pela Diretoria Colegiada, de forma justificada, a realização de teletrabalho no exterior pelos seguintes empregados públicos em exercício na Antaq, enquadrados em situações análogas àquelas referidas no inciso VIII do caput deste artigo:

I - empregados de estatais em exercício na Antaq com ocupação de cargo em comissão, desde que a entidade de origem autorize a prestação de teletrabalho no exterior; ou

II - empregados que façam parte dos quadros permanentes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 6º É de responsabilidade do agente público observar as diferenças de fuso horário do país em que pretende residir para fins de atendimento da jornada de trabalho fixada pelo órgão ou pela entidade de exercício.

§ 7º A Diretoria Colegiada poderá autorizar excepcionalmente o teletrabalho no exterior por outras razões além daquelas previstas no inciso VIII do caput.

§ 8º O total de agentes públicos abrangidos pelo caput não poderá ultrapassar dez por cento do quantitativo de vagas do PGD.

§ 9º O prazo de teletrabalho no exterior será de:

I - na hipótese do § 7º, até dezoito meses; e

II - nas hipóteses previstas no inciso VIII do caput, o tempo de duração do fato que o justifica.

§ 10. Na hipótese do § 7º, o servidor somente poderá aderir ao teletrabalho integral após o período mínimo de um mês do término de sua participação, salvo decisão justificada da Diretoria Colegiada.

§ 11. Na hipótese prevista na alínea "e" do inciso VIII do caput, caberá ao requerente comprovar o vínculo empregatício do cônjuge no exterior.

Adesão ao PGD

Art. 19. Para aderir ao PGD, o agente público e a sua chefia imediata firmarão plano de trabalho, que conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - data de início e de término;

II - modalidade;

III - atividades a serem executadas pelo participante;

IV - metas e prazos; e

V - termo de ciência e responsabilidade, de acordo com o Anexo III.

Parágrafo único. O participante do PGD comunicará a sua chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos, para eventual adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição das atividades constantes do seu plano de trabalho.

Art. 20. Toda unidade participante do PGD deve elaborar tabela de atividade correspondente a seus processos, nos termos do Anexo I, e apresentá-la para homologação pela Diretoria-Geral ou outra instância delegada.

§ 1º Os procedimentos de adesão e aprovação da tabela de atividades serão tramitados no sistema de acompanhamento do PGD.

§ 2º O cumprimento, por qualquer participante do PGD, de metas superiores às metas previamente estabelecidas não configura a realização de serviços extraordinários.

§ 3º O Comitê de Gestão do Teletrabalho - CGT deverá orientar e dar suporte à unidade organizacional na elaboração da tabela de atividades.

Acompanhamento, Avaliação e Transparência do PGD

Art. 21. Fica aprovado o fluxo de tramitação referente aos procedimentos de acompanhamento, avaliação e transparência do programa de gestão, nos termos do Anexo IV.

§ 1º Os procedimentos de que trata o caput serão registrados, sempre que possível, no sistema de acompanhamento do PGD, escolhido pela Diretoria da ANTAQ por conveniência e disponibilidade.

§ 2º A unidade responsável pela gestão de tecnologia da informação da ANTAQ apoiará as unidades organizacionais participantes do Programa na instalação do sistema de acompanhamento do PGD.

§ 3º A unidade responsável pela gestão de tecnologia da informação da ANTAQ disponibilizará ao órgão central do SIPEC a Interface de Programação de Aplicativos para o acompanhamento e envio de informações e de relatórios referentes ao programa de gestão.

Art. 22. Serão divulgados no sítio eletrônico oficial da Antaq:

I - esta Portaria; e

II - os resultados obtidos com o PGD.

Parágrafo único. A informações referentes ao PGD e a seus resultados também serão disponibilizados de forma estruturada ao órgão central do Sipec e ao órgão central do Siorg.

Art. 23. Apenas serão divulgadas publicamente informações não sigilosas, em cumprimento às diretrizes de transparência de informações e dados previstas em legislação.

Desligamento dos participantes do PGD na modalidade teletrabalho

Art. 24. A chefia imediata ou dirigente da unidade deverá desligar o participante do PGD da modalidade teletrabalho:

I - por solicitação do participante;

II - no interesse da Administração, devidamente justificado por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho;

III - pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no plano de trabalho;

IV - pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no termo de ciência e responsabilidade;

V - pelo decurso de prazo de participação no regime de execução;

VI - em virtude de remoção, com alteração da unidade de exercício; e

VII - em virtude de aprovação do participante para a execução de outra atividade não abrangida pelo programa de gestão da unidade organizacional, salvo nas acumulações lícitas de cargos, quando comprovada a compatibilidade de horários.

§ 1º A chefia imediata ou dirigente da unidade deverá notificar o participante do ato de desligamento para cumprimento do prazo do art. 13.

§ 2º Na hipótese de desligamento do participante por sua chefia imediata, o participante poderá solicitar reconsideração a sua chefia ou interpor recurso à chefia da unidade imediatamente superior à área que tiver expedido o ato.

§ 3º Após o desligamento do teletrabalho, exceto por remoção, o participante será incluído na modalidade presencial do PGD.

§ 4º No caso de remoção do participante para outra unidade, conforme o inciso VI, haverá avaliação da nova chefia imediata quanto a possibilidade de se manter o regime de execução original.

§ 5º Na ocorrência das hipóteses de desligamento dos incisos III e IV, o participante não poderá aderir novamente à modalidade teletrabalho pelo prazo de doze meses da notificação de que trata o §1º do caput deste artigo.

Indenizações e vantagens

Art. 25. Nos deslocamentos em caráter eventual ou transitório, ocorridos no interesse da Administração, para localidade diversa da unidade de exercício do participante, esse fará jus a diárias e passagens e será utilizado como ponto de referência:

I - a localidade a partir da qual exercer as suas funções remotamente; ou

II - caso implique menor despesa para Agência, o endereço da unidade de exercício.

Parágrafo único. O participante do PGD na modalidade teletrabalho que residir em localidade diversa da unidade de exercício não fará jus a reembolso de qualquer natureza ou a diárias e passagens referentes a despesas por comparecimento presencial à unidade de exercício.

Art. 26. Não será devido o pagamento de adicional noturno aos participantes do PGD de que trata esta Portaria.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos em que for comprovada a atividade, ainda que remota, prestada em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, desde que haja necessidade comprovada da Antaq e autorização concedida por sua chefia imediata.

Art. 27. É vedado o pagamento ao participante do PGD no regime de teletrabalho integral:

I - adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade ou irradiação ionizante; e

II - gratificação por atividades com raios X ou substâncias radioativas.

Art. 28. O participante do PGD somente fará jus ao pagamento de auxílio - transporte nos casos em que houver deslocamentos de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, nos termos da Instrução Normativa SGDP nº 207, de 21 de outubro de 2019.

Art. 29. Não será concedido auxílio - moradia ao participante em teletrabalho quando em regime integral.

Art. 30. Somente será concedida ajuda de custo ao participante do PGD na modalidade de teletrabalho quando houver mudança de domicílio em caráter permanente, no interesse da Administração.

Disposições finais

Art. 31. Participantes do PGD, em qualquer modalidade, estão dispensados do controle de frequência, assim como ocupantes de cargo comissionado CCT IV ou superior.

Art. 32. Os casos omissos serão resolvidos pelo CGT.

Art. 33. A Diretoria Colegiada poderá alterar, suspender ou revogar o PGD por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade devidamente fundamentadas.

Art. 34. Fica revogada a Portaria nº 304/2020 e os artigos 11 a 15 da Portaria DG nº 212/2012.

Art. 35. Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

ANEXO I
MODELO DE TABELA DE ATIVIDADES

TABELA DE ATIVIDADES						
Nome da unidade organizacional:						
Descrição da atividade	Faixa de complexidade da atividade	Parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade	Tempo de execução da atividade em regime presencial	Tempo de execução da atividade em teletrabalho	Ganho percentual de produtividade estabelecido, quando aplicável	Entregas esperadas
Nome/Matrícula - chefia imediata			Nome/Matrícula - responsável pela aprovação:			

* É vedada a inclusão de qualquer atividade desenvolvida por meio de trabalho externo, não passível de controle ou não vinculada a metas, prazos e entregas previamente definidos.

* Entrega é o resultado do esforço empreendido na execução de uma atividade definida no planejamento e com data prevista de conclusão.

ANEXO II
MODELO DE PLANO DE TRABALHO (ELEMENTOS MÍNIMOS PARA ELABORAÇÃO)

PLANO DE TRABALHO		
Nome da unidade organizacional:		
	Modalidade: ( ) Teletrabalho Integral ( ) Teletrabalho Parcial ( ) Presencial	Período de execução:
Lista de atividades pactuadas: Descrição da atividade/faixa de complexidade da atividade/tempo de execução da atividade em regime presencial/tempo de execução da atividade em teletrabalho/ganho percentual de produtividade (quando aplicável)/entregas esperadas		
I - Total de participantes e percentual em relação ao quadro de pessoal da unidade organizacional: * deverá constar a relação nominal dos participantes e suas respectivas vinculações à Agência.		
II - As atividades a serem desenvolvidas com as respectivas metas a serem alcançadas, expressas em horas equivalentes: * a chefia imediata poderá redefinir as metas do participante por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas. * a metas serão calculadas em horas para cada atividade em cada faixa de complexidade, em consonância com o estabelecido na tabela de atividades (ver Anexo I).		
III - Previsão de aferição das entregas realizadas, mediante análise fundamentada da chefia imediata, em até quarenta dias, quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas: * a aferição das entregas realizadas deve ser registrada em um valor que varia de 0 a 10, onde 0 é a menor nota e 10 é a maior nota. * somente serão consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5.		
IV - Cronograma em que cumprirão suas jornadas em regime presencial, quando for o caso, nos termos do Anexo III.		
V - A previsão de antecedência mínima para as convocações à unidade sempre que a presença física do participante for necessária e houver interesse da Administração Pública, desde que devidamente justificado pela chefia imediata.		
VI - Os termos de ciência e responsabilidade dos participantes deverão ser referenciados no plano de trabalho como partes integrantes anexas, com indicação do nome dos respectivos participantes. Os documentos deverão ser assinados pelos participantes e pela chefia imediata da unidade nos termos do Anexo III.		
Nome/Matrícula - participante:	Nome/Matrícula - chefia imediata:	

ANEXO III
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE - TELETRABALHO

REQUERIMENTO DE ADESÃO AO TELETRABALHO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO	
Nome do participante:	Nome da unidade organizacional:
Matrícula Siape:	Vinculação do participante: ( ) servidor público ocupante de cargo efetivo ( ) servidor público ocupante de cargo em comissão ( ) empregado público ( ) contratado por tempo determinado, regido pela Lei nº 8.745, de 9.12.1993 ( ) estagiário
Período de adesão:	
Regime de execução: ( ) Integral ( ) Parcial	

No caso de participação no regime de execução parcial, indique no campo abaixo os dias ou turnos em que o participante deverá comparecer presencialmente à unidade:

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Início: Término:	Início: Término:	Início: Término:	Início: Término:	Início: Término:

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente termo de ciência e responsabilidade, em razão da solicitação de adesão ao Programa de Gestão e Desempenho da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, eu, PARTICIPANTE,

DECLARO atender às condições para participação no programa de gestão;
DECLARO cumprir o estabelecido no plano de trabalho;
DECLARO ter conhecimento técnico requerido para desenvolvimento das atividades;
DECLARO atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que minha presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, com a antecedência mínima prevista no plano de trabalho, e desde que devidamente justificado pela chefia imediata;
DECLARO manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;
DECLARO consultar diariamente a caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação da unidade;
DECLARO permanecer em disponibilidade constante para contato por meios telemáticos pelo período acordado com a chefia imediata, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade;
DECLARO manter a chefia imediata informada, de forma periódica, e sempre que demandar o participante, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

DECLARO comunicar à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;
DECLARO zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;
DECLARO retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria e mediante termo de recebimento e responsabilidade;
DECLARO manter as estruturas física e tecnológica necessárias, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de minhas atribuições;
DECLARO ter ciência de que a participação no programa de gestão não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições da Portaria que regulamenta o Programa de Gestão e Desempenho da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
DECLARO ter ciência de que a solicitação de desligamento pelo participante do programa de gestão deverá observar a antecedência mínima de dez dias;
DECLARO ter ciência de que, em caso de desligamento, o participante do programa de gestão deverá se submeter ao controle de frequência trinta dias após o ato de notificação, exceto por prazo diverso estabelecido pela Administração e devidamente justificado;
DECLARO ter ciência de que a chefia imediata poderá redefinir minhas metas por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas;
DECLARO ter ciência da vedação de pagamento das vantagens a que se referem o Capítulo V da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;
DECLARO ter ciência da vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;
DECLARO ter ciência do dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14.8.2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber;
DECLARO ter ciência das orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2.7.2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;
DECLARO ter ciência de que a chefia imediata e o dirigente da unidade deverão acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do programa de gestão;
DECLARO ter ciência de que a chefia imediata deverá manter contato permanente com os participantes do programa de gestão para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

DECLARO ter ciência de que a chefia imediata deverá aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas; e
DECLARO ter ciência de que a alteração no cálculo das metas ou atividades constantes do plano de trabalho não enseja o dever de assinar novo termo de ciência e responsabilidade, bastando ser notificado quanto ao teor da alteração promovida.

Com a assinatura deste termo, o participante:

I - autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a pessoas que façam chamadas telefônicas para a sua unidade de exercício na ANTAQ, sem necessidade de avaliação, pelo atendente, a respeito da pertinência do fornecimento; e

II - autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a servidores em exercício na ANTAQ que indiquem necessidade de contato telefônico relacionado às suas atividades profissionais.

Telefone Celular:

Telefone Residencial (opcional):

DECLARO que os números de telefone listados neste formulário estão ativos e atualizados.

*Classifique este documento, quanto ao nível de acesso, como restrito, por conter informação pessoal (art. 31 da Lei nº 12.527, de 18.11.2011).

Assinatura do participante

DE ACORDO, eu me comprometo aos termos pactuados neste documento.

Assinatura da chefia imediata

ANEXO IV
FLUXO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

Nº	PROCEDIMENTOS	PERIODICIDADE/PRAZO	RESPONSÁVEL
1	Implementar o sistema de acompanhamento do programa de gestão disponibilizado pelo órgão.	Imediata	Participante do PGD
2	Registrar a tabela de atividades no sistema de acompanhamento do programa de gestão.	Antes do início do programa de gestão da unidade organizacional participante	Chefia imediata da unidade organizacional
3	Assinar o o plano de trabalho e os termos de ciência e responsabilidade, registrando eventuais alterações acordadas entre as parte após o início das atividades	Antes do início do programa de gestão da unidade organizacional participante	Participante do PGD
4	Acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes.	Semanal	Chefia imediata da unidade organizacional e Dirigente da unidade (Superintendente ou cargo equivalente)
5	Aferir o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade das entregas pelos participantes.	Semanal	Chefia imediata da unidade organizacional
6	Registrar no sistema de acompanhamento do programa de gestão a evolução da execução das atividades, do cumprimento de metas e do alcance de resultados.	Semanal	Chefia imediata da unidade organizacional
7	Providenciar a divulgação das informações registradas no sistema de acompanhamento do programa de gestão no sítio eletrônico oficial da ANTAQ, com, ao menos, as seguintes informações: a) planos de trabalho; b) relação dos participantes do programa de gestão, discriminados por unidade; c) entregas acordadas; e d) acompanhamento das entregas de cada unidade. *Apenas serão divulgadas informações não sigilosas, com base nas regras de transparência de dados previstas em legislação.	Semanal	Comitê de Gestão do Teletrabalho - CGT
8	Elaborar, até 15 de novembro, o Relatório Gerencial Anual nos termos do Anexo VII, com a finalidade de conhecer os benefícios e resultados advindos da implementação do programa de gestão.	Anual	Comitê de Gestão do Teletrabalho - CGT
9	Aprovar o Relatório Gerencial Anual	Anual	Diretoria-Geral
10	Enviar o Relatório Gerencial Anual ao órgão central do SIPEC até 30 de novembro	Anual	Diretoria-Geral

ANEXO V
MODELO DE RELATÓRIO GERENCIAL ANUAL DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (ELEMENTOS MÍNIMOS)

RELATÓRIO GERENCIAL DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO	
Nome da Instituição: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ	Ano: Período de execução:
I - Apresentação introdutória	
II - Informações de natureza quantitativa, para análise estatística dos resultados alcançados: 1. total de participantes e percentual em relação ao quadro de pessoal; 2. variação de gastos, quando houver, em valores absolutos e percentuais; 3. variação de produtividade, quando houver, em valores absolutos e percentuais; 4. variação de agentes públicos por unidade após adesão ao programa de gestão; 5. variação no absenteísmo, em valores absolutos e percentuais; e 6. variação na rotatividade da força de trabalho, em valores absolutos e percentuais.	
III - informações de natureza qualitativa, para análise gerencial dos resultados alcançados: 1. melhoria na qualidade dos produtos entregues; 2. dificuldades enfrentadas; 3. boas práticas implementadas; e 4. sugestões de aperfeiçoamento , quando houver.	
IV - Considerações Finais	

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA REGIONAL DE BELÉM

DELIBERAÇÃO Nº 20, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 50300.003015/2022-37. Fiscalizado: F. O. NOBRE., CNPJ nº 10.957.385/0001-33. Objeto e Fundamento Legal: Gerente Regional de Belém (GREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide pela subsistência do Auto de Infração nº 005567-0 (SEI nº 1634738) e pela aplicação da penalidade de MULTA pecuniária no valor de R$ 1.125,39 (um mil cento e vinte e cinco reais e trinta e nove centavos) à microempresa, pelo cometimento das infrações tipificadas no Art. 20, incisos XIX e VIII da resolução nº 912-ANTAQ, por deixar de emitir bilhete de passagem ou agir em desacordo com o estabelecido e Deixou de dispor na embarcação, em local visível, e nos postos de venda de passagens informações que contenham o número de autorização e telefones obrigatórios.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO
Gerente

DELIBERAÇÃO Nº 21, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 50300.003015/2022-37. Fiscalizado: F. O. NOBRE., CNPJ nº 10.957.385/0001-33. Objeto e Fundamento Legal: Gerente Regional de Belém (GREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide pela subsistência do Auto de Infração nº 005193 (SEI nº 1444437) e pela aplicação da penalidade de MULTA pecuniária no valor de R$ 612,50 (seiscentos e doze reais e cinquenta centavos) à microempresa, pelo cometimento da infração tipificada no Art. 20, inciso XXX, da resolução nº 912-ANTAQ por prestar serviço de transporte de passageiros em desacordo com as condições operacionais estabelecidas no Termo de Autorização.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO
Gerente

DELIBERAÇÃO Nº 22, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 50300.003015/2022-37. Fiscalizado: F. O. NOBRE., CNPJ nº 10.957.385/0001-33. Objeto e Fundamento Legal: Gerente Regional de Belém (GREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide pela subsistência do Auto de Infração nº 005621-9 (SEI nº 1661526) e pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa, pelo cometimento da infração capitulada no Inciso II, do Artigo nº 12, da Resolução Normativa n° 13-ANTAQ, por deixar de prestar, nos prazos fixados, ou ainda, omitir, retardar ou recusar o fornecimento de informações ou documentos solicitados pela ANTAQ.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO
Gerente

DELIBERAÇÃO Nº 24, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 50300.003015/2022-37. Fiscalizado: F. O. NOBRE., CNPJ nº 10.957.385/0001-33. Objeto e Fundamento Legal: Gerente Regional de Belém (GREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide pela subsistência do Auto de Infração nº 005622-7 (SEI/ANTAQ nº 1661832) e pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais) , pelo cometimento da infração tipificada no art. 20, inciso XXIV da Resolução nº 912-ANTAQ, por deixar de protocolar a necessária resposta aos Ofícios nº 181/2022/UREBL/SFC/ANTAQ (SEI/ANTAQ nº 1582076) e nº 271/2022/UREBL/SFC/ANTAQ (SEI/ANTAQ nº 1617671) em sede de fiscalização ordinária desta ANTAQ.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO
Gerente

DELIBERAÇÃO Nº 35, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 50300.007359/2020-53. Fiscalizado LV NAVEGAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI., CNPJ nº 30.432.640/0001-31. Objeto e Fundamento Legal: Gerente Regional de Belém (GREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide pela subsistência do Auto de Infração 004787-2 (SEI nº 1264246) e pela aplicação da penalidade de Advertência à Empresa, pelo cometimento da infração descrita na Resolução 912/2007-ANTAQ , Art.20, XXIV, in verbis: Deixar de apresentar documentos solicitados pela ANTAQ, ou ainda, omitir, retardar ou, por qualquer forma, prejudicar o fornecimento dos referidos documentos.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO
Gerente

DELIBERAÇÃO Nº 36, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 50300.005052/2022-80. Fiscalizado BELÉM NORTE NAVEGAÇÃO LTDA., CNPJ nº 24.230.082/0001-29. Objeto e Fundamento Legal: Gerente Regional de Belém (GREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide a) pela subsistência do Auto de Infração nº 5692-8 (SEI 1700361); b) pela aplicação de penalidade à empresa no valor de R$ 577,50 (quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), pela prática da conduta infracional tipificada no art. 20, inciso XXV, da Resolução 912-ANATAQ, de 23 de novembro de 2007.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 1.174, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XI do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018 e com o inciso III do art. 29 do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 45 e 50 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 70; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.253641/2022-16, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO GARDÊNIA LTDA., CNPJ nº 49.914.641/0001-40, para modificar a prestação de serviço para suprimir a linha ESPIRITO SANTO DO PINHAL (SP) - JACUTINGA (MG), prefixo 08-0158-20.

Art. 2º Autorizar a paralisação dos mercados de ESPIRITO SANTO DO PINHAL (SP) - JACUTINGA (MG), na Licença Operacional - LOP de número 70.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor em 12 de fevereiro de 2023.

MARINA SOARES ALMEIDA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 167, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para concessão de recursos financeiros voltados à execução de obras de construção de Cadeias Públicas ou Penitenciárias de Segurança Média, objeto do Programa de Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal e dá outras providências.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 62, VII, da Portaria MSP nº 199/2018, pelo art. 33, VIII, do Decreto nº 11.103/2022, pelos arts. 1º e 3º-A da Lei Complementar nº 79/1994, pelo art. 25, I e II, da Portaria MJSP nº 136/2020, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 1.093/1994, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Portaria GAB-DEPEN nº 148, de 04 de novembro de 2022, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

I - ao exercício financeiro de 2016, para despesas de qualquer espécie previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 04 de novembro de 2022, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 3º desta Portaria;

.....

§ 1º Os recursos repassados sob a modalidade descrita no caput deste artigo deverão ter as contas prestadas na forma e sob os prazos do artigo 23 da Portaria MJSP nº 136/2020, e a restituição, ao fundo repassador, de eventuais recursos não sujeitos a aplicação tempestiva deverá ser efetuada, devidamente acompanhada dos respectivos rendimentos, até a data de 31 de março de 2023, impreterivelmente.

....."

"Art. 3º Sem prejuízo à observância das exigências constantes dos §§ 1º a 4º do art. 2º desta Portaria, a prorrogação da validade dos recursos repassados, ao ano de 2016, em modalidade fundo a fundo, e que sejam vinculados a objetos com a natureza de construção, reforma, ampliação e/ou aprimoramento de estabelecimentos penais, fundamentados no art. 3º, I, da Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, poderá ser excepcionalmente autorizada, a critério técnico deste Departamento Penitenciário Nacional, mediante a comprovação, pelo gestor competente:

I - da efetiva contratação da empresa responsável pela execução dos respectivos serviços de engenharia, realizada após autorização específica deste Departamento Penitenciário Nacional, até a data de 31 de dezembro de 2022, não bastando, nessa hipótese, o mero empenho do valor correspondente ou a mera homologação do processo licitatório da empresa responsável pela execução da obra; ou

II - da existência de plano de ação detalhado e factível das etapas de desenvolvimento, com cronograma de conclusão em prazo máximo de 2 (dois) anos, de obra de engenharia já devidamente autorizada por este Departamento Penitenciário Nacional até a data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Revoga-se e torna sem efeito a PORTARIA Nº 166, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÂNIA MARIA MATOS FERREIRA FOGAÇA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.399, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve

Declarar a perda da nacionalidade brasileira da pessoa abaixo relacionada, nos termos do art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma dos art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017:

ENRIK ZHI BO CHEN, nascido em 22 de julho de 2017, filho de YIJIAN CHEN e de YONGSHI GOU, adquirindo a nacionalidade chinesa. (Processo nº 08000.030669/2022-51);

Considerando que a perda de nacionalidade foi concedida a título precário, o requerente deverá apresentar a cópia da página de identificação do passaporte chinês, no prazo de 18 (dezoito) meses, para complementação da instrução processual, sob pena de cessarem-se os efeitos do ato, tendo em vista o compromisso do Brasil para a redução da apatridia e em analogia ao disposto no art. 39 da Portaria MJ nº 623, de 13 de novembro de 2020.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.429, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA usando das atribuições que lhe confere o art.1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.112599/2015-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CHRISTIAN OBINDI NRIAMA ou CRISTIAN OBINDI NRIAMA, de nacionalidade nigeriana, filho de Iwuchukwu Nriama e de Joy Nriama, nascido na República Federal da Nigéria, em 1º de outubro de 1962, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos, a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.430, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA usando das atribuições que lhe confere o art.1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.009352/2021-94, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOÃO BISSALA CO, de nacionalidade guineense, filho de Bissala Có e de Joana Djú, nascido em Biombo, na República da Guiné-Bissau, em 11 de maio de 1983, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.431, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA usando das atribuições que lhe confere o art.1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.014075/2019-06, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NNAMDI SOLOMON ODAH, de nacionalidade nigeriana, filho de Lawrence Odah e de Monica Odah, nascido na República Federal da Nigéria, em 27 de abril de 1992, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.434, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a perda de nacionalidade para a pessoa abaixo referida foi concedida a título precário por meio da Portaria CPMIG nº 1.394, de 08 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2022, e que o(a) requerente apresentou documento comprobatório da aquisição de outra nacionalidade, resolve

RATIFICAR a perda da nacionalidade brasileira da pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma dos Art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017:

NICOLE CINDY GETESKI LEE, nascida em 13 de agosto de 2004, filha de HEE HYUNG LEE e de JOCELIA GETESKI, adquirindo a nacionalidade sul-coreana. (Processo nº 08018.062589/2022-76).

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.436, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Declarar a perda da nacionalidade brasileira da pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 do Decreto nº 9.199/2017:

DINAURA IVONE DA SILVEIRA, nascida em 27 de fevereiro de 1954, filha de Urias Rodrigues da Silveira e de Ivone Marilia Bovolini da Silveira, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.000952/2022-59.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.437, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017.

ASHLEY ISABEL DE MACEDO RODRIGUEZ, nascido em 31 de maio de 1997, filho de Javier Manuel Rodriguez e de Silvia Cristina de Macedo Rodriguez, adquirindo a nacionalidade Norte-americana (Processo nº 08018.063478/2022-87);

FELIPE RODRIGUES ZARCO DA CAMARA, nascido em 23 de julho de 1982, filho de Paulo César Pinto Zarco da Câmara e de Maria Cristina Rodrigues Zarco da Câmara, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.067429/2022-13);

FLAUMBERT RAFAEL RUAS, nascida em 23 de janeiro 2001, filha de Flávio Humberto Ruas e de Isabel Manica Ruas, adquirindo a nacionalidade Italiana (Processo nº 08018.067913/2022-42);

GABRIEL JOHAN FELICIO BACHMANN, nascido em 11 de janeiro 1985, filho de Roberto Luiz Bachmann e de Sandra Mara Felicio Bachmann, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.067559/2022-56);

LARISSA LUCIO DOS SANTOS, nascida em 10 de maio de 1986, filha de João José dos Santos e de Maria Helena Lucio, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.067624/2022-43);

NOA SATO, nascida em 15 de junho de 2022, filha de Reinaldo Gow Sato e de Taki Sato, adquirindo a nacionalidade Japonesa (Processo nº 08018.068195/2022-21);

REI SATO, nascido em 20 de outubro de 2002, filho de Reinaldo Gow Sato e de Taki Sato, adquirindo a nacionalidade Japonesa. (Processo nº 08018.068217/2022-53) e;

RIO SATO, nascido em 07 de setembro de 1998, filho de Reinaldo Gow Sato e de Taki Sato, adquirindo a nacionalidade Japonesa (Processo nº 08018.068203/2022-30).

MARTHA PACHECO BRAZ

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I do Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016 e na Portaria nº 537, de 4 de julho de 2017, resolve:

Nº 2.360 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) da entidade social SOMOS 61 CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE, com sede em BRASILIA DF e inscrita no CNPJ sob o nº 02.618.429/0001-72, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e apresentação de documentação incompleta consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 2108/2022/NG-OSCIP-OE/CPJUS/CPGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (21080893). Por oportuno, atenta-se no sentido de que a entidade terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar recurso administrativo da decisão, nos termos do art.59º Lei.9.784/99. Processo SEI/MJ nº 08026.000975/2022-75.

Nº 2.361 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido da entidade social FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA DE APICUM-AÇU, com sede em APICUM - AÇU - MA, inscrita no CNPJ sob o nº03.315.465/0001-20, conforme Nota Técnica nº 953/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ(21133607). Processo SEI/MJ nº 08026.000936/2022-78.

NÁDIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER

DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

PORTARIA GAB-DRCI/DRCI/SENAJUS/MJSP Nº 9, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a renovação do credenciamento do organismo estrangeiro "AMI - AMICI MISSIONI INDIANE O.N.L.U.S" para atuar em matéria de adoção internacional no Brasil

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, considerando o § 2º do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005; o Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999; a Portaria nº 2.832, de 26 de dezembro de 2018, e o constante nos autos do Processo nº 08099.011450/2022-10, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento do organismo "AMI - AMICI MISSIONI INDIANE O.N.L.U.S", com sede em Via Aldo Moro, nº 3, Buccinasco, Milão, Itália, para intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional, de acordo com a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, Holanda, em 29 de maio de 1993, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

Art. 2º O organismo deverá cumprir o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, assim como as disposições do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, e da Portaria nº 2.832, de 26 de dezembro de 2018, sob pena de suspensão de seu credenciamento.

Art. 3º A presente renovação de credenciamento tem validade de dois anos, contada da data da publicação desta Portaria, devendo o organismo pleitear a sua renovação junto à Autoridade Central Administrativa Federal, nos termos da Portaria nº 2.832, de 26 de dezembro 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILA SANTOS CAMPELO MACORIN

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Nº 1.855 - Ato de Concentração nº 08700.009462/2022-21. Requerentes: Banco BTG Pactual S.A. e Principal DSB Serviços de Óleo e Gás II S.A. Advogados: Daniel Costa Rebello, José Alexandre Buaiz Neto, Gabriela Leão F. A. de Oliveira e Helena Domingues Guimarães. Decido pelo não conhecimento da operação.

Nº 1.856 - Ato de Concentração nº 08700.007209/2022-32. Requerentes: Kartra Participações Ltda. e BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Advogados: Leonardo Rocha e Silva, Jackson Ferreira, Maria Eugênia Novis e Ana Bátia Glenk. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.857 - Ato de Concentração nº 08700.009439/2022-36. Requerentes: Overhaul Group, Inc. e Carrier Corporation. Advogados: Luciana Martorano, Fernanda Duarte Calmon, Mariana Villela e Camila Rocha. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.858 - Ato de Concentração nº 08700.008169/2022-46. Requerentes: Empresa de Engenharia Sanitária e Construções Ltda. e Orizon Pantanal Holding Ltda. Advogados: Ricardo Botelho, Luiza Kharmandayan, Elisa Funari e outros. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as razões do Parecer Técnico nº 634/2022/CGAA5/SGA1/SG (SEI 1163796) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

Nº 1.859 - Ato de Concentração nº 08700.009460/2022-31. Requerentes: In-Haus Industrial e Serviços de Logística Ltda. e ENGIE Brasil Serviços de Energia Ltda. e ENGIE Facilities, Limpeza e Conservação Ltda. Advogados: Priscila Brolio Gonçalves, Renata Gonsalez de Souza, Sérgio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Nº 26 - Inquérito Administrativo nº 08700.004019/2019-68 Representante: Petróleo Sabbá S.A. Advogados: Vinícius M. Carvalho, Henrique Machado e outros. Representada: Atem's Distribuidora de Petróleo S.A. Advogados: Ricardo Botelho e outros. Acolho a Nota Técnica nº 38 (SEI 1156882), e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Assim, decido pelo arquivamento do presente feito, nos termos dos artigos13, IV da Lei nº 12.529/11 c/c artigos 141 a 145 do Regimento Interno do Cade. Ao setor Processual

Nº 27 - Inquérito Administrativo nº 08700.001110/2020-65 Representantes: BANCO SAFRA S/A e SAFRAPAY CREDENCIADORA LTDA. Advogados: Bernardo Cavalcanti Freire, Claudio Chaves e outros Representada: ADYEN DO BRASIL LTDA. Advogados: Leonor Cordovil, Daniel Athias e outros. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica nº 59/2022/CGAA2/SGA1/SG/CADE (SEI 1163356) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pelo arquivamento do presente feito pela insubsistência dos indícios de infração à ordem econômica, nos termos do art. 13, IV, da Lei nº 12.529, de 2011.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.838 de 14 de dezembro de 2022, publicado no DOU nº 236, sexta-feira, dia 16 de dezembro de 2022, seção 1, página 123, onde se lê, "Nº 1838 Ato de concentração nº 08700.001197/2022-32. Requerentes: Cattalini Terminais Marítimos S/A e União Vopak Armazéns Gerais LTDA. Advogado: Paolo Zupo Mazzucato. Terceiros Interessados: CPA Terminal Paranaguá S.A. - Terin e Companhia Brasileira de Logística S.A. - CBL. Advogado(s): Leonardo Maniglia Duarte e Ana Valéria Fernandes (Terin); José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luiz Felipe Rosa Ramos e Graziella Duarte Najm (CBL)", leia-se "Nº 1838 Ato de concentração nº 08700.001197/2022-32. Requerentes: Cattalini Terminais Marítimos S/A e União Vopak Armazéns Gerais LTDA. Advogado: Paolo Zupo Mazzucato. Terceiros Interessados: CPA Terminal Paranaguá S.A. - Terin e Companhia Brasileira de Logística S.A. - CBL. Advogado(s): Leonardo Maniglia Duarte e Ana Valéria Fernandes (Terin); José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luiz Felipe Rosa Ramos e Graziella Duarte Najm (CBL) Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer nº 25/2022/CGAA3/SGA1/SG (SEI nº 1162670) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e 57, I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

ATA DA 277ª SESSÃO ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO

Dia: 14/12/2022
Hora:18h20
Presidente: Alexandre Cordeiro Macedo
Secretária do Plenário: Keila de Sousa Ferreira

A distribuição é realizada nos termos do §1º, artigo 36 do Regimento Interno do Cade e iniciará sem o nome do Conselheiro Gustavo Augusto que foi o relator sorteado na Sessão Ordinária de Distribuição nº 274, dos Conselheiros Luiz Augusto Hoffmann e Luis Henrique Bertolino Braido que foram sorteados na Sessão Ordinária de Distribuição nº 275 e do Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani que foi sorteado na Sessão Ordinária de Distribuição nº 276.

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

1. Ato de Concentração nº 08700.007988/2022-76

Requerentes: APM Terminals B.V. (APMT) e Estaleiro Atlântico Sul S.A. - em Recuperação Judicial (EAS).

Advogados: Tito Amaral de Andrade, Érica Sumie Yamashita, Ana Carolina Lopes de Carvalho e outros.

Terceiros interessados: Tecon Suape S.A. e Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)

Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Leonardo Peixoto Barbosa, Yi Shin Tang, Igor Farinha Galharim, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Roberto Potter Martins Ferreira, Marcio de Carvalho Silveira Bueno, André Santos Ferraz, Carlos Eduardo Tobias e outros.

Relatora: Lenisa Rodrigues Prado

Considerando que no bloco anterior restou somente uma opção, foi iniciado novo bloco com o nome de todos os Conselheiros.

A Conselheira Lenisa Rodrigues Prado se declarou impedida no Processo Administrativo nº 08700.003388/2018-52.

2. Processo Administrativo nº 08700.003388/2018-52

Representante: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Representados: Ana Proneli Bremm de Castro ME; Atos Livraria e Papelaria EIRELI EPP; Drogaria Furtado Ltda. ME; E.B de Castro Junior Cafeteria e Informática EPP (antiga DPM de Castilho Cafeteria e Informática. EPP); Lopes & Pereira Ltda. ME; Marilza Tomaz Pereira Cabeleireiros ME; Ana Proneli Bremm de Castro; Eduardo Bremm de Castro; Eduardo Bremm de Castro Júnior; Giullian Pereira da Costa; Jair Varela de Castilho; Maria Izabel Lopes Pereira; Rose Lopes Pereira; e Marilza Tomaz Pereira.

Advogados: Emerson José da Silva; Guilherme Capanema Rodrigues Andrade; Sergio Henrique Müller Gonçalves.

Relator: Luis Henrique Bertolino Braido

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 23, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Estabelece orientações e procedimentos para o tratamento de manifestações de Ouvidoria no âmbito da Fundação Nacional do Índio - Funai.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto da Funai, aprovado pelo Decreto n° 9.010, de 23 de março de 2017 e pela Portaria n° 666, de 17 de julho de 2017, que institui o regimento interno da Fundação Nacional do Índio, bem como o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto n° 11.226, de 07 de outubro de 2022, na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, no Decreto nº 9.492, de 05 de setembro de 2018, no Decreto nº 10.153, de 03 de dezembro de 2019 e na Portaria n° 581, de 09 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Estabelecer orientações e procedimentos para o tratamento de manifestações de Ouvidoria no âmbito da Fundação Nacional do Índio - Funai.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - manifestações de Ouvidoria - reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços;

a) reclamação - demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público e à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço;

b) denúncia - ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação das unidades de apuração competentes;

c) elogio - demonstração de reconhecimento ou de satisfação sobre o serviço público oferecido ou o atendimento recebido;

d) sugestão - apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços públicos prestados por órgãos e entidades da administração pública federal;

e) solicitação de providências - pedido para adoção de providências por parte dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

II - comunicação de irregularidade - manifestação anônima que indica a prática de irregularidade ou ato ilícito cuja solução dependa da atuação das unidades de apuração competentes;

III - elemento de identificação - qualquer dado ou informação que permita a associação direta ou indireta da pessoa denunciante à denúncia por ela realizada;

IV - pseudonimização - tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro;

V - decisão administrativa final - ato administrativo por meio do qual o órgão ou a entidade da administração pública federal se posiciona sobre a manifestação, com apresentação de solução ou comunicação quanto à sua impossibilidade;

VI - linguagem cidadã - linguagem simples, clara, concisa e objetiva, que considera o contexto sociocultural dos usuários do serviço público, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento;

VII - análise prévia de Ouvidoria - coleta de elementos necessários para atuação da Ouvidoria e adequação, quando cabível, da tipologia e do assunto ou serviço indicado pelo manifestante;

VIII - unidade de apuração - unidade administrativa ou autoridade com competência para realizar a análise dos fatos relatados em denúncia.

IX - certificação de identidade - procedimento de conferência de identidade do manifestante por meio de documento de identificação válido ou, na hipótese de manifestação por meio eletrônico, por meio de assentamento constante de cadastro público federal, respeitado o disposto na legislação sobre sigilo e proteção de dados e informações pessoais.

Art. 3º Incluem-se nas atividades da Ouvidoria a recepção de manifestações recebidas de agentes públicos que atuem na Funai, as quais receberão o mesmo tratamento das manifestações registradas por usuários.

CAPÍTULO II

DO RECEBIMENTO, DA ANÁLISE E DA RESPOSTA ÀS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA

Art. 4º A Ouvidoria é a unidade administrativa competente para o recebimento das manifestações de que trata esta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Outras unidades administrativas que forem instadas pelos usuários a receber manifestações, oralmente ou por escrito, deverão promover seu pronto encaminhamento à Ouvidoria, preferencialmente, para o endereço eletrônico ouvidoria@funai.gov.br, informando o telefone e endereço eletrônico do usuário.

Art. 5º As manifestações de ouvidoria serão recebidas preferencialmente pela Plataforma Fala.BR.

§ 1º Na hipótese em que a manifestação for recebida em outros meios será inserida imediatamente na Plataforma Fala.BR.

§ 2º Em nenhuma hipótese será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta Instrução Normativa, sob pena de responsabilidade do agente público.

§ 3º Os servidores da Funai têm o dever de orientar o usuário sobre a preferência de a manifestação de ouvidoria ser encaminhada por meio da Plataforma Fala.BR., inclusive, a denúncia ou comunicação de suposta prática de irregularidade ou de ilícito.

Art. 6º A Funai disponibilizará o acesso à Plataforma Fala.BR em seu sítio eletrônico, em local de destaque.

Art. 7º Ao receber a manifestação, a Ouvidoria verificará se ela contem informações suficientes para análise pela Funai, e poderá encaminhar as manifestações às seguintes unidades administrativas:

I - Gabinete do Presidente da Funai;

II - Procuradoria Federal Especializada;

III - Auditoria Interna;

IV - Corregedoria;

V - Comissão de Ética;

VI - Diretorias;

VII - Coordenações Regionais;

VIII - Coordenações de Frente de Proteção Etnoambiental; e

IX - Museu do Índio.

§ 1º Na hipótese em que a manifestação contiver informações insuficientes para a análise da Funai, a Ouvidoria solicitará complementação ao usuário manifestante.

§ 2º Na hipótese em que o tratamento e a resposta à manifestação implicar a entrega de informações pessoais ao próprio manifestante ou a terceiros por ele autorizados, a Ouvidoria exigirá a certificação de identidade do manifestante.

Seção I

Do Elogio, da Reclamação, da Sugestão e da Solicitação de Providências

Elogio

Art. 8º O elogio será encaminhado ao agente público que prestou o atendimento ou ao responsável pela prestação do serviço público e à sua chefia imediata para fins de ciência.

§ 1º A Ouvidoria encaminhará o elogio à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas para fins de registro na pasta funcional do agente público elogiado.

§ 2º A resposta conclusiva ao elogio será a informação ao manifestante destes encaminhamentos feitos pela Ouvidoria.

Reclamação

Art. 9º A reclamação será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público.

Parágrafo único. A resposta conclusiva da reclamação conterá informação objetiva da análise do fato apontado.

Sugestão

Art. 10. A sugestão será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público, que deverá se manifestar sobre a possibilidade de sua adoção, informando o período estimado de tempo necessário à sua implementação, quando couber.

Solicitação de providências

Art. 11. A solicitação de providências será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público, que deverá tomar as providências cabíveis, informar sobre a possibilidade, a forma e o meio de atendimento à solicitação.

Respostas

Art. 12. As unidades administrativas deverão elaborar respostas para fins de informar ao manifestante, em linguagem cidadã e com conteúdo passível de publicização.

Parágrafo único. Na hipótese em que as informações das respostas forem insuficientes para satisfazer o usuário, a Ouvidoria solicitará complementação às unidades.

Art. 13. As unidades administrativas previstas no artigo 7º deverão encaminhar a resposta à Ouvidoria direcionada à unidade SEI Sead-Couvid.

Seção II

Das Denúncias e das Comunicações de Suposta Prática de Irregularidade ou de Ilícito

Art. 14. A denúncia ou comunicação de suposta prática de irregularidade ou de ilícito será dirigida à Ouvidoria, que, após análise prévia, encaminhará à unidade de apuração competente ou procederá ao seu arquivamento, se ausentes elementos mínimos.

§ 1º O recebimento de denúncias orais será feito em sala específica e reservada da Ouvidoria, na qual dois servidores desta unidade se encarregarão de reduzir a termo, incluir no sistema da Plataforma Fala.BR e salvaguardar os elementos de identificação da pessoa denunciante.

§ 2º A análise prévia de que trata o caput consiste na avaliação de existência de requisitos mínimos de autoria, materialidade e relevância que amparem a apuração da denúncia pela Funai, vedada a realização de diligências junto aos agentes e às unidades administrativas supostamente envolvidos nos fatos relatados.

§ 3º Os servidores da Funai que venham a receber denúncias ou comunicações de suposta prática de irregularidade ou de ilícito deverão encaminhá-las à Ouvidoria, conforme procedimento previsto no artigo 6º, p. único, e não poderão dar publicidade ao seu conteúdo ou a qualquer elemento de identificação da pessoa denunciante.

§ 4º Para fins de análise prévia de que trata o caput, a Ouvidoria poderá coletar informações junto aos sistemas internos e unidades administrativas da Funai.

§ 5º Será dado tratamento de denúncia à comunicação de irregularidade.

Art. 15. A Ouvidoria dará conhecimento do teor da denúncia ou comunicação de suposta prática de irregularidade ou de ilícito exclusivamente à unidade de apuração competente, salvo quando imprescindível à coleta de elementos necessários à análise prévia.

Parágrafo único. A unidade administrativa que não seja uma unidade de apuração deve resguardar o seu conteúdo e abster-se de efetuar a tramitação a outras unidades administrativas.

Art. 16. A Ouvidoria encaminhará a manifestação às unidades de apuração, observando:

I - os casos relacionados à governança, ao gerenciamento de riscos ou aos controles internos da gestão serão encaminhados ao Presidente da Funai, para que solicite à Auditoria Interna a realização de auditoria de natureza especial ou a inclusão do caso no próximo Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT;

II - as hipóteses previstas no Código de Ética do Servidor Público Federal serão encaminhadas à Comissão de Ética; e

III - as hipóteses de irregularidades funcionais serão encaminhadas à Corregedoria.

Art. 17. A resposta conclusiva da Ouvidoria à pessoa denunciante conterá informação sobre o seu encaminhamento às unidades de apuração competentes ou sobre o seu arquivamento.

Art. 18. No ato do envio de resposta conclusiva, a Ouvidoria registrará informação sobre a resolutividade da manifestação, observando-se que:

I - a manifestação será considerada "não resolvida" enquanto persistirem providências a serem adotadas pela unidade responsável; e

II - a manifestação será considerada "resolvida" quando não mais persistirem providências a serem adotadas pela unidade responsável.

Parágrafo único. A informação sobre resolutividade registrada poderá ser alterada a qualquer momento pela Ouvidoria em razão da existência de novas informações relacionadas às providências adotadas pela unidade responsável, cabendo à Ouvidoria avaliar sobre a sua relevância para os fins de sua comunicação ao manifestante.

Art. 19. A pessoa denunciante terá sua identificação e elementos de identificação preservados desde o recebimento da denúncia.

§ 1º A restrição de acesso aos elementos de identificação da pessoa denunciante será mantida pela Ouvidoria pelo prazo de cem anos.

§ 2º A preservação dos elementos de identificação referidos no caput será realizada por meio do sigilo do nome, do endereço e de quaisquer outros elementos que possam identificar a pessoa denunciante.

§ 3º A Ouvidoria providenciará a sua pseudonimização para o posterior envio às unidades de apuração competentes, observado o disposto no § 2º.

§ 4º A unidade de apuração, por meio de seu titular ou presidente, poderá requisitar informações sobre a identidade da pessoa denunciante quando indispensável à análise dos fatos relatados na denúncia.

§ 5º O compartilhamento de elementos de identificação da pessoa denunciante com outras unidades ou órgãos não implica a perda de sua natureza restrita.

CAPÍTULO III

DOS PRAZOS

Art. 20. A Ouvidoria deverá responder às manifestações de forma conclusiva na Plataforma Fala.BR, em até trinta dias, contados a partir do seu recebimento, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, desde que haja justificativa expressa.

Art. 21. As unidades administrativas de que tratam o artigo 7º deverão responder à Ouvidoria, dentro do prazo de vinte dias, contados do recebimento do pedido nestas unidades.

§ 1º O prazo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que haja justificativa expressa.

§ 2º Na hipótese de necessidade de prorrogação do prazo, as unidades administrativas deverão dirigir pedido específico à Ouvidoria, com a devida justificativa, para fins de inclusão na Plataforma Fala.BR, antes de vencido o primeiro período de vinte dias.

Art. 22. A contagem dos prazos referidos neste capítulo se fará em dias corridos, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

Parágrafo único. Caso o prazo se encerre em dia não útil, o vencimento será automaticamente transferido para o dia útil seguinte.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação dessa Instrução Normativa serão analisados pela Ouvidoria.

Art. 24. A Ouvidoria poderá reabrir o processo, a qualquer tempo, a fim de solicitar informações quanto aos encaminhamentos decorrentes da resposta conclusiva publicada, bem como para publicar novas informações relevantes.

Art. 25. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 02 de janeiro de 2023.

ELISABETE RIBEIRO ALCÂNTARA LOPES

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MMA Nº 304, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Prorroga o prazo de apresentação das proposições para o estabelecimento de curvas de redução de emissões de gases de efeito estufa, considerado o objetivo de longo prazo de neutralidade climática informado na NDC, instituído pelo Art. 12 do Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do Parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 02000.002332/2022-78, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 180 dias o prazo para que os setores a que se refere o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, apresentem suas proposições para o estabelecimento de curvas de redução de emissões de gases de efeito estufa, considerado o objetivo de longo prazo de neutralidade climática informado na Contribuição Nacionalmente Determinada, instituído por meio do Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

DIRETORIA DE QUALIDADE AMBIENTAL

COMUNICADO Nº 14415800/2022-DIQUA, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, atendendo ao disposto no Art. 22, § 1º, Inciso V, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, aprova a alteração da razão social e endereço da empresa Dow AgroSciences Industrial Ltda. - endereço: Alameda Itapecuru, 506, 2º andar, Bloco B, Parte-1, Alphaville Centro Industrial e Empresarial / Alphaville, CEP: 06454-080, Barueri/SP -, para CTVA Proteção de Cultivos Ltda. - endereço: Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus, Torre Sul, Bloco A, 8° andar, Conjunto 81-A, Sala CTVA - Tamboré, CEP: 06460-000, Barueri/SP, contemplando os produtos registrados pelo Ibama em que a empresa conste como registrante e fabricante/formulador, conforme os processos 02001.000195/2010-93, 02001.013125/2022-39, 02001.013120/2022-14, 02001.013124/2022-94, 02001.000160/2016-40, 02001.128510/2017-12, 02001.013119/2022-81, 02001.000192/2010-50, 02001.000190/2010-61 e 02001.013122/2022-03.

CAROLINA FIORILLO MARIANI
Diretora de Qualidade Ambiental

INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 38, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para o período de 2022 - 2024

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO, designado pela Portaria nº 296 do Ministério do Meio Ambiente, de 07 de julho de 2020, publicada no DOU de 08 de julho de 2020, no uso das atribuições legais e regulamentares o uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.316, de 06 de dezembro de 2001, publicada no DOU de 07 de dezembro de 2001 e o Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022, publicado no DOU de 16 de setembro de 2022, e considerando o constante nos autos do Processo nº 02011.000650/2022-75, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para o período de 2022 - 2024 (doc. SEI nº 0155294).

Parágrafo único. A íntegra do PDTI estará disponível para consulta dos interessados no portal eletrônico oficial do JBRJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANDRÉ COSTA GASPAR

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.852/SPE/MME, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 564, de 17 de outubro de 2014, e o que consta no Processo nº 48340.003548/2022-09 resolve:

Art. 1º Revogar o montante de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia, referentes à Usina Termelétrica denominada UTE Monte Alegre, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.MG.029688-0.01, no Município de Monte Belo, Estado de Minas Gerais, publicados nos Anexos III e VI da Portaria SPE/MME nº 988, de 29 de setembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 13.297, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001500/2007-40. Interessada: Energética Águas da Pedra S.A.- CNPJ nº 08.768.414/0001-77. Objeto: Recomposição do prazo da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica - UHE Dardanelos, outorgada à Energética Águas da Pedra S.A., nos termos do Decreto s/nº, de 28 de junho de 2007, localizada no município de Aripuanã, estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em https:/iblioteca.aneel.gov.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 13.329, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000669/2022-19. Interessada: Agrícola Sete Campos Ltda. - CNPJ/MF nº 07.806.622/0001-50. Objeto: declara de utilidade pública, em favor da Agrícola Sete Campos Ltda., áreas de terra necessárias à implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Cachoeira, localizada no município de Ponte Alta do Bom Jesus, no estado do Tocantins. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http:biblioteca.aneel.gov.br.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 13.330, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.008790/2022-81. Interessada: EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., CNPJ nº 02.302.100/0001-06. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., a área de terra necessária à implantação da Subestação 34,5/13,8 kV Parque Dourado, localizada no município de Ferraz de Vasconcelos, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http:biblioteca.aneel.gov.br.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 13.331, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.008483/2022-08. Interessada: EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. - CNPJ nº 28.152.650/0001-71. Objeto: Declarar de utilidade pública, em favor da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A., para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Estação Repetidora Atílio Vivacqua, e, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à implantação de estrada de acesso à Estação Repetidora Atílio Vivacqua, localizadas nos municípios de Atílio Vivacqua e Cachoeiro de Itapemirim, estado do Espírito Santo. A íntegra desta Resolução, e seus anexos, constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 13.332, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.008488/2022-22. Interessada: EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A., CNPJ nº 28.152.650/0001-71. Objeto: Declarar de utilidade pública, em favor da Requerente, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Estação Repetidora Pedra do Holandês, e, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à implantação de estrada de acesso à Estação Repetidora Pedra do Holandês, localizadas nos municípios de Colatina e Itaguaçu, estado do Espírito Santo e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponível em http:biblioteca.aneel.gov.br.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 13.334, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.008582/2022-81. Interessada: Copel Distribuição S.A., CNPJ nº 04.368.898/0001-06. Objeto: Declarar de utilidade pública, em favor da Copel Distribuição S.A., para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação 138 kV Maltaria Campos Gerais e, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à implantação de estrada de acesso à subestação, localizadas no município de Ponta Grossa, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RESOLUÇÕES HOMOLOGATÓRIAS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 3.152 - Processo nº 48500.004967/2021-99. Interessados: Cooperativa Regional de Distribuição de Energia do Litoral Norte - Coopernorte, CNPJ nº 88.022.918/0001-82, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologar o resultado da Revisão Tarifária Periódica - RTP, de 2022 da Cooperativa Regional de Distribuição de Energia do Litoral Norte - Coopernorte, a vigorar a partir de 22 de dezembro de 2022, e dá outras providências;

Nº 3.153 - Processo nº 48500.004967/2021-99. Interessados: Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Fronteira Sul Ltda - Coopersul, CNPJ nº 87.462.750/0001-63, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologar o resultado da Revisão Tarifária Periódica - RTP, de 2022 da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Fronteira Sul Ltda. - Coopersul, a vigorar a partir de 22 de dezembro de 2022, e dá outras providências; e

Nº 3.154 - Processo nº 48500.004967/2021-99. Interessados: Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - Ceprag, CNPJ nº 78.274.610/0001-70, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, , Celesc Distribuição S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologar o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - Ceprag, a vigorar a partir de 22 de dezembro de 2022, e dá outras providências.

As íntegras destas Resoluções, seus anexos e tabelas, estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

HÉLVIO NEVES GUERRA

PORTARIA Nº 6.795, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova o Plano de Gestão Anual - PGA da ANEEL para o exercício 2023.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto nos arts. 17, 18, 19 e 21 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, em conformidade com deliberação da Diretoria e de acordo com o que consta do Processo nº 48500.008953/2022-25, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma dos anexos I e II, o Plano de Gestão Anual da ANEEL para o exercício de 2023 - PGA 2023.

Art. 2º O PGA 2023 poderá ser revisto a qualquer tempo com vistas a sua adequação ao contexto em que a Agência está inserida.

Art. 3º As atividades da Agenda Regulatória 2023/2024 com deliberação programada em 2023, conforme Portaria nº 6.793, de 6 de dezembro de 2022 fazem parte do PGA 2023.

Art. 4º Os documentos referentes ao PGA 2023 da ANEEL encontram-se disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br/.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLVIO NEVES GUERRA

ANEXO I DA PORTARIA Nº 6.795, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

Plano de Gestão Anual 2023
(Em cumprimento a Lei nº13.848 de 27 de junho de 2019)
Ciclo 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023

Ação 1 – REGULAMENTAR SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA	
Tipo de ação: Operacional	Macroprocesso: Regulação do Setor Elétrico
Alinhamento com o Planejamento Estratégico	
OE 1 - Promover a atratividade e o desenvolvimento sustentável do setor com foco na qualidade do serviço e na modicidade tarifária. OE 2 - Promover ambiente regulatório favorável à evolução do setor e ao empoderamento do consumidor. OE 4 - Propiciar condições regulatórias adequadas para o crescimento sustentável do mercado de energia elétrica.	
Resultados Esperados 2023	
Regulamentar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração dos serviços de energia elétrica, definindo padrões de qualidade do atendimento e de segurança compatíveis com as necessidades regionais, com foco na viabilidade técnica, econômica e ambiental das ações, com a finalidade de promover o uso eficaz e eficiente de energia elétrica e proporcionar condições para a livre competição no mercado de energia elétrica. **Resultado 1.1.** Execução da Agenda Regulatória 2023/2024 executada (Anexo I-A). Meta 1.1. Cronograma de 38 entregas previstas para 2023, referentes a 31 atividades regulatórias estratégicas da Agenda Regulatória 2023-2024 cumprido. **Resultado 1.2.** Realização de estudos sobre temas regulatórios, de acordo com a previsão anual de análises regulatórias (Anexo I-B). Meta 2.2. Elaborar 25 Notas Técnicas referente a estudos regulatórios previstos para 2023. **Resultado 1.3.** Cumprimento do Calendário de Revisões e Reajustes Tarifários previstos para as Distribuidoras em 2023 (Anexo I-C). Meta 3.3. 105 Resoluções Homologatórias editadas.	
Indicador	
Indicador 1.1: Quantidade de entregas previstas da Agenda Regulatória entregues no período. Indicador 1.2: Quantidade de estudos entregues no período. Indicador 1.3: Quantidade de atos emitidos relativos às Revisões e Reajustes Tarifárias das Distribuidoras realizados no período.	
Orçamento	
R$ 7.229.037,00 (sete milhões e duzentos e vinte e nove mil e trinta e sete reais).	

Tabela 1- Regulamentar os Serviços de Energia Elétrica.

Ação 2 – REALIZAR OUTORGAS DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	
Tipo de ação: Operacional	Macroprocesso: Outorga e Contratação de Serviços de Energia Elétrica
Alinhamento com o Planejamento Estratégico	
OE 1 - Promover a atratividade e o desenvolvimento sustentável do setor com foco na qualidade do serviço e na modicidade tarifária. OE 3 - Garantir a qualidade do serviço de energia elétrica e a expansão da oferta.	
Resultados Esperados 2023	
Esta ação tem por objetivo realizar licitações para contratação de energia elétrica e para concessão de empreendimentos de geração hidroelétrica, bem como para concessões de transmissão de energia elétrica da Rede Básica, em conformidade com o planejamento da expansão do setor elétrico; autorizar atividades de geração, transmissão e comercializadores de energia elétrica, mediante outorga de permissão ou autorização para atividades de distribuição de energia elétrica em áreas rurais. **Resultado 2.1. Emissão de novas outorgas de Geração emitidas tanto para o Ambiente de Comercialização Livre (ACL).** Meta 2.1. 1200 atos emitidos. **Resultado 2.2. Assinatura de novos Contratos de Concessão de Transmissão assinados.** Meta 2.2. 15 Contratos de Concessão emitidos. **Resultado 2.3. Realização de Leilões de Serviço de Energia Elétrica.** Meta 2.3. 5 leilões realizados.	
Indicador	
Indicador 2.1: Quantidade de Outorgas de Geração emitidas no período. Indicador 2.2: Quantidade de Contratos de Concessão de Transmissão emitidas no período. Indicador 2.3: Quantidade de Leilões realizados no período.	
Orçamento	
R$ 11.319.946,00 (onze milhões, trezentos e dezenove mil e novecentos e quarenta e seis reais)	

Tabela 2 – Realizar Outorgas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.

Ação 3 – FISCALIZAR OS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	
Tipo de ação: Fiscalização	Macroprocesso: Fiscalização e Conformidade Regulatória do Setor Elétrico
Alinhamento com o Planejamento Estratégico	
OE 1 - Promover a atratividade e o desenvolvimento sustentável do setor com foco na qualidade do serviço e na modicidade tarifária. OE 3 - Garantir a qualidade do serviço de energia elétrica e a expansão da oferta.	
Resultados Esperados 2023	
Verificar o cumprimento das obrigações constituídas aos agentes nos atos de outorgas e em dispositivos regulamentares, visando garantir o atendimento aos consumidores, em padrões de qualidade, custo, prazo e segurança, compatíveis com os requisitos adequados à finalidade dos serviços. **Resultado 3.1. Realização de ações de fiscalização de Geração.** Meta 2.1. 656 ações de fiscalização realizadas. **Resultado 3.2. Realização de ações de fiscalização de serviços de eletricidade (Distribuidoras e Transmissoras).** Meta 2.2. 658 ações de fiscalização realizadas. **Resultado 3.3. Realização de ações de fiscalização Econômico-Financeiras.** Meta 2.3. 280 ações de fiscalização realizadas.	
Indicador	
Indicador 3.1: Quantidade de ações de fiscalização de Geração realizados no período. Indicador 3.2: Quantidade de ações de fiscalização de serviços de Eletricidade realizados no período. Indicador 3.3: Quantidade de ações de fiscalização Econômico-Financeiras realizados no período.	
Orçamento	
R$ 44.802.236,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e dois mil e duzentos e trinta e seis reais)	

Tabela 3 - Fiscalizar os Serviços de Energia Elétrica.

Ação 4 – PROPORCIONAR PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	
Tipo de ação: Operacional	Macroprocesso: Relações com a Sociedade
Alinhamento com o Planejamento Estratégico	
OE 1 - Promover a atratividade e o desenvolvimento sustentável do setor com foco na qualidade do serviço e na modicidade tarifária. OE 2 - Promover ambiente regulatório favorável à evolução do setor e ao empoderamento do consumidor. OE 3 - Garantir a qualidade do serviço de energia elétrica e a expansão da oferta.	
Resultados Esperados 2023	
Dirimir as divergências entre concessionários, permissionários, autorizados, produtores independentes e autoprodutores, e entre esses agentes e os consumidores, inclusive ouvindo diretamente as partes envolvidas, visando dar maior sustentação ao processo de regulação. **Resultado 4.1.** Realização de entrevistas para apuração do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) realizadas. Meta 4.1. 2.500 entrevistas realizadas. **Resultado 4.2.** Atendimento às reclamações, em prazo suficiente para a ANEEL e razoável para o consumidor. Meta 4.2. Reclamações encerradas com prazo médio de 10 dias relativas às solicitações de Ouvidoria na ANEEL. **Resultado 4.3.** Resposta à sociedade no processo de Participação Pública. Meta 4.3. Resultados de processos de Consultas Públicas divulgados em até 60 dias.	
Indicador	
Indicador 4.1: Quantidade de entrevistas para apuração do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) realizadas no período; Indicador 4.2: Tempo médio de atendimento às reclamações realizadas; Indicador 4.3: Tempo médio de resposta à sociedade no processo de Participação Pública.	
Orçamento	
R$ 38.371.029,00 (trinta e oito milhões, trezentos e setenta e um mil e vinte e nove reais)	

Tabela 4 – Proporcionar Participação Pública.

Ação 5 – COORDENAÇÕES AÇÕES DE GESTÃO INTERNA	
Tipo de ação: Gerencial	Macroprocesso: Estratégica, Governança e Suporte
Alinhamento com o Planejamento Estratégico	
OE 1 - Promover a atratividade e o desenvolvimento sustentável do setor com foco na qualidade do serviço e na modicidade tarifária. OE 5 - Reestruturar a gestão da informação. OE 6 - Valorizar pessoas, desenvolver competências e promover sinergia entre as equipes OE 7 - Modernizar a infraestrutura física, os serviços e as soluções de TI.	
Resultados Esperados 2023	
Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. **Resultado 5.1.** Execução do Plano Anual de Contratação – PAC 2023 (Anexo I-D). Meta 5.1. 66 ações contratadas, conforme previsão no PAC. **Resultado 5.2.** Execução do Orçamento disponibilizado para o exercício. Meta 5.2. 90% do limite autorizado para o orçamento discricionário empenhado. **Resultado 5.3.** Execução dos projetos previstos para 2023 constantes do Plano Diretor de Tecnologia de Informação – PDTI (Anexo I-E). Meta 5.3. 78 projetos do PDTI previstos para conclusão em 2023 finalizados. **Resultado 5.4.** Capacitação, qualificação e requalificação dos servidores. Meta 5.4. 70% dos servidores da Agência capacitados, com no mínimo 30 horas.	
Indicador	
Indicador 1: Percentual de itens do Plano Anual de Contratação – PAC 2023 executados no período, em relação ao planejado. Indicador 2: Percentual do orçamento discricionário executado no período, em relação ao valor autorizado. Indicador 3: Percentual de projetos, previstos para 2023 no Plano Diretor de Tecnologia de Informação – PDTI, entregues no período, em relação ao planejado. Indicador 4: Percentual de servidores capacitados com no mínimo 30 horas.	
Orçamento	
R$ 85.221.392,00 (oitenta e cinco milhões, duzentos e vinte um mil e trezentos e noventa e dois reais)	

Tabela 5 – Coordenações Ações de Gestão Interna

ANEXO I-A – Ações previstas para 2023 da Agenda Regulatória 2023-2024 (aprovada pela PORTARIA 6793/2022):

*TS - Tomada de Subsídios. CP - Consulta Pública; AP - Audiência Pública; RPO - Reunião Pública Ordinária da Diretoria em que será deliberada a Resolução Normativa (REN)

Agenda Regulatória 2023/2024 – Atividades 2023											
Item (na AR 2023-2024)	**Código**	**Tema estratégico (ANEEL)**	**Segmento**	**Atividade**	**1°Sem**	**2ºSem**	**3°Sem**	**4ºSem**	**Coord.**	**Resp.**	**Processo**
1	C&M21-20	Abertura do mercado	Comercialização e Mercado	Aprimorar a Resolução Normativa que trata da comercialização varejista, sob a ótica da abertura de mercado (flexibilização dos requisitos de migração para o ACL) e da viabilidade de agregação de dados de medição	CP_{REN}	RPO			SRM		48500.005677/2022-43
2	TRA21-30	Acesso ao sistema de transmissão	Transmissão	Aperfeiçoar a regulamentação associada à contratação de uso do sistema de transmissão		TS	CP_{AIR}	CP_{REN}	SRT		48500.004063/2022-44
3	TRA22-45	Acesso ao sistema de transmissão	Transmissão	Regulamentar o acesso à transmissão no cenário de expansão de geradores renováveis	CP_{REN}	RPO			SRT	SRT SCG	48500.001280/2022-82
4	TRV22-49	Acesso ao sistema de transmissão	Estrutura do setor ou transversais (que afetam mais de um segmento)	Regulamentar o uso fundiário no entorno de subestações de rede básica	TS				SRT	SRT SCT SCG SRG	48500.006296/2021-00
5	DIS22-02	Aumento da satisfação do usuário	Distribuição	Avaliar ações para aumentar a satisfação do consumidor em relação à prestação do serviço de distribuição		CP_{AIR}	CP_{REN}	RPO	SRD	SRD SRM SMA SFE	48500.000385/2022-14
6	DIS23-01	Aumento da satisfação do usuário	Distribuição	Estabelecer padronização nacional do código da unidade consumidora	TS	CP_{REN}	RPO		SRD	SRD	

Agenda Regulatória 2023/2024 – Atividades 2023											
Item (na AR 2023-2024)	**Código**	**Tema estratégico (ANEEL)**	**Segmento**	**Atividade**	**1°Sem**	**2ºSem**	**3°Sem**	**4ºSem**	**Coord.**	**Resp.**	**Processo**
										SGT SFE SMA	
7	TRA21-25	Eficiência da operação do SIN	Transmissão	Aprimorar regulamento sobre critérios de confiabilidade no Sistema de Transmissão.		CP_{REN}	RPO		SRT	SRT SCT SFE SRG	48500.003183/2021-43
8	TRV23-05	Governança do ONS	Estrutura do setor ou transversais (que afetam mais de um segmento)	Aprimorar os procedimentos decisórios do ONS		CP_{AIR}	CP_{REN}	RPO	SRG	SRG SRT	
9	P&E22-01	Inovação e eficiência energética para transformação do SEB	P&D e Eficiência Energética	Regulamentar o Programa de Energia Renovável Social (PERS), destinado a consumidores de Baixa Renda Residencial, no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE).		RPO			SPE		48500.004924/2010-51
10	P&E22-02	Inovação e eficiência energética para transformação do SEB	P&D e Eficiência Energética	Regular as Campanhas de Consumo Consciente		CP_{AIR}	CP_{REN}	RPO	SPE		
12	GER21-02	Inserção de fontes renováveis no sistema	Geração	Estabelecer os critérios operativos para redução ou limitação de geração	RPO				SRG		48500.000375/2019-83
13	GER21-07 (A)	Inserção de fontes renováveis no sistema	Geração	Regulamentar o "Constrained off" de centrais geradoras solares fotovoltaicas	RPO				SRG		48500.006080/2022-16
14	GER21-07 (B)	Inserção de fontes renováveis no sistema	Geração	Regulamentar o "Constrained off" de centrais geradoras hidrelétricas	CP_{AIR}	CP_{REN}	RPO		SRG		
17	R&C21-19	Metodologia para revisão das tarifas de distribuição, transmissão e geração	Regulação Econômico-financeira e Contabilidade do Setor Elétrico	Revisar o Submódulo 9.1 do Proret - Custos Operacionais.	CP_{CJ} RPO				SRM		48500.002651/2022-43
18	R&C22-01	Metodologia para revisão das tarifas de distribuição, transmissão e geração	Regulação Econômico-financeira e Contabilidade do Setor Elétrico	Avaliar os Submódulos de Revisão da RAP	CP_{REN} RPO				SRM	SRM SCT SRT	48500.002651/2022-43
19	R&C22-02	Metodologia para revisão das tarifas de distribuição, transmissão e geração	Regulação Econômico-financeira e Contabilidade do Setor Elétrico	Revisar o Submódulo 12.1 do Proret - Revisão Periódica das Receitas de Geradoras	CP_{REN} RPO				SRM	SRM SGT SRT	48500.000732/2022-17
20	TAR22-01	Modernização das tarifas de distribuição e transmissão	Tarifa	Sandboxes Tarifários		TS		TS	SGT	SGT SPE	48500.004294/2022-58
21	TAR23-01	Modernização das tarifas de distribuição e transmissão	Tarifa	Regulamentar a modernização das tarifas de distribuição		CP_{AIR}		CP_{REN}	SGT	SGT SRD SRM	
23	DIS21-01	Modernização do segmento de distribuição	Distribuição	Aprimorar a Resolução Normativa nº 482/2012, que trata de micro e minigeração distribuída	RPO				SRD	SRD SRM SGT SRG SCG SPE SMA	48500.004924/2010-51
24	TRV22-02	Modernização do segmento de distribuição	Estrutura do setor ou transversais (que afetam mais de um segmento)	Estabelecer diretrizes para programas de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) no setor elétrico	TS		CP_{AIR}		SRD	SRD SRG SRT SRM SGT SPE	
25	TRV23-07	Modernização do segmento de distribuição	Estrutura do setor ou transversais (que afetam mais de um segmento)	Avaliar sistemas de medição para transição energética e modernização no segmento de distribuição		CP_{AIR}		CP_{REN}	SRD	SRD SRM SGT SFF	
26	GER21-06	Novos modelos de negócios	Geração	Aprimorar a regulamentação da prestação e remuneração de serviços ancilares no SIN	CP_{AIR}	CP_{REN}	RPO		SRG		48500.007105/2019-01
27	GER21-18	Novos modelos de negócios	Geração	Promover adequações regulatórias para inserção de sistemas de armazenamento, incluindo usinas reversíveis, no Sistema Interligado Nacional	CP_{AIR}	CP_{REN}	RPO		SRG	SRG SCG SRT SRD	
28	TRA21-40	Qualidade na prestação do serviço	Transmissão	Aprimorar a regulamentação de qualidade associada às Funções Transmissão - FT em Corrente Alternada.		CP_{AIR}	CP_{REN}	RPO	SRT	SRT SFE SCT	48500.005637/2002-31
29	C&M21-14	Segurança do mercado	Comercialização e Mercado	Aprimorar as Garantias Financeiras do Mercado de Curto Prazo.		CP_{REN}	RPO		SRM		48500.003901/2012-91
30	C&M22-01	Segurança do mercado	Comercialização e Mercado	Aprimorar o processo de monitoramento do mercado de energia elétrica.	CP_{REN}	RPO			SRM		48500.004742/2021-32
31	GER21-04	Segurança setorial	Geração	Aprimorar a Resolução Normativa nº 843/2019, que trata dos critérios e procedimentos para a programação da operação e formação do PLD	RPO				SRG		48500.001825/2018-74
32	TRV23-01	Tratamento regulatório para a fiscalização responsiva	Estrutura do setor ou transversais	Estudar a viabilidade de ampliar o uso de critérios padronizados e objetivos nas dosimetrias dos processos punitivos.		TS			SFE	SFE SFG SFF	

Agenda Regulatória 2023/2024 – Atividades 2023

Item (na AR 2023-2024)	Código	Tema estratégico (ANEEL)	Segmento	Atividade	1°Sem	2ºSem	3°Sem	4ºSem	Coord.	Resp.	Processo
			(que afetam mais de um segmento)								
33	TRV23-02	Tratamento regulatório para a fiscalização responsiva	Estrutura do setor ou transversais (que afetam mais de um segmento)	Estudar a viabilidade e forma de conferir tratamento regulatório para a fiscalização responsiva		TS			SFE	SFE SFG SFF	
34	TRV23-03	Tratamento regulatório para a fiscalização responsiva	Estrutura do setor ou transversais (que afetam mais de um segmento)	Estudar a viabilidade de padronização dos parâmetros utilizados na pactuação, acompanhamento e finalização dos Planos de Resultados.		TS			SFE	SFE SFG SFF	
35	TRV23-04	Tratamento regulatório para a fiscalização responsiva	Estrutura do setor ou transversais (que afetam mais de um segmento)	Estudar a viabilidade de tornar público os procedimentos utilizados para fiscalizar o setor de energia elétrica		TS			SFE	SFE SFG SFF	

ANEXO I-B – Temas Regulatórios para Estudos e serem elaborados em 2023:

Estudos Regulatórios PGA 2023

Item	Coordenação	Estudo/Atividade	Produto
1	SGT	Regulamentar a cobrança da TUST-CDE dos consumidores conectados à Rede Básica pela CCEE.	Nota técnica para subsidiar o regulamento
2	SGT	Atualização do Proret - Módulos 2, 3, 8 e 10	Nota técnica para subsidiar o regulamento
3	SGT	Regulamentação dos aspectos econômicos da Lei 14300/2022	Nota Técnica para subsidiar o regulamento
4	SGT	Aprimorar definições do mercado utilizado nos processos tarifários das distribuidoras	Nota Técnica para subsidiar a abertura da TS
5	SPE	Regulamentação do Plano Estratégico Quinquenal de Inovação – PEQuI 2023-2028	Estudos envolvendo Análise de Impacto Regulatório e Nota Técnica para subsidiar o regulamento
6	SRD	Proposta de revisão da metodologia de estabelecimento de limites de continuidade coletivos dos conjuntos de unidades consumidoras das distribuidoras (DEC e FEC)	Estudos envolvendo Análise de Impacto Regulatório e Nota Técnica para subsidiar abertura de CP
7	SRD	Proposta de revisão da metodologia de apuração das perdas técnicas regulatórias para o processo de revisão tarifária das distribuidoras	Nota Técnica com Análise de Impacto Regulatório para subsidiar abertura de CP
8	SRD	Proposta de aprimoramento nas Regras de Distribuição para operacionalizar a abertura de mercado de baixa tensão	Nota Técnica para subsidiar abertura de TS
9	SRG	Metodologia de aprovação dos Custos Variáveis Unitários - CVUs de usinas não comprometidas com CCEARs.	Nota Técnica para subsidiar o regulamento
10	SRG	Aprimoramento da regulação relacionada aos procedimentos e condições para obtenção e manutenção da situação operacional de empreendimento de geração de energia elétrica	Nota Técnica para subsidiar o regulamento
11	SRG	Procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidrelétricos e aqueles com base em fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada	Nota Técnica para subsidiar o regulamento
12	SRM	Proposta de aprimoramento da regulamentação que estabelece os critérios para cálculo dos montantes de exposição e sobrecontratação involuntárias e a Recuperação de Mercado, de que trata o Decreto 5.163/2004.	Estudos envolvendo Análise de Impacto Regulatório e Nota Técnica para subsidiar o regulamento
13	SRM	Proposta de regulamentação dos critérios para parcelamento de penalidades no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.	Estudos envolvendo Análise de Impacto Regulatório e Nota Técnica para subsidiar o regulamento
14	SRM	Proposta de aprimoramento das Regras de Comercialização (para vigência a partir de janeiro/2024).	Nota técnica para subsidiar o regulamento
15	SRM	Proposta de aprimoramento da regulamentação que trata do controle dos atos e negócios jurídicos entre concessionárias, permissionárias, autorizadas de energia elétrica e suas partes relacionadas.	Nota técnica para subsidiar o regulamento
16	SRT	Proposta de comando normativo para regulamentação do leilão de acesso	Nota técnica para subsidiar o regulamento
17	SRT	Proposta de encaminhamento do processo de Liquidação Financeira dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	Nota técnica para subsidiar o regulamento
18	SRT	Confecção de AIR para aprimoramento dos requisitos para sistemas de proteção	Estudos envolvendo Análise de Impacto Regulatório e Nota Técnica para subsidiar abertura de CP
19	SRT	Proposta de aprimoramentos regulatórios para viabilizar a implantação de serviço de mensagens na operação de tempo real	Nota Técnica para subsidiar abertura de TS
20	SRT	Revisão dos Procedimentos de Rede devido a aprovação da REN 1.052/2022 - Regulação do Compartilhamento de Instalações de Transmissão	Nota Técnica para subsidiar abertura de TS
21	SRT	Revisão dos Procedimentos de Rede que tratam de análise de projeto básico e estudos pré-operacionais	Nota Técnica para subsidiar o regulamento
22	SRT	Revisão dos Procedimentos de Rede - Aprimoramentos pontuais no Processo de Emissão de Termos de Liberação para Instalações de transmissão	Nota técnica para subsidiar o regulamento
23	SRT	Proposta de aprimoramento da regulamentação de plano de contingência das transmissoras	Nota Técnica para subsidiar abertura de TS
24	SRT	Proposta de avaliação da definição de instalações de transmissão	Estudos envolvendo Análise de Impacto Regulatório e Nota Técnica para subsidiar abertura de CP
25	SRT	Revisão do Submódulo 2.10 dos Procedimentos de Rede	Nota técnica para subsidiar o regulamento

ANEXO I-C – Calendário de revisões e reajustes tarifárias previstos para as Distribuidoras em 2023.

Sigla da Distribuidora	Tipo Processo	Aniversário
EBO	RTA-C	04/02/2023
Light	RTA-C	15/03/2023
ENEL RJ	RTP-C	15/03/2023
CPFL Santa Cruz	RTA-C	22/03/2023
CPFL Paulista	RTP-C	08/04/2023
EMS	RTP-C	08/04/2023
EMT	RTP-C	08/04/2023
ENEL CE	RTP-C	22/04/2023
Cosern	RTP-C	22/04/2023
Coelba	RTP-C	22/04/2023
ESE	RTP-C	22/04/2023
CERAL ARARUAMA	RTA-P	29/04/2023
CERES	RTA-P	29/04/2023
Ceripa	RTA-P	29/04/2023
CELPE	RTA-C	29/04/2023
CERCI	RTA-P	29/04/2023
Equatorial AL	RTA-C	03/05/2023
SULGIPE	RTA-C	22/05/2023
CEMIG-D	RTP-C	28/05/2023
CEMIRIM	RTA-P	29/05/2023
CERPRO	RTA-P	29/05/2023
CERRP	RTA-P	29/05/2023
Cercos	RTA-P	29/05/2023
RGE	RTP-C	19/06/2023
EMG	RTA-C	22/06/2023
ENF	RTA-C	22/06/2023
COPEL-DIS	RTA-C	24/06/2023
Cocel	RTA-C	29/06/2023
ETO	RTA-C	04/07/2023
ELETROPAULO	RTP-C	04/07/2023
ESS	RTA-C	12/07/2023
Demei	RTA-C	22/07/2023
Eletrocar	RTA-C	22/07/2023
HIDROPAN	RTA-C	22/07/2023
UHENPAL	RTA-C	22/07/2023
MUXENERGIA	RTA-C	22/07/2023
CRELUZ-D	RTA-P	30/07/2023
Coprel	RTA-P	30/07/2023
Cermissões	RTA-P	30/07/2023
CERILUZ	RTA-P	30/07/2023
Creral	RTA-P	30/07/2023
CERTAJA	RTA-P	30/07/2023
COOPERLUZ	RTA-P	30/07/2023
CERAL DIS (ARAPOTI)	RTA-P	30/07/2023
Celetro	RTA-P	30/07/2023
CERIS	RTA-P	30/07/2023
CERNHE	RTA-P	30/07/2023
CERTEL	RTA-P	30/07/2023
CASTRO - DIS	RTA-P	30/07/2023
CERFOX	RTA-P	30/07/2023
CERTHIL	RTA-P	30/07/2023
Equatorial PA	RTP-C	07/08/2023
EDP ES	RTA-C	07/08/2023
Celesc-DIS	RTA-C	22/08/2023
Forcel	RTA-C	26/08/2023
ELEKTRO	RTP-C	27/08/2023
Equatorial Maranhão	RTA-C	28/08/2023
EPB	RTA-C	28/08/2023
Eflul	RTA-C	29/08/2023
DCELT	RTA-C	29/08/2023
EFLJC	RTA-C	29/08/2023
Cooperaliança	RTA-C	29/08/2023
ELFSM	RTA-C	22/09/2023
Cegero	RTA-P	30/09/2023
Cergral	RTA-P	30/09/2023
Cermoful	RTA-P	30/09/2023
Cerpalo	RTA-P	30/09/2023
Cedri	RTA-P	30/09/2023
CERSUL	RTA-P	30/09/2023
CERTREL	RTA-P	30/09/2023
COOPERA	RTA-P	30/09/2023
COOPERMILA	RTA-P	30/09/2023
COOPERZEM	RTA-P	30/09/2023
Cejama	RTA-P	30/09/2023
Ceraça	RTA-P	30/09/2023
Cerbranorte	RTA-P	30/09/2023
Coorsel	RTA-P	30/09/2023
CERSAD DISTRIBUIDORA	RTA-P	30/09/2023
CODESAM	RTA-P	30/09/2023
CEREJ	RTA-P	30/09/2023
CERGAL	RTA-P	30/09/2023
Cergapa	RTA-P	30/09/2023
Coopercocal	RTA-P	30/09/2023
CERVAM	RTA-P	30/09/2023
Enel Goiás (Celg D)	RTP-C	22/10/2023
CEBDIS	RTA-C	22/10/2023
EDP SP	RTP-C	23/10/2023
CPFL PIRATININGA	RTP-C	23/10/2023

Sigla da Distribuidora	Tipo Processo	Aniversário
Boa Vista	RTP-C	01/11/2023
AME	RTP-C	01/11/2023
DMED	RTA-C	22/11/2023
Chesp	RTA-C	22/11/2023
CEEE-D	RTA-C	22/11/2023
CERAL ANITÁPOLIS	RTA-P	30/11/2023
CEDRAP	RTA-P	30/11/2023
Cerim	RTA-P	30/11/2023
CERMC	RTA-P	30/11/2023
CETRIL	RTA-P	30/11/2023
Equatorial PI	RTP-C	02/12/2023
Eletroacre	RTP-C	13/12/2023
CEA	RTP-C	13/12/2023
Ceron	RTP-C	13/12/2023
COOPERNORTE	RTA-P	22/12/2023
COOPERSUL	RTA-P	22/12/2023
Ceprag	RTA-P	22/12/2023

ANEXO I-D – Plano Anual de Contratação – PAC 2023

Contador	Nº DO DFD	Data estimada para o início do processo de contratação	Data da conclusão da contratação	Descrição sucinta do objeto
01	007/2022	10/11/2022	09/05/2023	Contratação de suporte técnico, atualização de versões e manutenção para o software lightbase/goldendoc.
02	008/2022	21/09/2022	20/03/2023	Organização e execução de eventos de interesse da ANEEL, contribuindo para o atingimento do OE2.
03	010/2022	02/07/2023	29/12/2023	Contratar Software de Gerenciamento de Serviços de TI.
04	011/2022	20/01/2023	19/07/2023	Contratação da plataforma Miro para realização de reuniões, oficinas e treinamentos on-line.
05	013/2022	16/10/2022	14/04/2023	Pagamento de anuidade da ANEEL à Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa – RELOP.
06	014/2022	17/10/2022	15/04/2023	Pagamento de anuidade da ANEEL à Associação Ibero-americana de Entidades Reguladoras da Energia – ARIAE.
07	015/2022	17/10/2022	15/04/2023	Pagamento de anuidade e cota-extra da ANEEL à Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR.
08	016/2022	15/05/2023	11/11/2023	Serviços de monitoramento diário de matérias jornalísticas sobre o setor elétrico e de interesse da ANEEL, veiculadas nacional e internacionalmente.
09	018/2022	02/10/2022	31/03/2023	contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção de vídeos para redes sociais e canais de web e vídeos institucionais.
10	019/2022	06/07/2022	02/01/2023	Contratação de empresas por meio de credenciamento para apoio aos serviços de fiscalização realizados pela SFE/ANEEL.
11	021/2022	02/09/2022	01/03/2023	Contratar apoio técnico especializado para análise de mercado das distribuidoras e Permissionárias de energia elétrica.
12	022/2022	28/05/2023	24/11/2023	Contratar Softwares Diversos.
13	023/2022	19/03/2023	15/09/2023	Prestação de Serviços Técnicos de Suporte Remoto e Presencial, de 1º e 2º Níveis, aos usuários de TI (Service Desk).
14	027/2022	07/12/2022	05/06/2023	Serviço de Teleatendimento Receptivo e Ativo, com atendimento eletrônico e humano, abrangendo todos os recursos necessários à sua implantação e operacionalização.
15	032/2022	04/07/2023	31/12/2023	Credenciamento de profissionais independentes e de empresas ou instituições de pesquisa para prestação de serviços técnicos especializados, com vistas a apoiarem a ANEEL no processo de avaliação de EE.
16	034/2022	04/07/2023	31/12/2023	Credenciamento de profissionais independentes, empresas ou instituições de pesquisa para prestação de serviços técnicos especializados, com vistas a apoiarem a ANEEL no processo de avaliação de P&D.
17	035/2022	11/01/2023	10/07/2023	Contratação para realização da pesquisa de satisfação do consumidor residencial, de âmbito nacional, visando instruir o cálculo do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor IASC.
18	036/2022	01/01/2023	30/06/2023	Contratação de Assessoria para auxiliar a elaboração do Planejamento Estratégico da ANEEL para o Ciclo 2024-2027.
19	037/2022	04/07/2023	31/12/2023	Promover a participação dos servidores da ANEEL em ações de capacitação abertas, fechadas e internas.
20	038/2022	24/07/2022	20/01/2023	Adquirir scanners para possibilitar o escaneamento automático de metadados do Microsoft SQL Server Integration Services (SSIS), Analysis Services (SSAS) e do Reporting Services (SSRS).
21	039/2022	05/04/2023	02/10/2023	Contratação de solução de modernização e atualização tecnológica do datacenter.
22	040/2022	04/07/2023	31/12/2023	Promover a participação de servidores da ANEEL em ações de capacitação no exterior ou promovidos a distância por instituições estrangeiras.
23	041/2022	04/07/2023	31/12/2023	Promover a participação de servidores da ANEEL em ações de pós-graduação abertas ou fechadas.
24	042/2022	04/07/2023	31/12/2023	Promover a participação dos gestores da ANEEL em ações de capacitação abertas e fechadas.
25	043/2022	04/07/2023	31/12/2023	Prestação de serviços de agente de integração de estágio.
26	044/2022	28/11/2022	27/05/2023	Prestação de serviço de agenciamento de viagens, em âmbito nacional, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e seguro-viagem.
27	045/2022	05/08/2022	01/02/2023	Contratação de prestação de serviços de Vigilância Armada e Desarmada, com Monitoração Eletrônica, nas instalações do complexo da ANEEL e ANP (SGAN 603, módulos H, I e J - Asa Norte, Brasília/DF.

Contador	Nº DO DFD	Data estimada para o início do processo de contratação	Data da conclusão da contratação	Descrição sucinta do objeto
28	046/2022	28/02/2023	27/08/2023	Serviços de assessoria, cotação, reserva e emissão de voucher em hotéis no Brasil, bem como sua alteração, cancelamento e reembolso, quando cabível, aos servidores da ANEEL.
29	047/2022	06/07/2022	02/01/2023	Contratação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados gerados nas dependências do Complexo ANEEL/ANP.
30	048/2022	05/08/2022	01/02/2023	Empresa para locação de veículos: popular, intermediário, executivo e de tração 4x4, com e sem serviço de motorista, p/ atendimento das atividades finalísticas da ANEEL nas regiões brasileiras da ANEEL.
31	049/2022	03/10/2022	01/04/2023	Fornecimento e aplicação doses de vacinas influenza do tipo quadrivalente compostas conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS para a temporada 2023 do hemisfério sul, a ser publicada.
32	050/2022	05/08/2022	01/02/2023	Serviços de apoio técnico administrativo para a sede da ANEEL, contemplando suporte à gestão, serviços administrativos e serviços técnicos.
33	051/2022	04/06/2023	01/12/2023	Contratação de equipamentos de comunicação de dados (switches e roteadores sem fio).
34	052/2022	02/07/2023	29/12/2023	Aquisição de ativos de TI (equipamentos, periféricos e peças) para ampliação, substituição e manutenção de equipamentos do parque computacional da ANEEL.
35	053/2022	16/09/2022	15/03/2023	Contratação de apoio técnico especializado em geoprocessamento.
36	054/2022	16/03/2023	12/09/2023	Contratar uma operadora de telefonia local e interurbana, um com o objetivo de atender a Central de Teleatendimento da ANEEL, administrada por empresa de prestação de serviços de teleatendimento.
37	055/2022	02/01/2023	01/07/2023	Reforma do Auditório I da ANEEL.
38	056/2022	22/07/2022	18/01/2023	Aquisição de água mineral.
39	057/2022	04/04/2023	01/10/2023	Aquisição de EPIs para a fiscalização.
40	058/2022	03/12/2022	01/06/2023	Manutenção de extintores de incêndio.
41	059/2022	06/05/2023	02/11/2023	Contratação de assinatura eletrônica do Portal Canal Energia Corporativo.
42	060/2022	05/08/2022	01/02/2023	Contratação de assinatura eletrônica do boletim Energy Report PSR - Energia.
43	061/2022	13/11/2022	12/05/2023	Contratação de assinaturas eletrônicas para acesso ao Portal Brasil Energia.
45	062/2022	22/09/2022	21/03/2023	Contratação de assinatura do boletim de orçamento e finanças da empresa Governet Editora Ltda.
46	063/2022	20/06/2023	17/12/2023	Serviço de gerenciamento eletrônico, visualização, impressão (ilimitada), atualização e pesquisa de normas técnicas brasileiras, Mercosul e Internacionais.
17	064/2022	02/11/2022	01/05/2023	Contratação de empresa especializada no fornecimento de publicações nacionais para o acervo bibliográfico da ANEEL.
18	065/2022	26/08/2022	22/02/2023	Prestação de serviços de envio de mensagens eletrônicas registradas que garantam a emissão de prova de envio - Recibo de Confirmação de envio do e-mail e demais documentos anexos.
19	066/2022	11/12/2022	09/06/2023	Contratação de assinatura do pacote OECD Livros, Artigos e Estatísticas (OECD Books, Papers and Statistics).
50	067/2022	23/06/2023	20/12/2023	Contratação de assinatura da base de periódicos eletrônicos IEEE - *Institute of Electrical and Eletronics Engineers* - Pacote Enterprise.
51	068/2022	02/01/2023	01/07/2023	Contratação de empresa para digitalização de livro.
52	069/2022	02/02/2023	01/08/2023	Contratação de empresa especializada em conversão de fitas VHS para formato digital.
53	070/2022	05/03/2023	01/09/2023	Contratação de empresa para implantação de um sistema de segurança para o acervo da ANEEL.
54	071/2022	06/07/2022	02/01/2023	Credenciamento de empresas de auditoria independente e de consultoria, para prestar serviços de apoio aos trabalhos de fiscalização econômica e financeira junto aos agentes do setor elétrico.
55	072/2022	02/10/2022	31/03/2023	Credenciamento de empresas e instituições para prestação de SERVIÇOS técnicos especializados, com vistas a apoiarem a ANEEL, por intermédio da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração.
56	088/2022	03/12/2022	01/06/2023	Prestação de serviço de apoio especializado de nível superior para auxiliar as áreas de assessoria parlamentar e de cerimonial e relações institucionais.
57	089/2022	01/10/2022	30/03/2023	Produtos gráficos.
58	090/2022	23/05/2023	19/11/2023	Contratação de mailing de contatos jornalísticos com disparador de e-mails.
59	091/2022	06/05/2023	02/11/2023	Contratação de mailing institucional/governamental (banco de dados).
60	124/2022	02/02/2023	01/08/2023	Assinatura eletrônica para acesso ao Portal Brasil Energia para visualização da Revista Semanal Brasil Energia.
61	129/2022	03/12/2022	01/06/2023	Contratação de serviços de pesquisa de opinião pública em abordagem metodológica qualitativa para realização de grupos focais.
62	130/2022	01/01/2023	30/06/2023	Contratação de solução de Gestão de Acesso Privilegiado e Cofre de Senhas (PAM).
63	131/2022	02/07/2023	29/12/2023	Contratação de solução de Gestão de Vulnerabilidades.
64	132/2022	16/11/2022	15/05/2023	Aquisição de bens e materiais para atender demandas gerais da ANEEL.
65	133/2022	23/11/2022	22/05/2023	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização do complexo ANEEL/ANP, abastecimento de banheiros e demais dependências, serviços de jardinagem e manutenções das áreas verdes.
66	134/2022	05/08/2022	01/02/2023	Prestação de serviços de vigilância patrimonial no Complexo predial ANEEL/ANP, compreendendo postos de serviços de vigilante armado, desarmado e supervisor.

ANEXO I-D – Plano Diretor de Tecnologia de Informação – PDTI 2023

Contador	Projeto	Classificação	Início	Término
01	AE42 - Desenvolver estudos e migrar serviços de TI para nuvem	Estratégica	01/01/2022	01/01/2023
02	AC93 - Contratar RPOST	Contratação de Solução de TI	01/01/2022	31/01/2023
03	AE76 - Revisar os procedimentos de segurança da ANEEL	Estratégica	01/05/2022	01/02/2023
04	AC94 - Contratar serviço de notificação Eletrônica	Contratação de Solução de TI	20/05/2022	21/02/2023
05	AC88 - Contratar serviços de geoprocessamento	Contratação de Solução de TI	01/01/2023	15/03/2023
06	AC78 - Contratar Azure DevOps	Contratação de Solução de TI	27/01/2022	31/03/2023
07	AE75 - Implementar e disseminar práticas de inovação em contratações de TI	Estratégica	01/06/2022	01/06/2023
08	AE77 - Revisão da Metodologia de Priorização de Projetos de TI	Estratégica	01/06/2022	01/06/2023
09	AE78 - Aprimorar os processos administrativos da SGI	Estratégica	01/08/2022	01/06/2023
10	AC84 - Contratar Service Desk	Contratação de Solução de TI	01/06/2022	31/08/2023
11	AC58 - Contratar serviços de Nuvem Pública nas modalidades SaaS PaaS e IaaS	Contratação de Solução de TI	01/01/2023	12/12/2023
12	AE63 - Implantação do novo modelo de operação	Estratégica	01/09/2021	31/12/2023
13	AI209 - Implantar a Política de Governança de Dados e Informação da ANEEL - estrutura, papéis, responsabilidade, treinamento	Ilha de Desenvolvimento Coorporativo	26/11/2021	31/12/2023
14	AI289 - Sistema de Informações Técnico-Financeiras de PDI e EE	Ilha 1	10/11/2022	31/12/2023
15	AC83 - Contratar Software de Gerenciamento de Serviços de TI	Contratação de Solução de TI	01/01/2022	31/12/2023
16	AC95 - Contratar módulos adicionais da ferramenta de governança de dados	Contratação de Solução de TI	01/01/2023	31/12/2023
17	AI201 - ConectaAneel mais customizações SRD	Ilha de Desenvolvimento Coorporativo	01/11/2021	31/12/2023
18	AI203 - Desenvolver serviço para atendimento à CCEE retornando dados do CMPFRH	Ilha de Desenvolvimento Coorporativo	26/11/2021	31/12/2023
19	AI210 - Implantar a Solução de Governança de Dados adquirida no Contrato 060-2020 - catalogação, enriquecimento, data domains, glossário, inventários	Ilha de Desenvolvimento Coorporativo	01/01/2021	31/12/2023
20	AI211 - Implantar Azure Devops na nuvem, criar pipelines, integrar com outras ferramentas (sonar, automação de testes), implantar processo de trabalho para gerenciamento de projetos ágeis	Ilha de Arquitetura e Padrões	01/01/2021	31/12/2023
21	AI212 - Integrar bases de dados do ONS e CCEE para atendimento de demandas das UORGs	Ilha de Desenvolvimento Coorporativo	01/01/2021	31/12/2023
22	AI213 - Manutenção evolutiva no OPEE	Ilha de Sustentação de Sistema	01/01/2021	31/12/2023
23	AI216 - Manutenção no Novo sistema Leilão	Ilha de Sustentação de Sistema	01/01/2021	31/12/2023
24	AI217 - Migração das aplicações do DUTO para o Dutonet	Ilha de Sustentação de Sistema	01/01/2022	31/12/2023
25	AI219 - Migração para o GOVBR	Ilha de Desenvolvimento Coorporativo	01/01/2021	31/12/2023
26	AI226 - Desenvolver serviço para atendimento ao ONS retornando dados do Cadastro de Agente da ANEEL	Ilha de Desenvolvimento Coorporativo	01/07/2022	31/12/2023
27	AI227 - Estabelecer processo de trabalho de gestão (definição, manutenção, verificação de aderência) arquitetural da TI da ANEEL	Ilha de Arquitetura e Padrões	29/11/2021	31/12/2023
28	AI228 - Evoluir o sistema FSB	Ilha de Sustentação de Sistema	01/07/2022	31/12/2023
29	AI229 - Integração do BPR com o SIGET	Ilha de Sustentação de Sistema	01/07/2021	31/12/2023
30	AI230 - Insight para monitoramento da distribuição (fiscalização)	Ilha 3	01/07/2022	31/12/2023
31	AI234 - Realizar diagnóstico normativo da TI da ANEEL	Ilha de Arquitetura e Padrões	01/07/2021	31/12/2023
32	AI237 - Estabelecer processo de trabalho de gestão (definição, manutenção, verificação de aderência) normativa da TI da ANEEL	Ilha de Arquitetura e Padrões	29/11/2021	31/12/2023
33	AI238 - Novo SIGET	Ilha de Desenvolvimento Coorporativo	29/11/2021	31/12/2023
34	AI240 - Adequar conformidade dos relatórios de PBI ao padrão visual estabelecido pela AID (administração e gestão)	Ilha 1	01/07/2021	31/12/2023
35	AI241 - Adequar conformidade dos relatórios de PBI ao padrão visual estabelecido pela AID (Distribuição, Pesquisa e Consumidor)	Ilha 3	01/07/2021	31/12/2023
36	AI242 - Adequar conformidade dos relatórios de PBI ao padrão visual estabelecido pela AID (geração e transmissão)	Ilha 2	01/07/2021	31/12/2023
37	AI244 - Automação da carga de dados do painel do RPOST	Ilha 1	01/07/2021	31/12/2023
38	AI245 - Manutenção evolutiva no SIASE	Ilha de Sustentação de Sistema	01/07/2021	31/12/2023
39	AI249 - Integração do GGT com a BDIT	Ilha 2	01/06/2021	31/12/2023
40	AI250 - Cicatrizes de Queimadas	Ilha 2	01/07/2021	31/12/2023
41	AI251 - Controle de demandas da Imprensa	Ilha 1	01/07/2021	31/12/2023
42	AI260 - Datarmart do RIT	Ilha 3	01/07/2021	31/12/2023
43	AI261 -Processos de recebimentos de dados, perguntas e respostas	Ilha 3	01/06/2021	31/12/2023
44	AI262 - Tarifa Social	Ilha 3	01/06/2021	31/12/2023
45	AI263 - Informações relacionadas à anuência prévia	Ilha 3	01/06/2021	31/12/2023
46	AI264 - Ajustes painéis - HUB de Distribuição	Ilha 3	01/01/2022	31/12/2023
47	AI265 - Automatização para priorização de empreendimentos para escoamento de energia	Ilha 2	01/01/2022	31/12/2023
48	AI266 - Customização do colabora da SCG	Ilha 2	01/01/2022	31/12/2023
49	AI267 - Glossário do setor elétrico	Ilha 1	01/01/2022	31/12/2023
50	AI268 - Novo Sistema de Informações Gerencial da ANEEL - SIGAANEEL	Ilha 1	01/01/2022	31/12/2023
51	AI272 - Ecossistema de Tarifa	Ilha 3	01/01/2022	31/12/2023

Contador	Projeto	Classificação	Início	Término
52	AI273 - Ecossistema da Qualidade na distribuição	Ilha 3	01/01/2022	31/12/2023
53	AI274 - Datamart da distribuição	Ilha 3	01/01/2022	31/12/2023
54	AI275 - Ecossistema de Indicadores Comerciais e de Qualidade	Ilha 3	01/01/2022	31/12/2023
55	AI276 - Ecossistema de Outorga	Ilha 2	01/01/2022	31/12/2023
56	AI277 - Ecossistema de Estoque regulatório	Ilha 1	01/01/2022	31/12/2023
57	AI278 - Ecossistema de SRH	Ilha 1	01/01/2022	31/12/2023
58	AI279 - Ecossistema SPD	Ilha 1	01/01/2022	31/12/2023
59	AI280 - Ecossistema de Planejamento e Gestão	Ilha 1	13/07/2022	31/12/2023
60	AI281 - Ecossistema de Controle e Auditoria	Ilha 1	01/01/2022	31/12/2023
61	AI284 - Ecossistema de Eficiência e Desempenho Regulatório	Ilha 2	01/01/2022	31/12/2023
62	AI286 - Ecossistema de Contratos e Credenciamento	Ilha 1	01/01/2022	31/12/2023
63	AI288 - Sistema de Jurisprudência	Ilha 1	01/11/2022	31/12/2023
64	AI290 - Estruturação de rotinas de análise de dados dentro da SRG	Ilha 2	01/11/2022	31/12/2023
65	AI291 - Estruturação da gestão do escritório de projetos da SRG, que trata dos temas de Agenda Regulatória	Ilha 2	01/11/2022	31/12/2023
66	AI292 - Implementar evoluções no SIGET	Ilha 2	01/11/2022	31/12/2023
67	AI293 - Segurança de Barragens	Ilha 2	01/11/2022	31/12/2023
68	AI294 - SKATE 2_0	Ilha 2	15/11/2022	31/12/2023
69	AI295 - Estruturação da base de dados do SIASE	Ilha 3	01/11/2022	31/12/2023
70	AE66 - Elaboração do PDTI 2024-2025	Estratégica	01/01/2023	31/12/2023
71	AE67 - Automatização de processos de Governança de TI	Estratégica	01/01/2021	31/12/2023
72	AE73 - Atualização Arquitetural de TI da ANEEL	Estratégica	01/01/2022	31/12/2023
73	AE79 - Criar e implementar política e processo de qualidade de dados	Estratégica	01/10/2021	31/12/2023
74	AE80 - Avançar com a integração de dados com players setoriais e órgãos/entes públicos	Estratégica	01/01/2018	31/12/2023
75	AE81 - Avançar com a disponibilização de dados para players setoriais e órgãos/entes públicos	Estratégica	01/01/2018	31/12/2023
76	AE82 - Avançar com o processo de gestão de metadados (catalogação de dados)	Estratégica	01/07/2021	31/12/2023
77	AE83 - Avançar com a implementação da cultura de dados	Estratégica	01/01/2020	31/12/2023
78	AE84 - Avançar com a disponibilização de dados nos canais de Dados Abertos	Estratégica	01/08/2020	31/12/2023

ANEXO II DA PORTARIA Nº 6.795, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022 – Orçamento e Cronograma de Desembolso

Orçamento e Cronograma de Desembolso 2023

Ação Orçamentária	Trimestre				Valor Total
	1	2	3	4	
Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica	R$ 1.807.259,25	R$ 1.807.259,25	R$ 1.807.259,25	R$ 1.807.259,25	R$ 7.229.037,00
Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	R$ 2.829.986,50	R$ 2.829.986,50	R$ 2.829.986,50	R$ 2.829.986,50	R$ 11.319.946,00
Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	R$ 11.200.559,00	R$ 11.200.559,00	R$ 11.200.559,00	R$ 11.200.559,00	R$ 44.802.236,00
Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica	R$ 7.368.419,00	R$ 7.368.419,00	R$ 7.368.419,00	R$ 7.368.419,00	R$ 29.473.676,00
Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico	R$ 2.224.338,25	R$ 2.224.338,25	R$ 2.224.338,25	R$ 2.224.338,25	R$ 8.897.353,00
Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	R$ 681.360,50	R$ 681.360,50	R$ 681.360,50	R$ 681.360,50	R$ 2.725.442,00
Administração da Unidade	R$ 20.623.987,50	R$ 20.623.987,50	R$ 20.623.987,50	R$ 20.623.987,50	R$ 82.495.950,00
Total	**R$ 46.735.910,00**	**R$ 46.735.910,00**	**R$ 46.735.910,00**	**R$ 46.735.910,00**	**R$ 186.943.640,00**

DESPACHO Nº 3.531, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.007587/2022-97, decide conceder parcialmente o Requerimento Administrativo no sentido de (i) autorizar a Elektro Redes S.A. - CNPJ/ME nº 02.328.280/0001-97, em caráter excepcional, a contratar o uso do sistema de transmissão na derivação da Linha de Distribuição 138kV Marechal Rondon - UTE Fibria - VCP, para atendimento ao consumidor Cargill, com medição individualizada e participação no rateio das perdas elétricas nas Demais Instalações de Transmissão - DIT, compartilhada nos termos dos Procedimentos de Rede e Regras de Comercialização; e (ii) indeferir o pedido de autorização de contratação como Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST, a demanda com o dimensionamento necessário ao atendimento do cliente Cargill: 4 MW para o horário de ponta e 4,5 MW para o horário fora de ponta.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 3.533, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.008015/2022-25, decide: deferir o Requerimento Administrativo interposto pela Enel Green Power Brasil Participações Ltda. - CNPJ/ME nº 08.084.537/0001-99, no sentido de autorizar que o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, atualize os valores a serem compensados na Apuração Mensal de Serviços e Encargos - AMSE, no ciclo tarifário vigente, decorrente da recontabilização determinada nos Despachos nº 636 e nº 637, de 2022, utilizando o índice de Atualização da Transmissão - IAT, como índice de correção monetária.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 3.535, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005308/2021-51, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás - Enel GO - CNPJ nº 01.543.032/0001-04, em face do Despacho nº 1.785, de 2022, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, que deu provimento à reclamação de devolução em dobro de valores decorrentes de classificação incorreta em unidade consumidora sob responsabilidade da Fortaleza Rações Ltda., mantendo-se na íntegra a decisão exarada.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 3.536, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006708/2022-83, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás - CNPJ nº 01.543.032/0001-04, em face de decisão proferida pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria e Participação Pública - SMA, por meio do Despacho nº 2.355, de 2022, que julgou procedente reclamação do consumidor para a devolução em dobro dos valores faturados a maior, decorrente do erro de classificação da unidade consumidora e, no mérito, negar provimento.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 3.537, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006710/2022-52, decide conhecer do recurso administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás, inscrita sob CNPJ nº 01.543.032/0001-04, em face ao Despacho nº 2.444, de 6 de setembro de 2022, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, que deu provimento à reclamação para devolução em dobro de valores faturados a maior por erro de classificação em unidade consumidora sob responsabilidade da empresa Zoocria Indústria e Comércio de Nutrição Animal Ltda, e no mérito, negar provimento.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 3.538, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006813/2022-12, decide conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Flor do Sul Ltda. - CNPJ/ME sob nº 22.745.822/0001-34, em face do Despacho nº 2.570, de 2022, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, e, no mérito, negar provimento.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 17 de dezembro de 2022.

Nº 3.579 - Processo nº: 48500.002365/2020-16. Interessado: Vale do Cavernoso Geração de Energia LTDA. Modalidade: Operação comercial. Usina: PCH Cavernoso IV. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 3.000,00 kW, totalizando 6.000,00 kW de capacidade instalada. Localização: nos municípios de Candói e Cantagalo no estado do Paraná.

Nº 3.595 - Processo nº: 48500.002353/2020-91. Interessado: Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação Comercial. Usina: EOL Ventos de São Januário 15. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 4.500,00 kW, totalizando 40.500,00 kW de capacidade instalada. Localização: no município de Várzea Nova no estado da Bahia.

Nº 3.596 - Processo nº: 48500.002351/2020-01. Interessado: Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação Comercial. Usina: EOL Ventos de São Januário 18. Unidade Geradora: UG2, de 4.500,00 kW. Localização: no município de Morro do Chapéu no estado da Bahia.

Nº 3.597 - Processo nº: 48500.002354/2020-36. Interessado: Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 16. Unidade Geradora: UG3, de 4.500,00 kW. Localização: nos municípios de Morro do Chapéu e Várzea Nova no estado da Bahia.

Nº 3.598 - Processo nº: 48500.002352/2020-47. Interessado: Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 17. Unidades Geradoras: UG9 e UG12, de 4.500,00 kW, totalizando 9.000,00 kW de capacidade instalada. Localização: no município de Morro do Chapéu no estado da Bahia.

Nº 3.599 - Processo nº: 48500.004385/2014-83. Interessado: Central Geradora Solar Cruzeiro S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Caldeirão Grande II (Antiga Santo Anastácio). Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 3.437,00 kW cada, totalizando 6.874,00 kW de capacidade instalada. Localização: no município de Caldeirão Grande do Piauí no estado do Piauí.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 3.582, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.029, de 25 de julho de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005528/2021-01, decide liberar a unidade geradora UG8, de 20.220 kW, da UTE Karkey 013, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.GN.RJ.055914-8.01, localizada no município de Itaguaí no estado do Rio de Janeiro, de titularidade da Karpowership Brasil Energia Ltda., para início da operação comercial a partir de 16 de dezembro de 2022.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 1.505, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP), no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 6 de dezembro de 2007, com base nos Pareceres nº 481/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2674343) e nº 455/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2634823), e considerando o que consta no processo nº 48610.219076/2022-79, resolve:

1.Remover o sobrestamento do processo nº 48610.219076/2022-79 que trata da análise da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à FPSO Cidade de Anchieta (FPSO CDAN) / Operador do Contrato: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras / Contrato nº 48000.003560/97-49, devido à constatação pela ANP do atendimento integral às condicionantes para o início da operação dessa instalação conforme Ofício nº 566/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ-e (SEI 2635512).

2.Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à FPSO Cidade de Anchieta (FPSO CDAN) / Operador do Contrato: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras / Operador da Instalação: SBM do Brasil Ltda. / Contrato nº 48000.003560/97-49.

RAPHAEL NEVES MOURA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 960, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.232049/2022-91. resolve: Autorizar a empresa NIMOFAST BRASIL S/A, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 306, de 16 de maio de 2019.

CNPJ
77.696.235/0001-94
77.696.235/0004-37
77.696.235/0011-66
77.696.235/0012-47

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 961, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.219916/2022-01, resolve: autorizar a empresa SERTANEJO PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 01.138.840/0001-88, a operar a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) localizada a Rodovia Marechal Rondon, Km 646 mais 150 m, Zona Rural, Andradina/SP, 16901-340 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -20:51:51,800; -51:25:11,800. (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120 m^3. Ficam revogados o Despacho do Diretor Geral nº 1.098 de 12/12/2001, a Autorização ANP nº 61 de 27/03/2003 e a Autorização ANP nº 864 de 20/08/2015.

TQ	Ø (m)	Comprimento (m)	Capacidade (m^3)	Classe	Tipo
TQ-01A	2,54	6,00	30,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo Bipartido
TQ-01B	2,54	6,00	30,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo Bipartido
TQ-02	2,54	12,00	60,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.502, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, em razão da não localização da interessada no endereço constante no processo em referência e das devoluções dos ofícios destinados à intimação do agente abaixo transcrito, no bojo do processo instaurado para averiguar a necessidade de se aplicar as disposições da Resolução ANP nº08/2007, tendo em vista a previsão legal inscrita na alínea "e", inciso II, do artigo 25, torna público, sob a forma de extrato, que:

I - Após regular desenvolvimento do processo administrativo em referência, com a devida abertura à participação pela sociedade interessada, em 08 de Dezembro de 2022 foi tornada pública a decisão de revogar as Autorizações ANP nº 246/2009 e n° 605/2010 e o Despacho n° 910/2009, anteriormente outorgadas à MASSA FALIDA DE REDEP REVENDEDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, CNPJ nº 20.466.389/0001-72, com a publicação no Diário Oficial da União do Despacho SDL-ANP nº 1.471, de 07 de Dezembro de 2022.

II - Neste sentido, é fundamental que empresa interrompa as atividades anteriormente desempenhadas com base nas Autorizações mencionadas acima.

III - Cumpre informar que da decisão administrativa cabe recurso, a ser interposto no prazo improrrogável de 10 dias, contados a partir da publicação desta comunicação, na forma dos arts. 10, 12 e 16 do citado Decreto.

IV - De acordo com o art. 2º, inciso X, da Lei nº 9.784/1999, o agente tem direito à produção de provas, as quais devem ser apresentadas de forma a mudar a decisão de revogação, caso seja do interesse da sociedade voltar a atuar no setor regulado a que antes estava autorizada.

V - O Recurso Administrativo deve ser encaminhado, formalmente e dentro do prazo estabelecido, diretamente no sistema eletrônico SEI, ou por via postal à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, A\C Superintendência de Distribuição e Logística (SDL), situada na Avenida Rio Branco, nº 65, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004.

VI - O documento deve ter como referência o número deste Despacho, estar obrigatoriamente assinado pelo representante legal e acompanhado da devida comprovação da capacidade do signatário ou de documento de outorga de poderes para a sua representação, sob pena do seu não conhecimento.

VII - Este processo tramita eletronicamente e ao agente regulado é possível acompanhar seu andamento acessando o SEI, cujo link está disponível na página institucional da ANP na internet. Qualquer documentação poderá ser protocolada diretamente no módulo de peticionamento eletrônico do SEI, após prévio cadastramento no sistema, conforme Manual do Usuário Externo disponibilizado na mesma página.

VII - Uma vez exaurida sua finalidade, o processo deverá ser extinto, nos termos do art. 52 da Lei n° 9.784/1999.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.503, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o disposto no art. 41, II, "a" da RANP nº 58/2014 e o que consta do processo nº 48610.218716/2022-23, torna público a revogação da autorização ANP nº 470/2016, anteriormente outorgada à S L DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA., CNPJ nº 61.440.517/0004-39, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.504, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58/2014, tendo em vista a previsão legal inscrita nos termos da alínea "c", inciso I, e o que consta do processo nº 48610.218677/2022-64, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 784/2015, por requerimento da sociedade RAIZEN S.A. - CNPJ nº 33.453.598/0103-58.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.506, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PF/PA0234138	POSTO BARREIRAO LTD	24.724.616/0001-73	48610.216646/2022-79

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.507, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0234116	ABASTECEDORA FARROUPILHA LTDA	87.091.997/0010-01	48610.230903/2022-85
PR/AM0234086	AUTO POSTO ARENA LTDA	40.242.761/0001-74	48610.229477/2022-37
PR/MG0234056	AUTO POSTO ESTANCIA DOS IPES LTDA	23.705.040/0001-34	48610.230682/2022-45
PR/SP0234058	AUTO POSTO FRADIQUE LTDA.	48.288.582/0001-80	48610.228452/2022-16
PR/MG0234156	AUTO POSTO K XII EIRELI	18.918.719/0020-34	48610.217516/2022-53
PR/CE0234079	AUTO POSTO NOSSA SENHORA DAS GRACAS LTDA	29.628.555/0001-64	48610.230105/2022-53
PR/MG0234085	AUTO POSTO WOLTAGEM LTDA	32.226.096/0001-05	48610.217058/2022-52
PR/BA0234136	BOCA DA MATA AUTO POSTO LTDA	21.235.644/0001-39	48610.232220/2022-62
PR/GO0234016	CALDAS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	38.041.379/0001-50	48610.229499/2022-05
PR/PI0234082	CARVALHO & CARVALHO POSTO DE GASOLINA LTDA	35.265.998/0001-30	48610.229444/2022-97
PR/BA0234096	DMA DISTRIBUIDORA S/A	01.928.075/0201-25	48610.230774/2022-25
PR/MT0234077	ERALDO E. D. GUIMARAES EIRELI	32.909.192/0003-01	48610.228442/2022-81
PR/MG0234084	ISAEL JUNIOR GONCALVES COMBUSTIVEIS LTDA	16.851.368/0001-01	48610.231167/2022-82
PR/RR0234078	M. A. M. DOS SANTOS LTDA	29.969.379/0001-24	48610.229382/2022-13
PR/PI0234036	MATOS NASCIMENTO COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA	47.084.768/0001-54	48610.230696/2022-69
PR/MG0234083	POSTO ALTEZA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	00.502.875/0008-68	48610.230335/2022-12
PR/BA0234117	POSTO DE COMBUSTIVEIS ORLANDO GOMES LTDA	46.353.604/0001-12	48610.230902/2022-31
PR/PR0234137	POSTO METROPOLE AUSTRIA LTDA	43.537.363/0001-73	48610.232352/2022-94
PR/RS0233996	POSTO NETHER & EMMEL LTDA	37.705.114/0003-09	48610.229568/2022-72
PR/CE0234080	RC CAMPOS MARTINS	39.789.795/0001-02	48610.230260/2022-70
PR/RS0234057	SCHUSTER & VENDRUSCOLO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	46.241.186/0001-71	48610.230678/2022-87
PR/RS0234097	SIM REDE DE POSTOS LTDA	07.473.735/0196-05	48610.230909/2022-52
PR/BA0234081	SOUZA AUTO POSTO EIRELI	34.574.693/0001-48	48610.230233/2022-05
PR/SC0234017	Vale Rede de Postos Ltda	45.986.480/0002-20	48610.230712/2022-13

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.508, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PE0246918	ACELLES OLIVEIRA NOBRE EIRELI	23.540.186/0010-68	48610.227017/2022-74
GLP/BA0246919	ARMAZEM DAS AGUAS E DO GAS LTDA	46.042.798/0001-35	48610.227020/2022-98
GLP/MS0246920	DANIELE ASSIS TUNECA	46.925.521/0001-50	48610.227729/2022-93
GLP/AP0246921	FORTE COMPANY COMERCIO & SERVICOS LTDA	44.795.478/0001-20	48610.229595/2022-45
GLP/RR0246922	FP CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	45.067.995/0001-46	48610.228954/2022-47
GLP/PA0246923	J E R AGUIAR JUNIOR LTDA	46.450.674/0001-99	48610.228860/2022-78
GLP/AC0246924	J. R. OLIVEIRA JUNIOR	29.247.045/0001-47	48610.229605/2022-42
GLP/SP0246925	JHONATAN GAS LTDA	07.945.947/0001-14	48610.228899/2022-95
GLP/DF0246926	K I COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	48.245.149/0001-67	48610.229536/2022-77
GLP/MS0246927	MARIO AUGUSTO CAMARGO	46.409.921/0001-03	48610.229556/2022-48
GLP/SC0246928	MERCEARIA CRUZ & KRAUSE LTDA	24.325.958/0001-10	48610.228195/2022-12
GLP/AM0246929	MUCURIPE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	84.110.394/0019-50	48610.227165/2022-99
GLP/AM0246930	N. J. DA S. BEIRUTH FILHO	30.356.544/0001-51	48610.228197/2022-10
GLP/AM0246931	O. DE S. SALES DA SILVA	47.693.826/0001-47	48610.227566/2022-49
GLP/RR0246932	PEDRA CONSTRUCOES LTDA	46.531.952/0001-32	48610.228953/2022-01
GLP/CE0246933	PREMIUM WASH CAR LTDA	43.787.499/0001-31	48610.226629/2022-40
GLP/AM0246934	R A SERVIÇOS DE CARGA E DESCARGA LTDA	41.481.707/0001-44	48610.229538/2022-66
GLP/PA0246935	TNT COMERCIO DE GAS LTDA	09.241.869/0001-00	48610.228499/2022-80
GLP/RR0246936	TRAZ EMPREENDIMENTOS E COMERCIO LTDA	15.202.207/0001-16	48610.228952/2022-58

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as deliberações aprovadas na Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019, observando o disposto no Decreto Legislativo nº 06 de 2020, dando cumprimento ao deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em sua 114ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08 de dezembro de 2022, por vídeo conferência, resolve:

Art. 1º Aprovar a ata da 113ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 14 de setembro de 2022;

Art. 2º Referendar a Diplomação dos Estados Amigo da Pessoa Idosa: Região Norte - Roraima; Região Nordeste - Ceará; Região Centro-Oeste - Mato Grosso; Região Sudeste - São Paulo e Região Sul - Paraná, conforme análise e classificação realizada pela Comissão de Políticas Públicas, observadas as regras dos artigos 5º;6º;7º e 8º e critérios de seleção previstos no artigo 12º do Regulamento previamente publicizado.

Art. 3º Aprovar o envio de Recomendação aos conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, para alterar os nomes dos conselhos para constar "pessoa Idosa", em observação a Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, que alterou a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, e substituiu, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas";

Art. 4º Aprovar o envio de Recomendação ao Conselho Nacional de Justiça, para a efetivação de realização de Mediação como meio de solução de Conflitos em processos e litígios envolvendo a pessoa idosa;

Art. 5º Aprovar a atualização legislativa da Resolução nº 33/2017;

Art. 6º Aprovar o relatório de atividades do CNDI - 2022;

Art. 7º Aprovar o envio de Ofício aos presidentes da Câmara dos Deputados e da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa - CIDOSO recomendando a adesão do Brasil a Convenção Interamericana;

Art. 8º Aprovar o envio de Ofício a Equipe de transição do novo governo com as propostas sobre a pauta da Pessoa Idosa, aprovadas na 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, conforme deliberado nesse conselho;

Art. 9º Aprovar a indicação do Conselheiro, representante da Sociedade Civil, Marcelo Machado da Silva - Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, para compor a comissão de monitoramento do TED com a Universidade do Tocantins - EDITAL Nº 1, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022 CONCURSO - REDAÇÃO/2022. O 1º Prêmio Literário com o tema "O papel da pessoa idosa no século XXI"; EDITAL Nº 2, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022 CONCURSO - CRÔNICAS/2022. O 2º Prêmio Literário com o tema "O papel da pessoa idosa no século XXI";

Art. 10º Aprovar as datas para a realização das próximas reuniões das Comissões:

I- Políticas Públicas 13/02/2023;

II- Normas 14/02/2023 e

III - Finança e Orçamento 15/02/2023;

Art. 11º Aprovar a data de 08/03/2023 para a realização da 115ª Reunião Ordinária;

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO FERNANDES TONINHO COSTA

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 426, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Regulamenta a delegação de competência da função de ordenador de despesas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e considerando o disposto nos arts. 11 e 12, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, arts. 11, 12 e 14, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e na Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º A delegação de competência da função de ordenador de despesas, conforme necessário no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), nas unidades do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil e no exterior, passa a ser regulada pela presente Portaria.

Art. 2º Nas unidades no exterior, a função de ordenador de despesas fica delegada ao chefe da unidade, com todas as suas atribuições e responsabilidades.

Art. 3º Nas unidades gestoras da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), a função de ordenador de despesas fica delegada ao chefe da unidade, com todas as suas atribuições e responsabilidades.

Art. 4º Nas unidades descentralizadas, a função de ordenador de despesas fica delegada ao chefe da unidade descentralizada, com todas as suas atribuições e responsabilidades.

Art. 5º A autoridade que subdelegar a função de ordenador de despesas não se exime das responsabilidades dos atos praticados pelas autoridades subdelegadas.

Parágrafo único. A subdelegação de competência não implica subdelegação de responsabilidade, competindo ao subdelegante a fiscalização dos atos de seus subordinados, especialmente em situações nas quais, pela importância do objeto e pela materialidade dos recursos envolvidos, a necessidade de supervisão não possa ser subestimada.

Art. 6º Compete ao ordenador de despesas da unidade designar substituto para suas ausências, bem como nomear o gestor financeiro, o conformista de registros de gestão e seus respectivos substitutos.

Parágrafo único. As designações de que tratam o caput deste artigo deverão ser publicadas no Boletim de Serviço do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 7º A delegação de competência para a função de ordenador de despesas ocorrerá pela publicação no Diário Oficial da União, da nomeação para os cargos de chefia de que tratam os arts. 2º, 3º e 4º.

Art. 8º Os casos omissos serão submetidos à apreciação da Secretaria-Geral das Relações Exteriores.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor em 27 de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

PORTARIA Nº 427, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Revoga atos normativos, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as competências que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, bem como o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Declarar revogados os atos normativos constantes do Anexo à presenta Portaria, porquanto enquadrados nas hipóteses previstas no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Fica revogado o artigo 2º da Portaria 382, de 11 de abril de 2022, bem como o Anexo II da mesma portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em sete dias após a data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

ANEXO

Portaria de 14 de julho de 2000	Estabelece, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional de Apoio à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que terá por função precípua assessorar, em nível nacional, a implementação de políticas e projetos que estejam em conformidade com os objetivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com vistas a subsidiar o trabalho da Secretaria Executiva da CPLP
Portaria de 5 de abril de 2001	Extingue o Consulado Honorário em Turim, República Italiana
Portaria de 4 de novembro de 2003	Aprova o anexo capítulo referente à Renda Cultural, que deverá integrar o Guia de Administração dos Postos do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria MRE de 19 de junho de 2001.
Portaria de 14 de março de 2007	Criar o Consulado Honorário em Trondheim, Reino da Noruega
Portaria nº 497, de 6 de junho de 2010	Regulamenta a atualização de dados cadastrais de servidores aposentados, bem como de pensionistas civis vinculados ao Ministério das Relações Exteriores será realizada por meio dos procedimentos estabelecidos nesta Portaria
Portaria nº 239, de 29 de março de 2012	Delega ao Secretário Nacional do Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNO Rio+20) a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação dos contratos em vigor com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)
Portaria nº 6, de 6 de janeiro de 2015	Cria o Grupo de Trabalho para Organização de Eventos (GTOEV), responsável pela preparação e coordenação logística contínua de Encontros Multilaterais, Reuniões de Chefes de Estado ou de Governos e Reuniões de Ministros das Relações Exteriores
Portaria de 29 de junho de 2017	Cria o Consulado Honorário em Orlando, nos Estados Unidos da América, com jurisdição sobre os condados de Broward, Palm Beach, Martin, St. Lucie, Indian River, Brevard, Osceola e Orange, e subordinação ao Consulado-Geral em Miami
Portaria nº 940, de 29 de novembro de 2017	Altera a Portaria nº 380, de 1º de julho de 2016, que aprova o Guia de Administração dos Postos do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 1.057, de 27 de dezembro de 2018	Altera a Portaria nº 380, de 1º de julho de 2016, que aprova o Guia de Administração dos Postos do Ministério das Relações Exteriores.
Portaria de 18 de fevereiro de 2019	Institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR) no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que deverá atuar na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), nos Escritórios Regionais e nos Postos no Exterior
Portaria nº 867, de 9 de setembro de 2019	Estabelece critérios e procedimentos para aferição de desempenho individual e institucional para efeito de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.
Portaria nº 208, de 05 de junho de 2020	Retoma os mecanismos de remoções de diplomatas das classes de terceiro-secretário, segundo-secretário, primeiro-secretário e conselheiro, oficiais e assistentes de chancelaria, e servidores das carreiras do PCC/PGPE válidos para o primeiro semestre de 2020.
Portaria n° 283, de 27 de julho de 2020	Retoma o 7° Ciclo de Avaliação de Desempenho Individual e Institucional para fins de atribuição da GDPGPE
Portaria nº 341, de 5 de fevereiro de 2021	Fixa metas institucionais globais do Ministério das Relações Exteriores - período 2020/2021, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE).
Portaria nº 342, de 5 de fevereiro de 2021	Estabelece critérios e procedimentos para aferição de desempenho individual e institucional para efeito de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.
Portaria nº 346, de 7 de maio de 2021	Restabelece a possibilidade de reversão em integral da jornada de trabalho durante a vigência do regime de tele trabalho, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 4.315, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Qualifica a Unidade de Pronto Atendimento - (UPA 24h Benevides) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Pará e Município de Benevides.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 553, de 26 de março de 2020, que habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Pará e Município de Benevides;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - Título IV - Do Componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de Serviços de Urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 892 - O recurso de custeio mensal de UPA 24h Nova e UPA 24h Ampliada será acrescido em 30% (trinta por cento) em UPA 24h localizada em município situado na Amazônia Legal e o Anexo LXVIII - Requisitos para o recebimento do repasse mensal do Ministério da Saúde para custeio da UPA 24H, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Benevides/PA na Proposta SAIPS nº 147231 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Benevides), localizada no Município de Benevides (PA), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, conforme Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 1.092.000,00 (um milhão, noventa e dois mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Pará e Município de Benevides.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Benevides, IBGE 150150, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	OPÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	AMAZONIA LEGAL	VALOR ANUAL
PA	150150	BENEVIDES	9982523	MUNICIPAL	147231	III	82.01 - QUALIFICAÇÃO UPA 24H NOVA OPÇAO III	SIM	R$ 1.092.000,00

PORTARIA GM /MS Nº 4.331, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Qualifica Unidade de Pronto Atendimento - UPA e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado e Município de São Paulo.Qualifica Unidade de Pronto Atendimento - UPA e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado e Município de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.930, de 31 de dezembro de 2020, que habilita Unidades de Pronto Atendimento - UPA e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC de Estados, Municípios e Distrito Federal;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de São Paulo/SP na Proposta SAIPS nº 146116 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Perus Dr. Luiz Antônio de Abreu Sampaio Doria), no Município descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGURG/DAHU/SAS/MS, conforme § 1º do Inciso V do art. 83 do Capítulo V da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de São Paulo e Município de São Paulo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São Paulo, IBGE 355030, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	OPÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	AMAZONIA LEGAL	VALOR ANUAL
SP	355030	SÃO PAULO	4050169	MUNICIPAL	146116	III	82.03 - QUALIFICAÇÃO UPA 24H NOVA OPÇAO VIII	NÃO	R$ 3.000.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO HOSPITALAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

PORTARIA/HFSE/MS/Nº 680, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022

O Diretor do Hospital Federal dos Servidores do Estado, nomeado na forma da Portaria GM/MS nº 1.407 de 28/06/2022, publicada no DOU/Nº 121, de 29/06/2022, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria CGRH/SAA/SE/MS/Nº 1041/2009, publicada no DOU/N.º 209 de 03 de novembro de 2009, resolve:

Aplicar a empresa BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA, CNPJ nº 37.844.479/0001-52, Objeto do Processo 33433.181966/2018-35, a sanção de ADVERTÊNCIA e MULTA de 10% (Dez Por cento), sobre o valor total estimado do item 09, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520/2002, Lei nº 8666/1993 e no subitem 29.3.1 29.7 do edital, pelo fato de não ter encaminhado a documentação de habilitação e proposta de preços referente ao item 09, solicitado no Pregão nº 20/2018. (Processo nº 33433.181966/2018-35.)

SYLVIO VALENÇA DE LEMOS NETO

PORTARIA/HFSE/MS/Nº 692, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2022

O Diretor do Hospital Federal dos Servidores do Estado, nomeado na forma da Portaria GM/MS nº 1.407 de 28/06/2022, publicada no DOU/Nº 121, de 29/06/2022, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria CGRH/SAA/SE/MS/Nº 1041/2009, publicada no DOU/N.º 209 de 03 de novembro de 2009, resolve:

Aplicar a empresa ETICA MED COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 12.606.382/0001-80, Objeto do Processo 33433.160028/2018-00, a sanção de ADVERTÊNCIA e MULTA de 10% (Dez Por cento), sobre o valor total estimado do Item 24, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520/2002, Lei nº 8666/1993 e o art. 29 e subitens 29.1.3, 29.1.5, 29.3.1 e 29.4 do edital, pelo fato de não ter encaminhado proposta de preços, documentações de habilitação e amostras referente ao item 24, solicitado no Pregão nº 16/2018. (Processo nº 33433.160028/2018-00)

SYLVIO VALENÇA DE LEMOS NETO

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - TOCANTINS

ATO Nº 7, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA TOCANTINS, subordinado à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI/MS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria GM/MS nº 1.380, de 14 de junho de 2022, publicada no DOU-2 de 15 de junho de 2022, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 25066.002363/2022-60, resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador, em desfavor da empresa VEGAS COM. LTDA, CNPJ 27.384.665/0001-00, para apurar indícios de descumprimento do Projeto Básico, decorrente da Dispensa de Licitação - Cotação Eletrônica nº 7/2022, realizada no período de 15 a 17 de agosto de 2022;

Art. 2º A autuação, instrução e demais procedimentos serão realizados em processo autônomo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e das disposições previstas no Projeto Básico, com subsídio do Caderno de Logística - Sanções Administrativas, do Governo Federal;

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

NAÉLIO ALVES DE SOUSA

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - YANOMAMI

PORTARIA DSEI/YANOMAMI Nº 2, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a criação de um grupo de trabalho temporário no Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami. A reorganização dos serviços de saúde, saneamentos, gestão de contratos e pagamentos. Parceria com os Órgãos da Administração Pública Municipal e Estadual, com entidades privadas, sem fins lucrativos, apoio ao DSEI e aos povos indígenas na jurisdição do Distrito. Amparo do subsistema de atenção à saúde indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SASISUS).

O COORDENADOR DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - YANOMAMI - SUBSTITUTO, no uso das competências delegadas por meio da Portaria SAA/SE/MS nº 1.136, de 22 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2022; de acordo ao Decreto n° 11.098 de 20 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2022, resolve:

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que estabelece o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria MS/GM nº 254, de 31 de janeiro de 2002, que aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas;

Considerando a Portaria GAB/SESAI nº 38, de 4 de novembro de 2022, que institui o Grupo de Trabalho temporário na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), com objetivo de apoiar a Coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami;

Art. 1º Nos termos deste ato, criar um Grupo de Trabalho, no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena-DSEI, com a finalidade de reorganizar os serviços de saúde, saneamento, gestão de contratos e pagamentos, articular com os órgãos da administração pública municipal e estadual, bem como entidades privadas, sem fins lucrativos, de apoio ao DSEI, promover discussões e proposições de ações destinadas à resolução de questões atinentes à saúde dos povos indígenas circunscritos na jurisdição deste Distrito.

Art. 2° Compete ao Grupo de Trabalho:

I - solucionar o desabastecimento de medicamentos na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Polos Base (PB) e Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI)

II - encontrar soluções digitais de gestão e controle de estoques a fim de implementar mecanismos de controle;

III - padronizar os protocolos de entrada e saída de medicamentos e material médico hospitalar na CAF;

IV - padronizar o fluxo de doação de insumos ao DSEI;

V - traçar perfil de consumo por Polo Base para atender a real necessidade e criar programação, mensal e anual;

VI - criar mecanismos de controle da entrega dos insumos nos Polos e UBSI;

VII - buscar ferramentas para auxílio do gerenciamento dos contratos e objetos/materiais do DSEI Yanomami, de modo que os contratos sejam regularizados;

VIII - fazer o levantamento do redimensionamento da força de trabalho, bem como, a redistribuição da força de trabalho contratada por meio de convênio e contratos de atuação na sede do DSEI, CASAI, Polos Base e UBSI;

IX - elaborar diagnóstico da estrutura física dos Polos Base e UBSI que estejam em condições de atender os usuários e receber as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI);

X - elaborar diagnóstico da capacidade logística aérea, terrestre e aquaviária dos PB e das UBSI;

XI - reorganizar o fluxo operacional de entrada/saída de área dos pacientes de remoção de urgência;

XII - integrar a equipe do SESANI nos planejamentos e ações da EMSI.

XIII - levantar o Perfil Epidemiológico de cada Polo Base;

Art. 5º O Grupo de Trabalho terá o prazo de XIV - fazer o mapeamento da área de atuação imediata e de médio prazo considerando o perfil epidemiológico citado no inciso VIII;

XV - analisar e reconfigurar o planejamento de entrada em área das EMSI;

XVI - criar um Plano de Trabalho de entrada em área para cada EMSI considerando o perfil epidemiológico citado no inciso VIII;

XVII - elaborar modelo de relatório mensal das atividades realizadas pelas EMSI em área.

Art. 3° O Grupo de Trabalho será composto pelos representantes:

I - Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami;

II - Chefe da DIASI;

III - Chefe do SESANI;

IV - Chefe do SELOG;

V - Chefe do SEOFI;

VI - Chefe do SEPAT;

VII - Chefe da CASAI; e

VIII - Presidente do CONDISI.

§ 1º O Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena será o coordenador do Grupo de Trabalho.

§ 2º O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outras unidades do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, da Secretaria Especial de Saúde Indígena, de outros DSEI, de associações indigenistas e demais órgãos para prestarem o suporte técnico necessário para subsidiar o GT.

Art 4º O Grupo de Trabalho se reunirá, em caráter ordinário, quinzenalmente, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Coordenador do Grupo de Trabalho.

Parágrafo único. As reuniões serão realizadas com a presença de no mínimo 3 (três) membros e as deliberações serão tomadas pela maioria simples dos presentes.

180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria, para apresentar ao Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, o relatório com a conclusão dos trabalhos realizados.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser prorrogado, a critério do Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERNANI SOUSA GOMES

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 582ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2022, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33910.011928/2020-68	COOPERATIVA CENTRAL UNIMED DE COOPERATIVAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2586/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299283/2005-45	CENTRO CLÍNICO GRAVATAI LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4473/2016/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635131/2012-40	CAIXA BENEFICENTE DOS AUXILIARES DO COMÉRCIO CAFEEIRO DE SANTOS	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3830/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031081/2021-19	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LIMEIRA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5623/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007861/2022-29	SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5710/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.038682/2021-52	UNIMED PATOS DE MINAS COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5412/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038167/2021-72	ASTRA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5382/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008108/2022-51	UNIMED REGIONAL DE CAMPO MOURÃO COOP. TRAB. MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5435/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020502/2021-86	HUMANA SAÚDE SUL LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5155/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038407/2020-58	UNIMED REGIONAL DE CAMPO MOURÃO COOP. TRAB. MÉDICO	DIOPE	Pela revisão administrativa de ofício dos atendimentos encaminhados na Nota Técnica nº 187/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020726/2021-98	UNIMED GUARAPUAVA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pela revisão administrativa de ofício dos atendimentos encaminhados na Nota Técnica nº 189/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010838/2021-31	UNIMED APUCARANA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pela revisão administrativa de ofício dos atendimentos encaminhados na Nota Técnica nº 183/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010412/2021-87	ABERTTA SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA ARCELORMITTAL NO BRASIL	DIOPE	Pela revisão administrativa de ofício dos atendimentos encaminhados na Nota Técnica nº 180/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376392/2011-31	UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3470/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.032237/2019-64	UNIMED FRANCISCO BELTRÃO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2134/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015659/2018-94	UNIMED COSTA OESTE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de um atendimento, na forma manifestada na Nota Técnica nº 149/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015764/2018-23	UNIMED GOVERNADOR VALADARES COOP. DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9030/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387513/2012-51	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTOVÃO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4645/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010968/2021-73	UNIMED GUARAPUAVA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de dois atendimentos, na forma manifestada na Nota Técnica nº 157/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031768/2020-73	UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de vinte e dois atendimentos, na forma manifestada na Nota Técnica nº 153/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005115/2018-14	UNIMED FOZ DO IGUAÇU COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de quinze atendimentos, na forma manifestada na Nota Técnica nº 148/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388600/2012-26	UNIMED MOSSORÓ - COOPERATIVA DE TRABALHOS MÉDICOS	DIGES	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 888/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009806/2019-78	UNIMED REGIONAL MARINGÁ COOP. DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de vinte e seis atendimentos, na forma manifestada na Nota Técnica nº 164/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020324/2021-93	CENTRO HOSPITALAR ATIBAIA LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5351/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038555/2021-53	UNIMED DE CASCAVEL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5694/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007658/2022-52	CENTRO TRASMONTANO DE SAO PAULO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5700/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031422/2021-56	UNIMED PATO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5639/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038731/2021-57	UNIMED TRÊS RIOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5413/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038133/2021-88	ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3337/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031051/2021-11	FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5485/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038746/2021-15	UNIMED VERTENTE DO CAPARAÓ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5550/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038159/2021-26	ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO VIDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5530/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007683/2022-36	DOCTOR CLIN OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5701/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.010867/2021-01	UNIMED COSTA OESTE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de três atendimentos, na forma manifestada na Nota Técnica nº 188/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010965/2021-30	UNIMED GOIANIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4724/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.032175/2019-91	UNIMED DE FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1293/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034703/2018-65	UNIMED LAVRAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4819/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020754/2021-13	UNIMED MURIAÉ COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4837/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020010/2022-71	UNIMED DE IBITINGA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5227/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038697/2021-11	UNIMED REGIÃO DA FRONTEIRA - RS COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5215/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038330/2020-16	UNIMED FOZ DO IGUAÇU COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de quatro atendimentos, na forma manifestada na Nota Técnica nº 202/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010585/2021-03	COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA LTDA	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de um atendimento, na forma manifestada na Nota Técnica nº 195/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.003747/2019-24	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 6009/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038560/2021-66	UNIMED DE CRICIÚMA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DA REGIÃO CARBONÍFERA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5409/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038163/2021-94	ASSOCIAÇÃO SAÚDE SÃO JOSÉ	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5661/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.219483/2015-02	UNIMED LESTE PAULISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de um atendimento, na forma manifestada na Nota Técnica nº 197/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012247/2020-17	UNIMED DE CIANORTE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de um atendimento, na forma manifestada na Nota Técnica nº 199/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038462/2021-29	SISTEMAS E PLANOS DE SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5156/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007650/2022-96	CEMIL CENTRO MÉDICO DE ITÚ LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5419/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007753/2022-56	IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MARINGÁ	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5425/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031106/2021-84	MED-TOUR ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5489/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038456/2021-71	SERPRAM - SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5543/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020834/2021-61	UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5752/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011072/2021-10	UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5751/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038499/2021-57	UNIMED ARAGUARI COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5408/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038662/2021-81	UNIMED NOROESTE DO PARANÁ COOP DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5411/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031142/2021-48	PLANO DE SAUDE ASES LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5494/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031175/2021-98	SAMEDIL SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5628/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007523/2022-97	AME-ASSISTÊNCIA MÉDICA A EMPRESAS LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5414/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299047/2005-29	UNIMED DO SUDOESTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4114/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.030933/2021-51	ASSOCIAÇÃO UNIVIDA SANTA RITA DO PASSA QUATRO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5479/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.007876/2017-20	UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5747/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038268/2021-43	FUNASA SAÚDE	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5667/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.032020/2020-98	UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5755/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031218/2021-35	SOBAM CENTRO MÉDICO HOSPITALAR S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5500/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012443/2020-91	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5767/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008154/2022-50	UNIMED VERTENTE DO CAPARAÓ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5717/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038534/2021-38	UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5687/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007882/2022-44	SOBAM CENTRO MÉDICO HOSPITALAR S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5711/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007673/2022-09	CONFIANÇA ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5560/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010953/2021-13	UNIMED DO OESTE DO PARANÁ - COOP. DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3332/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019826/2017-95	UNIMED SUDOESTE PAULISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5584/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038436/2021-09	SANTA CASA DE SAÚDE - SCS	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5403/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031204/2021-11	SAÚDE SANTA TEREZA LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5499/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007608/2022-75	BIO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5417/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031153/2021-28	PORTO DIAS SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3324/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018678/2020-97	UNIMED VALE DO AÇO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5762/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038700/2021-04	UNIMED REGIONAL DE CAMPO MOURÃO COOP. TRAB. MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5549/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011075/2021-45	UNIMED VALE DO AÇO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5763/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007739/2022-52	IDEAL SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5424/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038176/2021-63	BRADESCO SAÚDE S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5384/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007945/2022-62	UNIMED COSTA OESTE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5432/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038279/2021-23	FUNDAÇÃO DE SAÚDE ITAIGUAPY	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5536/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038262/2021-76	EVANGÉLICO SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5535/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020832/2021-71	UNIMED TRÊS PONTAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5746/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007863/2017-51	UNIMED SETE LAGOAS COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5512/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031121/2021-22	ÔNIX OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5490/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004761/2018-64	FUNDAÇÃO FILANTRÓPICA E BENEFICENTE DE SAÚDE ARNALDO GAVAZZA FILHO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de dez atendimentos, na forma manifestada na Nota Técnica nº 142/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.037938/2020-23	CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de três atendimentos, na forma manifestada na Nota Técnica nº 174/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.012267/2020-98	UNIMED DE MACAÉ COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	DIGES	Pela revisão administrativa de ofício de dois atendimentos, na forma manifestada na Nota Técnica nº 185/2022/COARE/GEIRS/DIRAD-DIDES/DIDES, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010785/2021-58	SÃO LUCAS SAÚDE S/A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5271/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038104/2021-16	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5140/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.030976/2021-36	CAMIM OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5444/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004194/2019-27	UNIMED REGIONAL JAÚ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5362/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020529/2021-79	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5321/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085447/2012-88	SULASAÚDE PARTICIPAÇÕES S.A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 237/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147563/2013-89	OPERADORA DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTENCIA A SAUDE CONSAUDE S/S LTDA	DIGES	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4603/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.295842/2005-48	UNIMED CAMPINAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5734/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.540, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 22, realizada em 23 de novembro de 2022, com fundamento no art. 15, VI da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 187, VIII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos, conforme anexo.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: RA Catering Ltda.
CNPJ: 17.314.329/007-15
Processo: 25759.065649/2014-59
Expediente Recurso: 2311801/19-6
Expediente do pedido de Revisão de Ato: 2768743/21-1
Área: CRES2/GGREC
Deliberação:
O Diretor Rômison Mota proferiu o Voto nº 200/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do relator- Voto nº 172/2022/SEI/DIRE5/Anvisa:
i) NÃO CONHECER do recurso.
ii) DE OFÍCIO, reconhecer a incidência do prazo prescricional, configurando-se assim a ocorrência da prescrição da ação executória, conforme determinado no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99, devendo ser extinto, e encaminhado à Corregedoria para apuração de eventuais responsabilidades.
Recorrente: Forever Living Products Brasil Ltda.
CNPJ: 74.036.112/0001-39
Processos: 25351.920400/2022-06 (SEI); 25351.277835/2022-11 (Datavisa)
Expediente Recurso: 2103836/21-9
Expedientes do pedido de Revisão de Ato: 1991815 (SEI); 4517693/22-8 (Datavisa)
Área: CRES3/GGREC
Deliberação:
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, IMPROCEDENTE o pedido de revisão de ato, por exaurimento da esfera administrativa, nos termos do voto do relator - Voto nº 479/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.

ARESTO Nº 1.541, DE 15 DEDEZEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em reuniões realizadas por meio de Circuitos Deliberativos, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 522, de 23 de junho de 2021, aliado aos fundamentos do art. 15, VI da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, do art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e do art. 187, VIII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos incluídos na pauta da Reunião Ordinária Pública - ROP 22/2022, conforme anexo.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

Relator: Antonio Barra Torres
Recorrente: Zydus Nikkho Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 05.254.971/0001-81
Processo: 25351.562539/2019-17
Expediente: 4374253/21-1
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.152/2022, de 24 de novembro de 2022.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por exaurimento da esfera administrativa, nos termos do voto do relator - Voto nº 381/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: União Química Farmacêutica Nacional S/A
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Processo: 25000.026042/97-15
Expediente: 3779548/21-6
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.153/2022, de 24 de novembro de 2022.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 438/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 49.475.833/0001-06
Processo: 25351.023449/01-60
Expedientes: 3572670/20-9 e 3572600/20-1
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.154/2022, de 24 de novembro de 2022.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 439/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Hipolabor Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 19.570.720/0001-10
Processo: 25351.695995/2008-90
Expediente: 4241839/22-3
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.155/2022, de 24 de novembro de 2022.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 440/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda
CNPJ: 03.361.252/0001-34
Processo: 25351.435379/2010-13
Expedientes: 4405444/21-1 e 5068721/21-2
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.156/2022, de 24 de novembro de 2022.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, minorando-se a multa, nos termos do voto do relator - Voto nº 441/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 92.265.552/0009-05
Processo: 25351.442798/2014-75
Expediente: 3033035/21-3
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.157/2022, de 24 de novembro de 2022.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 443/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda.
CNPJ: 73.856.593/0001-66
Processo: 25351.496005/2010-66
Expediente: 8423486/21-4
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.158/2022, de 24 de novembro de 2022.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 444/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: IGL Industrial Ltda (incorporada pela Unilever Brasil Higiene Pessoal e Limpeza
Ltda).
CNPJ: 03.085.759/0004-55
Processo: 25351.295257/2010-60
Expedientes: 3945770/21-1 (Protocolo eletrônico) e 3956136/21-4 (Protocolo presencial)
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.159/2022, de 24 de novembro de 2022.
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por intempestividade, mantendo-se a multa, nos termos do voto do relator - Voto nº 445/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.

Recorrente: MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda.
CNPJ: 03.361.252/0001-34
Processo: 25351.435422/2010-39
Expediente: 3911539/21-9
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.160/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, minorando-se a multa, nos termos do voto do relator - Voto nº 446/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Sepetiba Tecon S/A.
CNPJ: 02.394.276/0001-27
Processo: 25752.386629/2013-74
Expediente: 4415626/22-0
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.161/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por intempestividade, mantendo-se a multa, nos termos do voto do relator - Voto nº 447/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Drogarias Pacheco S.A.
CNPJ: 33.438.250/0257-47
Processo: 25351.480857/2015-13
Expediente: 1313998/22-2
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.162/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por exaurimento da esfera administrativa, nos termos do voto do relator - Voto nº 448/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Herbarium Laboratório Botânico S.A.
CNPJ: 78.950.011/0001-20
Processo: 25351.679945/2009-40
Expedientes: 882500/09-9 e 1886255 (SEI)
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.163/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, nos termos do voto do relator - Voto nº 449/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Ultrafarma Saúde Eireli.
CNPJ: 02.543.945/0001-85
Processo: 25351.244631/2010-78
Expediente: 2136733/21-4
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.165/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, acrescida da devida atualização monetária, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 450/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Renova Medical Indústria e Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda.
CNPJ: 31.047.312/0001-84
Processo: 25351.968420/2020-98
Expediente: 2416659/21-9
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.166/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por intempestividade, nos termos do voto do relator - Voto nº 451/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Superintendência do Porto do Rio Grande
CNPJ: 01.039.203/0001-54
Processo: 25751.232899/2010-40
Expediente: 5234068/21-6
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.167/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 452/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Merck S/A.
CNPJ: 33.069.212/0001-84
Processo: 25752.000455/2001-42
Expediente: 3445940/21-5
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.168/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, nos termos do voto do relator - Voto nº 453/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Multilog S/A.
CNPJ: 78.614.229/0001-03
Processo: 25741.162491/2013-87
Expediente: 1088328/22-9
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.169/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 454/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Webjet Linhas Aéreas S.A.
CNPJ: 05.730.375/0009-88
Processo: 25761.442766/2012-17
Expediente: 2342737/21-0
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.170/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 455/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
CNPJ: 00.352.294/0025-98
Processo: 25758.470718/2011-33
Expediente: 4423448/21-1
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.171/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao
recurso, mantendo-se a multa, nos termos do voto do relator - Voto nº 456/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Tapiri Indústria Comércio de Alimentos Eirelli
CNPJ: 04.005.997/0002-04
Processo: 25747.106245/2011-41
Expedientes: 6625228/21-8 e 8426796/21-8
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.172/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, acrescida da devida atualização monetária, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 457/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Astromarítima Navegação S/A
CNPJ: 42.487.983/0006-97
Processo: 25752.333205/2011-14
Expediente: 0029966/22-1
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.173/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, acrescida da devida atualização monetária, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 458/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Navemazonia Navegação Ltda.
CNPJ: 02.003.338/0001-22
Processo: 25753.750728/2011-56
Expediente: 3624287/21-4
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.175/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao
recurso, mantendo-se a multa, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do
relator - Voto nº 460/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda.
CNPJ: 82.277.955/0001-55
Processo: 25743.416902/2013-21
Expediente: 4535707/21-9
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.176/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, acrescida da devida atualização monetária, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 461/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Quimidrol Comércio Ind. Imp. Ltda.
CNPJ: 84.704.683/0001-58
Processo: 25741.700721/2014-98
Expediente: 3617461/21-2
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.177/2022, de 24 de novembro de 2022.

A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 462/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Gram Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ: 03.994.975/0001-70
Processo: 25351.275444/2018-85
Expediente: 2401741/22-4
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.178/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 463/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Ecssus Prime Frangâncias Ltda. ME
CNPJ: 26.467.803/0001-44
Processo: 25351.307866/2021-22
Expediente: 2453695/22-3
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.179/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 464/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Gram Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ: 03.994.975/0001-70
Processo: 25351.007342/2022-15
Expediente: 4608411/22-5
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.180/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 465/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Milenio Brasil Importação e Exportação de Presentes Ltda.
CNPJ: 13.616.567/0001-39
Processo: 25351060200/2022-86
Expediente: 4471667/22-0
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.181/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 470/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Milenio Brasil Importação e Exportação de Presentes Ltda.
CNPJ: 13.616.567/0001-39
Processo: 25351.060203/2022-10
Expediente: 4471676/22-9
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.182/2022, de 24 de novembro de 2022.

- Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 471/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Milenio Brasil Importação e Exportação de Presentes Ltda.
CNPJ: 13.616.567/0001-39
Processo: 25351.060208/2022-42
Expediente: 4471680/22-6
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.183/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 472/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Milenio Brasil Importação e Exportação de Presentes Ltda.
CNPJ: 13.616.567/0001-39
Processo: 25351060210/2022-11
Expediente: 4471684/22-1
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.184/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao
recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 473/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Milenio Brasil Importação e Exportação de Presentes Ltda.
CNPJ: 13.616.567/0001-39
Processo: 25351.060213/2022-55
Expediente: 4471707/22-1
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.185/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 474/2022/SEI/DIRETORPRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: Petróleo Brasileiro SA - Petrobrás
CNPJ: 33.000.167/0236-67
Processo: 25351.554720/2015-65
Expediente: 4076015/21-4
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.187/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, dobrada em face da reincidência, nos termos do voto do relator - Voto nº 318/2022/SEI/DIRE3/Anvisa.
Recorrente: Braschemical Representações Ltda.
CNPJ: 59.926.162/0002-89
Processo: 25351.224952/2021-09
Processo: 25351.224979/2021-93
Processo: 25351.225327/2021-76
Expediente: 0133887/22-7
Expediente: 0133851/22-2
Expediente: 0133858/22-7
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.188/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO aos recursos, nos termos dos votos do relator - Voto nº 315/2022/SEI/DIRE3/Anvisa, Voto nº 316/2022/SEI/DIRE3/Anvisa e Voto nº 317/2022/SEI/DIRE3/Anvisa.
Recorrente: Frota dos Petroleiros do Sul Ltda.
CNPJ: 92.714.823/0001-05
Processo: 25751.358558/2010-51
Expediente: 3933932/21-1
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.189/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a multa, nos termos do voto do relator - Voto nº 459/2022/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/Anvisa.
Recorrente: As Ervas Curam Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 79.634.572/0001-82
Processo: 25351.331727/2008-42
Expediente: 1107603/22-8
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.191/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 201/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: Greenpharma Química e Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 33.408.105/0001-33
Processo: 25351.023705/01-28
Expediente: 4429451/22-2
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.192/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 202/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: INFAN Industria Química Farmacêutica Nacional S/A.
CNPJ: 08.939.548/0001-03
Processo: 25351.374832/2010-79
Expediente: 2678342/22-1
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.193/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por
intempestividade, nos termos do voto do relator - Voto nº 206/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: Prati Donaduzzi & Cia Ltda.
CNPJ: 73.856.593/0001-66
Processo: 25351.191422/2015-27
Expediente: 4473369/21-1
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.194/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 209/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: União Química Indústrias Farmacêuticas Ltda. (União Química Farmacêutica
Nacional S/A)
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Processo: 25351.063392/2011-34
Expedientes: 3582462/21-8 e 2863191/21-7
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.195/2022, de 24 de novembro de 2022.

A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 208/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
CNPJ: 00.352.294/0004-63
Processo: 25760.054234/2011-91
Expediente: 4806036/21-4
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.196/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 207/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: Cia Sulamericana de Tabacos S/A
CNPJ: 01.301.517/0001-83
Processo: 25351.310111/2020-24
Processo: 25351.325538/2020-27
Processo: 25351.330698/2020-98
Processo: 25351.528812/2020-18
Expediente: 2700954/22-0
Expediente: 2700671/22-8
Expediente: 2701307/22-8
Expediente: 2701407/22-2
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.197/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO aos recursos, nos termos do voto do relator - Voto nº 204/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: Sanval Comércio e Indústria Ltda.
CNPJ: 61.068.755/0001-12
Processo: 25351.555214/2019-88
Expedientes: 1369922/22-1, 1368160/22-1 e 1368097/22-7
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.198/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, com o cancelamento do registro do medicamento clone Metildopa, nos termos do voto do relator - Voto nº 200/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.
Recorrente: Distribuidora Big Benn Ltda .
CNPJ: 83.754.234/0079-11
Processo: 25351.560845/2011-87
Processo: 25351.520726/2011-04
Processo: 25351.575372/2011-12
Processo: 25351.635312/2011-17
Expediente: 4344656/21-6
Expediente: 4344686/21-8
Expediente: 4344631/21-1
Expediente: 4344776/21-7
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.199/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO aos recursos, nos termos do voto do relator - Voto nº 202/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.
Recorrente: Massa Falida de Brasil Pharma S.A (Distribuidora Big Benn Ltda .)
CNPJ: 83.754.234/0022-86
Processo: 25351.635257/2011-15
Processo: 25351.574305/2011-56
Processo: 25351.550914/2011-17
Processo: 25351.635239/2011-23
Processo: 25351.635239/2011-23
Processo: 25351.635288/2011-93
Processo: 25351.552032/2011-16
Expediente: 2679078/22-5
Expediente: 2681274/22-6
Expediente: 2679001/22-7
Expediente: 2678597/22-8
Expediente: 2678597/22-8
Expediente: 0273410/22-9
Expediente: 2678538/22-2
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.200/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por intempestividade, nos termos do voto do relator - Voto nº 203/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.
Recorrente: Maersk Supply Service - Apoio Marítimo Ltda.
CNPJ: 09.098.215/0001-61
Processo: 25752.431341/2015-14
Expediente: 4290916/21-0
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.201/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 192/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.
Recorrente: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)
CNPJ: 79.621.439/0001-91
Processo: 25743.170475/2012-28
Expediente: 2872459/21-9
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.202/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 199/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.
Recorrente: Medivax Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ: 68.814.961/0001-73
Processo: 25351.717820/2021-18
Expediente: 8437229/21-0
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.203/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por intempestividade, nos termos do voto do relator - Voto nº 196/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.
Recorrente: Logserve-Logística de Armazenamento Ltda.
CNPJ: 05.398.080/0001-07
Processo: 25351.157003/2012-23
Expediente: 4480077/21-9
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.204/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por exaurimento da esfera administrativa, mantendo-se a multa, acrescida da devida atualização monetária, nos termos do voto do relator - Voto nº 209/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.
Recorrente: Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.
CNPJ: 15.559.082/0001-86
Processo: 25351.056683/2014-71
Expediente: 0920759/20-7 (12/3/2020, carta, envelope na fl. 173)
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.205/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por intempestividade, mantendo-se a multa, acrescida da devida atualização monetária, nos termos do voto do relator - Voto nº 204/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.
Recorrente: New Desc Indústria Descartáveis Médicos e Hospitalares Ltda ME
CNPJ: 03.720.369/0001-67
Processo: 25351.881226/2021-80
Expediente: 8516773/21-3
Área: CRES3/GGREC

Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.206/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por intempestividade, nos termos do voto do relator - Voto nº 195/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.

Recorrente: Respiratory Care Hospitalar Ltda.

CNPJ: 02.126.465/0001-19

Processos: 25351.621392/2020-48 (Datavisa) e 25351.940300/2019-92 (SEI)

Expedientes: 2510393/20-1 e 1880054 (SEI)

Área: GGREC/CPROC

Deliberação: Em Circuito Deliberativo nº 1.207/2022, de 24 de novembro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 185/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.124, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1733122
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

CEREALLE TECNOLOGIA EM ALIMENTOS LTDA / 06.280.632/0002-13
CEREAL PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL - MILHO
25351.231594/2016-49 / 672550003
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024224/22-5
CEREAL PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL - ARROZ
25351.231629/2016-66 / 672550004
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024229/22-6
CEREAIS PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL - ARROZ, MILHO E LINHAÇA
25351.231577/2016-92 / 672550002
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024219/22-9

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA / 49.324.221/0001-04
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.138875/2018-61 / 620479995
4083 - Alteração de fórmula de fórmulas modificada para nutrição enteral / 2694950/22-1

GOURMETZINHO ALIMENTOS PARA BEBÊS - EIRELI - ME / 22.456.299/0001-26
PAPINHA DE BANANA COM LARANJA
25351.367535/2016-13 / 673060008
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024495/22-7
SOPINHA DE OSSOBUCO, FEIJÃO FRADINHO E AGRIÃO
25351.339317/2016-43 / 673060005
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024270/22-9
SOPINHA DE CORDEIRO, BATATA DOCE E ESCAROLA
25351.339314/2016-66 / 673060004
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024259/22-8
SOPINHA DE SAINT PETER COM LEGUMES NA MORANGA
25351.367531/2016-81 / 673060007
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024305/22-5
PAPINHA DE PERA COM AMEIXA
25351.368530/2016-88 / 673060009
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024498/22-1
PAPINHA DE DOCE DE ABOBORA, AGUA DE COCO E DAMASCO
25351.367528/2016-89 / 673060006
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024283/22-1
SOPINHA DE SOBRECOXA DE FRANGO, ARROZ INTEGRAL, FEIJAO BRANCO, ABOBORA E BROCOLIS
25351.367521/2016-95 / 673060010
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024843/22-0

NATURELIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA / 05.870.716/0001-63
LACTASE EM PÓ
25351.342029/2016-89 / 663390032
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024841/22-3

NESTLE BRASIL LTDA / 60.409.075/0001-52
PAPINHA DE BANANA, BATATA DOCE E AMEIXA
25351.053702/2017-02 / 659650050
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024860/22-0
PAPINHA DE MANGA, MAÇÃ , CENOURA E BATATA DOCE
25351.053577/2017-04 / 659650052
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024855/22-3
PAPINHA DE FRUTA COM AMEIXA
25004.204342/96 / 400761081
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024186/22-9

NUTRABEM BIO TECNOLOGIA LTDA. / 87.000.782/0001-47
MODULO DE TRIGLICERIDEOS DE CADEIA MEDIA PARA NUTRICAO ENTERAL OU ORAL
25025.004252/2007-35 / 656890002
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024827/22-8
MODULO DE TRIGLICERIDEOS DE CADEIA MEDIA COM OLEO DE MILHO (AGE) PARA NUTRICAO ENTERAL OU ORAL
25025.004253/2007-80 / 656890001
4055 - Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa / 5024830/22-8

OLIVYFLORA INDUSTRIA E COMERCIO PRODUTOS NATURAIS LTDA / 04.049.717/0001-89
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTASE EM CÁPSULAS
25351.694769/2015-52 / 658840051
4105 - Alterações para adequação de suplementos alimentares contendo enzimas e probióticos à RDC n. 243/2018 / 4800651/22-1
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTASE EM CÁPSULAS
25351.694769/2015-52 / 658840051
4103 - Revalidação de registro de suplementos contendo enzimas ou probióticos / 4200490/22-6

SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA / 01.107.391/0001-00
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES
25351.621278/2020-18 / 659300004
456 - Alteração de Rotulagem / 4766884/22-1

TIARAJU FARMA, ALIMENTOS E COSMETICOS LTDA / 23.739.581/0001-83
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM EM CÁPSULA
25351.373793/2022-48 / 673150020
4077 - Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas / 4688837/22-4

UNICA PHARMACEUTICALS PRODUTOS FARMACEUTICOS E NUTRICIONAIS LTDA / 26.751.186/0001-04
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DESTINADO A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE À BASE DE PROTEÍNA HIDROLIZADA DE ARROZ
25351.405089/2019-66 / 674360002
4072 - Registro único de fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas / 0620215/19-2

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.125, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1733022
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

CELLERA FARMACÊUTICA S.A. / 33.173.097/0002-74
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTOBACILLUS RHAMNOSUS GG (DSM 33156)- LGG EM GOTAS
25351.694548/2021-91
4077 - Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas / 2534394/21-5

CHR HANSEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 48.871.545/0001-08
SUPLEMENTO ALIMENTAR EM CÁPSULA COM PROBIÓTICO LGG
25351.540218/2020-03
4074 - Registro Único de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas / 4191066/20-0
SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ COM PROBIÓTICO LGG
25351.540267/2020-38
4074 - Registro Único de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas / 4191116/20-7
SUPLEMENTO ALIMENTAR EM GOTAS COM PROBIÓTICO LGG
25351.284326/2021-63
4074 - Registro Único de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas / 1295960/21-4

OCEAN PAR PROCESSADORA E DISTRIBUIDORA LTDA - ME / 07.702.999/0001-60
ÁGUA DO MAR PURIFICADA E POTÁVEL
25351.227460/2014-50 / 652950001
4101 - Revalidação de registro de novos alimentos / 4667189/21-5

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.126, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1733222
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BROW BEBIDAS E ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA / 35.165.725/0001-14
CHÁ DE ROOIBOS
25351.280599/2022-10
4134 - Avaliação de segurança de novos alimentos in natura, minimamente processados ou desidratados, como hortaliças, tubérculos, cereais e frutas, incluindo espécies vegetais para o preparo de chás e especiarias, que tem dados que sustentem seu histórico de consumo seguro como alimento / 4519099/22-6

DANISCO BRASIL LTDA / 46.278.016/0003-23
LACTOBACILLUS RHAMNOSUS OU LACTICASEIBACILLUS RHAMNOSUS (ATCC 53103)
25351.330556/2021-10
4107 - Avaliação de Segurança e Eficácia de Propriedades Funcional ou de Saúde de Probióticos / 3682784/21-7

DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A. / 56.992.951/0001-49
LACTOBACILLUS RHAMNOSUS OU LACTICASEIBACILLUS RHAMNOSUS (ATCC 53103)
25351.330240/2021-10
4107 - Avaliação de Segurança e Eficácia de Propriedades Funcional ou de Saúde de Probióticos / 3682421/21-1
BIFIDOBACTERIUM ANIMALIS SUBSP. LACTIS (DSM 15954)
25351.655864/2021-47
4107 - Avaliação de Segurança e Eficácia de Propriedades Funcional ou de Saúde de Probióticos / 2414352/21-3

GELITA DO BRASIL LTDA / 12.199.337/0001-59
PEPTIDEOS BIOATIVOS DE COLAGENO HIDROLISADO EM PESO MOLECULAR MEDIO DE 2KDA
25351.135608/2022-19
4135 - Extensão de uso de ingredientes avaliados anteriormente para novas categorias de alimentos / 4324987/22-0

NESTLE BRASIL LTDA / 60.409.075/0001-52
CÁSCARA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.)
25351.295005/2021-94
4109 - Avaliação de Segurança e Eficácia de Propriedades Funcional ou de Saúde de Novos Alimentos e Novos Ingredientes, exceto probióticos e enzimas / 1326978/21-7

NOVOZYMES LATIN AMERICA LTDA / 47.247.705/0001-71
CARBOXIPEPTIDASE D DE ASPERGILLUS ORYZAE EXPRESSA EM ASPERGILLUS ORYZAE
25351.013390/2021-61
4116 - Avaliação de inclusão de enzimas para uso como coadjuvantes de tecnologia / 3058380/21-6
AMINOPEPTIDASE DE ASPERGILLUS ORYZAE EXPRESSA EM ASPERGILLUS ORYZAE
25351.013462/2021-71
4116 - Avaliação de inclusão de enzimas para uso como coadjuvantes de tecnologia / 3058433/21-2

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.127, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1734922
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

CHR HANSEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 48.871.545/0001-08
2'-FUCOSSILACTOSE, 2'-FUCOSIL-D-LACTOSE (2'-FL, 2-FL, 2FL)
25351.534351/2022-84
4133 - Avaliação de equivalência de especificação em relação a ingredientes já aprovados / 2694379/22-2

FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA / 74.036.112/0001-39
SULFATO DE CONDROITINA SÓDICA
25351.116554/2021-10
4109 - Avaliação de Segurança e Eficácia de Propriedades Funcional ou de Saúde de Novos Alimentos e Novos Ingredientes, exceto probióticos e enzimas / 3262651/21-4

GELITA DO BRASIL LTDA / 12.199.337/0001-59
PEPTÍDEOS BIOATIVOS DE COLÁGENO HIDROLISADO COM PESO MOLECULAR MÉDIO DE 2 KDA
25351.303451/2022-61
4133 - Avaliação de equivalência de especificação em relação a ingredientes já aprovados / 4557644/22-8

NUTRACOM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 25.859.018/0001-74
L-TRIPTOFANO
25351.688106/2020-24
4109 - Avaliação de Segurança e Eficácia de Propriedades Funcional ou de Saúde de Novos Alimentos e Novos Ingredientes, exceto probióticos e enzimas / 4479254/20-0

ROUSSELOT GELATINAS DO BRASIL S/A / 06.538.082/0001-09
PEPTÍDEOS BIOATIVOS DE COLÁGENO HIDROLISADO COM PESO MOLECULAR DE 2 KDA A 5 KDA
25351.212815/2021-13
4109 - Avaliação de Segurança e Eficácia de Propriedades Funcional ou de Saúde de Novos Alimentos e Novos Ingredientes, exceto probióticos e enzimas / 3445075/21-2

SAPIENS FOOD LTDA / 41.176.630/0001-07
FIGADO BOVINO LIOFILIZADO
25351.295651/2022-32
4134 - Avaliação de segurança de novos alimentos in natura, minimamente processados ou desidratados, como hortaliças, tubérculos, cereais e frutas, incluindo espécies vegetais para o preparo de chás e especiarias, que tem dados que sustentem seu histórico de consumo seguro como alimento / 4545992/22-6

YOUNG LIVING BRASIL LTDA. / 32.431.541/0001-60
EXTRATO DE SEMENTE DE UVA
25351.392720/2021-74
4109 - Avaliação de Segurança e Eficácia de Propriedades Funcional ou de Saúde de Novos Alimentos e Novos Ingredientes, exceto probióticos e enzimas / 1622438/21-3

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.094, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

DIFFUCAP - CHEMOBRÁS QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA 42457796000156
CETOROLACO TROMETAMINA
DEOCIL 25351.015986/01-63 12/2026
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 4527736/22-2
1.0430.0032.010-1 36 Meses
10 MG COM SUB-LING CT BL PVC ACLAR AL X 30

NATCOFARMA DO BRASIL LTDA 08157293000127
fosfato de oseltamivir
OSELFLU 25351.899759/2020-37 11/2030
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1663440/22-3
1.8261.0008.001-4 48 Meses
30 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.8261.0008.002-2 48 Meses
30 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500
1.8261.0008.003-0 48 Meses
45 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.8261.0008.004-9 48 Meses
45 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500
1.8261.0008.005-7 48 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.8261.0008.006-5 48 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 500

EMS SIGMA PHARMA LTDA 00923140000131
BISGLICINATO FERROSO + ÁCIDO FÓLICO
NEUTROFER FÓLICO 25351.670388/2010-29 02/2029
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0391665/22-1
1.3569.0592.004-1 24 Meses
(250 + 0,2) MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS PEAD/PEBD OPC X 10 ML
1.3569.0592.005-8 24 Meses
(250 + 0,2) MG/ML SUS OR CT FR GOT PLAS PEAD/PEBD OPC X 30 ML

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
loratadina + sulfato de pseudoefedrina 25351.012051/2019-43 12/2029
11869 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 4256667/22-3
1.0573.0705.001-6 24 Meses
(1,00 + 12,00) MG/ML XPE CT FR VD AMB X 60 ML + COP
LORATADINA 25351.852875/2018-78 04/2027
11869 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 4256657/22-6
1.0573.0624.001-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS AMB X 6
1.0573.0624.002-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS AMB X 10
1.0573.0624.003-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS AMB X 12
1.0573.0624.004-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS AMB X 500
LORATADINA 25351.852880/2018-81 02/2025
11869 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 4256663/22-1
1.0573.0625.001-1 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + CP MED

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA 49475833000106
VONAU 25351.088885/2005-24 06/2025
1331 MEDICAMENTO NOVO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0177178/17-0
1.0974.0194.001-0 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 10
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.002-9 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 100 (EMB HOSP)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.003-7 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 10
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.004-5 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 100 (EMB HOSP)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.008-8 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB. FRAC.)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.009-6 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 120 (EMB. FRAC.)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.010-1 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 240 (EMB. FRAC.)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.011-8 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB. FRAC.)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.012-6 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB. FRAC.)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.013-4 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 120 (EMB. FRAC.)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.014-2 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 240 (EMB. FRAC.)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.015-0 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS TRANS X 480 (EMB. FRAC.)
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA
1.0974.0194.016-9 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT STR AL X 10
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO
1.0974.0194.017-7 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT STR AL X 100
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO
1.0974.0194.018-5 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT STR AL X 10
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO
1.0974.0194.021-5 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT STR AL X 100
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO
1.0974.0194.023-1 24 Meses
4 MG COM ORODISP CT STR AL X 8
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO
1.0974.0194.024-1 24 Meses
8 MG COM ORODISP CT STR AL X 8
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A 05161069000110
NAPROXENO SÓDICO
NAPRONAX 25351.410769/2019-00 12/2029
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3775154/21-9
1.5584.0579.001-4 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.5584.0579.002-2 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20

1.5584.0579.003-0 24 Meses
550 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 200
Naproxeno sódico 25351.535803/2011-10 06/2025
11869 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 3516713/21-1
1.5584.0161.001-1 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.5584.0161.002-1 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.5584.0161.003-8 24 Meses
550 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 200

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
NAPROXENO SÓDICO
DUOACT 25351.417720/2014-65 10/2028
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3775303/21-7
1.7817.0860.001-4 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.7817.0860.002-2 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.7817.0860.003-0 24 Meses
550 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 200

EMS S/A 57507378000365
CITRATO DE ORFENADRINA + dipirona monoidratada + CAFEÍNA ANIDRA
DORICIN 25001.008238/81 04/2027
11864 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 4287373/22-8
1.0235.0072.016-3 24 Meses
(35 + 300 +50) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC AMB X 12
1.0235.0072.017-1 24 Meses
(35 + 300 +50) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC AMB X 120
1.0235.0072.018-1 24 Meses
(35 + 300 +50) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC AMB X 240
1.0235.0072.019-8 24 Meses
(35 + 300 +50) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC AMB X 30
1.0235.0072.020-1 24 Meses
(35 + 300 +50) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC AMB X 24
1.0235.0072.021-1 24 Meses
(35 + 300 +50) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC AMB X 36
1.0235.0072.022-8 24 Meses
(35 + 300 +50) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC AMB X 50
1.0235.0072.023-6 24 Meses
(35 + 300 +50) MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC AMB X 300
dipirona monoidratada 25351.030762/01-81 11/2026
11862 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 4287364/22-9
1.0235.0523.001-6 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0235.0523.002-4 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 50
1.0235.0523.006-7 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100
1.0235.0523.007-5 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.0235.0523.008-3 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 240
LORATADINA
CLORATADD 25351.038664/01-56 03/2027
11860 RDC 73/2016 - SIMILAR - EXCLUSÃO NÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 4338810/22-8
11871 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 4338844/22-2
1.0235.0529.001-9 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.0235.0529.002-7 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 12
1.0235.0529.003-5 36 Meses
1 MG/ML XPE FR VD AMB X 100 ML + DOS
1.0235.0529.004-3 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 15
1.0235.0529.005-1 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0235.0529.006-1 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.0235.0529.007-8 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP
mesilato de di-hidroergotamina + CAFEÍNA + dipirona monoidratada
MIGRALIV 25351.722781/2017-94 02/2030
11864 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 4287367/22-3
1.0235.1337.001-8 24 Meses
(1,0 + 100,0 + 350,0) MG COM CT BL AL AL X 12
1.0235.1337.002-6 24 Meses
(1,0 + 100,0 + 350,0) MG COM CT BL AL AL X 20
1.0235.1337.003-4 24 Meses
(1,0 + 100,0 + 350,0) MG COM CT BL AL AL X 40
1.0235.1337.004-2 24 Meses
(1,0 + 100,0 + 350,0) MG COM CT BL AL AL X 60
1.0235.1337.005-0 24 Meses
(1,0 + 100,0 + 350,0) MG COM CT BL AL AL X 200 (EMB FRAC)
1.0235.1337.006-9 24 Meses
(1,0 + 100,0 + 350,0) MG COM CT BL AL AL X 300

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
DICLORIDRATO DE LEVOCETIRIZINA
ZINA ODT 25351.015507/2018-46 12/2032
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 0019907/18-9
1.0043.1461.001-2 24 Meses
5 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 7
1.0043.1461.002-0 24 Meses
5 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 10
1.0043.1461.003-9 24 Meses
5 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 21
1.0043.1461.004-7 24 Meses
5 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 30

FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA 09058502000148
cloridrato de fingolimode 25351.307903/2019-88 12/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0468190/19-8
1.7465.0011.001-6 24 Meses
0,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 28
1.7465.0011.002-4 24 Meses
0,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30
1.7465.0011.003-2 24 Meses
0,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 100
1.7465.0011.004-0 24 Meses
0,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 200

GALDERMA BRASIL LTDA 00317372000146
ADAPALENO + PERÓXIDO DE BENZOÍLA
EPIDUO 25351.199991/2007-02 10/2029
11116 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 1203378/21-2
1.2916.0068.017-9 18 Meses
(3 + 25) MG/G GEL DERM CT BG PLAS PEAD OPC X 5 G
1.2916.0068.018-7 18 Meses
(3 + 25) MG/G GEL DERM CT FR PLAS PP/PEAD/PEMBD OPC X 45 G

GERMED FARMACEUTICA LTDA 45992062000165
LORATADINA + SULFATO DE PSEUDOEFEDRINA 25351.045588/2003-22 08/2029
11869 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 4338875/22-2
1.0583.0314.001-9 24 Meses
(1,00 + 12,00) MG/ML XPE CT FR VD AMB X 60 ML + COP
LORATADINA 25351.208877/2005-19 09/2025
11858 RDC 73/2016 - GENÉRICO - EXCLUSÃO NÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 4338849/22-3
1.0583.0474.001-1 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 60 ML + COP
1.0583.0474.002-8 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP
1.0583.0474.003-6 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP
1.0583.0474.004-4 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 150 ML + COP
dipirona monoidratada 25351.727581/2019-90 03/2030
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4363691/22-8
1.0583.0971.001-1 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0583.0971.002-1 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 50
1.0583.0971.006-2 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100
1.0583.0971.007-0 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.0583.0971.008-9 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 240

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
CETOCONAZOL
NIZORAL 25991.004907/80 06/2030
11863 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 1830622/21-5
1.1236.0016.013-1 36 Meses
20 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
ATORVASTATINA CÁLCICA 25351.139467/2011-61 07/2026
10938 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 3263591/21-5
10989 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MENOR DE EXCIPIENTE PARA FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS 3263595/21-8
11019 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 3263619/21-9
11869 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 3264540/21-6
1.0370.0562.001-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0370.0562.002-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0370.0562.003-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0370.0562.004-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0370.0562.005-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0562.006-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 200
1.0370.0562.007-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 500
1.0370.0562.008-7 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0370.0562.009-5 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0370.0562.010-9 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0370.0562.011-7 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0370.0562.012-5 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0562.013-3 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 200
1.0370.0562.014-1 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 500
ATORVASTATINA CÁLCICA
LIPTHAL 25351.165820/2011-15 06/2026
10940 RDC 73/2016 - SIMILAR - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 3263593/21-1
10991 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇA MENOR DE EXCIPIENTE PARA FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS 3263617/21-2
11021 RDC 73/2016 - SIMILAR - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 3263621/21-1
11871 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 3264542/21-2
1.0370.0559.001-3 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0370.0559.002-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0370.0559.003-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0370.0559.004-8 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0370.0559.005-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0559.006-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 200
1.0370.0559.007-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 500
1.0370.0559.008-0 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0370.0559.009-9 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 20

1.0370.0559.010-2 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0370.0559.011-0 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0370.0559.012-9 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0559.013-7 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 200
1.0370.0559.014-5 18 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 500

LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 05044984000126
DIPIRONA + CLORIDRATO DE ADIFENINA + CLORIDRATO DE PROMETAZINA
DORILEN 25351.640115/2010-20 11/2029
11864 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 4287456/22-4
1.6773.0210.004-2 24 Meses
500 MG + 10 MG + 5 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 12
1.6773.0210.005-0 24 Meses
500 MG + 10 MG + 5 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 100
1.6773.0210.006-9 24 Meses
500 MG + 10 MG + 5 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 120
1.6773.0210.007-7 24 Meses
500 MG + 10 MG + 5 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 16
LORATADINA 25351.671709/2010-49 09/2025
11858 RDC 73/2016 - GENÉRICO - EXCLUSÃO NÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 4338890/22-6
1.6773.0242.001-2 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 60 ML + COP
1.6773.0242.002-0 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP
1.6773.0242.003-9 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP
1.6773.0242.004-7 24 Meses
1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 150 ML + COP
dipirona monoidratada
dipirona monohidratada 25351.721701/2017-83 05/2023
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4363639/22-0
1.6773.0586.001-3 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.6773.0586.002-1 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 50
1.6773.0586.006-4 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100
1.6773.0586.007-2 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.6773.0586.008-0 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 240

LUNDBECK BRASIL LTDA 04522600000170
brexpiprazol
REXULTI 25351.003042/2018-81 04/2030
11116 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 0903750/21-1
1.0475.0053.009-4 36 Meses
4 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30

MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA 92265552000905
dipirona monoidratada 25351.063042/2022-16 03/2030
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4363628/22-4
1.1819.0309.001-3 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.1819.0309.002-1 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 50
1.1819.0309.003-1 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100
1.1819.0309.004-8 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.1819.0309.005-6 24 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 240

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130
DEXAMETASONA
MAXIDEX 25351.659695/2012-39 03/2027
10147 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 0164428/17-9
10169 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0164641/17-9
10185 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 0164553/17-6
10201 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 0164344/17-4
1331 MEDICAMENTO NOVO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0164304/17-5
1454 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO NO TAMANHO DO LOTE SUPERIOR A 10 VEZES 0164017/17-8
1.0068.1097.001-1 24 Meses
1,0 MG/G POM OFT CT BG AL X 3,5 G

PFIZER BRASIL LTDA 61072393000133
CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADA + avibactam sódico
CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADA + AVIBACTAM SODICO 25351.367188/2022-38 09/2032
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4852270/22-8
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4852272/22-4
1.2110.0485.001-0 36 Meses
2000 MG + 500 MG PO SOL INFUS CT FA VD TRANS X 10
CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADA + avibactam sódico
RYAMBIC 25351.367189/2022-82 10/2032
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4886293/22-2
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4886298/22-3
1.2110.0486.001-6 36 Meses
2000 MG + 500 MG PO SOL INFUS CT FA VD TRANS X 10
CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADA + avibactam sódico
Torgena 25351.681652/2015-77 06/2028
10939 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 1050462/21-1
11728 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE NOVO DIFA SEM CADIFA 1050174/21-6
1.2110.0443.001-1 36 Meses
2000 MG + 500 MG PO SOL INFUS CT FA VD TRANS X 10

PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA 59476770000158
BROMIDRATO DE DEXTROMETORFANO + GUAIFENESINA
XAROPE 44 E 25000.008072/94-43 09/2026
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0160181/17-4
1.2142.0004.001-2 24 Meses
1,30 MG/ML + 13,30 MG/ML XPE CT FR PLAS TRANS X 120 ML
1.2142.0004.002-0 24 Meses
1,30 MG/ML + 13,30 MG/ML XPE FR PLAS TRANS X 120 ML
1.2142.0004.003-9 24 Meses
1,30 MG/ML + 13,30 MG/ML XPE FR PLAS TRANS X 240 ML

RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA 73663650000190
dicloridrato de betaistina 25351.339696/2009-26 11/2026
11115 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 0460288/21-9
1.2352.0217.008-0 36 Meses
16 MG COM CT BL AL AL X 10
1.2352.0217.009-9 36 Meses
16 MG COM CT BL AL AL X 20
1.2352.0217.010-2 36 Meses
16 MG COM CT BL AL AL X 30
1.2352.0217.011-0 36 Meses
16 MG COM CT BL AL AL X 60

VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 30222814000131
dipirona monoidratada
DORALEX 25000.015650/99-11 11/2025
11117 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 3773004/20-5
1.0392.0101.013-6 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0392.0101.014-4 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0392.0101.015-2 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100
1.0392.0101.016-0 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.0392.0101.017-9 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 300
1.0392.0101.018-7 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 400
1.0392.0101.019-5 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500

ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA 05254971000181
cloridrato de erlotinibe 25351.000620/2020-41 12/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0009802/20-7
1.5651.0101.001-1 36 Meses
25 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.5651.0101.002-1 36 Meses
25 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.5651.0101.003-8 36 Meses
100 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.5651.0101.004-6 36 Meses
100 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.5651.0101.005-4 36 Meses
150 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.5651.0101.006-2 36 Meses
150 MG COM REV CT BL AL AL X 60

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
BACITRACINA ZÍNCICA + SULFATO DE NEOMICINA
sulfato de neomicina + bacitracina zíncica 25351.284850/2008-67 01/2029
1364 GENERICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0101049/15-2
1.0370.0521.001-6 24 Meses
5MG/G + 250 UI/G POM DERM CT BG AL X 10 G
1.0370.0521.002-4 24 Meses
5MG/G + 250 UI/G POM DERM CT BG AL X 15 G
1.0370.0521.003-2 24 Meses
5MG/G + 250 UI/G POM DERM CT BG AL X 20 G
1.0370.0521.004-0 24 Meses
5MG/G + 250 UI/G POM DERM CT BG AL X 50 G
1.0370.0521.005-9 24 Meses
5MG/G + 250 UI/G POM DERM CX 50 BG AL X 10 G
1.0370.0521.006-7 24 Meses
5MG/G + 250 UI/G POM DERM CX 50 BG AL X 15 G
1.0370.0521.007-5 24 Meses
5MG/G + 250 UI/G POM DERM CX 50 BG AL X 20 G
1.0370.0521.008-3 24 Meses
5MG/G + 250 UI/G POM DERM CX 50 BG AL X 50 G

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-hIDRATADO
NAUTEX ODG 25351.764586/2020-37 12/2032
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 2574188/20-8
1.0573.0036.001-1 36 Meses
4 MG GRAN ORODISP CT 5 ENV AL/PLAS PET/PE OPC
1.0573.0036.002-8 36 Meses
4 MG GRAN ORODISP CT 10 ENV AL/PLAS PET/PE OPC
1.0573.0036.003-6 36 Meses
8 MG GRAN ORODISP CT 5 ENV AL/PLAS PET/PE OPC
1.0573.0036.004-4 36 Meses
8 MG GRAN ORODISP CT 10 ENV AL/PLAS PET/PE OPC

BAYER S.A. 18459628000115
RIVAROXABANA
XARELTO 25351.154635/2021-18 12/2032
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 0904417/21-5
1.7056.0128.001-7 36 Meses
1 MG/ML GRAN SUS OR FR VD AMB X 2,625 G + 3 SER DOS
1.7056.0128.002-5 36 Meses
1 MG/ML GRAN SUS OR FR VD AMB X 5,25 G + 5 SER DOS

PHARLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A. 02501297000102
vildagliptina 25351.258829/2021-83 12/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 1213150/21-4
1.4107.0647.001-8 24 Meses
50 MG COM CT BL AL AL X 7
1.4107.0647.002-6 24 Meses
50 MG COM CT BL AL AL X 14
1.4107.0647.003-4 24 Meses
50 MG COM CT BL AL AL X 28
1.4107.0647.004-2 24 Meses
50 MG COM CT BL AL AL X 30
1.4107.0647.005-0 24 Meses
50 MG COM CT BL AL AL X 56
1.4107.0647.006-9 24 Meses
50 MG COM CT BL AL AL X 60

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61286647000116
apixabana 25351.558056/2021-32 12/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2114650/21-1

1.0047.0648.001-3 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0047.0648.002-1 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0047.0648.003-1 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.0047.0648.004-8 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0047.0648.005-6 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0047.0648.006-4 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.0047.0648.007-2 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 200

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.095, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 03978166000175
CLORIDRATO DE BENDAMUSTINA
MUSBENO 25351.294944/2021-11 12/2032
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 1326765/21-5
45 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT 2 FA VD AMB X 4 ML
45 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT FA VD AMB X 4 ML

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61286647000116
BORTEZOMIBE
VELZOMIB 25351.681059/2020-98 12/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 2319276/20-3
2,5 MG PO LIOF SOL INJ IV/SC CT FR VD TRANS
3,5 MG PO LIOF SOL INJ IV/SC CT FR VD TRANS
1 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FR VD TRANS

MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. 17875154000120
PREGABALINA
KOLSULMED 25351.986162/2021-11 12/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0412979/21-2
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
NOME DO INSUMO NUMERO DO PROCESSO
ROTA
VENCIMENTO NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
ASSUNTO DESCRIÇÃO

MYLAN LABORATORIOS LTDA 1.08830-7
CLOZAPINA 25351.694066/2020-50
001
0000000000 18 Meses
10414 INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - CONCESSÃO DE REGISTRO PARA O INSUMO FARMACÊUTICO ATIVO PRESENTE NA COMPOSIÇÃO DO MEDICAMENTO IMPORTADO SEMI-ELABORADO E ACABADO.
01 - Em desacordo com a Legislação vigente

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.096, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

.....

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

AS ERVAS CURAM INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 79634572000182
TANACETUM PARTHENIUM (L.) SCH.BIP.
TANACETO EC 25351.451979/2009-68 03/2027
1811 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DO REGISTRO 2196081/22-0
1.1678.0019.001-1 24 Meses
500 MG CAP DURA CT FR PLAS PEAD OPC X 50

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.097, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

.....

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

GALDERMA BRASIL LTDA 00317372000146
LIDOCAÍNA + TETRACAÍNA
PLIAGLIS 25351.549047/2011-16 09/2028
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0274914/22-1
1.2916.0070.001-3 24 Meses
70 MG/G + 70 MG/G CREM DERM CT BG AL PLAS OPC X 15 G
1.2916.0070.002-1 24 Meses
70 MG/G + 70 MG/G CREM DERM CT BG AL PLAS OPC X 30 G

MERCK S/A 33069212000184
PREGABALINA
PRENEURIN 25351.495691/2012-28 01/2030
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 4470102/22-9
1.0089.0381.001-9 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0089.0381.002-7 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30
1.0089.0381.003-5 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0089.0381.004-3 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.098, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

.....

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

CML PRODUTOS MÉDICOS LTDA 33030987000146
LIDOCAÍNA + TETRACAÍNA
PLIAGLIS 25351.059158/2022-51 09/2028
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 0442876/22-0
1.6168.0001.001-9 24 Meses
70 MG/G + 70 MG/G CREM DERM CT BG AL PLAS OPC X 15 G
1.6168.0001.002-7 24 Meses
70 MG/G + 70 MG/G CREM DERM CT BG AL PLAS OPC X 30 G

MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. 17875154000120
PREGABALINA
PRENEURIN 25351.291956/2022-75 01/2030
11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 4539329/22-7
1.0917.0128.001-7 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0917.0128.002-5 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30
1.0917.0128.003-3 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0917.0128.004-1 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.099, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelos arts. 2º e 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
rosuvastatina cálcica 25351.787955/2014-70
0125379/22-4 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
0125371/22-9 11872 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão crítica de testes ou métodos
RUVA 25351.050433/2015-41

0305418/22-7 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 0125379/22-4 - 25351.787955/2014-70)
0305424/22-1 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão crítica de testes ou métodos - 0125371/22-9 - 25351.787955/2014-70)
BUP XL 25351.857367/2018-86
0155039/22-0 RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
cloridrato de bupropiona 25351.221960/2019-71
0356421/22-5 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 0155039/22-0 - 25351.857367/2018-86)
anastrozol 25351006978200549
0477579221 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão maior de tamanho de lote do medicamento
0548407223 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão maior de equipamento
0552109222 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão crítica de testes ou métodos
---
SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A
TÉLIO 25351.595948/2015-76
0472848/22-3 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 0125379/22-4 - 25351.787955/2014-70)
0473032/22-1 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão crítica de testes ou métodos - 0125371/22-9 - 25351.787955/2014-70)
ALPES XL 25351.536038/2020-19
0472923/22-4 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 0155039/22-0 - 25351.857367/2018-86)

PRATI DONADUZZI & CIA LTDA
dicloridrato de betaistina 25351.508494/2012-51
0175802/22-1 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
0175811/22-0 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
0175818/22-7 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
LABHI 25351.561435/2019-95
0307901/22-5 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 0175802/22-1 - 25351.508494/2012-51)
0308046/22-3 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 0175811/22-0 - 25351.508494/2012-51)
0308054/22-4 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 0175818/22-7 - 25351.508494/2012-51)

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.
NASACORT 25351.627521/2019-78
0216286/22-5 RDC 73/2016 - NOVO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
ALLENASAL 25351.636342/2019-21
0359738/22-5 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 0216286/22-5 - 25351.627521/2019-78)
NOVALGINA 25351189946201975
0165596225 RDC 73/2016 - NOVO - Alteração maior do processo de produção do medicamento
DORFLEX UNO 25351627049201973
0447250221 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Alteração maior do processo de produção do medicamento - 0165596225 - 25351189946201975)
ANADOR 25351483799202061
0447248229 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Alteração maior do processo de produção do medicamento - 0165596225 - 25351189946201975)
DERMATOP 25351627561201910
0258646221 RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA

Bayer S.A.
CICLOPRIMOGYNA 25351.088875/2008-31
0227692/22-5 RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão maior de equipamento
---
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
cloridrato de benazepril 25351144258201986
0244418226 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
0356949227 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
0356994222 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
BHENA 25351175864201943
0490454221 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 0244418226 - 25351144258201986)
0492377224 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 0356949227 - 25351144258201986)
0492375228 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 0356994222 - 25351144258201986)

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A
cloridrato de oxicodona 25351136258201709
0351482220 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
Oxypynal 25351583676201723
0565255223 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 0351482220 - 25351136258201709)

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA
propofol 25351201886201703
0359748222 RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão maior de tamanho de lote do medicamento
---
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.
DORIL ENXAQUECA 25351555217201222
0408241229 RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudanças maiores de métodos analíticos
MIGRAINEX 25351812643201615
0549265223 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 0408241229 - 25351555217201222)

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A
GILENYA 25351190569201016
0479508223 RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão de local de fabricação de medicamento de liberação convencional
0479553229 RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão maior do processo de produção do medicamento
---
FARMARIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
EVOZAR 25351720578201783
0477584228 RDC 73/2016 - SIMILAR - Inclusão maior de tamanho de lote do medicamento
0477662223 RDC 73/2016 - SIMILAR - Alteração maior do processo de produção do medicamento
0479215227 RDC 73/2016 - SIMILAR - Inclusão maior de equipamento

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.100, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - 33.781.055/0001-35
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA HABILITADA: SEFAR - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
EXPEDIENTE: 4337809/22-8 de 06/06/2022
HABILITAÇÃO DE CENTRO DE EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O ESCOPO:
Ensaios físico-químicos de formas farmacêuticas: SÓLIDAS, SEMI-SÓLIDAS, LÍQUIDAS.
Endereço: Av. Brasil, nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro-RJ CEP 21040-360
VALIDADE: 26/12/2024

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA HABILITADA: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A
EXPEDIENTE: 4339070/22-0 de 24/06/2022
HABILITAÇÃO DE CENTRO DE EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O ESCOPO:
Ensaios físico-químicos de formas farmacêuticas: SÓLIDAS, SEMI-SÓLIDAS, LÍQUIDAS.
Endereço: VP 7 - D - Módulo - 11 - Quadra 13 - DAIA - Anápolis/GO - CEP 75.132-140
VALIDADE: 26/12/2024.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: Instituto de Ciências Farmacêuticas de Estudos e Pesquisas - 04.951.747/0001-86
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA HABILITADA: Instituto de Ciências Farmacêuticas de Estudos e Pesquisas
EXPEDIENTE: 4289774/22-9 de 13/06/2022
HABILITAÇÃO DE CENTRO DE EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O ESCOPO:
Ensaios físico-químicos de formas farmacêuticas: SÓLIDAS, SEMI-SÓLIDAS, LÍQUIDAS.
Endereço: Alameda Cel. Eugênio Jardim Q 260 Lt. 12 Nº 53 - Setor Marista, Goiânia-GO CEP 74.175-100
VALIDADE: 26/12/2024.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: INSTITUTO CLAUDIA MARQUES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA - 06.269.677/0001-06
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA HABILITADA: INSTITUTO CLAUDIA MARQUES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA
EXPEDIENTE: 2723142/22-1 de 13/05/2022
HABILITAÇÃO DE CENTRO DE EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O ESCOPO:
Ensaios físico-químicos de formas farmacêuticas: SÓLIDAS, SEMI-SÓLIDAS, LÍQUIDAS.
Endereço: Av. Cel. Armando Rubens Storino, 2850, área 04, Pouso Alegre/MG. CEP 37550-000
VALIDADE: 02/01/2025.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: EMS S/A - 57.507.378/0003-65
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA HABILITADA: EMS S/A
EXPEDIENTE: 4290542/22-1 de 13/06/2022
HABILITAÇÃO DE CENTRO DE EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O ESCOPO:
Ensaios físico-químicos de formas farmacêuticas: SÓLIDAS, SEMI-SÓLIDAS, LÍQUIDAS.
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, s/n, Km 08, Bloco I, II e V - Chácara Assay - Hortolândia/SP - CEP 13.186-901
VALIDADE: 02/01/2025.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.101, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar os registros por declaração de caducidade dos insumos farmacêuticos ativos sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 7º do art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 2º O cancelamento dos registros por declaração de caducidade abrange os registros dos produtos cuja revalidação não tenha sido solicitada no prazo referido no § 6º do artigo 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 3º Para os registros que não tiveram sua caducidade declarada anteriormente, esta resolução declara a caducidade e cancela o registro simultaneamente.

Art. 4º Este procedimento finaliza administrativamente os processos, para aqueles registros que não tiverem manifestação em contrário das empresas detentoras.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL - CNPJ
N° PROCESSO - EXPEDIENTE DO CANCELAMENTO
IFA - N° DO REGISTRO - VENCIMENTO DO REGISTRO

BR-MAC COM.IMPORTADORA DE MATERIAS PRIMAS QUIMICAS FARMACEUTICAS E EQUIP.LTDA - 08.102.987/0001-67
25351.715436/2011-93 - 5019291/22-4
NEVIRAPINA - 15748800030022 - 11/2022

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.102, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelos arts. 2º e 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA - CNPJ
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª

MARJAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - 60.726.692/0001-81
Dozemast 25351.162524/2017-06
1339526/22-2 10207 - ESPECÍFICO - Atualização de especificações e métodos analíticos

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.173, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
VENOXIDE 25351.558355/2022-58 12/2032
10485 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 4919680/22-4
(1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 000723/97-4 - 25000.000189/97-40)
1.0573.0038.001-0 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
DIOSMINA + HESPERIDINA
1.0573.0038.002-9 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
DIOSMINA + HESPERIDINA
1.0573.0038.003-7 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
DIOSMINA + HESPERIDINA
1.0573.0038.004-5 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 12
DIOSMINA + HESPERIDINA
1.0573.0038.005-3 24 Meses
900 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS PCTFE TRANS X 10
DIOSMINA + FLAVONÓIDES EXPRESSOS EM HESPERIDINA
1.0573.0038.006-1 24 Meses
900 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS PCTFE TRANS X 30
DIOSMINA + FLAVONÓIDES EXPRESSOS EM HESPERIDINA
trometamol cetorolaco
TOTTI SL 25351.579205/2022-88 12/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4952171/22-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 3607438/19-1 - 25351.747444/2019-71)
1.0573.0039.001-6 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 4
1.0573.0039.002-4 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 10
1.0573.0039.003-2 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 20
1.0573.0039.004-0 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 30

AIRELA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. 01858973000129
HEDERA HELIX L.
ABRYFLUI 25351.584849/2022-98 12/2032
10487 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 4961514/22-9
(11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) - 0581373/18-5 - 25351.409025/2018-53)
1.4493.0062.001-6 24 Meses
7 MG/ML CT FR VD AMB X 100 ML + CP MED
1.4493.0062.002-4 24 Meses
7 MG/ML CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.4493.0062.003-2 24 Meses
7 MG/ML CT FR PLAS AMB X 100 ML + CP MED
1.4493.0062.004-0 24 Meses
7 MG/ML CT FR PLAS AMB X 100 ML + SER DOS
Passiflora incarnata L.
AKALMESE 25351.662077/2021-51 09/2031
10761 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO CLONE 4418739/22-4
1.4493.0061.001-0 24 Meses
360 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.4493.0061.002-9 24 Meses
360 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.4493.0061.003-7 24 Meses
71,50 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + COP
1.4493.0061.004-5 24 Meses
360 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
Passiflora incarnata L.
DALAY 25351.695768/2015-64 11/2027
10639 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE FABRICANTE DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, QUANDO FOREM MANTIDAS AS ESPECIFICAÇÕES APROVADAS NO DOSSIÊ 4350172/22-9
1.4493.0057.001-9 24 Meses
360 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.4493.0057.002-7 24 Meses
360 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.4493.0057.003-5 24 Meses
71,50 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + COP
1.4493.0057.004-3 24 Meses
360 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20

APSEN FARMACEUTICA S/A 62462015000129
mirabegrona
MICPURE 25351.159536/2021-14 12/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 3347475/21-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 3108152/21-5 - 25351.037214/2021-15)
1.0118.0643.001-0 24 Meses
25 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.0118.0643.002-9 24 Meses
25 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30
1.0118.0643.003-7 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.0118.0643.004-5 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30

Arese Pharma Ltda 07670111000154
SENNA ALEXANDRINA MILL.
LACASS 25351.062609/2017-02 07/2029
1793 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL 4324689/22-3
1.5819.0003.001-5 24 Meses
66,66 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.5819.0003.002-3 24 Meses
66,66 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.5819.0003.003-1 24 Meses
66,66 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 14
1.5819.0003.004-1 24 Meses
66,66 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 400

DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 03978166000175
malato de sunitinibe
SUZOPA 25351.175161/2022-11 12/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1080059/22-0
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1213142/21-3 - 25351.258822/2021-61)
1.5143.0071.001-9 24 Meses
12,5 MG CAP DURA CT FR PLAS PEAD OPC X 28
1.5143.0071.002-7 24 Meses
12,5 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 28
1.5143.0071.003-5 24 Meses
25 MG CAP DURA CT FR PLAS PEAD OPC X 28
1.5143.0071.004-3 24 Meses
25 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 28
1.5143.0071.005-1 24 Meses
50 MG CAP DURA CT FR PLAS PEAD OPC X 28
1.5143.0071.006-1 24 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 28

HEEL DO BRASIL BIOMÉDICA LTDA 05994539000127
BERBERIS VULGARIS L. + BERBERIS VULGARIS L. + BERBERIS VULGARIS L. + BERBERIS VULGARIS L. + CITRULLUS COLOCYNTHIS + CITRULLUS COLOCYNTHIS + CITRULLUS COLOCYNTHIS + CITRULLUS COLOCYNTHIS + VERATRUM ALBUM + VERATRUM ALBUM + VERATRUM ALBUM + VERATRUM ALBUM
BERBERIS-HOMACCORD 25351.372883/2009-11 08/2025
11383 DINAMIZADO - INCLUSÃO DE NOVA POTÊNCIA 3241463/22-3
1.6198.0014.002-2 24 Meses
SOL ORAL CT FR VD AMB X 30 ML

INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 33258401000103
cloridrato de donepezila 25351.584850/2022-12 12/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 4961517/22-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 311749/11-9 - 25351.223523/2011-81)
1.0063.0277.001-6 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0063.0277.002-4 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 28
1.0063.0277.003-2 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0063.0277.004-0 36 Meses
5 MG COM REV CX BL AL AL X 200
1.0063.0277.005-9 36 Meses
5 MG COM REV CX BL AL AL X 250
1.0063.0277.006-7 36 Meses
5 MG COM REV CX BL AL AL X 500
1.0063.0277.007-5 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0063.0277.008-3 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0063.0277.009-1 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0063.0277.010-5 36 Meses
5 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 200
1.0063.0277.011-3 36 Meses
5 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 250
1.0063.0277.012-1 36 Meses
5 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 500
1.0063.0277.013-1 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0063.0277.014-8 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 28
1.0063.0277.015-6 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0063.0277.016-4 36 Meses
10 MG COM REV CX BL AL AL X 200
1.0063.0277.017-2 36 Meses
10 MG COM REV CX BL AL AL X 250
1.0063.0277.018-0 36 Meses
10 MG COM REV CX BL AL AL X 500
1.0063.0277.019-9 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0063.0277.020-2 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0063.0277.021-0 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0063.0277.022-9 36 Meses
10 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 200
1.0063.0277.023-7 36 Meses
10 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 250
1.0063.0277.024-5 36 Meses
10 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 500
hemitartarato de rivastigmina 25351.584851/2022-67 12/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 4961520/22-3
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0014211/14-5 - 25351.010327/2014-11)
1.0063.0278.001-1 24 Meses
1,5 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 14
1.0063.0278.002-1 24 Meses
1,5 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 28
1.0063.0278.003-8 24 Meses
1,5 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200
1.0063.0278.004-6 24 Meses
1,5 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.0063.0278.005-4 24 Meses
3 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 28
1.0063.0278.006-2 24 Meses
3 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 56

1.0063.0278.007-0 24 Meses
3 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200
1.0063.0278.008-9 24 Meses
3 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.0063.0278.009-7 24 Meses
4,5 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 28
1.0063.0278.010-0 24 Meses
4,5 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200
1.0063.0278.011-9 24 Meses
4,5 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.0063.0278.012-7 24 Meses
6 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 28
1.0063.0278.013-5 24 Meses
6 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200
1.0063.0278.014-3 24 Meses
6 MG CAP DURA OR CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.0063.0278.015-1 24 Meses
2 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 50 ML + SER DOS
1.0063.0278.016-1 24 Meses
2 MG/ML SOL OR CT 10 FR VD AMB X 50 ML + 10 SER DOS
1.0063.0278.017-8 24 Meses
2 MG/ML SOL OR CT 50 FR VD AMB X 50 ML + 50 SER DOS
1.0063.0278.018-6 24 Meses
2 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 120 ML + SER DOS
1.0063.0278.019-4 24 Meses
2 MG/ML SOL OR CT 10 FR VD AMB X 120 ML + 10 SER DOS
1.0063.0278.020-8 24 Meses
2 MG/ML SOL OR CT 50 FR VD AMB X 120 ML + 50 SER DOS

LABORATORIO CATARINENSE LTDA 84684620000187
GINKGO BILOBA L.
GINKGO CATARINENSE 25000.021396/98-73 04/2025
10626 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 3762705/21-8
1.0066.3371.002-9 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0066.3371.004-5 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
CETOPROFENO
Cetofenid 25351.492748/2022-91 12/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4892158/22-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 4627096/20-5 - 25351.759801/2020-88)
1.0370.0777.001-9 24 Meses
100 MG PO SOL INFUS IV CT FA VD AMB
1.0370.0777.002-7 24 Meses
100 MG PO SOL INFUS IV CT 5 FA VD AMB
1.0370.0777.003-5 24 Meses
100 MG PO SOL INFUS IV CT 25 FA VD AMB
1.0370.0777.004-3 24 Meses
100 MG PO SOL INFUS IV CT 50 FA VD AMB
1.0370.0777.005-1 24 Meses
100 MG PO SOL INFUS IV CT 100 FA VD AMB

LABORATÓRIOS SERVIER DO BRASIL LTDA 42374207000176
GLICLAZIDA
DIATARCOM MR 25351.591453/2022-05 12/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4972741/22-9
(1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO - 999028/41-0 - 25992.011749/73)
1.1278.0088.001-7 24 Meses
30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.1278.0088.002-5 24 Meses
30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.1278.0088.003-3 24 Meses
30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 15
1.1278.0088.004-1 24 Meses
60 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 15
1.1278.0088.005-1 24 Meses
60 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.1278.0088.006-8 24 Meses
60 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60

LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 05044984000126
DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL
MEGY 25351.240644/2015-74 07/2026
12142 INCLUSÃO DO COMPLEMENTO DE NOME 5002099/22-4
1.6773.0417.004-8 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.6773.0417.005-6 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.6773.0417.006-4 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90
1.6773.0417.007-2 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120

NATCOFARMA DO BRASIL LTDA 08157293000127
GEFITINIBe
PULGE 25351.591451/2022-16 12/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4972715/22-0
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1751743/20-5 - 25351.498718/2020-27)
1.8261.0015.001-2 36 Meses
250 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30

INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 33258401000103
risperidona 25351.599429/2022-14 12/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 4986772/22-5
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 084705/96-4 - 25000.033168/96-84)
1.0063.0279.001-7 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6
1.0063.0279.002-5 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0063.0279.003-3 24 Meses
3 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0063.0279.004-1 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0063.0279.005-1 24 Meses
1 MG COM REV CX BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.0063.0279.006-8 24 Meses
2 MG COM REV CX BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.0063.0279.007-6 24 Meses
3 MG COM REV CX BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.0063.0279.008-4 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0063.0279.009-2 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0063.0279.010-6 24 Meses
3 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0063.0279.011-4 24 Meses
1 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 30 ML + SER DOS
1.0063.0279.012-2 24 Meses
1 MG/ML SOL OR CX 10 FR VD AMB X 30 ML + 10 SER DOS
1.0063.0279.013-0 24 Meses
1 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0063.0279.014-9 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0063.0279.015-7 24 Meses
3 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0063.0279.016-5 24 Meses
1 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 60 ML + SER PLAS DOS

GERÊNCIA-GERAL DE PRODUTOS BIOLÓGICOS, RADIOFÁRMACOS, SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS, ÓRGÃOS E PROD DE TERAPIAS AVAN

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.128, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR 00402552000126
iobenguano (123 I)
GUAN-IPEN-123 25351.398604/2015-52 12/2032
10361 RADIOFÁRMACO - REGISTRO DE MEDICAMENTO RADIOFÁRMACO PRONTO PARA USO 542354/15-6
74 MBQ SOL INJ IV FA VD TRANS X ATÉ 0,3 ML
740 MBQ SOL INJ IV FA VD TRANS X ATÉ 2,5 ML
370 MBQ SOL INJ IV FA VD TRANS X ATÉ 1,3 ML
185 MBQ SOL INJ IV FA VD TRANS X ATÉ 0,7 ML
IODETO DE SÓDIO
IOD-IPEN-123 25351.398831/2015-40 12/2032
10361 RADIOFÁRMACO - REGISTRO DE MEDICAMENTO RADIOFÁRMACO PRONTO PARA USO 542313/15-9
37 MBQ SOL OR IA FA VD TRANS X ATÉ 1,0 ML
370 MBQ SOL OR IA FA VD TRANS X ATÉ 10 ML
185 MBQ SOL OR IA FA VD TRANS X ATÉ 5,0 ML
111 MBQ SOL OR IA FA VD TRANS X ATÉ 3,0 ML
740 MBQ SOL OR IA FA VD TRANS X ATÉ 20 ML

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 33781055000135
alfataliglicerase
BIO-MANGUINHOS ALFATALIGLICERASE 25351.743440/2013-42 08/2029
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 7643110/21-0
1.1063.0137.001-0 24 Meses
200 U PÓ LIOF INJ CT FA VD TRANS

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
ALFAEPOETINA
EPREX 25000.003911/88-34 12/2025
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 8449558/21-8
1.1236.3337.002-1 18 Meses
1000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 0,5 ML
1.1236.3337.003-8 18 Meses
2000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 0,5 ML
1.1236.3337.004-6 18 Meses
3000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 0,3 ML
1.1236.3337.005-4 18 Meses
4000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 0,4 ML
1.1236.3337.006-2 18 Meses
10000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 1,0 ML
1.1236.3337.021-6 18 Meses
4000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 0,4 ML + 1 DISPOSITIVO
1.1236.3337.027-5 18 Meses
10000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 1,0 ML + 1 DISPOSITIVO
1.1236.3337.028-3 18 Meses
40000 UI SOL INJ CT SER PREENCHIDA X 1,0 ML + 1 DISPOSITIVO

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. 33009945000123
TRASTUZUMABE ENTANSINA
KADCYLA 25351.005315/2013-83 01/2029
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1187699/22-9
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1187701/22-4
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1187703/22-1
11919 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 33. ALTERAÇÃO NO PROTOCOLO DE ESTABILIDADE PÓS-REGISTRO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 1187705/22-7
1.0100.0659.001-5 36 Meses
100 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS
1.0100.0659.002-3 36 Meses
160 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.129, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
ENOXAPARINA SÓDICA
HEPARINOX 25351.302028/2016-90 04/2029
11882 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 1. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 4397809/21-6
11895 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 9. ALTERAÇÃO NA ESCALA DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - MODERADA 4398094/21-5
1.0298.0508.001-9 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML
1.0298.0508.002-7 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML
1.0298.0508.003-5 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML
1.0298.0508.004-3 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
1.0298.0508.005-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML
1.0298.0508.006-1 24 Meses
120 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
1.0298.0508.007-8 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML
1.0298.0508.008-6 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.009-4 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.010-8 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.011-6 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.012-4 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.013-2 24 Meses
120 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.014-0 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.015-9 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML
1.0298.0508.016-7 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML
1.0298.0508.017-5 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML
1.0298.0508.018-3 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
1.0298.0508.019-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML
1.0298.0508.020-5 24 Meses
120 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
1.0298.0508.021-3 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML
1.0298.0508.022-1 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD RANS GRAD X 0,3 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.023-1 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.024-8 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.025-6 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.026-4 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.027-2 24 Meses
120 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.028-0 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.029-9 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML
1.0298.0508.030-2 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML
1.0298.0508.031-0 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML
1.0298.0508.032-9 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
1.0298.0508.033-7 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML
1.0298.0508.034-5 24 Meses
120 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML
1.0298.0508.035-3 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML
1.0298.0508.036-1 24 Meses
30 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,3 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.037-1 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.038-8 24 Meses
60 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,6 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.039-6 24 Meses
80 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.040-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.041-8 24 Meses
120 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.042-6 24 Meses
150 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 1 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.043-4 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML
1.0298.0508.044-2 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.045-0 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML
1.0298.0508.046-9 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.047-7 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML
1.0298.0508.048-5 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 10 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.049-3 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 6 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA
1.0298.0508.050-7 24 Meses
20 MG SOL INJ CT 6 SER PREENC VD TRANS GRAD X 0,2 ML + SIST SEGURANÇA

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Toxóide pertussis + Hemaglutinina Filamentosa + Pertactina
REFORTRIX 25351.025286/00-97 04/2026
11891 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 7. ALTERAÇÃO DE PROCESSO DE FERMENTAÇÃO OU PROPAGAÇÃO VIRAL OU CELULAR, FRACIONAMENTO OU EXTRAÇÃO - MODERADA 4517474/22-1
1.0107.0161.001-0 48 Meses
SUS INJ CT SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML
1.0107.0161.003-7 48 Meses
SUS INJ CT 10 FA VD TRANS X 0,5 ML

HORIZON THERAPEUTICS BRASIL LTDA. 41590794000178
INEBILIZUMABE
Uplizna 25351.049179/2022-68 12/2032
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 4221664/22-8
1.5428.0001.001-1 36 Meses
10 MG/ML SOL DIL INFUS CT 3 FA VD TRANS X 10ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.130, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas sob os números de expedientes constantes no anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL ASSUNTO DA PETIÇÃO
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO DESISTIDA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 11972 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 79. Alteração de eficácia e segurança de biossimilar com base em extrapolação dos dados do produto comparador ou de referência
25351.731207/2020-22 4920056/22-2
4604875/22-8

OCTAPHARMA BRASIL LTDA 11921 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 35. Alteração dos centros de coleta de plasma humano - Moderada
25000.003546/95-60 4948073/22-9
4916936/22-0

OCTAPHARMA BRASIL LTDA 11921 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 35. Alteração dos centros de coleta de plasma humano - Moderada
25000.007255/96-40 4948544/22-1
4916934/22-3

OCTAPHARMA BRASIL LTDA 11921 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 35. Alteração dos centros de coleta de plasma humano - Moderada
25000.016932/95-76 4948645/22-2
4916932/22-7

OCTAPHARMA BRASIL LTDA 11921 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 35. Alteração dos centros de coleta de plasma humano - Moderada
25351.029896/00-60 4948571/22-9
4916958/22-1

OCTAPHARMA BRASIL LTDA 11921 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 35. Alteração dos centros de coleta de plasma humano - Moderada
25351.042119/2003-51 4948025/22-4
4862413/22-6

NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 1532 - PRODUTO BIOLÓGICO - Alteração de Posologia
25000.001529/90-65 4964205/22-3
2653037/20-6

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 11339 - ADITAMENTO - Cumprimento do Termo de Compromisso
25351.993005/2021-53 4975352/22-2
4968591/22-5

OCTAPHARMA BRASIL LTDA 11921 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 35. Alteração dos centros de coleta de plasma humano - Moderada
25351.077310/2017-05 4991798/22-1
4951734/22-1

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. 11973 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 80. Exclusão ou alteração de informações de segurança
25351.150453/2021-60 4994285/22-5
4726898/21-1

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. 11973 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 80. Exclusão ou alteração de informações de segurança
25351.150453/2021-60 4994294/22-4
0406809/22-2

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. 11973 - PRODUTOS BIOLÓGICOS - 80. Exclusão ou alteração de informações de segurança
25351.150453/2021-60 4994299/22-6
1435211/22-7

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.131, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: LUCKY STRIKE FRESH DOUBLE ICE (cigarro com filtro) - embalagem primária box e embalagem secundária pacote para 2 e 4 embalagens primárias box.
Processo: 25351.442274/2022-37
Expediente: 4812768/22-0
Assunto: 6001 -Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
Marca: LUCKY STRIKE FRESH CITRIC BLAST (cigarro com filtro) - embalagem primária box e embalagem secundária pacote para 2 e 4 embalagens primárias box.
Processo: 25351.442284/2022-72
Expediente: 4812806/22-6
Assunto: 6001 -Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
Marca: DUNHILL TOBACCO OF LONDON LTD CARLTON MASTER BLEND DTOLL (cigarro com filtro) - embalagem BOX.
Processo: 25351.894447/2020-37
Expediente: 4684480/22-5
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
Marca: LUCKY STRIKE ORIGINAL RED LUCKIES SINCE 1871 (cigarro com filtro) - embalagem MAÇO.
Processo: 25351.959137/2020-75
Expediente: 4744773/22-7
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 04.041.933/0001-88
Marca: CHESTERFIELD SILVER KS (cigarro com filtro) - embalagens primárias MAÇO e BOX; e embalagem secundária caixa para 4 embalagens primárias box.
Processo: 25351.157035/2019-89
Expediente: 4226674/22-2
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
Marca: MARLBORO ICE BURST MENTHOL KS (cigarro com filtro) - embalagens primárias maço e box; e embalagem secundária caixa para 4 embalagens primárias box.
Processo: 25351.347618/2020-33
Expediente: 2708186/22-9
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: MARLBORO SILVER BLUE KS (cigarro com filtro) - embalagem BOX.
Processo: 25351.329841/2019-65
Expediente: 4645558/22-2
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
Marca: L&M FIRST CUT (BLUE) (cigarro com filtro) - embalagem BOX e embalagem secundária caixa para 4 embalagens primárias box.
Processo: 25351.809580/2021-87
Expediente: 4784111/22-7
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais
Marca: L&M FIRST CUT (RED) (cigarro com filtro) - embalagem BOX e embalagem secundária caixa para 4 embalagens primárias box.
Processo: 25351.809575/2021-74
Expediente: 4784709/22-3
Assunto: 6003 -Renovação de Registro de Produto Fumígeno -Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.132, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo.

Art. 2º A empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

XERIFE PALHEIROS LTDA
CNPJ: 22.492.064/0001-90
Marca: PALHEIROS XERIFE (cigarro de palha)
Processo: 25351.684517/2021-21
Expediente: 4772381/22-5
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Diário Oficial da União n° 227, de 5 de dezembro de 2022, Seção 1, pág. 103,

Onde se lê:

"RESOLUÇÃO-RE Nº 3.989, DE 2 DE NOVMEBRO DE 2022"

Leia-se:

"RESOLUÇÃO-RE Nº 3.989, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022"

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro e por consequente, cancelar o Registro dos Produtos para Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

SANDRO MARTINS DOLGHI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

APSEN FARMACEUTICA S/A / 62.462.015/0001-29
ORTHOVISC*
25351.598369/2022-12 / 81664470001
80062 - MATERIAL - Transferência de titularidade de registro de material implantável em ortopedia / 4985401226

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Autentica Medical Importação Comercio e Serviços LTDA-ME / 18.192.496/0001-08
CATETER PARA DRENAGEM VENTRICULAR EXTERNA IMPREGNADO COM PRATA
25351.559782/2022-53 / 81000030128
80061 - MATERIAL - Transferência de titularidade de registro de material de uso em saúde / 4921500223
SONDAS PARA MONITORAMENTO DA PRESSAO INTRACRANIANA
25351.558874/2022-16 / 81000030124
80061 - MATERIAL - Transferência de titularidade de registro de material de uso em saúde / 4920534221
SONDA PARA MONITORAMENTO DA PRESSAO INTRA-CRANIANA INTRAPARENQUIMATOSA COM FIXACAO ATRAVES DE SUTURA
25351.559247/2022-01 / 81000030126
80061 - MATERIAL - Transferência de titularidade de registro de material de uso em saúde / 4920921225
SONDA PARA MONITORAMENTO DA PRESSAO INTRA-CRANIANA INTRAPARENQUIMATOSA COM FIXACAO ATRAVES DOS SISTEMA DE BOLT (PARAFUSAVEL)
25351.558564/2022-00 / 81000030123
80061 - MATERIAL - Transferência de titularidade de registro de material de uso em saúde / 4920202229

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
ORTHOVISC*
25351.843618/2008-46 / 80145901240
80084 - MATERIAL - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 4930744229

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A / 31.673.254/0001-02
CATETER PARA DRENAGEM VENTRICULAR EXTERNA IMPREGNADO COM PRATA
25351.181142/2010-51 / 80136990684
80084 - MATERIAL - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 4893688227
SONDAS PARA MONITORAMENTO DA PRESSAO INTRACRANIANA
25351.011769/2006-06 / 80136990507
80084 - MATERIAL - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 4901228226
SONDA PARA MONITORAMENTO DA PRESSAO INTRA-CRANIANA INTRAPARENQUIMATOSA COM FIXACAO ATRAVES DE SUTURA
25351.375465/2006-66 / 80136990563
80084 - MATERIAL - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 4901246224
SONDA PARA MONITORAMENTO DA PRESSAO INTRA-CRANIANA INTRAPARENQUIMATOSA COM FIXACAO ATRAVES DOS SISTEMA DE BOLT (PARAFUSAVEL)
25351.375433/2006-61 / 80136990562
80084 - MATERIAL - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 4901277227

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ZIMMER BIOMET BRASIL LTDA / 02.913.684/0001-48
RegenerOss
25351.619001/2020-25 / 80044680503
80084 - MATERIAL - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 4700713224

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ZIMVIE BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 08.954.683/0001-28
RegenerOss
25351.418661/2022-52 / 80444810099
80062 - MATERIAL - Transferência de titularidade de registro de material implantável em ortopedia / 4770367228

_____

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Nº de Processos : 12

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Total de Empresas : 6

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.146, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo, em atendimento à decisão da ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO MARTINS DOLGHI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

RADIOMED COMERCIO E IMPORTACAO LTDA / 71.785.687/0001-66
VELVET
25351.218411/2021-33 / 10378640018
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3460903212

Nº de Processos : 1

Total de Empresas : 1

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.147, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento dos produtos para a saúde, sob os números de registro constantes do anexo desta Resolução, considerando o cancelamento da Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO MARTINS DOLGHI

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nome Comercial	Nº do Registro
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351116050201361	KIT INSTRUMENTAL TRANSBUCAL MODUS ARTICULADO	80681950002
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351380754201794	Instrumentais para Cirurgia Crâniomaxilofacial - Modus	80681950041
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351446740201556	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO CORTANTE EM LIGA DE TITÂNIO - JRI	80681950017
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351446780201523	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO ARTICULADO CORTANTE EM AÇO INOXIDÁVEL - JRI	80681950018
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351485076201577	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO ESTÉRIL DE AÇO INOX - JRI	80681950014
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351560353201291	Kit instrumental transbucal MODUS	80681950003
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351661527201536	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTE EM RADEL - JRI	80681950029
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351661539201512	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTE EM AÇO INOXIDÁVEL - JRI	80681950025
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351661556201562	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO CORTANTE EM AÇO INOXIDÁVEL - JRI	80681950019
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351661615201563	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO ARTICULADO NÃO CORTANTE EM AÇO INOXIDÁVEL - JRI	80681950026
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351661620201557	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTE EM LIGA DE TITÂNIO - JRI	80681950022
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351906569201624	INSTRUMENTAL CIRURGICO NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTE EM ACETAL - JRI	80681950032
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351154581201705	ENDOSCOPIOS RÍGIDOS JOIMAX	80681950038
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351719402201357	KIT INSTRUMENTAL ARTICULADO PARA CIRURGIA ORTHOGNATHICS MODUS	80681950004
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351719455201323	KIT INSTRUMENTAL NÃO-ARTICULADO PARA CIRURGIA ORTHOGNATHICS MODUS	80681950005
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351906747201651	CONJUNTO DE INSTRUMENTAIS PARA IMPACTAÇÃO - JRI	80681950033
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351560374201254	Kit Instrumental para cirurgia crâniomaxilofacial Modus	80681950001
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351320189201551	CABEÇA DE SUBSTITUIÇÃO DA SUPERFÍCIE UMERAL - VAIOS	80681950024
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351049283201603	Sistema de Hemiartroplastia de Quadril Não Cimentado Furlong®	80681950035
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351119205201555	Sistema Modular de Ombro Não Cimentado - VAIOS	80681950013
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351169859201568	SISTEMA MODULAR DE OMBRO CIMENTADO - VAIOS	80681950015
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351188950201510	SISTEMA MODULAR DE OMBRO REVERSO VAIOS	80681950012
07758988000100	INCORP TECHNOLOGY IMPLANTES CIRURGICOS LTDA - ME	25351223287201753	TUBO DESCARTÁVEL VERSICON	80681959001

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.148, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO MARTINS DOLGHI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABIMADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 07.607.291/0001-20
kit discografia digital
25351.473980/2022-21 / 80525329014
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4868386228

ACCUMED PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA / 06.105.362/0001-23
Termômetro Clínico Digital G-Tech
25351.557021/2022-67 / 80275319022
8024 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4916822223

ALPHALIFE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA. / 12.456.120/0001-87
tubo de aspiraÇÃO PARA CIRURGIA ENDOSCOPICA NASAL
25351.611635/2022-00 / 80926159025

8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5008555227

ARTHREX DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA / 18.272.616/0001-87
Sistema de entrega de enxerto Arthrex
25351.607395/2022-31 / 80978569008
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5000690228
Sistema de entrega de enxerto para quadril Arthrex
25351.607409/2022-16 / 80978569009
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5000712222

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
Sistema de Endoscopia EleVision/TipVision
25351.588015/2022-51 / 10349009037
8024 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4967192228

BAXTER HOSPITALAR LTDA / 49.351.786/0001-80
RScribe
25351.563350/2022-47 / 80145240454
80272 - EQUIPAMENTO - Notificação de Software Médico Classe I ou II / 4927823221

BECKMAN COULTER DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA / 42.160.812/0001-44
Família de Reagente e Calibradores Emit® 2000 Vancomycin
25351.576794/2022-42 / 10033121040
8437 - IVD - Notificação de produtos importados em família Classe II / 4948441229

BIOTTXX PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 38.194.076/0001-78
TOUCA CIRURGICA DESCARTÁVEL
25351.617799/2022-32 / 82425920003
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5018724224

BRAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A. / 17.106.938/0001-93
obturador provisório
25351.607664/2022-69 / 80929719007
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5001266225
clareadores de consultório
25351.607640/2022-18 / 80929710029
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5001170227

BRUNO PIRES BORGES SANTANA ME / 20.420.407/0001-85
CATETER URETERAL DUPLO J HIDROFÍLICO
25351.615170/2022-58 / 81280319002
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5013524224

CENTRO AUDITIVO TELEX LTDA / 33.060.302/0001-04
Familia de aparelho auditivo intraauricular Hearlink
25351.538291/2022-79 / 10356029025
8024 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4905069229

CIRURGICA FERNANDES - COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES - SOCIEDADE LIMITADA / 61.418.042/0001-31
Seringa Enteral Enfit Safer
25351.615176/2022-25 / 10150479134
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5013542222

DESCARTEE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS DESCATÁVEIS LTDA / 07.318.036/0001-67
CONJUNTO BLUSA TIPO BATA E CALÇA
25351.628513/2022-44 / 80441390034
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5035979227

Dortler do Brasil produtos ortopédicos ltda / 07.913.533/0001-03
estabilizador de tornozelo e estabilizador de tornozelo tipo cast
25351.617803/2022-62 / 80391610026
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5018733223
cinta elástica com 5 painéis
25351.617805/2022-51 / 80391610027
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5018759227

ENGEORTHO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA / 36.006.124/0001-21
LÂMINA DEBRIDADORA NASOBLADE
25351.613107/2022-87 / 82075159006
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5010444226

FIRST MEDICAL SERVICE LTDA / 02.629.588/0001-72
VIDEOLARINGOSCOPIO - MBC
25351.492812/2022-34 / 81245769001
8024 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4892409221

GENEABILITY PRODUTOS MEDICOS LTDA / 38.245.743/0001-02
SelectNAplus
25351.581846/2022-01 / 82213470004
80197 - IVD - Notificação de produto Classe I / 4956101224

HIGIE PLUS COTTONBABY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 95.837.316/0001-49
CURATIVOS SIDNEY OLIVEIRA
25351.629854/2022-37 / 80613650014
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5038966221

IANA CARLA DE SOUSA PEREZ / 21.083.867/0001-28
Dispositivo de lavagem nasal
25351.621959/2022-48 / 82375140010
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5027151222

INNOVA TECHNIK IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 06.266.318/0001-03
Endoscópios Semi-Flex para Urologia
25351.596665/2022-71 / 80351909005
8024 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4981840226

JJGC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DENTÁRIOS S.A. / 00.489.050/0001-84
Transfer para Moldeira Fechada
25351.607667/2022-01 / 10344429040
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5001275224
Instrumentais para Orientação em Cirurgias Odontológicas
25351.621958/2022-01 / 10344420427
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5027148222

JRA IMPLANTS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 32.270.160/0001-47
pragma tool retrograde reamear
25351.613099/2022-79 / 81990899006
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5010420229

Klíneamed - produtos médico-hospitalares ltda / 73.736.811/0001-29
KIT CIRÚRGICO UNIVERSAL BÁSICO IV
25351.629855/2022-81 / 80662990027
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5038969226

LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA / 63.067.904/0001-54
TaqPath Respiratory Viral Select Panel
25351.584931/2022-12 / 10358940130
80133 - IVD - Notificação de produto Classe II / 4961867229

LILLO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS INFANTIS LTDA / 08.895.390/0001-17
ASPIRADOR NASAL DE SUCÇÃO LILLO
25351.617801/2022-73 / 80421900007
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5018730229
SERINGA DE LAVAGEM NASAL LILLO
25351.621953/2022-71 / 80421900008
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5027133224

Linet do Brasil Comércio, Importação e Exportação de Produtos Medicos Hospitalares Ltda. / 16.861.009/0001-27
Maca de Emergência
25351.599468/2022-11 / 81298770028
80195 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 4986914221

L&S IMPORT PRODUTOS DE PIGMENTACAO LTDA / 39.938.375/0001-32
Cartucho para Agulhas de Tatuagem - DKLAB
25351.447154/2022-26 / 82513019001
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4821413222

LUPE INDUSTRIA TECNOLOGICA DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA EPP / 08.614.304/0001-50
PROCESSADOR DE TECIDOS
25351.576791/2022-17 / 81585500013
80197 - IVD - Notificação de produto Classe I / 4948432220
MICRÓTOMO CRIOSTATO
25351.576792/2022-53 / 81585500014
80197 - IVD - Notificação de produto Classe I / 4948435224

LYSANDA PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA. / 60.397.965/0001-91
Ceras Ortodôntica
25351.619665/2022-56 / 10052220062
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022677221

M 30 MEDICAL DEVICES LTDA / 41.167.350/0001-24
Cabo Descartável para pinça bipolar Macom
25351.602000/2022-11 / 82549190001
80195 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 4991367221

MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA / 09.117.476/0001-81
ADENOVIRUS ELITe MGB® Kit
25351.583258/2022-01 / 80686360355
8437 - IVD - Notificação de produtos importados em família Classe II / 4959402228

MARDEN MEDICAL LTDA / 40.220.751/0001-38
Kit Canulado Suture Max
25351.613100/2022-65 / 82209529143
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5010423223
Kit Cânula Carpus Full Marden
25351.613104/2022-43 / 82209529144
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5010435227

MAXICOR PRODUTOS MEDICOS LTDA / 84.966.498/0001-31
ELETRODO DESCARTÁVEL GEL SÓLIDO MAXICOR
25351.619656/2022-65 / 10299800053
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022633229

MEDIX BRASIL INDUSTRIA DE DESCARTÁVEIS HOSPITALARES LTDA - EIRELI / 37.820.994/0001-00
medix brasil avental cirúrgico básico
25351.615160/2022-12 / 82443150008
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5013478227
Medix brasil propé descartável
25351.615161/2022-67 / 82443150009
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5013481227

MEDIX BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES ODONTOLÓGICOS LTDA / 10.268.780/0001-09
MEDIX BRASIL TAMPA VEDANTE
25351.628516/2022-88 / 80495510178
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5035988226

MEDK INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI / 13.236.116/0001-76
FAIXA DE SMARCH MEDK
25351.634380/2022-45 / 80762200015
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5046512221

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 05.343.029/0001-90
SONDA FOLEY MEDLEVENSOHN
25351.615168/2022-89 / 80560319019
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5013518220
TORNEIRA DE 3 VIAS MEDLEVENSOHN
25351.613101/2022-18 / 80560319018
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5010426228

MEDSAFE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME / 11.796.507/0001-10
BARRA DE RESISTÊNCIA E TORÇÃO LATEX FREE MEDSAFE FULFLEX
25351.619660/2022-23 / 81901670008
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022646221
FAIXA ELASTICA DE EXERCICIOS LATEX FREE MEDSAFE FULFLEX
25351.619664/2022-10 / 81901670010
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022653223
BOLA DE MASSAGEM LACROSSE SPIKE LATEX FREE MEDSAFE FULFLEX
25351.619661/2022-78 / 81901670009
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022649225
HAND GRIP ANEL DE BORRACHA LATEX FREE MEDSAFE FULFLEX
25351.619658/2022-54 / 81901670007
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022640221

MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 03.580.620/0001-35
Scaling, Perio, Restoration, Endo
25351.604800/2022-69 / 80047309195
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4997740227

MERIT MEDICAL COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 13.200.579/0001-88

Dispositivo de compressão Radial PreludeSYNC EZ
25351.611446/2022-29 / 80740950167
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5008172221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MINDRAY DO BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. / 09.058.456/0001-87
Solução de limpeza
25351.578842/2022-37 / 80943610164
80197 - IVD - Notificação de produto Classe I / 4951571223
Solução de limpeza
25351.578825/2022-08 / 80943610163
80197 - IVD - Notificação de produto Classe I / 4951565229
Solução de limpeza
25351.579237/2022-83 / 80943610166
80197 - IVD - Notificação de produto Classe I / 4952314227
Diluente de urina
25351.578816/2022-17 / 80943610162
80197 - IVD - Notificação de produto Classe I / 4951562224
Frasco de reagentes ISE (método seletivo de íons)
25351.578876/2022-21 / 80943610165
8437 - IVD - Notificação de produtos importados em família Classe II / 4951624228

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MIT MEDICAL INDUSTRY TECHNOLOGY LTDA - ME / 10.795.989/0001-20
AVENTAL CIRURGICO DESCARTAVEL
25351.621952/2022-26 / 80835370040
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5027130220

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MOBILITY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE CADEIRAS DE RODAS LTDA. - EPP / 13.827.655/0001-80
CADEIRAS DE RODAS MOTORIZADAS
25351.596662/2022-37 / 81147480005
80195 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 4981789222

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MR SAÚDE LTDA / 26.386.899/0001-16
Lanceta Neonatal
25351.607668/2022-47 / 82533959015
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5001278229

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MULTILASER INDUSTRIAL S.A. / 59.717.553/0001-02
PROTETOR OCULAR MULTI SAÚDE
25351.628515/2022-33 / 81596320081
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5035985221
Esparadrapos Multi Saúde
25351.628514/2022-99 / 81596320080
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5035982227

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NC PRODUTOS DESCARTÁVEIS EIRELI / 32.708.140/0001-05
Avental descartável
25351.619659/2022-07 / 82429560002
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022643226

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NEVE PREMIUM INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA / 33.839.828/0001-97
LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO EM LATEX COM PÓ - NEVE
25351.621955/2022-60 / 81855830065
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5027139223

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Nexxmed Equipamentos Ltda / 09.135.326/0001-09
Matriz de Posicionamento Radiopaco Wippe
25351.617800/2022-29 / 80743230083
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5018727229

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

nk tech industria e comercio de artefatos de inox ltda me / 07.390.159/0001-09
Cadeira para Higienização - NK Tech
25351.594217/2022-32 / 82452330002
80195 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 4977662222

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

NOSSA MEDICAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 40.937.745/0001-04
Instrumentais Cirúrgicos Articulados Baholzer
25351.621954/2022-15 / 82221740003
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5027136229

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

OFTALMED DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA / 05.336.975/0001-09
Bisturi Microcirúrgico Optima Sharp
25351.607669/2022-91 / 80243669003
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5001281229

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

OG MED COMERCIAL LTDA / 43.465.266/0001-12
Máscara cirúrgica descartável branca com filtro
25351.628519/2022-11 / 82454770002
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5035997225

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR S.A. / 03.033.589/0001-12
TORNEIRA 3 VIAS DESCARTAVEL - GLOMED
25351.621951/2022-81 / 80273450049
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5027127220
CATETER INTRAVENOSO - GLOMED
25351.613106/2022-32 / 80273459009
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5010441221
CATETER INTRAVENOSO com sistema de segurança retrátil - GLOMED
25351.613103/2022-07 / 80273459008
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5010432222

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

OSSTEM IMPLANT BRASIL LTDA / 32.356.774/0001-46
Câmera Intraoral SNAP Wired
25351.599467/2022-69 / 82285310037
80195 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 4986911226

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

PANTHER HEALTHCARE BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP / 15.707.603/0001-03
INSTRUMENTO PARA RETIRADA DE ESPÉCIME
25351.607666/2022-58 / 80940409005
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5001272220

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

PASSROD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME / 26.185.222/0001-10
LFA Cube Reader sona
25351.583246/2022-79 / 81504790336
80133 - IVD - Notificação de produto Classe II / 4959331225
Grampeadores de Circuncisao Descartaveis
25351.613105/2022-98 / 81504799075
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5010438221
IMITOWOUND
25351.580008/2022-10 / 81504790335
80272 - EQUIPAMENTO - Notificação de Software Médico Classe I ou II / 4953631221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

PHS DO BRASIL LTDA / 17.910.389/0001-05
POTENZA ATTACCO CONDICIONADOR ÁCIDO 37%
25351.613102/2022-54 / 81199279036
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5010429222

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

programa nacional de controle de qualidade ltda / 73.302.879/0001-08
Controle Interno de Microalbuminúria
25351.584935/2022-09 / 80155020028
8435 - IVD - Notificação de produtos nacionais em família Classe II / 4961879222

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

QIAGEN BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA. / 01.334.250/0001-20
PAXgene Blood RNA Kit
25351.581845/2022-58 / 10322250115
80197 - IVD - Notificação de produto Classe I / 4956098221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

QLS - QUALITY LIFE SCIENCES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 37.182.605/0001-50
KIT CIRÚRGICO CESÁREA
25351.619655/2022-11 / 82036520008
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022630224
KIT CIRÚRGICO PARTO NORMAL / LITOTOMIA
25351.619657/2022-18 / 82036520009
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022637221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

QUIBASA QUÍMICA BÁSICA LTDA / 19.400.787/0001-07
FAMÍLIA ANTI ESTREPTOLISINA O
25351.576793/2022-06 / 10269360374
8435 - IVD - Notificação de produtos nacionais em família Classe II / 4948438229

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME / 07.489.080/0001-30
Instrumentais ALSL Razek
25351.613067/2022-73 / 80356130209
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5010327220

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

rbtg brasil equipamentos médicos hospitalares ltda / 18.949.207/0001-72
CÂNULA ENDOTRAQUEAL RBTG
25351.607665/2022-11 / 81086979024
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 5001269220

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
VENTANA DP 200 slide scanner
25351.574628/2022-10 / 10287411647
80197 - IVD - Notificação de produto Classe I / 4946065220

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

R3A MEDICAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 14.697.578/0001-53
Cânula para Rizotomia R3A
25351.579234/2022-40 / 80989259039
8024 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4952305228

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

SANOVIE INTERNATIONAL TRADE EIRELI - EPP / 07.167.191/0001-20
NEOSHADES HEADSTRAP
25351.621956/2022-12 / 80301130088
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5027142223

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

STELVIO COMERCIO IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 37.763.842/0001-05
O2COMFORT
25351.596661/2022-92 / 82233820001
80195 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 4981786228

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

SULMEDICAL ENGENHARIA E INDUSTRIA LTDA / 42.775.936/0001-34
compressor torácico sulmedical
25351.613071/2022-31 / 82421460002
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5010339223

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VARIFEST COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP / 15.684.857/0001-45
Kit Ventosas VE
25351.619666/2022-09 / 81569120023
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5022680221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VIVA SAUDE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 03.807.033/0001-36
ESPUMA PARA LIMPEZA DE ALINHADORES ORTODONTICOS - WHITE ALIGN
25351.617807/2022-41 / 82381420001
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5018763225

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Allplex Bacterial Vaginosis plus Assay
25351.584932/2022-67 / 80102512926
80133 - IVD - Notificação de produto Classe II / 4961870229
Instrumentos odontológicos Noris Medical
25351.613070/2022-97 / 80102512920
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5010336229

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Whiteness do Brasil Industria Ltda / 32.256.235/0001-35
Whiteness HP AutoMixx 6%
25351.613072/2022-86 / 81867260017
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5010342223

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

3P MEDICAL LTDA - ME / 26.397.154/0001-52
ASPIRADOR CIRURGICO PF 3P MEDICAL
25351.615162/2022-10 / 81659440043
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5013484221

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

3SHAPE DO BRASIL SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA SAUDE LTDA / 22.894.874/0001-72
SOFTWARE 3SHAPE TRIOS PATIENT MONITORING
25351.553597/2022-55 / 81901710002
80272 - EQUIPAMENTO - Notificação de Software Médico Classe I ou II / 4910553221

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.149, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições de alteração de implementação imediata relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Parágrafo único. De acordo com o inciso III do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 340, de 6 de março de 2020, a sua implementação está autorizada em território nacional desde a protocolização de petição junto à ANVISA.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO MARTINS DOLGHI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA / 32.929.819/0001-24
NGENUITY Sistema de Visualização 3D
25351.636001/2020-90 / 81869420097
80224 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe I - Implementação imediata / 4964671221

ALIGN TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA / 04.799.405/0001-92
Contenção ortodôntica removível
25351.900128/2021-59 / 80194759003
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4892223224
Alinhadores Ortodônticos Removíveis
25351.140557/2018-61 / 80194750004
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4890253225
ALINHADORES DENTÁRIOS REMOVÍVEIS
25351.001240/2012-21 / 80194750002
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4890057225

AMED S/A / 10.403.238/0001-11
Compressa Campo Operatório Não Estéril com Elemento Radiopaco
25351.480203/2017-75 / 81481900002
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4917499221
Compressa Campo Operatório Não Estéril
25351.686969/2017-61 / 81481900007
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4917430224
Gaze em Rolo Hidrófila Não Estéril
25351.480170/2017-63 / 81481900004
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4917491226

ARTHREX DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA / 18.272.616/0001-87
Instrumentais Descartáveis Estéreis I Arthrex
25351.109311/2017-02 / 80978560061
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4929809227

CANADA CENTRAL DE NEGOCIOS DO BRASIL LTDA / 01.911.022/0001-76
Dispositivo Coletor e Compactador de Osso Autólogo Hensler
25351.651007/2021-78 / 80003899004
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4928393226

CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA / 46.563.938/0001-10
SOFTWARE DE PROCESSAMENTO DE IMAGENS
25351.652997/2014-46 / 10295030090
80271 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação de Software Médico classe I ou II - Implementação imediata - novas indicações e funcionalidades ou alteração da identidade visual do software / 4938974222

CEI COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA / 40.175.705/0001-64
PLEXYGON - ELETRONEUROESTIMULADOR
25351.924119/2020-72 / 10234400311
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 4962779221

CKTRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 07.491.529/0001-02
CANULA DE SUCÇÃO E IRRIGAÇÃO DESCARTÁVEL VICARE
25351.143675/2014-24 / 80493660022
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4907544226

CSB Confecções e comércio de produtos ortopédicos radiológicos e hospitalares ltda / 67.691.725/0001-44
POSICIONADOR PARA RADIOGRAFIA CONFORT ODONTO
25351.953814/2021-22 / 80967730036
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4903032229

Dental Morelli Ltda / 65.441.255/0001-35
AFASTADOR LABIAL
25351.585742/2011-03 / 10396830047
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4928395222
Moldeira
25351.377212/2006-27 / 10396830026
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4931426222

DESCARPACK DESCARTAVEIS DO BRASIL LTDA / 01.057.428/0001-33
Equipo Macrogotas para Infusão por Gravidade Descartável Descarpack
25351.868251/2021-78 / 10330669151
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4903008226

DIASORIN LTDA / 01.896.764/0001-70
LIAISON fPSA
25351.020202/01-09 / 10339840138
8011 - IVD - Alteração de registro - Implementação imediata - Fabricante legal do produto, sem alteração no processo fabril. / 5001304221
LIAISON PSA
25351.020198/01-25 / 10339840135
8011 - IVD - Alteração de registro - Implementação imediata - Fabricante legal do produto, sem alteração no processo fabril. / 5001306228
LIAISON fPSA
25351.020202/01-09 / 10339840138
8020 - IVD - Alteração de registro - Implementação imediata - Razão social da empresa estrangeira fabricante legal ou unidade fabril / 4733243223
LIAISON PSA
25351.020198/01-25 / 10339840135
8020 - IVD - Alteração de registro - Implementação imediata - Razão social da empresa estrangeira fabricante legal ou unidade fabril / 4733413224

EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA / 05.944.604/0001-00
Fogarty - Cateter de Embolectomia Arterial
25351.395019/2021-15 / 80219059004
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4931270227
CATETER FOGARTY PARA PROVAS BILIARES EDWARDS
25351.241910/2004-23 / 80219050005
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4931363221
Fogarty Fortis - Cateter de Embolectomia Arterial
25351.395020/2021-31 / 80219059005
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4931328222

ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA. / 54.858.014/0001-70
Actimove® TaloCast-Air
25351.144668/2015-55 / 10224000112
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4902139227
Actimove® Gilchrist
25351.144523/2015-38 / 10224000121
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4902089227

FUJIFILM DO BRASIL LTDA / 60.397.874/0001-56
Chassis Fujifilm
25351.078879/2014-43 / 80022060017
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4931353223

GREINER BIO-ONE BRASIL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 71.957.310/0001-47
BUTTERFLY VACUETTE
25351.175220/2002-15 / 10290310033
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4931084224

IBRAMED INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS - EIRELI / 00.133.418/0001-77
MODELLATA
25351.479146/2017-81 / 10360319011
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 4953721221

JOÃOMED COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS S/A / 78.742.491/0001-33
SONDA DE ASPIRAÇÃO SISTEMA FECHADO VITAL GOLD
25351.510958/2019-73 / 10296900167
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4929098223

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
IMPLANTES MAMÁRIOS DE GEL TEXTURIZADOS
25351.756845/2009-36 / 80145901324
80259 - MATERIAL - Alteração de registro - Implementação imediata - Exclusão de modelos, apresentações comerciais, componentes, acessórios; exclusão de indicação de uso; exclusão de método de esterilização / 5039021220

JP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 41.030.268/0001-53
LUPA DE MAGNIFICAÇÃO TTL
25351.322711/2022-05 / 82420410003
80224 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe I - Implementação imediata / 4973865228

KARL STORZ Marketing America do sul ltda. / 10.836.991/0001-09
ENDOSCÓPIO FLEXÍVEL KARL STORZ
25351.034641/2019-09 / 80753460082
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 4991659229
IMAGE1 S KARL STORZ
25351.435510/2016-07 / 80753460046
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 4991112221
Instrumental Cirúrgico KARL STORZ
25351.672300/2017-92 / 80753460076
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4919339222

KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 84.683.556/0001-10
OP3D Vision
25351.778376/2018-10 / 10064010265
80226 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Implementação imediata - Alteração do nome comercial e/ou denominação nome/código (part number) do modelo comercial, componente, parte ou acessório; ou da identidade visual do software / 5039497229

K.C.I. BRASIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA / 10.918.419/0001-80
ADAPTIC® MALHA NÃO ADERENTE
25351.509678/2016-08 / 80624960028
80257 - MATERIAL - Alteração de registro - Implementação imediata - Alteração/inclusão/exclusão de fabricante legal, sem alteração no processo fabril; e/ou exclusão de unidade fabril / 5027163226

LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A / 31.673.254/0001-02
Família de Instrumental Cirúrgico Cortante Articulado
25351.557772/2015-30 / 80136990847
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4927417221
Instrumentais em PEEK Aesculap
25351.069947/2016-88 / 80136990854
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4919076228
Família de Instrumentais Cirúrgicos Não Cortantes Articulados
25351.557753/2015-25 / 80136990846
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4928032225
Instrumentais de Titânio Não Cortantes Articulados
25351.557047/2015-58 / 80136990842
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4919123223

LAS - LATIM AMERICAN SOLUTIONS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. / 09.183.319/0001-74
Conjunto de instrumental percutâneo QuickDraw
25351.246644/2019-10 / 80517190020
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4911601221

Made in Italy Imp Com e Representação Ltda / 01.204.515/0001-76
DUE MORANGO
25351.702433/2017-09 / 10339360019
80259 - MATERIAL - Alteração de registro - Implementação imediata - Exclusão de modelos, apresentações comerciais, componentes, acessórios; exclusão de indicação de uso; exclusão de método de esterilização / 5022114221
DUE THE KING
25351.703443/2017-53 / 10339360018
80259 - MATERIAL - Alteração de registro - Implementação imediata - Exclusão de modelos, apresentações comerciais, componentes, acessórios; exclusão de indicação de uso; exclusão de método de esterilização / 5022070225
DUE LUBRIFICADO
25351.703396/2017-48 / 10339360023
80259 - MATERIAL - Alteração de registro - Implementação imediata - Exclusão de modelos, apresentações comerciais, componentes, acessórios; exclusão de indicação de uso; exclusão de método de esterilização / 5022241224
DUE FINÍSSIMO
25351.703428/2017-13 / 10339360020
80259 - MATERIAL - Alteração de registro - Implementação imediata - Exclusão de modelos, apresentações comerciais, componentes, acessórios; exclusão de indicação de uso; exclusão de método de esterilização / 5022195227

MEDIX BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES ODONTOLÓGICOS LTDA / 10.268.780/0001-09
MEDIX BRASIL CÂNULA DE GUEDEL
25351.255679/2022-37 / 80495519062
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4929659221

MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 03.580.620/0001-35
Pack de Vitrectomia EVA de Corte Bidimensional Entrada VGPC
25351.292468/2022-85 / 80047309188
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4923284223

NAVI NATURAL VISION PRODUTOS OPTICOS LTDA - EPP / 15.607.494/0001-44
Lentes de Contato Gelatinosas Cube-i 45
25351.696489/2014-05 / 80926290002
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4900905222
Lentes de Contato Gelatinosas Cube-i 38
25351.659379/2014-11 / 80926290003
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4900932220

Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda. / 22.966.065/0001-29
máscara de proteção pff2 nutriex
25351.267776/2021-91 / 82149310003
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4919872226
MÁSCARA DE PROTEÇÃO PFF2 COM ELÁSTICO DE CABEÇA NUTRIEX
25351.518002/2022-15 / 82149310004
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4919929223

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR S.A. / 03.033.589/0001-12
Equipo de nutrição enteral - GLOMED
25351.076686/2017-03 / 80273450015
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4923936228

OSSEA TECHNOLOGY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 03.951.240/0001-60
KIT INSTRUMENTAL PARA CIRURGIA DE COLUNA VIA ÂNTERO-LATERAL
25351.208463/2008-24 / 80078450012
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912715222
KIT INSTRUMENTAL PARA CAGE LOMBAR VIA POSTERIOR
25351.665939/2009-45 / 80078450020
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4916347227
Kit Instrumental para Cage Cervical
25351.074619/2008-67 / 80078450005
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912092221
Instrumentais Não Cortantes Não Articulados em Titânio para Cirurgias
25351.419689/2014-24 / 80078450034
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4917287225
INSTRUMENTAIS NÃO CORTANTES ARTICULADOS PARA CIRURGIAS
25351.420134/2014-41 / 80078450036
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4917374220
KIT INSTRUMENTAL PARA SISTEMA DE PARAFUSO PEDICULAR
25351.137810/2008-27 / 80078450006
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912373224
KIT INSTRUMENTAL PARA PLACA E PARAFUSO VIA ANTERIOR
25351.293554/2008-57 / 80078450010
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912501220
KIT INSTRUMENTAL PARA SISTEMA OCCIPTOCERVICAL VIA POSTERIOR
25351.546163/2008-41 / 80078450015
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912920221
Kit Instrumental para Cilindro Cervical
25351.208468/2008-57 / 80078450013
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912736225

OSTEOMED INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPLANTES LTDA ME / 00.638.390/0001-20
Sistema de Fixação Crânio-Maxilo-Facial
25351.192021/2018-21 / 80071910056
80258 - MATERIAL - Alteração de registro - Implementação imediata - Alteração apenas do nome comercial e/ou denominação nome/código do modelo comercial, componente de sistema, parte ou acessório do produto / 5022729227

PHBR MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 12.342.435/0001-01
Sonda Estimuladora Descartável Aleph Electrodes Innovation Line
25351.500248/2022-31 / 80786949007
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 4949454226

RADIOMED COMERCIO E IMPORTACAO LTDA / 71.785.687/0001-66
UP
25351.888991/2020-40 / 10378640017
80258 - MATERIAL - Alteração de registro - Implementação imediata - Alteração apenas do nome comercial e/ou denominação nome/código do modelo comercial, componente de sistema, parte ou acessório do produto / 5036022221

RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME / 07.489.080/0001-30
Kit Cânula de Endoscopia Multifuncional
25351.333385/2020-91 / 80356130204
80226 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Implementação imediata - Alteração do nome comercial e/ou denominação nome/código (part number) do modelo comercial, componente, parte ou acessório; ou da identidade visual do software / 4981801225

SALUTEM COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES EIRELI / 20.451.726/0002-39
CAMA HOSPITALAR SALUTEM
25351.603102/2019-41 / 81871110001
80224 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe I - Implementação imediata / 4950222221

SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 58.426.628/0001-33
CONECTOR VALVULADO SAMTRONIC
25351.536883/2017-99 / 10188530080
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4904722221

scholly latin america importacao e comercio ltda / 08.393.726/0001-43
Câmera para vídeo cirurgia
25351.740914/2020-18 / 80370820025
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 4989071229

SKINTEC COMERCIAL IMP. E EXP. LTDA / 01.915.618/0001-44
Gentle Pro Series
25351.178446/2015-13 / 10343650040
80225 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Implementação imediata - Alteração/inclusão/exclusão de fabricante legal, sem alteração no processo fabril; e/ou exclusão de unidade fabril / 5039804229

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
Broca descartável
25351.251254/2015-60 / 80005430386
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4908162224

SUPPORT IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO EIRELI / 00.541.397/0001-29
INSTRUMENTAL CIRÚRGICO TESOURA
25351.483122/2014-13 / 80646960016
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4923895227

VISAO.TEK FABRICACAO DE MATERIAIS PARA MEDICOS LTDA / 14.772.870/0001-93
Protetor Ocular Visão.Tek
25351.378464/2022-93 / 81121679002
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4923221225

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Cabos de adaptação para temperatura
25351.247134/2017-51 / 80102511817
80224 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe I - Implementação imediata / 4953955228
T-SPOT® TB
25351.382911/2018-22 / 80102512117
8011 - IVD - Alteração de registro - Implementação imediata - Fabricante legal do produto, sem alteração no processo fabril. / 4972955221
Mesa de Operação
25351.683751/2021-31 / 80102512678
80224 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe I - Implementação imediata / 4963012221

WELCH ALLYN DO BRASIL, COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA / 03.135.603/0001-99
MACROVIEW
25351.229021/2007-31 / 80011680025
80224 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe I - Implementação imediata / 4969174221
OFTALMOSCOPIO PANORAMICO PANOPTIC WELCH ALLYN
25351.348150/2007-27 / 80011689007
80224 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe I - Implementação imediata / 4969279228

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.150, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO MARTINS DOLGHI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
Sistema de Stent Auto Expansível Protégé Everflex 200mm
25351.848776/2021-97 / 10349001291
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0141267211

BIOMÉDICA EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA / 01.299.509/0001-40
Família Kit de Detecção por PCR em Tempo Real VIASURE Flu Tipo I
25351.038847/2022-21 / 10355870441
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 0308872223

BIOSYS LTDA / 02.220.795/0001-79
Boditech Tumor Marker Control
25351.330432/2022-15 / 10350840432
8433 - IVD - Registro de produto / 4607981225

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
M/L 10 Clip Applier Clip Cartridge
25351.023678/2022-25 / 80117581028
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 0178931227

Enzytec Biotecnologia Ltda. / 07.214.566/0001-65
Revogene® GBS LB Test Kit
25351.324463/2022-29 / 82444370039
8433 - IVD - Registro de produto / 4596023222
Revogene® Strep A Test Kit

25351.324460/2022-95 / 82444370038
8433 - IVD - Registro de produto / 4596014223

GF MEDIKA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 20.503.395/0001-52
Stents Perifeìricos Falcor Pull Qmedics
25351.418256/2021-53 / 81487660005
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1696227213

GOLD ANALISA DIAGNÓSTICA LTDA / 03.142.794/0001-16
FIA NT-Pro BNP
25351.324467/2022-15 / 80022230259
8433 - IVD - Registro de produto / 4596035226
COVID-19 FLU AG COMBO
25351.324461/2022-30 / 80022230258
8433 - IVD - Registro de produto / 4596017228

HI TECHNOLOGIES LTDA / 07.111.023/0001-12
TESTE RÁPIDO DE ZIKA IgG/IgM
25351.537635/2022-22 / 80583710031
8433 - IVD - Registro de produto / 2701632223

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
Implantes Femoral Neck
25351.115374/2022-93 / 80145901948
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 4288435227
Kit Implantes Femoral Neck
25351.106079/2022-46 / 80145901947
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 4271683227

KOVALENT DO BRASIL LTDA / 04.842.199/0001-56
K-teste Sangue Oculto (FOB)
25351.330431/2022-62 / 80115310280
8433 - IVD - Registro de produto / 4607978225

M & LIMA COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA - ME / 10.499.969/0001-02
Família de acetábulos bipolares chibf-e
25351.014429/2022-49 / 81038850013
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0129173224

SAUDE IMPORT - COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 07.956.849/0001-82
ASAHI PTCA Guide Wire - Hidrofílico - Gaia Next
25351.228216/2021-11 / 80433810017
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3477873210

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
Bainha Longa AXS Infinity LS Plus
25351.044842/2022-38 / 80005430747
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0347627228
Cateter de Aspiração AXS Vecta
25351.044843/2022-82 / 80005430748
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0347630228

Vida Biotecnologia Ltda - ME / 11.308.834/0001-85
VIDARAPIDteste COVID-19 Ag e Influenza A+B
25351.324465/2022-18 / 80785070175
8433 - IVD - Registro de produto / 4596029221

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
CATETER BIOFLO PICC COM TECNOLOGIA ENDEXO E PASV (MST-70 KIT)
25351.074076/2022-36 / 80102512924
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0517325226
CATETER BIOFLO PICC COM TECNOLOGIA ENDEXO (MST-70 KIT)
25351.074075/2022-91 / 80102512923
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0517322221
CATETER BIOFLO PICC COM TECNOLOGIA ENDEXO E PASV - TRIPLO LUMEN (MST-70 KIT)
25351.074074/2022-47 / 80102512922
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0517319221
CRE8
25351.014422/2021-46 / 80102512927
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 8426532219
CATETER BIOFLO PICC COM TECNOLOGIA ENDEXO E PASV - DUPLO LUMEN (MST-70 KIT)
25351.074072/2022-58 / 80102512921
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0517313222
Laser Diodo Médico Pioon
25351.588032/2022-99 / 80102512925
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 4967273228

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.151, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO MARTINS DOLGHI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
ARCHITECT HBsAg Qualitative II Confirmatory Reagent Kit
25351.768296/2011-37 / 80146501824
8014 - IVD - Revalidação de registro / 2715637221
ARCHITECT ProGRP Calibrators / ARCHITECT ProGRP Calibradores
25351.301466/2009-83 / 80146501609
8420 - IVD - Retificação - Correção pela ANVISA / 5002093225
RX HERCULINK ELITE PERIPHERAL STENT
25351.597054/2008-91 / 80146501570
80239 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição química/matéria-prima / 4252880221

AMPLITUDE LATIN AMERICA S.A. / 10.978.692/0001-09
Sistema Híbrido para Artroplastia de Quadril - Amplitude
25351.420309/2014-41 / 80726260031
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4594617225

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
Válvula Transcater Aórtica Core Valve Evolut R
25351.463707/2021-15 / 10349001092
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 8471494218

BARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA. / 10.818.693/0001-88
Tela Phasix
25351.723330/2020-70 / 80689090182
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4885293227

BELLE ARTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 08.244.232/0001-05
PIGMENTO PARA MICROPIGMENTAÇÃO
25351.538400/2016-06 / 80485730022
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4857924226

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA / 01.513.946/0001-14
Cateter AngioJet PE
25351.116778/2016-74 / 10341350868
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4961787227

CELKACOR HOSPITALAR COMÉRCIO E IND LTDA. / 30.713.104/0001-04
MÁSCARA N95 PFF2 CELKACOR
25351.426605/2022-91 / 82530120006
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 5038172225

CML- Centro Médico Logístico Ltda / 23.378.089/0001-20
Lentes Intraoculares Trifocais Tóricas POD FT 49P PhysIOL
25351.157087/2022-51 / 81346500069
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4892411223

DISTRIBUIMED - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 37.070.092/0001-96
Avental YKS - DISTRIBUIMED
25351.306034/2022-70 / 82151300001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 5047042226

Eco Diagnostica Ltda / 14.633.154/0002-06
ECO F D-Dímero
25351.037882/2018-47 / 80954880076
8411 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do local de fabricação (unidade fabril) / 4407610220

EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA / 05.944.604/0001-00
SENSOR FLOTRAC
25351.239708/2005-12 / 80219050086
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4972906223
SENSOR FLOTRAC
25351.239708/2005-12 / 80219050086
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 4972902221

FIRSTLAB INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA / 27.089.709/0001-61
Kit LabPoc PCT - Kit Procalcitonina Point of Care
25351.126141/2022-16 / 81628880043
80091 - IVD - Retificação - Correção pela EMPRESA / 4967279227

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
SISTEMA DE ANÁLISE DE ECG
25351.611440/2013-95 / 80071260315
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 5010581221
SISTEMA DE ANÁLISE DE ECG
25351.628589/2014-78 / 80071260337
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 5010799227

Giordano e Giordano Industria e Comercio de Produtos Medicos e Odontologicos Ltda / 19.526.217/0001-68
relaxy evolution
25351.938510/2021-35 / 82071179001
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 5024406220

Humanna Medical Ltda / 27.617.206/0001-11
Kit Canula Endoscopica Clipper
25351.553598/2022-08 / 81637619043
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 5018719228

INDUSTRIA QUIMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A IQUEGO / 01.541.283/0003-03
Máscara Tripla de Procedimento Não Cirúrgico
25351.433408/2022-29 / 81218870005
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 4977622223

INTEGRA LIFESCIENCES BRAZIL LTDA / 23.970.075/0001-09
VÁLVULAS PARA HIDROCEFALIA COM SIPHONGUARD
25351.557850/2019-44 / 81770370033
8032 - MATERIAL - Revalidação de Registro de Família / 4683525223

IVOCLAR VIVADENT LTDA. / 04.004.675/0001-60
SR PHONARES II
25351.619415/2014-31 / 80091440101
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4442213220

LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A / 31.673.254/0001-02
NEURO-PATCH - MEMBRANAS MICROPOROSAS PARA SUBSTITUIÇÃO DA DURAMATER
25000.005614/96-70 / 10008530068
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4801534222

LEICA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. / 52.201.456/0001-13
Família Anticorpo para Carcinoma de Tireóide e Paratireóide
25351.311167/2020-04 / 10337990049
8442 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do produto em família / 4567215226

LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA / 63.067.904/0001-54
TaqPath COVID-19 CE-IVD RT PCR Kit
25351.240555/2020-95 / 10358940107
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4596066226

MÖBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA / 04.645.160/0001-49
Conjunto de Reagentes
25351.157581/2022-15 / 80502070094
80091 - IVD - Retificação - Correção pela EMPRESA / 4991476226

PARTS IMPORT COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. / 02.322.453/0001-60
PRÓTESE MAMÁRIA ISD TEXTURIZADA
25351.041292/2019-08 / 80882270001
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4345565224

PHITTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA / 37.859.703/0001-80
Respirador Phitta PFF-2 (S) Mask Com Efeito Virucida
25351.458569/2022-25 / 82082960004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 5048885226
MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL
25351.040475/2021-12 / 82082960003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 5048900223
MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL COM VIRUCIDA
25351.491372/2020-36 / 82082960002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 5048888221

QR CONSULTING, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 19.933.144/0001-29
DynaMesh CICAT
25351.190335/2020-11 / 81325990192
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4748373223
ShinetellTM Teste digital de gravidez de hCG (Urina)
25351.276098/2021-58 / 81325990196
80091 - IVD - Retificação - Correção pela EMPRESA / 4991472223

ROCHE DIABETES CARE BRASIL LTDA / 23.552.212/0001-87
ACCU-CHEK Performa
25351.373061/2017-79 / 81414021687
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4282613226

SALLUS BRASIL PRODUTOS PARA SAUDE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 27.983.599/0001-87
Controles ST-200
25351.262607/2022-46 / 81797610009
80091 - IVD - Retificação - Correção pela EMPRESA / 4961864224

SAUDE IMPORT - COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 07.956.849/0001-82
ASAHI PTCA Guide Wire
25351.494741/2022-12 / 80433810012
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4886741221
ASAHI PTCA Guide Wire
25351.494741/2022-12 / 80433810012
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4886743228
ASAHI PTCA Guide Wire
25351.494741/2022-12 / 80433810012
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4886766227

SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA / 01.449.930/0001-90
Arco Cirúrgico Cios Fit
25351.971995/2021-79 / 10345162395
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 4984708222
Arco Cirúrgico Cios Fit
25351.971995/2021-79 / 10345162395
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4984715225

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
INTRODUTOR PEEL-AWAY DI-LOCK
25351.214749/2004-15 / 10332340141
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4776919220

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
Sistema para Artroplastia de Joelho Triathlon PS - Cimentado
25351.420339/2013-38 / 80005430346
80252 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4594647227
Sistema para Artroplastia de Joelho Triathlon CR - Não Cimentado - Conjugado
25351.425617/2013-76 / 80005430315
80252 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4594643224
SISTEMA DE PLACAS DHS E DCS TRAUSON
25351.729464/2017-07 / 80005430501
80246 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou condições de armazenamento e/ou transporte / 4195547221
Sistema para Artroplastia de Joelho Triathlon CR - Cimentado
25351.410221/2013-05 / 80005430314
80252 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4594645221

TRADEEXX MED COMERCIO, IMPORTACAO & EXPORTACAO LTDA / 14.975.469/0001-50
ZENA PRESS - HYALURON PEN ORGINAL
25351.234825/2022-91 / 80893759004
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 5038718229

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
COMPONENTES ACETABULARES EXACTECH
25351.251597/2020-51 / 80102512454
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 4668078221
COMPONENTES ACETABULARES EXACTECH
25351.251597/2020-51 / 80102512454
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 4668085223

VYTTRA DIAGNOSTICOS S.A. / 00.904.728/0012-09
Colesterol
25351.201252/2019-13 / 81692610087
80091 - IVD - Retificação - Correção pela EMPRESA / 5036507220
LDH
25351.201684/2019-24 / 81692610092
80091 - IVD - Retificação - Correção pela EMPRESA / 5036509226
Amilase
25351.202186/2019-07 / 81692610164
80091 - IVD - Retificação - Correção pela EMPRESA / 5036511228
Ferro
25351.387140/2020-84 / 81692610184
80091 - IVD - Retificação - Correção pela EMPRESA / 5036513224

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.152, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO MARTINS DOLGHI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABC INSTRUMENTOS CIRURGICOS LTDA / 58.268.152/0001-50
INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO CORTANTE
25351.516402/2006-76 / 10304850053
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4928441220
Família de Instrumental com Conexão a Equipamento ABC
25351.763961/2014-95 / 10304850085
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4911788222

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
Sistema de placas retas VariLoc
25351.377599/2020-70 / 10349000938
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 4677016220

BIOMM SA / 04.752.991/0001-10
LIFEPEN G
25351.327593/2017-74 / 81244549002
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 4958924225

BIOTECH VISION CARE OFTALMOLOGIA BRASIL LTDA / 19.443.989/0001-36
SISTEMA INJETOR BIOTECH
25351.038468/2020-70 / 81478170012
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4911023223
SISTEMA INJETOR DESCARTÁVEL
25351.375603/2017-78 / 81478170005
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4910896224

CELKACOR HOSPITALAR COMÉRCIO E IND LTDA. / 30.713.104/0001-04
MÁSCARA N95 PFF2 CELKACOR
25351.426605/2022-91 / 82530120006
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 4951013224

COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA / 03.816.532/0001-90
COLGATE LUMINOUS WHITE CANETA DE BRANQUEAMENTO
25351.149104/2021-03 / 80508660011
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4929392223

DENT-FLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 66.818.360/0001-03
ALTA ROTAÇÃO
25351.095460/2017-09 / 10427100019
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 5035284221
Instrumento de Mão Odontológico de Baixa Rotação
25351.280928/2017-81 / 10427100021
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 5035289222

DUE LASER MAQUINAS LTDA / 24.797.131/0001-00
SUNBOX - ALBEN
25351.537858/2022-90 /
8024 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4904696229

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
AEON Endoscopic Stapler Handle

25351.693724/2019-52 / 80117580853
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4900678229
Cateter central de inserção periférica (PICC) para injeção pressurizada Arrowg+ard Blue Advance (3 Lúmens)
25351.151242/2021-44 /
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 3333458217
Cateter Central de Inserção Periférica Para Injeção Pressurizada 2 Lúmens
25351.151241/2021-08 /
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 3333455212
Canula para Biópsia Óssea
25351.632847/2013-01 / 80117580215
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4901580220

FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA / 01.440.590/0001-36
LINHA DE SANGUE PARA HEMODIÁLISE 5008
25351.353542/2013-74 / 80133950097
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4907777225

GLOBUS MEDICAL BRASIL LTDA / 07.131.437/0001-03
Espaçador expansível magnify-s
25351.105966/2022-05 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 4271207226

HI TECHNOLOGIES LTDA / 07.111.023/0001-12
TESTE RÁPIDO DENGUE IgG/IgM
25351.526056/2022-54 /
8433 - IVD - Registro de produto / 2672453227

HIGHTECH DISPOSITIVOS MEDICOS UNIPESSOAL LTDA / 31.147.034/0001-37
Sistema de reparação de crânios PEEK
25351.115416/2022-96 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 4288651221

ICE - INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS ESMERALDA LTDA - EPP / 43.576.016/0001-50
INSTRUMENTOS CIRURGICOS DIAMOND ICE
25351.629852/2022-48 /
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5038960222

IMPOL INSTRUMENTAL E IMPLANTES LTDA / 49.337.413/0001-55
Instrumentais em Aço Inoxidavel Articulado Não Articulados Não Cortantes
25351.474857/2011-99 / 10108770105
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4921660221

Incrivel Tattoo Supply Importação e Exportação / 41.800.422/0001-29
Maquina para tatuagem e micro pigmentação
25351.628511/2022-55 /
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5035973228

KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 84.683.556/0001-10
OP3D Vision
25351.778376/2018-10 / 10064010265
80231 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Implementação imediata - Razão social da empresa estrangeira fabricante legal ou unidade fabril / 5039524226

KONDENTECH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP / 66.525.379/0001-61
LAVADORA ULTRA SÔNICA DIGITAL - KONDENTECH
25351.594216/2022-98 /
80195 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 4977659222

LANG ELETRO MEDICINA LTDA - EPP / 31.600.471/0001-64
KIT BIPOLAR PLASMA DESCARTAVEL BI-VAP LANG
25351.591515/2022-71 / 80123909020
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4972941221

LV LOJA E BAZAR FANTASY LENS COSPLAY LTDA / 32.281.972/0001-98
FANTASY LENS COSPLAY
25351.694398/2022-04 / 82241139001
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4917773227

MAG ESTETICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME / 09.281.923/0001-33
Batoque Dermomag
25351.579015/2017-01 / 80815539003
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4923097222

MAIS ORIENTAL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E NATURAIS LTDA / 16.936.051/0001-60
Agulha de acupuntura descartável kan li
25351.667579/2021-79 / 82081129001
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4923811226

MEDIX BRASIL INDUSTRIA DE DESCARTÁVEIS HOSPITALARES LTDA - EIRELI / 37.820.994/0001-00
MEDIX BRASIL KIT DE CAMPO CIRÚRGICO DE USO ÚNICO ESTÉRIL
25351.274784/2022-75 / 82443150003
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4972932222
MEDIX BRASIL Avental Cirúrgico Estéril
25351.268048/2022-88 / 82443150001
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4972929222

MERCUR S/A / 93.896.397/0014-47
Bota Imobilizadora
25351.571966/2018-13 / 81284250009
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4911492221

MP - COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 07.499.258/0001-23
TERUMO ENT
25351.165875/2016-54 / 80305560101
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912371228

OPTOLENTES LENTES DE CONTATO LTDA. / 88.467.394/0001-33
lente de contato gás permeável caixa de prova focon
25351.588025/2022-97 / 10175379004
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4967248227

OSSEA TECHNOLOGY INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 03.951.240/0001-60
INSTRUMENTAIS CORTANTES NÃO ARTICULADOS PARA CIRURGIAS
25351.420142/2014-11 / 80078450033
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4917064223

QR CONSULTING, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 19.933.144/0001-29
Kit de Teste Rápido para AutoTeste de Detecção de Antígeno do vírus SARS-CoV-2
25351.318786/2022-83 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4583300221

Quantity Serviços e Comércio de Produtos para Saúde s/a / 13.612.214/0001-60
Lima Endodôntica AllPrime
25351.429161/2015-83 / 80801630001
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4901594220

rbtg brasil equipamentos médicos hospitalares ltda / 18.949.207/0001-72
Kit Cânula Precision Plus
25351.694384/2022-82 / 81086979017
80270 - EQUIPAMENTO - Alteração de notificação classe II - Implementação imediata / 4962534229

REACT TECHNOLOGY INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 40.821.171/0001-04
KIT CÂNULA DE BLOQUEIO COM ESTÍMULO ARTROBLOCK
25351.324210/2022-55 / 82286189059
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 5005282220

SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 58.426.628/0001-33
Equipo Samtronic para Bomba de Infusão (PVC Fotoprotetor)
25351.749782/2013-01 / 10188530059
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4901061221

SILICOMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 29.326.422/0001-33
tubo corrugado
25351.406425/2020-21 / 82083569001
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4905984220

SING WAY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 10.872.908/0001-49
AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTAVEL NÃO ESTERIL
25351.628518/2022-77 /
80193 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe I / 5035994221

SIN-SISTEMA DE IMPLANTE NACIONAL S.A. / 04.298.106/0001-74
INSTRUMENTAIS
25351.564530/2010-62 / 80108910023
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4905826226

Sistema de Implantes Nacionais e de Próteses Comércio Ltda. / 71.676.803/0001-09
CHAVE ODONTOLOGICA
25351.208010/2021-75 / 10272310058
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912959227

SOUPELLI INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - ME / 15.224.228/0001-32
EQUIPAMENTO LASER PARA ESTÉTICA
25351.126036/2022-87 / 81312380004
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 5019733229

SUPPORT IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO EIRELI / 00.541.397/0001-29
OSTEOTOMOS CIRÚRGICOS
25351.259562/2011-09 / 80646960009
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4918244227
PORTA AGULHA
25351.093252/2011-58 / 80646960008
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4917697228
TESOURA CIRÚRGICA
25351.761964/2010-26 / 80646960001
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4910020223
GANCHOS CIRÚRGICOS
25351.094162/2011-62 / 80646960006
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912089221

TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 07.415.627/0001-52
Licellvi
25351.279515/2022-03 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4518255228

VENTRIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP / 11.538.633/0001-74
Eletrocardiografo MEDCEL ECG
25351.591509/2022-13 /
8024 - EQUIPAMENTO - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4972924221

VIVA CARE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 24.562.614/0002-06
KIT ANESTESIA EPIDURAL BÁSICO ESTÉRIL AVANT CARE
25351.599479/2022-93 / 82441209005
8030 - MATERIAL - Notificação de Dispositivo Médico Classe II / 4986959221

Whiteness do Brasil Industria Ltda / 32.256.235/0001-35
Whiteness HP AutoMixx
25351.614260/2019-26 / 81867260014
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 5002132220
Whiteness HP AutoMixx
25351.614260/2019-26 / 81867260014
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4912881227

3P MEDICAL LTDA - ME / 26.397.154/0001-52
COLIGAÇÃO PARA ASPIRAÇÃO SE 3P MEDICAL
25351.448560/2021-25 / 81659440035
80256 - MATERIAL - Alteração de notificação - Implementação imediata / 4918805224

3SHAPE DO BRASIL SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA SAUDE LTDA / 22.894.874/0001-72
3SHAPE ANATOMY DESIGN
25351.568140/2022-45 /
80272 - EQUIPAMENTO - Notificação de Software Médico Classe I ou II / 4936552225

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.133, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

AGROFRESH BRASIL LTDA - 21.005.119/0001-27
25351.584598/2022-41
FASE I

GAIA AGRO SOLUTIONS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - 30.705.509/0001-09
25351.606407/2022-18
ANEXO III
25351.606966/2022-10
ANEXO III

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS - 61.142.550/0001-30
25351.598700/2022-96
ANEXO III
25351.598935/2022-88
ANEXO III

SINON DO BRASIL LTDA. - 03.417.347/0001-22
25351.612379/2022-60
ANEXO III

SYNCROM ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - 06.876.953/0001-02
25351.595557/2022-81
FASE I
25351.595833/2022-19
FASE I
25351.595904/2022-75
FASE I
25351.595917/2022-44
FASE I
25351.595991/2022-61
FASE I
25351.596158/2022-37
FASE I
25351.596219/2022-66
FASE I
25351.596253/2022-31
FASE I
25351.597725/2022-72
FASE I

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
25351.593973/2022-44
FASE I

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. - 02.974.733/0001-52
25351.574862/2022-39
ANEXO III

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.134, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob os nºs. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO DESISTIDA; EXPEDIENTE DESISTIDO; EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA

ADAMA BRASIL S/A - 02.290.510/0001-76
DT-CE-MTP-460-16T - BR
25351.129342/2022-75
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0830640/22-3; 5024404/22-0
GLIFOSATO TÉCNICO ADA
25351.267100/2019-09
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0406204/19-6; 4987952/22-0

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A - 02.974.733/0001-52
CARBENDAZIN TÉCNICO VOLCANO
25351.368626/2009-76
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 475525/09-1; 4967703/22-4

CTVA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 47.180.625/0001-46
GLIFOSATO TÉCNICO IV
25351.004343/2013-83
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0006443/13-2; 4997112/22-4
PANORAMICULTRA-S
25351.176577/2020-03
5120 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL IV - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0759755/20-2; 5019852/22-8
STOPPERXT-S
25351.000786/2021-01
5121 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL IV - PRODUTO FORMULADO - PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS; 0353854/21-3; 5019887/22-6

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.135, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a Decisão Judicial (Processo Judicial: REF. 1073229-58.2021.4.01.3400 - 1ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF - Autor(a): CCAB AGRO S/A - NUP: 00424.172082/2021-45) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto LAMBDA CIALOTRIN CCAB 250 CS.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

CCAB AGRO S.A. - 08.938.255/0001-01
LAMBDA CIALOTRIN CCAB 250 CS
25351.466277/2016-07
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2449485/16-2
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.136, DE 15 DE DEZMEBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a Decisão Judicial (Processo Judicial: REF. 1006643-05.2022.4.01.3400 - 14ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF - Autor(a): SYNCROM ASSESSORIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME - NUP: 00424.039661/2022-68) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto PUPENDO.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

SYNCROM ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA. - 06.876.953/0001-02
PUPENDO
25351.391516/2020-55
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE
CATEGORIA 2 - PRODUTO ALTAMENTE TÓXICO, 1421383/20-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.137, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA. - 01.789.121/0001-27
ISOXAFLUTOLE TÉCNICO ALBAUGH
25351.745925/2018-06
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1044448/18-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

ALLIERBRASIL AGRO LTDA - 02.850.049/0001-69
CLOROTALONIL TÉCNICO CHINA SD
25351.623360/2021-68
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2312623/21-8
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

ANDERMATT DO BRASIL SOLUÇÕES BIOLÓGICAS LTDA. - 12.842.216/0001-83
BB-PROTEC, BEAUVISAN
25351. 287874/2022-26
5086 - PRODUTO MICROBIOLÓGICO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO MICROBIOLÓGICO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 4532672/22-8
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
NEMBAC 42, AMYPROTEC 42
25351.243540/2022-41
5086 - PRODUTO MICROBIOLÓGICO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO MICROBIOLÓGICO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 1376995/22-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

CROPCHEM LTDA - 03.625.679/0001-00
CLODINAFOPE TÉCNICO CROPCHEM
25351.408481/2019-06
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0624818/19-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

GILMORE AGRO DO BRASIL LTDA - ME - 21.481.816/0001-54
CIPROCONAZOL TÉCNICO GILMORE
25351.118762/2017-08
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0353791/17-3
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA - 47.176.755/0001-05
CIPROCONAZOLE CY TÉCNICO HELM
25351.132218/2018-19
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0188428/18-0
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

ISK BIOSCIENCES DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA - 02.657.037/0001-12
BARUS 300WG
25351.839445/2018-61
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 1183229/18-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
TERRAD'OR 339 SC
25351.235650/2019-33
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 0359685/19-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

LEMMA AGRONEGOCIOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 11.351.422/0001-28
CLODINAFOP PROPARGYL TÉCNICO SINO-AGRI
25351.376391/2019-01
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0576614/19-1
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.
CYPROCONAZOLE LCH TÉCNICO
25351.000769/2019-97
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0001514/19-8
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

NORTOX S/A - 75.263.400/0001-99
ELENCHOS
25351.666569/2017-01
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2231977/17-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
2,4-D TÉCNICO NORTOX V
25351.137597/2017-05
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0403025/17-1
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

OROAGRI BRASIL PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA - 10.549.479/0002-54
ORO-SOLVE
25351.074553/2019-68
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0113240/19-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

OXIQUÍMICA AGROCIÊNCIA LTDA. - 65.011.967/0001-14
OXI 0104 BF
25351.721959/2021-66
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 2620779/21-9
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

PRENTISS QUÍMICA LTDA - 00.729.422/0001-00
2,4-D TC TÉCNICO PRENTISS II
25351.374080/2018-02
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0532865/18-2
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.
SATO 648
25351.524442/2015-89
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0762401/15-8
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

PROPHYTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - 07.118.820/0001-21
SLT 06
25351.472857/2022-92
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 4866733/22-5
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
PROREGISTROS CONSULTORIA LTDA - 05.617.846/0001-99
CLODINAFOP-PROPARGYL TÉCNICO LIER
25351.238673/2019-08
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0364140/19-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA. - 14.497.712/0001-72
ISOXAFLUTOLE TÉCNICO PROVENTIS
25351.275818/2016-00
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2170433/16-3
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.
PIRACLOSTROBIN TÉCNICO PROVENTIS
25351.700435/2015-21
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0993674/15-2
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA - 10.486.463/0001-69
AMICARBAZONA TÉCNICO RAINBOW
25351.323250/2019-01
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0493287/19-5
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

ROTAM DO BRASIL AGROQUÍMICA E PRODUTOS AGRICOLAS - 05.772.606/0001-69
FOMESAFEN TÉCNICO RTM
25351.233860/2015-47
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0337231/15-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

SIPCAM NICHINO BRASIL S.A. - 23.361.306/0001-79
TORINO
25351.802016/2016-23
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1147886/16-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. - 07.467.822/0001-26
ZACK SL
25351.312815/2012-01
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0447521/12-6
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
ZELTERA PURA
25351.179465/2021-76
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 6581303/21-6
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
TRAXOS
25351.597361/2012-26
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 0859045/12-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
ORONDIS OPTI
25351.609160/2020-11
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 4321910/20-0
CATEGORIA 2 - PRODUTO ALTAMENTE TÓXICO

TOTAL BIOTECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A. - 07.483.401/0001-99
BIOBEAT
25351.322158/2022-01
5086 - PRODUTO MICROBIOLÓGICO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO MICROBIOLÓGICO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 4589243/22-9
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.138, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

ADAMA BRASIL S/A - 02.290.510/0001-76
ARADDO 25351.000327/2018-60
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 5030163/22-1
BANZAI
25351.744938/2008-28
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4999905/22-1
CHEVAL
25351.359386/2018-41
5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI, 5031373/22-9

CROPCHEM LTDA - 03.625.679/0001-00
BOKSIA 300 WG
25351.814991/2018-99
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4989677/22-6
PROFENOFÓS TÉCNICO EL-CROPCHEM
25351.280740/2014-99
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 1497890/21-7

CTVA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA. - 47.180.625/0001-46
DONTOR ULTRA
25351.400273/2013-56
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0254923/22-5

HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA - 47.176.755/0001-05
SPIRODICLOFEN TÉCNICO HELM
25351.479008/2013-85
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 1556682/21-2

MONSANTO DO BRASIL LTDA - 64.858.525/0001-45
ROUNDUP ORIGINAL MAIS
25351.689029/2013-00
5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI, 0905121/22-8

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA - 10.486.463/0001-69
SUNAIM
25351.743825/2014-41
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 5000322/22-3
SUNPASS 25351.756212/2014-86
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 5000553/22-5

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. - 07.467.822/0001-26
COMPACT
25351.599837/2011-14
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 5029245/22-7
CRUCIAL
25351.613012/2010-60
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 0830768/22-0
SUMYZIN 500 SC
25351.689361/2010-97
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 5034517/22-1

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
CHESS 500 WG
25351.018271/2003-13
5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI, 5034590/22-1
THIAMETHOXAM TÉCNICO
25000.032546/98-56
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 1615815/21-0
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 1139350/22-6

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. - 02.974.733/0001-52
FEROCE
25351.043672/2018-98
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4998040/22-7
KALIGREEN PRO
25351.437424/2015-19
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 5031145/22-6

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.139, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de alteração de formulação e reclassificação de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
CÓDIGO DE ASSUNTO; EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA

BASF S/A - 48.539.407/0001-18
POLYRAM DF
25351.165793/2005-75
5008 - ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 4258350/22-2
CATEGORIA 5 - IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. - 04.136.367/0001-98
TASKER
25351.058462/2010-67
5008 - ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 4972136/22-7
CATEGORIA 5 - IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. - 02.974.733/0001-52
FAZZER
25000.006707/91-80
5008 - ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 4954337/22-4
CATEGORIA 5 - IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO
_____
Benedito Celestino de Jesus Junior/ 2.07837-4
BTX ZERO - ÓLEO DE ARGAN
25351.088438/2022-76

BIODOMANI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP/ 2.01851-3
Monodoses Concentradas para Estrias Cosmobeauty
25351.409480/2017-56
Monodoses Concentradas Clareadoras Cosmobeauty
25351.342959/2017-07

Fabulous Indústria de Cosmético ltda/ 4.01661-3
BLINDAGEM CAPILAR - KPILA PROFISSIONAL
25351.562560/2020-56

FIBRAVITE INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA ME/ 2.07329-0
Shampoo para cílios - Lanue
25351.390381/2018-96

FIRETTI & FIRETTI LTDA - ME/ 2.04104-2
Max Libid Gel Massagem Corporal - Bio Supre
25351.792694/2018-85

HERDAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA/ 2.05313-1
TOTAL LISSY - ESCOVA DE CHUVEIRO
25351.024750/2022-31

LE PIERI COSMETICOS EIRELI/ 2.02486-1
Progressiva de Chuveiro É Sua
25351.674508/2021-22
Protein Babosa Liss Organic Actives Botanic Brazil Cosmetics
25351.094919/2021-30

MEGA BEAUTY COSMETICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA/ 4.04553-0
MELTESÃO
25351.039513/2022-75

PINHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. - ME/ 2.04227-8
HIGIENIZADOR PARA ÁREA DOS OLHOS ORIGINAL LANUE
25351.782131/2022-65

SANTE COSMÉTICA INDÚSTRIA LTDA-ME/ 2.04401-8
CONDICIONADOR PROGRESSIVA DE CHUVEIRO ILUMILIZZ
25351.201965/2020-11

SKILL-BROTHERS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP/ 2.01942-8
ALISE NO CHUVEIRO ELLOPAR PROFESSIONAL
25351.222447/2016-78

TIMAGE INDUSTRIA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP/ 2.03018-1
MASCARA CAPILAR PROGRESS NO CHUVEIRO - LA BELLA LISS
25351.285942/2016-68

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.154, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
_____
AGE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 04.845.059/0003-01
REPELENTE DE INSETOS EM LOÇÃO BEBÊ FISHER PRICE
25351.064674/2017-01 / 234130216
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994708/22-3
COLÔNIA BEBÊ FISHER-PRICE
25351.228639/2017-57 / 234130223
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994840/22-9
GEL ANTIMICROBIANO PARA AS MÃOS NEUEX
25351.237205/2020-41 / 234130231
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994845/22-1
CONDICIONADOR BEBÊ FISHER-PRICE
25351.273404/2017-07 / 234130221
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994796/22-0
SABONETE LÍQUIDO CABEÇA AOS PÉS BEBÊ FISHER-PRICE
25351.273418/2017-29 / 234130219
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994772/22-3
SABONETE EM BARRA FISHER-PRICE
25351.273470/2017-17 / 234130217
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994739/22-6
TOALHAS UMEDECIDAS SEM PERFUME FISHER-PRICE
25351.273502/2017-19 / 234130218
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994745/22-6
SHAMPOO BEBÊ FISHER-PRICE
25351.273522/2017-91 / 234130220
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994785/22-8
TOALHAS UMEDECIDAS COM PERFUME FISHER-PRICE
25351.273530/2017-54 / 234130222
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994813/22-1
GEL ANTIMICROBIANO FISHER-PRICE
25351.777258/2018-86 / 234130228
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4994869/22-7

BEIERSDORF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 01.786.983/0001-04
NIVEA SUN BEAUTY EXPERT ANTI-IDADE Q10 PROTETOR SOLAR FACIAL FPS 60
25351.292350/2022-57 / 227210772
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 4539746/22-7

BRAVIR INDUSTRIAL LTDA / 18.688.481/0001-35
PANVEL PROTETOR SOLAR LABIAL FPS 15
25351.280781/2022-71 / 206420069
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4519285/22-4

CAMPER EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA / 14.117.593/0001-85
PROTETOR SOLAR CAMPER FPS 30
25351.284344/2022-26 / 446740001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4526093/22-0

DAHUER LABORATÓRIO LTDA / 82.914.334/0001-35
Anasol CC Cream Facial FPS 50 Escuro
25351.392839/2021-47 / 215630201
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 4315022/22-5

DUETTO SUPER - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME / 05.017.517/0001-07
DUETTO HAIR SODIUM CREME RELAXANTE DE SÓDIO
25351.630748/2018-10 / 239680024
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 4388544/22-1

INSTITUTO PASTEUR DE COSMIATRIA LTDA / 87.727.277/0001-07
PROTETOR SOLAR FACIAL FPS 30 - CONTROLE DE OLEOSIDADE - NEEDS
25351.288380/2022-69 / 214850449
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4533228/22-4

LABTERAPI - LABORATORIO DE PRODUTOS NATURAIS EIRELI / 18.676.712/0001-90
GEL ANTISSÉPTICO HIDRATANTE PROTEMAXX
25351.757744/2020-01 / 278990001
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4842322/22-5

PRÓ FÓRMULA ABC COSMÉTICOS LTDA. / 01.221.540/0001-68
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO 70º INPM PROERVAS
25351.301266/2022-31 / 225520009
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1659215/22-6

UNION INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI / 08.056.267/0001-02
ALCOOL GEL PRIME GEL 70°INPM
25351.677478/2021-14 / 250560008
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2710256/22-3

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.155, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BIO SCIENTIFIC INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA EPP / 04.552.888/0001-26
BIO-SUNPROTECT GEL-CREME EFEITO ULTRADEFINIÇÃO TRANSLÚCIDO FPS 30 BIOAGE
25351.421705/2016-04 / 232640210
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 2447698/21-6

CHAMS INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA. - ME / 04.284.635/0001-19
ALCOOL GEL ANTISSÉPTICO 70% HIBEAUTY
25351.036816/2020-74 / 235310004
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2502159/21-1

COMPANHIA NACIONAL DE ALCOOL / 60.881.299/0001-62
COPERALCOOL PRO GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
25351.193479/2022-83 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4420113/22-7

INSTITUTO BRASIL COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 04.658.623/0001-07
Rondyon Barber Alisamento Americano Hidróxido de Sódio - Fio & Arte
25351.161946/2022-14 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0990666/22-1

---

jimeli industria e comercio de cosmeticos ltda / 07.291.289/0001-94
CREME DE SOLTURA DOS CACHOS HEMERSON DOS CACHOS
25351.288582/2022-19 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4533437/22-2
LOÇÃO ATIVADORA HEMERSON DOS CACHOS CARBONATO DE GUANIDINA
25351.291801/2022-39 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4539164/22-8

Leclair Indústria e Comércio de Perfumes e Cosméticos Ltda / 79.028.502/0001-80
Álcool em Gel Ozonizado La Venia
25351.884936/2021-61 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4725207/21-7

LPL INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES EIRELI / 14.622.908/0001-41
ALCOOL GEL 70% - ESTÉRA
25351.522944/2020-36 / 420380001
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 4739684/21-7

NATURAL D´GAIA EXPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - ME / 07.207.505/0001-70
BB CREAM FACIAL KHOR - FPS 20 MÉDIO
25351.778932/2021-45 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4570776/21-3

NATURAL ERVAS PRODUTOS NATURAIS LTDA / 03.021.976/0001-39
POMADA GREGA
25351.295059/2022-31 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4545314/22-8

SLIP QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 67.742.023/0001-42
TOP RELAX REPELENTE DE INSETOS
25351.575834/2022-39 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2786627/22-2

TOP BEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI / 33.666.416/0001-00
ÁLCOOL EM GEL SAFRA COSMETIC 70% (INPM)
25351.157925/2021-13 / 411020005
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0466995/22-9
ÁLCOOL EM GEL SAFRA COSMETIC 70% (INPM)
25351.157925/2021-13 / 411020005
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 0596051/22-1

UNIBELEZA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 05.058.426/0001-10
Bio Gel - Álcool Gel 70 % - Biotipo
25351.355960/2021-98 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1509596/21-6

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.183, DE 16 DEZEMBRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

ANEXO

DENGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME / 00.303.353/0001-60
ALVEJANTE CONCENTRADO CLORO DENGO
25351.317718/2019-00 / 337190011
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 2740960212

RHUANY INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - ME / 05.452.947/0001-57
DESINFETANTE RHUANY
25351.285444/2016-01 / 338520010
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4713198226

ECOLAB QUÍMICA LTDA / 00.536.772/0001-42
AC 55-5
25351.367584/2010-01 / 300530799
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4344241223

INDUSTRIA QUIMICA GAUCHA LTDA - ME / 24.456.338/0001-10
REDUTOR DE PH E ALCALINIDADE RIO PISCINAS
25351.231068/2022-01 / 376160017
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4473859223

HYDRO JET QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME / 11.431.823/0001-98
DESINFETANTE JESIM
25351.404641/2022-02 / 365730017
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4744220223

INDUSTRIA QUIMICA DIPIL LTDA / 78.175.189/0001-40
NEXXOR
25351.544442/2016-03 / 320570070
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 5050094225

LIMA & PERGHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A / 22.685.341/0001-80
START DECAP INIBIT F
25351.588324/2016-07 / 312820043
390 - REG. SANEANTES - Mudança de Nome de Produto / 4112564210

ISO INDÚSTRIA DE SABÕES E ÓLEOS LTDA / 00.175.936/0001-53
PRATT OXY
25351.117226/2022-11 / 337010008
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4293639225

UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA / 01.615.814/0001-01
CAFUNÉ MULTIUSO DESINFETANTE ERVA DOCE
25351.247604/2020-11 / 320660507
30014 - REG. SANEANTES - Desistência de petição/processo a pedido / 3962108211

BECKER INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - ME / 17.172.186/0001-69
BRAVI MAIS CLORO SANITIZANTE
25351.346387/2022-11 / 371940064
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4638355226

DEYSE DA SILVA ALBUQUERQUE / 26.888.580/0001-99
Agua sanitária ecolimp
25351.891929/2021-16 / 305740001
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4739665212

INDUSTRIA QUIMICA DIPIL LTDA / 78.175.189/0001-40
CORETRINE 25 CE
25351.252214/2017-16 / 320570071
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 5050126227

QUIMICA CENTRAL DO BRASIL LTDA / 05.272.759/0001-47
ÁGUA SANITÁRIA QCB
25351.432131/2022-17 / 315970001
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4794151225

VALÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP / 01.798.208/0001-60
DESINFETANTE VALÊNCIA
25351.349347/2019-17 / 333840013
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4534388225

BECKER INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - ME / 17.172.186/0001-69
HARUS DEGREASE
25351.346450/2022-19 / 371940066
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4638449221

ZIP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME / 30.866.810/0001-96
TOQUE FÁCIL
25351.397446/2022-19 / 385680005
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4731995221

PREMIER INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 04.648.918/0001-00
ÁGUA SANITÁRIA URCA
25351.006312/2009-21 / 337400002
396 - REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante / 4575873225

ISWARA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 95.451.605/0001-05
D&FLASH REMOVEX
25351.614989/2011-22 / 317580067
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 4337472207

GLOBO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI / 07.375.830/0001-42
Água Sanitária Glado
25351.156177/2022-24 / 354810004
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 0963017225

FLEXCLEAN CHEMICAL COMPANY INDUSTRIA EIRELI / 18.558.275/0001-00
LIMPADOR FLOTADOR RUSTIC PROCLEAN
25351.448345/2021-24 / 369260015
331 - REG. SANEANTES - Nova versão de Produto / 4669467221

STERIS SOLUTIONS DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA SAUDE LTDA. / 59.233.783/0001-04
PROLYSTICA HP DETERGENTE ENZIMÁTICO ULTRA CONCENTRADO
25351.321258/2018-25 / 377320008
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4672179222

LPL INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES EIRELI / 14.622.908/0001-41
LIMP BAN SACHET
25351.306428/2022-28 / 357750038
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4563200221

Limplex Produtos deLimpeza Ltda / 10.699.954/0001-98
Desinfetante Limplex
25351.172391/2022-28 / 369570003
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4392641228

GIÓCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 86.552.429/0001-07
SODA CÁUSTICA SODA LIMP.
25351.214639/2019-30 / 307440034
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4500196226

LUCKMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP / 74.196.031/0001-04
CISA ZYMES

25351.114097/2020-30 / 332360010
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4686655226

CITROMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP / 00.187.467/0001-92
CITROMAX DOMÉSTICO
25351.299219/2011-33 / 329230008
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 0710155204

UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA / 01.615.814/0001-01
CAFUNÉ DESINFETANTE CONCENTRADO ERVA DOCE PRO
25351.247632/2020-38 / 320660508
30014 - REG. SANEANTES - Desistência de petição/processo a pedido / 3962416218

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CASCAVEL LTDA / 76.098.219/0001-37
COMPLEX PRO GN100 - COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
25351.181038/2022-39 / 309390014
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4406242228

INDUSTRIA QUIMICA DIPIL LTDA / 78.175.189/0001-40
TERMIDIL 200 SC
25351.349020/2005-40 / 320570037
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 5050150220

SWEY QUÍMICA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-EPP / 10.706.925/0001-06
DECALIX
25351.288666/2022-44 / 351890003
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4533521223

MARILUX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 04.747.896/0001-28
DESINFETANTE DE USO GERAL MARILUX
25351.491462/2007-50 / 335490002
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 0990429208

BECKER INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - ME / 17.172.186/0001-69
TOPLIN DESINFETANTE
25351.397711/2022-51 / 371940065
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4732275222

TECPON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 00.424.745/0001-88
ENZI-TEC 5E
25351.550864/2013-53 / 317800049
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4633276221

PIGMENTAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA / 10.299.957/0001-34
ÁGUA SANITÁRIA TÁ LIMPEZA
25351.519143/2022-55 / 306610001
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 2634406223

EXTRA QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 43.679.072/0001-10
DESENGRAXANTE EXTRASOL 100
25351.483874/2022-55 / 309910009
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 2384434225

PERSHY CHEMICAL´S INDÚSTRIA E COM.DE PRO QUÍMICOS LTDA / 31.865.488/0001-43
PERSHYCLEAN PRONTO USO
25351.394816/2022-58 / 315230015
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4726475223

INDUSTRIA QUIMICA GAUCHA LTDA - ME / 24.456.338/0001-10
REDUTOR DE PH E ALCALINIDADE IQG
25351.231067/2022-59 / 376160016
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4473858227

GENIAL QUÍMICA VETERINÁRIA LTDA - EPP / 04.741.749/0001-40
DESINCRUSTANTE ALCALINO CLORADO ALCAGEN
25351.280007/2022-60 / 330680005
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4518646223

KARINA ELISABETH SOARES BARRETOS EIRELI / 04.236.578/0001-00
Shine Desinfetante hospitalar para superfícies fixas a base de Álcool Etílico Hidratado 70 INPM
25351.383671/2022-60 / 341470007
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4707062229

QSUPER COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA / 24.465.055/0001-35
DESINFETANTE CONCENTRADO PLUS QSUPER
25351.133217/2022-60 / 399030001
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4318665224

G5 INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA / 13.976.040/0001-15
COOP ACID - DESINCRUSTANTE ÁCIDO PARA ORDENHADEIRAS
25351.047492/2022-61 / 387270028
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4218754225

MERCOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 03.321.760/0001-99
TECH AL ALKA
25351.832464/2021-61 / 327470183
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4688599226

LUAR MAGICO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME / 09.246.329/0001-01
ÁLCOOOL LÍQUIDO ENFERMEIRA 46 INPM BBACTERICIDA
25351.857804/2018-61 / 352530019
331 - REG. SANEANTES - Nova versão de Produto / 0879811207

Desembala Soluções Sustentáveis - Eireli / 31.288.090/0001-91
DESINFETANTE USO GERAL DESEMBALA
25351.654239/2019-63 / 382530001
392 - REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto / 2089637200

Limplex Produtos deLimpeza Ltda / 10.699.954/0001-98
Alvejante Concentrado Cloro Ativo Limplex
25351.172443/2022-66 / 369570004
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4392678229

MERCOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 03.321.760/0001-99
DETERTEX FER
25351.338124/2011-68 / 327470070
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 1133098215

IPLASA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DOMISSANITÁRIOS LTDA / 45.445.210/0001-21
CLORO POWER CANDURA
25351.438622/2022-71 / 307290016
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4806268224

HIGIA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 35.979.054/0001-25
DETERGENTE CLORADO HÍGIA
25351.380647/2022-79 / 395950002
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4701282227

AUDAXCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 44.737.609/0001-13
ASSERT CLOR
25351.307052/2022-79 / 315120029
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4563847224

LIMA & PERGHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A / 22.685.341/0001-80
DESINFETANTE ASSEPTGEL ZEROBAC
25351.291707/2022-80 / 312820355
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4539040227

INDUSTRIA QUIMICA DIPIL LTDA / 78.175.189/0001-40
CAPSOR 10 CS
25351.538356/2019-81 / 320570078
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 5050091221

FERNANDO APARECIDO DE POLI - ME / 19.932.642/0001-57
ÁGUA SANITÁRIA POLLILIMPE
25351.438620/2022-82 / 363130001
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4806266221

UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA / 01.615.814/0001-01
CAFUNÉ DESINFETANTE CONCENTRADO ERVA DOCE
25351.247633/2020-82 / 320660509
30014 - REG. SANEANTES - Desistência de petição/processo a pedido / 3961843210

LAZA BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. / 10.450.509/0001-90
CLORO GENERA
25351.509490/2011-83 / 345490004
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 4512708227

ISWARA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 95.451.605/0001-05
ESPUMA CLOR - D&A
25351.047954/2003-88 / 317580045
332 - REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto / 4337652205

BIOCHEMICAL PRODUTOS QUIMICOS LTDA ME / 01.815.686/0001-31
FEEL CARE DESINFETANTE CONCENTRADO LD 240
25351.332546/2022-91 / 325930080
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4612501225

ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA / 00.286.633/0001-08
ALVEJANTE ZUPP
25351.301413/2010-94 / 309600055
392 - REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto / 3109974215

RAWELL QUÍMICA EIRELI / 08.400.893/0001-74
KARAMUJO
25351.669513/2010-95 / 335540008
389 - REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto / 4791614224

BEJA INDUSTRIA E COMERCIO DE SANEANTES LTDA / 35.783.997/0001-88
LQ ALCALINO CLORADO CONCENTRADO
25351.436011/2022-99 / 310080003
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4800434220

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MACATUBA LTDA - ME / 05.971.158/0001-22
TM 7112 - DESINFETANTE HOSPITALAR
25351.264725/2022-99 / 332290015
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4506499221

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.184, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

ANEXO

PROMAQ COMERCIAL QUIMICA LTDA / 18.011.949/0001-52
PRO DECAP
25351.801286/2022-16 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 3251832221

CASCAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS EIRELI / 18.957.540/0001-23
ÁGUA SANITÁRIA POLIBOM
25351.400839/2022-17 /
3782 - REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro / 5042501223

QUALITY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA / 10.231.598/0001-83
HIPOCLORITO DE SÓDIO QUALITY
25351.139935/2022-40 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4331865223

CERAS JOHNSON / 33.122.466/0007-04
Raid Essencial Family
25351.291981/2022-59 /
30020 - REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes / 4539355228

ITAQUIMICA COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI ME / 04.495.195/0001-49
ITA 900
25351.166238/2021-81 / 349810018
3782 - REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro / 5042683224

INDUSTRIA QUIMICA GAUCHA LTDA - ME / 24.456.338/0001-10
POWER RIO PISCINAS
25351.256625/2022-99 /
3782 - REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro / 4968288221

INNOVATIVE WATER CARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS BRASIL LTDA. / 43.677.178/0001-84
HTH ALGICIDA DE MANUTENCAO
25000.034622/98-11 / 303880009
330 - REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto / 4474303211

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.185, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Cancelamento de Notificação de Produto Saneante de Risco 1 por ato de ofício, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

ANEXO

PARECIS AGROINDUSTRIAL LTDA / 12.553.861/0001-86
IEX ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70,00 INPM - NEUTRO
25351.575842/2018-07 /
3199 - Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício. / 5043620221
ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO ILLUMINATI 70,00 INPM - NEUTRO
25351.683554/2018-17 /
3199 - Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício. / 5043604220
ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO ILLUMINATI 92,8 INPM - NEUTRO
25351.201197/2016-19 /
3199 - Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício. / 5043684228
SULMAR - ÁLCOOL GEL 70%
25351.206947/2017-20 /
3199 - Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício. / 5043641224
SULMAR ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70,00 INPM - NEUTRO
25351.330557/2016-99 /
3199 - Cancelamento de Notificação de Produto de Risco 1 por ato de ofício. / 5043631227

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.088, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes à empresa constante no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: GIÓCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 86.552.429/0001-07 - AUTORIZ/MS: 300744-6
ENDEREÇO: RUA JATOBÁ Nº 750
MUNICÍPIO: FAZENDA RIO GRANDE - UF: PR - EXPEDIENTE: 4800770/22-0
ASSUNTO: 7346 - SANEANTES Domissanitários - (CERTIFICAÇÃO DE BPF) - Indústrias no País e Mercosul - LÍQUIDOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.113, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXAO DIAS

ANEXO

Fabricante: Abbott Medical
Endereço: 15900 Valley View Court, Sylmar, California, 91342, Estados Unidos da América
Solicitante: St. Jude Medical Brasil Ltda CNPJ: 00.986.846/0001-42
Autorização de Funcionamento: 1.03.323-4 Expediente: 5009687/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV e Equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Abbott Medical
Endereço: Lot A Interior - #2 Rd Km. 67.5, Santana Industrial Park, Arecibo, Porto Rico, 00612, Estados Unidos da América
Solicitante: St. Jude Medical Brasil Ltda CNPJ: 00.986.846/0001-42
Autorização de Funcionamento: 1.03.323-4 Expediente: 5009539/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV e Equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Abbott Medical
Endereço: Plot 102, Lebuhraya Kampung Jawa, Bayan Lepas Industrial Zone, Penang, 11900, Malásia
Solicitante: St. Jude Medical Brasil Ltda. CNPJ: 00.986.846/0001-42
Autorização de Funcionamento: 1.03.323-4 Expediente: 5009526/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Cezanne SAS
Endereço: 280, Allée Graham Bell, Parc Scientifique Georges Besse, 30035, Nimes, França
Solicitante: Phadia Diagnósticos Ltda CNPJ: 04.930.429/0001-39
Autorização de Funcionamento: 8.02.541-8 Expediente: 4212815/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Diagnostic Grifols, S.A.
Endereço: Passeig Fluvial, 24, Parets del Vallès, Barcelona, 08150, Espanha
Solicitante: Grifols Brasil Ltda. CNPJ: 02.513.899/0001-71
Autorização de Funcionamento: 8.01.348-6 Expediente: 4287940/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Diasorin Inc.
Endereço: 1951 Northwestern Avenue, P.O. Box 285, Stillwater, Minnesota, 55082-0285, Estados Unidos da América
Solicitante: Diasorin Ltda. CNPJ: 01.896.764/0001-70
Autorização de Funcionamento: 1.03.398-4 Expediente: 1466457/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: FUJIFILM Healthcare Corporation, Medical System Operations Group, Kashiwa
Endereço: 2-1, Shintoyofuta, Kashiwa-shi, Chiba, 227-0804, Japão
Solicitante: Fujifilm do Brasil Ltda. CNPJ: 60.397.874/0001-56
Autorização de Funcionamento: 8.00.220-6 Expediente: 4449953/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Integra LifeSciences Corporation
Endereço: 105 Morgan Lane, Plainsboro, New Jersey, 08536, Estados Unidos da América
Solicitante: Integra LifeSciences Brazil Ltda CNPJ: 23.970.075/0001-09
Autorização de Funcionamento: 8.17.703-7 Expediente: 4935276/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Merz Pharma GmbH &Co. KGaA
Endereço: Am Pharmapark, Building 405, Dessau-Rosslau, 06861, Alemanha
Solicitante: Merz Farmacêutica Comercial Ltda. CNPJ: 11.681.446/0001-45
Autorização de Funcionamento: 8.08.294-3 Expediente: 4935618/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Osang Healthcare Co., Ltd.
Endereço: 132 Anyangcheondong-ro, Dongan-gu, Anyang-si, Gyeonggi-do, 14040, Coréia do Sul
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 4318443/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Vyaire Medical Inc.
Endereço: 1100 Bird Center Dr., Palm Springs, California, 92262, Estados Unidos da América
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8.01.025-1 Expediente: 4225995/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.114, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde, por meio de sua renovação automática, à empresa constante no anexo.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXAO DIAS

ANEXO

Fabricante: Laboratoires Fill-Med Manufacturing S.A.
Endereço: Boulevard Paepsem 18, 1070, Anderlecht, Bélgica
Solicitante: Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda CNPJ: 09.117.476/0001-81
Autorização de Funcionamento: 8.06.863-6 Expediente: 4232867/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios de renovação automática

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.115, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa na certificação publicada pela Resolução RE nº. 4.577, de 8 de dezembro de 2021, no Diário Oficial da União nº. 233, de 13 de dezembro de 2021, Seção 1, pág. 224, de Vyttra Diagnósticos Importação e Exportação S.A. para Vyttra Diagnósticos S.A., conforme expedientes nº. 2031259/21-1 e 4566276/22-8.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.116, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa Bioblasti Indústria Comércio Importação e Exportação de Biomateriais e Produtos Biotecnológicos Ltda. - EPP, publicada pela Resolução RE n. 3.303, de 05 de outubro de 2022, no Diário Oficial da União n. 193, de 10 de outubro de 2022, Seção I, pág. 106, conforme expediente n. 4964277/22-4.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.117, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: CGMED Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 28.296.211/0001-32
Endereço: Avenida Fábio Zahran, 8502, sala 07, Vila Ipiranga, Campo Grande - MS CEP: 79080-665
Autorização de Funcionamento: 8190031 Expediente: 4779495/22-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Four Med Distribuidora Hospitalar e Importadora Ltda. - EPP CNPJ: 24.711.499/0001-03
Endereço: Avenida Presidente Kennedy, Nº 2585 e 2589, Santa Paula, São Caetano do Sul - SP CEP: 09561-200
Autorização de Funcionamento: 8140871 Expediente: 4782965/22-2
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Invacor Medical Devices Comércio e Representação de Produtos Médicos Ltda.-ME CNPJ: 22.581.891/0001-50
Endereço: Rua Eudoro Berlink, n. 646, Conjuntos 504 e 704 - Auxiliadora, Porto Alegre - RS CEP: 90450-030
Autorização de Funcionamento: 8135491 Expediente: 4300211/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Norte Green Comércio de Produtos Farmacêuticos e Hospitalar Ltda - ME CNPJ: 24.218.223/0001-98
Endereço: Rua Parneiras 12 Lote 12 Conj. Tapajós - Flores, Manaus - AM CEP: 69058-842
Autorização de Funcionamento: 8137261 Expediente: 4713356/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Ortocir Ortopedia Cirurgia Ltda. CNPJ: 60.856.937/0001-95
Endereço: Rua Itapicuru, n. 937 - Perdizes, São Paulo - SP CEP: 05006-000
Autorização de Funcionamento: 1031480 Expediente: 4386346/22-8
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Vidamed Comércio de Materiais Cirúrgicos Ltda. - ME CNPJ: 19.958.523/0001-73
Endereço: Avenida Augusto Meyer, 40, salas 601, 602 e 603, Auxiliadora, Porto Alegre - RS CEP: 90550-110
Autorização de Funcionamento: 8154011 Expediente: 4758374/22-8
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.118, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Carbofix Orthopedics Ltd.
Endereço: 11 Ha' Hoshlim Street, Herzeiliya, 4672411 - Israel
Solicitante: Ortospine Comércio Importação e Exportação de Material Hospitalar Ltda. CNPJ: 08.832.121/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8045438 Expediente: 4318273/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Flextronics Romania S.R.L.
Endereço: Calea Torontalului, DN6, Km. 5,7, Timisoara, 300000 - Romenia
Solicitante: Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda. CNPJ: 21.551.379/0001-06
Autorização de Funcionamento: 1003343 Expediente: 4312263/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Leoni Fiber Optics Inc.
Endereço: 209 Bulifants Blvd, Williamsburg - VA, 23188 - Estados Unidos da América
Solicitante: DR Importação Exportação e Distribuição Ltda. CNPJ: 17.634.786/0001-00
Autorização de Funcionamento: 8099138 Expediente: 4294125/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Nanjing ECO Microwave System Co., Ltd.
Endereço: 4th Floor, J5 Building, NJUT Science & Technology Industrial Park, No. 15, Wanshou Road, Nanjing Area, China (Jiangsu) Pilot Free Trade Zone; 3F, Block 2; 1/3/4F, Block 4, No.19, Xinghui Road, Jiangbei New District, Nanjing, Jiangsu, China, 211800 - China
Solicitante: Surgical Line Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 07.330.175/0001-06
Autorização de Funcionamento: 8041090 Expediente: 4294122/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Ningbo Hitcm Medical Devices Co., Ltd.
Endereço: No.59 Kechuang North Road, Wangchun Industrial Park, Haishu District, Ningbo Zhejiang - Haishu District 315000 - China
Solicitante: Passrod Importação e Exportação de Produtos para Saúde Ltda. - ME CNPJ: 26.185.222/0001-10
Autorização de Funcionamento: 8150479 Expediente: 4832019/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III e Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Nipro Medical (Hefei) CO., Ltd.
Endereço: No.350, Yungu Road, Economic & Technological Development Zone, Hefei City, Anhui Province, 230601 - China
Solicitante: Nipro Medical Corporation Produtos Médicos Ltda CNPJ: 13.333.090/0001-84
Autorização de Funcionamento: 8078862 Expediente: 4381208/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Samyang Holdings Corp.
Endereço: 55, Munpyeongseo-Ro 18 Beon-Gil, Daedeok-Gu, Daejeon, 34302 - Coreia do Sul
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de produtos Médicos Hospitalares Ltda CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8011758 Expediente: 1639566/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Fabricante: Trophy
Endereço: 4 Rue Fernand Pelloutier, Croissy Beaubourg, Marne La Vallée, Cedex 2, 77435 - França
Solicitante: Carestream Dental Brasil Eireli CNPJ: 27.462.540/0001-43
Autorização de Funcionamento: 8152240 Expediente: 4205368/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: VUP Medical, a.s.
Endereço: Sujanovo Nam. 302/3 - Brno, 60200 - República Checa
Solicitante: Biomedical Produtos Científicos Médicos e Hospitalares S.A. CNPJ: 19.848.316/0001-66
Autorização de Funcionamento: 1025640 Expediente: 0134137/19-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.119, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Casex Indústria de Plásticos e Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 78.746.773/0001-09
Endereço: Avenida Fredolin Wolf, n. 4474 - Bairro Santa Felicidade, Curitiba - PR CEP: 82410-330
Autorização de Funcionamento: 1022232 Expediente: 4643456/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Fanem Ltda. CNPJ: 61.100.244/0001-30
Endereço: Rua Arthur Carl Schmidt 186, Cumbica, Guarulhos - SP CEP: 07222-050
Autorização de Funcionamento: 1022462 Expediente: 2693996/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Kinner Silicone Rubber Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 57.313.165/0001-30
Endereço: Rodovia Índio Tibiriçá 2503, Ouro Fino Paulista, Ribeirão Pires - SP CEP: 09442-000
Autorização de Funcionamento: 8028020 Expediente: 4258590/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.120, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a classe de risco III na certificação da empresa Bionext Produtos Biotecnológicos Ltda., CNPJ n.º 05.423.767/0001-47, publicada pela Resolução RE nº. 1.708, de 25 de maio de 2022, no Diário Oficial da União nº. 101, de 30 de maio de 2022, Seção I, págs. 136/137, conforme expedientes nº. 4855760/21-8 e 4831834/22-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.121, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Dental Verão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda. CNPJ: 45.603.346/0001-12
Endereço: Rua Sete de Setembro, 933, Centro, Paiçandu - Paraná CEP: 87140-000
Autorização de Funcionamento: Expediente: 4839549/22-2
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: De acordo com o artigo 3º da RDC nº. 25/2011

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.122, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde, por meio de sua renovação automática, às empresas constantes no anexo,

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Boston Scientific Limited.
Endereço: Business & Tecnology Park, Model Farm Road, Cork T12YK88, Irlanda
Solicitante: Boston Scientific do Brasil Ltda., CNPJ: 01.513.946/0001-14
Autorização: 1.03.413-5 Expediente: 4263971/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais e equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: medPhoton GmbH
Endereço: Karolingerstraße 16, Salzburg, 5020, Áustria
Solicitante: Brainlab Ltda. CNPJ: 02.981.566/0001-77
Autorização: 8.00.420-7 Expediente: 2634853/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: FEG Textiltechnik Forschungs - und Entwicklungsgesellschaft mbH
Endereço: Prager Ring 70, Aachen, 52070, Alemanha
Solicitante: QR Consulting Importação e Distribuição de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 19.933.144/0001-29
Autorização: 8.13.259-9 Expediente: 2694181/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Indústrias H. A. Barone Ltda- ME CNPJ: 04.040.383/0001-82
Endereço: Rua Fernão Pompeu de Camargo, 1990, Jardim do Trevo, Campinas - SP CEP: 13040-010
Autorização: 8.01.637-4 Expediente: 2315556/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Stellartech Research Corporation
Endereço: 560 Cottonwood Drive, Milpitas, CA, 95035, Estados Unidos da América
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização: 8010251 Expediente: 4219085/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: STI Lualdi S.R.L.
Endereço: Via Del Molino, 36 - Pordenone (PN), 91013, Itália
Solicitante: Lima do Brasil Eireli CNPJ: 03.117.039/0001-81
Autorização: 8007018 Expediente: 4306983/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Symatese Aesthetics Ltd
Endereço: 1st Floor, Phase 2 Block, BPML Industrial Building - La Clemence - Riviere du Rempart, 31105 - Maurício
Solicitante: Symatese Latam Equipamentos Médicos Ltda - ME CNPJ: 58.113.754/0001-38
Autorização: 1.02.458-5 Expediente: 2720912/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.123, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Cancelar o Indeferimento da Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa CHP Carbohidrate Pirna GmbH & CO. Kg., publicada pela Resolução RE n° 3.884, de 23 de novembro de 2022, no Diário Oficial da União nº. 223, de 28 de novembro de 2022, Seção I, pág. 110, conforme expedientes nº. 4474369/21-1 e nº. 5042097/22-6, motivado pela determinação judicial em carater liminar, constante no Parecer de Força Executória n. 00079/2022/EATE-C/ER-FIN-PRF4/PGF/AGU.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.162, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): PB8 (TODOS);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 5050140/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Exportação, Fabricação, Importação, Manipulação, Propaganda, Transporte, Uso
Motivação: Importação, distribuição e comercialização do produto PB8 Probiotic - Nutrition Now sem o devido registro sanitário (suplemento alimentar de probiótico) por empresa sem licença sanitária emitida por órgão competente, infringindo: art. 3º e art. 48 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, item 2.2 da Resolução 22, de itens 4.1, 4.2, 5.2 da Resolução 23, de 15 de março de 2000, anexo II da RDC 27, de 6 de agosto de 2010 (alterada pela RDC 240/2018); tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.164, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021 e o art. 23, § 2º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: AMD INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ: 07.459.915/0001-09
Produto - (Lote): AGUA SANITARIA MIALA(043);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 5048556/22-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de teor de cloro ativo comprovado no Laudo de Análise Fiscal Inicial 3329.1P.0/2022, emitido pelo LACEN Prof. Gonçalo Moniz e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.165, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: KEVELT (AKTIASELTS KEVELT)
ENDEREÇO: TEADUSPARGI 3/1, TALLINN 12618 - PAÍS: ESTÔNIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001572
EMPRESA SOLICITANTE: OPEM REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 38.909.503/0001-57
AUTORIZ/MS: 1027487 - EXPEDIENTE(s): 0883915/22-7
ASSUNTO: 7326 - MEDICAMENTOS - (Certificação de BPF) de INDÚSTRIA INTERNACIONAL de PRODUTOS ESTÉREIS exceto MERCOSUL
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao Art. 4º, § 1º, inciso I da RDC nº 497/2021: Não cumpre com as Boas Práticas de fabricação de Medicamentos em relação aos Artigos 16, 110, 116, 150 (parágrafo único), 165 (parágrafo único), 182, 191 (inciso V), 215 e 236 (inciso IV) da RDC nº 658/2022, e em relação ao Arts. 8º (inciso I), 101 e 169 da IN nº 35/2022; art. 14 da IN 139/2022; arts. 97 e 110 da IN 138/2022 e arts. 5º e 33 (parágrafo 3º) da IN nº 134/2022.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.166, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: GENZYME FLANDERS BV
ENDEREÇO: CIPALSTRAAT 8, GEEL, 2440 - PAÍS: BÉLGICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000252
EMPRESA SOLICITANTE: SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 10.588.595/0010-92
AUTORIZ/MS: 1083267 - EXPEDIENTE(s): 1658950/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: BOEHRINGER INGELHEIM PHARMA GMBH & CO. KG
ENDEREÇO: BINGER STRASSE 173 - 55216 INGELHEIM AM RHEIN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000115
EMPRESA SOLICITANTE: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 60.831.658/0001-77
AUTORIZ/MS: 1003678 - EXPEDIENTE(s): 4299749/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Cápsulas Moles; Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: CATALENT GERMANY EBERBACH GMBH
ENDEREÇO: GAMMELSBACHER STRASSE 2, 69412 EBERBACH - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000518
EMPRESA SOLICITANTE: BELFAR LTDA - CNPJ: 18.324.343/0001-77
AUTORIZ/MS: 1005711 - EXPEDIENTE(s): 4325400/22-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Cápsulas Moles
.....
EMPRESA FABRICANTE: SINOVAC LIFE SCIENCES CO., LTD.
ENDEREÇO: NO. 21, TIANFU STREET, DAXING BIOMEDICINE INDUSTRIAL BASE OF ZHONGGUANCUN SCIENCE PARK, DAXING DISTRICT - PAÍS: CHINA, REPÚBLICA POPULAR - CÓDIGO ÚNICO: A.001452
EMPRESA SOLICITANTE: INSTITUTO BUTANTAN - CNPJ: 61.821.344/0001-56
AUTORIZ/MS: 1022340 - EXPEDIENTE(s): 4327094/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: SUN PHARMACEUTICAL INDUSTRIES LTD.
ENDEREÇO: INDUSTRIAL AREA 3 A.B. ROAD, DEWAS, 455 001, MADHYA PRADESH - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000520
EMPRESA SOLICITANTE: SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 05.035.244/0001-23
AUTORIZ/MS: 1046820 - EXPEDIENTE(s): 4332111/22-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
Sólidos não estéreis (Cefalosporínicos): Cápsulas; Comprimidos Revestidos; Pós
Sólidos não estéreis (Penicilínicos): Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Pós
.....
EMPRESA FABRICANTE: BOEHRINGER INGELHEIM PHARMA GMBH & CO. KG
ENDEREÇO: BINGER STRASSE 173 - 55216 INGELHEIM AM RHEIN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000115
EMPRESA SOLICITANTE: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 60.831.658/0001-77
AUTORIZ/MS: 1003678 - EXPEDIENTE(s): 4299845/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções; Soluções Aerossóis
.....
EMPRESA FABRICANTE: ATLAS PHARM
ENDEREÇO: INDUSTRIAL ZONE OF BERRECHID, RP Nº 7, RUE C, BERRECHID MOROCCO - PAÍS: MARROCOS - CÓDIGO ÚNICO: A.001239
EMPRESA SOLICITANTE: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. - CNPJ: 44.734.671/0001-51
AUTORIZ/MS: 1002981 - EXPEDIENTE(s): 4338054/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.167, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. - CNPJ: 60.659.463/0030-26 - AUTORIZ/MS: 1005739
ENDEREÇO: ROD PE 09, 5601
MUNICÍPIO: CABO DE SANTO AGOSTINHO - UF: PE - EXPEDIENTE: 4954592/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA: FARMÁCIA E LABORATÓRIO HOMEOPÁTICO ALMEIDA PRADO LTDA - CNPJ: 60.862.208/0001-41 - AUTORIZ/MS: 1002669
ENDEREÇO: PRAÇA BENEDITO CALIXTO Nº 129/133
MUNICÍPIO: SÃO PAULO - UF: SP - EXPEDIENTE: 5029975/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: NEXTPHARMA PLOERMEL
ENDEREÇO: ZI DE CAMAGNON, 56800 PLOERMEL - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000826
EMPRESA SOLICITANTE: FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.058.502/0001-48
AUTORIZ/MS: 1074651 - EXPEDIENTE(s): 4420001/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Cápsulas Moles
.....
EMPRESA FABRICANTE: LAPHAL INDUSTRIES
ENDEREÇO: AVENUE VICTOIRE 248, ROUSSET CEDEX ZI 13106 - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000843
EMPRESA SOLICITANTE: FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.058.502/0001-48
AUTORIZ/MS: 1074651 - EXPEDIENTE(s): 4393363/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Cápsulas Moles
.....
EMPRESA FABRICANTE: ANDERSONBRECON (UK) LIMITED
ENDEREÇO: UNITS 2-7, WYE VALLEY BUSINESS PARK, BRECON ROAD, HAY-ON-WYE, HEREFORD, HR3 5PG - PAÍS: REINO UNIDO - CÓDIGO ÚNICO: A.000834
EMPRESA SOLICITANTE: PFIZER BRASIL LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 4920697/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: STEGEMANN LOHNVERPACKUNG & LOGISTISCHER SERVICE E.K.
ENDEREÇO: UP'N NIEN ESCH 14, 48268 GREVEN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000827
EMPRESA SOLICITANTE: BAYER S.A. - CNPJ: 18.459.628/0001-15
AUTORIZ/MS: 1070568 - EXPEDIENTE(s): 4247211/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: ORION CORPORATION
ENDEREÇO: JOENSUUNKATU 7, SALO, FI 24100 - PAÍS: FINLÂNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001224
EMPRESA SOLICITANTE: BAYER S.A. - CNPJ: 18.459.628/0001-15
AUTORIZ/MS: 1070568 - EXPEDIENTE(s): 4281488/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária): Comprimidos Revestidos
Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: KWALITY PHARMACEUTICALS LTD.
ENDEREÇO: 6TH MILE STONE, VILLAGE NAG KALAN, MAJITHA ROAD, AMRITSAR - 143601, PUNJAB - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001580
EMPRESA SOLICITANTE: FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.058.502/0001-48
AUTORIZ/MS: 1074651 - EXPEDIENTE(s): 1572857/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Emulsões Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: PACKAGING COORDINATORS, LLC
ENDEREÇO: 3001 RED LION ROAD, PHILADELPHIA , PENNSYLVANIA (PA) 19114 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000138
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 4707495/22-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: SHARP PACKAGING SERVICES, LLC
ENDEREÇO: 7451 KEEBLER WAY, ALLENTOWN, PENNSYLVANIA (PA) 18106 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000579
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0001-18
AUTORIZ/MS: 1001711 - EXPEDIENTE(s): 4980317/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: BROOKS STERISCIENCE LIMITED
ENDEREÇO: UNIT II - VILLAGE: MANGLEJ, NARESHWAR ROAD OFF.N.HNO.-8, KARJAN CITY, MANGLEJ, DISTR.- VADODARA 391 210, GUJARAT STATE - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001593
EMPRESA SOLICITANTE: RAVIMED FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 31.434.320/0001-83
AUTORIZ/MS: 1186810 - EXPEDIENTE(s): 4264206/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Carbapenêmicos): Pós com Esterilização Terminal; Pós com Preparação Asséptica; Pós Liofilizados

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.168, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: CARMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 28.834.716/0001-03 - AUTORIZ/MS: 1174749 - AE: 1174752
ENDEREÇO: RUA BENJAMIN CONSTANT, Nº 292
MUNICÍPIO: NITERÓI - UF: RJ - EXPEDIENTE: 4392861/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: Bracco Imaging do Brasil Importação e Distribuição de Medicamentos Ltda - CNPJ: 10.742.412/0004-01 - AUTORIZ/MS: 1080379
ENDEREÇO: AV OL 3 200 GALPAOMODULO 03 GALPAO 01
MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS - UF: RJ - EXPEDIENTE: 1480921/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: OHANA ANTONIA MOITA MONTEIRO - CNPJ: 46.985.381/0001-06 - AUTORIZ/MS: 1282131 - AE: 1282175
ENDEREÇO: AV EDUARDO RIBEIRO, 744, LOJA 01
MUNICÍPIO: MANICORÉ - UF: AM - EXPEDIENTE: 5028652/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.169, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Genzyme Flanders BV
Endereço: Cipalstraat 8, Geel, 2440
País: Bélgica Código único: A.000252
Solicitante: Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. CNPJ: 10.588.595/0010-92
Expediente(s): 1658766/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: alfa-alglicosidase, alfa-avalglucosidase e dupilumabe.

Fabricante: Sinovac Life Sciences Co., Ltd.
Endereço: No. 21, Tianfu Street, Daxing Biomedicine Industrial Base of Zhongguancun Science Park, Daxing District, Pequim.
País: China, República Popular Código Único: A.001452
Solicitante: Instituto Butantan CNPJ: 61.821.344/0001-56
Expediente(s): 4327076/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: antígeno do vírus inativado SARS-CoV-2.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.170, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Alexion Pharma International Operations Unlimited Company
Endereço: Monksland Industrial estate, Athlone, Roscommon, N37 DH79
País: Irlanda Código único: A.001323
Solicitante: Alexion Serviços e Farmacêutica do Brasil ltda CNPJ: 10.284.284/0001-49
Expediente(s): 4725282/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: alfassebelipase.

Fabricante: Catalent Maryland, Inc.
Endereço: 7555 Harmans Road, Harmans, Maryland (MD) 21077
País: Estados Unidos da América Código Único: A.001617
Solicitante: Astrazeneca Do Brasil Ltda CNPJ: 60.318.797/0001-00
Expediente(s): 4638726/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: Vetor adenovírus recombinante de chimpanzé, deficiente para replicação, para expressão da glicoproteína Spike (S) do vírus SARS-CoV-2.

Fabricante: Protalix Ltd.
Endereço: 2 Snunit Street, Science Park, Carmiel
País: Israel Código único: A.000802
Solicitante: Fundação Oswaldo Cruz CNPJ: 33.781.055/0001-35
Expediente(s): 2659386/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: alfataliglicerase.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.171, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Nortec Química S.A. CNPJ: 29.950.060/0001-57
Endereço: Rua Dezessete, Nº 200 - ABCD - Distrito Industrial - Mantiquira
Município: Duque De Caxias UF: RJ
Expediente(s): 4219285/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos obtidos por síntese química: aciclovir, benzonidazol, bromazepam, budesonida, cloridrato de bupivacaína monoidratado, clonazepam, cloridrato de lidocaína monoidratado, cloridrato de mepivacaína, cloridrato de articaína, diclofenaco, diclofenaco colestiramina (diclofenaco resinato), diclofenaco dietilamônio, efavirenz, espironolactona, cloridrato de fenilefrina, fenitoína, monocloridrato de flurazepam, sulfato de hidroxicloroquina, cloridrato de isometepteno, mucato de isometepteno, lamivudina, lidocaína, midazolam, cloridrato de midazolam, maleato de midazolam, citrato de orfenadrina, prilocaína, cloridrato de prilocaína, sulfato de pseudoefedrina, zidovudina, tiabendazol, fumarato de tenofovir desoproxila, diazepam, haloperidol, hemifumarato de quetiapina, bupivacaína, sulfato de atazanavir, sulfato de efedrina, cloridrato de pseudoefedrina e dicloridrato de pramipexol.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.172, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Insumos Farmacêuticos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Insumos Farmacêuticos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: DENTAL VERÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - CNPJ: 45.603.346/0001-12 - AUTORIZ/MS: Não Possui
ENDEREÇO: R SETE DE SETEMBRO 933
MUNICÍPIO: PAIÇANDU - UF: PR - EXPEDIENTE: 4814368/22-4
ASSUNTO: 70243 - INSUMOS FARMACÊUTICOS - Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao Art. 4º, § 1º, inciso IV da RDC nº 497/2021: Ausência de AFE para a atividade de distribuição e/ou armazenamento de insumos farmacêuticos.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.174, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: A G Industria e Comércio de Materiais Hospitalar Eireli. CNPJ: 11.601.913/0001-80
Endereço: Rua Balbi Carreira, nº 174, Alvorada, Manaus - AM CEP: 69043-765
Autorização de Funcionamento: 8136602 Expediente: 4702294/22-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Carmed Distribuidora de Medicamentos Ltda CNPJ: 28.834.716/0001-03
Endereço: Rua Benjamin Constant, Nº 292 - Barreto, Niterói - RJ CEP: 24110-002
Autorização de Funcionamento: 8162692 Expediente: 4270648/22-8
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Prime Storage Armazém Geral e Logistica Ltda. - EPP CNPJ: 13.130.164/0001-85
Endereço: Avenida Piraíba, n. 296 - Centro Comercial Jubran, Barueri - SP CEP: 06460-121
Autorização de Funcionamento: 8107583 Expediente: 4558399/22-7
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Protemac Industria e Comércio de Borracha Ltda. CNPJ: 06.050.437/0001-16
Endereço: Rua Tiodolina Cordeiro, Nº 127 Térreo, Conj. Eldorado, Parque 10 de Novembro, Manaus - AM CEP: 69050-200
Autorização de Funcionamento: 8242865 Expediente: 4682056/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Safira Safe Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 25.422.607/0001-90
Endereço: Av. Emilio Ribas, 1056, Sala 708 e 709, Ed. Dubai Office, Jardim Tijuco, Guarulhos - SP CEP: 07020-010
Autorização de Funcionamento: 8184470 Expediente: 4281491/22-8
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Somma Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 54.178.470/0001-79
Endereço: Rua Pinheiro Machado, n. 1805, Campos Eliseos, Ribeirão Preto - SP CEP: 14085-650
Autorização de Funcionamento: 1037881 Expediente: 4362426/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Tecmedic Comércio de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 05.638.301/0004-01
Endereço: Rua 19 de Fevereiro, nº 73, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ CEP: 22280-030
Autorização de Funcionamento: 8117350 Expediente: 4200536/22-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Uno Healthcare Comércio de Medicamentos Ltda. CNPJ: 13.109.151/0001-24
Endereço: Rua Josefina, 200, 3º andar, CJ 314, Vila Progresso, Guarulhos - SP CEP: 07093-080
Autorização de Funcionamento: 8142212 Expediente: 4682181/22-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Uticor Comércio e Representações de Materiais Médicos Ltda. CNPJ: 01.230.254/0001-69
Endereço: Avenida Professor Magalhães Neto, 1752, Salas 501 a 508, Pituba, Salvador - BA CEP: 41810-012
Autorização de Funcionamento: 8029640 Expediente: 4714567/22-5
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.175, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Abon Biopharm (Hangzhou) Co. Ltd.
Endereço: #198, 12TH Street East, Hangzhou, Zhejiang, 310018 - China
Solicitante: Abbott Diagnosticos Rápidos S.A. CNPJ: 50.248.780/0001-61
Autorização de Funcionamento: 1007177 Expediente: 2694633/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Availmed S.A. de C.V.
Endereço: C. Industrial Lt. 001 Mz.105 No. 20905 Int. A Col. Cd. Industrial, Tijuana - Baja California, 22444 - México
Solicitante: Johnson & Johnson do Brasil Ind. e Com. de Prod. para Saúde Ltda. CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8014590 Expediente: 2700269/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Bowa - Electronic GmbH & Co. KG
Endereço: Heinrich-Hertz-Strasse 4-10, Gomaringen, Baden-Wuerttemberg, 72810 - Alemanha
Solicitante: Cura Life Science Ltda - EPP CNPJ: 26.645.979/0001-49
Autorização de Funcionamento: 8153293 Expediente: 4426089/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Engine Medical Equipment Manufacturing (Shanghai) Corporation
Endereço: N° 1199, Xinsiping Road - Shanghai, 201413 - China
Solicitante: Help Medical Serviços Administrativos, Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 23.236.534/0001-17
Autorização de Funcionamento: 8165490 Expediente: 4233374/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III e Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: HiMedia Laboratories Private Limited.
Endereço: Unit-1: B-4-5-6 / MIDC, Palkhed, Dindori, Nashik, Maharashtra, 422 202 - Índia
Solicitante: Passrod Importação E Exportação De Produtos Para Saúde Ltda CNPJ: 26.185.222/0001-10
Autorização de Funcionamento: 8150479 Expediente: 4700943/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Hyaltech Ltd.
Endereço: Starlaw Business Park, Livingston, West Lothian - Escócia, EH54 8SF - Reino Unido
Solicitante: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda. CNPJ: 49.475.833/0001-06
Autorização de Funcionamento: 8052291 Expediente: 4288140/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Karl Leibinger Medizintechnik GMBH & CO. KG
Endereço: Kolbinger STR. 10, Tuttlingen, Mühlheim, Baden-Württemberg, 78570 - Alemanha
Solicitante: Flex Lab Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda. CNPJ: 02.620.178/0001-60
Autorização de Funcionamento: 8008135 Expediente: 2634437/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV e Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Orchid Orthopedic Solutions.
Endereço: 13963 Fir Street, Oregon City, Oregon, 97045 - Estados Unidos da América
Solicitante: Stryker do Brasil Ltda. CNPJ: 02.966.317/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8000543 Expediente: 0810957/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Sansure Biotech Inc.
Endereço: No. 680, Lusong Road, Yuelu District, Changsha, Hunan Province, 410205 - China
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8011758 Expediente: 4455914/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.176, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Cardio Medical Industrial Ltda. CNPJ: 22.616.357/0001-31
Endereço: Avenida Brasília 2291 Compl. 2305/2325, Vila Industrial, Piracicaba - SP CEP: 13412-221
Autorização de Funcionamento: 8146661 Expediente: 4282082/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV e Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Magnamed Tecnologia Médica S/A CNPJ: 01.298.443/0002-54
Endereço: Rua Santa Mônica 801/831, Capuava, Cotia - SP CEP: 06715-865
Autorização de Funcionamento: 8104067 Expediente: 1436168/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Marilyn Eyes Cosméticos e Produtos para Saúde Ltda. CNPJ: 17.341.540/0001-31
Endereço: Rua Florianópolis nº 411, Vila Assunção Santo André - SP CEP: 09030-620
Autorização de Funcionamento: 8149804 Expediente: 4079205/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Wama Produtos Para Laboratório Ltda CNPJ: 66.000.787/0001-08
Endereço: Rua Aldo Germano Klein nº 100, CEAT, São Carlos - SP CEP: 13573-106
Autorização de Funcionamento: 1031003 Expediente: 4180953/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.177, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Implanet
Endereço: Technopole Bordeaux Montesquieu, Allée Fronçois Magendie, Martillac, 33650 - França
Solicitante: Movitek Comércio e Serviços de Importação e Exportação de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 21.772.748/0001-82
Autorização de Funcionamento: 8120791 Expediente: 4180788/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Unidade fabril fora do escopo do art. 3° da Resolução RDC n° 687/2022.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.178, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Certificação de Boas Práticas de Fabricação ou Distribuição e/ou Armazenagem da empresa Confianza Produtos Cirúrgicos e Hospitalares Ltda, CNPJ n° 09.554.136/0001-18, publicada pela Resolução-RE nº 4.580, de 8/12/2021, no Diário Oficial da União nº. 233, de 13 de dezembro de 2021, Seção 1, pág. 224, conforme expedientes nº 1337718/20-3 e 2862173/20-7.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.186, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: PROLIFE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA. - CNPJ: 11830264000199
Produto - (Lote): CADEIRA DE RODAS ELITE PLUS(Todos); CADEIRA DE RODAS PLUS COM ELEVAÇÃO(Todos); CADEIRA DE RODAS PLUS(Todos); CADEIRA DE RODAS SEMI PLUS(Todos); CADEIRA DE RODAS INFANTIL(Todos); CADEIRA DE RODAS PRÁTICA COM ELEVAÇÃO(Todos); CADEIRA DE RODAS PRÁTICA(Todos); CADEIRA DE RODAS SIMPLES(Todos); CADEIRA DE RODAS ELITE PLUS(Todos); CADEIRA DE RODAS TETRA(Todos);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 5040966/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da fabricação, comercialização e divulgação dos produtos cadeiras de rodas (não banho) modelos TETRA, PRÁTICA, PRÁTICA COM ELEVAÇÃO, INFANTIL, PLUS, SEMI PLUS, PLUS COM ELEVAÇÃO, CADEIRA DE RODAS ELITE PLUS e CADEIRA DE RODAS SIMPLES sem registro na Anvisa, considerando o risco sanitário associado ao uso de produtos que não foram regularizados na Anvisa, em desacordo com o art. 7º do Decreto nº. 8.077/2013; e considerando o estabelecido no arts. 7º e 12 e 59 da Lei 6.360/1976 e no art. 10, inciso IV da Lei 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.188, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: HOFFELDER E RIBEIRO LTDA - CNPJ: 41114339000
Produto - (Lote): NOVEL CORONAVÍRUS (COVID-19) AUTOTESTE ANTÍGENO "TESTE INDIVIDUAL"(081821);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 5046992/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que a CPMH - Comércio e Indústria de Produtos Médico - Hospitalares e Odontológicos Ltda., detentora do produto Novel Coronavírus (Covid-19) Autoteste Antígeno de número de registro 80859840213, identificou no mercado unidades deste produto com características no swab divergentes das constantes no original (corpo uniforme e cabeça curta e espessa, como um cotonete convencional), tratando-se, portanto, de falsificação, conforme o art. 7º, inciso XV da Lei nº 9.782/1999 e em desacordo com o art. 10, inciso XXVIII da Lei nº. 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.189, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021 e o art. 23, § 2º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) cautelar(es) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: AMED S/A - CNPJ: 10.403.238/0001-11
Produto - (Lote): Compressa Cirúrgica Campo Operatório Estéril com Elemento Radiopaco (080-2);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 5052184/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o Laudo de Análise Fiscal Inicial nº 2669.1P.0/2022, emitido pela Fundação Ezequiel Dias - FUNED, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de Pesquisa de Amido, para o produto Compressa Cirúrgica Campo Operatório / Premium, marca Vitória, lote 080-2, conforme disposto no art. 23 da Lei nº. 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.190, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: GUSMED DO BRASIL COMERCIO E LOCAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP - CNPJ: 19.443.457/0001-07
Produto - (Lote): Eletrodos de Radiofrequência - Cambridge Interventional (LOTES A PARTIR DE 17/10/2022);Gerador de Radiofrequência - Cambridge Interventional CRF(LOTES A PARTIR DE 17/10/2022);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2701570/22-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Uso
Motivação: Considerando a inspeção sanitária realizada no fabricante Cambridge Interventional LLC, por solicitação da empresa Gusmed do Brasil Comércio e Locação de Produtos Médicos Ltda-EPP, realizada no período de 28/03/2022 a 01/04/2022, durante a qual ficou comprovada a fabricação de produtos em desacordo com os itens 5.5.1 e 5.5.2 da Resolução-RDC nº. 16/2013, considerando o estabelecido no art. 7º da Lei 6360/1976, no art. 10, inciso XXXV da Lei nº. 6.437/1977 e no art. 15 do Decreto nº. 8.077/2013.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.191, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021 e o art. 23, § 2º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) cautelar(es) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA - CNPJ: 02.248.312/0001-44
Produto - (Lote): KIT TESTE COVID-19 ANTÍGENO HECIN(20211209, 20220137, 20220134);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 5047850/22-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando os Laudos de Análise Fiscal n.º 4321.1P.0/2022, n.º 4322.1P.0/2022 e n.º 4323.1P.0/2022 emitidos pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, que apresentaram resultados insatisfatórios no ensaio de especificidade para os lotes nº 20211209, 20220137 e 20220134, do produto Kit Teste Covid-19 Antígeno Hecin, conforme disposto no art. 23 da Lei nº. 6.437/1977.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 4.818, de 28 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 1, de 3 de janeiro de 2022, Seção 1, págs. 59 - 60, conforme expedientes nº. 2414790/21-1 e 4944535/22-9.

Onde se lê: Materiais de uso médico da classe IV

Leia-se: Materiais de uso médico da classe III

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.156, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SÃO CAETANO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELLI / 34.833.294/0001-54
25351.177078/2021-03 / 8219574
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4946299220

Unamed Produtos Hospitalares Ltda / 43.962.576/0001-42
25351.026321/2022-07 / 8241199
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4942095221

VIDA COMERCIO HOSPITALAR EIRELI / 17.608.705/0001-99
25351.838338/2016-12 / 8133287
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4946358226

AUTHICA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 08.610.716/0001-12
25351.434608/2012-14 / 3053693
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4942161223

WHITE PRODUTOS E MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA / 21.593.471/0001-20
25351.433345/2022-19 /
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4942324220
---
medical prime importação e exportação e distribuidora de produtos médicos hospitalares ltda / 19.450.138/0001-10
25351.032367/2015-25 / 8116172
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4926120224

SP. MAUÁ COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA. / 40.595.809/0001-28
25351.321141/2022-28 / 3116029
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4588149229
25351.321141/2022-28 / 3116029
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4588150227

LIT COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA / 46.272.610/0001-45
25351.142362/2022-31 / 8251528
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4942157226
25351.142520/2022-53 / 4047194
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4942156220

LUANI TS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA / 43.168.687/0001-81
25351.415371/2022-57 / 8257673
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4946999221

KARSTEN S.A. / 82.640.558/0001-04
25351.024096/2019-61 / 4007137
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4946318224
25351.024096/2019-61 / 4007137
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4946829229

Penumbra Latin America Distribuidora de Equipamentos e Produtos Médicos Ltda / 21.873.761/0001-28
25351.453278/2015-70 / 8124852
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4947045221

INTERCOMM LOGISTICA S/A / 08.614.527/0001-18
25351.524303/2011-73 / 2060894
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4943776221
25351.524322/2011-88 / 8080101
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4943808221

ACH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 45.152.364/0001-25
25351.186074/2022-99 / 8256707
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4925732226

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.157, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

HIGIA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 35.979.054/0001-25
25351.796344/2020-11 / 3095959
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4944602227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

GAT LOGISTICA LTDA / 08.165.642/0001-52
25351.116025/2008-31 / 3037169
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4925678221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

SILVANA BARATELLA FERNANDES & CIA LTDA ME / 12.564.855/0001-24
25351.153982/2011-43 / 0758285
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4936657221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.158, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMBRAIMP LTDA / 47.626.063/0001-11
25351.489209/2022-75 /
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4891049227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Relatório de Inspeção descrevendo a capacidade da empresa para executar a atividade relacionada a substâncias sujeitas ao controle especial, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15, § 4º e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.159, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

AEROMAR TRANSPORTES LTDA / 49.358.138/0001-56
25351.077429/2008-00 / 1072967
70802 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS / 4586175222

DROGARIA SILVEIRA DE CAMPOS LTDA ME / 14.907.168/0001-90
25351.219488/2014-00 / 7163382
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613298228

DROGARIA SILVEIRA BELA VISTA LTDA - ME / 10.962.297/0001-20
25351.633112/2014-04 / 7317771
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4606865221

LIA MARA CASAGRANDE ME / 93.515.484/0001-92
25351.640335/2014-10 / 7317279
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4615506226

GLOBALDERMA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA. / 38.376.928/0001-48
25351.232086/2021-11 / 1254817
70802 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS / 4691018221

CT EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 30.755.093/0002-06
25351.063940/2020-11 / 7754281
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4717337228

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0838-03
25351.028795/2020-13 / 7703022
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4658144228

DROGARIA SILVEIRA DE SANTA RITA LTDA-ME / 25.302.657/0001-34
25351.324203/2016-13 / 7475438
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4613450226

FAMILIA MOTOS EXPRESS LTDA / 07.686.146/0001-81
25351.210210/2020-15 / 1237140
70802 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS / 4590778220
25351.210210/2020-15 / 1237140
70802 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS / 4604183228

BIOGEN BRASIL PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 07.986.222/0001-74
25351.228516/2012-17 / 8085251
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4640713223

O.F.Q.DO NASCIMENTO SOARES / 05.335.462/0001-83
25351.463060/2018-18 / 7600856
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4680356227

JL FARMA DA PRATA LTDA / 37.518.148/0001-22
25351.284886/2021-18 / 7796030
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4584590222

SUELI DE SOUZA LAVORINI - ME / 09.659.258/0001-79
25351.550964/2008-19 / 0558735
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4704683222
---
lat´s hospitalar e com. de produtos em geral - ltda / 37.647.975/0001-16
25351.131179/2021-20 / 8218642
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4614221220

MIVEGAN DROGARIA EIRELI / 34.443.575/0001-09
25351.500218/2022-24 / 7909111
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4700614225

TECNOPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. / 31.575.186/0015-36
25351.525061/2014-30 / 7288393
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4602694221

FAMILIA MOTOS EXPRESS LTDA / 07.686.146/0001-81
25351.210198/2020-31 / 8198325
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4590008220

BLAU FARMACEUTICA GOIAS LTDA. / 16.590.191/0001-29
25351.081947/2014-33 / 1072234
70802 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS / 4657540220

COMERCIAL DE MEDICAMENTOS UNIPHARMA LTDA / 30.724.294/0001-65
25351.801853/2018-40 / 7625032
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4683011221

GILDA FACONERY ME / 20.208.964/0001-37
25351.477509/2020-40 / 7766823
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4609310228

MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 05.343.029/0002-70
25351.569355/2012-45 / 8096041
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4597540229

NEW MIX PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME / 32.774.794/0001-37
25351.322430/2019-49 / 8182508
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4704873226

MG ONCOLOGIA MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA / 06.982.320/0001-70
25351.255950/2004-52 / 1059928
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4564690221

REDE DROGARIA VIVA FARMA LTDA / 45.907.773/0001-94
25351.551092/2022-56 / 7907154
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4684269221

E3 PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 44.610.900/0001-26
25351.142545/2022-57 / 8251501
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4698423228

AEROMAR TRANSPORTES LTDA / 49.358.138/0001-56
25351.522808/2011-57 / 8080132
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4586186224

FARMANUTRI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 10.578.913/0005-77
25351.323910/2020-61 / 8210987
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4646627221

Sete Suprimentos Customizados Eireli / 23.255.488/0001-01
25351.417465/2019-65 / 3088243
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 4614703224

DROGARIA & PERFUMARIA 2 IRMÃOS / 31.178.862/0002-13
25351.044813/2022-76 / 7878265
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4623747220
---
paz e ribeiro ltda / 43.350.282/0001-60
25351.466085/2021-79 / 8235484
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4565934221

Drogaria Praça Capital de Campinas LTDA EPP / 15.758.707/0002-10
25351.240349/2017-80 / 7515926
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4658657221

DROGAMAX 2 HIPERFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 33.243.038/0001-44
25351.323324/2019-82 / 7658635
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4665987221

LUIZ BERTOLLI FERRI EIRELI ME / 91.506.790/0001-37
25025.027290/2006-85 / 3034574
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 4585218220

FAMILIA MOTOS EXPRESS LTDA / 07.686.146/0001-81
25351.210199/2020-85 / 3093148
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 4590422221

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0512-78
25351.896687/2016-90 / 7441852
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4687639221

FARMADERE FARMACIA E SERVIÇOS FARMACEUTICOS LTDA / 10.562.062/0001-40
25351.457894/2021-90 / 7806606
70802 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS / 4637139228

DROGARIA BOM PRECO SANTA RITA LTDA / 43.266.912/0001-12
25351.377249/2021-94 / 7847044
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4608670226

LIBBS FARMOQUÍMICA LTDA / 06.230.373/0001-35
25351.162844/2006-98 / 1066183
70802 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS / 4704285227

PRATIXIA DERMO SOLUÇÕES LTDA - ME / 82.466.434/0001-46
25023.085716/91 / 3012294
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 4700468220

EUROMARKET COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP / 02.487.446/0001-18
25000.018607/99-90 / 3022165
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4645381229

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.160, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

LIA MARA CASAGRANDE ME / 93.515.484/0001-92
25351.043490/2017-36 / 1162098
7053 - AE - CANCELAMENTO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4615864222

AEROMAR TRANSPORTES LTDA / 49.358.138/0001-56
25351.023078/2010-39 / 1225247
70809 - AE - CANCELAMENTO - AUTORIZAÇÃO ESPECIAL / 4586172223

DROGARIA FIALHO RAMOS LTDA / 01.762.082/0001-74
25351.441244/2014-55 / 1116508
7053 - AE - CANCELAMENTO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4655590221

LIBBS FARMOQUÍMICA LTDA / 06.230.373/0001-35
25351.127535/2006-71 / 1217315
70809 - AE - CANCELAMENTO - AUTORIZAÇÃO ESPECIAL / 4704319229

TECNOPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. / 31.575.186/0015-36
25351.744522/2014-71 / 1131838
7053 - AE - CANCELAMENTO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4602754228

HIPER MAGISTRAL DE POA LTDA / 09.257.219/0001-45
25351.711720/2010-73 / 1393174
7053 - AE - CANCELAMENTO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4589562227

MG ONCOLOGIA MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA / 06.982.320/0001-70
25351.255992/2004-93 / 1214643
70349 - AFE/AE - CANCELAMENTO - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4564747223

FAMILIA MOTOS EXPRESS LTDA / 07.686.146/0001-81
25351.210207/2020-93 / 1237136
70809 - AE - CANCELAMENTO - AUTORIZAÇÃO ESPECIAL / 4604180229
25351.210207/2020-93 / 1237136
70809 - AE - CANCELAMENTO - AUTORIZAÇÃO ESPECIAL / 4590483220

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.161, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MARBOS MEDICINAIS E PARTICIPACOES LTDA / 43.444.958/0001-84
25351.503644/2022-10 / 1283639
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4897831229

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.179, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de alteração de escopo, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS). do(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução não altera o período de vigência do laboratório, estabelecida por sua Resolução de habilitação inicial.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
ENDEREÇO CIDADE UF
MOTIVAÇÃO INDEFERIMENTO

70682 - REBLAS - Alteração de Escopo da Habilitação. 4985018/22-8
Laboratório Lanatec Eireli. 08.533.860/0001-00
Rua: São Paulo - 2166. Vila Maceno. São José do Rio Preto/SP
Perda de objeto - laboratório já habilitado no escopo solicitado

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.180, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Alterar, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS). o escopo do(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução não altera o período de vigência do laboratório, estabelecida por sua Resolução de habilitação inicial.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
ENDEREÇO CIDADE UF
ALTERAÇÃO

70682 - REBLAS - Alteração de Escopo da Habilitação. 4978774/22-5
Atena Laboratórios Ltda. 38.182.075/0001-03
Avenida João Antônio Meccatti, 1221 - Jardim Planalto. Jundiaí/SP
Inclusão das categorias de produtos: "Insumos Farmacêuticos", "Medicamentos" e "Produtos para Saúde".

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.181, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de renovação de habilitação na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
ENDEREÇO CIDADE UF
MOTIVAÇÃO INDEFERIMENTO

70678 - REBLAS - Renovação da Habilitação de Laboratório Analítico. 5001883/22-9
Medcin Instituto da Pele Ltda. 59.059.378/0005-37
Rua Atílio Delanina, 178. Vila Campesina. Osasco/SP
Perda de objeto - laboratório não habilitado

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.182, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º A presente habilitação terá validade de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art.3º O(s)escopo(s) habilitado(s) são(erão) publicado(s) no portal eletrônico da ANVISA: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
RAZÃO SOCIAL CNPJ
CÓD. REBLAS
ENDEREÇO CIDADE UF

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 4919508/22-1
Prudenciatti e Ribeiro Pesquisa e Desenvolvimento Ltda.
266
Avenida Professor Mário Rubens Guimarães Montenegro, UNESP Campus de Botucatu. Botucatu/SP

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.140, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública constantes no anexo desta Resolução

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JACQUELINE CONDACK BARCELOS

ANEXO

VESSEL SERVIÇOS MARÍTIMOS E AMBIENTAIS LTDA EPP/ 23.661.601/0001-40
25748.000577/2022-22/ 9.10058-3
9069: AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) QUE PRESTA SERVIÇO DE ESGOTAMENTO E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE AERONAVES, EMBARCAÇÕES E VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA EM TERMINAIS AEROPORTUÁRIOS, PORTUÁRIO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA/ 4814237/22-7.

VESSEL SERVIÇOS MARÍTIMOS E AMBIENTAIS LTDA EPP / 23.661.601/0001-40
25748.000568/2022-31 / 9.09988-6
9041: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS. / 4492049/22-3.

BRATEC MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA / 27.462.720/0001-25
25748.000564/2022-53/ 9.10078-2
9027: AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) QUE PRESTA SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO A BORDO DE AERONAVES, EMBARCAÇÕES E VEÍCULOS TERRESTRES QUE OPERAM TRANSPORTE COLETIVO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS / 4375367/22-9.

SWL TECNOLOGIA EM LIMPEZA SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA / 24.337.551/0001-03
25741.000037/2022-17/ 9.10081-1
9055- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) QUE PRESTA SERVIÇO DE LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS RESULTANTES DO TRATAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS E DEJETOS EM TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA. / 4213056/22-8.

AGIMEX MARÍTIMA LTDA / 46.479.003/0001-50
25741.000065/2022-26/ 9.10057-0
9000 - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) QUE PRESTA SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL./ 4850410/22-7

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.141, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art.160, aliado ao art.203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas constante no anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JACQUELINE CONDACK BARCELOS

ANEXO

RM SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA/ 06.990.661/0022-12
25741.656649/2017-93/ 9.08338-4
9008 - CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE), DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (AE) OU DE CADASTRAMENTO DE FILIAL DE EMPRESA DETENTORA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO./ 5018152/22-1
MOTIVO DO CANCELAMENTO: PARA ADEQUAÇÃO À RESOLUÇÃO RDC 374 DE 16 DE ABRIL DE 2022. VALIDADE DA AFE É NACIONAL E VINCULADA AO CNPJ DA MATRIZ.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.142, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art.160, aliado ao art.203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº345 de 2002, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JACQUELINE CONDACK BARCELOS

ANEXO

JOÃO JOSÉ MACHADO JUNIOR/ 17.327.902/0001-30
25741.356406/2013-47 / 9.05803-1
9006 - MUDANÇA DE ENDEREÇO NA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) - EXCETO FARMÁCIAS E DROGARIAS./ 4920402/22-8

BERNARDINO & DEMETRIO SANTOS AGENCIAMENTO MARÍTIMO LTDA/ 32.183.813/0001-50
25741.025854/2019-74 / 9.08669-8
9006 - MUDANÇA DE ENDEREÇO NA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) - EXCETO FARMÁCIAS E DROGARIAS./ 4965910/22-2

CLINVET HOSPITAL VETERINÁRIO LTDA/ 81.779.084/0001-05
25741.232898/2008-04 / 9.01921-2
9005 - ALTERAÇÃO NA RAZÃO SOCIAL NA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) - EXCETO FARMÁCIAS E DROGARIAS./ 4975699/22-2

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.143, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art.160, aliado ao art.203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº61 de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas prestadoras de serviços de importação procedida por intermediação predeterminada constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 20 de agosto de 2022.

JACQUELINE CONDACK BARCELOS

ANEXO

PHARMA EXPRESS IMPORT LTDA / 45.554.994/0001-26
25756.000325/2022-02 / 9100808
9146 - PAF - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) QUE PRESTA SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO PROCEDIDA POR INTERMEDIAÇÃO PREDETERMINADA DE MEDICAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS COM EMPREGO NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA./ 4369357/22-5

PHARMA EXPRESS IMPORT LTDA / 45.554.994/0001-26
25756.000324/2022-50 / 9100796
9688 - PAF - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) QUE PRESTA SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO PROCEDIDA POR INTERMEDIAÇÃO PREDETERMINADA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMESS./ 4368782/22-4

Ministério do Trabalho e Previdência

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA/MTP Nº 4.098, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021, que aprova normas para a organização e tramitação dos processos de auto de infração, de notificação de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e da Contribuição Social; regulamenta o Sistema Eletrônico de Processo Administrativo Trabalhista; estabelece parâmetros para a aplicação das multas administrativas de valor variável, previstas na legislação trabalhista; e disciplina os procedimentos administrativos de emissão da certidão de débitos, oferta de vista, extração de cópia, verificação anual dos processos administrativos e procedimento para autorização do saque de FGTS pelo empregador, quando recolhido a empregados não optantes.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art. 1º A Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11.....

.....

II - prazo de dez dias para recolhimento do débito;

....." (NR)

"Art. 19.....

I - da lavratura do auto de infração ou da notificação de débito do FGTS;

II - das decisões do processo que resultem em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos; e

III - dos despachos de saneamento ou diligência, quando forem acrescentadas informações que possam influir no seu direito de defesa, sendo-lhe reaberto o prazo de defesa." (NR)

"Art. 20.....

I - pessoal, por meio de termo de ciência em que conste a assinatura e identificação do autuado ou notificado, seu representante ou preposto;

.....

§ 4º O termo de ciência pessoal ou a notificação postal sobre a lavratura do auto de infração ou da notificação de débito do FGTS indicarão o prazo e a forma de apresentação da defesa." (NR)

"Art. 22.....

.....

§ 3º Aplicam-se aos entes da Administração Pública direta e indireta os mesmos prazos previstos nesta Portaria para os demais administrados." (NR)

"Art. 37.....

.....

§ 1º.....

I - houver redução do valor da multa em decorrência da alteração dos parâmetros de cálculo do auto de infração; ou

II - for lavrado Termo de Alteração do Débito em processo administrativo de Notificação de Débito do FGTS e da Contribuição Social.

§ 2º Será declarada a procedência total dos autos de infração de FGTS e Contribuição Social, quando houver alteração dos parâmetros de cálculo da multa em decorrência da lavratura de Termo de Retificação de Débito em processo correlato de Notificação de Débito do FGTS e da Contribuição Social." (NR)

"Art. 43.....

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica ao Termo de Alteração de Débito e aos autos de infração de FGTS e de Contribuição Social a ele correlatos julgados parcialmente procedentes, quando a convalidação se der exclusivamente em razão da supressão de valores atingidos pela prescrição ou decadência." (NR)

"Art. 77. O empregador que não entregar a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS no prazo legal ficará sujeito à multa prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990, a ser cobrada em valores monetários a partir de R$ 431,69 (quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos), acrescidos de R$ 107,91 (cento e sete reais e noventa e um centavos) por bimestre de atraso, contados até a data de entrega da RAIS respectiva ou da lavratura do auto de infração, se esse ocorrer primeiro.

....." (NR)

"Art. 78. O empregador que omitir informações ou prestar declaração falsa ou inexata ficará sujeito à multa prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990, a ser cobrada em valores monetários a partir de R$ 431,69 (quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos), acrescidos de R$ 26,98 (vinte e seis reais e noventa e oito centavos) por empregado omitido ou declarado falsa ou inexatamente." (NR)

"Art. 81. O empregador obrigado ao Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial que não prestar as informações na forma e prazo estabelecidos em normatização específica, ou apresentá-las com incorreções ou omissões, ficará sujeito à multa prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990, a ser cobrada em valores monetários a partir de R$ 431,69 (quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos), acrescidos de:

I - R$ 431,69 (quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos) por trabalhador prejudicado em relação às informações previstas nos seguintes dispositivos do art. 145 da Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021:

a) alíneas "a", "b" e "d" do inciso I;

b) alíneas "a" e "c" dos incisos II e III;

c) alínea "a" dos incisos IV, VII, IX, X e XI; e

d) alíneas "a" e "b" dos incisos V e VI e VIII;

II - R$ 143,90 (cento e quarenta e três reais e noventa centavos) por trabalhador prejudicado em relação às informações previstas nos seguintes dispositivos do art. 145 da Portaria MTP nº 671, de 2021:

a) alínea "c" dos incisos I, V, VI e VIII;

b) alínea "b" dos incisos II, III, IX e X; e

c) alíneas "b" e "c" dos incisos IV e VII; e

III - R$ 101,42 (cento e um reais e quarenta e dois centavos) por trabalhador prejudicado em relação às informações previstas nos seguintes dispositivos do art. 145 da Portaria MTP nº 671, de 2021:

a) alínea "e" do inciso I;

b) alínea "d" dos incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII;

c) alínea "c" dos incisos IX e X; e

d) alínea "b" do inciso XI.

§ 1º O valor máximo das multas previstas neste artigo é de R$ 43.168,67 (quarenta e três mil cento e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos), aplicadas em dobro em caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

§ 2º O valor da multa de que trata este artigo será reduzido em quarenta por cento, respeitado o limite mínimo legal, nos casos em que as informações forem prestadas ou corrigidas espontaneamente após o prazo assinalado para cumprimento da obrigação e antes de qualquer procedimento de ofício instaurado pela Auditoria-Fiscal do Trabalho.

§ 3º O valor da multa de que trata este artigo será reduzido em vinte por cento, respeitado o limite mínimo legal, nos casos em que as informações forem prestadas ou corrigidas após a instauração de qualquer procedimento de ofício, observado o prazo fixado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.

§ 4º O cálculo da multa de que trata este artigo deve considerar a seguinte ordem:

I - cômputo dos valores mencionados nos incisos I a III do caput;

II - cômputo das agravantes mencionadas no § 1º, quando cabível, observando-se a regra do art. 87; e

III - cômputo de desconto, com os percentuais indicados nos § 2º e no § 3º, quando cabível.

§ 5º A concessão de qualquer desconto previsto neste artigo está condicionada à correção de todos os itens irregulares." (NR)

"Art. 83. O empregador que, no ato da dispensa, deixar de fornecer ao empregado, devidamente preenchidos, o requerimento do seguro-desemprego e a Comunicação de Dispensa, ficará sujeito à multa prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990, a ser cobrada em valores monetários a partir de R$ 431,69 (quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos), por empregado prejudicado.

....." (NR)

Art. 2º O Anexo I da Portaria nº 667, de 2021, passa a vigorar na forma do Anexo I.

Art. 3º O Anexo II da Portaria nº 667, de 2021, passa a vigorar na forma do Anexo II.

Art. 4º O Anexo III da Portaria nº 667, de 2021, passa a vigorar na forma do Anexo III.

Art. 5º O Anexo IV da Portaria nº 667, de 2021, passa a vigorar na forma do Anexo IV.

Art. 6º Revogam-se as seguintes disposições da Portaria nº 667, de 2021:

I - incisos VII e X do caput do art. 6º;

II - incisos IV e VI do art. 11; e

III - alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do § 1º do art. 37.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA

ANEXO I

TABELA DE MULTAS ADMINISTRATIVAS COM CRITÉRIOS FIXOS DE CÁLCULO
(VALORES EM REAIS - R$)

Natureza	Capitulação da infração	Base legal	Critério	Observações
Obrigatoriedade da CTPS	CLT, art.13	CLT, art. 55	R$ 408,25	
Anotação de CTPS - Demais empregadores	CLT, art. 29	CLT, art. 29-A	R$ 3.000,00	Por empregado que não teve sua CTPS anotada no prazo, acrescido de igual valor em cada reincidência
Anotação de CTPS - ME ou EPP	CLT, art. 29	CLT, art. 29-A, §1º	R$ 800,00	Por empregado que não teve sua CTPS anotada no prazo, acrescido de igual valor em cada reincidência
Anotações de CPTS previstas no § 2º do art. 29	CLT, art. 29, § 2º	CLT, art. 29-B	R$ 600,00	Por empregado que não teve sua CTPS anotada no prazo
Anotação desabonadora na CTPS	CLT, art. 29, § 4º	CLT, art. 29, § 5º, c/c art. 52	R$ 204,13	
Registro de empregado - Lei nº 13.467, de 2017	CLT, art. 41	CLT, art. 47	R$ 3.042,62	Por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência
Registro de empregado - Lei nº 13.467, de 2017 - ME/EPP	CLT, art. 41	CLT, art. 47, §1º	R$ 811,37	Por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência
Falta de atualização ou preenchimento incompleto LRE/FRE - Lei nº 13.467, de 2017	CLT, art. 41, parágrafo único	CLT, art. 47-A	R$ 608,52	Por empregado prejudicado
Venda CTPS (igual ou semelhante)	CLT, art. 51	CLT, art. 51	R$ 1.224,76	
Extravios ou inutilização CTPS	CLT, art. 52	CLT, art. 52	R$ 204,13	
Férias	CLT, art. 129 ao art. 152	CLT, art. 153	R$ 172,68	Por empregado em situação irregular, dobrado em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei
Trabalho do menor (criança, adolescente e aprendiz)	CLT, art. 402 ao art. 441	CLT, art. 434	R$ 408,25	Por menor irregular até o máximo de R$ 2.012,66, salvo no caso de reincidência, em que esse total poderá ser elevado ao dobro
Anotação indevida na CTPS do menor	CLT, art. 435	CLT, art. 435	R$ 408,25	
Contrato individual de trabalho	CLT, art. 442 ao art. 508	CLT, art. 510	R$ 408,25	Dobrado na reincidência
Atraso pagamento de salário	CLT, art. 459, § 1º	art. 4º, Lei nº 7.855/1989	R$ 172,68	Por trabalhador prejudicado
Não pagamento verbas rescisórias prazo previsto	CLT, art. 477, § 6º	CLT, art. 477, § 8º	R$ 172,68	Por empregado prejudicado
13º salário	Lei nº 4.090/1962, c/c Lei nº 4.749/1965	Lei nº 7.855/1989, art. 3º	R$ 172,68	Por trabalhador prejudicado, dobrado na reincidência
Entrega de CAGED com atraso até 30 dias	Lei nº 4.923/1965	Lei nº 4.923/1965, art. 10	R$ 4,53	Por empregado
Entrega de CAGED com atraso de 31 até 60 dias	Lei nº 4.923/1965	Lei nº 4.923/1965, art. 10	R$ 6,81	Por empregado
Entrega de CAGED com atraso acima de 60 dias	Lei nº 4.923/1965	Lei nº 4.923/1965, art. 10	R$ 13,61	Por empregado
Atividade petrolífera	Lei nº 5.811/1972	Lei nº 7.855/1989, art. 3º	R$ 172,68	Por trabalhador prejudicado, dobrado na reincidência
Trabalhador rural	Lei nº 5.889/1973	Lei nº 5.889/1989, art. 18 com redação dada pela MPV nº 2164-41/2001	R$ 385,40	Por empregado em situação irregular
Trabalhador temporário	Lei nº 6.019/1974	Lei nº 7.855/1989, art. 3º	R$ 172,68	Por trabalhador prejudicado, dobrado na reincidência
Propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos	Lei nº 6.224/1975, art. 3º	Lei nº 6.224/1975, art. 4º, c/c CLT, art. 434	R$ 408,25	Por menor irregular até o máximo de R$ 2.012,66, salvo no caso de reincidência, em que esse total poderá ser elevado ao dobro
Propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos	Lei nº 6.224/1975, art. 2º, caput	Lei nº 6.224/1975, art. 4º, c/c CLT, art. 510	R$ 408,25	Dobrado na reincidência
Vale-transporte	Lei nº 7.418/1985	Lei nº 7.855/1989, art. 3º	R$ 172,68	Por trabalhador prejudicado, dobrado na reincidência
Contrato de trabalho por prazo determinado	Lei nº 9.601/1998, art. 3º e art. 4º	Lei nº 9.601/1998, art. 7º	R$ 539,61	
Trabalhador avulso	Lei nº 12.023/2009	Lei nº 12.023/2009, art. 10	R$ 507,10	Por trabalhador avulso prejudicado
Cooperativa de trabalho	Lei nº 12.690/2012	Lei nº 12.690/2012, Art. 17, § 1º	R$ 507,10	Por trabalhador prejudicado, dobrada na reincidência
Programa Seguro-Emprego	Lei nº 13.189/2015	Lei nº 13.189/2015, Art. 8º, §1º	100%	Percentual incidente sobre os recursos recebidos do FAT. Aplicada em dobro no caso de fraude
Prática discriminatória	Lei nº 9.029/1995	Lei nº 9.029/1995, art. 3º, inciso I		10 (dez) vezes o maior salário pago pelo empregador
FGTS - falta de depósito referente a competências posteriores à implantação do FGTS Digital	Lei nº 8.036, de 1990, art. 23, § 1º, inciso I	Lei nº 8.036, de 1990, art.23, § 2º, "b", com redação dada pela Lei nº 14.438, de 2022	30%	Percentual incidente sobre o débito do FGTS referente à competência posterior à implantação do FGTS Digital. O valor será dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato
FGTS - deixar de computar parcela de remuneração referentes às competências posteriores à implantação do FGTS Digital	Lei nº 8.036, de 1990, art. 23, § 1º, inciso IV	Lei nº 8.036, de 1990, art.23, § 2º, "b", com redação dada pela Lei nº 14.438, de 2022	30%	Percentual incidente sobre o débito do FGTS referente à competência posterior à implantação do FGTS Digital. O valor será dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato
FGTS - deixar de efetuar depósito referente à débito constituído em notificação de débito referente à competências posteriores à implantação do FGTS Digital	Lei nº 8.036, de 1990, art. 23, § 1º, inciso V, com redação dada pela Lei nº 14.438, de 2022	Lei nº 8.036, de 1990, art.23, § 2º, "b", com redação dada pela Lei nº 14.438, de 2022	30%	Percentual incidente sobre o débito do FGTS referente à competência posterior à implantação do FGTS Digital. O valor será dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato

ANEXO II

TABELA DAS MULTAS ADMINISTRATIVAS COM CRITÉRIOS VARIÁVEIS DE CÁLCULO
(VALORES EM REAIS - R$)

Natureza	Capitulação da infração	Base legal	Valor Mínimo	Valor Máximo	Observações
Duração do trabalho	CLT, art. 57 ao art. 74	CLT, art. 75	R$ 40,82	R$ 4.082,52	Dobrado na reincidência, oposição ou desacato
Salário mínimo	CLT, art. 76 ao art. 126	CLT, art. 120	R$ 40,82	R$ 1.633,00	Dobrado na reincidência
Durações e condições especiais do trabalho	CLT, art. 224 ao art. 350	CLT, art. 351	R$ 40,82	R$ 4.082,52	Dobrado na reincidência, oposição ou desacato
Nacionalização do trabalho	CLT, art. 352 ao art. 371	CLT, art. 364	R$ 81,65	R$ 8.165,02	
Trabalho da mulher	CLT, art. 372 ao art. 400	CLT, art. 401	R$ 81,65	R$ 816,51	Aplicada no grau máximo se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos e nos casos de reincidência
Organização sindical	CLT art. 511 ao art. 552	CLT art. 553, alínea "a"	R$ 81,65	R$ 4.082,52	Dobrado na reincidência

Contribuição sindical	CLT, art. 578 ao art. 610	CLT, art. 598	R$ 8,16	R$ 8.165,02	
Fiscalização	CLT, art. 626 ao art. 642	CLT, art. 630, § 6º	R$ 204,13	R$ 2.041,25	
Lock-out e greve	CLT, art. 722, caput	CLT, art. 722, alínea "a"	R$ 4.082,52	R$ 40.825,12	Aplicação em dobro para concessionário de serviço público
Repouso semanal remunerado e em feriados	Lei nº 605/1949	Lei nº 605/1949, art. 12, com redação dada pela Lei nº 12.544/2011	R$ 40,82	R$ 4.082,52	Aplicada em dobro no caso de reincidência e oposição à fiscalização ou desacato à autoridade
Músicos	Lei nº 3.857/1960	Lei nº 3.857/1960, art. 56	R$ 81,65	R$ 816,51	Aplicada em dobro na reincidência
Publicitário	Lei nº 4.680/1965, artigos 8º, 9º e 12 e Decreto nº 57.690/1966, art. 13, parágrafo único	Lei nº 4.680/1965, art. 16, alínea "a"	R$ 4,09	R$ 408,25	
Atuário	Decreto-Lei nº 806/1969	Decreto-Lei nº 806/1969, art. 10	R$ 28,92	R$ 289,16	Dobrada em cada reincidência, oposição à fiscalização ou desacato a autoridade
Jornalista	Decreto-Lei nº 972/1969	Decreto-Lei nº 972/1969, art. 13	R$ 57,83	R$ 578,32	
Abono salarial e seguro-desemprego	Lei nº 7.998/1990, art. 24	Lei nº 7.998/1990, art. 25	R$ 431,69	R$ 43.168,67	Dobrado em caso de caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade
FGTS - falta de depósito referente a competências anteriores à implantação do FGTS Digital	Lei nº 8.036/1990, art. 23, § 1º, inciso I	Lei nº 8.036/1990, art.23, § 2º, "b"	R$ 10,79	R$ 107,92	Por empregado dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato
FGTS - omitir informações sobre a conta vinculada do trabalhador referentes às competências anteriores à implantação do FGTS	Lei nº 8.036/1990, art. 23, § 1º, inciso II	Lei nº 8.036/1990, art. 23, § 2º, "a"	R$ 2,16	R$ 5,40	Por empregado dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato
FGTS - apresentar informações ao Cadastro Nacional do Trabalhador com erros e omissões - referentes às competências anteriores à implantação do FGTS	Lei nº 8.036/1990, art. 23, § 1º, inciso III	Lei nº 8.036/1990, art.23, § 2º, "a"	R$ 2,16	R$ 5,40	Por empregado dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato
FGTS - deixar de computar parcela de remuneração referentes às competências anteriores à implantação do FGTS	Lei nº 8.036/1990, art. 23, § 1º, inciso IV	Lei nº 8.036/1990, art.23, § 2º, "b"	R$ 10,79	R$ 107,92	Por empregado dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato
FGTS - deixar de efetuar depósito referente à débito constituído em notificação de débito referente à competências posteriores à implantação do FGTS Digital	Lei nº 8.036/1990, art. 23, § 1º, inciso V	Lei nº 8.036/1990, art.23, § 2º, "b"	R$ 10,79	R$ 107,92	Por empregado dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato
FGTS - deixar de apresentar ou apresentar com erros ou omissões as informações de que trata do art. 17-A	Lei nº 8.036, de 1990, art. 23, § 1º, inciso VI, com redação dada pela Lei nº 14.438, de 2022	Lei nº 8.036, de 1990, art. 23, § 2º, "c", com redação dada pela Lei nº 14.438, de 2022	R$ 101,42	R$ 304,26	Por empregado dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato
FGTS - deixar de apresentar ou promover a retificação das informações de que trata o art. 17-A no prazo concedido em notificação	Lei nº 8.036, de 1990, art. 23, § 1º, inciso VII, com redação dada pela Lei nº 14.438, de 2022	Lei nº 8.036, de 1990, art. 23, § 2º, "c", com redação dada pela Lei nº 14.438, de 2022	R$ 101,42	R$ 304,26	Por empregado dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato
Transporte aquaviário	Lei nº 9.432/1997	Lei nº 9.432/1997, art. 15, I		R$ 10,14	Por tonelada de arqueação bruta da embarcação
Trabalho portuário	Lei nº 9.719/1998, art. 7º, "caput"	Lei nº 9.719/1998, art. 10, inciso I	R$ 175,46	R$ 1.754,58	Dobrada em caso de reincidência, oposição à fiscalização e desacato à autoridade
Trabalho portuário	Lei nº 9.719/1998, art. 7º, parágrafo único e demais artigos, exceto art. 7º, "caput" e artigo 9º	Lei nº 9.719/1998, art. 10, inciso III	R$ 349,90	R$ 3.499,01	Por trabalhador mantido em situação irregular, dobrada em caso de reincidência, oposição à fiscalização e desacato à autoridade
Motociclistas profissionais	Lei nº 12.436/2011	Lei nº 12.436/2011, art. 2º	R$ 304,26	R$ 3.042,62	Aplicada no grau máximo se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos e nos casos de reincidência
Trabalho portuário	Lei nº 12.815/2013, art. 36, art. 39 e art. 42	Lei nº 12.815/2013, art. 51 c/c Lei nº 9.719/1998, art. 10, I	R$ 175,46	R$ 1.754,58	Dobrada em caso de reincidência, oposição à fiscalização e desacato à autoridade
Trabalho portuário	Lei nº 12.815/2013, art. 40, "caput" e § 3º	Lei nº 12.815/2013, art. 52 c/c Lei nº 9.719/1998, art. 10, III	R$ 349,90	R$ 3.499,01	Por trabalhador mantido em situação irregular, dobrada em caso de reincidência, oposição à fiscalização e desacato à autoridade
Aeronauta	Lei nº 13.475/2017	Lei nº 13.475/2017, art. 77 c/c CLT, art. 351	R$ 40,82	R$ 4.082,52	Dobrado na reincidência, oposição ou desacato
Programa de alimentação do trabalhador	Lei nº 6.321/76, art. 3º-A, "caput" e § 2º, com redação dada pela Lei nº 14.442/2022	Lei nº 6.321/76, art. 3º-A, inciso I, com redação dada pela Lei nº 14.442/2022	R$ 5.000,00	R$ 50.000,00	Dobrado em caso de reincidência ou de embaraço à fiscalização
Publicitário	Lei nº 4.680/1965, art. 11, parágrafo único	Lei nº 4.680/1965, art. 16, alínea "b"	10% sobre o valor do negócio publicitário realizado	50% sobre o valor do negócio publicitário realizado	
Mora salarial contumaz	Decreto-Lei nº 368/1968, art. 1º, I e II	Decreto-Lei nº 368/1968, art. 7º	10% do valor do débito salarial	50% do valor do débito salarial	
Mora contumaz de FGTS	Lei nº 8.036/1990, art. 22, § 1º, c/c Decreto-Lei nº 368/1968, art. 1º, I e II	Decreto-Lei nº 368/1968, art. 7º	10% do valor do débito para com o FGTS	50% do valor do débito para com o FGTS	

ANEXO III

A) Tabela de gradação das Multas com Critérios Variáveis de Cálculo

Critérios	Valor a ser atribuído
I - Natureza da infração Intenção do infrator de praticar a infração Meios ao alcance do infrator para cumprir a lei	20% do valor máximo previsto para a multa, equivalente ao conjunto dos três critérios. Obs.: Percentual fixo aplicável a todas as infrações, conforme tabela "B" deste Anexo.
II - Porte Econômico do Infrator	De 8% a 40% do valor máximo previsto para a multa, conforme tabela "C" deste Anexo.
III - Extensão da Infração	De 8% a 40% do valor máximo previsto para a multa, conforme critérios abaixo:
	a) 40% do valor máximo previsto para a multa, quando se tratar de infração a:
	i) Capítulos II e III do Título II da CLT (Duração do Trabalho e Salário Mínimo);
	ii) Capítulos I e III do Título III da CLT (Disposições especiais sobre duração e condições de trabalho e Proteção do Trabalho da Mulher);
	iii) Capítulo I do Título VII da CLT (Fiscalização, Autuação e Imposição de Multas); e
	iv) Art. 23 da Lei nº 8.036, de 1990 (FGTS).
	b) de 8% a 40% do valor máximo previsto para a multa aplicável às demais infrações, conforme tabela "C" deste Anexo.
Obs.: O valor da multa corresponderá à soma dos valores resultantes da aplicação dos percentuais relativos aos três níveis de critérios acima (I, II e III).	

B) Tabela do Percentual Fixo (20%) Aplicável a Todas as Infrações

Base Legal					
Art. 75, art. 351 e art. 553 da CLT e art. 12 da Lei nº 605/1949.	Art. 120 da CLT.	Art. 364 e art. 598 da CLT.	Art. 401 da CLT.	Art. 630, § 6º, da CLT.	Art. 722, alínea "a", da CLT.
R$ 816,50	R$ 326,60	R$ 1.633,00	R$ 163,30	R$ 408,25	R$ 8.165,02

Base Legal					
Art. 56 da Lei nº 3.857/1960.	Art. 16, alínea "a", da Lei nº 4.680/1965.	Art. 10 do Decreto-Lei nº 806/1969.	Art. 13 do Decreto-Lei nº 972/1969.	Art. 3º-A, I, da Lei nº 6.321/1976.	Art. 25 da Lei nº 7.998/1990.
R$ 163,30	R$ 81,65	R$ 57,83	R$ 115,66	R$ 1.000,00	R$ 8.633,73

Base Legal					
Art. 23, § 2º "a", da Lei nº 8.036/1990.	Art. 23, § 2º, "b", da Lei nº 8.036/1990.	Art. 23, § 2º, "c", da Lei nº 8.036/1990.	Art. 15, I, da Lei nº 9.432/1997.	Art. 10, I, da Lei nº 9.719/1998.	Art. 10, III, da Lei nº 9.719/1998.
R$ 1,08	R$ 21,58	R$ 60,85	R$ 2,03	R$ 350,92	R$ 699,80

Base Legal
Art. 2º da Lei nº 12.436/2011.
R$ 608,52

C) Tabela em R$ de Gradação de Multas de Valor Variável Aplicável aos Critérios II e III

Quantidade de Empregados	%	Base Legal					
		Art. 75, art. 351 e art. 553 da CLT e art. 12 da Lei nº 605/1949.	Art. 120 da CLT.	Art. 364 e art. 598 da CLT.	Art. 401 da CLT.	Art. 630, § 6º, da CLT.	Art. 722, alínea "a", da CLT.
de 01 a 10	8	R$ 326,60	R$ 130,64	R$ 653,20	R$ 65,32	R$ 163,30	R$ 3.266,01
de 11 a 30	16	R$ 653,20	R$ 261,28	R$ 1.306,40	R$ 130,64	R$ 326,60	R$ 6.532,02
de 31 a 60	24	R$ 979,80	R$ 391,92	R$ 1.959,60	R$ 195,96	R$ 489,90	R$ 9.798,03
de 61 a 100	32	R$ 1.306,40	R$ 522,56	R$ 2.612,81	R$ 261,28	R$ 653,20	R$ 13.064,04
acima de 100	40	R$ 1.633,01	R$ 653,20	R$ 3.266,01	R$ 326,60	R$ 816,50	R$ 16.330,05

Quantidade de Empregados	%	Base Legal					
		Art. 56 da Lei nº 3.857/1960.	Art. 16, alínea "a", da Lei nº 4.680/1965.	Art. 10 do Decreto-Lei nº 806/1969.	Art. 13 do Decreto-Lei nº 972/1969.	Art. 3º-A, I, da Lei nº 6.321/1976.	Art. 25 da Lei nº 7.998/1990.
de 01 a 10	8	R$ 65,32	R$ 32,66	R$ 23,13	R$ 46,27	R$ 400,00	R$ 3.453,49
de 11 a 30	16	R$ 130,64	R$ 65,32	R$ 46,27	R$ 92,53	R$ 800,00	R$ 6.906,99
de 31 a 60	24	R$ 195,96	R$ 97,98	R$ 69,40	R$ 138,80	R$ 1.200,00	R$ 10.360,48
de 61 a 100	32	R$ 261,28	R$ 130,64	R$ 92,53	R$ 185,06	R$ 1.600,00	R$ 13.813,97
acima de 100	40	R$ 326,60	R$ 163,30	R$ 115,66	R$ 231,33	R$ 2.000,00	R$ 17.267,47

Quantidade de Empregados	%	Base Legal					
		Art. 23, § 2º "a", da Lei nº 8.036/1990.	Art. 23, § 2º, "b", da Lei nº 8.036/1990.	Art. 23, § 2º, "c", da Lei nº 8.036/1990.	Art. 15, I, da Lei nº 9.432/1997.	Art. 10, I, da Lei nº 9.719/1998.	Art. 10, III, da Lei nº 9.719/1998.
de 01 a 10	8	R$ 0,43	R$ 8,63	R$ 24,34	R$ 0,81	R$ 140,37	R$ 279,92
de 11 a 30	16	R$ 0,86	R$ 17,27	R$ 48,68	R$ 1,62	R$ 280,73	R$ 559,84
de 31 a 60	24	R$ 1,29	R$ 25,90	R$ 73,02	R$ 2,43	R$ 421,10	R$ 839,76
de 61 a 100	32	R$ 1,73	R$ 34,53	R$ 97,36	R$ 3,25	R$ 561,46	R$ 1.119,68
acima de 100	40	R$ 2,16	R$ 43,17	R$ 121,70	R$ 4,06	R$ 701,83	R$ 1.399,60

Quantidade de Empregados	%	Base Legal
		Art. 2º da Lei nº 12.436/2011.
de 01 a 10	8	R$ 243,41
de 11 a 30	16	R$ 486,82
de 31 a 60	24	R$ 730,23
de 61 a 100	32	R$ 973,64
acima de 100	40	R$ 1.217,05

ANEXO IV

TABELA DAS MULTAS ADMINISTRATIVAS COM CRITÉRIOS VARIÁVEIS DE CÁLCULO
PARÂMETROS ESPECIAIS DE GRADAÇÃO
(VALORES EM REAIS - R$)

Natureza	Capitulação da infração	Base legal	Valor Mínimo	Valor Máximo	Observações
Segurança do Trabalho	CLT, art. 154 ao art. 200	CLT, art. 201	R$ 679,90	R$ 6.803,39	Valor máximo em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei
Medicina do Trabalho	CLT, art. 154 ao art. 200	CLT, art. 201	R$ 407,94	R$ 4.081,60	Valor máximo em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei
Radialista	Lei nº 6.615/1978	Lei nº 6.615/1978, art. 27	R$ 115,66	R$ 1.156,64	R$ 57,02 por empregado. Valor máximo na reincidência, embaraço ou resistência, artifício ou simulação com objetivo de fraudar a lei
Artista	Lei nº 6.533/1978	Lei nº 6.533/1978, art. 33	R$ 115,66	R$ 1.156,64	R$ 57,02 por empregado. Valor máximo na reincidência, embaraço ou resistência, artifício ou simulação com objetivo de fraudar a lei
RAIS: não entregar a declaração no prazo legal pelo GDRAIS ou GDRAIS Genérico	Lei nº 7.998/1990, art. 24	Lei nº 7.998/1990, art. 25	R$ 431,69	R$ 43.168,67	Dobrado em caso de caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.
RAIS: omitir informação, ou prestar declaração falsa ou inexata pelo GDRAIS ou GDRAIS Genérico	Lei nº 7.998/1990, art. 24	Lei nº 7.998/1990, art. 25	R$ 431,69	R$ 43.168,67	Dobrado em caso de caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.
RAIS: deixar de prestar informações ao eSocial na forma e prazo estabelecidos em normatização específica.	Lei nº 7.998, de 1990, art. 24	Lei nº 7.998, de 1990, art. 25	R$ 431,69	R$ 43.168,67	Dobrado em caso de caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade. Redução de 40% ou 20%, respeitado o mínimo legal, caso as informações sejam prestadas ou corrigidas antes de procedimento fiscal ou após determinação do Auditor-Fiscal do Trabalho, respectivamente.
Seguro-desemprego: não entregar as guias em caso de demissão sem justa causa.	Lei nº 7.998/1990, art. 24	Lei nº 7.998/1990, art. 25	R$ 431,69	R$ 43.168,67	Dobrado em caso de caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade
Segurança do Trabalho Portuário	Lei nº 9.719/1998, art. 9º	Lei nº 9.719/1998, art. 10, II	R$ 583,17	R$ 5.831,69	Dobrada em caso de reincidência, oposição à fiscalização e desacato à autoridade
Medicina do Trabalho Portuário	Lei nº 9.719/1998, art. 9º	Lei nº 9.719/1998, art. 10, II	R$ 349,90	R$ 3.499,01	Dobrada em caso de reincidência, oposição à fiscalização e desacato à autoridade
Pessoa com Deficiência - PCD	Lei nº 8.213/1991, art. 93	Lei nº 8.213/1991, art. 133			Os valores mínimo e máximo previstos no art. 133 da Lei nº 8.213/1991 são atualizados por ato do Ministério da Economia.

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.061, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera as Resoluções CCFGTS nº 702, de 4 de outubro de 2012, nº 1.009, de 13 de setembro de 2021, e nº 1.039, de 7 de julho de 2022.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIC–O, na forma do inciso I do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do inciso I do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, resolve:

Art. 1º A Resolução CCFGTS nº 702, de quatro de outubro de 2012, que estabelece diretriz para elaboração da proposta orçamentária e para a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. (...)

RECORTE TERRITORIAL	LIMITES DE VALOR DE VENDA OU INVESTIMENTO DO IMÓVEL (R$ 1,00)		
	DF, RJ E SP	ES, MG, PR, RS e SC	DEMAIS
Capitais estaduais classificadas pelo IBGE como metrópoles	264.000	248.000	219.000
Demais capitais estaduais e municípios com população maior ou igual a 250 (duzentos e cinquenta) mil habitantes classificados pelo IBGE como capital regional. Municípios com população maior ou igual a 100 (cem) mil habitantes integrantes das Regiões Metropolitanas das capitais estaduais, de Campinas/SP, da Baixada Santista e das Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE de capital.	264.000	219.000	208.000
Municípios com população igual ou maior que 100 (cem) mil habitantes. Municípios com população menor que 100 (cem) mil habitantes integrantes das Regiões Metropolitanas das capitais estaduais, de Campinas/SP, da Baixada Santista e das RIDE de capital. Municípios com população menor que 250 (duzentos e cinquenta) mil habitantes classificados pelo IBGE como capital regional.	208.000	196.000	191.000
Municípios com população maior ou igual a 50 (cinquenta) mil habitantes e menor que 100 mil (cem) habitantes.	175.000	169.000	163.000
Municípios com população maior ou igual a 20 (vinte) mil habitantes e menor que 50 (cinquenta) mil habitantes	167.000	162.000	156.000
Demais municípios	152.000	147.000	142.000

(...)"(NR).

Art. 2º A Resolução CCFGTS nº 1.009, de 13 de setembro de 2021, que altera, temporariamente, as taxas de juros nominais de que trata o art. 32 da Resolução CCFGTS nº 702, de 4 de outubro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A taxa nominal de juros de que trata o caput do art. 32 da Resolução CCFGTS nº 702, de 4 de outubro de 2012, fica fixada em 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano para as operações contratadas até 30 de junho de 2023." (NR).

Art. 3º A Resolução CCFGTS nº 1.039, de 7 de julho de 2022, que altera, temporariamente, as taxas de juros nominais de que tratam as alíneas "a" dos itens 1.4 e 1.5 da Resolução CCFGTS nº 542, de 30 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As taxas nominais de juros de que tratam as alíneas "a" dos itens 1.4 e 1.5 da Resolução CCFGTS nº 542, de 30 de outubro de 2007, ficam fixadas, para as operações contratadas até 30 de junho de 2023, respectivamente em:

(...)"(NR).

Art. 4º O Gestor da Aplicação deverá regulamentar as disposições complementares a esta Resolução no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir de sua vigência.

Art. 5º O Agente Operador deverá regulamentar os procedimentos operacionais no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da regulamentação pelo Gestor da Aplicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO DE SOUZA MOREIRA
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no art. 13,II, inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Conheço e nego provimento ao recurso administrativo.

Mantenho a decisão regional que determinou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
01	10264.102670/2022-36	4.057.135-1	Mineração Mondego Ltda.	MG

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

DESPACHO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46778.001741/2018-55	216195420	Juli Rose de Souza Miranda	BA
2	46778.001783/2018-96	216271886	Juli Rose de Souza Miranda	BA
3	46778.001785/2018-85	216272025	Juli Rose de Souza Miranda	BA
4	46778.001788/2018-19	216272114	Juli Rose de Souza Miranda	BA
5	46778.001789/2018-63	216272220	Juli Rose de Souza Miranda	BA
6	46778.001794/2018-76	216271258	Juli Rose de Souza Miranda	BA
7	46205.003771/2018-91	214367886	Consducto Engenharia Ltda	CE
8	46205.003772/2018-35	214367878	Consducto Engenharia Ltda	CE
9	46205.003773/2018-80	214367851	Consducto Engenharia Ltda	CE
10	46205.003774/2018-24	214367843	Consducto Engenharia Ltda	CE
11	46205.003775/2018-79	214367827	Consducto Engenharia Ltda	CE
12	46205.013026/2019-31	218791836	Glam Comercio de Otica Eireli	CE
13	46205.006693/2019-67	217711979	Grafica os Esteves Ltda	CE
14	46205.006694/2019-10	217708994	Grafica os Esteves Ltda	CE
15	46205.006695/2019-56	217711791	Grafica os Esteves Ltda	CE
16	46205.006696/2019-09	217712053	Grafica os Esteves Ltda	CE
17	46205.011383/2015-31	207606692	Industria Brasileira de Artefatos Plasticos S.A IBA	CE
18	46205.011385/2015-20	207606684	Industria Brasileira de Artefatos Plasticos S.A IBA	CE
19	46205.012543/2019-92	218706651	Prontocardio Pronto Atendimento Cardiológico S/C Ltda	CE
20	46205.012544/2019-37	218706669	Prontocardio Pronto Atendimento Cardiológico S/C Ltda	CE
21	14152.011050/2020-45	219140073	Rosimery Sousa Silva	CE
22	46205.017515/2016-19	210944447	Sert Engenharia de Instalacoes Ltda	CE
23	46206.015669/2015-85	207623066	Apece Servicos Gerais Ltda	DF
24	47747.004997/2018-44	215034317	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
25	14152.079711/2020-30	219807744	Bunge Alimentos S/A	MS
26	14152.082179/2020-38	219832421	Bunge Alimentos S/A	MS
27	14152.082181/2020-15	219832447	Bunge Alimentos S/A	MS
28	14152.082186/2020-30	219832498	Bunge Alimentos S/A	MS
29	14152.082190/2020-06	219832536	Bunge Alimentos S/A	MS
30	14152.082254/2020-61	219833176	Bunge Alimentos S/A	MS
31	46222.007568/2019-66	218551860	S & A Comercio e Servicos Ltda	PA
32	46213.001450/2017-71	211160938	Empresa Guararapes S.A	PE
33	46213.003761/2017-75	211352403	Empresa Guararapes S.A	PE
34	14152.060823/2020-17	219624976	Cia Beal de Alimentos	PR
35	14152.060900/2020-39	219625743	Cia Beal de Alimentos	PR
36	14152.060902/2020-28	219625760	Cia Beal de Alimentos	PR
37	14152.060904/2020-17	219625786	Cia Beal de Alimentos	PR
38	14152.060905/2020-61	219625794	Cia Beal de Alimentos	PR
39	14152.060906/2020-14	219625808	Cia Beal de Alimentos	PR
40	14152.060909/2020-40	219625832	Cia Beal de Alimentos	PR
41	14152.018215/2020-18	219211337	Gol Linhas Aereas S.A.	PR
42	14152.018415/2020-62	219213291	Gol Linhas Aereas S.A.	PR
43	14152.018419/2020-41	219213330	Gol Linhas Aereas S.A.	PR
44	14152.018451/2020-26	219213658	Gol Linhas Aereas S.A.	PR
45	14152.018452/2020-71	219213666	Gol Linhas Aereas S.A.	PR
46	14152.018454/2020-60	219213682	Gol Linhas Aereas S.A.	PR
47	46212.012510/2019-53	218229275	M O Schon Transportes Ltda	PR
48	46212.012511/2019-06	218229038	M O Schon Transportes Ltda	PR
49	46212.012512/2019-42	218231253	M O Schon Transportes Ltda	PR
50	46212.012513/2019-97	218231865	M O Schon Transportes Ltda	PR
51	14152.073286/2020-75	219749523	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
52	14152.073293/2020-77	219749591	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
53	14152.073296/2020-19	219749621	Services Assessoria e Cobrancas Ltda	PR
54	46215.035103/2015-61	208457615	Auto Viacao Jabour Ltda	RJ
55	46230.002556/2012-70	22906096	Brookfield Engenharia S.A	RJ
56	46334.003494/2017-60	213216345	Centro Queimadense 2 de Ensino de Idiomas Ltda	RJ
57	46666.000148/2019-30	216621933	Coliseu Comercio de Generos Alimenticios Ltda	RJ
58	46215.021127/2017-02	213417294	Condominio do Edificio Central 13 de Maio	RJ
59	46215.021128/2017-49	213417308	Condominio do Edificio Central 13 de Maio	RJ
60	46215.021129/2017-93	213417316	Condominio do Edificio Central 13 de Maio	RJ
61	46215.021130/2017-18	213417324	Condominio do Edificio Central 13 de Maio	RJ
62	46666.002522/2018-51	215315766	Condominio Edificio Hotel Quitandinha	RJ
63	46215.021996/2017-29	213550474	Direcional Engenharia S/A	RJ
64	46215.022733/2017-37	213627256	Editora O Dia Ltda	RJ
65	46215.022734/2017-81	213627272	Editora O Dia Ltda	RJ
66	46666.002111/2018-65	215058631	Entrerriense Jornal Ltda	RJ
67	46666.002112/2018-18	215058623	Entrerriense Jornal Ltda	RJ
68	46230.001492/2018-85	214199461	Espaco Claudia Miranda Ltda	RJ
69	46215.022686/2017-21	213624265	Espaco do Banho e Aromas Ltda	RJ

70	46215.000633/2016-79	208718371	Expresso Pegaso Ltda	RJ
71	46215.000644/2016-59	208714855	Expresso Pegaso Ltda	RJ
72	46215.000645/2016-01	208714901	Expresso Pegaso Ltda	RJ
73	46215.014581/2011-11	23099704	Fluminense Football Club	RJ
74	46231.001684/2016-10	210094613	Friburgo Auto Onibus Ltda	RJ
75	46666.002109/2018-96	215058828	Grafica Centro - Sul Ltda	RJ
76	46666.002110/2018-11	215058887	Grafica Centro - Sul Ltda	RJ
77	46230.009168/2012-10	20501811	Instituiçao Frederico Leomil	RJ
78	46215.083772/2016-20	210036877	Instituto de Beleza JMS Ltda - Me	RJ
79	46231.001717/2016-21	210095083	Irmaos Brantes da Rosa Ltda	RJ
80	46215.006553/2016-27	209368861	Living Cedro Empreendimentos Imobiliarios Ltda	RJ
81	46215.009018/2018-90	214850820	MRS Logistica S/A	RJ
82	46215.009019/2018-34	214850919	MRS Logistica S/A	RJ
83	46215.011760/2017-84	212414640	Municipio de Rio de Janeiro	RJ
84	46215.007426/2018-15	214658571	Oi S.A. - Em Recuperacao Judicial	RJ
85	46215.023231/2017-23	213685469	Oi S.A. - Em Recuperacao Judicial	RJ
86	46215.016723/2018-43	215537467	Perrone Servicos Postais Ltda	RJ
87	46666.003954/2017-06	213371928	RN Comercio Varejista S.A	RJ
88	46666.003955/2017-42	213371731	RN Comercio Varejista S.A	RJ
89	46215.019175/2014-80	204490081	S.S. White Artigos Dentarios Ltda	RJ
90	46666.002984/2018-78	215601807	Tempermix Comercial de Alimentos Eireli	RJ
91	46666.001445/2014-98	203666925	Totalgrow Terceirizacao Ltda - Me	RJ
92	46666.001447/2014-87	203666895	Totalgrow Terceirizacao Ltda - Me	RJ
93	46871.000260/2017-83	211566161	Transcopas Cargas Ltda	RJ
94	46215.004421/2018-22	214228347	Transportes America Ltda	RJ
95	46232.001497/2011-11	23102829	Viacao Sul Fluminense Transportes e Turismo Ltda	RJ
96	46666.003151/2016-62	210910941	Wan Jonhson de Araujo Maia Junior	RJ
97	46275.001643/2019-60	218304731	Alibem Alimentos S/A	RS
98	46275.001644/2019-12	218304749	Alibem Alimentos S/A	RS
99	46275.001646/2019-01	218304765	Alibem Alimentos S/A	RS
100	46254.000586/2019-40	216800781	L. A. G. A. Metalica Ltda	SP
101	46254.000587/2019-94	216800790	L. A. G. A. Metalica Ltda	SP
102	46254.000588/2019-39	216800803	L. A. G. A. Metalica Ltda	SP
103	46254.000589/2019-83	216800811	L. A. G. A. Metalica Ltda	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47008.000406/2013-17	200.175.033 - TRet nº 201.546.981	Biofabrica Moscamed Brasil - Biomoscamed	BA
2	46204.000853/2019-74	201.318.750	Centro Diagnose e Terapia Ltda.	BA
3	47008.000238/2018-66	201.086.239	Colégio Presbiteriano Augusto Galvão	BA
4	46281.001376/2018-61	201.153.840	Concessionária Feira Popular S.A.	BA
5	46204.003679/2017-50	200.831.224	Esporte Clube Bahia	BA
6	46782.000512/2019-35	201.441.802	Município de Dom Basilio	BA
7	46204.012846/2018-34	201.275.716	RM Contabilidade e Assessoria S/C Ltda.	BA
8	46204.002553/2019-20	201.358.298	Valter Ferreira de Jesus Me	BA
9	46205.008458/2018-49	201.183.242 - TRet nº 201.864.941	Comercial Ibiapina Ltda.	CE
10	46205.012101/2019-46	201.586.240 - TRet nº 201.889.200	Consert - Montagens e Serviços Ltda.	CE
11	46205.006691/2019-78	201.455.447	Grafica os Esteves Ltda.	CE
12	46205.012540/2019-59	201.596.768	Prontocardio Pronto Atendimento Cardiológico Ltda.	CE
13	46205.010107/2018-06	201.212.358 - TRet nº 201.815.087	WN Serviços de Vigilância Armada Eireli	CE
14	46017.005885/2018-92	201.250.357	Raimunda Oliveira Nunes	PA
15	46758.004512/2013-16	200.209.135 - TRet nº 200.209.132	Hotel Rei Ltda.	RO
16	46275.001642/2019-15	201.537.869	Alibem Alimentos S.A.	RS
17	46255.001456/2016-71	200.737.601	Cleia Torragoca Fraga - Me	SP
18	46254.002169/2019-31	201.480.549	Completa Comércio de Ferragens e Utilidades Eireli	SP
19	46205.003776/2018-13	201.117.975	Consduto Engenharia Ltda.	SP
20	47999.002258/2018-56	201.144.417 - TRet nº 201.831.252	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	SP
21	47999.005657/2017-98	201.050.013 - TRet nº 201.553.384	Magnaghi Aeronautica do Brasil Industria e Comércio Ltda.	SP
22	46253.001460/2018-11	201.185.024	Maqmoveis Indústria e Comércio de Móveis	SP
23	46253.000122/2019-43	201.318.008	Padaria e Confeitaria Avenue Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46206.007298/2019-91	218322631	Secretaria de Estado de Planejamento, Orcamento e Gestao do Distrito Federal	DF
2	46207.000670/2018-48	213844427	Maria Helena Bergamini Spinasse - Pousada Vitoria	ES
3	46207.001825/2018-63	214127745	Maria Helena Bergamini Spinasse - Pousada Vitoria	ES
4	47747.005039/2018-91	215016394	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
5	47747.005063/2018-20	215015541	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
6	46215.004710/2018-21	214268675	Caixa de Previdencia e Assistencia dos Servidores da Fundacao Nacional de Saude	RJ
7	46215.021532/2014-70	204725798	Editora O Dia Ltda	RJ
8	46215.004235/2018-93	214207803	Lefe Emergencias Medicas Ltda	RJ
9	46231.000971/2018-74	214714535	Mery Keiko Mizuguchi	RJ
10	47427.001181/2018-81	215623886	Padaria Mimosa Ltda	RJ
11	47427.001186/2018-12	215623983	Panificadora Sao Felix Limitada	RJ
12	46215.007443/2011-78	23105356	Trade Building Engenharia e Servicos Ltda	RJ

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:

2.1 Pela improcedência de auto de Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46666.000937/2018-90	213131102	Agro Sapucaiense Ltda	RJ
2	46230.004909/2016-08	210241420	Dinisa-Sul Distribuidora Niteroi de Veiculos Ltda	RJ
3	46666.001921/2015-51	206952660	Empreiteira M2 Ltda	RJ
4	46230.002885/2017-25	211865711	Irmaos Ferreira Studio de Beleza e Estetica Eireli - Me	RJ
5	46666.000968/2018-41	214313425	Provincia Madre Regina	RJ
6	46231.000316/2018-16	213962284	Sindicato dos Trab Nas Industrias do Vestuario de Nova Friburgo	RJ

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 12, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, faz saber que decidiu:

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.001184/2018-17, Auto de infração nº 6/2018, de 29/03/2018, entidade FUNCEF, decidiram os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, na 620ª Sessão Ordinária, de 13/12/2022, Despacho Decisório nº 180/2022/CGDC/DICOL: julgar IMPROCEDENTE para os autuados: Mariana Santa Barbara Vissirinil; Emerson Tetsuo Miyazaki; Rafael Cisne Vasconcelos; Jan Nascimento; Rafael Carneiro Neiva de Sousa; Marcelo Lobo Fonseca; Lucimara Morais Lima e Paulo Roberto Soares; julgar PROCEDENTE em relação aos autuados: Carlos Alberto Caser; Antônio Bráulio de Carvalho; Carlos Augusto Borges; Demósthenes Marques; José Carlos Alonso Gonçalves; Renata Marotta; Maurício Marcellini Pereira; Rafael Pires de Sousa; Humberto Pires Grault Vianna de Lima; Esteves Pedro Colnago Júnior; Fabiana Cristina Meneguêle Matheus; José Miguel Correia; Olívio Gomes Vieira; Raphael Rezende Neto; Umberto Conti; Adriano Roque Souza Suzarte; Gabriel Estevam Martins Teixeira; Wanessa Marques Miranda Farias; Fabyana Santin Alves; Cláudio Schiavon Filgueiras; Roberto Yoshio Miura; Alcinei Cardoso Rodrigues e Raquel Cristina Marques da Silva por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, §§ 5º e 6º do art. 35 da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, combinado com art. 22 da LC 108/01 e artigos 4º, 9º, 10 e 11 da Resolução CMN 3.792, de 24/09/2009; capitulado no art. 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003; aplicar a pena de INABILITAÇÃO POR 3 (TRÊS) ANOS para os autuados Carlos Alberto Caser; Antônio Bráulio de Carvalho; Carlos Augusto Borges e José Carlos Alonso Gonçalves, cumulativamente à pena de multa no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), atualizada pela Portaria PREVIC nº 970, de 16/12/2010, individualmente, aos autuados; aplicar a pena de INABILITAÇÃO POR 2 (DOIS) ANOS para os autuados Demósthenes Marques e Renata Marotta cumulativamente à pena de multa no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), atualizada pela Portaria PREVIC nº 970, de 16/12/2010, individualmente, aos autuados; aplicar a pena de MULTA no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), atualizada pela Portaria PREVIC nº 970, de 16/12/2010, individualmente, aos autuados Umberto Conti; Adriano Roque Souza Suzarte; Gabriel Estevam Martins Teixeira; Wanessa Marques Miranda Farias; Fabyana Santin Alves e Cláudio Schiavon Filgueiras; aplicar a pena de INABILITAÇÃO POR 2 (DOIS) ANOS para os autuados Maurício Marcellini Pereira e Rafael Pires de Sousa; cumulativamente à pena de multa no valor de R$ 40.339,59 (quarenta mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), atualizada pela Portaria Previc nº 696, de 2011, individualmente, aos autuados; aplicar a pena de MULTA no valor de R$ 40.339,59 (quarenta mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), atualizada pela Portaria Previc nº 696, de 2011, individualmente, aos autuados: Esteves Pedro Colnago Júnior; Fabiana Cristina Meneguêle Matheus; José Miguel Correia; Olívio Gomes Vieira e Raphael Rezende Neto; aplicar a pena de MULTA no valor de R$ 40.339,59 (quarenta mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), atualizada pela Portaria Previc nº 696, de 2011, individualmente, aos autuados: Roberto Yoshio Miura e Alcinei Cardoso Rodrigues; aplicar a pena de MULTA no valor de R$ 40.339,59 (quarenta mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), atualizada pela Portaria Previc nº 696, de 2011, individualmente, aos autuados: Humberto Pires Grault Vianna de Lima e Raquel Cristina Marques da Silva, nos termos do Parecer nº 440/2022/CDCII/CGDC/DICOL, adotado como fundamento do julgamento colegiado..

JOSÉ ROBERTO FERREIRA SAVOIA
Diretor-Superintendente

DECISÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 12, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, faz saber que decidiu:

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.007697/2018-23, Auto de infração nº 43/2018, de 21/12/2018, entidade VALIA, decidiram os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, na 620ª Sessão Ordinária, de 13/12/2022, Despacho Decisório nº 181/2022/CGDC/DICOL: julgar PROCEDENTE em relação aos autuados Eustáquio Coelho Lott, Maurício da Rocha Wanderley, Maria Elisabete Silveira Teixeira; Ana Claudia Nolte, Carla Safady Cesar Meireles, Marcella Bacelar Sleiman, João Barbosa Campbell Penna, Luiz Moreira Felipe Amaral, Vitor Ribeiro Vieira, Larissa de Souza Lima, Vinicius de Lara, Renata Faria Franco e Robson da Silva Cândido, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, combinado com artigos 4º, 9º, 10 e 11 da Resolução CMN 3.792, de 24/09/2009 e art. 12 da Res. CGPC nº 13/2004; capitulado no art. 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003; aplicar a pena de MULTA no valor de 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), para os autuados Ana Claudia Nolte, Carla Safady Cesar Meireles, Marcella Bacelar Sleiman, João Barbosa Campbell Penna, Luiz Moreira Felipe Amaral, Vitor Ribeiro Vieira, Larissa de Souza Lima, Vinicius de Lara, Renata Faria Franco e

Robson da Silva Cândido; aplicar a pena de MULTA, no valor de 40.339,59 (quarenta mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), para os autuados Eustáquio Coelho Lott, Maurício da Rocha Wanderley e Maria Elisabete Silveira Teixeira; aplicar a pena de SUSPENSÃO POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS para o autuado Maurício da Rocha Wanderley; aplicar a pena de SUSPENSÃO POR 90 (NOVENTA) DIAS para os autuados Eustáquio Coelho Lott e Maria Elisabete Silveira Teixeira; julgar IMPROCEDENTE em relação à autuada Karla Senna, por ausência de conduta típica, nos termos do Parecer nº 439/2022/CDCII/CGDC/DICOL, adotado como fundamento do julgamento colegiado.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA SAVOIA
Diretor-Superintendente

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DA ECONOMIA CRIATIVA E DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA SECDC/SECULT/MTUR Nº 8, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A UNIÃO, neste ato representada pelo Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural - SECDC/SECULT/MTur, nos termos do Art. 2º da Portaria nº 390, de 18 de dezembro de 2019, e considerando os termos dos itens 5, 13 e 14 do Prêmio de Incentivo à Publicação Literária, Antologia 200 Anos de Independência - 3ª Edição, de 2 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 7, SECDC/SECULT/MTUR, de 6 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 230 em 8 de dezembro de 2022, seção 1, páginas de 321 a 323.

Art. 2º Dar conhecimento dos pedidos de reconsideração, conforme tabela abaixo.

Nome	Inscrição	Categoria	Conclusão da Análise
Sofia Finguermann e Fernandes	135603545	Conto	Indeferido
Nathália Pichinin de Oliveira Martins	276644092	Quadrinho	Deferido
Matteo Vinicius Alves Recinella	314058416	Quadrinho	Indeferido
Gustavo Ferreira Canevare	1914516918	Crônica	Indeferido
Lucas Verzani Souza Nascimento	2091911031	Crônica	Deferido

Art. 3º Tornar público e homologar o resultado definitivo da seleção, por categoria, das obras habilitadas conforme tabelas abaixo.

Categoria: Poesia

Nome	Inscrição	Nota	Colocação	Resultado
Flávio de Araújo Albino	626667453	40	1º[2]	Selecionado
Caio Bastos Perozzo	1823238658	40	2º[2]	Selecionado
Horacio Arruda Falcao Filho	1848447399	37	3º[1]	Selecionado
Igor Moraes da Silva	2134775389	37	4º[1]	Selecionado
Andre Telucazu Kondo	1909727875	37	5º[1]	Selecionado
Arthur de Siqueira Brahm	878335293	35,5	6º[1]	Selecionado
Ana Lúcia da Silva	1311862090	35,5	7º[2]	Selecionado
Déa Lucia Araujo de Castro	63010851	35,5	8º[2]	Selecionado
Moacir Ribeiro da Silva	190533061	34	9º[1]	Selecionado
Aristides Morgão	2103054789	34	10º[1]	Selecionado
Natália Lourenço Ribeiro Medeiros de Santana	1323586213	34	11º[1]	Selecionado
Nilton Euripedes de Deus Filho	1499993773	34	12º[1]	Selecionado
Zanny Adairalba Santos	1932864378	34	13º[1]	Selecionado
Iane Maria dos Santos Vasconcelos	703863356	33	14º	Selecionado
Lucrecia Welter Ribeiro	1388458832	32,5	15º[1]	Selecionado
Eduardo Peçanha Fiorelini	507450494	32,5	16º[1]	Classificado/ Não selecionado
José Batella	2003857503	31	17º[1]	Classificado/ Não selecionado
Silvio Valentin Liorbano	1455447389	31	18º[1]	Classificado/ Não selecionado
José Luis Silva Rocha	567810535	30	19º[1]	Classificado/ Não selecionado
Vanderlei Costa	858269466	30	20º[1]	Classificado/ Não selecionado
Marcos Bello	828122794	30	21º[1]	Classificado/ Não selecionado
Cynthia Neves	1646552692	29,5	22º[1]	Classificado/ Não selecionado
Marcelo Moreira	381826744	29	23º[1]	Classificado/ Não selecionado
Onofre Macedo	839408475	29	24º[1]	Classificado/ Não selecionado
Francisco Raulino da silva Filho	1357937469	28,5	25º[1]	Classificado/ Não selecionado
Yohan Barczyszyn	511078052	28,5	26º[2]	Classificado/ Não selecionado
Douglas Alencar de Vasconcelos	1685207332	28,5	27º[2]	Classificado/ Não selecionado
Valdir Soares Fernando	1163945494	28	28º[1]	Classificado/ Não selecionado
Ruberval Araujo Cunha	2030388510	28	29º[1]	Classificado/ Não selecionado
Marcos Antonio Campos	1019036552	27,5	30º[1]	Classificado/ Não selecionado
Francisco Ribeiro de Lima	523254703	27,5	31º[1]	Classificado/ Não selecionado
Renan Fiore	1806391575	27,5	32º[1]	Classificado/ Não selecionado
Ana Cláudia de Almeida	1733902104	27,5	33º[1]	Classificado/ Não selecionado
Maria Eunice Silva de Lacerda	803420289	27	34º[1]	Classificado/ Não selecionado
Anelize Lidiane da Silva	1976648083	27	35º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luciano Izidoro de Borba	590289669	27	36º[1]	Classificado/ Não selecionado
Albano Bracht	988759124	27	37º[1]	Classificado/ Não selecionado
Paulo Schwartzman	456209995	27	38º[1]	Classificado/ Não selecionado
José Rinaldo de Albuquerque	1498508291	26,5	39º[1]	Classificado/ Não selecionado
Jeane Caldas	1210935689	26,5	40º[1]	Classificado/ Não selecionado
Paulo César de Toledo	1880519163	26,5	41º[1]	Classificado/ Não selecionado
Felipe Glauber Lima Rodrigues	10355620	26,5	42º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luís Fernando Gurgel e Souza	410921748	26,5	43º[1]	Classificado/ Não selecionado
Mariana Luppi Foster	2105440616	26	44º[1]	Classificado/ Não selecionado
Ana Cristina Mendes Gomes	1015173095	26	45º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luiz Henrique Miarelli Pardini	2123904317	26	46º[1]	Classificado/ Não selecionado
Denise da Costa	1880754637	26	47º[1]	Classificado/ Não selecionado
Marina Barrichello Marone	632913488	26	48º[1]	Classificado/ Não selecionado
Edy Braun	1957983729	25	49º[1]	Classificado/ Não selecionado
Vinicius Osterer	341518001	25	50º[1]	Classificado/ Não selecionado
Lucélia Correia Duarte dos Santos	1918135215	25	51º[1]	Classificado/ Não selecionado
Flávia de Carvalho Esteves	689312749	25	52º[1]	Classificado/ Não selecionado
Francisco Falabella Rocha	500765679	25	53º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luiz Felipe Félix Santos de Oliveira	667105894	25	54º[1]	Classificado/ Não selecionado
Wellington Melo Veiga	195322201	24,5	55º[1]	Classificado/ Não selecionado
Rodrigo Celestino Rocha	55851272	24,5	56º[2]	Classificado/ Não selecionado
Rejane Adriana Brandao	243231322	24,5	57º[2]	Classificado/ Não selecionado
Luis Marcelo Santos	1663988537	24,5	58º[1]	Classificado/ Não selecionado
Letícia de Morais Medeiros	798628556	24	59º[1]	Classificado/ Não selecionado
Maria de Lourdes Prata Garcia	230162486	24	60º[1]	Classificado/ Não selecionado
Antonio Cesar Gomes da Silva	165639227	24	61º[1]	Classificado/ Não selecionado
Alan Miguel da Silva	700454645	24	62º[1]	Classificado/ Não selecionado
Laura Palermo Baraldi	1615422765	24	63º[1]	Classificado/ Não selecionado
Maria Eduarda Campos Teixeira	1979531083	24	64º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luiz Gonzaga Figueiredo	1371294632	24	65º[1]	Classificado/ Não selecionado
Daniel da Silva	1318915267	24	66º[1]	Classificado/ Não selecionado
Malgarete Justina Frasson	1006241513	24	67º[1]	Classificado/ Não selecionado
Leonardo Augusto de Souza	820666029	23,5	68º	Classificado/ Não selecionado
Dilson Solidade Lima	451299217	23	69º[1]	Classificado/ Não selecionado
Simone Pessoa Pereira Sampaio	303323216	23	70º[1]	Classificado/ Não selecionado
José Nilson Vieira Mendes	1972730517	23	71º[1]	Classificado/ Não selecionado
Renan Carvalho Paz Oliveira	1424969022	23	72º[1]	Classificado/ Não selecionado
Sofia Costa Leite	1577806434	23	73º[1]	Classificado/ Não selecionado
Suzane Cavalcanti de Almeida	2104322169	23	74º[1]	Classificado/ Não selecionado
Adriano Pereira de Castro Pacheco	1051007417	23	75º[1]	Classificado/ Não selecionado
Luciane Moreira Mustafá	710281806	23	76º[1]	Classificado/ Não selecionado
Miria Sarah Brasil dos Santos	1827938187	23	77º[1]	Classificado/ Não selecionado
Josiel Barros	1731619665	23	78º[1]	Classificado/ Não selecionado
Miriam Krenczynski	334392854	23	79º[1]	Classificado/ Não selecionado
Alex Rezende Heleno	171539869	23	80º[1]	Classificado/ Não selecionado
Leonardo José	632184991	23	81º[1]	Classificado/ Não selecionado
Rodrigo RecheSimon Peppe	1157638532	23	82º[1]	Classificado/ Não selecionado
Sabrina Jhenife rGomes Cruz	2035695918	23	83º[1]	Classificado/ Não selecionado
Sérgio Corrêa Miranda Filho	2020960222	23	84º[1]	Classificado/ Não selecionado
Edgar Borges	298942195	23	85º[1]	Classificado/ Não selecionado
Márcio Adriano Moraes	499795130	23	86º[1]	Classificado/ Não selecionado
Vanusa Alves de Carvalho	312089315	23	87º[1]	Classificado/ Não selecionado
Onã da Silva Apolinário	548031019	23	88º[1]	Classificado/ Não selecionado
Lally Monteiro Reis	404884030	23	89º[1]	Classificado/ Não selecionado
Adolino Silveira Junior	389699083	22	90º[1]	Classificado/ Não selecionado
Maria Natali Oliveira Medeiros	1116151372	22	91º[1]	Classificado/ Não selecionado
Jaeder Soraes Moreira Junior	871923478	22	92º[1]	Classificado/ Não selecionado
Ygor Luiz Colombo	438843170	22	93º[1]	Classificado/ Não selecionado

Neura de Fátima Correa de Abreu	1123953423	22	94º[1]	Classificado/ selecionado Não
Matheus Fernandes de Sousa	715152432	22	95º[2]	Classificado/ selecionado Não
José Ciocca Junior	23349913	22	96º[2]	Classificado/ selecionado Não
Leandro Aguiar Severino dos Santos	1037060729	21,5	97º	Classificado/ selecionado Não
Aline Cristina Lins de Lima	874930424	21	98º[1]	Classificado/ selecionado Não
Jandeilsom Galvao Bezerra	2140295997	21	99º[1]	Classificado/ selecionado Não
Maria Eduarda Araujo Barbosa	173888713	21	100º[1]	Classificado/ selecionado Não
Martha Cereda	491803171	21	101º[1]	Classificado/ selecionado Não
Gisela Márcia Miarelli Pardini	489637489	21	102º[1]	Classificado/ selecionado Não
Denise Vieira	2105487459	21	103º[1]	Classificado/ selecionado Não
César Augusto Miarelli Pardini	1150709019	21	104º[1]	Classificado/ selecionado Não
Laísa Guedes Henrique	2088647789	20	105º[1]	Classificado/ selecionado Não
Adriano dos Anjos Lima	1785349450	20	106º[1]	Classificado/ selecionado Não
Bruno Alves Xavier	307637236	20	107º[1]	Classificado/ selecionado Não
Francivan Amorim Oliveira	1949632858	20	108º[1]	Classificado/ selecionado Não
Rafaela Aquino Silva	2003305764	20	109º[1]	Classificado/ selecionado Não
Neuzi Barbarini	2117948856	20	110º[1]	Classificado/ selecionado Não
Telma Maria da Conceição	532033220	20	111º[1]	Classificado/ selecionado Não
João Pedro de Campos Carreira	24012720	20	112º[1]	Classificado/ selecionado Não
Maria Fernanda Bruno	1396442687	20	113º[1]	Classificado/ selecionado Não
Eliana Aparecida Correia Iaheno Nonaka	2034977590	20	114º[1]	Classificado/ selecionado Não
Bruna Carla Martins Ribeiro	884891374	19,5	-	Desclassificado
Hélio Marzo	1057369385	19,5	-	Desclassificado
Juliane Vicente Lopes	289101155	19,5	-	Desclassificado
Lais de Gois Becher Costa	329663700	19,5	-	Desclassificado
Wesley Ribeiro Dias	2039677441	19,5	-	Desclassificado
Weverton Rosa	305531889	19,5	-	Desclassificado
Ana Beatriz Silva Carvalho	876090384	19	-	Desclassificado
Ana Cristina Pereira da Silva	1460949065	19	-	Desclassificado
Claudiane Vanessa de Melo Cruz Lopes	121463566	19	-	Desclassificado
Elizangela de Sá Brito Soares	1797852051	19	-	Desclassificado
Idalina Rayane Rodrigues	729186034	19	-	Desclassificado
Laura Neila Ferreira Feitosa	1177356554	19	-	Desclassificado
Liliane Ribeiro da Silva	365760262	19	-	Desclassificado
Mario Pinheiro de Almeida	1214999587	19	-	Desclassificado
Renata Fila Giriolli	231897241	19	-	Desclassificado
Roque Aloisio Weschenfelder	634674851	19	-	Desclassificado
Thiago Lima Silva	519003535	19	-	Desclassificado
Verônica Watanabe	362435042	19	-	Desclassificado
Clodoaldo SMorais	199187965	18,5	-	Desclassificado
Pedro Henrique Bezerra de Farias	111686382	18,5	-	Desclassificado
Ricardo Camacho	121068617	18,5	-	Desclassificado
Gismara Luiz dos Santos	1231962389	18	-	Desclassificado
Letícia Oliveira Calixto de Jesus	1679427997	18	-	Desclassificado
Maria Gilda da Silva	583433928	18	-	Desclassificado
Valdir Rodrigues da Silva	1483430006	18	-	Desclassificado
Otávio Augusto Rodrigues	1893681365	17,5	-	Desclassificado
Ronald Cavalcante Castelo Branco	240025297	17,5	-	Desclassificado
Ronaldo Oliveira Santos	708772937	17,5	-	Desclassificado
Betania Renner	1115955191	17	-	Desclassificado
Darlan do Nascimento Almeida	1836871611	17	-	Desclassificado
Diana Castilho	132342831	17	-	Desclassificado
Heber Brizola de Carvalho	351209869	17	-	Desclassificado
João Francisco Almeida	85988119	17	-	Desclassificado
Matteo Vinicius Alves Recinella	2030187248	17	-	Desclassificado
Renan de Sousa Moura	1354909493	17	-	Desclassificado
Thales Vitor Gusmão de Moura	435830804	17	-	Desclassificado
Yasmin Roberta Santiago Machado	743902436	17	-	Desclassificado
Juliana Cristina de Freitas Rocha	313393857	16,5	-	Desclassificado
Maria Alice Dias Penna	324085199	16,5	-	Desclassificado
Amanda Boaviagem	1451251176	16	-	Desclassificado
Érica Corrêa Soares	696279241	16	-	Desclassificado
Jeferson Alves Guedes	1018698494	16	-	Desclassificado
Ocimaria de Oliveira Cruz	1172652557	16	-	Desclassificado
Thays Helena Eugênio Fortunato	1195842706	16	-	Desclassificado
Wagner dos Santos Planas	685771094	16	-	Desclassificado
Lara Machado de Oliveira Santos	915215165	15,5	-	Desclassificado
Orton Marcos Alves Couto	508718398	15,5	-	Desclassificado
Robinson Silva Alves	490941325	15,5	-	Desclassificado
Iteuane Faccinni Casagrande	1175462355	15	-	Desclassificado
Nina Schilkowsky Ramos	1337931338	15	-	Desclassificado
Áurea Pereira Guedes	1657298768	14,5	-	Desclassificado
Jéssica dos Santos	1067991931	14	-	Desclassificado
Valéria de Cássia Pisauro Lima	1953655905	14	-	Desclassificado
Gabriel Portilho Tenorio	1354828966	13,5	-	Desclassificado
Isis Oliveira Cavalcante do Nascimento	1091074806	13,5	-	Desclassificado
Sabrina Aparecida Silva	1584091488	13	-	Desclassificado
Genivaldo Pereira dos Santos	1098789346	12,5	-	Desclassificado
Gabriela dos Passos Ledier	1311573785	11,5	-	Desclassificado
Auenis Nunes de Macedo	907704383	11	-	Desclassificado
Juliano Klevanskis Candido	1844802216	10	-	Desclassificado
Miriã Jussiane Ribeiro Thürmer Jardim	566166129	10	-	Desclassificado
Viviane Ferreira Santiago	2140734625	9	-	Desclassificado
Pedro Felipe Leite Carcereri	1445218461	4,5	-	Desclassificado
Denise Malta de Andrade	1088037363	3	-	Desclassificado
Cupertino Freitas	1881090050	0	-	Desclassificado
Júnio Liberato	751449366	0	-	Desclassificado
Lorenzo Marques Spadoni	578094540	0	-	Desclassificado
Marcelo Nunes Rodrigues	1744922715	0	-	Desclassificado
Sérgio Barbosa Alves	2008046571	0	-	Desclassificado
Valdeir Rodrigues de Almeida	201663044	0	-	Desclassificado
Julia Verdum	534532004	0	-	Desclassificado
Sabrina Monteiro	763848501	0	-	Desclassificado
Heitor Costa Leite	1286886872	0	-	Desclassificado
Ivonete Maria Parreira	663903937	0	-	Desclassificado
Juniele Nunes Ferreira	1618050416	0	-	Desclassificado

Obs.:
[1] - Desempate dado conforme item 11.5 do Edital.
[2] - Desempate dado conforme item 11.6 do Edital.

Categoria: Conto

Nome	Inscrição	Nota	Colocação	Resultado
Gisela Biacchi Emanuelli	989875619	40	1º[2]	Selecionado
Fernando Gomes do Nascimento	569210785	40	2º[2]	Selecionado
Mário David Frungillo	920016996	40	3º[2]	Selecionado
Marcus Vinícius Leite	409404079	40	4º[2]	Selecionado
Pedro Luiz Costa	1937195359	40	5º[2]	Selecionado
Delman Sérgio Ferreira	946870633	38,5	6º[2]	Selecionado
Marco Cortez	1044975592	38,5	7º[2]	Selecionado
Roberto Minadeo	43600229	37	8º[2]	Selecionado
José Pereira Silva	2121560464	37	9º[2]	Selecionado
Letícia Moreira	603854719	37	10º[2]	Selecionado
Giovanna Fioravante Dalledone	1210058779	36	11º	Selecionado
Maria Eduarda Carvalho de Araujo	1476081987	35,5	12º	Selecionado
Luiz Eduardo de Carvalho	483065945	34,5	13º[2]	Selecionado
Carlos Brunno Silva Barbosa	1790119990	34,5	14º[2]	Selecionado
José Vasconcelos dos Anjos	852061510	34	15[2]	Selecionado
Tom S. Figueiredo	411785659	34	16[2]	Classificado/ selecionado Não
Ricardo Lahud	262935728	33	17º[1]	Classificado/ selecionado Não
Edilez Mariano de Brito	57870746	33	18º[1]	Classificado/ selecionado Não
Tarcísio da Silva	1989834989	32,5	19º[2]	Classificado/ selecionado Não
José Batella	272379499	32,5	20º[2]	Classificado/ selecionado Não
Igor David Camara Sales	1995652066	32,5	21º[1]	Classificado/ selecionado Não
Simone Rosa de Souza Colombo	1929119626	32	22º	Classificado/ selecionado Não
Lara Denise Oliveira Silva	893996998	31,5	23º	Classificado/ selecionado Não
Henrique Cristovão	1148602564	31	24º	Classificado/ selecionado Não
Verônica Watanabe	1543127691	30,5	25º[1]	Classificado/ selecionado Não
Daniel de Souza Silva Júnior	792080351	30,5	26º[1]	Classificado/ selecionado Não
Danielle Flávia de Oliveira Lopes	443312050	30,5	27º[1]	Classificado/ selecionado Não
Patrick Diego Sousa e Silva	1821270789	30	28º[1]	Classificado/ selecionado Não
Luciane Murae	1638159803	30	29º[1]	Classificado/ selecionado Não
Paulo Victor Faria Bergo	3344346	30	30º[1]	Classificado/ selecionado Não
Natália Lourenço Ribeiro Medeiros de Santana	1659642422	30	31º[1]	Classificado/ selecionado Não
Thaíssa Diogo Gonçalves	415636502	29	32º[1]	Classificado/ selecionado Não
Thiago Henrique Fernandes Coelho	655778977	29	33º[1]	Classificado/ selecionado Não
Rodrigo Celestino Rocha	575761044	28,5	34º[1]	Classificado/ selecionado Não
Alexandre Jorge Carneiro de Freitas Júnior	1852731578	28,5	35º[1]	Classificado/ selecionado Não
Natalie Gerhardt	236138821	28,5	36º[1]	Classificado/ selecionado Não
Paula Kern Leipnik Kotouc	298864704	28,5	37º[1]	Classificado/ selecionado Não
Michaela Miarelli Pardini Pavão	748114176	28	38º	Classificado/ selecionado Não
Yohan Barczyszyn	1656249530	27	39º[1]	Classificado/ selecionado Não
Sérgio Luiz Tonsig	794040972	27	40º[1]	Classificado/ selecionado Não
Juliana Nascimento Berlim Amorim	324935123	27	41º[1]	Classificado/ selecionado Não
Jean Pierre Chamouton	2101629702	26,5	42º	Classificado/ selecionado Não
Alex Giacomin Rebonato	528185215	26	43º[1]	Classificado/ selecionado Não
Lisete Bertotto	520516144	26	44º[1]	Classificado/ selecionado Não
Elise Ferreira Feitosa	2068329543	25,5	45º[1]	Classificado/ selecionado Não

Ana Cristina Mendes Gomes	1000543451	25,5	46º[1]	Classificado/ selecionado Não
Alanne Eugenia Nunes	1190929310	24,5	47º[1]	Classificado/ selecionado Não
Julia Selau Verdum	1727332657	24,5	48º[1]	Classificado/ selecionado Não
Ronaldo Oliveira Santos	688738244	24	49º[1]	Classificado/ selecionado Não
Jéssica dos Santos	1565201680	24	50º[1]	Classificado/ selecionado Não
Ana Maria Baldo	299260952	23,5	51º	Classificado/ selecionado Não
Vivaldo Pinto Zeferino	1781421482	23	52º[1]	Classificado/ selecionado Não
Débora Magalhães Ferreira da Costa	1416714244	23	53º[1]	Classificado/ selecionado Não
Carlos Vinícius Silva	1667571420	23	54º[1]	Classificado/ selecionado Não
Pedro Thiago Oliveira da Silva Ribeiro	657339451	23	55º[1]	Classificado/ selecionado Não
Ana Catarina Utsch Correa	424432731	23	56º[1]	Classificado/ selecionado Não
Simone Pessoa Pereira Sampaio	51649229	22	57º[1]	Classificado/ selecionado Não
Sirleni Cavalhieri Freitas	1488003250	22	58º[1]	Classificado/ selecionado Não
Bruna Carla Martins Ribeiro	389050829	22	59º[1]	Classificado/ selecionado Não
Pedro Campos Boeno	1858886191	22	60º[1]	Classificado/ selecionado Não
Alex Rezende Heleno	129398656	21,5	61º[1]	Classificado/ selecionado Não
Lucas Ferreira	267066801	21,5	62º	Classificado/ selecionado Não
Marccelo Pereyra	711203617	21	63º[1]	Classificado/ selecionado Não
Edmundo Siqueira	884898998	20	64º[1]	Classificado/ selecionado Não
Silvia Miranda Vanderss Thomazini	63662374	20	65º[1]	Classificado/ selecionado Não
Raquel Souza	2012234249	20	66º[1]	Classificado/ selecionado Não
Rebecca Aguiar Eufrosino da Silva de Carvalho	371265576	20	67º[1]	Classificado/ selecionado Não
Bruna Canelossi	410286173	19	-	Desclassificado
Arthur de Siqueira Brahm	588281795	18,5	-	Desclassificado
Luiz Gustavo Vaz Nunes	584389555	18,5	-	Desclassificado
Rosanne Gyselle Menezes de Sousa	2084588207	18,5	-	Desclassificado
Ruth Silva Pereira	87366258	18,5	-	Desclassificado
Tainá Pereira Gomes da Costa	897209895	18,5	-	Desclassificado
Adineia Albigaus	244546931	18	-	Desclassificado
Marcel Alessandro Venâncio	2036282906	17	-	Desclassificado
Ana Lucia Oliveira	1396593027	17	-	Desclassificado
Luciano Ribeiro Barbosa	1179010899	17	-	Desclassificado
Vitor Geovanne	1455836769	16	-	Desclassificado
Lyedson Enrique da silva Oliveira	256982568	15	-	Desclassificado
Márcia van Samson	916273063	15	-	Desclassificado
Elisa Bernadete de Carlos Rosa Spadim	1602321111	14	-	Desclassificado
José Eugênio Borges de Almeida	2057255996	0	-	Desclassificado
Bethânia Pires Amaro	142694416	0	-	Desclassificado
Felipe Alvarenga	1487419882	0	-	Desclassificado
Francisley da Silva Dias	1531802767	0	-	Desclassificado
Jéssica Damas da Silva	1829703481	0	-	Desclassificado
Marcelo Nunes Rodrigues	1242719172	0	-	Desclassificado
Bruno Ribeiro Pereira	1727597055	0	-	Desclassificado
Rodrigo Hipólito	153172125	0	-	Desclassificado
Rogério Amaral de Vasconcellos	86585533	0	-	Desclassificado
Vitor Marcolin	1947863156	0	-	Desclassificado
Gabriel de Castro Augusto Alvarenga	19607060	0	-	Desclassificado
Mariana Luppi Foster	88624578	0	-	Desclassificado
Joaquim R. Vieira	384968074	0	-	Desclassificado
Maria Lúcia Monteiro	729037839	0	-	Desclassificado
Lucas Lôbo	1462386477	0	-	Desclassificado
Cupertino Freitas	1173969074	0	-	Desclassificado
Sofia Finguermann e Fernandes	135603545	0	-	Desclassificado

Obs.:
[1] - Desempate dado conforme item 11.5 do Edital.
[2] - Desempate dado conforme item 11.6 do Edital.

Categoria: Crônica

Nome	Inscrição	Nota	Colocação	Resultado
Mariana do Nascimento Ramos	1811559122	38,5	1º	Selecionado
Luciane Mustafa	1109789885	37	2º	Selecionado
Vitor Marcolin da Silva	188488043	35,5	3º	Selecionado
Pedro Campos Boeno	1850366877	34	4º	Selecionado
Estevão Buzin	429261730	32	5º	Selecionado
Wagner Fernando Miarelli Pardini	1685402991	31	6º	Selecionado
Gustavo Canevare	1914516918	29,5	7º[2]	Selecionado
Filomena das Chagas Rosa Calixto	2071022423	29,5	8º[2]	Selecionado
Cristian Corrêa Vilche	1452484849	29,5	9º[2]	Selecionado
João Pedro da Cunha Borges	1118707084	29	10º[2]	Selecionado
Lucas Verzani Souza Nascimento	2091911031	29	11º[2]	Selecionado
Luzia da Silva Almeida	480787577	28,5	12º	Selecionado
João Paulo Miarelli Pardini	634877921	25,5	13º	Selecionado
Diogo Tadeu Silveira	1634890818	25	14º	Selecionado
Gabriel André	1961896080	24	15º[2]	Selecionado
Marcelo Calixto Júnior	933367658	24	16º[2]	Classificado/ selecionado Não
Marcelo Calixto	1721769202	24	17º[2]	Classificado/ selecionado Não
Lucélia Correia Duarte dos Santos	337194178	23	18º[1]	Classificado/ selecionado Não
Iane Maria dos Santos Vasconcelos	2102938329	22,5	19º[1]	Classificado/ selecionado Não
Arzírio Cardoso	1451950293	22,5	20º[1]	Classificado/ selecionado Não
Igor Vieira Pinto Brandão	1857691858	22	21º	Classificado/ selecionado Não
Júnio Liberato	413271142	21,5	22º	Classificado/ selecionado Não
Nilton Euripedes de Deus Filho	2147027061	21	23º	Classificado/ selecionado Não
Maria do Carmo Prestes Moraes	2054244587	20	24º	Classificado/ selecionado Não
Luis Marcelo Santos	836592547	20,5	25º	Classificado/ selecionado Não
Marcoaurélio Mocelin Chies	999116339	19	-	Desclassificado
Ingrid Dayling Baez Lopez	435776465	18	-	Desclassificado
Clayton Fagundes Cardoso	1753250104	18	-	Desclassificado
Marcelo Pereira Rodrigues	1157695130	18	-	Desclassificado
Jaeder Soares Moreira Junior	166024014	17	-	Desclassificado
Denise da Costa	579559135	17	-	Desclassificado
Viviane Ferreira Santiago	1863329035	16	-	Desclassificado
Bruno Ferreira Vianna	501171444	15	-	Desclassificado
Raquel Souza	650138015	14	-	Desclassificado
Daiana Soares	522390160	13	-	Desclassificado
Roque Aloisio Weschenfelder	1263419272	13	-	Desclassificado
Nicolas Gabriel Silva Miguel	1681588560	12,5	-	Desclassificado
Francisco Evandro Martins da Silva	1369258211	11,5	-	Desclassificado
Claudia Sueli dos Santos Oliveira	1660298233	11	-	Desclassificado
Ana Carolina da Silva Vieira	767562922	9	-	Desclassificado
Larissa Ferreira da Silva	1188985711	9	-	Desclassificado
Vivaldo Pinto Zeferino	1670329104	9	-	Desclassificado
Thaís Alessandra Martins da Cruz	838691143	8	-	Desclassificado
Andre Luis Soares	336217709	4,5	-	Desclassificado
Antonio Maria Carneiro Neto	759720398	0	-	Desclassificado
Fabiana Ballete de Cara Araujo	2010067632	0	-	Desclassificado
Gabriela Vilela Andrade Costa	1103525086	0	-	Desclassificado
Elisia Betânia Brasil dos Santos	1661223583	0	-	Desclassificado
Laísa Guedes Henrique	811362932	0	-	Desclassificado
Átila Rua	523381631	0	-	Desclassificado
Leonardo Zegur	1890471012	0	-	Desclassificado
Renata Calixto Martins	445256881	0	-	Desclassificado
Luís Fernando Gurgel e Souza	1622105336	0	-	Desclassificado
Déa Lucia Araujo de Castro	1489468074	0	-	Desclassificado
Sebastiana Rosa	495271430	0	-	Desclassificado
Valdir Soares Fernando	1836477927	0	-	Desclassificado
Giovana Finotelli	197088095	0	-	Desclassificado
Rogério Amaral de Vasconcellos	1935482926	0	-	Desclassificado
Damiany Coelho	1345798879	0	-	Desclassificado

Obs.:
[1] - Desempate dado conforme item 11.5 do Edital.
[2] - Desempate dado conforme item 11.6 do Edital.

Categoria: Quadrinho

Nome	Inscrição	Nota	Colocação	Resultado
Natalia Meireles	136211841	28,5	1º	Selecionado
Nathalia Pichinin de Oliveira Martins	276644092	28	2º	Selecionado
Rafael Vasquez Martins	1874923610	17	-	Desclassificado
Matteo Vinicius Alves Recinella	314058416	14	-	Desclassificado

Art. 4º Em caso de desistência, impossibilidade de recebimento do prêmio ou o não cumprimento das exigências do edital por parte do proponente contemplado, o prêmio será destinado a outro proponente aprovado, observando-se a ordem de classificação estabelecida pela Comissão de Seleção.

Art. 5º O prêmio a que farão jus os selecionados é intransferível, inegociável e poderá ser pago em até 1 (um) ano, contado a partir da publicação da homologação do resultado final desta seleção.

Art. 6º O valor do Imposto sobre a Renda será retido na fonte, observada a tabela de incidência mensal, e o valor líquido será depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança do selecionado.

Art. 7º Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo implicarão a desclassificação da obra selecionada.

Art. 8º O descumprimento das obrigações previstas no Edital ensejará a devolução dos valores repassados, devidamente corrigidos, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 9º A Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo reserva-se o direito de, em caso de cortes orçamentários ou outros impedimentos supervenientes, não publicar a Antologia resultante deste concurso.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL NOGUEIRA ALVES TAVARES DA SILVA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 724, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
212712 - Plano Anual 2022 - Viva e Deixe Viver
Associação Viva e Deixe Viver
CNPJ/CPF: 02.926.858/0001-07
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 1.199.448,65
Valor total atual: R$ 3.683.079,45
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
205087 - Concertos Sinfônicos Fortaleza
A DOIS EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.641.733/0001-69
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 189.150,00
Valor total atual: R$ 1.864.191,00
192474 - Viabilização da Programação Artística do Made in Minas Gerais - Ano II
CULTURAR PRODUCOES EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 26.591.418/0001-04
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 128.549,00
Valor total atual: R$ 897.563,67

PORTARIA Nº 725, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184646 - Núcleo de Artes do São Miguel
Associação São Miguel Arcanjo
CNPJ/CPF: 00.961.304/0001-15
Cidade: Barbacena - MG;
Prazo de Captação: 16/12/2022 à 31/12/2022
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
220573 - Feira do Livro - Pequenos Leitores
ATIVAZ PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 31.590.670/0001-39
Cidade: Bariri - SP;
Prazo de Captação: 16/12/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 726, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
203125 - Festival Internacional de Teatro de Catalão
BRICOLAGEM PRODUCOES COMUNICACAO E CULTURA EIRELI
CNPJ/CPF: 23.117.665/0001-85
Cidade: Caldas Novas - GO;
Valor Reduzido: R$ 54,00
Valor total atual: R$ 474.417,35
201807 - JOVEM EMPREENDEDOR CULTURAL
CENTRO CULTURAL BEBE FOLIA LTDA
CNPJ/CPF: 97.324.602/0001-36
Cidade: Porto Velho - RO;
Valor Reduzido: R$ 11.941,00
Valor total atual: R$ 929.952,70
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212003 - EVENTO VIRTUAL - LIVES TEMÁTICAS GRUPO INSTRUMENTAL VIA LÁCTEA
Paulo César Lima Fialho
CNPJ/CPF: 115.797.736-72
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 2.750,00
Valor total atual: R$ 143.180,13
185112 - Música em Movimento
Santo Antônio Promoção e Marketing LTDA
CNPJ/CPF: 18.006.532/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 22.968,05
Valor total atual: R$ 1.233.307,63
212580 - PROGRAMAÇÃO CULTURAL DO SÃO JOÃO DE MARACANAÚ 2022
Fundação de Cultura de Maracanaú
CNPJ/CPF: 07.852.227/0001-04
Cidade: Maracanaú - CE;
Valor Reduzido: R$ 69.052,00
Valor total atual: R$ 462.429,50
212762 - VAQUEJADA DE ITAPEBUSSÚ 2022
INSTITUTO BR ARTE
CNPJ/CPF: 26.757.702/0001-08
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 27.912,00
Valor total atual: R$ 171.782,00
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
203968 - SustentArte - Arte produzida de forma Sustentável
Quattro Projetos e Serviços Ltda - ME
CNPJ/CPF: 11.658.211/0001-32
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 19.867,00
Valor total atual: R$ 452.597,52

PORTARIA Nº 727, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 185397 - Manutenção das Atividades dos Corpos Artísticos da FCS - 2019, publicado na portaria nº 0760/18 de 10/12/2018, no D.O.U. de 11/12/2018, para Manutenção das Atividades dos Corpos Artísticos da FCS - 2019-2023.

PRONAC: 212712 - Plano Anual 2022 - Viva e Deixe Viver, publicado na portaria nº 0739/21 de 21/12/2021, no D.O.U. de 22/12/2021, para Plano Bianual 2022/2023 - Viva e Deixe Viver.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA Nº 728, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
222728 - RECOLORINDO
Associação Rede ao Mar
CNPJ/CPF: 23.417.824/0001-67
Processo: 01400002728202240
Cidade: São Francisco do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 245.835,70
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a organização de um SEMINARIO por meio da contação de histórias. Objetivando incentivar e conscientizar crianças e adolescentes a desenvolver interesse pela cultura e arte em suas várias diversidades.
222708 - Teatro em ação APAE de Tubarão
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE
CNPJ/CPF: 86.449.196/0001-11
Processo: 01400002708202279
Cidade: Tubarão - SC;
Valor Aprovado: R$ 204.127,00
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto busca proporcionar o acesso aos produtos culturais de maneira gratuita ao público infantil, juvenil e adulto, por meio de oficinas de Teatro, oportunizando a integração social e desenvolvimento coletivo. Além disso está prevista uma apresentação pública, afim de demonstrar o resultado do aprendizado nas oficinas.
222731 - ARRASTAPÉ 2023 - APUÃ
ASSOCIAÇÃO CULTURAL QUADRILHA JUNINA ARRASTA PÉ
CNPJ/CPF: 13.400.863/0001-06
Processo: 01400002731202263
Cidade: Imperatriz - MA;
Valor Aprovado: R$ 481.932,00
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A Associação Cultura e Esporte Junina Arrasta Pé trará o projeto de produção e difusão cultural que será realizado atravésdo Espetáculo 'APUÃ' - uma nova história para os tablados juninos do Maranhão e todo o Nordeste. As manifestações juninas são eventos festivos com participação popular pautado por tradições regionais em todo o país. O espetáculo de ARTES CÊNICAS trará relevancia social em forma de teatralidade, dança e música com toda força da cultura popular do São João 2023, inteiramente gratuito, com acesso irrestrito.
222710 - Circulacao Cerrado Mundo Magico
PALMIRA E AMORIM TENDAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.359.519/0001-14
Processo: 01400002710202248
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 478.965,96
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto Circulação Cerrado Mundo Mágico, que será realizado pela companhia goiana de dança contemporânea Giro8, é um espetáculo de dança dedicado ao público infanto-juvenil, cuja temática principal é o cerrado. Com uma circulação nacional nas cidades/estados: SÃO LUÍS - MA /IMPERATRIZ - MA / MARABÁ - PA / BELÉM - PA / BELO HORIZONTE - MG / GOIÂNIA - GO.
222759 - Espaço de Teatro da Criança Autista
DANIELA MOREIRA DE SOUZA
CNPJ/CPF: 090.067.866-67
Processo: 01400002759202209
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 489.693,60
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto"Centro de Teatro da Criança Autista" tem o objetivo principal de dar acesso às crianças com transtorno do especto autista (TEA) a aulas de teatro integrado/terapêutico infantil.O Teatro é uma modalidade de curso que podem ser aplicada para auxiliar no processo de aperfeiçoamento das habilidades de quem tem o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Mas nem toda família tem condição financeira para oportunizar o contato da criança com o teatro e as artes integradas. Por isso, o projeto visa oferecer as aulas teatrais terapêuticas gratuitamente às crianças em situação de vulnerabilidade social.
222685 - Festival Regional Circuito Tabapua Junino de Caucaia
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ARTISTICO E CULTURAL DO CEARA
CNPJ/CPF: 13.880.144/0001-21
Processo: 01400002685202201
Cidade: Caucaia - CE;
Valor Aprovado: R$ 475.400,15
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Programação cultural voltada para promoção e valorização dos festejos juninos por meio do Festival Regional Circuito Tabapuá Junino de Caucaia com apresentações de quadrilhas juninas, música instrumental, exposição de artesanatos e feira de gastronomia típica junina.

222684 - Formação Preparatória de Teatro (nome provisório)
Fany Tania Huet de Froberville
CNPJ/CPF: 21.971.466/0001-04
Processo: 01400002684202258
Cidade: Embu-Guaçu - SP;
Valor Aprovado: R$ 455.716,25
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O Projeto Formação Preparatória de Teatro (nome provisório) (Cursos/ Oficinas/ Estágios), consiste na realização de um curso de 288 horas/ aula de introdução das capacitações teatrais, com base teórica e prática, para ampliar o repertório profissional nas artes cênicas da comunidade infanto-juvenil da cidade de Embu-guaçu, SP. O trabalho com os alunos tem como objetivo a montagem e criação de um peça no final do curso (Espetáculo De Artes Cênicas).

222721 - III - Tenda Cultural Incena Brasil
ASSOCIACAO INCENA BRASIL
CNPJ/CPF: 10.653.787/0001-44
Processo: 01400002721202228
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Aprovado: R$ 495.402,18
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto compreende : Apresentação de Espetáculo teatrais; Apresentação de Show Musical ; Apresentação de dança, Apresentação de Capoeira, Contação de histórias, Batalha de Rimas (cultura Hi Hop), Oficina de dança e Oficina de fotografia mobile , que acontecerão na cidade de Cubatão /SP , sendo a programação destinada ao público em geral.

222700 - Natal Cachoeira 2022
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CACHOEIRA DO SUL
CNPJ/CPF: 87.523.585/0001-02
Processo: 01400002700202211
Cidade: Cachoeira do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 225.545,65
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto visa enaltecer o espírito natalino por meio da programação artístico-cultural do Natal Cachoeira. Através de espetáculos culturais de qualidade e com entrada gratuita, o projeto conta com atrações voltadas ao teatro e a música instrumental, que promete encantar a comunidade que irá prestigiar o evento, emocionando o público mais uma vez.

222751 - Natal da Transformação
SUZANA PEREIRA SCHWUCHOW - ME
CNPJ/CPF: 13.504.512/0001-37
Processo: 01400002751202234
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 456.948,80
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Realizar atividades culturais e Espetáculos Cênicos durante o período natalino contando com a participação de grupos e artistas locais e regionais. Este projeto de intervenção artística em espaço público, ocorrerá em pontos diferentes na cidade. A entrada é franca.

222726 - O QUEBRA-NOZES
CISNE NEGRO PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL LTDA. ME
CNPJ/CPF: 17.845.070/0001-43
Processo: 01400002726202251
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.226.550,00
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Apresentar o espetáculo "O Quebra-Nozes", durante o período das festas natalinas a ser realizado em salas de teatro localizadas em São Paulo. O espetáculo, apresentado há 39 anos pela Cisne Negro, já se tornou ícone no calendário festivo que acompanha as festas natalinas pelo país. Além disso, haverá também uma série de atividades artísticas em hospitais. Como contrapartida social será realizada ação formativa, voltada a estudantes de instituições públicas e de forma totalmente gratuita.

222701 - PROCISSÃO DAS CRIATURAS 2023
EDUARDO SEVERO DALLA COSTA 93897839091
CNPJ/CPF: 31.166.569/0001-55
Processo: 01400002701202257
Cidade: Santa Cruz do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 283.053,87
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: A Procissão das Criaturas propõe uma grande entrega cultural, com as principais características de cada gênero que compõe a Cultura pop e Geek. O projeto apresenta peças teatrais, grupos circenses, dança, personagens da literatura fantástica, uma feira de economia criativa da cultura geek, finalizando com um grande desfile cênico com performances teatrais, personagens Animes, Mangás e cosmaker. O projeto é totalmente gratuito e com classificação livre.

222703 - Purim
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE BEITH LUBAVITCH
CNPJ/CPF: 40.188.450/0001-74
Processo: 01400002703202246
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 360.501,90
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Purim é um dos mais alegres e festivos eventos históricosna tradição judaica, uma data cujos preceitos incluem ficar alegre e celebrar. Este projeto promove uma grande celebração desta importante data, com eventos culturais de diversas linguagens: teatro, circo e música.

222722 - SAO PAULO ESCOLA DE DANCA
ASSOCIACAO PRO-DANCA
CNPJ/CPF: 11.035.916/0001-01
Processo: 01400002722202272
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 490.056,93
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: "SÃO PAULO ESCOLA DE DANÇA" tem como meta viabilizar as atividades de CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL - CAPACITAÇÃO CULTURAL na sede da São Paulo Escola de Dança e em espaços públicos da cidade de São Paulo constituídas por: palestras, oficinas e cursos.

222702 - Uma Turma da Mesada
Lucimeire de Moraes da Silva
CNPJ/CPF: 12.645.969/0001-07
Processo: 01400002702202200
Cidade: Valinhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 457.528,50
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: A produção e apresentação do espetáculo: "Uma Turma da Mesada" destinadas de forma inteiramente gratuita a população, levando temas de"Educação Financeira", "Inversão de Valores" e "Planejamento Pessoal" trabalhando de forma teatral, que através das histórias e personagens despertam a curiosidade através da ludicidade, o projeto conta com distribuição de cartilhas com conteúdos e personagens do espetáculo, por seu conteúdo torna o projeto deinteresse público, cultural e artístico.

222714 - V Festival Nacional de Teatro Revirado
Empresa Artístico Cultural Marques Joaquim Ltda Me
CNPJ/CPF: 02.032.963/0001-00
Processo: 01400002714202226
Cidade: Criciúma - SC;
Valor Aprovado: R$ 297.159,06
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Realizar o V Festival Nacional de Teatro Revirado, que possui cronograma de atividades artístico-pedagógicas voltadas à linguagem teatral. As atividades serão oferecidas gratuitamente e contarão com grupos de teatro do Brasil, espalhadas por municípios da região sul de Santa Catarina. Além de espetáculos, o festival conta com atividades formativas como debates e roda de conversas. Fazem parte desse projeto os seguintes produtos: Festival, espetáculos de artes cênicas e Curso/oficina/estágio.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
222712 - ASM Ciclo 9
ACAO SOCIAL PELA MUSICA - A.S.M.
CNPJ/CPF: 03.313.239/0001-00
Processo: 01400002712202237
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.947.232,00
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto pretende dar suporte às atividades dos núcleos de aprendizado musical da Ação Social pela Música nas comunidades atendidas, cujo objetivo é o ensino coletivo de música clássica para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 19 anos, e que são residentes de comunidades em situação de vulnerabilidade social. Além das atividades pedagógicas, produto principal do projeto, serão organizadas apresentações musicais dentro e fora das comunidades. Produtos: Oficinas (principal) e apresentações musicais(secundário)

222720 - Bom de Nota, Bom de Tom
ASSOCIACAO PARA ESPORTE E CULTURA
CNPJ/CPF: 16.907.005/0001-32
Processo: 01400002720202283
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.798.182,40
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Projeto de educação musical, com foco em sopro e cordas, voltado a crianças e adolescentes regularmente matriculados na rede pública de ensino. Os alunos atendidos serão protagonistas de apresentações musicais ao final do projeto, abertas à comunidade.

222709 - Concerto Málaga - 25 anos
Artemundi Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 10.831.041/0001-83
Processo: 01400002709202213
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 349.638,00
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto "Concerto Málaga - 25 anos" apresentará dois concertos gratuitos nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília em celebração ao aniversário de uma das mais importantes Orquestra de Câmara da Espanha. Formada por 14 músicos, a "Concerto Málaga" foi a primeira orquestra ibérica a gravar para o selo discográfico Deutsche Grammophon, e a primeira orquestra Andaluz a receber uma nomeação do Grammy Latino na categoria de melhor álbum de música Clássica.

222756 - CORAL GIUSEPPE VERDÌ
Associação Italiana Coral São José de Botuverá
CNPJ/CPF: 05.700.383/0001-24
Processo: 01400002756202267
Cidade: Botuverá - SC;
Valor Aprovado: R$ 499.938,50
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Este projeto visa difundir no canto coral sacro, estimulando e preservando a cultura dos descendentes ítalo-bergamascos, possibilitando a participação em apresentações artísticas e culturais.

222738 - EXTENSÓES CULTURAIS DO 4º COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
APMF - ASSOCIACAO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DO 4 COLEGIO DA POLICIA MILITAR DO PARANA - ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO
CNPJ/CPF: 33.394.285/0001-41
Processo: 01400002738202285
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 499.910,84
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Viabilizar o atendimento gratuito com aulas práticas e teóricas , para alunos da rede pública de ensino e 4º Colégio da Polícia Militar do Paraná que compõem a Banda de Música Infanto-Juvenil e Sênior e Corpo de Balé, visando fomentar a prática de atividades culturais como atividade de contraturno escolar através de oficinas de música instrumental e também de dança assim incentivando a permanência do aluno no ambiente acadêmico e criar corpos culturais que representem a entidade em festivais e eventos do gênero através de apresentações instrumentais, assim como abrir espaço desta associação para a Banda de Música Sênior, formada por cidadãos da sociedade em geral e que, ao final das atividades do Projeto, resultará em um espetáculo cênico-musical a ser apresentado de forma gratuita à sociedade de Maringá e região.

222736 - Live Session Deixa o Senhor Entrar (evento virtual)
WILLIAM SOARES FERNANDES DE ARAUJO
CNPJ/CPF: 143.796.387-07
Processo: 01400002736202296
Cidade: Macaé - RJ;
Valor Aprovado: R$ 220.556,03
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto se resume na realização de uma apresentação musical no formato virtual com foco em musica instrumental Gospel Cristã. Visto que o projeto é totalmente gratuito, está dispensado de prever a contrapartida social, conforme £5 do artigo 25 da IN 01/2022.

222729 - Música Criança - São Joaquim da Barra
Luciana Aparecida Rodrigues
CNPJ/CPF: 339.370.928-38
Processo: 01400002729202294
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 575.525,42
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Este projeto propõe a oferta gratuita de cursos de formação musical, para alunos de 5 a 18 anos, de canto-coral, instrumentos de cordas (violino, violoncelo e contrabaixo), instrumentos de sopro - madeiras (saxofone, flauta e clarinete), instrumentos de sopros - metais (trompete, trombone e tuba), piano e percussão. Prevê ainda a realização de apresentações musicais, como forma de difusão do trabalho de formação musical.

222706 - Oficinas Culturais Florescer
ASSOCIACAO BENEFICENTE FLORESCER
CNPJ/CPF: 13.246.882/0001-11
Processo: 01400002706202280
Cidade: Nova Olímpia - MT;
Valor Aprovado: R$ 875.205,66
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Os produtos cadastrados como curso, oficina, estágio na área musical e oficina, workshop na área de arte cênicas compõe as Oficinas Culturais Florescer que consistem em promover atividades de formação musical, canto coral, dança, teatro e contação de histórias com o público de crianças, adolescentes e adultos, estimulando a formação cultural e a sensibilidade humana, por meio de ações que visam

valorizar o potencial de concentração, raciocínio e outras, despertando assim, habilidades psicomotoras, aguçando a memória e o ritmo na produção artística. Já no produto festival, mostra iremos ter apresentações culturais na culminância anuais das oficinas.

222733 - Orquestra de Câmara da ULBRA - Plano Anual
Associação dos Amigos da Orquestra de Câmara da ULBRA
CNPJ/CPF: 12.941.665/0001-89
Processo: 01400002733202252
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.281.797,50
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Este projeto propõe a realização do plano anual da Orquestra de Câmara da ULBRA, contemplando suas temporadas oficiais de concertos gratuitos. Nos concertos serão apresentadas importantes obras do repertório erudito, abrangendo composições do período barroco ao contemporâneo, mesclando propostas de gêneros, incluindo a música brasileira.

222713 - ORQUESTRA MENINAS DE OURO
PROJETO GOLD - GERACAO DE OURO
CNPJ/CPF: 19.071.089/0001-05
Processo: 01400002713202281
Cidade: Sorocaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 430.377,09
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Formação de uma orquestra de percussão composta por meninas, jovens e adolescentes moradoras de comunidade extremamente vulnerável, situada na região periférica de Sorocaba/SP, oferecendo aulas de instrumento, teoria musical e canto coral. Objetivamos a inserção sociocultural, a ampliação das possibilidades de acesso à cultura, a formação de plateia e a circulação do produto cultural, contribuindo para o desenvolvimento integral das alunas e da comunidade atendida, fortalecendo os valores humanos e culturais.O processo culminará na realização de cinco concertos abertos para a comunidade.

222716 - Temporada 2023 Guitarras da Serra
JOSE ALFREDO CARDOSO CORREA 06415796917
CNPJ/CPF: 17.099.101/0001-64
Processo: 01400002716202215
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 187.489,50
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Este projeto preve a realização de concertos do Guitarras da Serra em 2023 dentro da cidade de Lages(Sc) tendo a guitarra como protagonista. Os concertos serão realizados em teatros e escolas com entrada gratuita.

222705 - VI Nipofest Cultural
Associação Cultural Esportiva de Cascavel
CNPJ/CPF: 76.428.598/0001-86
Processo: 01400002705202235
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 497.877,60
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Realizar a VI NIPOFEST CULTURAL: Evento que contará com a participação de grupos culturais em destaque no Brasil de: Taiko (tambor japonês) e Dança (Odori, Bon-odori e Matsuri dance).

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

222752 - Chroma - As Cores de Liz West
CONCEITO CONSULTORIA EM PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 05.482.234/0001-36
Processo: 01400002752202289
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.281.386,54
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Exposição de artes digital visuais inédita para experiências interativas (sensoriais, visuais e sonoras) do público a partir de instalação e acervo visual e multimídia da artista Liz West concebido e adaptado exclusivamente para o espaço físico.

222723 - CORES URBANAS
MIRABILIA COMUNICACAO E INOVACAO LTDA
CNPJ/CPF: 39.472.131/0001-07
Processo: 01400002723202217
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 899.085,00
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto CORES URBANAS tem por objetivo realizar um conjunto de exposições de registros fotográficos produzidos por pessoas a partir de 40 anos de idade (geração 40+), especialmente se apropriando da tecnologia disponível em aparelhos celulares para contar e dar visibilidade ao cenário urbano e arquitetura das cidades. Uma mostra virtual, disponibilizada nas redes sociais do projeto, e mostras presenciais, ambas gratuitas e amplamente divulgadas, serão realizadas a partir dos registros realizados pelos participantes do projeto.

222680 - EXPOSIÇÃO COLETIVO PINK - POR UM OUTUBRO ALÉM DO ROSA
YABA CONSULTORIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 18.520.427/0001-86
Processo: 01400002680202270
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.724.100,00
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Realizar exposição de fotografia em ambiente multimídia intitulada "Coletivo Pink - Por um outubro além do rosa" a ser realizada em São Paulo com uma versão pocket para viagem a outras 05 capitais brasileiras. Composta por obras de fotografia especialmente produzidas para o projeto e que tenham por narrativa o retrato do cotidiano de superação de mulheres que passaram (ou ainda passam) por tratamentos contra o câncer de mama.

222754 - MONUMENTO AOS TROPEIROS
CTG PRESILHA DO PAGO DA VIGIA
CNPJ/CPF: 90.615.832/0001-05
Processo: 01400002754202278
Cidade: Santana do Livramento - RS;
Valor Aprovado: R$ 224.445,94
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Construção do Monumento em Homenagem aos Tropeiros e a edição do Livro Os tropeiros, com o registro relacionado à preservação do Patrimônio Histórico Cultural. As figuras, em tamanho natural, saindo das páginas de um livro, registro historico e cultural. Serão figuras feitas em concreto, sendo um tropeiro montado à cavalo e duas mulas com bruacas, todos em frente ao livro aberto e em relevo, como se estivessem saindo da página, a tropa de mulas, em perspectiva, até o infinito. Sendo observados as regras de segurança e de inclusão social.

222734 - Panorâmica Patrimônio Mundial - São Luis
QUERERES PRODUCOES E EDICOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 37.497.972/0001-43
Processo: 01400002734202205
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.010.927,40
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: A proposta prevê pesquisa, produção e realização de temporadas da exposição "Panorâmica Patrimônio Mundial - São Luis", em formato itinerante, que apresentará por meio de uma experiência de projeção imersiva, o conjunto urbano do centro histórico se São Luís. O projeto contempla também pesquisa, produção e impressão de um livro sobre o patrimônio cultural da cidade de São Luís e uma cartilha educativa para o público infantojuvenil com foco em educação patrimonial, além de ações de capacitação de professores.

222686 - Programa educativo e residências artísticas do Instituto Inclusartiz
INSTITUTO INCLUSARTIZ
CNPJ/CPF: 03.716.186/0001-78
Processo: 01400002686202247
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.665.775,13
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Pesquisa - O programa de residências e pesquisas artísticas tem por objetivo o fomento a formação e capacitação dedez artistas e curadores. Oficinas/workshops - O projeto de oficinas é desenvolvido em conjunto com o programa de residências e pretende estender a formação artística à crianças da região portuária do Rio de Janeiro. São experimentações artísticas que visam proporcionar um ambiente criativo para a formação cultural dessas crianças. Contrapartida social. - Curso Planejamento de Projetos Culturais para Juventudes que busca qualificar jovens para a criação, planejamento e gestão na produção de projetos culturais em quaisquer linguagens artísticas com um curso de 40 horas onde os alunos serão certificados pela FGV. Conforme projeto pedagógico anexado.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

222730 - CENTRO CULTURAL MAAYAN
ASSOCIACAO CULTURAL E SOCIAL MAAYAN
CNPJ/CPF: 44.209.972/0001-66
Processo: 01400002730202219
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 16.531.035,48
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto viabiliza a construção e implantação do Centro Cultural Maayan, que contará com espaço para exposições, palestras, cursos e oficinas, entre outras facilidades para atender as demandas dos projetos culturais realizados no local.

222758 - FESTIVAL DO PATRIMôNIO CULTURAL DE PARACATU
Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu
CNPJ/CPF: 04.895.913/0001-74
Processo: 01400002758202256
Cidade: Paracatu - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.380.360,51
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto tem como propósito fomentar a preservação do patrimônio cultural brasileiro de Paracatu, por meio da valorização local, incentivo de ações culturais da cidade, giro da economia criativa com a realização dos seguintes produtos: Festival/Mostra; Espetáculos de Artes Cênicas; Festival/Mostra - Audiovisual e Oficina/Workshop/Seminário Audiovisual com educação patrimonial e formação de agentes culturais. E também, visa democratizar o acesso a produções artísticas intermunicipais e interestaduais como as artes cênicas, gastronomia, artesanato e cinema.

222757 - Projeto de Restauracao de Bens Artisticos Integrados da Sacristia da Catedral Basilica de Salvador/BA - PARTE 02 - INTEGRACAO
JEANART ARTE E RESTAURO SERVICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.726.732/0001-17
Processo: 01400002757202210
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 5.989.456,29
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Este projeto consiste na execução da segunda fase da Restauração de Bens Artísticos Integrados da Sacristia da Catedral Basílica de Salvador/BA. Durante a restauração acontecerão palestras sobre patrimônio cultural e a apresentação do projeto de restauração.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

222727 - EDIÇÃO DE LIVRO: SEM PALAVRAS 2
CATHERINE BALLMANN DO NASCIMENTO
CNPJ/CPF: 118.413.639-44
Processo: 01400002727202203
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 133.202,85
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Este projeto se propõe publicar a continuidade do livro artístico intitulado SEM PALAVRAS 2, destinado ao público infantil.

222707 - Festival Cultural - Arte e Literatura
DIOGO K. SEVERO PRODUCOES - ME
CNPJ/CPF: 09.291.614/0001-44
Processo: 01400002707202224
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.434.000,00
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Realizar o projeto Festival Cultural - Arte e Literatura em 10 cidades brasileiras. O produto principal relaciona-se ao objetivo de organizar uma feira literária itinerante, com apresentações artísticas e atividades que fomentam o apreço pela leitura e pelas artes.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)

222715 - Programa de Exposições dos Museus da Energia
Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento
CNPJ/CPF: 02.414.436/0001-52
Processo: 01400002715202271
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.145.283,84
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Produzir um Programa de Exposições inédito, a ser executado em 2023, nas unidades do Museu da Energia, sobre a temática "Universo do Trabalho", e tendo como ponto de partida o acervo histórico da Fundação Energia e Saneamento. Atrelado ao eixo curatorial do Programa, haverá visitas mediadas, ações educativas e produtos secundários (espetáculos teatrais, oficinas, encontros e apresentações musicais).

222755 - Tempo Será¡ - brincar pelo Brasil com o Museu dos Brinquedos
Instituto Cultural Luiza de Azevedo Meyer
CNPJ/CPF: 05.346.906/0001-86
Processo: 01400002755202212
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 498.198,36
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O Projeto Tempo Será - brincar pelo Brasil com o Museu dos Brinquedos visa contribuir com a formação da criança por meio do resgate, preservação, valorização e difusão do patrimônio lúdico da infância brasileira e da promoção cultural volta para este público. Tanto em sua sede -Exposição Tempo será e seu Programa Educativo Cultural - quanto em ações itinerantes - Tempo da Infância e Se essa rua fosse minha -, o Museu dos Brinquedos busca viabilizar experiências culturais, lúdicas, e educacionais que resgatam e ressignificam o tempo e o espaço do brincar livre, da arte/cultura para as crianças. Além disso, visa pesquisar, reconhecer valorizar a cultura da infância brasileira,e ainda promover ações de formação de educadores, pais e a comunidade em geral estimular a criação outras maneiras de olhar e agir perante a infância contemporânea.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
222760 - MALTA ROCK NACIONAL
THIAGO MACHADO VIEIRA
CNPJ/CPF: 23.822.996/0001-16
Processo: 01400002760202225

Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.558,40
Prazo de Captação: 19/12/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A presente proposta tem por objetivo realizar apresentações musicais com acesso totalmente gratuitos, de maneira que qualquer pessoa possa ter acesso a cultura expressada por meio da música, apoiando a comunidade artística local, regional e nacional.

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 80, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 584, de 23 de maio de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
211658 - Samba Que Eu Quero Ver - Mostra Cultural de Bamba
PURI PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 33.625.380/0001-09
Cidade: Muqui - ES;
Valor Complementado: R$ 192.327,08
Valor total atual: R$ 591.074,00
212903 - 16ª Mostra CineBH
UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 00.246.471/0001-84
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 259.909,68
Valor total atual: R$ 779.728,73
202792 - FAC-MG (Festival Audiovisual de Cultura de Minas Gerais)
CASA NA ARVORE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA EIRELI
CNPJ/CPF: 32.285.130/0001-04
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 43.120,00
Valor total atual: R$ 438.545,80
210204 - GREEN NATION FEST - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CIMA - Centro de Cultura, Informação e Meio-Ambiente
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 240.228,80
Valor total atual: R$ 1.538.650,80
203867 - Turma do Folclore - Os Protetores da Natureza
CANOA PRODUCOES AUDIOVISUAIS LTDA
CNPJ/CPF: 26.509.347/0001-58
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 9.163,00
Valor total atual: R$ 208.589,15

Art. 2.º - Alterar a(s) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 211724 - Mostra Inclusiva LAIS, publicado na portaria nº 0068/21 de 18/11/2021, publicada no D.O.U. em 19/11/2021.
Onde se lê: Operários da Alma Ltda ME.
Leia-se: OPALMAS ARTES CULTURA AUDIOVISUAL LTDA.

Art. 3.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 220443 - MoV.Cidade 2022/2 - Edição Favela (M.C) , publicado na portaria nº 0036/22 de 28/06/2022, no D.O.U. em 29/06/2022, para Festival MC 2022/2 - Edição Favela.

Art. 4.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 194357 - Plano Anual de Atividades Fundação Canal 20 , publicado na portaria nº 0108/19 de 30/12/2019, publicada no D.O.U. em 31/12/2019.
Onde se lê: Implantar uma estratégia de programação televisiva e radiofônica para o ano de 2020 e 2021, que irá aliar educação, comunicação de alcance social, cultura e entretenimento de qualidade que fomente a produção local, regional e nacional, contribuindo assim para a inclusão social e a democratização da comunicação com a produção de 8 programas televisivos e 7 programas radiofônicos.
Leia-se: Implantar uma estratégia de programação televisiva e radiofônica para o ano de 2020 e 2021, que irá aliar educação, comunicação de alcance social, cultura e entretenimento de qualidade que fomente a produção local, regional e nacional, contribuindo assim para a inclusão social e a democratização da comunicação com a produção de 4 programas televisivos e 4 programas radiônicos.
PRONAC: 211517 - Quem é essa Mulher? A história de Maria Odília Teixeira, publicado na portaria nº 0038/21 de 18/06/2021, publicada no D.O.U. em 21/06/2021.
Onde se lê: O documentário Narrativas Negras: A história da primeira médica negra do Brasil(título provisório) vai mostrar a trajetória e o legado deixados por Maria Odília Teixeira, primeira médica negra do Brasil, nascida em São Félix, no recôncavo baiano. Odília foi também a primeira professora negra da Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1909, portanto, 21 anos após a abolição da escravatura. O média-metragem documentário será em formato Full HD com duração de 30 mim.
Leia-se: Mayara dos Santos, filha de mãe solteira, oriunda da periferia de Salvador. Maria Odília Teixeira, nascida antes da abolição, neta de uma ex-escravizada e filha de um homem branco. Duas mulheres negras separadas por um século, mas com muito em comum. Em tempos paralelos, Mayara embarca num road movie pela Bahia para rememorar a história de Odília, a primeira médica negra da Bahia, que surpreende a cada descoberta. Quem é essa mulher? é um média-metragem possui duração máxima de até 70mim.

Art. 5.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 6.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CHAVES LOPES

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
211309 - 2ª Mostra de Cinema Brasileiro no Pequeno Príncipe
CGC-CSA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.981.568/0001-80
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 13/12/2022 à 31/12/2022

211638 - Al Cuore
Okna Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.267.476/0001-03
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 16/12/2022 à 31/12/2022

205150 - ANACLETO, O BALÃO
SPUTNIK STUDIO ILUSTRACAO E ARTES GRAFICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.503.379/0001-76
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 10/12/2022 à 31/12/2022

203557 - DJANIRAS MOSTRA DE CINEMA FEMININO
Carambola Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 17.683.769/0001-54
Cidade: João Pessoa - PB;
Prazo de Captação: 08/05/2021 à 31/12/2022

212938 - FAC Brasil
CASA NA ARVORE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA EIRELI
CNPJ/CPF: 32.285.130/0001-04
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 16/12/2022 à 31/12/2022

202139 - IV Cine Açude Grande
VERUZA ROLIM GUEDES
CNPJ/CPF: 058.777.024-40
Cidade: Cajazeiras - PB;
Prazo de Captação: 01/12/2022 à 31/12/2022

211724 - Mostra Inclusiva LAIS
Operários da Alma Ltda ME
CNPJ/CPF: 11.513.528/0001-80
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 09/12/2022 à 31/12/2022

212801 - O Último Encontro
Sertão Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.752.098/0001-45
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 16/12/2022 à 31/12/2022

211579 - QUEM MATOU GURGEL
IBERE SANTOS DE ARAUJO - ME
CNPJ/CPF: 07.228.813/0001-82
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 12/12/2022 à 31/12/2022

220028 - SPIELBERG
CONDE DE IRAJA PRODUÇÕES LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.763.281/0001-83
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2022 à 31/12/2022

211780 - XII Campeonato Brasileiro de Regularidade Histórica - FBVA
R S L PRODUCOES
CNPJ/CPF: 27.633.002/0001-74
Cidade: Sorocaba - SP;
Prazo de Captação: 13/12/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 81, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 584, de 23 de maio de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Tornar pública a relação dos projetos apoiados por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas APROVADAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Instrução Normativa nº 1, de 04 de fevereiro de 2022, conforme Anexo I.

Art. 2º Tornar pública a relação dos projetos apoiados por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas APROVADAS COM RESSALVAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Instrução Normativa nº 1, de 04 de fevereiro de 2022, conforme Anexo II.

Art. 3º Tornar pública a relação dos projetos apoiados por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Instrução Normativa nº 1, de 04 de fevereiro de 2022, conforme Anexo III.

Art. 4º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2022, aos proponentes relacionados no anexo III referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério do Turismo, nas restrições contidas na referida Instrução Normativa.

Art. 5º Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do Ministério e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CHAVES LOPES

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/ CNPJ	RESUMO DO PROJETO
085106	Gira Brasil	MAGMA - CULTURA, TURISMO E EVENTOS LTDA	06.126.184/0001-17	Exibição gratuita de filmes em mostra itinerante no interior de um caminhão.
086923	Mostra Cinema Brasileiro na Semana da Cultura	Entreatos Agência Cultural	08.668.639/0001-51	Exibição gratuita de 8 filmes brasileiros em 22 pontos da periferia de SP.
087855	Festival Brasil de Cinema Universitário Ano da França	Associação Cultural Festival Brasileiro de Cinema Univers.	08.599.675/0001-00	Exibição gratuita de filme sem mostras competitivas e especiais.
087859	Festival Permanente do Minuto 2009	UM MINUTO PRODUÇÕES CULTURAIS - EIRELI	66.708.900/0001-04	Exibição de vídeos na internet com premiação mensal.
088259	Geração Animada	3S Desenvolvimento de Projeto Empresarial Ltda	06.223.731/0001-82	Produção de 50 vídeos de animação, com 2 minutos cada.
088500	Ribeirão Preto vai ao Cinema 2009	Cineclube Cauim	51.820.371/0001-50	Exibição gratuita de filmes em 400 sessões ao ano.

090361	CINEOP - 4ª MOSTRA DE CINEMA DE OURO PRETO	UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA	00.246.471/0001-84	Fórum de discussão, formação, reflexão e exibição do audiovisual.
041523	Walachai	ZILLES PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	04.099.637/0001-38	Documentário de média metragem, com 52 minutos de duração.
091082	8º Prêmio Sergio Motta de Arte e Tecnologia	Instituto Sergio Motta	04.223.815/0001-90	Realização da oitava edição do Prêmio.
094032	CINE PE Festival do Audiovisual de 2010	BPE - BERTINI - PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS	04.719.487/0001-18	14° edição do festival.
095169	4º Encontro Nacional de Cinema dos Sertões	Escalet Produções Cinematográficas	08.276.993/0001-30	Mostra de cinema voltada para o que é produzido nos Pontos de Cultura.
095826	Sala Brasil - Cinema Itinerante	Marcos Aurélio Godinho	894.081.010-49	Exibição de filmes visando levar o cinema nacional de encontro ao público.
095982	7a EDICAO - FEST CINEAMAZONIA	Espaço Vídeo e Cinema	01.900.387/0001-03	7ª edição do Fest Cineamazonia.
100121	Musibraille	Dolores Tomé	153.497.131-91	Aprimoramento do software para transcrição musical para braille.
1011491	Cinesul 2011 - Festival Ibero-Americano de Cinema e Víde	Pulsar Artes e Produção LTDA	36.143.824/0001-68	Festival ibero-americano que exibirá curtas e longas-metragens.
054012	E Tudo Verdade Festival Internacional de Documentarios	Emegê Produções Artísticas S/S Ltda	07.007.705/0001-80	Exibição de filmes e vídeos documentários.
057340	CINEMA ITINERANTE	Agencia F Publicidade Ltda	05.940.806/0001-83	Exibição de filmes nacionais e estrangeiros.
057387	Espaços Unibanco de Cinema 2006	Instituto Moreira Salles	58.397.563/0001-45	Implementação de programação de 24 salas de cinema cultural no país.
060245	Ações Culturais Unibanco Arteplex 2006	Instituto Moreira Salles	58.397.563/0001-45	Promoção de salas de cinema de qualidade.
0611688	Documentário Nas Ondas de Copa	M'Baraka Projetos e PRoducoes Culturais Ltda	07.959.913/0001-89	Produção de um DVD com shows e documentário.
061324	Tela Brasil Fase 3	Buriti Filmes Ltda	02.238.621/0001-33	Exibição itinerante e gratuita de filmes de longa-metragem.
194208	14ª Mostra CineBH	UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA	00.246.471/0001-84	14a edição da Mostra.
067453	Documentação Audiovisual e Recuper. Patrim. Imaterial	Rani Bernardo Maranhão Valle	007.545.494-70	Recuperação do acervo produzido em cassete e VHS dos pajés e pearas Mura.
068720	Festival Permanente do Minuto 2007	UM MINUTO PRODUÇÕES CULTURAIS - EIRELI	66.708.900/0001-04	14ª edição do Festival do Minuto.
069287	Sempre Um Papo 2007	Associação Cultural Sempre Um Papo	04.823.354/0001-97	Registro em vídeo, da 21ª edição do projeto Sempre um Papo.
119460	Encontros e Dissonâncias	TELOS EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA	07.623.232/0001-45	Documentário de 52 min, captado e finalizado em formato digital.
120578	Cine Praça Brasil	MC PRODUÇÃO LTDA	07.561.663/0001-24	Realização de Mostra não competitiva.
1210303	Vida No Sul	INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO	06.942.198/0001-09	Produção Independente de 52 programas televisivos intitulados Vida No Sul.
127160	Mostra Mondo Tarantino	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	68.314.830/0001-27	Mostra de cinema dedicada ao universo do cineasta americano Quentin Tarantino.
127935	8o. Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo	Associação do Audiovisual	07.446.174/0001-21	Oitava edição do Festival de Cinema Latino Americano de São Paulo.
129757	Cinesul 2013 - Festival Ibero-Americano de Cinema e Vídeo	Pulsar Artes e Produção LTDA	36.143.824/0001-68	20ª edição do Cinesul - Festival Ibero-Americano de Cinema e Vídeo.
129894	FESTIVAL DO RIO 2013	CIMA - Centro de Cultura, Informação e Meio-Ambiente	00.468.786/0001-76	15ª edição do Festival do Rio.
129981	6º CINEPORT - ED. JOÃO PESSOA	Fundação Ormeo Junqueira Botelho	21.187.992/0001-88	Exibição gratuita de filmes e vídeos com mostras competitivas.
1311011	Vídeo Educador Nota 10 17ª edição	FUNDACAO VICTOR CIVITA	54.956.206/0001-19	Documentário de 33 minutos, média metragem.
132906	O mundo mágico do cinema	No Escurinho do Cinema Produções Artísticas Ltda.	00.427.460/0001-09	Exibições de cinema totalmente gratuitas em 05 estados do Brasil.
134261	PROJETO TURMA DE VALOR 3D	DIA DESIGN INOVAÇÃO E ARTE	05.690.856/0001-50	Produção e distribuição de uma obra cinematográfica de curta metragem.
137277	Literatura em Vídeo - Ano V	Associação Cultural Sempre Um Papo	04.823.354/0001-97	Gravação de cinco documentários, com duração de 15 minutos cada.
138474	Curtas Querô 2014	INSTITUTO QUERÔ	10.227.433/0001-38	Realização de 4 curtas metragens de até 15 minutos.
1411517	Festival Varilux de Cinema Francês 2015	Bonfilm Produção e Distribuição Audiovisual Ltda	10.383.039/0001-99	Recente produção francesa, com exibições de 15 filmes inéditos.
145771	47º FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO	Instituto Alvorada Brasil de Arte, Cultura	11.099.289/0001-64	47ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.
146596	Cine 104	INSTITUTO ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09.282.527/0001-20	Custeio da programação do Cine 104, do Centro Cultural CentoeQuatro.
146598	11ª Seleção de Filmes	PANDA FILMES LTDA ME	04.980.287/0001-14	Mostra anual de cinema realizada no Rio Grande do Sul.
148233	BIG Brazil´s Independent Games Festival - 3ª edição	Bits Produções Ltda	04.310.171/0001-78	Terceira edição do Festival Independente de Games da América Latina.
148837	Eu mudo o mundo	Okna Produções Culturais Ltda	11.035.916/0001-01	Documentário de média-metragem com 52 minutos de duração.
149062	Figuras da Dança - Documentário II	ASSOCIACAO PRO-DANCA	04.823.354/0001-97	Produção de três documentários, de aproximadamente 26 minutos cada.
150035	10ª CineOP - Mostra de Cinema de Ouro Preto	UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA	00.246.471/0001-84	Mostra de cinema nacional na cidade de Ouro Preto - MG.
158224	O Poeta de Junho	Instituto Cultural J. Safra	05.080.779/0001-16	Documentário apresentando aspectos da vida e da obra de Fernando Pessoa.
191472	13 Festival de Cinema da Lapa	INSTITUTO HISTORICO E CULTURAL DA LAPA	05.296.365/0001-29	13ª edição do FESTIVAL DE CINEMA DA LAPA.
030926	Memória da U.N.E	Fundação Roberto Marinho	29.527.413/0001-00	Recuperação e preservação da memória e da história da UNE.
070888	África lá em Casa	Guilherme Gagliardi Chiappeta	310.940.428-11	Gravação de CD e lançamento da banda "África lá em Casa".
071342	Forumdoc.bh.2007	Associação Filmes de Quintal	03.241.398/0001-46	Exibição gratuita de filmes e vídeos com debates.
071667	Turma do Butantan	AMA BRASIL	06.056.498/0001-90	Produção de um vídeo de animação em 3D.
075173	Cine PE Festival do Audiovisual 2008	BPE - BERTINI - PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS	04.719.487/0001-18	Realização da 12ª versão do Festival de Cinema.
075346	Casa de Dédalo (A)	Francisco de Paula Castro Neto	421.439.426-72	Criação de um DVD interativo explorando os recursos de programação.
076590	Circuito Petrobras de Cinema Livre (IV)	SANTA CECILIA COM. PUB E TEC. DA INFO. LTDA	02.313.424/0001-31	Exibição gratuita de filmes brasileiros itinerante.
077181	Prêmio Imprensa Embratel 2008	Associação Repórteres Fotograf. Cinematograf.	34.165.464/0001-70	Premiação de trabalhos feitos em todos os meios de comunicação.
077437	Cinepop Brasil Segunda Edição	Interaction Cine TV Audiovisual Ltda.	73.652.299/0001-32	2ª Edição do Cinepop Brasil.
080151	Brasil Artes - Memória do Gigante Plural	Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional	29.415.676/0001-28	Criação de um portal e um DVD de arquivos digitais.
080334	forumdoc.bh.2008	Associação Filmes de Quintal	03.241.398/0001-46	Festival que prevê a exibição de documentários.
080480	Cine Cufa	Central Única das Favelas do Rio de Janeiro - CUFA	06.052.228/0001-01	Realização de exibição gratuita de obras audiovisuais.
080920	Preservação e Disponibilização do Acervo do NDP Mercosul	Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul	01.546.913/0001-70	Digitalização dos acervos documental e de imagens do NPD da fundação.
0810792	Panorama do Cinema Francês	BIZARRE PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	05.502.106/0001-07	Mostra de cinema contemporâneo francês.
081983	CineEsquemaNovo - Festival de Cinema de Porto Alegre (5º)	Gustavo Spolidoro ME	01.106.959/0001-79	5ª edição do CineEsquemaNovo, Festival de Cinema de Porto Alegre.
082190	Vamos tomar um chá no cinema?	Adriana Almeida do Carmo	036.051.826-58	Exibição gratuita de filmes brasileiros, em 14 sessões comentadas, em BH.
083121	TV Tupiniquim - Aprender É Divertido	Núcleo de Produções Culturais - NUPROC	04.776.109/0001-76	Produção de 52 programas de TV, com a duração de 30 minutos cada.
083381	Cinema no Rio 5ª Edição	Cinear Produções e Exibições Cinematográfics	07.137.708/0001-38	5ª edição do Cinema no Rio.
102071	FESTIVAL NACIONAL DE CURTÍSSIMA METRAGEM	CASA REDONDA PRODUCOES CULTURAIS LTDA	06.228.927/0001-60	Festival de valorização e incentivo da produção audiovisual.
106196	MARCOS KLASSMANN - 1976	Luiz Carlos Vergara Menin Netto	371.296.350-53	Documentário de média metragem (52 minutos), para cinema e televisão.
110241	Morpheu	ASA DELTA FILMES LTDA - ME	12.855.567/0001-29	Curta-metragem sobre as crises de um escritor profissional.
110414	Gira Brasil 2012 - Ano 3	MAGMA - CULTURA, TURISMO E EVENTOS LTDA	06.126.184/0001-17	Segunda edição da Mostra.
110460	A Arte na Escola na voz de quem faz - XII PAEC	Instituto Arte na Escola	03.684.257/0001-06	Realização de 6 documentários que revelam contexto educacional e cultural.
110889	Cem Cortes: Preservação e Difusão de Conteúdos	LIQUID MEDIA LAAB PRODUCÕES LTDA - ME	09.646.818/0001-50	Distribuir de maneira gratuita 100 produções videográficas.
1110688	Curta na Praça V	NOVA BOSSA PRODUCOES CULTURAIS LTDA	02.856.992/0001-89	Cinema ao ar livre em sua 5a edição.
1111831	Plano Anual de Atividades Cultura 2012	Fundação Pe Anchieta Centro Paulista Rádio e TV Educativas	61.914.891/0001-86	Programas de cunho cultural para exibição pela Rede Cultura de Televisão.

1112508	1º Araxá Cine Festival	Associaç Funcionários e Alunos Escola de Música	12.426.794/0001-39	Realização do 1º Festival Nacional de Cinema de Araxá.
1112578	Cine Escola	MARCIA CRISTINA GLIOSCE MOREIRA EIRELI	03.816.791/0001-10	104 sessões gratuitas - 2 sessões aos domingos, no Cine Marabá.
112277	GRANDE PRÊMIO DO CINEMA BRASILEIRO	ACADEMIA BRASILEIRA DE CINEMA E ARTES AUDIOVISUAIS	05.136.659/0001-93	Realização de premiação do cinema nacional.
113209	IMAGEM DOS POVOS/ Imagem das Américas	T'AI Criação e Produção Ltda	07.110.153/0001-30	Realização da VII Mostra Imagem dos Povos.
115309	Sessão Criança 2011	CINEDUC - CINEMA E EDUCAÇÃO	42.355.503/0001-20	Exibição de filmes e vídeos voltadas para o público infanto-juvenil.
116157	HISTÓRIA DA MINHA HISTÓRIA	IPMAR RESPONSABILIDADE SOCIO AMBIENTAL ME	07.973.567/0001-93	Curta metragem de animação.

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/ CNPJ	RESUMO DO PROJETO
083746	Nouvelle Vague Indiana	Casa Cinco Produções e Promoções Culturais Ltda	08.870.953/0001-12	Exibição de 15 filmes indianos que integram a chamada Nouvelle Vague Indiana.
088713	Mostra Novo Cinema Independente Alemão	JURUBEBA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME	08.374.600/0001-21	Mostra do novo cinema independente alemão.
090089	Tribos Urbanas no Cinema	Cinnamon Comunicação e Audiovisual Ltda EPP	05.207.056/0001-35	Mostra de vinte filmes que irão retratar o universo das tribos urbanas.
090702	No Crepúsculo de Winnipeg: o cinema de Guy Maddin	Round Zipper Produções Editoriais e Culturais Ltda.	08.422.273/0001-36	Mostra do cineasta canadense Guy Maddin.
090724	Lima Duarte: Profissão Ator	Fábio de Oliveira Machado	08.223.873/0001-75	Mostra de Cinema com todos os filmes da carreira de Lima Duarte.
090912	CIRCUITO PETROBRAS DE CINEMA LIVRE V	SANTA CECILIA COM. PUB E TEC. DA INFO. LTDA	02.313.424/0001-31	5ª edição do Circuito Petrobras de Cinema Livre.
093380	MOSTRA FILMES LIBERTAM A CABEÇA: R.W. FASSBINDER	JURUBEBA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME	08.374.600/0001-21	Mostra de filmes do diretor de cinema alemão Rainer Werner Fassbinder.
096912	V Festival de Cinema e Meio Ambiente de Guararema	Raiz Produções Cinematográficas Ltda	44.154.342/0001-31	V edição do Festival de Cinema e Meio Ambiente de Guararema.
0610553	CTAV Reserva Técnica e Preservação	Fundação Ormeo Junqueira Botelho	21.187.992/0001-88	Restauração e produção de matrizes digitais.
062180	Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (A)	Brasilis Consultoria e Empreendimentos LTDA	05.353.397/0001-19	Produção de documentário média metragem de 60 minutos.
065367	Histórias da Amazônia 50 Anos de Memória	SOCIEDADE DE PROMOCAO DA CASA DE OSWALDO CRUZ	31.157.860/0001-67	Registro documental em vídeo sobre a Amazônia.
070991	De Corpo Inteiro	Nicole Algranti	957.139.567-68	Produção de um documentário de média metragem.
071790	Melhor de Anima Mundi Vol V (O)	Iman Imagens Animadas Ltda	02.727.130/0001-56	Gravação da coletânea "O melhor de Anima Mundi Vol. V" em DVD.
075298	Saudade	Carolina Junqueira dos Santos	013.365.266-10	Desenvolvimento do roteiro de um longa-metragem de ficção.
078487	Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis (7ª)	Lume Produções Culturais	04.703.940/0001-06	Realização da 7ª edição da Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis.
078663	Phedra	Plateau Marketing e Produções Culturais Ltda	74.425.067/0001-04	Produção de um documentário, curta metragem.
079782	Mostra do Filme Livre 2008 - (Edição 7ª)	WSET PRODUCOES E SERVICOS LTDA.	04.039.221/0001-24	Realização da 7ª edição da mostra.
081422	Curta Química e Natureza 2008	Socioetal Cultura e Sociedade Ltda.	05.562.084/0001-70	Produção de 6 filmes, curta-metragem, com a duração de 8 minutos cada.
082877	FestNatal - Festival de Cinema e Vídeo de Natal (18º)	Verona Filmes Ltda	33.714.593/0001-07	Realização da 18ª edição do Festnatal - Festival de Cinema de Natal.

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/ CNPJ	RESUMO DO PROJETO
120504	5. FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE PARATY	Sociedade Amigos de Paraty	10.518.398/0001-06	Quinta edição do Festival internacional de Cinema, da cidade de Paraty.
024131	Festival Internacional de Televisão	INSTITUTO DE ESTUDOS DE TELEVISÃO	04.612.138/0001-00	Realização do I Festival de Televisão.
074068	Especial Tudo é Jazz - Ano VI	CENTRO DE CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E CULTURA	23.374.085/0001-73	Gravação e edição em uma obra videofonográfica.
080775	Mostra Internacional do Filme Etnográfico 13 ª	INTERIOR PRODUCOES LTDA. - ME	31.618.242/0001-77	Realização da 13ª edição do festival.
112045	Mostra Internacional de Filmes Interativos	Caza Filmes	09.137.251/0001-97	Exibição de uma seleção de filmes interativos.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 40-E, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os remanejamentos de fontes de recursos dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada.

22-0460 SINCERAMENTE, SÉRGIO
Processo: 01416.007587/2021-00
Proponente: BIG BONSAI BRASILIS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS CULTURAIS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 06.323.379/0001-57
Valor total aprovado: R$ 722.977,20
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 326.827,20 para R$ 686.827,20
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8659-2
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 360.000,00 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2024
22-0295 ESCOLA SEM MUROS
Processo: 01416.005212/2022-88
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: R$ 15.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 100.000,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 10917-7
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 2.800.000,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 10920-7
Prazo de captação: até 31/12/2024
22-0437 TÁ ESCRITO
Processo: 01416.001365/2022-56
Proponente: PARIS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 12.580.503/0001-62
Valor total aprovado: R$ 8.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 600.000,00 para R$ 2.300.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8631-2
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00 para R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8632-0
Prazo de captação: até 31/12/2024

Art. 2º Realizar a revisão do quadro de fontes do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

19-0208 PORTO CARIBE
Processo: 01416.000997/2019-05
Proponente: SEND MUSIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: BELEM / PA
CNPJ: 06.267.302/0001-07Valor total aprovado: R$ 1.600.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.220.000,00
Banco: 001 - agência: 2946-7 conta corrente: 74069-1
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 211.579,44 para R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 2946-7 conta corrente: 74070-5
Prazo de captação: até 31/12/2022

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LAÍS SANTOYO LOPES DA FONSECA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 71, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 359, de 04/11/2021, e de acordo com o disposto no Decreto n.º 11.178, de 18/08/2022, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

DANIELI HELENCO

ANEXO I

01-Processo nº 01516.000958/2009-08
Projeto: Complementar de Prospecção Arqueológica PCH Tucano
Arqueólogo Coordenador: Cláudio César de Souza e Silva
Apoio Institucional: Museu Goiano Zoroastro Artiaga - Governo do Estado de Goiás
Área de Abrangência: Municípios de Itarumã e Caçu, estado de Goiás
Prazo de Validade: 09 (nove) meses
02-Processo n.º 01506.005549/2014-76
Projeto: Programa de Arqueologia Preventiva da Linha 6 Laranja do Metrô de São Paulo- Salvamento Emergencial na área do Sítio Histórico Vila Cardoso- Estação Vila Cardoso
Arqueóloga coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Apoio institucional: Centro de Arqueologia do Departamento do Patrimônio Histórico - Prefeitura do Município de São Paulo
Área de Abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01450.013202/2012-28
Projeto: Prospecção Intensiva na Área de Implantação da Linha de Transmissão 500 kV Manaus - Boa Vista, Subestação Lechuga (AM), Subestação Equador (RR) e Subestação Boa Vista (RR)
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Apoio Institucional: Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE)
Área de Abrangência: Municípios de Manaus, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, estado do Amazonas; Municípios de São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Mucajaí, Caracaraí, Cantá e Boa Vista, estado de Roraima
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02-Processo nº 01450.005231/2015-69
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Gasoduto do Brasil Central
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor; Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Museu Goiano Zoroastro Artiaga - Governo do Estado de Goiás e Museu de Geociências - Mgeo do Instituto de Geociências (IG) - Universidade de Brasília (UNB)
Área de Abrangência: Municípios de São Carlos, Ibaté, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão, Guatapará, Luís Antônio, Cravinhos, Ribeirão Preto, Jardinópolis, Sales Oliveira, Orlândia, São Joaquim da Barra, Guará, Ituverava, Buritizal, Aramina e Igarapava, estado de São Paulo, Uberaba, Uberlândia, Tupaciguara e Araporã, estado de Minas Gerais, Itumbiara, Buriti Alegre, Morrinhos, Piracanjuba, Bela Vista de Goiás, Caldazinha, Bonfinópolis, Leopoldo de Bulhões, Silvânia, Gameleira de Goiás, Abadiânia, Alexânia, Santo Antônio do Descoberto, estado de Goiás, e Município de Brasília, Distrito Federal
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03-Processo nº 01500.000449/2022-13
Projeto: Acompanhamento e Resgate Arqueológico das Obras de Drenagem da Rua Alexandre Calaza
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Sílvia Alves Peixoto
Endosso Institucional: Laboratório de Arqueologia Brasileira - LAB - Estrada da Queimada, nº 05, Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO III

01-Processo nº 01506.001664/2022-81
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras de Requalificação e Reforma de Calçadas e Calçadões do Centro Velho
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia - Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, Secretaria Municipal de Cultura - Prefeitura do Município de São Paulo
Área de Abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
02-Processo nº 01500.002138/2021-16
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de execução da rede de esgoto do Museu do Folclore
Arqueóloga Coordenadora: Marcelle da Costa Mandarino
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia Brasileira
Prazo de Validade: 03 (três) meses
03-Processo nº 01512.000062/2021-47
Projeto: Monitoramento Arqueológico na Área da Obra de Pavimentação Asfáltica na Estrada de Acesso ao Parque Histórico São Lourenço Mártir
Arqueóloga Coordenadora: Beatrice Zaretti Silveira
Apoio Institucional: Laboratório e Reserva Técnica do Parque Histórico Nacional das Missões (PHNM)
Área de Abrangência: Município de São Luiz Gonzaga, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Vanzin Terminais e Serviços Aduaneiros Ltda
Empreendimento: Ampliação do Terminal 1
Processo nº 01512.000466/2021-31
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na área de ampliação do Terminal 1
Arqueólogo Coordenador: Luiz Alberto Silveira da Rosa
Arqueóloga de Campo: Danielle Crescenti Dias
Área de Abrangência: Município de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Óptima Geração de Energia Ltda
Empreendimento: PCH Pulpito
Processo nº 01510.000102/2021-71
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da PCH Pulpito
Arqueólogas Coordenadoras: Marina da Fonseca Lopes e Eliane Pinto de Andrade
Arqueólogas de Campo: Marina da Fonseca Lopes e Eliane Pinto de Andrade
Apoio Institucional: Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba - Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Área de Abrangência: Municípios de Bom Jardim da Serra e Siderópolis, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
Empreendimento: Paulista da Linha 4 - Amarela e a estação Consolação da Linha 2 - Verde da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
Processo nº 01506.901417/2017-10
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Túnel de conexão complementar entre a estação Paulista da Linha 4 - Amarela e a estação Consolação da Linha 2 - Verde da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Suzana Eliza Roll Munsberg
Área de Abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 14 (catorze) meses
04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Willian Menegassi
Empreendimento: CGH Menegassi
Processo nº 01510.000159/2022-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Menegassi
Arqueóloga Coordenador: Marina da Fonseca Lopes
Arqueóloga de Campo: Eliane Pinto de Andrade
Apoio Institucional: Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba - Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Área de Abrangência: Municípios de Lindóia do Sul e Ponte Serrada, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
05-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S.A
Empreendimento: Condomínio Colina Imperial
Processo nº 01502.001852/2017-82
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Abrangência do Empreendimento Colina Imperial
Arqueóloga Coordenadora: Márcia Cristina Labanca Ribeiro
Arqueólogo de Campo: Giusepe Augusto Araújo
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Área de Abrangência: Município de Salvador, estado da Bahia
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
06-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Comatec Comércio De Materiais de Construções Ltda
Empreendimento: Chácara Lago Azul
Processo nº 01490.003922/2016-32
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da Chácara Lago Azul, Rodovia Manoel Urbano (AM-070), KM 33
Arqueóloga Coordenadora: Karen Lorena Freire Marinho
Arqueóloga de Campo: Karen Lorena Freire Marinho
Área de Abrangência: Município de Iranduba, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 01 (um) mês
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ouro Verde Energética Ltda
Empreendimento: CGH Ouro Verde
Processo nº 01508.000236/2018-35
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área da CGH Ouro Verde
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueóloga de Campo: Acilene Mota Sandes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Braganey, Corbélia e Iguatu, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sertão Brasil Energia Solar Eireli
Empreendimento: Complexo Sertão Solar Barreiras II
Processo nº 01502.000470/2019-01
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico das obras do Complexo Solar Sertão Barreiras I
Arqueólogo Coordenador: Railson Cotias da Silva
Arqueólogo de Campo: Luiz Antonio Pacheco de Queiroz
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Área de Abrangência: Município de Barreiras, estado da Bahia
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO V

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pôr do Sol Residencial Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Residencial Pôr do Sol
Processo nº 01506.001807/2022-55
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do empreendimento Residencial Pôr do Sol
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Atibaia, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Têmpera Investimentos
Empreendimento: Equipamentos Urbanos
Processo nº 01506.000339/2022-00
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Equipamentos Urbanos
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueólogo de Campo: Lucas de Paula Souza Troncoso
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Ubatuba, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Voltalia Energia do Brasil Ltda
Empreendimento: EOL Juramento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 de 337,5 MW, Canteiro, Bota-fora, Subestação, RMT e Estruturas Associadas
Processo nº 01514.001659/2021-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - EOL Juramento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 de 337,5 MW, Canteiro, Bota-fora, Subestação, RMT e Estruturas Associadas
Arqueólogas Coordenadoras: Rafaela Fonseca de Oliveira e Naira Lorena de Oliveira Veras
Arqueólogos de Campo: Filipe Costa Silva e Maurício Rocha Ribeiro Monteiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (LAEP-UVFJM)
Área de Abrangência: Municípios de Juramento, Francisco Sá e Grão Mogol, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: UFV São Francisco Participações Ltda
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico São Francisco
Processo nº 01514.001679/2022-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Complexo Fotovoltaico São Francisco
Arqueólogos Coordenadores: Fabiana Rodrigues Belém e Janderson Rubens Tameirão

Arqueólogo de Campo: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (LAEP-UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Janaúba, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Usina Energia Fotovoltaica Jequitinhonha Ltda
Empreendimento: Usina Energia Fotovoltaica Jequitinhonha Ltda
Processo nº 01514.001132/2022-45
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Usina Energia Fotovoltaica Jequitinhonha Ltda
Arqueólogas Coordenadoras: Caroline Siqueira Oliveira de Negreiros e Rafaela Fonseca de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (LAEP-UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Jequitinhonha, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo
Empreendimento: Distrito Industrial
Processo nº 01506.000468/2022-90
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Distrito Industrial
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de São Miguel Arcanjo, estado de São Paulo
Prazo da Validade: 04 (quatro) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Alupar Investimento S.A
Empreendimento: Usina Fotovoltaica - UFV Aracati
Processo nº 01496.000238/2021-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Usina Fotovoltaica - UFV Aracati
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Marcelo Rolim Manfrini
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - Instituto Tembetá
Área de Abrangência: Município de Aracati, estado do Ceará
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: JVF São Domingos Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Residencial Cidade Viva
Processo nº 01516.000590/2022-47
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Cidade Viva
Arqueóloga Coordenadora: Wyslanne Gomes Lopes
Arqueólogo de Campo: Frederico Betach Ponciano do Vale
Apoio Institucional: Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga - Governo do Estado de Goiás
Área de Abrangência: Município de Goiânia, estado de Goiás
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
09-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A
Empreendimento: LT 525/230/138 kV Joinville Sul - Itajaí II - Biguaçu, subestações e seccionamentos associados
Processo nº 01510.000392/2019-38
Projeto: Monitoramento Arqueológico referente ao empreendimento LT 525/230/138 kV Joinville Sul - Itajaí II - Biguaçu, subestações e seccionamentos associados
Arqueólogo Coordenador: Everaldo Gomes Dourado
Arqueólogo de Campo: Winner Querevalu Soares Baptista Filho
Apoio Institucional: Museu Etno-Arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Municípios de Balneário Piçarras, Barra Velha, Biguaçu, Camboriú, Corupá, Guaramirim, Ilhota, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Luiz Alves, Massaranduba, Navegantes, São João do Itaperiú, Schroeder e Tijucas, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 11 (onze) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Terra de Santa Cruz Negócios Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Residencial Terra Santa
Processo nº 01506.000568/2021-35
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de Implantação do Residencial Terra Santa
Arqueólogo Coordenador: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho
Arqueólogo de Campo: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho
Apoio Institucional: Museu Histórico e Pedagógico "Dr. João Theodoro Xavier" - Prefeitura de Mogi Mirim
Área de Abrangência: Município de Santa Barbara d'Oeste, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Euroterra empreendimento 07 SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial SPE-07
Processo nº 01506.001658/2022-24
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Loteamento Residencial SPE-07
Arqueólogo Coordenador: Wagner Magalhães
Arqueólogo de Campo: Wagner Magalhães
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Mogi Mirim, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SPE Nova Aliança Turmalinas Ltda
Empreendimento: Loteamento Turmalina
Processo nº 01516.000295/2020-29
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Turmalina
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Mariana Garcia de Souza
Apoio Institucional: Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga - Governo do Estado de Goiás
Área de Abrangência: Município de Rio Verde, estado de Goiás
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Morro do Frota Agropecuária Ltda
Empreendimento: Loteamento Morro do Frota
Processo nº 01516.000563/2022-74
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Morro do Frota
Arqueólogo Coordenador: Mozart Martins de Araujo Junior
Arqueóloga de Campo: Juliana Garcia Alencar
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Município de Pirenópolis, estado de Goiás
Prazo de Validade: 03 (três) meses
14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vale S/A
Empreendimento: Expansão Serra Sul - Corpo C
Processo nº 01450.003659/2022-04
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Projeto de Expansão Serra Sul - TCLD, Complexo Minerador Ferro Carajás
Arqueólogo Coordenador: Marciano Grokaliski
Arqueólogo de Campo: Marlon Prado
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Município de Canãa dos Carajás, estado do Pará
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Afonso Bezerra de Lima
Empreendimento: Loteamento Dona Marta
Processo nº 01410.000183/2022-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Loteamento Dona Marta
Arqueóloga Coordenadora: Maria Coimbra de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Maria Coimbra de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Regional de Arqueologia de Rondônia - Prefeitura Municipal de Presidente Médici
Área de Abrangência: Município de Guajará-Mirim, estado de Rondônia
Prazo de Validade: 03 (três) meses
16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Binotto Construções Ltda
Empreendimento: Loteamento Capão da Canoa Posto 5
Processo nº 01512.000385/2020-50
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Capão da Canoa Posto 5
Arqueóloga Coordenadora: Renata Rauber
Arqueóloga de Campo: Gabriela Cruz de Oliveira dos Santos
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA) - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Capão da Canoa, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pequena Central Hidrelétrica Boa Vista Energética SPE S/A
Empreendimento: PCH Boa Vista
Processo nº 01500.001897/2022-34
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico em Área Destinada à Implantação da PHC Boa Vista
Arqueóloga Coordenadora: Eliany Salaroli La Salvia
Arqueóloga de Campo: Eliany Salaroli La Salvia
Apoio Institucional: Instituto d'Orbigny
Área de Abrangência: Municípios de São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 03 (três) meses
18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Tupi Participações Societárias Ltda
Empreendimento: CGH Água Amarela
Processo nº 01516.000342/2022-04
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na CGH Água Amarela
Arqueólogo Coordenador: Marcellus d'Almeida de Almeida
Arqueólogo de Campo: Rhobson de Oliveira Tobias
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás (UFG)
Área de Abrangência: Município de Chapadão do Céu, estado de Goiás
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Residencial Villa Verde SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Villa Verde
Processo nº 01508.000981/2022-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Villa Verde
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá
Arqueólogo de Campo: Gustavo Peres da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Ortigueira, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Taboada Negócios Imobiliários
Empreendimento: Loteamento Sítio Mundo Novo
Processo nº 01403.000405/2021-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Loteamento Sítio Novo Mundo
Arqueóloga Coordenadora: Djanane Fonseca de Carvalho Almeida
Arqueóloga de Campo: Glena Salgado Vieira
Apoio Institucional: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL - Governo do Estado de Alagoas
Área de Abrangência: Município de Marechal Deodoro, estado de Alagoas
Prazo de Validade: 03 (três) meses
21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Departamento de Estrada de Rodagem Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária - DERACRE
Empreendimento: Pavimentação da 2° fase do Anel Viário de Rio Branco/Acre nos lotes 01, 02, 03 e 04
Processo nº 01423.000032/2022-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico de Execução da atividade de Pavimentação da 2º fase do Anel Viário de Rio Branco - AC nos lotes 01, 02, 03 e 04
Arqueóloga Coordenadora: Franciele da Silva
Apoio Institucional: Laboratório do Centro de Arqueologia e Antropologia Indígena da Amazônia Ocidental - CAAINAM - Universidade Federal do Acre (UFAC)
Área de Abrangência: Município de Rio Branco, estado do Acre
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Farroupilha Energia Ltda
Empreendimento: UTE Farroupilha
Processo nº 01512.000526/2022-04
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da UTE Farroupilha
Arqueóloga Coordenadora: Estefânia Jaekel da Rosa
Arqueóloga de Campo: Estefânia Jaekel da Rosa
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia - NuPHA - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Charqueadas, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Luís Filipe Baeta Neves do Botelho de Medeiros
Empreendimento: Loteamento Comercial e Industrial - 'Industrial Park'
Processo nº 01506.001637/2022-17
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento Comercial e Industrial - 'Industrial Park'

Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: José Eduardo Abrahão
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Santa Gertrudes, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rôgga Construtora e Incorporadora S.A
Empreendimento: Residencial Multifamiliar
Processo nº 01510.000636/2022-88
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Residencial Multifamiliar
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Ricardo Evaristo Sampaio Mêra
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS) do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT) - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
Área de Abrangência: Município de Palhoça, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: GFR 0090 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda
Empreendimento: Swiss Boulevard Caucaia do Alto
Processo nº 01506.001284/2022-47
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Swiss Boulevard Caucaia do Alto
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Job Lôbo
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Vargem Grande Paulista, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
26-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Luís Filipe Baeta Neves do Botelho de Medeiros e Outros
Empreendimento: Loteamento Comercial 'Business Park'
Processo nº 01506.001638/2022-53
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Comercial 'Business Park'
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: José Eduardo Abrahão
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Santa Gertrudes, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AES Tucano Holding I S.A
Empreendimento: Complexo Eólico Cajuína Central I
Processo nº 01421.000040/2022-87
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Cajuína Central I
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Pablo Patrick Jovino dos Santos
Apoio Institucional: Museu Câmara Cascudo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Municípios de Angicos e Lajes, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
28-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pará Alta Floresta Gold Mineração Ltda
Empreendimento: Projeto Cajueiro de Mineração
Processo nº 01492.000065/2021-66
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico para o empreendimento Projeto Cajueiro de Mineração
Arqueólogo Coordenador: Roberto Montenegro Perrotta
Arqueólogo de Campo: Roberto Montenegro Perrotta
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Município de Jacareacanga, estado do Pará
Prazo de Validade: 10 (dez) meses
29-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ruffatto Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Condomínio Fechado Imbituba
Processo nº 01510.000457/2022-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Condomínio Fechado Imbituba
Arqueólogo Coordenador: Átila Perillo Filho
Arqueóloga de Campo: Estefânia Jaekel da Rosa
Apoio Institucional: Museu Etno-Arqueológico de Itajaí -0 Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Imbituba, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
30-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Eólica Santo Agostinho 19 Ltda
Empreendimento: Implantação de Usina Fotovoltaica
Processo nº 01421.000184/2022-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Conjunto Fotovoltaico Santo Agostinho
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Ricardo Luis Figueiredo Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: Município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

PORTARIA Nº 72, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 359, de 04/11/2021, e de acordo com o disposto no Decreto n.º 11.178, de 18/08/2022, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

I-Autorização nº 12, Seção I, Anexo V, Pág. 164, da Portaria nº 41/2022, publicada no DOU em 25/07/2022, processo nº 01502.001438/2021-50, em nome do Sr. Fábio Isidio dos Santos, Projeto: Projeto de Monitoramento Arqueológico na Área da Usina Fotovoltaica Colibri", tendo em vista a solicitação do arqueólogo coordenador.

DANIELI HELENCO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 33, de 24 de junho de 2022, Seção I, Anexo V, Página 192, Autorização nº 29, processo nº 01450.000722/2020-81, publicada em 27/06/2022, referente ao, inclua-se "Apoio Institucional: Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE)".

Na Portaria nº 33, de 24 de junho de 2022, Seção I, Anexo V, Página 191, Autorização nº 22, processo nº 01450.000725/2020-14, publicada em 27/06/2022, referente ao, leia-se "Apoio Institucional: "Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE) ".

Na Portaria nº 68, de 25 de novembro de 2022, Seção 1, Anexo IV, Página 127, Autorização nº 30, processo nº 01492.000376/2021-25, publicada em 28/11/2022, onde se lê "Arqueólogas de Campo: Jaqueline da Silva Belleti e Juliana Betarello Ramalho", leia-se "Arqueólogas de Campo: Jaqueline da Silva Belleti".

Na Portaria nº 21, de 29 de abril de 2022, Seção 1, Página 222, Retificações, processo nº 01421.000070/2020-21, publicada em 02/05/2022, onde se lê "Arqueólogos de Campo: Marcelo Rolim Manfrini e Igor Pedroza", leia-se "Arqueóloga de Campo: Vanessa da Silva Belarmino".

Banco Central do Brasil

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPETIÇÃO E DE ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 337, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Divulga a versão 6.4 do documento "Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário", que compõe o Regulamento do Pix.

O Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem), no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 23, inciso I, alínea "a", e 97-A do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso IV, do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa divulga a versão 6.4 do documento "Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário", que compõe o Regulamento do Pix, conforme art. 2º do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020.

Parágrafo único. O documento "Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário" está disponível no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil na internet: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/pix/Regulamento_Pix/IV_RequisitosMinimosparaExperienciadoUsuario.pdf

Art. 2º Fica revogada a Instrução Normativa BCB nº 302, de 9 de setembro de 2022.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de julho de 2023.

ANGELO JOSÉ MONT ALVERNE DUARTE

ANEXO

Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário
Histórico de revisão

Data	Versão	Descrição das alterações
8/2020	1.0	Índice: -Correção do título do Capítulo 11 de "Recebimento através de QR Code dinâmico" para "Pagamento através de QR Code dinâmico". Capítulo 2: -Inserção da obrigação 9. Capítulos 3 (item 13), 4 (item 9), 6 (item 13) e 11 (item 14):

		-Exclusão da obrigação de mencionar o canal de atendimento no comprovante de pagamento. Capítulo 13: -Substituição de referências a "link" por "código", com correspondente alteração nas ilustrações. Pequenos ajustes de forma ao longo do texto.
10/2020	2.0	Inclusão do Capítulo 13 -"Pix Copia e Cola" e ajuste da numeração dos capítulos subsequentes. Capítulos 3 e 4 (item 3): -Inclusão de informação referente ao campo livre -Formação da pacs.008.
		Capítulo 3 (item 13): -Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008. Capítulo 4 (item 09): -Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008. Capítulo 6 (item 13):
		-Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008. Capítulo 7 (item 4 e 6): -Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008. Capítulo 11 (item 14): -Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008.
		Novo Capítulo 13: -Pix Copia e Cola: Disponibilização de opção ao usuário pagador, na interface de mobile banking, de colar atalho. Capítulo 14: -Pix em Internet Banking: Alteração do título do capítulo e numeração.

11/2020	2.1	Índice: -Correção do título do capítulo de "Recebimento" por "Pagamento" através de QR Code Dinâmico; -Inserção do Anexo I - Itens a serem avaliados no processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais. Obrigações Gerais (Página 6, item 01): -Alteração da redação do item para "O ambiente Pix deve estar acessível, a qualquer tempo, no aplicativo principal de cada participante. Seu acesso deve estar na
		tela de login ou na tela imediatamente após o login, com não menos destaque que qualquer outra funcionalidade de pagamento ou de transferência". Capítulo 5 (item 02): -Exclusão na tela de aplicativo da menção da quantidade de caracteres no campo "Descrição". Capítulo 5 (item 03): -Inclusão de informação referente ao campo "Identificador";
		-Inclusão de informação referente ao campo "Descrição"; Exclusão nas telas de aplicativo da menção da quantidade de caracteres no campo "Descrição". Capítulo 05 (página 21): -Alteração da expressão "copiar link" para "copiar código". Capítulo 13 (página 52, 53, 54 e 55): -Alteração da palavra "atalho" pela palavra "código".
		Capítulo 13 (página 54): -Alteração da expressão "copiar link" para "copiar código". Capítulo 14 (página 56, 58 e 59): -Alteração da palavra "atalho" pela palavra "código". Capítulo 14 (página 58):
		-Alteração da expressão "copie o link" para "copie o código". Anexo I: Itens a serem avaliados no processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais. Histórico de Revisão: Inserção de tabela com histórico de versões e revisões do conteúdo.

12/2020	3.0	Índice: -Inclusão do capítulo 10 - "Meus Limites Pix" e ajuste da numeração dos capítulos subsequentes; -Alteração do título do Capítulo 11 para Pagamento imediato ou com vencimento através de QR Code dinâmico. Obrigações Gerais: -Página 7: item 09 - alteração do texto; Exclusão do termo "Campo livre" presente na figura ilustrativa; Alteração da quantidade de caracteres do campo Descrição (0
		a 140 caracteres); -Criação dos itens 10, 11 e 12, obrigatórios. Capítulos 2, 6, 10, 11 e 13 (tela inicial do ambiente Pix) -Inclusão do ícone "Meus Limites Pix". Capítulo 02: (item 07):
		-Inclusão da nomenclatura obrigatória "Meus Limites Pix". Capítulo 03: -Páginas 10, 11 e 12 - Exclusão do "Campo livre" presente nas figuras ilustrativas. Alteração dos termos "campo livre" para os termos "campo Descrição". -Página 10 - alteração do texto do item 03; -Página 12 - alteração do texto do item 06; exclusão do campo "Instituição";
		-Página 14 - novo item 12 com nova redação; inclusão do item 14 recomendado, referente às Chaves Aleatórias. Capítulo 04: -Página 16 - itens 01 e 03: alteração dos termos "campo livre" para os termos "campo Descrição"; -Página 18 - alteração do texto do item 07; exclusão do texto do item 08, original. Renumeração do item 09 para 08, acompanhado de novo texto; Capítulo 05:
		-Página 20 - inclusão na tela do aplicativo da menção da quantidade de caracteres no campo "Identificador" (0 a 25 caracteres); -Páginas 20, 21 e 22 - exclusão do campo "Descrição"; -Página 20 - Inclusão na tela do aplicativo da menção da quantidade de caracteres no campo "Identificador" (0 a 25 caracteres); -Página 22 - item 07 torna-se obrigatório. Inserção de item 08, recomendado; Ajuste da figura, com a alteração do termo "Copiar Código" para "Copiar Código QR"; exclusão do campo "Descrição". Alteração do texto do item 03.
		Capítulo 06: -Páginas 24, 25 e 27 - exclusão do campo "Descrição"; -Página 24 - ajuste do texto do item 01; -Página 25 - alteração da palavra "Instituição" por "PSP" nas duas figuras da página; -Página 28 - exclusão do item 12 original e remuneração do item 13 (anterior) para item 12.
		Capítulo 08: -Página 32 - alteração do texto de "Campo Livre" para "Descrição"; -Página 33 - criação de novo item 06; -Página 33: alteração do texto do agora item 07. Exclusão do capítulo 10 - Geração de QR Code Dinâmico.
		Novo Capítulo 10: -Meus Limites - Funcionalidade que permite aos usuários do Pix consultar, reduzir, bem como solicitar aumento do valor dos limites transacionais disponibilizados. Capítulo 11: -Página 46 - Alteração do título e do conteúdo para Pagamento imediato ou com vencimento através de QR Code dinâmico - Trata-se de pagamento iniciado pelo usuário pagador por meio da leitura de QR Code dinâmico;
		-Páginas 47, 48, 49, 50 e 51 - alteração de itens e telas de forma a representar a experiência de pagamentos de QR Code dinâmico imediato e com vencimento. Pequenos ajustes de forma.
1/2021	3.1	-Páginas 8,10,14,16,18 e 33: inclusão de obrigação referente ao campo "Descrição" - "O campo "Descrição" deve ser sanitizado de modo a neutralizar tags HTML inseguras." -Ajustes nas referências das páginas dos itens a serem avaliados no processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais. -Ajuste no texto do histórico de revisão referente à versão 3.0 de 24.12.2020. Pequenos ajustes de forma

3/2021	4.0	Índice: -Inclusão do capítulo 14 - "Integração com Lista de Contatos" e ajuste da numeração dos capítulos subsequentes. Introdução: -Página 04 - nova redação no segundo parágrafo da Introdução com o objetivo de informar que deve ser respeitado o Manual de Uso da Marca Pix no que se refere às aplicações de marca Pix.
		Capítulo 2: -Página 06 - alterações no texto do item 01. -Página 08 - alterações no texto dos itens 10 e 11. Capítulo 4: -Página 18 - alteração nas telas exemplificativas.
		Capítulo 5: -Página 22 - alteração nas telas exemplificativas. Capítulo 6: -Páginas 24, 25, 26, 27 e 28 - alteração nas telas exemplificativas. -Página 28 - inclusão de novo item de número 13 - "O PSP não pode salvar a chave Pix nem deve disponibilizar opção desalvamento da chave Pix vinculada ao
		pagamento do QRCodeEstático quando o TxId estiver preenchido." Capítulo 7: -Página 30 - alteração na tela exemplificativa. Capítulo 8: -Página 32 - alterações no texto do item 02.
		-Página 32 - alterações nas telas exemplificativas. Capítulo 9: -Página 37 - alterações no texto do item 02. Capítulo 11: -Página 47 - alteração nas telas exemplificativas com a inclusão do campo "InfoAdicionais".
		-Página 47 - alterações no texto dos itens 02 e 03. -Página 49 - renumeração dos itens presentes no capítulo em conjunto com a exclusão do item 08 presente na versão 3.1. -Páginas 49 e 50 - alteração nas telas exemplificativas com a inclusão do campo "InfoAdicionais". -Página 51 - inclusão de novo item de número 14 - "O PSP não pode salvar a chave Pix nem deve disponibilizar opção desalvamento da chave Pix vinculada ao pagamento do QR CodeDinâmico."
		-Página 51 - alteração nas telas exemplificativas. Capítulo 12: -Páginas 53 - alteração nas telas exemplificativas Capítulo 13: -Página 57 - alteração nas telas exemplificativas com a inclusão do campo "InfoAdicionais".
		Novo Capítulo 14: Integração com Lista de Contatos - Funcionalidade que permite ao usuário identificar facilmenteas pessoas na lista de contatos do seu smartphone que possuem chaves Pix. Anexo 1: -Página 66: alteração no texto presente no item 1 (Pix com Chave Pix). -Página 69: alteração no texto presente no item 2 (Devolução).
		Pequenos ajustes de forma.

3/2021	4.1	Capítulo 11: -Página 47: alteração no texto do item 01 - O valor (Caso o usuário recebedor informe que o valor pode ser alterado utilizando o campo "Modalidade de alteração de valor", conforme definido no Manual de Padrões para Iniciação do Pix, deve-se permitir a edição do valor pelo usuário pagador. Caso contrário, o valor não poderá ser editável). -Página 47: alteração no texto do item 02 - Usuário pagador pode cancelar o pagamento, mas não pode editar os dados do QR Code, à exceção do valor (caso
		permitido pelo usuário recebedor) e do campo de solicitação de informações ao pagador (se houver). Pequenos ajustes de forma.
4/2021	4.2	Capítulo 2: -Página 8 - Inserção do novo item 10 referente à obrigação do participante em disponibilizar, no ambiente Pix, atalho (ícone, botão ou texto com hiperlink) em que o usuário possa, ao clicar, ser direcionado para o canal de atendimento disponibilizado pelo PSP para o tratamento de reclamação envolvendo o Pix; -Página 8 - Inserção do novo item 11 referente à obrigação do participante em disponibilizar, no ambiente Pix, atalho (ícone, botão ou texto com hiperlink) em que o usuário possa, ao clicar, ser direcionado à página do Banco Central do Brasil na Internet para registro da reclamação
		(https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/registrar_reclamacao); -Página 8 - Inserção do novo item 12 referente à recomendação ao participante em deixar claro para o usuário que, antes de fazer uma reclamação no Banco Central do Brasil, tente resolver o problema junto ao próprio PSP; -Página 8 - Inclusão de figuras representativas de tela de celular em que constam a inserção de ícone que, ao ser acionado, direciona o usuário para registro de reclamação;
		-Página 9 - Item 13 (item 10 na versão 4.1) - inserção da obrigatoriedade de inclusão, na notificação de conclusão da transação, de informação referente à tarifa cobrada, caso permitida nos termos da regulação vigente; -Página 9 - Item 14 (item 11 na versão 4.1) - inserção da obrigatoriedade de inclusão, na notificação de conclusão da transação, de informação referente à tarifa cobrada, caso permitida nos termos da regulação vigente. Capítulo 11:
		-Página 52 - item 15 - obrigatório - inserção de obrigação de que quando o usuário pagador agendar o pagamento do QR Dinâmico com vencimento, o PSP deve disponibilizar a ele o comprovante de agendamento, bem como consulta às transações agendadas; -Página 52 - item 16 - obrigatório - inserção de obrigação de que deve ser ofertada ao usuário a funcionalidade de cancelamento da transação agendada; -Página 52 - item 17 - obrigatório - inserção de obrigação de que caso a transação agendada seja cancelada por insuficiência de saldo na conta do usuário, o usuário deve receber notificação do cancelamento. A forma de envio da notificação é de livre escolha do PSP. Caso a notificação seja via push, parte das informações, à
		escolha do PSP, pode estar detalhada quando o usuário clicar na notificação. Capítulo 12: -Página 54 - Item 02 - recomendado - recomendação ao PSP para que encaminhe notificação um dia antes da data do débito do Pix Agendado informando ao usuário quanto à necessidade de existência de saldo em conta; -Página 54 - item 05 - obrigatório - inserção de obrigação de que caso a transação agendada seja cancelada por insuficiência de saldo na conta do usuário, o usuário
		deve receber notificação do cancelamento. A forma de envio da notificação é de livre escolha do PSP. Caso a notificação seja via push, parte das informações, à escolha do PSP, pode estar detalhada quando o usuário clicar na notificação; -Página 54 - item 06 - obrigatório - inserção de obrigação de que deve ser ofertada ao usuário a funcionalidade de cancelamento da transação agendada. Anexo I: -Página 67 - Anexo I - Inserção dos itens 05 e 06, referentes aos itens a serem avaliados no processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais.
		Pequenos ajustes de forma e de referência aos itens constantes no Manual.
5/2021	4.3	Capítulo 2: -Página 8 - consolidação dos itens 11 e 12 em um novo item 11 obrigatório, o qual dispõe que "Deve ser disponibilizada, no ambiente Pix, junto ao atalho para o canal de atendimento do participante, mensagem informativa ao usuário para que este possa registrar reclamação no site do Banco Central do Brasil (https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/registrar_reclamacao) caso a ocorrência não seja resolvida pelo PSP. -Página 08 - Alteração das telas representativas da experiência do usuário quando do encaminhamento para registro de uma reclamação.
		Capítulo 12: -Página 54 - Alteração das telas representativas da experiência do usuário quando do agendamento de um Pix. -Página 54 - inserção de novo item 02: "Pode ser disponibilizado ao usuário pagador a opção de agendamento de pagamentos recorrentes". Anexo I: -Página 67 - Alteração do Anexo I (item 06) em função das alterações promovidas no capítulo 02 - Obrigações e Recomendações Gerais
		Pequenos ajustes de forma e de referência aos itens constantes no Manual.

7/2021	4.4	Capítulo 2: -Página 09 - item 12: inserção de informação referente à notificação de liquidação de transação agendada. "Nas transações de Pix Agendado, o usuário recebedor deve receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas para as transações Pix com chave ou inserção manual de dados e, preferencialmente, ser enviada em período diurno." -Página 09 - item 13: inserção de informação referente à notificação de liquidação de transação agendada. "Nas transações de Pix Cobrança para pagamento com
		vencimento em que houver agendamento, o usuário recebedor deve receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas para as transações Pix com QR Code e, preferencialmente, ser enviada em período diurno." Capítulo 3: -Página 16 - item 11: inserção de informação referente à notificação de liquidação de transação agendada. "Nas transações de Pix Agendado, o usuário pagador deve
		receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas acima e, preferencialmente, ser enviada em período diurno." Capítulo 4: -Página 21 - item 07: inserção de informação referente ao horário de notificação de liquidação de transação agendada. "Nas transações de Pix Agendado, o usuário pagador deve receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre

		escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas acima e, preferencialmente, ser enviada em período diurno." Capítulo 11: -Página 54 - item 12: inserção de informação referente à notificação de liquidação de transação agendada."Nas transações de Pix Cobrança para pagamento com vencimento em que houver agendamento, o usuário pagador deve receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas acima e, preferencialmente, ser enviada em período diurno."
		Pequenos ajustes de forma.

8/2021	5.0	Índice: - Inclusão do capítulo 15 - "Serviços de iniciação de transação de pagamento no Pix" e ajustes de numeração dos capítulos subsequentes; - Inclusão do capítulo 17 - "Acessibilidade no Pix" e ajustes de numeração dos capítulos subsequentes; - Inclusão do Anexo II - "Prazos de implementação vigentes relativos às funcionalidades obrigatórias dos Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário."; Capítulo 1:
		-Página 04: novo parágrafo quarto destinado aos prestadores de serviço de iniciação de transação de pagamento (PSIs) e novo parágrafo quinto referente ao tratamento não discriminatório aos usuários no que se refere à acessibilidade; Capítulo 2: -Página 07 - item 07: correção das indicações nas telas exemplificativas; -Página 10 - item 14: nova redação (inserção de PSI como participante);
		Capítulo 3: - Página 16 - item 12: exclusão da indicação do item na tela exemplificativa; Capítulo 7: -Página 32 - item 05: novo item recomendado (transações iniciadas pelo PSI); Capítulo 9:
		-Página 40 - item 05: exclusão das indicações do item na tela exemplificativa; Capítulo 12: -Página 55 - item01: novo item obrigatório (opção de agendamento); -Página 55 - item03: nova redação para o item (consulta a agendamentos); - Página 55 - itens 02, 04 e 05: renumeração de itens obrigatórios;
		-Página 55 - itens 06 e 07: renumeração dos itens recomendados; Inclusão do Capítulo 15 - Páginas 62 a 65 - "Serviço de iniciação de transação de pagamento no Pix" e ajuste da numeração dos capítulos subsequentes; Inclusão do capítulo 17 - Páginas 71 e 72 - "Acessibilidade no Pix" e ajustes de numeração dos capítulos subsequentes;
		Anexo I: - Página 77 - novo item obrigatório (Pix Agendado); Alterações nas interfaces das telas exemplificativas. Pequenos ajustes de forma.
9/2021	6.0	Índice: -Inclusão do novo capítulo 14 - "Pix Saque e Pix Troco" e ajustes de numeração dos capítulos subsequentes; -Reposicionamento do capítulo "Integração com Lista de Contatos", que agora passa a se situar após o capítulo 15 - "Serviços de iniciação de transação de pagamento no Pix"; Capítulo 02:
		-Página 07 - item 07: inclusão das nomenclaturas "Pix Saque" e "Pix Troco"; -Página 08 - item 11: exclusão da URL e do link da página do Banco Central na tela exemplificativa, e reposicionamento da mensagem informativa sobre o registro de reclamações no site do Banco Central, após o atalho para o canal de atendimento do participante; Capítulo 03: -Página 12 - item 02: inclusão do código DDI +55 como padrão para a chave de número de telefone celular;
		Capítulo 07: -Página 32 - item 01: inclusão dos saques no rol de transações Pix; Capítulo 13: -Página 57 - item 02: inclusão de saques de recursos em espécie como opção de rápido e fácil acesso ao usuário no aplicativo de mobile banking do PSP; Inclusão do novo Capítulo 14:
		-Páginas 60 a 67: ajuste da numeração dos capítulos e páginas subsequentes; -Ajuste da numeração dos capítulos e páginas subsequentes; -Página 85: alteração no texto do item 01 (capítulo Extrato), incluindo os saques entre as transações Pix; Alterações nas interfaces das telas exemplificativas. Pequenos ajustes de forma.

10/2021	6.1	Índice: -Renumeração das páginas a partir do Capítulo 10 - Meus Limites, em função de alterações e inserção de novos conteúdos. Capítulo 10: -Páginas 45 a 53- inclusão de novas funcionalidades que permitam ao usuário consultar e gerenciar os limites do Pix por período e por transação, inclusive para Pix Saque e Pix Troco, e cadastrar contas com limites diferenciados.
		Anexo I: -Página 91 - inclusão do item 01, página 46, do Capítulo 10 - Meus Limites. Alterações nas interfaces das telas exemplificativas. Pequenos ajustes de forma.
12/2021	6.2	Capítulo 07: -Página 32 - inclusão de novo item 02: obrigatoriedade referente à forma de lançamento de transações Pix Troco nos extratos e renumeração dos itens subsequentes. -Página 32 - alteração da tela exemplificativa associada ao item 01, que também passa a ser associada ao novo item 02. Capítulo 10:
		-Página 46 - item 01 e 02: inclusão do gerenciamento de limites por tipo de beneficiário. -Página 46 - item 02: mudança do início do período noturno que pode ser alterado pelo usuário. -Página 51 - item 08: mudança do início do período noturno que pode ser alterado pelo usuário. -Página 51 - Alteração da tela exemplificativa associada ao item 8. Capítulo 14:
		-Página 66 - alteração do termo "ofertar" por "disponibilizar"; -Página 67 - item 01: ajustes na redação (inclusão de correspondentes bancários); -Página 67 - alteração das telas exemplificativas associadas ao item 01; -Página 68 - item 03: ajustes na redação (informações referentes aos locais em que o Pix Saque e o Pix Troco são disponibilizados); -Página 68 - item 04: ajustes na redação (substituição de "serviço" por "Pix Saque e/ou Pix Troco);
		-Página 69 - item 05: ajustes na redação (substituição de "serviço" por "Pix Saque e/ou Pix Troco); -Página 69 - ajuste da tela associada ao item 05; -Página 70 - item 11: ajustes na redação (substituição de "serviço" por "Pix Saque e/ou Pix Troco) e exclusão do "valor final da transação"; -Página 71 - item 14: ajustes na redação (substituição de "serviço" por "Pix Saque e/ou Pix Troco), inclusão do termo "nome" como informação associada ao PSP do recebedor e exclusão do "valor final da transação"; e
		-Página 72 - item 16: ajustes na redação (inclusão do termo "nome" como informação associada ao PSP do recebedor). Anexo I: -Página 91 - alteração do item 01 do Capítulo "Meus Limites Pix" Alterações nas interfaces das telas exemplificativas. Pequenos ajustes de forma.

9/2022	6.3	Índice: -Renumeração das páginas a partir do Capítulo 3 - Pix com Chave Pix, em função de alterações e inserção de novos conteúdos. - Exclusão do Anexo II (Capítulo 20), dado que os prazos de implementação das funcionalidades obrigatórias serão disciplinados em Instrução Normativa, publicada a cada atualização dos requisitos mínimos para a Experiência do Usuário. Capítulo 02:
		-Página 8 - item 10: inclusão de referência ao Mecanismo Especial de Devolução, que deve ser acionado por meio do canal de atendimento disponibilizado pelo PSP; -Página 9 - item 12: exclusão da informação do nome do PSP do pagador como informação mínima nas notificações ao recebedor das transações Pix iniciadas com chave ou inserção manual de dados; -Página 9 - item 12: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição"; -Página 9 - item 13: exclusão da informação do nome do PSP do pagador como informação mínima nas notificações ao recebedor das transações Pix iniciadas com
		chave ou inserção manual de dados; -Página 10 - item 15 (novo): vedação à exibição da chave Pix entre os dados retornados do DICT, nem salvar ou disponibilizar a opção de salvamento, quando o txId estiver preenchido. Capítulo 03: -Página 12 - item 03: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição";

		-Página 14 - item 06: retorno da informação do nome do PSP do recebedor passa ser opcional nas transações iniciadas por chave; -Página 14 - item 06: retorno da informação da chave Pix passa a ser obrigatória nas transações iniciadas por chave; -Página 15 - item 09: ajuste no texto para que, nas mensagens de erro na liquidação, seja evidenciado o efetivo motivo do não processamento da transação; -Página 16 - item 11: nome do PSP do recebedor deixa de ser informação mínima nas notificações; e -Página 16 - item 12: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do
		PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor. Capítulo 04 -Página 19 - item 01: vedação à exibição dos nomes dos participantes liquidantes especiais na lista de instituições participantes e esclarecimentos sobre o número associado a cada PSP; -Página 19 - tela exemplificativa do item 01: inclusão do tipo de conta "conta de pagamento";
		-Página 19 - item 03: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição"; -Página 20 - item 05: ajuste no texto para que, nas mensagens de erro na liquidação, seja evidenciado o efetivo motivo do não processamento da transação; -Página 21 - item 07: obrigatoriedade de fornecer o CPF (mascarado)/CNPJ do recebedor, nas notificações de transações iniciadas por inserção manual; -Página 21 - item 07: nome do PSP do recebedor deixa de ser informação mínima nas notificações; -Página 21 - item 08: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do

		PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor; e -Página 21 - item 08: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição". Capítulo 05: -Página 25 - item 07 (item 08 da versão anterior): fornecimento da opção de Copiar Código QR para viabilizar a funcionalidade Pix Copia e Cola deixa de ser uma recomendação e passa a ser uma obrigatoriedade.
		Capítulo 06: -Página 27 - item 01: retorno da informação do nome do PSP do recebedor passa ser opcional e fica a critério do participante; -Página 27 - item 01: inclusão da obrigatoriedade da opção "Cancelar", antes da confirmação da transação (já consta na tela exemplificativa associada ao item); -Página 27 - item 01: vedação à disponibilização do campo "Descrição" ("informacoesEntreUsuarios" da pacs.008) para preenchimento do usuário pagador nas transações iniciadas por QR Code estático;
		-Página 29 - item 07: ajustes no texto referente a erros de chave não existente no QR Code estático; -Página 30 - item 09: ajuste no texto para que, nas mensagens de erro na liquidação, seja evidenciado o efetivo motivo do não processamento da transação; -Página 31 - item 12: nome do PSP do recebedor deixa de ser informação mínima nas notificações; e -Página 31 - item 12: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora, e do campo "Identificador" (TxId), sempre que estiver preenchido, como informações mínimas do comprovante, que deve ser
		disponibilizado para os usuários pagador e recebedor. Capítulo 07: -Página 33 - item 05: ajustes no texto referente à recuperação dos comprovantes, excluindo as informações mínimas, que são especificadas nos itens sobre comprovantes para cada forma de iniciação. Capítulo 08:
		-Página 35 - item 02: inclusão do valor da transação entre as informações mínimas que o usuário deve visualizar para poder selecionar a opção de devolução; -Página 35 - item 03: item deixa de ser recomendado e passa a ser obrigatório; -Página 36 - item 07: ajustes no texto para inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) /CNPJ do destinatário e ID da transação de devolução no comprovante, em aderência à tela exemplificativa do item; -Página 36 - item 07: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição";
		-Página 37 - item 09: ajustes no texto, incorporando parte do conteúdo antigo item 11 da versão anterior, consolidando todas as orientações referentes a mensagens de erro de liquidação em transações de devolução; -Página 38 - item 11 (novo): obrigatoriedade de, no caso de bloqueio cautelar, o PSP do recebedor disponibilizar a possibilidade de devolução total dos recursos pelo usuário recebedor; -Página 38 - item 12 (novo): obrigatoriedade de o usuário recebedor da transação original ser imediatamente notificado sobre o bloqueio cautelar, e informações
		mínimas da notificação; -Página 38 - item 13 (novo): obrigatoriedade de o usuário recebedor da transação original ser imediatamente notificado sobre o bloqueio decorrente de abertura de uma notificação de infração, e informações mínimas da notificação; -Página 38 - item 14 (novo): obrigatoriedade de o usuário recebedor da transação original ser imediatamente notificado sobre a liberação de recursos na sua conta após a realização de um bloqueio, e informações mínimas da notificação;
		-Página 38 - item 15 (novo): obrigatoriedade de o usuário recebedor da transação original ser imediatamente notificado, caso os recursos bloqueados tenham sido efetivamente devolvidos, e informações mínimas da notificação; e -Página 38 - item 16 (novo): obrigatoriedade de o usuário pagador da transação original ser imediatamente notificado sobre o crédito em sua conta decorrente de uma devolução, e informações mínimas da notificação;
		Capítulo 09: -Página 40 - item 02: a informação do nome do PSP ao qual a chave está vinculada deixa de ser uma informação mínima visualizada pelo usuário pagador que tem conhecimento da chave, e ajustes no texto; -Página 42 - item 08: alteração da informação do prazo de finalização do processo de reivindicação de posse de 14 para 30 dias; -Página 43 - item 10: ajustes referentes à comunicação do início do processo de portabilidade e na tela exemplificativa; e
		-Página 45 - item 12: ajustes no texto referentes às mensagens em caso de falha de comunicação com o DICT para registro, exclusão, alteração, solicitação de portabilidade ou reivindicação de chave. Capítulo 11: -Página 56 - item 01: vedação ao retorno das informações do número da agência e do número da conta do recebedor ao usuário pagador, assim como já ocorre para as transações de pagamento por meio de QR code estático;

		- Página 56 - item 01: retorno da informação do nome do PSP do recebedor antes da confirmação do pagamento imediato passa ser opcional e fica a critério do participante; - Página 56 - item 01: vedação à disponibilização do campo "Descrição" ("informacoesEntreUsuarios" da pacs.008) para preenchimento do usuário pagador, nas transações de pagamento imediato iniciadas por QR Code dinâmico; -Página 57 - item 03: inserção do campo "data de vencimento" na tela retornada após a leitura de um Pix Cobrança para pagamento com vencimento e alterações
		referente à indicação da data de pagamento pretendida; -Página 57 - item 03: vedação ao retorno das informações do número da agência e do número da conta do recebedor ao usuário pagador, assim como já ocorre para as transações de pagamento por meio de QR code estático; -Página 57 - item 03: retorno da informação do nome do PSP do recebedor antes da confirmação do pagamento com vencimento passa ser opcional e fica a critério do participante;
		-Página 57 - item 03: ajustes no texto referente ao campo "infoAdicionais"; -Página 57 - item 03: vedação à disponibilização do campo "Descrição" ("informacoesEntreUsuarios" da pacs.008) para preenchimento do usuário pagador, nas transações de pagamento com vencimento iniciadas por QR Code dinâmico; -Página 58 - item 06: item deixa de ser recomendado e passa a ser obrigatório; -Página 59 - item 09: ajuste no texto de mensagem em caso de expiração do QR Code dinâmico;
		-Página 60 - item 11: ajuste no texto para que, nas mensagens de erro na liquidação, seja evidenciado o efetivo motivo do não processamento da transação; -Página 61 - item 12: nome do PSP do recebedor deixa de ser informação mínima nas notificações; -Página 61 - item 13: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora, e do campo "Identificador" (TxId), sempre que estiver preenchido no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor;
		e -Página 61 - item 17: ajustes no texto referente à não efetivação de transação agendada, em função de insuficiência de saldo na conta do usuário. Capítulo 12: -Página 63 - item 01: ajuste no texto, esclarecendo que os pagamentos podem ser agendados para dias não úteis; -Página 63 - item 02: ajustes no texto e tela exemplificativa, para que o comprovante destaque expressamente que é referente a um agendamento de transação Pix.
		-Página 63 - item 05: ajustes no texto referente à não efetivação de transação agendada, em função de insuficiência de saldo na conta do usuário. -Página 63 - item 05: ajustes no texto referente à não efetivação de transação agendada, em função de insuficiência de saldo na conta do usuário. Capítulo 14: - Página 71 - item 06: alterações referentes à sanitização do campo "Condições de disponibilização do serviço de saque"; -Página 72 - item 11: alterações referentes à sanitização do campo "infoAdicionais";
		-Página 73 - item 14: alterações referentes à sanitização do campo "infoAdicionais"; -Página 74 - item 16: alterações referentes à sanitização do campo "infoAdicionais"; e -Página 75 - item 19: alterações nas informações mínimas dos comprovantes das transações Pix Saque e Pix Troco. Capítulo 15: -Página 81 - item 15 (novo): obrigatoriedade de o prestador do serviço de iniciação de transação de pagamento cumprir os requisitos referentes ao conjunto de

		dados que deve ser informado ao usuário pagador antes da confirmação do pagamento, para cada forma de iniciação; -Página 82 - item 16 (novo): padronização do conjunto de dados que deve ser informado ao usuário pagador pelo prestador do serviço de iniciação de transação de pagamento e pelo participante detentor da conta transacional, nos casos em que o prestador do serviço de iniciação de transação de pagamento possui todas as informações do usuário recebedor. Capítulo 17:
		-Página 87: ajustes das informações do payload da tela exemplificativa; e -Página 88 - item 02 (novo): obrigatoriedade de exibição das informações do payload do QR dinâmico, para pagamentos com vencimento no Internet Banking. Anexo I -Página 8: ajustes no item 10 - inclusão de referência ao Mecanismo Especial de Devolução; -Página 12: alteração do item 3 - sanitização do campo "Descrição;
		-Página 14: alteração do item 6 - retorno da informação do nome do PSP do recebedor passa ser opcional nas transações iniciadas por chave; -Página 16: alteração do item 12 - obrigatoriedade das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor, e alterações referentes à sanitização do campo "Descrição"; -Página 19: alteração do item 1 - vedação à exibição dos nomes dos participantes liquidantes especiais na lista de instituições participantes e esclarecimentos sobre o
		número associado a cada PSP; -Página 21: alteração do item 8 - obrigatoriedade das informações do CPF (mascarado) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor, e alterações referentes à sanitização do campo "Descrição"; -Página 25: alteração do item 7 (item 08 da versão anterior) - fornecimento da opção de Copiar Código QR para viabilizar a funcionalidade Pix Copia e Cola deixa de
		ser uma recomendação e passa a ser uma obrigatoriedade; -Página 31 - item 12: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor; -Página 31 - item 12: inclusão da informação da mensagem do campo "Identificador" (TxId) no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor;
		-Página 35: alteração do item 2 - inclusão do valor da transação entre as informações mínimas que o usuário deve visualizar para selecionar a opção de devolução; -Página 40: alteração do item 2 - a informação do nome do PSP ao qual a chave está vinculada deixa de ser uma informação mínima visualizada pelo usuário pagador que tem conhecimento da chave; e -Página 63: ajuste no item 1 - agendamento deve ser disponibilizado também para pagamentos nos dias não úteis. Alterações nas interfaces das telas exemplificativas.
		Pequenos ajustes de forma.
12/2022	6.4	Capítulo 10: -Página 47: alterações no item 1 - fim dos limites por transação e nova funcionalidade de cadastro de beneficiários com limites diferenciados; - Página 47: ajustes no item 2 - Menu "Meus Limites Pix" deve conter informações sobre limites por período em transações para pessoas e empresas, e sobre cadastro de beneficiários, caso essa funcionalidade seja disponibilizada pelo PSP; - Página 47: alterações no item 2 - limites de Pix Saque e Pix Troco foram alterados de R$ 500,00 para R$ 3.000,00 no período diurno e de R$ 100,00 para R$ 1.000,00
		no período noturno; - Página 47: alteração no item 2 - a funcionalidade de gestão de horários deixa de ser obrigatória; -Página 48: alteração no item 3 - exclusão da consulta e da edição de limites por transação; -Página 48: ajuste no item 4 - o atendimento à solicitação de aumento do limite por período fica a critério do PSP; -Página 51: alterações no item 7: limites de Pix Saque e Pix Troco foram alterados de R$ 500,00 para R$ 3.000,00 no período diurno e de R$ 100,00 para R$ 1.000,00
		no período noturno; -Página 52: alteração no item 8 (antigo item 9) - a funcionalidade de cadastro de contas não permite mais o limite diferenciado por transação; -Página 52: ajustes no item 10 (antigo item 11) - a funcionalidade de cadastro de contas deve permitir a fácil alteração dos limites cadastrados; -Página 53: inclusão dos itens 11, 12 e 13 - requisitos para a funcionalidade de cadastro de beneficiários, caso seja disponibilizada pelo PSP; -Página 54: Novo item 14 (antigo item 8): funcionalidade de alteração do início do horário noturno deixa de ser obrigatório e passa a ser uma recomendação;
		Alterações nas interfaces das telas exemplificativas; e Pequenos ajustes de forma.

NOTA

O Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, prevê a obrigatoriedade da realização de análise de impacto regulatório (AIR) para a edição de atos normativos de interesse geral produzidos pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

Todavia, consoante se definiu no parágrafo 8 do Voto 280/2021-BCB, de 10 de novembro de 2021, o Regulamento do Pix, inclusive os demais documentos que o integram ou que o detalham e o complementam, não se caracterizam como ato regulatório de força cogente, ostentando, em verdade, natureza eminentemente contratual. Assim, modificações promovidas no referido regulamento e nos demais documentos que o integram ou que o detalham e o complementam não se sujeitam à produção prévia de AIR.



Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO N° 198, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Processo nº 00190.102171/2020-34

No exercício das atribuições a mim conferidas pelos artigos 51 e 52 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, adoto, como fundamento deste ato o Parecer nº 00067/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00496/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU e pelo Despacho nº 0499/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, para aplicar à empresa LINK PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ 05.778.203/0001-27, as penalidades de:

a) Multa no valor de R$ 192.896,94 (cento e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos), com fundamento no art. 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013, c/c os arts. 17 e 18 do Decreto nº 8.420/2015, em razão do reconhecimento de sua responsabilidade objetiva pela prática dos atos lesivos à Administração Pública federal previstos no art. 5º, incisos II e III, da Lei nº 12.846/2013;

b) Publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora, com fundamento no artigo 6º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013, c/c os arts. 17 e 18 do Decreto nº 8.420/2015, a ser cumprida da seguinte forma:

i) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, pelo prazo de 1 (um) dia;

ii) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo de 30 (trinta) dias;

iii) em seu sítio eletrônico, em destaque na página principal do referido sítio, pelo prazo de 30 (trinta) dias; e

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, em razão da prática da infração prevista no art. 88, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

À Corregedoria-Geral da União, para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão e para acompanhamento do cumprimento das sanções.

Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no art. 15 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o julgamento deste.

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.899, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XXI, do art. 91, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de Ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU Nº 1/2014, e os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0700.0002522/2021-94, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, até 12 de dezembro de 2023, a redistribuição, temporária, do 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Sobral/CE para a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região.

Art. 2º. Ficam convalidadas as prorrogações tácitas da Portaria PGT nº 2074, de 10 de dezembro de 2018, ocorridas a partir de dezembro de 2019.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

PORTARIA Nº 1.904, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

PGEA 20.02.0001.0013853/2022-04

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

Considerando os quantitativos de Ofícios definidos no art. 1º da Portaria PGT nº 740, de 05/12/2016;

Considerando a necessidade de alcançar o quantitativo de Ofícios de Procuradores Regionais do Trabalho fixado na Portaria PGT 434 de 29 de junho de 2016;

Considerando o cargo vago de Procurador Regional do Trabalho existente na Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, decorrente da promoção do Doutor Glaúcio Araújo de Oliveira ao cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho, por meio da Portaria PGR nº 165, de 16 de novembro de 2022, publicada no DOU de 17 de novembro de 2022; resolve:

Art. 1º. Redistribuir o Ofício vago de Procurador Regional do Trabalho da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região para a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região.

Art. 2º. As disposições desta Portaria não prejudicam o integral exercício das atribuições previstas no art. 1º, § 2º e § 3º da Portaria PGT nº 434, de 29 de junho de 2016.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 16, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Presidente)

Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 12 horas e 31 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Augusto Nardes, em licença para tratamento de saúde, e Aroldo Cedraz, com causa justificada.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos de nºs 008.392/2022-6 e 013.293/2021-4, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2810 a 2812.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2804 a 2809.

PROCESSO TRANSFERIDO DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base no § 13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação processo TC-007.382/2013-8 (Ata nº 12/2022-R), cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e revisor é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, foi adiada para a sessão extraordinária reservada do Plenário de 25 de janeiro de 2023.

ACOMPANHAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSO

Na apreciação do processo TC-029.953/2017-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foi autorizada a presença na Sala das Sessões da Dra. Irma Cláudia do Nascimento Morais, representante legal. Acórdão nº 2804

Na apreciação do processo TC-036.692/2018-2, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foi autorizada a presença na Sala das Sessões da Dra. Mariana Carvalho Moreira, representante legal. Acórdão nº 2807

MANUTENÇÃO DE SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo do relatório e voto que fundamentaram o Acórdão nº 2064, adotado no processo TC-018.778/2021-6, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia. Os referidos relatório e voto constam no Anexo I desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

- Acórdão nº 2804, adotado no processo TC-029.953/2017-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

- Acórdão nº 2805, adotado no processo TC-038.078/2019-8, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- Acórdão nº 2806, adotado no processo TC-014.127/2022-9, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira;

- Acórdão nº 2809, adotado no processo TC-029.532/2013-2, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia; e

- Acórdão nº 2810, adotado no processo TC-003.664/2022-8, constante da Relação nº 33 do Ministro Bruno Dantas.

Os referidos acórdãos, juntamente com o relatório e o voto em que se fundamentaram, se for o caso, constam no Anexo II desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

Foi mantido o sigilo dos relatórios e votos proferidos no processo TC-036.692/2018-2, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, e TC-009.980/2015-6, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia, tornando-se públicos os Acórdãos nºs 2807 e 2808.

Os referido relatórios e votos constam no Anexo II desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo, tornaram-se públicos os Acórdãos de nºs 2807, 2808, 2811 e 2812, listados a seguir:

ACÓRDÃO Nº 2807/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.692/2018-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Responsável: Nova Engevix Engenharia e Projetos S/A (00.103.582/0001-31)
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S/A
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações)
8. Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Desiree Marques Sobral Silvestre (4.795/OAB-SE) e outros, representando Petróleo Brasileiro S/A; Amanda Barros Seabra Pereira (55.903/OAB-DF), Adjair da Cunha dos Santos (353.060/OAB-SP) e outros, representando Nova Engevix Engenharia e Projetos S/A

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada pela SeinfraOperações por força do Acórdão 2.238/2018 prolatado pelo Plenário do TCU, no âmbito do TC 029.988/2017-9, para a apreciação das justificativas apresentadas pela Engevix Engenharia e Projetos S/A, atualmente denominada Nova Engevix Engenharia e Projetos S/A, em face das evidências de fraudes às licitações conduzidas pela Petrobras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 157, caput, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. sobrestar a apreciação da participação da Engevix Engenharia e Projetos S/A nas fraudes às licitações conduzidas pela Petrobras para obras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, em especial quanto aos contratos CT 101 (Contrato 0800.0035013.07.2), CT 111 (Contrato 0800.0043363.08.2) e CT 112 (Contrato 0800.0043403.08.02, até:

9.1.1 que o TCU se pronuncie, no âmbito do TC 005.084/2015-6, de forma definitiva sobre a validade e a utilidade do Acordo de Leniência da empresa firmado com a CGU/AGU;

9.1.2. a sociedade empresarial cumpra as obrigações estabelecidas no referido Acordo.

9.2. suspender a prescrição da pretensão punitiva desta Corte de Contas, com relação aos fatos designados em análise neste processo, até que haja manifestação dos órgãos signatários do acordo de colaboração especificado no item anterior quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas pela empresa Engevix Engenharia e Projetos S.A. (Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.);

9.3. determinar à SeinfraOperações que:

9.3.1. promova a imediata instrução da matéria, caso não mais subsistam as condições para o sobrestamento do presente processo;

9.3.2. promova a juntada desta deliberação aos autos de acompanhamento do Acordo de Leniência firmado entre a Engevix Engenharia e Projetos S.A., a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União;

9.4. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação à sociedade empresária Engevix Engenharia e Projetos S.A. (Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.), à Petróleo Brasileiro S.A., ao Ministério Público Federal em Curitiba, ao juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, à Controladoria-Geral da União e à Advocacia-Geral da União;

9.5. classificar como sigiloso o Relatório e Voto que fundamentam este Acórdão, com base no art. 23, VIII, da Lei 12.527/2011, e art. 8º, § 3º, c/c art. 9º, VIII, da Resolução 294/2018.

10. Ata n° 16/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: não há.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2808/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.980/2015-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (SIGILOSA)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgãos/Entidades: Petrobras Transporte S.A. - MME; Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
8. Representação legal: Marcelo Rodrigues de Souza Brayner (18.084-D/OAB-PE), Demosthenes Fernandes de Carvalho Filho (131.707/OAB-RJ) e outros, representando Fabio Wagner; Fabio Wagner (238451/OAB-SP), representando Petrobras Transporte S.a. - Mme; Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Leonardo Chevrand de Miranda e Silva (103506/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a.; Márcio Monteiro Reis (93.815/OAB-RJ), Maria Clara da Silva Fernandes (234.479/OAB-RJ) e outros, representando Maria Carolina Gomes Pereira Vilas Boas; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51.623/OAB-DF) e outros, representando Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de supostas irregularidades ocorridas em 2010, em contrato firmado pela Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) com o escritório de advocacia Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados (anteriormente denominado Jacoby Fernandes Advogados Associados), julgada parcialmente procedente no Acórdão 1.239/2021-TCU-Plenário, que, entre outras deliberações, ordenou a audiência da responsável e a adoção de providências para equalização de despesas contratuais, mediante encontro de contas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária, de caráter reservado, do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 considerar atendidas as determinações descritas nos itens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 1.239/2021-TCU-Plenário;
9.2 nos termos do art. 250, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, acolher as razões de justificativa da responsável Maria Carolina Gomes Pereira Vilas Boas, Gerente Geral do Jurídico da Transpetro S.A. à época dos fatos;
9.3. manter a chancela de sigilo definida no item 9.4 do Acórdão 1.239/2021-TCU-Plenário, inclusive do Relatório e Voto que integram esta deliberação, exceto quanto à parte dispositiva do presente Acórdão;
9.4 dar ciência deste Acórdão aos seguintes destinatários, por meio dos respectivos advogados, informando que o teor integral de suas peças poderá ser obtido pelos usuários autorizados, por meio da plataforma Conecta-TCU, disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br, alertando-se para o sigilo dos autos:
9.4.1 Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados;
9.4.2 Maria Carolina Gomes Pereira Vilas Boas;
9.4.3 Petrobras Transporte S.A. (Transpetro).

10. Ata n° 16/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: não há.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Benjamin Zymler.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira. (...)

ACÓRDÃO Nº 2811/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Reservada do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos artigos 143, III, e 234 a 236 do RITCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, retirando a chancela de sigilosa, e em enviar cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta ao denunciante e ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.897/2022-5 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Unidade: Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 3ª Região
1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdmin
1.7. Representação legal: Ana Paula Francisca da Silva (23.232/OAB-PE)
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2812/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, e 53 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, conforme os pareceres emitidos nos autos, em:
a) conhecer da denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente;
b) indeferir a concessão da medida cautelar;
c) indeferir o ingresso do denunciante como parte do processo,
d) dar ciência desta deliberação ao denunciante e à unidade jurisdicionada;
e) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante; e
f) arquivar este processo.

1. Processo TC-028.806/2022-0 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Unidade: Hospital de Guarnição de Florianópolis
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ENCERRAMENTO

Às 12 horas e 38 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Secretária das Sessões

Aprovada em 15 de dezembro de 2022.

BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
no exercício da Presidência

ATA Nº 47, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Walton Alencar Rodrigues e Ministro Bruno Dantas (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 10 horas e 5 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente o Ministro Augusto Nardes, em licença para tratamento de saúde.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 46, referente à sessão realizada em 7 de dezembro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Submete para homologação as Resoluções-TCU nºs 347/2022 e 348/2022, assinadas ad referendum deste Plenário, que dispõem, respectivamente, sobre a nova estrutura da Secretaria do Tribunal e sobre alterações nas atribuições dos cargos e das funções de confiança existentes no quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União. Aprovadas.

Submete para aprovação do Colegiado, nos termos do art. 6º da Resolução-TCU 273/2015, os ocupantes das funções de Secretário-Geral, Coordenador-Geral e Secretário das Secretarias vinculadas à Secretaria-Geral de Controle Externo, conforme os nomes constantes da relação em anexo. Aprovado.

Do Ministro Jorge Oliveira:

Participação, por designação da Presidência, na décima terceira conferência sobre gestão da dívida pública, realizada em Genebra pela UNCTAD, órgão da ONU responsável por ações relacionadas ao comércio e desenvolvimento em todo o mundo.

Registro de que foi protocolado pedido de aposentadoria do AUFC Marcelo Martins Pimentel, que deverá ser assinado pela Presidência até o final deste ano, e que deve vir a ocupar a Chefia de Gabinete do futuro Ministro da Defesa.

Do Ministro Antonio Anastasia:

Proposta de determinação à Segecex para que realize estudos conclusivos sobre a compatibilidade das teses firmadas pela jurisprudência desta Corte de Contas e no Parecer 6/2022 da Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos da Advocacia-Geral da União, que propôs orientações normativas com importantes reflexos sobre o prazo de vigência das regras postas nos estatutos de licitações a ser revogados pela Lei 14.133/2021. Aprovada.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-006.278/2021-3 e TC-022.354/2022-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- TC-009.671/2022-6, TC-010.185/2022-4, TC-020.933/2020-7 e TC-047.037/2020-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

- TC-020.015/2020-8, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

- TC-001.526/2017-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

- TC-016.376/2021-8 e TC-029.148/2022-7, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira; e

- TC-012.269/2022-0, TC-013.918/2021-4 e TC-015.399/2019-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 2813 a 2904.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2759 a 2803, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-020.363/2020-6, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, os Drs. Juliano Costa Couto e Izabela Lotti Gomes não compareceram para realizar a sustentação oral que haviam requerido em nome de Jorge Isper Abrahim Filho. Acórdão nº 2763.

Na apreciação do processo TC-001.810/2015-4, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, O Dr. Hugo Abrantes Fernandes declinou de realizar a sustentação oral que havia requerido em nome de Fábio Bello de Oliveira. Acórdão nº 2764.

Na apreciação do processo TC-010.729/2018-6, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia, o Dr. Igor Lins da Rocha Lourenço não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome da Superintendência de Seguros Privados. Acórdão nº 2767.

Na apreciação do processo TC-032.178/2017-4, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia, o Dr. Igor Lins da Rocha Lourenço não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome da Superintendência de Seguros Privados. O Dr. Hugo Abrantes Fernandes produziu sustentação oral em nome da Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S/A. Acórdão nº 2766.

Na apreciação do processo TC-034.4602017-9, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia, o Dr. Igor Lins da Rocha Lourenço não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome da Superintendência de Seguros Privados. Acórdão nº 2765.

Na apreciação do processo TC-016.071/2014-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, os Drs. a Dra. Simone Horta Andrade e o Dr. Joelson Dias eclinaram de realizar a sustentação oral que haviam requerido em nome de Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti e Maurício de Gois Dantas, e de Maria Emilia Nascimento Santos, respectivamente. Acórdão nº 2768.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-006.438/2022-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 15 de fevereiro de 2023, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Jorge Oliveira.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-035.732/2020-2, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 8 de março de 2023, ante pedidos de vista formulados pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, 1º revisor, pelo Ministro Benjamin Zymler, 2º revisor, pelo Ministro Vital do Rêgo, 3º revisor. Já votou o relator (v. Anexo IV desta Ata).

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-045.470/2021-9, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 22 de março de 2023, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler. Já votou o relator (v. Anexo IV desta Ata).

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-032.080/2021-2, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 22 de março de 2023, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler. Já votou o relator (v. Anexo IV desta Ata).

ATO NORMATIVO APROVADO (v. Anexo III desta Ata)

Na apreciação do processo TC-030.502/2022-5, o Ministro Aroldo Cedraz apresentou sugestões que não foram acolhidas pelo relator, Ministro Benjamin Zymler. O Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2781.

Resolução-TCU nº 349, de 13 de dezembro de 2022.

Sumário: Dispõe sobre prazos de instrução e julgamento de processos de alto risco e relevância no âmbito do Tribunal de Contas da União.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2759/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.457/2019-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Representação).
3. Embargante: Banco Central do Brasil (00.038.166/0001-05).
4. Unidades Jurisdicionadas: Banco Central do Brasil; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria do Tesouro Nacional.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Natália Alves Duarte Barbos, Lucas Alves Freire e outros, representando Banco Central do Brasil.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos pelo Banco Central do Brasil em face do Acórdão 2.705/2022-Plenário, que apreciou processo apartado com vistas a avaliar a legalidade, a importância e a operacionalização do Orçamento da Autoridade Monetária (OAM),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los;
9.2. conceder aos embargos efeitos infringentes a fim de dar nova redação ao subitem 9.3 do Acórdão 2.705/2022-Plenário, nos seguintes termos:
"9.3. com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU e o art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, recomendar:
9.3.1. ao Banco Central do Brasil que inclua, na proposta no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) a ser submetida à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), previsão de pagamento de suas despesas discricionárias e de parte de suas despesas obrigatórias com fonte de recursos diretamente arrecadados, estornando eventual saldo residual de superávit ao final do exercício, pois já estaria incluído no resultado transferido ao Tesouro Nacional;
9.3.2. à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) que considere a inexistência de superávit primário do Banco Central do Brasil durante o exercício, porquanto as receitas arrecadadas serão utilizadas para pagamento de despesas discricionárias e de parte das despesas obrigatórias da Autarquia, e que eventual saldo residual de superávit estará incluído no resultado transferido ao Tesouro Nacional."
9.3. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Economia, ao Banco Central do Brasil, à Controladoria-Geral da União, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2759-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2760/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.431/2018-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação).
3. Responsável: TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (03.014.553/0001-91).
3.1. Embargante: TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (03.014.553/0001-91).
4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinto); Ministério da Infraestrutura.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: Juliane Yamamoto da Silva (OAB/SP 376.365), Márcia Fernandes Bezerra (OAB/PR 35.769), José Cardosos Dutra Júnior (OAB-DF 13.641) e outros, representando TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. contra o Acórdão 2.613/2022-TCU-Plenário, por meio do qual foi considerada procedente a representação da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação) acerca de possíveis irregularidade ocorridas no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) 11/2015 e determinado o encaminhamento de cópia da decisão ao Ministério da Infraestrutura (Minfra), à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao Departamento de Polícia Federal, à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer os embargos de declaração e acolhê-los parcialmente de modo a tornar insubsistentes os subitens 9.4 e 9.5 do Acórdão 2.613/2022-TCU-Plenário.
9.2. dar ciência deste acórdão à embargante, ao Ministério da Infraestrutura (Minfra), à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao Departamento de Polícia Federal, à Advocacia-Geral da União, à Procuradoria-Geral da República e à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2760-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2761/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.823/2021-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (03.112.386/0001-11); Máxima Distribuidora de Medicamentos Ltda. (17.189.295/0002-70); Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde - Opas/OMS (04.096.431/0001-54); Panamerican Medical Supply Suprimentos Médicos Ltda. (01.329.816/0001-26); Secretaria-executiva do Ministério da Saúde (00.394.544/0173-12).
4. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: Antônio Glaucius de Morais (15.720/OAB-DF) e Altivo Aquino Menezes (25416/OAB-DF), representando Amh Farma Ltda.; Thiago Bruno França Lapenda (23178/OAB-PE), representando Máxima Distribuidora de Medicamentos Ltda.; William Romero (51663/OAB-PR), Caio Cesar Vieira Rocha (33.593/OAB-DF) e outros, representando Panamerican Medical Supply Suprimentos Médicos Ltda.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta representação a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 24/2021, conduzido pelo Ministério da Saúde, que tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de 575.385 unidades de frasco-ampola de imunoglobulina humana 5g injetável,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, conhecer a representação e considerá-la parcialmente procedente;
9.2. revogar a medida cautelar referendada pelo Acórdão 2.438/2021-TCU-Plenário;
9.3. considerar prejudicado o agravo interposto pelo Ministério da Saúde (peças 115 a 117) em razão da perda do seu objeto caracterizada pela revogação da medida cautelar;
9.4. encaminhar cópia desta decisão ao representante e ao Ministério da Saúde.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2761-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2762/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.139/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Unidade Jurisdicionada: Banco Central do Brasil.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Levantamento com o objetivo de conhecer a organização e o funcionamento da estrutura de governança do Banco Central do Brasil à luz da Lei Complementar 179/2021;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. encaminhar cópia do relatório, voto e acórdão para o conhecimento da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, caso entenda pertinente e dentro da sua alçada, venha a adotar medidas para a criação de um Comitê de Supervisão, a instituição de um Comitê de Auditoria e a autonomia orçamentária do Banco Central do Brasil;

9.2. arquivar este processo, com fundamento ao art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2762-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2763/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.363/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo (Recurso ao Plenário)

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não há.

8. Representação legal: Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (13.802/OAB-DF), representando União dos Auditores Federais de Controle Externo; Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (13.802/OAB-DF), representando Jorge Isper Abrahim Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso administrativo interposto pelo servidor Jorge Isper Abrahim Filho em face de decisão do então Presidente da Corte, Ministro José Múcio Monteiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 107 da Lei 8.112/1990, bem como nos arts. 15, inciso IV, e 30 do Regimento Interno, para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2763-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2764/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 001.810/2015-4.

1.1. Apenso: 023.264/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Fábio Bello de Oliveira (072.913.518-71).

4. Órgãos/Entidades: Município de Ibiúna/SP; Superintendência Estadual da Funasa no Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Hugo Vasconcelos Loula (OAB/BA 48.360), Fernando Gaião Torreão de Carvalho (OAB/DF 20.800) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Fábio Bello de Oliveira, ex-prefeito do município de Ibiúna/SP, nas gestões de 2000 a 2004 e de 2004 a 2008, contra o Acórdão 4.666/2017-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei Orgânica do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de reduzir o valor do débito de que trata o subitem 9.2 do Acórdão 4.666/2017-TCU-1ª Câmara, passando o débito a ter a seguinte composição:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
39.994,00	30/7/2003
15.344,33	7/1/2004

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Ministério Público junto ao TCU para que, no âmbito de suas atribuições, adote as providências cabíveis no âmbito do TC 023.264/2017-9 (cobrança executiva).

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2764-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2765/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.178/2017-4.

1.1. Apenso: 002.392/2020-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Seguradora Lider do Consorcio do Seguro Dpvat Sa (09.248.608/0001-04).

4. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

8. Representação legal: Igor Lins da Rocha Lourenco (52612/OAB-DF), representando Superintendência de Seguros Privados; Cairo Roberto Bittar Hamú Silva Júnior (17042/OAB-DF), representando Seguradora Lider do Consorcio do Seguro Dpvat Sa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional (SCN), oriunda da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados (CDC/CD), em que se requer a realização de "fiscalização e auditoria na Susep em sua função reguladora e fiscalizadora do DPVAT, a fim de apurar eventuais falhas que possam ter concorrido para a ocorrência das fraudes detectadas pela Operação Tempo de Despertar e indicação de práticas que levem à maior transparência da gestão dos recursos recolhidos dos cidadãos".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar exauridos os efeitos da medida cautelar adotada nestes autos em decisão de 30/12/2020 e referendada por meio do Acórdão 70/2021-Plenário, ante o cumprimento das determinações expedidas naquela decisão;

9.2. em relação ao entendimento manifestado no Acórdão 2.609/2016-TCU-Plenário acerca da natureza dos recursos do DPVAT, esclarecer que a parcela dos recursos arrecadados por meio do prêmio instituído no âmbito do Seguro DPVAT e que esteja vinculada ao financiamento e custeio dessa garantia de interesse público, à exceção da margem de resultado, não pertence ao agente operador (seguradoras ou ao consórcio por elas constituído), estando afetada a uma finalidade de interesse público, na forma da lei e da regulamentação aplicável;

9.3. visando ao aprimoramento da supervisão e fiscalização acerca da gestão do Seguro de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não (Seguro DPVAT), recomendar à Superintendência de Seguros Privados (Susep), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

9.3.1. estabeleça rotina simplificada de conferência das demonstrações financeiras relacionadas à gestão e à operacionalização das indenizações referentes ao Seguro DPVAT, publicadas pela Caixa Econômica Federal e também, em relação aos sinistros ocorridos até 31/12/2020, pela Seguradora Líder;

9.3.2. mediante procedimento específico e metodologia apropriada, à luz dos achados apontados no Relatório de Fiscalização objeto destes autos, proceda à verificação da regularidade das ocorrências associadas às constatações a seguir relacionadas, adotando as providências cabíveis diante das irregularidades porventura identificadas:

9.3.2.1. diferenças de repasses, em desfavor do Fundo Nacional de Saúde - FNS, constatado a partir do cotejamento de informações das demonstrações financeiras da Seguradora Líder, dos dados de receitas do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran e dos relatórios de execução financeira do FNS (achado 3.2);

9.3.2.2. despesas bancárias excessivas com partes relacionadas (achado 3.8);

9.3.2.3. recolhimento indevido ou em duplicidade de tarifas bancárias de arrecadação no convênio firmado com a Tecnologia e Produtos S.A. (achado 3.2);

9.3.2.4. despesas irregulares com processamento de dados, no contrato firmado com a empresa Megadata Computação Ltda. (achado 3.3);

9.3.2.5. apuração de resultados antes dos impostos e participações da Seguradora Líder, verificados nas demonstrações financeiras da companhia, em percentual médio de 6,4%, ultrapassando a margem de resultado estabelecida em 2% (achado 3.6);

9.3.2.6. pagamento em excesso a título de ressarcimento de custo operacional de recepção e regulação (achado 3.6);

9.3.2.7. falhas na política de investimento das aplicações financeiras, incorrendo em despesas com a administração das aplicações financeiras, mediante contratação junto a empresas ligadas às seguradoras (achado 3.8);

9.3.2.8. possíveis desvios de recursos de IBNR e rendimentos financeiros das aplicações para pagamentos de despesas gerais em excesso (achado 3.9);

9.3.2.9. aumento desproporcional das despesas com impressão de formulários em 2019 (achado 3.9);

9.3.2.10. indícios de irregularidades contábeis nas demonstrações financeiras da Seguradora Líder (achado 3.1);

9.3.2.11. indícios de pagamento de multas aplicadas a dirigentes da Seguradora Líder, com recursos de arrecadação não destinados à margem de resultado (achado 3.1);

9.3.2.12. despesas indevidas com cobrança de IPVA e com formulários desvinculados da operação do DPVAT (achado 3.3);

9.4. determinar à Superintendência de Seguros Privados, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência do presente acórdão, plano de implementação das medidas recomendadas acima, contendo:

9.4.1. para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, as ações que serão adotadas pela autarquia, o prazo e o setor/unidade responsável pelo desenvolvimento das ações;

9.4.2. para cada recomendação cuja implementação não seja considerada conveniente ou oportuna, a justificativa fundamentada da decisão;

9.5. autuar, com fulcro no art. 241 do Regimento Interno do TCU, processo apartado de acompanhamento, com vistas a efetuar análise mais estreita do andamento do Processo Susep 1544.604989/2020-92, que trata das ações administrativas de cobrança dos gastos executados pela Seguradora Líder em desconformidade com o regramento aplicável à gestão dos recursos do Seguro DPVAT, cujo valor histórico de R$ 1.083.455.680,37 (R$ 1.764,045.566,14, atualizado até 31/12/2021) foi homologado pela Susep como definitivo a ser recolhido ao FDPVAT, sem prejuízo de valores eventualmente existentes e com apuração ainda em curso;

9.6. autuar processo apartado, deixando desde logo autorizada a realização de audiência necessária para colher as razões de justificativa do Sr. Joaquim Mendanha de Ataídes (CPF 369.920.621-15), então superintendente da Susep no período de 28/7/2016 a 27/2/2019, acerca do atraso injustificado na adoção de medidas fiscalizatórias, após ter sido informado das diversas e graves irregularidades na operação do Seguro DPVAT, detectadas no relatório de auditoria forense realizada pela KPMG Assessoria, voltada a identificar indícios de envolvimento de membros da administração da Seguradora Líder em irregularidades apontadas na Operação Tempo de Despertar;

9.7. autuar processo apartado para apurar a responsabilidade de membros ocupantes de cargos na diretoria colegiada da Susep, à época dos fatos, que adotaram decisões favoráveis à Seguradora Líder em desconformidade com a legislação vigente nos anos de 2016 a 2018, com configuração de potenciais conflitos de interesse dos três primeiros responsáveis a seguir: Srs. Joaquim Mendanha de Ataídes (então Superintendente), Paulos dos Santos (então Diretor de Administração), Marcelo Augusto Camacho Rocha (então Diretor de Organização do Sistema de Seguros Privados), Ícaro Demarchi Araújo Leite (então Diretor de Supervisão de Solvência), Carlos Alberto de Paula (então Diretor de Supervisão de Conduta), Cássio Cabral Kelly (então Diretor de Supervisão de Solvência) e Sra. Helena Mulim Venceslau (então Diretora de Supervisão de Conduta);

9.8. incluir procedimentos no monitoramento das deliberações emanadas neste processo, a ser realizado na Superintendência de Seguros Privados, para que se verifique:

9.8.1. as ações em andamento no CNSP e na Susep voltadas à implementação de novo modelo de operação do Seguro DPVAT;

9.8.2. falhas e irregularidades apontadas no Relatório da KPMG, que foram objeto de fiscalização pela Susep, com aprofundamento, dentro de seu escopo de atuação, de constatações que pudessem configurar alguma infração administrativa ou mesmo penal (achados 3.3, 3.4, 3.5, 3.10);

9.8.3. falhas e irregularidades identificadas pelo Grupo de Trabalho 6640/2016, sobre processos de recepção e regulação de sinistros, que foram objeto de fiscalização pela Susep nos ciclos de 2019 e 2020 (achado 3.4);

9.8.4. indícios de irregularidades no contrato de impressão de formulários do CRV e CRLV firmado entre a Seguradora Líder e a empresa Printech do Brasil Representações Gráfica e Editora Ltda., que foram objeto de fiscalização pela Susep no ciclo de 2020, resultando em representação contra a Seguradora Líder e anúncio de inclusão de valores em notificação de ressarcimento (achado 3.7); e

9.9. considerar atendidos os itens 9.1.11 e 9.2.3 do Acórdão TCU 1.801-2019-Plenário;

9.10. considerar que a determinação contida no item 9.3.4 do Acórdão TCU 1801/2019-Plenário perdeu seu objeto;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, bem assim do Relatório e Voto que o fundamentam:

9.11.1. à Comissão de Defesa do Consumidor e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), ambas da Câmara dos Deputados;

9.11.2. ao Ministério da Economia, com vistas ao aprimoramento do sistema de controle concernente à nomeação de pessoas para a direção da Superintendência de Seguros Privados e para a composição do Conselho Nacional de Seguros Privados e do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização;

9.11.3. à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, ao Ministério Público de Minas Gerais e à Polícia Federal, para conhecimento das situações descritas no achado 3.10 do relatório de fiscalização e adoção de medidas que entenderem cabíveis;

9.12. juntar cópia deste Acórdão, bem assim do Relatório e Voto que o fundamentam, ao TC 036.460/2017-9;

9.13. encaminhar cópia deste Acórdão, bem assim do Relatório e Voto que o fundamentam, aos denunciantes do TC 010.729/2018-6 e do TC 012.755/2018-4 (apensado); e

9.14. considerar esta Solicitação do Congresso Nacional integralmente atendida e arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e do art. 17, inciso II, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2765-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2766/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.460/2017-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto (II): Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC).
4. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinanças).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional (SCN) oriunda da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), em que se requer a realização de fiscalização com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis irregularidades no uso de recursos do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Seguro DPVAT), e diante da conexão deste processo com a SCN tratada no TC 032.178/2017-4,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. juntar ao presente processo a decisão que vier a ser proferida pelo Tribunal nos autos do TC 032.178/2017-4;
9.2. encaminhar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) cópia do inteiro teor do Acórdão que vier a ser exarado por esta Corte de Contas no âmbito do TC 032.178/2017-4;
9.3. encaminhar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) cópia deste Acórdão, bem assim do Relatório e Voto que o fundamentam;
9.4. após a providência descrita no item 9.2. supra, considerar atendida esta Solicitação do Congresso Nacional.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2766-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2767/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.729/2018-6.
1.1. Apenso: 012.755/2018-4
2. Grupo I - Classe de Assunto (VII): Denúncia
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinanças).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia acerca de possíveis irregularidades relacionadas a conflitos de interesses dos membros do Conselho Diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e dos membros do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em decisões relativas às despesas administrativas que compõem os custos do Seguro DPVAT.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente denúncia, por satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos, com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;
9.2. informar aos denunciantes do TC 010.729/2018-6 e do TC 012.755/2018 (apensado), que o mérito das questões trazidas no bojo destes processos, juntamente com outros assuntos, será apreciado no âmbito do processo TC 032.178/2017-4 (Solicitação do Congresso Nacional);
9.3. dar ciência, quando da proposição de mérito do TC 032.178/2017-4, aos denunciantes do TC 010.729/2018-6 e do TC 012.755/2018 (apensado), do acórdão que vier a ser proferido naqueles autos, em relação aos assuntos então denunciados;
9.4. dar ciência deste Acórdão aos denunciantes dos TCs 010.729/2018-6 e 012.755/2018 (apensado) e à Superintendência de Seguros Privados, destacando que o Relatório e o Voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.5. levantar o sigilo destes autos, exceto quanto às peças individualmente classificadas como sigilosas; e
9.6. apensar o presente processo ao TC 032.178/2017-4, nos termos do art. 36 da Resolução - TCU 259/2014.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2767-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2768/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.071/2014-0.
1.1. Apenso: 045.756/2012-0.
2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Ana Paula Almeida Castro Higino (002.363.206-29); Due Promocoes e Eventos Ltda. (06.126.855/0001-40); Fernanda da Silva Pereira (519.883.560-91); Fernando Cesar de Vasconcellos Azeredo (185.226.371-72); Gabrielle Calado Souza Bennet (809.564.751-91); Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti (182.144.668-22); José do Nascimento Júnior (085.318.568-92); Luiz Cezar Ribeiro da Silva (602.351.361-15); Marcelo Helder Maciel Ferreira (879.526.701-82); Marco Dy Carlo Mota Fonseca (363.166.281-53); Maria Emilia Nascimento Santos (557.970.595-68); Mauricio de Gois Dantas (316.597.478-05); Milton Queiroz de Almeida Filho (135.774.330-00); Ruy Cesar de Vasconcellos Azeredo (116.987.051-15); Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves (113.497.781-68).
4. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: Antônio João Nocchi Parera (OAB/DF 52.217), representando José do Nascimento Júnior; Daniel de Paiva Chaves Brum (OAB/RN 14.588), representando Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves; Pedro Calmon Mendes (OAB/DF 11.678), Thais Passaglia dos Santos (OAB/DF 54.555) e outros, representando Gabrielle Calado Souza Bennet; Simone Horta Andrade (OAB/DF 21.042), Joao Paulo Bachur (OAB/SP 196.737) e outros, representando Mauricio de Gois Dantas; Livia Rodrigues da Fonseca (OAB/DF 27.824), representando Luiz Cezar Ribeiro da Silva; Andrey Vargas do Nascimento (OAB/DF 13.152E), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros, representando Fernanda da Silva Pereira; Luis Fernando Massonetto (OAB/SP 173.712), representando Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti; Marcelo Luiz Ávila de Bessa (OAB/DF 12.330), representando Due Promocoes e Eventos Ltda.; Gabriel Bastos Lemos, Fabiana Oliveira Matos (OAB/DF 13.984) e outros, representando Maria Emilia Nascimento Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial resultante da conversão de Representação (Acórdão 2.764/2012-Plenário), a respeito de superfaturamento decorrente da adesão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) à ata de registro de preços formada por meio do Pregão Eletrônico SRP 15/2007, promovido pelo então Ministério das Cidades e vencido pela empresa Dialog Serviços de Comunicação e Eventos Ltda. (atual Due Promoções e Eventos),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 1° da Lei 9.873/1999 c/c o art. 8° da Resolução-TCU 344/2022, reconhecer a prescrição;
9.2. com fundamento no art. 11, da Resolução-TCU 344/2022, arquivar o processo; e
9.3. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2768-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2769/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.179/2016-7.
1.1. Apensos: 023.341/2016-5; 034.239/2018-9; 024.855/2017-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante/Interessados/Responsáveis:
3.1. Representante: Procurador Júlio Marcelo.
3.2. Interessados: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (07.237.373/0001-20); Companhia Siderúrgica Nacional (privatizada) (33.042.730/0001-04); Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (09.263.130/0001-91).
3.3. Responsáveis: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Bndes (33.657.248/0004-21); Bndes Participações S.A. (00.383.281/0001-09); FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (17.234.244/0001-31); Transnordestina Logística S.A. (02.281.836/0001-37).
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério da Infraestrutura; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (Infra S.A.).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
8. Representação Legal: Sebastião Botto de Barros Tojal (66. 905/OAB-SP), Sérgio Rabelo Tamm Renault (66.823/OAB-SP), Saulo Benigno Puttini (42.154/OAB-DF), Taís Guida Fonseca (156.097/OAB-RJ), Ana Paula Tabosa Martins (15.443/OAB-CE), Ana Paula Rabello Faria (42.980/OAB-DF), Amanda Nogueira Bonfim, Karinne Fernanda Nunes Moura (52.520/OAB-DF), Paulo Sergio Bezerra dos Santos, Ana Cristina Lopes Campelo de Miranda Bessa, Mauricio Santo Matar (32.2216/OAB-SP), Isabela Felix de Sousa Ferreira

(28.481/OAB-GO); Humberto de Souza Leite, Daniela Mineko Noda (221.951/OAB-SP), Giselle Christina Neves de Oliveira (99.294/OAB-MG), Augusto Cesar Carvalho Barbosa de Souza, Anderson Moreno Luz, Grazielle Fernandes Pettene, Denilson Ribeiro de Sena Nunes (96.320/OAB-RJ); Péricles Tadeu Costa Bezerra, Antônio Afonso da Silva.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada pelo Ministério Público, noticiando irregularidades nos contratos para construção e exploração da ferrovia Nova Transnordestina,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, e nos artigos 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. revogar as medidas cautelares de que tratam os subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 1.708/2022-Plenário;

9.3. determinar, cautelarmente, com fulcro no art. 276 do Regimento interno do TCU, ao Ministério da Infraestrutura (MInfra), à Agencia Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e à Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A. (Infra S.A.), observadas as respectivas competências, que se abstenham de liberar recursos federais, ou autorizar-lhes a liberação, independentemente da origem, para as obras da malha concedida à Transnordestina Logística S.A. (TLSA), até a conclusão do encontro de contas, em que se apurem e restituam aos cofres credores eventuais prejuízos causados pela Concessionária e pela Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL);

9.4. determinar ao MInfra, à ANTT e à Valec que, uma vez satisfeita a condição imposta no subitem 9.3 deste voto, anteriormente à eventual liberação de recursos, submeta a matéria à deliberação desta Corte de Contas;

9.5. determinar à ANTT e ao MInfra que promovam as seguintes alterações na minuta do termo aditivo a ser celebrado com a TLSA:

9.5.1. modificar o item 2.1.1 do Anexo IV ao Termo Aditivo, para manter a obrigação de a Concessionária zelar pela integridade dos bens integrantes do trecho Salgueiro-Suape, conforme normas técnicas específicas, mantendo-os em perfeitas condições de funcionamento e conservação, até a sua entrega à nova concessionária;

9.5.2. acrescentar às condições a serem atendidas para o pagamento de eventual indenização em favor da Concessionária, previstas no item 4.4. do Termo Aditivo, a outorga do trecho devolvido (Salgueiro-Suape) e a assinatura do contrato de concessão correspondente;

9.6. autorizar a ANTT e o DNIT (Interveniente A) a assinar o termo aditivo proposto (peça 834), com as alterações a que se refere o item 9.5 e seus subitens;

9.7. fixar o prazo de 120 dias para que a ANTT e o MInfra, observadas as respectivas competências, informem ao TCU as medidas efetivamente adotadas com vistas à:

9.7.1. solução definitiva dos contratos de concessão das malhas concedidas à FTL e à TLSA;

9.7.2. exclusão da Valec da composição acionária da TLSA e devolução do trecho Salgueiro-Suape, caso venha a ser firmado o termo aditivo de que trata o subitem 9.6 deste Acórdão;

9.8. determinar a oitiva do MInfra, da ANTT e da Valec, para que, no prazo de 15 dias, se manifestem sobre a medida cautelar objeto do subitem 9.3 deste Acórdão;

9.9. ordenar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia) que monitore as determinações deste Acórdão;

9.10. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2769-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2770/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.194/2019-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição (129.546.244-34); Construtora Norberto Odebrecht S A (15.102.288/0008-59); José Antônio de Figueiredo (507.172.357-34).

3.2. Recorrentes: Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição (129.546.244-34); José Antônio de Figueiredo (507.172.357-34).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

8. Representação legal: Paola Allak da Silva (142.389/OAB-RJ), Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Patrícia Guercio Teixeira Delage (90.459/OAB-MG), Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S A; Luiz Gustavo Branco (208756/OAB-RJ), representando José Antônio de Figueiredo; Luiz Gustavo Branco (208756/OAB-RJ), representando Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Carlos Eugenio Melro da Silva Resurreição e José Antônio de Figueiredo em face do Acórdão 2.173/2022-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração, com fundamento no artigo 34 da Lei 8.443/1992;

9.2. considerar estes embargos protelatórios e alertar aos recorrentes que novos embargos com finalidade assemelhada, tratando de matéria já analisada e rejeitada pelo Tribunal, podem ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, além de não suspenderem o trânsito em julgado da condenação imposta anteriormente;

9.3. não conhecer do pleito da Construtora Norberto Odebrecht S.A. por tratar de matéria já decidida.

9.4. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2770-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2771/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.796/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Casa do Médico Comércio de Equipamento Médico Hospitalar Ltda. (75.120.618/0001-94); Flávia Serra Galdino (451.697.804-00); e Valdeny Salviano de Souza (789.304.644-91).

4. Entidades: Município de Piancó/PB e Fundo Nacional de Saúde - MS

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Melanie Moskalewski Gabardo (62026/OAB-PR), representando o Médico Comércio de Equipamento Médico Hospitalar Ltda.; e Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/OAB-PB), representando Flávia Serra Galdino.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em razão de supostas irregularidades cometidas na gestão de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Piancó/PB, no exercício de 2010, identificadas no Relatório de Auditoria 12.240 (peça 2, p. 46-56) e no Relatório Complementar 12.240 (peça 2, p. 11-15) do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Valdeny Salviano de Souza e pela empresa Casa do Médico Comércio de Equipamento Médico Hospitalar Ltda. - ME, excluindo-as da relação processual;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Flávia Serra Galdino;

9.3. condenar a responsável ao pagamento das quantias abaixo indicadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
120.000,00	22/3/2010
15.995,00	9/4/2010
24.005,00	27/4/2010
40.000,00	30/4/2010
80.000,00	12/7/2010
40.000,00	14/10/2010

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que a responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Municipal de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.5. aplicar à Sra. Flávia Serra Galdino a multa individual de R$ 650.000,00, com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/199;

9.6. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das datas da notificação, para que a responsável comprove, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, quando paga após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.8. dar ciência deste acórdão à responsável, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Piancó/PB e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, neste caso, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2771-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2772/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.958/2019-9.

1.1. Apenso: 035.983/2019-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em representação

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Senado Federal.

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração oposto ao Acórdão 2.952/2021-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. receber os presentes embargos para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2772-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2773/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.764/2022-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há

4. Órgão: Advocacia-Geral da União
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
8. Representação legal: Sandro Valerio (OAB/PR 70.516)

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos que versam sobre representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão 1/2022, promovido pela Advocacia-Geral da União,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, uma vez que foram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do RITCU e o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;
9.2. quanto ao mérito, considerá-la procedente;
9.3. convalidar a comunicação objeto do Ofício 51.829/2022-TCU/Seproc, por meio da qual foi solicitada a manifestação da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia na fase de construção participativa de deliberação desta Corte de Contas (peça 72);
9.4. dar ciência do presente acórdão à Advocacia-Geral da União e à representante; e
9.5. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2773-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2774/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.338/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo (Recurso ao Plenário)
3. Interessado: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (120.680.126-34).
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso administrativo interposto pelo sr. Luiz Carlos Braga de Figueiredo, servidor aposentado do Tribunal, em face de decisão do Presidente em exercício da Corte, Ministro Bruno Dantas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 107 da Lei 8.112/1990, bem como nos arts. 15, inciso IV, e 30 do Regimento Interno, para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2774-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2775/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.600/2021-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Janaínna Pinto Marques (440.055.803-78)
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Luzilândia/PI
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Fábio Viana Fernandes da Silveira (OAB/DF 20.757) e outros

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Social em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 224/2006,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória;
9.2. arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito; e
9.3. dar ciência do presente acórdão à responsável, à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e à Prefeitura Municipal de Luzilândia/PI.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2775-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2776/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.519/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo (Recurso ao Plenário)
3. Interessado: Flávio Pereira Rissato (027.059.679-82).
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso administrativo interposto pelo sr. Flávio Pereira Rissato em face de decisão da então Presidente da Corte, Ministra Ana Arraes,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 107 da Lei 8.112/1990, bem como nos arts. 15, inciso IV, e 30 do Regimento Interno, para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao servidor interessado.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2776-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2777/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.624/2018-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Instituto Nacional do Seguro Social (29.979.036/0001-40).
3.2. Responsáveis: Geceonita de Oliveira Ciarleglio (047.488.868-11); Ivani de Fátima Lourenço (047.865.038-86); Jose Antonio de Pereira (214.534.178-18); Osvair da Rocha Pereira (678.923.108-00); Rita Aparecida Talpo Volpe (036.958.798-74).
3.3. Recorrente: Rita Aparecida Talpo Volpe (036.958.798-74).
4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Joanes Souza Costa (227805-E/OAB-SP), Francisco Lúcio França (103.660/OAB-SP), Alexandre Oliveira Maciel (187.030/OAB-SP), Ariel de Castro Alves (177.955/OAB-SP) e outros, representando Rita Aparecida Talpo Volpe.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pela sra. Rita Aparecida Talpo Volpe contra o Acórdão 2.041/2019-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do recurso de revisão interposto pela sra. Rita Aparecida Talpo Volpe para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente, ao Instituto Nacional do Seguro Social, à Procuradoria Geral Federal junto à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2777-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2778/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.039/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Comando da 1ª Região Militar (10.189.168/0001-40).
3.2. Responsável: Marlene Oliveira de Albuquerque (995.812.727-04).
4. Órgão/Entidade: Comando da 1ª Região Militar.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da prática de ato ilegal no requerimento de pensão militar,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas da sra. Marlene Oliveira de Albuquerque, condenando-a ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/3/2014	2.722,29
2/4/2014	1.533,82
2/5/2014	1.533,82
2/6/2014	1.533,82
2/7/2014	1.533,82
2/8/2014	1.533,82
2/9/2014	1.533,82
2/10/2014	1.533,82
2/11/2014	1.533,82
2/12/2014	1.387,88
2/1/2015	1.520,71
2/2/2015	1.520,71
2/3/2015	1.520,71
2/4/2015	1.659,11
2/5/2015	1.659,11

2/6/2015	1.659,11
2/7/2015	2.514,32
2/8/2015	1.659,11
2/9/2015	1.659,11
2/10/2015	1.659,11
2/11/2015	1.659,11
2/12/2015	2.514,32
2/1/2016	1.659,11
2/2/2016	1.659,11
2/3/2016	1.659,11
2/4/2016	1.659,11
2/5/2016	1.659,11
2/6/2016	1.659,11
2/7/2016	2.514,32
2/8/2016	1.659,11
2/9/2016	1.750,25
2/10/2016	1.750,25
2/11/2016	1.750,25
2/12/2016	2.699,42
2/1/2017	1.750,25
2/2/2017	1.870,65
2/3/2017	1.870,65
2/4/2017	1.870,65
2/5/2017	1.870,65
2/6/2017	1.870,65
2/7/2017	2.834,90
2/8/2017	1.870,65
2/9/2017	1.870,65
2/10/2017	1.870,65
2/11/2017	1.870,65
2/12/2017	935,33
2/1/2018	935,33
2/2/2018	1.008,18
2/3/2018	1.008,18
2/4/2018	1.008,18
2/5/2018	1.008,18
2/6/2018	1.008,18
2/7/2018	1.527,86
2/8/2018	1.008,18
2/9/2018	1.008,18
2/10/2018	1.008,18
2/11/2018	1.008,18
2/12/2018	1.527,86
2/1/2019	1.008,18
2/2/2019	1.075,98
2/3/2019	1.075,98
2/4/2019	1.075,98
2/5/2019	1.075,98
2/6/2019	1.075,98
2/7/2019	1.630,60
2/8/2019	1.075,98
2/9/2019	1.075,98
2/10/2019	1.075,98
2/11/2019	1.075,98

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que a responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.3. aplicar à responsável abaixo arrolada a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com o valor indicado:

Responsável	Valor (R$)
Marlene Oliveira de Albuquerque	65.000,00

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que a responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, quando paga após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, incidindo, sobre cada parcela, os correspondentes acréscimos legais, alertando a responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.7. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2778-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2779/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.480/2022-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação formulada pelo Exmo. Senador da República Sr. Jorge Kajuru, requerendo informações acerca do contrato de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica atualmente outorgado pela União à empresa Enel GO, considerando a iminência da transferência do seu controle acionário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, com fundamento no art. 62, da Resolução 259/2014, c/c o art. 70, da Constituição Federal de 1988;

9.2. informar ao Exmo. Senador Jorge Kajuru que:

9.2.1. as informações expostas neste processo, oriundas do TC 015.174/2020-4, corroboram o exposto pelo Exmo. Senador em seu ofício (peça 2), exibindo o descumprimento de limites regulatórios e contratuais no que tange à qualidade da prestação do serviço e uma piora nas condições econômico-financeiras da concessionária no último exercício por parte da Enel GO, o que pode ser um indicativo de que a empresa esteja perdendo a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos;

9.2.2. conforme o estrito entendimento emanado a partir do art. 4º, caput, do Decreto 8.461/2015, o descumprimento desses limites contratuais pode, caso ocorra por dois anos consecutivos, ou no último ano de transição, redundar na extinção do contrato, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório;

9.2.3. o ano corrente representa o último da transição para a que enseja, a partir da leitura direta do dispositivo inscrito no subitem anterior, no caso de o descumprimento de quaisquer dos limites contratuais ao término de 2022, a necessidade de autuação de processo da Aneel destinado a extinguir a concessão;

9.2.4. em contrapornto, o próprio Decreto 8.461/2015 traz, em seu art. 4º, § 1º, a transferência de controle acionário como alternativa à extinção da concessão, estabelecendo, nos parágrafos subsequentes, regras gerais para que essa alternativa se desenrole em observância ao interesse público;

9.2.5. os atuais controladores da Enel GO, tendo em vista essa alternativa prevista em norma, apresentaram à Aneel um plano de transferência do controle societário, conforme também salientado pelo Exmo. Senador em seu ofício de solicitação (peça 2). A Agência, por sua vez, conforme divulgado pela própria entidade e noticiado pela imprensa, aprovou - em reunião de diretoria colegiada realizada em 6/12/2022 -, o referido plano, o qual foi considerado uma alternativa "menos prejudicial que abrir um processo para encerrar o contrato da Enel e, a partir de então, abrir uma nova licitação";

9.2.6. apesar de aprovado o plano, o § 5º do art. 4º do Decreto 8.461/2015 estabelece que, caso ele não seja cumprido, deverá ser retomado o processo de extinção da concessão, o que indica, em intelecção direta, a necessidade de a Aneel empreender um acompanhamento próximo ao longo de todo esse processo de transferência de controle e execução contratual; e

9.2.7. até o momento, estão sendo observadas as normas atinentes à execução do contrato de concessão em comento, com a Aneel desempenhando devidamente o seu papel de regulador do setor elétrico. Ainda assim, o assunto deverá seguir como objeto de atenção por esta Corte de Contas, em continuidade ao acompanhamento realizado por este Tribunal entre os anos de 2020 e 2022 (TC 015.174/2020-4).

9.3. enviar, ao Exmo. Senador Jorge Kajuru, cópia do presente processo, assim como dos Acórdãos 1.112/2021-Plenário e 7.457/2022-1ª Câmara, ambos de relatoria do Min. Jorge Oliveira, e de seus respectivos votos e relatórios; e

9.4. encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2779-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2780/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.188/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: Francisco Nunes da Silva (089.354.243-15)..
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Senador La Rocque - MA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados no bojo do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do sr. Francisco Nunes da Silva, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/1/2016	29.246,74
8/4/2016	59,70
9/6/2016	139,50
4/7/2016	2.822,50
5/7/2016	4.361,00
2/8/2016	4.501,00
29/8/2016	7.448,25
13/9/2016	13.917,40
14/10/2016	3.242,25
16/11/2016	4.058,00
19/12/2016	139,30
20/12/2016	18.053,00

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.3. aplicar ao responsável abaixo arrolado a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com o valor indicado:

Responsável	Valor (R$)
Francisco Nunes da Silva	11.000,00

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, quando paga após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, incidindo, sobre cada parcela, os correspondentes acréscimos legais, alertando o responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.7. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2780-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2781/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.502/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymer.
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de projeto de Resolução com o objetivo de priorizar e estabelecer prazos máximos para que os processos de alto risco e relevância sejam instruídos e submetidos à apreciação do Plenário desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 73 a 84 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. aprovar o projeto de Resolução, na forma do texto anexo;

9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2781-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2782/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.565/2020-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: José Antônio Pase (229.369.470-49).
4. Entidade: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cidadania, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Convênio 15/2010, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Município de Campo Magro/PR,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez constatada a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória; e

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Sr. José Antônio Pase e à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2782-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2783/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.520/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração(Denúncia)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Centro de Controle Interno do Exército; M3 Manutenção e Montagens Ltda (74.024.274/0001-57).
3.2. Recorrente: M3 Manutenção e Montagens Ltda (74.024.274/0001-57).
4. Órgãos/Entidades: Centro de Controle Interno do Exército; Hospital Central do Exército; Hospital Geral do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Rodrigo Goncalves Assuncao (OAB/RJ 172.934), Jorge Mauricio Rodrigues da Silva (OAB/DF 7.493) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por M3 Manutenção e Montagens Ltda. (74.024.274/0001-57) contra o Acórdão 2.659/2022-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los parcialmente;

9.2. prestar os esclarecimentos constantes do voto que integra a presente decisão;

9.3. notificar a embargante, o Hospital Central do Exército e o Hospital Geral do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2783-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2784/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.771/2020-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Representação)
3. Recorrente: Iesa Oleo&Gas S.A. (07.248.576/0001-11).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal: Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Iesa Oleo&Gas S.A. (07.248.576/0001-11), em face do Acórdão 2.092/2021-TCU-Plenário, que declarou a inidoneidade da empresa para participar, por cinco anos, de licitação na administração pública federal;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c art. 287 do Regimento Interno, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo a decisão recorrida em seus exatos termos.

9.2. notificar a embargante da presente decisão.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2784-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2785/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.710/2004-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Guilherme Almeida Gonçalves de Oliveira (110.870.994-04).
4. Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur);
8. Representação legal: Guilherme Augusto Ferreira Fregapani e outros (OAB/DF 34.406), representando Guilherme Almeida Gonçalves de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Sr. Guilherme Almeida Gonçalves de Oliveira contra o Acórdão 3.024/2013-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão, por atender aos requisitos de admissão dispostos no art. 35 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, no sentido de:

9.1.1. tornar insubsistentes os subitens 9.3 e 9.6 do Acórdão 3.024/2013-TCU-Plenário em relação ao recorrente, e aos Srs. Airson Bezerra Lúcio, Orlando Cezar da Costa Castro e José Ancelmo de Góis;

9.1.2. tornar insubsistentes os subitens 9.4 e 9.5 do Acórdão 3.024/2013-TCU-Plenário em relação ao Sr. Orlando Cezar da Costa Castro;

9.1.3. julgar regulares com ressalva as contas do recorrente e dos Srs. Airson Bezerra Lúcio, Orlando Cezar da Costa Castro e José Ancelmo de Góis, dando-lhes quitação;

9.2. notificar o recorrente, os Srs. Airson Bezerra Lúcio, Orlando Cezar da Costa Castro e José Ancelmo de Góis, a Codevasf e o procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia da presente decisão.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2785-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2786/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 039.729/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessada: não há.
4. Órgão: Secretaria Especial de Saúde Indígena.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de auditoria realizada na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde para avaliar a execução orçamentária para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, em cumprimento à solicitação da então Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI da Pandemia) - Acórdão 2.170/2021-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde e aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas Amapá e Norte do Pará, Alto Rio Purus, Cuiabá e Yanomami da Sesai:

9.1.1. de que viola o art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021 a ausência de elaboração de estudo técnico munido de estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, conforme encontrado nos processos de aquisição 25033.00025/22020-34, 25033.000366/2020-84, 25042.000895/2020-79, 25042.002215/2020-51, 25042.000722/ 2020-51,25049.000472/2020-99 e 25064.000739/2020-50);

9.1.2. da necessidade de adoção de medidas administrativas com vistas à caracterização e elisão do dano decorrentes do eventual sobrepreço na aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos de proteção individual nos processos 25042.000722/2020-51 (UG 257031), 25033.000252/2020-34 (UG 257022) e 25064.000614/2020-20 (UG 257052);

9.2. encaminhar ao Senado Federal cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, informando-lhe que decorre do Requerimento 1301/2021 da CPI Pandemia;

9.3. apensar o presente processo ao TC 036.378/2021-6.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2786-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2787/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.837/2014-5
1.1. Apensos: TC 032.029/2017-9; TC 032.027/2017-6; TC 032.031/2017-3; e TC 032.032/2017-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: José Cláudio Dias de Oliveira (141.958.953-91), ex-prefeito
3.1. Outro responsável: Construtora Litoral e Projetos Ltda. - ME (07.218.899/0001-62)
4. Unidade: Município de Milhã/CE
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: João Henrique Luz Sousa Pacheco Bezerra (24847/OAB-CE), Gustavo de Alencar e Vicentino (20987/OAB-CE); Kessia Pinheiro Campos Cidrack (25.484/OAB-CE) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em razão da inexecução parcial das obras de construção de sistema de abastecimento de água, objeto do Convênio 511/2006, celebrado com o Município de Milhã/CE, agora em fase de análise do recurso de revisão interposto pelo ex-prefeito José Cláudio Dias de Oliveira contra o Acórdão 473/2016 - 2ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenando-o, solidariamente com a empresa contratada, em débito, além de multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; 23, inciso II; 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 473/2016 - 2ª Câmara;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de José Cláudio Dias de Oliveira e da Construtora Litoral e Projetos Ltda. - ME, dando-lhes quitação;

9.4. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, à Funasa, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará para a adoção das medidas cabíveis, se for o caso, com a informação de que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2787-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2788/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.626/2013-0
1.1. Apensos: 007.158/2010-6; 025.593/2015-3; 012.266/2018-3; 006.058/2016-7; 033.547/2018-1; 016.146/2013-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (10.220.039/0001-78); Jan de Nul do Brasil Dragagem Ltda. (08.651.815/0001-42)
4. Unidade: Secretaria de Portos da Presidência da República (extinta).
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF), Patrícia Guercio Teixeira Delage (90.459/OAB-MG) e outros, representando Jan de Nul do Brasil Dragagem Ltda.; Mônica Bahia Odebrecht (11436/OAB-BA), Bruno Querino Mangullo (238806/OAB-SP) e outros, representando Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de reconsideração interposto por Jan de Nul do Brasil Dragagem Ltda. e Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. contra o Acórdão 686/2022-Plenário, por meio do qual tiveram suas contas julgadas irregulares, com débito e multa, em razão de sobrepreço e superfaturamento nas obras de dragagem do Porto do Rio Grande/RS, objeto do Contrato 11/2009, firmado entre a extinta Secretaria de Portos da Presidência da República e o Consórcio Osec/JDN, integrado pelas empresas recorrentes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 8 e 11 da Resolução TCU 344/2022, em:

9.1 conhecer do recurso de reconsideração;

9.2. reconhecer, no caso concreto, a ocorrência da prescrição intercorrente, tornando insubsistentes os itens 9.5, 9.6, 9.7, 9.9 e 9.10 do Acórdão 686/2022-Plenário;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão aos recorrentes, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, ao Ministério da Infraestrutura e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2788-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2789/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.117/2022-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidades: Ministério da Economia e Banco Central do Brasil
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento que tratam de acompanhamento com o objetivo de avaliar os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União no 4º bimestre de 2022, com atenção especial no exame do nível de atingimento das metas fiscais e da conformidade do contingenciamento de despesas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 169, inciso V, e 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídios à referida Comissão, em atendimento ao disposto no art. 139, § 3º, da Lei 14.194/2021 (LDO 2022), os seguintes fatos acerca da gestão fiscal no 4º bimestre de 2022:

9.1.1. os resultados primários do Governo Central acumulados até agosto de 2022 a preços correntes (superávit de R$ 24,0 bilhões) e das empresas estatais federais (superávit de R$ 6,7 bilhões), segundo a apuração oficial do Bacen (metodologia "abaixo da linha"), afiguram-se compatíveis com as metas fiscais do exercício de 2022, respectivamente, resultados primários deficitários de R$ 170,5 bilhões e de R$ 4,4 bilhões, estipuladas, respectivamente, pelos arts. 2º e 3º da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício de 2022;

9.1.2. a projeção do resultado primário de 2022 das empresas estatais federais, com base no Demonstrativo da Necessidade de Financiamento Líquido, indica déficit expressivo das seguintes empresas: Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron, cerca de R$ 1,91 bilhão; Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobras, R$ 242,5 milhões; Casa da Moeda do Brasil - CMB, R$ 213,3 milhões; Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, R$ 128,6 milhões; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, R$ 101,3 milhões; e Empresa Gestora de Ativos - Emgea, R$ 66,4 milhões;

9.1.3. não obstante as projeções de receitas e despesas primárias da avaliação do 4º bimestre de 2022, consideradas a meta de resultado primário e as deduções referentes a restos a pagar de despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e a despesas relacionadas ao estado de emergência nos termos da EC 123/2022, indicarem a possibilidade de ampliação de R$ 230.289,3 milhões nos limites de empenho e movimentação financeira das despesas primárias discricionárias dos Poderes da União, MPU e DPU, tal ampliação não ocorreu, em virtude da imposição de observância do "Teto de Gastos" (ADCT, art. 107), haja vista que as projeções das despesas primárias sujeitas ao regime do "Teto de Gastos" estão acima daquele limite de gastos em R$ 7.762,00 milhões, com excesso no Poder Executivo de R$ 10.499,9 milhões e espaço fiscal nos demais Poderes, MPU e DPU de R$ 2.737,9 milhões;

9.1.4. em atendimento a deliberação da Junta de Execução Orçamentária com respeito ao atendimento do RARDP do 4º bimestre, o saldo bloqueado de dotações em 5/10/2022 era de R$ 11.647,9 milhões e o montante até então cancelado era de R$ 6.695,4 milhões;

9.1.5. em vista do acatamento à recomendação constante do item 9.2.3 do Acórdão 1.153/2021-TCU-Plenário para contabilização das despesas primárias relativas à Compensação Previdenciária pelo montante bruto, o "Teto de Gastos" passa a ser de cerca de R$ 1,6 trilhão;

9.1.6. os créditos suplementares e especiais abertos pelo Poder Executivo foram compatíveis com a meta de resultado primário e com o "Teto de Gastos";

9.1.7. as projeções indicam suficiência para cumprimento da "Regra de Ouro" da ordem de R$ 20,7 bilhões no exercício de 2022;

9.1.8. há expectativa de cumprimento do art. 42 da LRF com margem de R$ 156,6 bilhões nas fontes não vinculadas/ordinárias;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério da Economia, à Controladoria-Geral da União, à Casa Civil da Presidência da República e ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso

Nacional, informando-lhes que os respectivos relatório e voto poderão ser consultados no Portal do TCU (www.tcu.gov.br/acordaos);

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2789-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2790/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.182/2015-0
1.1. Apenso: TC 021.478/2009-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Clóvis de Almeida Júnior (462.651.809-59), César Arantes Sobral (941.593.008-04), Ivan Ilia Baltoski (316.700.839-34), Luiz Alberto Martins de Miranda (066.109.288-78), Luiz Alberto de Olivera Miranda (829.574.369-49) e Marco Tullio Jennings (069.177.677-60), membros da CPL; Fernando Almeida Biato (329.803.107-00), Gerente-Geral da Engenharia/Ieabast; José Paulo Assis (167.249.849-04), Gerente de Implementação de Empreendimentos para a Repar; José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72), ex-presidente; Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15), Gerente-Executivo de Engenharia; Renato de Souza Duque (510.515.167-49), Diretor de Engenharia; Sandoval Dias Aragão (229.203.586-34), Gerente-Geral de Serviços e Logística da Engenharia; Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04), Gerente de Custo e Estimativas de Prazos de Serviços e Logística da Engenharia; e Consórcio ABB/Cegelec/MHA (08.872.353/0001-93)
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações)
8. Representação legal: Rodrigo Alexander Calazans Macedo (123.041/OAB-RJ), Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (140563/OAB-RJ), Renato Otto Kloss (117.110/OAB-RJ), Carlos Roberto de Siqueira Castro (20.015/OAB-DF), Adriano Daleffe (20619/OAB-PR), Renato Otto Kloss (117.110/OAB-RJ) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada a partir da conversão do TC 021.478/2009-0, em razão de indícios de superfaturamento identificados no Contrato 0800.0031123.07.2 (CT-099), celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e o Consórcio ABB/CEGELEC/MHA, cujo objeto era a implantação de uma subestação de 69 kV, ampliação de outra, já existente, e realização de suas interligações à Refinaria Presidente Getúlio Vargas.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno, em:
9.1. encerrar o presente processo, sem julgamento de mérito, determinando seu apensamento definitivo ao TC 010.546/2009-4 (Fiscobras 2009 - Repar);
9.2. aprovar a peça de restrição de acesso constante da peça 130;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis, ao Ministério das Minas e Energia, à Petróleo Brasileiro S.A., à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, à CPI da Petrobras na Câmara dos Deputados, ao Conselho Fiscal da Petrobras, ao Departamento da Polícia Federal, à Secretaria da Receita Federal, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica e ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Gaeco do Ministério Público Federal, informando-lhes que os respectivos relatório e voto poderão ser consultados no Portal do TCU (www.tcu.gov.br/acordaos).

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2790-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2791/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.387/2020-5
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Representação)
3. Recorrente: Advocacia-Geral da União (26.994.558/0001-23)
4. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur
8. Representação legal: Daniel Gustavo Santos Roque (311195/OAB-SP), representando Agência Nacional de Telecomunicações

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, na presente fase processual, cuidam de embargos de declaração opostos pela Anatel em face do Acórdão 1.778/2022-Plenário, por meio do qual o TCU julgou seu pedido de reexame em representação contra os termos do edital do Pregão 1/2020 da Gerência Regional do Rio Grande do Sul da Agência, que objetivava a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte, incluindo veículos, motoristas e demais insumos, para o transporte de pessoas, materiais e equipamentos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c art. 287 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. encaminhar cópia desta decisão ao embargante, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2791-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2792/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.429/2020-0
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Revisão de Ofício (Pensão militar)
3. Interessada: Estefania Souza Pinto (077.002.837-37)
4. Unidade: Comando do Exército
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: Jose de Ribamar Sales de Carvalho (110.313/OAB-RJ), representando Estefania Souza Pinto

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta revisão de ofício do ato de concessão de pensão militar instituída por Vicente Pinto, considerada registrada pelo Acórdão 11.527/2020 - 2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, 39, II, e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, e no art. 4º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, em:
9.1. rever de ofício o ato de pensão militar de Vicente Pinto, em benefício de Estefania Souza Pinto, de modo a considerá-lo ilegal e recusar-lhe registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique a esta Corte as providências adotadas;
9.3.2. no prazo de trinta dias a contar da ciência deste Acórdão, cadastre no Sistema e-Pessoal novo ato relativo à interessada, livre da irregularidade apontada, e remeta a esta Corte comprovantes da data em que ela foi notificada do teor desta deliberação, com o devido alerta de que o efeito suspensivo decorrente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução de valores indevidamente percebidos após tal notificação, em caso de não provimento do apelo.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2792-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2793/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 041.896/2021-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (00.399.857/0001-26); Simoagro Maquinas Agricolas Ltda. (36.306.691/0001-01).
3.2. Recorrente: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (00.399.857/0001-26).
4. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Daniel Fernando Jesus da Silva, representando Cbmaq - Companhia Brasileira de Maquinas; Daniel Fernando Jesus da Silva, representando Cbmaq Companhia Brasileira de Maquinas Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, em que se aprecia pedido de reexame interposto pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), contra o Acórdão 362/2022-TCU-Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), que considerou o feito procedente, determinando a anulação, em face de exigências editalícias restritivas à competitividade do certame, de dois itens de adjudicação do Pregão Eletrônico 17/2021, conduzido pela Empresa no Estado do Amapá, para registro de preços voltado à aquisição de tratores.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2 dar ciência deste Acórdãos aos seguintes destinatários, informando que o teor de suas demais peças (Relatório e Voto) poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:
9.2.1 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf);
9.2.2 Simoagro Maquinas Agrícolas Ltda.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2793-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2794/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.159/2012-5.
1.1. Apenso: 010.304/2015-0
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Egesa Engenharia S/A (17.186.461/0001-01).

3.2. Responsáveis: Alya Construtora S/A (33.412.792/0001-60); Consorcio Egesa - Emsa (12.090.174/0001-71); Consócio Delta/jm/cbemi; Delta Construcoes Sa em Recuperacao Judicial (10.788.628/0017-14); Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira (306.587.481-49); Germano Dionísio da Silva (032.274.211-00); Jorge Ernesto Pinto Fraxe (108.617.424-00); Romulo do Carmo Ferreira Neto (288.906.631-20); Strata Engenharia Ltda. (38.743.357/0001-32); Trier Engenharia S/A (10.441.611/0001-29).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: Marcus Vinícius Labre Lemos de Freitas (OAB-GO 14282), Fábio Gonçalves de Araújo e outros, representando Consorcio Egesa - Emsa; Pâmela Guerra (OAB-GO 28.202), Kleber Carvalho França (OAB-DF 8.526/E) e outros, representando Delta Construcoes Sa em Recuperacao Judicial; Marcelo de Souza do Nascimento (OAB-DF 23.180), Gustavo do Vale Rocha (OAB-DF 13.422) e outros, representando Consócio Delta/jm/cbemi; Alexandre Aroeira Salles (OAB-DF 28.108), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB-MG 90.459) e outros, representando Alya Construtora S/A; Guilherme Campos Coelho (OAB-DF 27810), Jose Americo Miari e outros, representando Trier Engenharia S/A; Bruno Saraiva Duarte (OAB-MG 107.829), Wellington Cristiano da Fonseca e outros, representando Egesa Engenharia S/A; Marina Junqueira Lima (OAB-GO 21682), Carlos Nascimento de Deus Neto (OAB-GO 18197) e outros, representando Romulo do Carmo Ferreira Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria no âmbito do Fiscobras 2012 realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), no período compreendido entre 1/3/2012 e 4/5/2012 com objetivo fiscalizar as obras de Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO para os cinco lotes de construção bem como o cumprimento das determinações do Acórdão 3.405/2010-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, nos termos do art. 2º da Resolução TCU 344/2022;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e aos responsáveis; e

9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 11 da Resolução 344/2022.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2794-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2795/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.018/2018-6.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Solicitação.

3. Interessado: Senador Jáder Barbalho.

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal, Município de Belém/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Senador Jáder Barbalho, para que o TCU adote providências cabíveis com relação a possíveis sobrepreço e superfaturamento nas obras do sistema viário de transporte urbano por ônibus rápido (Bus Rapid Transit - BRT) na cidade de Belém/PA, detectados em trabalho de fiscalização da Controladoria-Geral da União (CGU),

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, com fundamento no art. 59, inciso II, da Resolução TCU 259/2014;

9.2. dar ciência ao Senador Jáder Barbalho da presente deliberação, acompanhada das peças que o fundamentam;

9.3. encerrar estes autos nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2795-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2796/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.265/2021-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

3.2. Responsáveis: Adriana Luiza Monteiro Luz Pamponet (630.408.755-15); Jose Goncalves Trindade (287.078.345-00); Mauricio Mathias Rabelo de Morais (496.871.825-04).

4. Órgãos/Entidades: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia; Ministério do Desenvolvimento Regional; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal: Paulo Cesar Nogueira Fernandes, representando Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia; Daniel Garzedin Almeida (OAB-BA 34032), representando Consorcio Encostas Alto Risco; Daniel Garzedin Almeida (OAB-BA 34032), representando Cbs - Construtora Bahiana de Saneamento Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada no âmbito do Fiscobras 2021, com o objetivo fiscalizar a conformidade dos atos administrativos relacionados ao Termo de Compromisso 0402.322-91/2012, execução de obras de contenção de encostas em áreas de alto risco no Município de Salvador, com o fim de avaliar a efetividade na redução da população exposta à área de riscos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Mauricio Mathias Rabelo de Morais (CPF 496.871.825-04) e Adriana Luiza Monteiro Luz Pamponet (CPF 630.408.755-15) mas, excepcionalmente, em razão da ausência de prejuízo ao erário decorrente da impropriedade, da evolução física do Termo de Compromisso 0402.322-91/2012 (Siafi 673873) e da conduta proativa dos gestores para mitigar os efeitos da falha, deixar de aplicar-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.2. dar ciência à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), com fulcro no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020, que a licitação e contratação de obras e serviços de engenharia sem a definição clara e precisa do objeto, tal qual identificado nos contratos administrativos 52/19, 53/19 e 54/19, custeados com recursos do Termo de Compromisso 0402.322-91/2012 (Siafi 673873), caracteriza infração ao art. 5º da Lei n. 12.462/2011 e ao art. 74, caput, §§ 1º e 3º, do Decreto 7.581/2011;

9.3. dar ciência à Caixa Econômica Federal, com fulcro no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020, que:

9.3.1. a licitação e contratação de obras e serviços de engenharia sem a definição clara e precisa do objeto, tal qual identificado nos contratos administrativos 52/19, 53/19 e 54/19, custeados com recursos do Termo de Compromisso 0402.322-91/2012 (SIAFI 673873), caracteriza infração ao art. 5º da Lei n. 12.462/2011 e ao art. 74, caput, §§ 1º e 3º, do Decreto 7.581/2011; e

9.3.2. nos termos do Contrato de Prestação de Serviços n. 17/2012, firmado com o então Ministério das Cidades, a verificação da planilha de custos do licitante vencedor enseja a análise do escopo do objeto licitado e pactuado, de modo a possibilitar a avaliação da sua aderência ao quanto aprovado nas etapas anteriores de análise do financiamento, nos termos da cláusula segunda, inciso II, item 5;

9.4. dar ciência desta deliberação à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e aos responsáveis; e

9.5. encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2796-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2797/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.169/2012-6.

2. Grupo: I - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Embargante: Consórcio OAS/Galvão (CNPJ 08.842.418/0001-58).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

8. Representantes legais: Adele Luciane Telles de Freitas (OAB/DF 18.453), Antônio Perilo de Sousa Teixeira Net (OAB/DF 21.359); Carlos Henrique Vieira Teixeira (OAB (12.378), Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34.406), Walter Ramos da Costa Porto (OAB/DF 6.098), Alex Zeidan dos Santos (OAB/DF 19.546), Lilian Macedo Noais (OAB/DF 29.511) e outros, representando o Consórcio OAS/Galvão e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Consórcio OAS/Galvão ao Acórdão 2971/2021 - Plenário, prolatado em processo de tomada de contas especial, por meio do qual esta Corte julgou irregulares as contas do embargante e de suas integrantes, Construtora OAS Ltda. e Galvão Engenharia S.A., condenando-os em solidariedade ao pagamento da quantia de R$ 4.104.014,07, decorrentes de preços excessivos em relação às referências de mercado, e aplicando-lhes multa individual no valor de R$ 450.000,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992 c/c o 287 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2797-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Vital do Rêgo.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2798/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.846/2018-0.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgãos/Entidades: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Câmara de Comércio Exterior - Camex, Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, Banco do Brasil S.A. - BB, Secretaria de Assuntos Internacionais - Sain e Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro - SecexEstataisRJ, Consultoria Jurídica - Conjur.

8. Representações legais: Danilo Messere Romancini (OAB/DF 25.054) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, autuada, sob a forma de apartado do processo de auditoria TC 032.888/2016-3, por força do item 9.10 do Acórdão 1.031/2018-Plenário, que tem por objeto o exame da classificação de informações como sigilosas pelos órgãos auditados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. orientar a SecexFinanças que indique expressamente as peças e informações constantes do TC 032.888/2016-3 que sofrerão ajustes na classificação de confidencialidade, conforme reclassificação realizada pelos órgão e entidades de origem, referenciadas em sua proposta nos seguintes termos:

9.2.1. itens "c" e "d" do Ofício de Requisição TCU 6-4/2017, de 04/04/2017;

9.2.2. item "a" do Ofício de Requisição TCU 19-4/2017, de 12/06/2017, com exceção aos dados referentes à análise de risco dos entes soberanos (devedores), ao prêmio do Seguro de Crédito à Exportação e à taxa de equalização, que foram gerados por outros órgãos/entidades;

9.2.3. Ofícios de Requisição TCU 5-4/2017 de 30/03/2017, 15-4/2017 de 09/06/2017, 25-4/2017 de 20/07/2017 e 30-4/2017 de 23/08/2017;

9.2.4. Ofícios de Requisição TCU 7-4/2017 e 13-4/2017, por meio dos Ofícios 63/2017-SEI-SE e 196/2017-SEI-SE;

9.2.5. Ofícios de Requisição TCU 1-4/2017 e 2-4/2017;

9.2.6. Ofícios de Requisição TCU: 3-4/2017, 8-4/2017, 11-4/2017, 14-4/2017, 23-4/2017 e 29-4/2017;

9.2.7. Ofícios de Requisição TCU 10-4/2017 e 21-4/2017;

9.2.8. Nota Técnica 10/2016/GEFEX/COPEC/SUPOF/STN/MF-DF, de 19/10/2016;

9.3. proceder, após a adoção da medida exposta no subitem 9.2, os devidos ajustes no nível de confidencialidade registrado no sistema do Tribunal para retirar o sigilo das indicadas peças e informações nos autos do TC 032.888/2016-3, de forma a reproduzir a reclassificação promovida pelos órgãos e entidades de origem;

9.4. manter as demais informações sigilosas do TC 032.888/2016-3, conforme a classificação realizada na origem, especialmente as que abrangem operações não contempladas no escopo da fiscalização realizadas naqueles autos, como as constantes das atas das reuniões do Cofig e da Camex;

9.5. juntar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao TC 015.849/2018-0, com vistas a deixar assente, naqueles autos, que foi levantada a chancela de sigilo bancário no que diz respeito aos dados publicizados pelo BNDES das operações de financiamento realizadas com entes soberanos constantes das respostas aos Ofícios de Requisição TCU 5-4/2017 e 7-4/2017;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Câmara de Comércio Exterior - Camex, Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, Banco do Brasil S.A. - BB, Secretaria de Assuntos Internacionais - Sain e Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; e

9.7. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2798-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2799/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.172/2017-6.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia.
3. Denunciante: Identidade preservada.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jacareacanga/PA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades técnicas: SeinfraUrbana e SecexEducação.
8. Representação legal: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia dando conta de supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos no âmbito da Prefeitura Municipal de Jacareacanga/PA, envolvendo possível conluio e direcionamento de licitações para a contratação de obras públicas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. dar conhecimento deste Acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA) e ao Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCM/PA) para a adoção das providências cabíveis, considerando o possível sobrepreço nas contratações promovidas pela Prefeitura Municipal de Jacareacanga/PA atinentes às Concorrências 2/2014 e 1/2016 e à Tomada de Preços 2/2015;com fundamento no art. 10, § 2º, da Instrução-Normativa-TCU 60/2009 e no art. 3º, § 2º, da Portaria-Segecex/2010,

9.3. dar ciência deste Acórdão ao denunciante;

9.4. arquivar o presente processo, com base no art. 169, inciso III, do Regimento Interno-TCU.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2799-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2800/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.621/2018-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional; Consórcio Hap-Planex-Convap L5 BR-116/BA (21.065.067/0001-84); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00).

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605), representando Consórcio Hap-Planex-Convap L5 BR-116/BA; Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria na contratação integrada do lote 5 da BR-116/BA (entre o km 334,23 e o km 387,41), objeto do edital RDC presencial 292/2014-05 e do contrato SR-05/00878/2014, que compreende a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia; e a execução das obras de construção, duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras-de-arte especiais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. alterar a classificação de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP) para irregularidades graves que não prejudiquem a continuidade (IGC), com fundamento no art. 137, §1º, VI, da Lei 13.707/2018 (LDO 2019), de mesmo teor do art. 137, §1º, IV, da Lei 14.194/2021 (LDO 2022), c/c o art. 29 da Resolução TCU 280/2016, para os indícios de irregularidades apontadas no contrato SR-05/00878/2014, firmado entre o DNIT e o consórcio HAP-Planex-Convap;

9.2. comunicar ao DNIT que as determinações constantes do item 9.1 do acórdão 2473/2019-TCU-Plenário continuam válidas, mesmo para eventual contrato de execução de remanescente das obras objeto do contrato SR-05/00878/2014;

9.3. enviar cópia desta deliberação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando que seu inteiro teor estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2800-47/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2801/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 003.306/2017-8.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Ministério da Defesa.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento das determinações/ recomendações endereçadas ao Ministério da Defesa, por meio dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.712/2015-Plenário e pelo subitem 1.8 do Acórdão 1.834/2016-Plenário, atinentes à elaboração de um plano de ação para descrever e atualizar os procedimentos para aquisição, pelos Comandos Militares, de materiais, equipamentos e produtos controlados.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Raul Botelho;

9.2. dar ciência ao Ministério da Defesa, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, de que a falta de implementação injustificada de plano de ação elaborado em atenção à determinação desta Corte caracteriza descumprimento da determinação em si;

9.3. realizar diligência ao Ministério da Defesa, com fundamento no art. 157 do RI/TCU, para que apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, os seguintes esclarecimentos/informações:

9.3.1. a respeito da obtenção conjunta de que trata a Resolução 9/CONSUG/MD, de 16/7/2021 (Sistema de Artilharia):

9.3.1.1. o estágio atual do processo de obtenção e o cronograma das ações a serem realizadas, tanto no que se refere às etapas previstas na Diretriz de Obtenção Conjunta do Ministério da Defesa quanto em relação ao processo de aquisição conduzido pela Força Líder;

9.3.1.2. cópia da decisão da "autoridade decisora do subprocesso - ADS" para cada um dos subprocessos previstos, incluindo eventual exposição de motivos da autoridade ou documento similar, nos moldes do Anexo B da Portaria GM-MD 78/2019 ou da Portaria 4.070/2021;

9.3.1.3. critérios adotados para a escolha do objeto, dado que à época não se encontrava vigente a Portaria GM-MD 4.405/2021;

9.3.2. a respeito da obtenção conjunta de que trata a Resolução 11/CONSUG/MD, de 22/11/2021 (helicópteros de instrução TH-X):

9.3.2.1. o estágio atual do processo de obtenção e o cronograma de ações a serem realizadas, tanto no que se refere às etapas previstas na Diretriz de Obtenção Conjunta do Ministério da Defesa quanto em relação ao processo de aquisição conduzido pela Força Líder;

9.3.2.2. cópia da decisão da "autoridade decisora do subprocesso - ADS" para cada um dos subprocessos previstos, incluindo eventual exposição de motivos da autoridade ou documento similar, nos moldes do Anexo B da Portaria GM-MD 78/2019 ou da Portaria 4.070/2021, à época recentemente aprovada;

9.3.2.3. critérios adotados para a escolha do objeto, dado que, à época, a Portaria GM-MD 4.405/2021 acabara de ser aprovada;

9.3.3. o embasamento normativo para a participação do Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa - Consug-MD na designação da Força Líder responsável pelas obtenções conjuntas mencionadas nas Resoluções 9/CONSUG/MD e 11/CONSUG/MD;

9.3.4. relativamente à Diretriz de Obtenção Conjunta estabelecida na Portaria GM-MD 4.070/2021:

9.3.4.1. identificação de possível demanda de produtos ou sistemas de defesa formulada por uma Força singular que esteja sendo processada com o intuito de determinar se será realizada obtenção conjunta;

9.3.4.2. o aparente direcionamento para compras esporádicas ligadas a projetos estratégicos, não alcançando compras de menor complexidade e realizadas com maior frequência (armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo, empregados nas atividades operacionais, por exemplo), expressamente previstos na Estratégia Nacional de Defesa que deu origem à política pública;

9.3.4.3. o tratamento individualizado das demandas e a falta de previsão da criação de catálogo ou de listagem de produtos e sistemas de defesa a serem obtidos conjuntamente;

9.3.4.4. o relacionamento do processamento das obtenções conjuntas com as políticas públicas já estabelecidas no âmbito do MD, como o Plano de Articulação de Produtos de Defesa ou a catalogação de produtos de defesa fornecidos em solo nacional organizada pela Seprod (guia de empresas e produtos de defesa);

9.3.4.5. a articulação das demandas das Forças singulares processadas nos moldes da Diretriz de Obtenção Conjunta com a elaboração do orçamento do Ministério da Defesa, bem como o significado da expressão "priorização especial" contida no tópico 2.7.2 do Anexo B da norma, esclarecendo se a obtenção do Prode/SD utilizará recursos próprios de cada Força ou se a pasta ministerial pretende alocar recursos com o intuito de privilegiar as obtenções conjuntas;

9.3.5. acerca da Portaria GM-MD 4.405/2021:

9.3.5.1. aparente direcionamento a projetos estratégicos ou aquisições que extrapolem um exercício financeiro, dadas as referências ao Plano Plurianual contidas nos tópicos 2.6.2 e 2.7.9 do Anexo B da norma em questão;

9.3.5.2. expectativa do Ministério da Defesa de realizar obtenções conjuntas nas áreas estratégicas cibernética, nuclear e espacial, dado que tais áreas são dominadas, respectivamente, pelo Comando do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, possivelmente

tornando sem efeitos práticos a previsão contida no art. 2º, inciso II, alínea "c", da norma em questão;

9.3.5.3. critério utilizado para fixar o limite para a realização de obtenções conjuntas em US$ 50.000.000,00, nos termos do art. 2º, inciso I, acompanhado de eventuais estudos, pareceres etc; e

9.3.5.4. aparente adoção, no art. 2º, inciso III, de critério subjetivo para a realização de obtenções conjuntas, com possível infração ao princípio da impessoalidade, exemplificando os cenários de incidência da mencionada previsão normativa.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2801-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2802/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 010.683/2013-5 [Apenso: TC 031.853/2015-3].
2 Grupo: I; Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: Denis Gamell (OAB/DF 48.039), Eduardo Augusto de Oliveira Ramires (OAB/SP 69.219); Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (OAB/SP n. 112.208); Ane Elisa Perez (OAB/SP n. 138.128); Juliana Marques Teixeira Amorim (OAB/DF 28.565); Meire Lucia Gomes Monteiro (OAB/DF 15.299); Douglas Fernandes de Moura (OAB/DF 24.625); Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327); Luciana Rodrigues Nunes (OAB/DF 31.409); Cairo Roberto Bittar Hamú Silva Júnior (OAB/DF 17.042); Lays Caceres Bento da Silva (OAB/DF 50.818); Rafael Câmara Barreto (OAB/DF 48.711); Luiz Piauhylino de Mello Monteiro (OAB/DF 1.296/A), Luiz Piauhylino Monteiro Filho (OAB/DF 1.721/A).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento do Acórdão 3.346/2012, modificado pelos Acórdãos 1.043/2014 e 2.883/2015, bem como dos Acórdãos 1.366/2019 e 1.179/2016, todos do Plenário, para o acompanhamento do cumprimento das determinações e recomendações feitas à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) relacionadas à obra do Contorno Rodoviário de Florianópolis.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.1.1 a 9.1.7, 9.2, 9.8, 9.9.1, 9.9.2, 9.9.3.1, 9.9.3.2 e 9.10.1 a 9.10.11 do Acórdão 3.346/2012 - Plenário, bem como do subitem 9.1.2 do Acórdão 1.179/2016 - Plenário;
9.2. considerar em cumprimento as determinações contidas nos subitens 9.3.1 a 9.7.6 do Acórdão 3.346/2012 - Plenário, 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 1.179/2016 - Plenário, e no item 9.6 do Acórdão 1.366/2019 - Plenário;
9.3. considerar prejudicado o cumprimento das determinações do item 9.3 do Acórdão 1.043/2014 - Plenário;
9.4. dispensar o monitoramento dos subitens 9.3.1 a 9.7.6 do Acórdão 3.346/2012 - Plenário e 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 1.179/2016 - Plenário, bem como do item 9.6 do Acórdão 1.366/2019 - Plenário, tendo em vista que abordam questões que estão sendo analisadas em outros três processo deste Tribunal (TC 005.218/2014-4, que trata, com maior profundidade e extensão, dos aspectos discutidos nos Termos de Ajuste de Condutas firmados com as concessionárias da 2ª etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais - Procrofe; TC 033.531/2019-6, que analisa a inexecução de importantes obras de concessões da 2ª etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais - Procrofe, incluindo o Contorno Rodoviário de Florianópolis; e TC 039.653/2020-0, que trata do acompanhamento da execução das obras do Contorno Rodoviário de Florianópolis);
9.5. dar ciência do teor deste Acórdão à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e
9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2802-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2803/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.764/2022-6.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar)
3. Representante/Interessado/Responsáveis:
3.1. Representante: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União (SeinfraUrbana/TCU).
3.2. Interessado: Tribunal de Contas da União.
3.3. Responsáveis: não há.
4. Unidade jurisdicionada: Município de Coari/AM.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana) a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 1/2022, promovida pela Prefeitura Municipal de Coari/AM, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na pavimentação, drenagem, sarjeta e meio-fio na área urbana daquela municipalidade.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. referendar a medida cautelar adotada em 8/12/2022, por meio do despacho à peça 8 destes autos, transcrito no relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes do mencionado despacho; e
9.2. encaminhar cópia desta deliberação, bem como das peças 1, 5 e 8 à Prefeitura Municipal de Coari/AM, a fim de subsidiar as informações a serem prestadas.

10. Ata n° 47/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/12/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2803-47/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2813/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-015.798/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria de Jesus da Silva (270.700.771-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda ao destaque do ato emitido em favor da Sra. Silvana de Jesus Teixeira Costa, a fim de que seja realizada a diligência proposta pelo órgão ministerial.

ACÓRDÃO Nº 2814/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento do beneficiário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-lo prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.217/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Pereira Lisboa (033.619.261-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2815/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.932/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wagner Campos Santos (137.755.613-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2816/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-027.353/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Henrique Freitas Chaulet (143.416.620-15); Nelson de Souza (148.487.597-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que, com fundamento na faculdade prevista no art. 260, § 3º, do RITCU, proceda à imediata autuação e subsequente instrução de eventuais atos de pensão civil em que figuram como instituidores os servidores Jose Henrique Freitas Chaulet e Nelson de Souza, aferindo, em particular, à vista das informações constantes deste processo, a legitimidade dos proventos que vem sendo pagos aos eventuais beneficiários, notadamente a regularidade do tempo ficto considerado na concessão dos proventos de aposentadoria.

ACÓRDÃO Nº 2817/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.505/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Erminia Nunes de Almeida (112.639.112-34); Maria Anunciada Batista Cipriano (064.608.792-49); Maria da Silva Andrade (210.089.812-49); Maria das Gracas do Nascimento Amanajas (179.870.672-53); Raimunda Vasconcelos da Costa (229.364.082-53); Raimundo Nonato Miranda da Costa (080.650.392-00); Reuel Nunes da Silva (046.048.222-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2818/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-027.545/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Albeni Sponholz (003.136.029-72); Jairo Vieira (216.058.409-63); Maria de Fatima Rodrigues Fernandes Alves (990.826.168-15); Milton Divino Muniz (036.883.051-91); Nelson Clasen (298.484.669-91); Viktor Shigunov (013.606.049-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação: à Sefip, para que, com fundamento na faculdade prevista no art. 260, § 3º, do RITCU, proceda à imediata autuação e subsequente instrução de eventuais atos de pensão civil em que figuram como instituidores os servidores interessados, aferindo, em particular, à vista das informações constantes deste processo, a legitimidade dos proventos que vêm sendo pagos aos eventuais beneficiários.

ACÓRDÃO Nº 2819/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-027.587/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Mendes Batista (040.882.474-34); Francisco Carlos de Almeida Souza (106.771.942-34); Joni de Lima Pires (239.643.830-15); Uziel Ferreira da Costa (053.661.193-91).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que, com fundamento na faculdade prevista no art. 260, § 3º, do RITCU, proceda à imediata autuação e subsequente instrução de eventuais atos de pensão civil em que figuram como instituidores os servidores interessados, aferindo, em particular, à vista das informações constantes deste processo, a legitimidade dos proventos que vêm sendo pagos aos eventuais beneficiários.

ACÓRDÃO Nº 2820/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.597/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcio Lopes da Silva (379.593.361-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2821/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em determinar a reinstrução do feito.

1. Processo TC-028.285/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Flavio Luiz Jose Faggiani (264.695.370-49).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que verifique a compatibilidade entre a forma de cálculo dos proventos e o fundamento legal da concessão.

ACÓRDÃO Nº 2822/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.365/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Espedita Cipriano da Silva (094.942.784-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2823/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.858/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lidiane de Carvalho Barbosa (025.142.093-07).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2824/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.859/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joao Manoel de Freitas Mota (664.925.564-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2825/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.736/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Marcio da Silva Oliveira (087.271.354-70); Thiago Rafael de Oliveira (065.546.486-74).
1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.a..
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2826/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.902/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renata Gomes Barreto (103.297.804-09); Ricella Maria Souza da Silva (009.541.944-62).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2827/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.045/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ian Mailon de Lima Oliveira (703.561.594-69).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2828/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.084/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wagner Alves da Silva Marcarini (345.396.358-08).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2829/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.299/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciane Muller dos Santos (827.809.780-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2830/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.541/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nicolas Guilherme Barbosa Vieira (397.179.728-85); Rodrigo Graciliano de Toledo (112.945.384-70).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2831/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de interesse do sr. Erandir Alves dos Santos e fazer as determinações que se seguem:

1. Processo TC-023.320/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alice Josefa de Moura (361.425.654-53); Elza Maria Almeida Santos (036.849.894-87); Erandir Alves dos Santos (027.617.024-50).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Universidade Federal Rural de Pernambuco que encaminhe a esta Corte no prazo de trinta dias, o ato de cessão de aposentadoria ao sr. Antônio Bernardo de Moura;
1.7.2. determinar à Sefip que:
1.7.2.1. autue o ato representado pelo formulário e-Pessoal 94471/2019, relativo à aposentadoria do sr. Eufrázio de Souza Santos;
1.7.2.2. preliminarmente à apreciação dos atos de pensão civil de interesse das sras. Alice Josefa de Moura e Elza Maria Almeida Santos, proceda ao exame dos atos de concessão de aposentadoria dos instituidores.

ACÓRDÃO Nº 2832/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.333/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Benedita Nascimento Maciel (898.402.678-68); Celmo Soares Nery (511.580.002-00); Celso Boiko Nery (511.668.602-72); Elza Gomes de Souza (084.989.112-49); Erika Regina Soares Neres (511.583.372-72); Fernando Henrick Arrais Lanes (027.867.042-35); Geraldina Marcolino Soares (139.828.422-04); Gilda Paulo Arrais Lanes (277.263.202-49); Leonilia Rodrigues de Lima (290.280.272-20); Liziane Rodrigues da Silva (003.232.292-55); Lucas Rodrigues de Lima Silva (021.293.802-98); Marcos Antônio Soares Nery (511.583.452-91); Sandro Soares Nery (511.583.882-68); Sérgio Boiko Nery (592.217.472-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2833/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.354/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Márcia Elise Schiffer (487.794.077-49); Rosemberg Schmidt Schiffer Correa Pereira (121.895.977-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2834/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.361/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Erni Cunha de Souza (160.409.962-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2835/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.364/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sônia dos Santos (089.514.108-62).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2836/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse da sra. Sandra Maria Pereira:

1. Processo TC-023.391/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francinete Berto da Silva (043.215.324-18); Ivanaldo Rodrigues da Cunha (231.130.494-15); Maria do Socorro de Medeiros Vital (143.989.404-30); Rehbecca Vithoria do Nascimento Cardoso da Cunha (070.283.984-12); Sandra Maria Pereira (190.438.178-21).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que faça juntar a estes autos, no prazo de quinze dias, os documentos com base nos quais apurada a união estável da sra. Sandra Maria Pereira com o sr. Nivaldo Borges dos Santos, em especial a data de início desse relacionamento.

ACÓRDÃO Nº 2837/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.403/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carolina Gondim de Albuquerque (014.664.272-48); Graça Maria Gondim de Albuquerque (315.283.842-53); Maria Joana Francisca de Lima (607.755.052-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2838/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse da sra. Rosângela Pereira Machado:

1. Processo TC-023.509/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antônia Ribeiro (004.269.047-10); Maria Izabel Euzebio (028.102.827-30); Maria da Conceição Santos (097.028.177-30); Neuza Bezerra Medeiros (562.457.427-49); Rosângela Pereira Machado (602.948.417-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que verifique a regularidade do pagamento do adicional por tempo de serviço ao instituidor e, consequentemente, sua repercussão no cálculo dos proventos de pensão.

ACÓRDÃO Nº 2839/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.602/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antônio José da Silva (477.660.698-49); Ueslei Rodrigues da Silva (529.044.402-59).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2840/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.022/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antônia Aparecida Bezerra Galindo (246.995.604-82).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2841/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.096/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Joao Vitor Gervasio Bragado (990.479.182-15); Jonas Ribeiro Bragado (990.689.402-44); Juliano Ribeiro Bragado (990.689.312-53); Junison Ribeiro Bragado (792.626.942-53); Maria Deusely de Souza Bragado (946.454.342-68); Nair Ribeiro Bragado (598.478.242-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2842/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 2006/2007, em considerar prejudicado o ato de concessão a seguir relacionado, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em virtude da perda da qualidade de beneficiária da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.190/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ana Arruda Cavalcanti (598.366.014-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2843/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 2006/2007, em considerar prejudicados os atos de concessão a seguir relacionados, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em virtude da perda da qualidade de beneficiárias das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.192/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francisca Chagas dos Santos Fernandes (236.208.973-87); Maria Salete de Menezes Barbosa (628.087.103-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2844/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 2006/2007, em considerar prejudicado o ato de concessão a seguir relacionado, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em virtude da perda da qualidade de beneficiária da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.193/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nair do Carmo Araujo Santana (348.215.461-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2845/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 2006/2007, em considerar prejudicados os atos de concessão a seguir relacionados, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.604/2022-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Adolpho da Rocha Furtado (008.678.617-20); Stella Maiello Correa (960.588.207-82).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2846/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.111/2021-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Edilane Aparecida Veiga Dias (008.282.326-01).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2847/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-lo prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.419/2022-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Lindalva Ferreira de Araújo (046.145.874-88); Maria Cícera Conegundes (344.289.094-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2848/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.900/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Paula Alves de Lima (025.382.714-01); Denise Sinésio de Lima (846.874.797-15); Eliane Sinésio (871.216.467-49); Gisele Sinésio Helfand (987.082.797-72); Ione Azevedo Demidoff (514.991.267-00); Joana DArc Alves de Lima (019.525.384-16); Ramona Alves de Oliveira (054.126.184-30); Raquel Pessoa de Lima (133.697.578-42); Rosane Pessoa de Lima (108.526.818-79); Rosemere Pessoa Lima (097.904.488-05); Rute Pessoa de Lima (134.044.698-79).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2849/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, tendo em vistas este recurso de revisão impetrado pelo Sr. João Alziro Herz da Jornada contra o Acórdão 124/2020-Plenário, que julgou tomada de contas especial instaurada no âmbito do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), em razão de prejuízo ao erário na execução do Contrato 63/2009, celebrado com a empresa TNL PCS S/A (incorporada pela empresa Oi Móvel S/A em 2012) para a prestação de serviço de telefonia móvel pessoal,

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei nº 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando, dessa maneira, que o presente recurso não está fundado em nenhuma das hipóteses descritas no dispositivo supracitado, posto que, na análise precedente, consubstanciada em parecer da Serur acostado à peça 183, corroborada pelo corpo diretivo às peças 184 e 185, e ratificada pelo Ministério Público à peça 188, consubstanciando não existir fatos novos que não tenham já sido apreciados nos julgamentos anteriores (Acórdão condenatório 124/2020-Plenário; Acórdão 1.650/2020-Plenário, em embargos de declaração; e Acórdão 1.772/2022-Plenário, em recursos de reconsideração); e

Considerando, finalmente, não ter se consumado a prescrição, consoante análise empreendida no item 2.7.1 da instrução à peça 183;

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, e determinar o seu arquivamento, após comunicação ao recorrente, do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade à peça 183 destes autos.

1. Processo TC-006.709/2016-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Antonio Carlos Godinho Fonseca (193.035.131-34); Dirceu Barbosa Filho (003.414.297-59); Joao Alziro Herz da Jornada (113.055.250-00); Luis Filipe Medeiros de Macedo (795.972.707-49); Tnl Pcs S/a (04.164.616/0001-59).
1.2. Recorrente: Joao Alziro Herz da Jornada (113.055.250-00).

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.8. Representação legal: Daniela Pestana Telles Schmidt (135.949/OAB-RJ), Eurico de Jesus Teles Neto (121.935/OAB-RJ) e outros, representando Tnl Pcs S/a.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2850/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno deste Tribunal e com base no art. 11 da Resolução TCU 344/2022, c/c o art. 1º da Lei 9.873/1999, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar os presentes autos, dando-se ciência desta decisão à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis:

1. Processo TC-036.365/2021-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Centro de Pesquisa, Capacitacao e Desenvolvimento Martires de Marco - Cterra (07.369.609/0001-81); Manoel da Silva Sousa (856.337.392-72).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2851/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235, do RI/TCU, c/c o art. 106, § 4º, inciso II da Resolução-TCU 259/2014, com redação dada pela Resolução-TCU 323/2020, para, no mérito, considerá-la procedente; em dar ciência desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao autor da denúncia, ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo, ao Conselho Federal do Técnicos Industriais e à Controladoria-Geral da União; em levantar o sigilo que recai sobre estes autos, com fundamento no art. 55 da Lei 8.443/1992, à exceção das peças que contiverem informações pessoais que permitam a identificação do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e em arquivar o processo, sem prejuízo das medidas processuais especificadas a seguir:

1. Processo TC-007.103/2022-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Entidade: Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.7. Representação legal: Mateus de Luna Dias Rabelo (440894/OAB-SP), representando Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. Dar ciência ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo e ao Conselho Federal do Técnicos Industriais das ocorrências identificadas nos presentes autos, para adoção das providências de sua competência, atentando para as orientações contidas no Acórdão 341/2004-Plenário e no RE 1.041.210 do STF, em que foi reconhecida a repercussão geral a respeito das condições para a criação de cargos em comissão, em especial o seguinte:

1.8.1.1. as disposições normativas internas dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas que cuidam da organização de seu quadro de pessoal, conforme lhes autorizam as respectivas leis instituidoras, devem se adequar ao disposto no art. 37, inciso V, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/1998, de forma que as funções de confiança sejam exclusivamente ocupadas por empregados do quadro efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por empregados do quadro efetivo nas condições e limites mínimos a serem fixados por instruções dos conselhos federais, sejam destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo ser adotados como referencial os parâmetros fixados no art. 14 da Lei 8.460/1992 (atualmente Lei 14.204/2021).

ACÓRDÃO Nº 2852/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la procedente, e determinar o arquivamento, dando ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.673/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pedro Régis - PB.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Informar à Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, à Assessoria de Controle Interno do Ministério da Cidadania e à Controladoria-Geral da União, com fulcro no art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução TCU 259/2014 e no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, a respeito dos fatos apontados na presente representação, para que adote as providências internas de sua alçada.

ACÓRDÃO Nº 2853/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados os presentes autos que tratam de expedientes protocolados pela GDK S.A. em Recuperação Judicial, a fim de que seja reconhecida a prescrição da pretensão punitiva do TCU ou que, alternativamente, seja realizada a unificação das sanções de inidoneidade aplicadas pela CGU e pelo TCU,

Considerando que a Resolução-TCU 344/2022 somente se aplica aos processos nos quais não tenha ocorrido o trânsito em julgado no TCU até a data de publicação desta norma, conforme o art. 18 do referido normativo;

Considerando que o presente feito já transitou em julgado;

Considerando que, a despeito disso, não houve prescrição da pretensão punitiva no presente caso, uma vez que os fatos em análise chegaram ao Tribunal, a partir do compartilhamento de provas oriundas da Operação Lava-Jato, mediante representação conhecida por meio do Acórdão 1.583/2016-Plenário, em 22/6/2016, tendo a empresa sido notificada em 13/7/2016, antes, portanto, do prazo quinquenal preconizado no art. 2º da Resolução-TCU 344/2022;

Considerando que a SeinfraOperações analisou as alegações da empresa, em 27/9/2018, sendo que o Tribunal apreciou a matéria por meio do Acórdão 416/2021-Plenário, em 3/3/2021, sem que tenha ocorrido a prescrição intercorrente prevista no art. 8º da referida norma;

Considerando que os elementos trazidos pelo interessado não são aptos a alterar o entendimento esposado no voto condutor do Acórdão 416/2021-Plenário, quanto à impossibilidade de haver compensação entre as penas aplicadas pelo TCU e pela CGU;

Considerando que os fundamentos expostos no referido decisum se aplicam à análise do pedido para que seja realizada a unificação das sanções aplicadas pela CGU e pelo TCU; e

Considerando que não são aplicáveis os critérios estabelecidos no Acórdão 348/2016-Plenário, uma vez que este trata da unificação de sanções de declaração de inidoneidade impostas pelo TCU, diferentemente dos presentes autos, em que se noticia a imputação de penas por órgãos distintos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, em receber os expedientes constantes das peças 134 e 147 como mera petição, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos; em indeferir o pedido de unificação de sanções formulado por GDK S.A. em Recuperação Judicial; em declarar que não houve prescrição da pretensão punitiva no presente caso, mesmo que se apliquem os critérios da Resolução-TCU 344/2022; e em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-013.392/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: GDK S.A. em Recuperação Judicial (34.152.199/0001-95).

1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

1.6. Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a.; Victor Alves Martins (21804/OAB-DF), representando GDK S.A. em Recuperação Judicial.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2854/2022 - TCU - Plenário

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de representação, com proposta de medida cautelar, oferecida pela empresa S.R. Romanelli Filho - Equipamentos Rodoviários, dando conta de potenciais irregularidades ocorridas no âmbito do Pregão Eletrônico 77/2022, publicado pela Prefeitura Municipal de Quirinópolis/GO para "Aquisição de usina para pavimentação asfáltica", visando a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras Públicas de Quirinópolis/GO,

Tendo em vista os pareceres uniformes exarados nos autos pela Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (peças 42 a 44); e

Considerando as últimas informações e esclarecimentos prestados pela Prefeitura Municipal de Quirinópolis/GO (peças 36 e 37) optando-se pela anulação do indigitado processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 077/2022, objeto das irregularidades repostadas na presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso III do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para considerar prejudicada a análise de mérito diante da perda do seu objeto, com arquivamento do presente processo, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, informando o teor desta deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de Quirinópolis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.963/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 015.964/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Interessado: Romanelli Exportacao e Importacao Ltda (05.453.447/0001-30).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Quirinópolis - GO.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.7. Representação legal: Nidia Kosienczuk Rosa Goncalves dos Santos (26109/OAB-PR), representando S. R. Romanelli Filho - Equipamentos Rodoviarios; Henry Willian Durval (63392/OAB-PR), representando Romanelli Exportacao e Importacao Ltda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2855/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, 143, 241 e 242 do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.002/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Fundação Nacional do Índio; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério de Minas e Energia.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. manter, até a efetiva emissão da licença de instalação (LI) do trecho da LT 230 kV Feijó - Cruzeiro do Sul, o acompanhamento previsto no subitem 9.5 do Acórdão 1.765/2022-Plenário, deixando desde já a unidade técnica autorizada a empreender as ações de controle que entender necessárias perante o Ministério de Minas e Energia, Aneel, Ibama e Funai;

1.6.2. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada dos pareceres que a fundamentam, ao Ministério de Minas e Energia, à Aneel, ao Ibama e à Funai;

1.6.3. restituir o presente processo à SeinfraEle para adoção das medidas de sua alçada no acompanhamento do empreendimento, determinando à unidade técnica que altere a classificação deste processo de "representação" para "acompanhamento" no Sistema de Gestão Processual.

ACÓRDÃO Nº 2856/2022 - TCU - Plenário

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público junto a esta Corte (MPTCU), a respeito de supostas irregularidades relativas a atividades desenvolvidas por agentes consulares honorários, atuando no exercício de funções pertinentes ao Ministério das Relações Exteriores (MRE),

Tendo em vista os pareceres uniformes exarados nos autos pela Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (peças 7 a 9);

Considerando que a representação não preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º da Resolução - TCU 259/2014, haja vista que a matéria suscitada não é de competência do

Tribunal, assim como, em princípio, os cônsules honorários não estão sujeitos à jurisdição do TCU;

Considerando que o desempenho de atividades de natureza estritamente pública, pertinentes às relações exteriores, são vedadas aos agentes consulares da espécie em comento, consoante estabelece o Decreto 23.776/1947, regulamentador do serviço consular honorário no Brasil;

Considerando que atividades que os cônsules honorários desenvolvem não se revestem de natureza pública como as exercidas por diplomatas e cônsules de carreira do MRE, a exemplo da representação internacional de um Estado soberano, concernente a questões públicas e políticas no exterior;

Considerando que o cônsul honorário exerce funções mais voltadas ao atendimento de interesses particulares dos nacionais no exterior, consoante se depreende de algumas de suas atribuições previstas no art. 14 do Decreto 23.776/1947;

Considerando que não se conceber que atividades relacionadas a práticas comerciais encetadas preponderantemente entre indivíduos particulares, reguladas pelo direito privado, possam ser de interesse de toda a coletividade, senão das partes envolvidas nas operações mercantis e que, seria de interesse público caso a atuação dos cônsules honorários estivesse voltada precipuamente para prestação de serviços nas áreas de educação, saúde, segurança pública e meio ambiente, que constituem direitos difusos e que atendem a toda a sociedade;

Considerando que, partindo-se da premissa de que as atividades realizadas pelo cônsul honorário são de natureza predominantemente privada, não se vislumbra que os fatos noticiados na exordial estejam subsumidos na competência jurisdicional desta Corte, porquanto não foram mencionados atos relacionados à gestão de recursos públicos pelos citados agentes, bem como à eventual infração de normativos regulamentadores da administração pública;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso III do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da presente representação, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, e no art. 103, §1º, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020, determinando, liminarmente, o arquivamento deste processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução-TCU 259/2014; dando ciência da presente deliberação ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.436/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2857/2022 - TCU - Plenário

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de solicitação apresentada pela Procuradoria da República do Município de Imperatriz/MA a esta Corte de Contas "para apuração/anuência do valor do dano a ser ressarcido pelo investigado, nos termos do art. 17-B, § 3º da Lei 8.429/1992", relativamente ao Procedimento Preparatório 1.19.001.000096/2022-92 (peça 1, p. 1-2)";

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos, às peças de 8 a 10;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 62 c/c o art. 65, inciso III, da Resolução-TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da presente solicitação de manifestação do Tribunal para fins do disposto no art. 17-B, §3º, da Lei 8.429/1992, esclarecendo que os exames realizados pelo TCU não se deram em processo de controle externo e que as análises e conclusões levaram em conta exclusivamente as informações que constam dos autos e os parâmetros indicados nos Demonstrativos de Débito, não se tratando de perícia, parecer técnico ou julgamento quanto aos fatos narrados, dando conhecimento desta deliberação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.855/2022-8 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. encaminhar os Demonstrativos de Débito acostados às peças 6-7 e cópia da instrução à peça 8 à Procuradoria da República do Município de Imperatriz/MA, fazendo menção de que se trata de atendimento ao seu ofício 835/2022/GAB/PRM2-PHC e ao Procedimento Preparatório 1.19.001.000096/2022-92 instaurado pelo Ministério Público Federal em face dos atos ilegais promovidos pelo Sr. Erivelton de Moura Santos.

ACÓRDÃO Nº 2858/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de Levantamento de Auditoria realizado no âmbito do Fiscobras 2010, destinado a fiscalizar os projetos, obras e serviços do sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário do Município de Porto Velho/RO;

Considerando a autorização para parcelamento da dívida efetuada por meio do Acórdão Acórdão 610/2015-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Sr. Vagner Marcolino Zacarini, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo item 9.4 do Acórdão 610/2015-TCU-Plenário, dando-lhe ciência deste acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.360/2010-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 004.377/2015-0 (SOLICITAÇÃO); 002.026/2019-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.998/2013-4 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); 036.439/2018-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 008.202/2015-0 (SOLICITAÇÃO); 017.688/2011-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 025.559/2009-9 (MONITORAMENTO); 005.374/2019-7 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Albanisa Pereira Pedraça (497.864.582-49); America Maria Ruiz de Lima Verde Ferreira (192.078.832-87); Aparecida Ferreira de Almeida (523.175.101-44); Camila Guedes da Silva (276.550.338-97); Carlos Eduardo Curi Gallego (022.373.029-79); Consorcio Cowan - Triunfo (10.803.934/0001-15); Debora Maria de Corte Real Delgado e Medina Reis (479.112.121-04); Edson Victor de Souza (174.816.048-60); Elenice Marques Carraro (515.103.326-34); Eralda Etra Maria Lessa (161.821.702-04); Everson Cezar Nascimento (577.809.199-00); Everton Jose dos Santos Filho (113.422.932-15); Genny Trivério Denny (409.823.272-34); Ivo Narciso Cassol (304.766.409-97); Jose Eduardo Figueiredo Leite (008.371.338-74); João Carlos Gonçalves Ribeiro (775.238.578-68); Larissa Nogueira da Silva (253.585.428-76); Leodegar da Cunha Tiscoski (169.196.619-34); Luciano dos Santos Guimarães (519.405.585-49); Maria Angelica Foes da Rocha (017.361.019-60); Mayara Gomes Freire da Silva (061.216.989-85); Márcia Cristina Luna (288.491.914-72); Naiara Jovania Braga da Silva (531.236.462-20); Osamu Sato (040.779.378-09); Patricia Oliveira de Holanda Rocha (024.985.847-90); Rodrigo Pinheiro Pacheco (018.976.339-63); Rogerio de Paula Tavares (331.852.987-72); Rosely Aparecida de Jesus (754.477.626-34); Rossini Ewerton Pereira da Silva (040.658.912-72); Sérgio Augusto Portocarrero Ramos (441.734.234-20); Tarcisio Batista Rego (080.549.754-49); Vagner Marcolino Zacarini (595.849.719-72); Wanderly Lessa Mariaca (317.013.372-15); Zuleide Azevedo de Almeida Leal (141.161.624-34).

1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

1.4. Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal; Entidades/Órgãos do Governo do Estado de Rondônia; Ministério das Cidades (extinta).

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.8. Representação legal: Rodrigo Otavio Veiga de Vargas (2.829/OAB-RO), representando João Carlos Gonçalves Ribeiro; Murilo Fracari Roberto (22.934/OAB-DF), Alberto Cavalcante Braga (9.170/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF) e outros, representando Consorcio Cowan - Triunfo; Josafá Piauhy Marreiro, representando Entidades/órgãos do Governo do Estado de Rondônia.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2859/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos por Gil Marques de Medeiros e Kléber Dantas Eulálio contra o Acórdão 1.120/2022-TCU-1ª Câmara (peça 75), por meio do qual esta Corte de contas julgou suas contas irregulares, condenando-os em débito e multa.

Considerando o expediente juntado à peça 133, por meio do qual o Sr. Gil Marques de Medeiros manifesta a vontade de efetuar o recolhimento da dívida antes da apreciação do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, em:

a) sobrestar o julgamento do mérito do recurso interposto pelo Sr. Gil Marques de Medeiros até o integral recolhimento da dívida ou até a falta de recolhimento de alguma parcela, sem prejuízo de, no âmbito do presente processo, a Seproc promover o efetivo acompanhamento sobre o pleno recolhimento do débito;

b) alertar o Sr. Gil Marques de Medeiros que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

c) restituir os autos à Serur para análise do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Kléber Dantas Euláli, já conhecido nos termos do despacho proferido à peça 114;

d) encaminhar cópia da presente deliberação aos recorrentes.

1. Processo TC-011.118/2018-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Gil Marques de Medeiros (029.928.923-00); Kleber Dantas Eulalio (096.017.323-49).

1.2. Recorrentes: Gil Marques de Medeiros (029.928.923-00); Kleber Dantas Eulalio (096.017.323-49).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Picos/PI.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

1.7. Unidade Técnica: não atuou.

1.8. Representação legal: Agrimar Rodrigues de Araújo (OAB/PI 2.355), Manuelle Maria do Monte Raulino (OAB/PI 9.798), Sandra Maria da Costa (OAB/PI 4.650) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2860/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do item 9.2 do Acórdão 1.975/2012-TCU-Plenário (peça 4, p. 61-62);

b) considerar cumprida a determinação constante do item 9.2 do Acórdão 3.677/2013-TCU-Plenário (peça 67);

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Advocacia-Geral da União e à Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) e ao representante; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-018.192/2009-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 003.313/2014-0 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Responsáveis: Fatima Maria Carleial Cavaleiro (018.425.873-15); Jorge da Motta e Silva (033.261.877-34); Manoel Elias Moreira (001.472.141-49); VT Um Produções e Empreendimentos Ltda - ME (35.821.800/0001-58).

1.3. Interessados: Advocacia-Geral da União (26.994.558/0001-23); Ministério Público da União (26.989.715/0001-02); Ministério das Comunicações (extinto).

1.4. Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A..

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.8. Representação legal: Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760), Natalia Ives Camurça de Oliveira (OAB/DF 31.226), Flavio Henrique Costa Pereira (OAB/SP 131.364), Claudio Torquato da Silva e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2861/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Autoridade Portuária de Santos (SPA) e ao Ministério da Infraestrutura;

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-035.431/2020-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Portofer Transporte Ferroviário Ltda (03.835.338/0001-51); Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (37.115.342/0036-97).

1.2. Entidade: Autoridade Portuária de Santos S.A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

1.6. Representação legal: Flavia Nasser Villela (OAB/SP 304.462), Aleksanders Mirra Novickis (OAB/SP 232.482) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2862/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no artigo 143, V, "e", do RITCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação de prazo solicitada por Leonardo da Silva Pereira Resende e Sauro Spinelly Florêncio da Cunha, em quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, para atendimento da determinação constante do item 9.4 do Acórdão 2305/2022 - Plenário, e em encaminhar cópia desta deliberação aos solicitantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.577/2019-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: 023.101/2018-0 (Representação)
1.2. Responsáveis: Francisco de Assis Costa Filho (020.030.283-31); Helber Augusto Reis Borges (105.318.776-98); Leonardo da Silva Pereira Resende (041.271.401-94); Linkcon Ltda - Epp (05.323.742/0001-71); Sauro Spinelly Florêncio da Cunha (060.331.664-69); Tania Maria Hoglund (089.982.868-07); Thiago Coelho Vercosa de Medeiros Raposo (716.989.491-20); Thiago Menezes Siqueira (975.170.385-91).
1.3. Órgão: Secretaria Nacional de Juventude.
1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos.
1.7. Representação legal: Flávio Vinícius Araújo Costa (OAB/MA Nº 9.023).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2863/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos artigos 143, III, e 241, do RITCU, ACORDAM em considerar em cumprimento a determinação contida no item 1.6 do Acórdão 1.286/2021-Plenário, e em dar a ciência abaixo, com as providências que a seguem, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.915/2021-2 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Unidade: Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração
1.5. Representação legal: não há
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1 dar ciência, nos termos do artigo 9º, II, da Resolução-TCU 315/2020, à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e à Secretaria-Executiva, ambas do Ministério da Economia, que:
1.6.1.1 as providências necessárias, principalmente no tocante à implementação de medidas mitigatórias de modo a prover recursos humanos qualificados e orçamentários para que a demarcação e homologação sejam executadas conforme cronogramas estabelecidos, devem ser adotadas de modo célere, independentemente de ações e monitoramento por parte deste Tribunal, que voltará a reexaminar a situação em momento oportuno; e
1.6.1.2 o não cumprimento das metas do PNC 2021-2025 apresentado a este Tribunal, em virtude de limitadores relativos à falta de recursos humanos e/ou orçamentários, poderá ensejar a responsabilização dos gestores envolvidos em virtude de descumprimento do Acórdão 1.492/2019-Plenário.
1.6.2 enviar cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e à Controladoria Geral da União; e
1.6.3. retornar os autos à SecexAdministração, para o prosseguimento deste acompanhamento.

ACÓRDÃO Nº 2864/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, "a", 243, e 250, inciso I, do RITCU, c/c o art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.1.3 do Acórdão 2.104/2018-Plenário;
considerar parcialmente cumprida a determinação constante do subitem 9.1.2 do Acórdão 2.104/2018-Plenário; e
apensar, definitivamente, este processo ao TC 012.654/2018-3.

1. Processo TC-039.738/2018-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Fundação Universidade Federal do Amapá (34.868.257/0001-81)
1.2. Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica - SeinfraEle
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2865/2022 - TCU - Plenário

VISTA e relacionada esta representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão 14/2022 promovido pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Araguaia - Ministério da Saúde, cujo objeto foi a contratação de serviço de locação de embarcações equipadas com motores.
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os artigos 143, III, e 237, VII, do RITCU, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de medida cautelar, e, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-a, enviando cópias desta deliberação e da instrução que a fundamenta à representante e ao Distrito Sanitário Especial Indígena Araguaia - Ministério da Saúde, para ciência, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.924/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Abril Tour Viagens e Turismo Ltda
1.2. Unidade: Distrito Sanitário Especial Indígena Araguaia - Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog
1.6. Representação legal: Raiko Augusto Teixeira de Brito (43743/OAB-DF)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2866/2022 - TCU - Plenário

VISTA e relacionada esta representação, com pedido de medida cautelar, acerca do Contrato 98/2019, celebrado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que se refere à contratação de empresa gerenciadora de rede credenciada, para a aquisição de peças e acessórios, bem como a realização do serviço de manutenção e transporte por guincho.
Considerando que não foram identificadas irregularidades, nem o descumprimento de especificações técnicas previstas no Contrato 98/2019.
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os artigos 143, III, e 237, VII, do RITCU, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de medida cautelar, e, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-a, e em enviar de cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta à representante e ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.595/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog
1.6. Representação legal: Renner Silva Mulia (471087/OAB-SP)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2867/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao item 9.2 do Acórdão 609/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia, prolatado no TC 026.025/2021-3, em face de irregularidades relacionadas à dilapidação de bens e à invasão de faixas de domínio da Ferrovia Malha Sul concedidos à empresa Rumo S.A. para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga;
Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária às peças 45-47 após realização de diligências à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), dos quais constam as seguintes conclusões:
i) há maior disposição da concessionária para solucionar o prejuízo causado com o abandono e degradação de parte da Malha Sul no âmbito da negociação de eventual prorrogação antecipada, seja por meio do pagamento de indenização embutido na modelagem econômico-financeira da prorrogação, seja por meio de recuperação dos trechos ferroviários degradados;
ii) ao qualificar a prorrogação antecipada da Malha Sul no Programa de Parcerias de Investimentos, a União sinalizou interesse na prorrogação contratual, ao menos preliminarmente - interesse a ser confirmado por meio da observação da vantajosidade para a União e da avaliação da conveniência e oportunidade do projeto a ser apresentado pela concessionária; e
iii) o seguimento da TCE, neste momento, pode comprometer as negociações da prorrogação antecipada, fato este a ensejar o sobrestamento dos autos até o deslinde das tratativas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, V, "c", do Regimento Interno/TCU, em:
a) sobrestar os presentes autos, com base no art. 47 da Resolução TCU 259/2014, c/c art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 344/2022, até a deliberação por parte do Poder Concedente quanto à celebração ou não da prorrogação antecipada da Malha Sul, devendo a unidade técnica informar ao Ministro-Relator, em 6 meses, se as razões do sobrestamento persistem ou não;
b) orientar a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária para que:
b.1) autue processo de Acompanhamento tão logo o plano de negócios relativos à prorrogação antecipada da Malha Sul seja apresentado à Agência Nacional de Transportes Terrestres, a fim de acompanhar pari passu o andamento das negociações entre o Poder Concedente e a concessionária, dispensando atenção especial à definição da Base de Passivos e à indenização ou à recuperação dos trechos subutilizados, inoperantes e abandonados; e
b.2) apresente ao Ministro-Relator instrução do Acompanhamento autuado com base no item anterior, tão logo haja o deslinde da prorrogação antecipada da Malha Sul, manifestando-se especificamente quanto ao levantamento ou não do sobrestamento dos presentes autos.
1. Processo TC-006.261/2022-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2868/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de supostas irregularidades ocorridas na Secretaria Especial de Administração da Presidência da República e no Gabinete da Presidência da República, relacionadas à possível participação do Presidente da República em atos de campanha eleitoral em horário de expediente das repartições públicas do Poder Executivo Federal, em violação de princípios gerais da Administração Pública decorrente de desvio de finalidade da função pública em favor de interesses exclusivamente pessoais;
Considerando que a denúncia é embasada no possível fato de que o Presidente da República teria participado de eventos eleitorais em dias úteis, os quais não constaram de sua Agenda Oficial;
Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado às peças 13-14, por meio dos quais a unidade técnica deixa assente a ausência de competência do Tribunal de Contas da União para apurar os fatos deduzidos na inicial, por se referirem a uso irregular de recursos públicos em campanha eleitoral por parte do denunciado;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:
a) não conhecer da denúncia por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;
b) comunicar à denunciante a prolação do presente Acórdão;
c) encaminhar cópia integral do processo à Procuradoria-Geral Eleitoral para adoção das providências que entender pertinentes quanto aos fatos denunciados; e
d) arquivar o presente processo, com fundamento no parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno do TCU e no caput do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-018.930/2022-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Administração da Presidência da República (sa/sg).
1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2869/2022 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo de monitoramento das recomendações assinadas no Acórdão 1179/2022 - TCU - Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia, à Secretaria-Geral e à Secretaria Especial de Administração, ambas da Presidência da República, para análise e implementação, no prazo de 90 dias, de medidas concernentes a despesas com Cartões de Pagamento do Governo Federal;
Considerando o pedido de prorrogação de prazo (60 dias) apresentado pela Secretaria-Geral da Presidência da República à peça 13 (22/11/2022) para implementação da deliberação, o qual a Seproc propôs deferir (peça 16);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em conceder à Secretaria-Geral e à Secretaria Especial de Administração da Presidência da

República prazo adicional de 60 dias, contados de 22/11/2022, para implementação das medidas assinadas no Acórdão 1179/2022 - TCU - Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia.

1. Processo TC-010.809/2022-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Administração da Presidência da República (sa/sg); Secretaria-executiva da Secretaria-geral da Presidência da República.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2870/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, oferecida pela empresa Móveis Andrade Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda., a noticiar supostas irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 36/2022, conduzido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), cujo objeto é a aquisição de 314 camas hospitalares elétricas convencionais e 201 camas hospitalares elétricas com balanças, com valor estimado em R$ 15.394.321,78;

Considerando que, mediante autorização do Ministro-Relator, foi realizada oitiva prévia da EBSERH acerca dos seguintes tópicos:

i) suposta inabilitação indevida da representante do certame, embora tenha, possivelmente, apresentado os documentos descritos no item 8.1-g do Anexo K do Termo de Referência do Edital; e

ii) os manuais dos produtos trazidos pela representante (cama hospitalar com colchão) teriam sido desprezados pela pregoeira na análise técnica por ter, dentre outros fatos, suposta natureza declaratória, e, por conseguinte, descumprido o item 8.1-g do Anexo K do Termo de Referência do Edital, inabilitando-a do certame, apesar de os manuais das licitantes aceitas e habilitadas terem sido aceitos em situação similar;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 60-61, dos quais constam as seguintes conclusões:

i) não assiste razão à representante ao alegar que foi indevidamente inabilitada do PE 36/2022, na medida em que os manuais dos colchões e das camas elétricas hospitalares, bem como o registro junto à Anvisa e Inmetro, mostraram-se não fidedignos e não confiáveis, contrariando o disposto no item 8.1-g dos Itens 1 e 2 do Anexo K do TR e os princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório;

ii) os manuais apresentados pelas demais licitantes vieram acompanhados dos estudos técnicos e ensaios clínicos nos moldes exigidos, devidamente certificados junto à Anvisa (peças 50, p. 81; peça 51, p. 64; peça 52, p. 61 e 274-275; e peça 53, p. 93-96), atendendo às normas da ABNT NBR, do Inmetro e de organismos internacionais, diferenciando-se, portanto, dos apresentados pela representante; e

iii) mostra-se plausível a utilização da NPIAP (National Pressure Injury Advisory Panel - uma diretriz a nível internacional, que pode ser adotada pelos hospitais, com o intuito da melhoria da qualidade de tratamento de pacientes submetidos a terapia intensiva) nas exigências para a aquisição dos produtos médicos do Pregão Eletrônico 36/2022, uma vez que visa, como produto final, melhorar os resultados dos pacientes na prevenção e gerenciamento de lesões por pressão por meio de políticas públicas, pesquisa e educação;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante;

c) informar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e à representante a prolação do presente Acórdão; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-021.652/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: Móveis Andrade Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Dênerson Dias Rosa (54516/OAB-GO), representando Móveis Andrade - Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda; Everton Juliano da Silva (12.442/OAB-MS), Gilvania Saraiva Ribeiro (18.863/OAB-MA) e outros, representando Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2871/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, oferecida pela empresa Alutal Controles Industriais Ltda., a noticiar supostas irregularidades no Pregão 7003910511, conduzido pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cujo objeto é a aquisição de "Termopoço p.reator de processo - RECAP" (valor contratado: R$ 1.301.440,80);

Considerando que a representante alega a ocorrência da alteração de conteúdo da proposta de preços da licitante vencedora após realização de diligência pela promotora da licitação;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 16-17, nos quais restou evidenciado que a empresa contratada (Samrello Automação Industrial Ltda.), ao atender à solicitação da Comissão Técnica da Petrobras realizada em fase de diligência, sanou as falhas e lacunas observadas na sua proposta inicial, sem aumentar, contudo, o valor inicialmente proposto;

Considerando, ademais, que, quanto à alegação de não apresentação de teste de estanqueidade na proposta da empresa contratada, este será exigido ao final do processo de fabricação do bem, conforme descrito no item 3.17 do Anexo II, não consistindo em quesito de habilitação; e

Considerando, por fim, que a representante não logrou êxito em demonstrar razão legítima para intervir nos autos, nem a possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio;

. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante;

c) indeferir, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o pedido formulado pela representante para ser considerada parte interessada, autorizando-lhe, caso requeira, a concessão de cópia das peças não sigilosas dos presentes autos;

d) informar à estatal Petróleo Brasileiro S.A e à representante a prolação do presente Acórdão; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-030.127/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: Alutal Controles Industriais Ltda.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Guilherme Camargo Franciulli, representando Alutal Controles Industriais Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2872/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Bruno Luiz Luciani Bruno, a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 45/2022, do tipo Menor Preço Global, promovido pelo Município de Guarujá (SP), para contratação de empresa especializada na "prestação de serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino do Município de Guarujá", com recursos oriundos de "05 - Transferências e Convênios Federais Vinculados e Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica", no valor estimado de R$ 9.504.392,40;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto às peças 6-7, nos quais restou evidenciado que a fonte dos recursos que financiará a execução do contrato resultante do Pregão Eletrônico 45/2022 é oriunda totalmente da quota-parte do salário educação do município licitante;

Considerando que tais valores passam ao patrimônio da municipalidade depois de transferidos pela União, cabendo a competência de fiscalizar a aplicação desses recursos ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), não se submetendo, portanto, a matéria objeto deste processo à competência do TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta deliberação, da instrução da unidade técnica, bem como das peças 1 a 3 do processo ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), para que sejam adotadas as providências que entender necessárias;

c) comunicar à representante a prolação do presente Acórdão; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-030.500/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Município de Guarujá (SP).
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: Bruno Luiz Luciani Bruno (OAB/SP 377.170)
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2873/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e submetida a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, notadamente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, no âmbito do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

Considerando que, no caso concreto, não consta a informação de que o pagamento das parcelas incorporadas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 está amparado por ação judicial transitada em julgado, podendo ter sido incorporada por decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica instrutiva e do Ministério Público,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c com o artigo 259, inciso II, e na forma do artigo 143, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Romeu Macola Ferreira Mendes, negando-se o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º do Regimento Interno desta Corte de Contas;

b) dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP;

c) arquivar os presentes autos;

d) adotar as medidas constantes do item 1.7 adiante.

1. Processo TC-021.784/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Romeu Macola Ferreira Mendes (036.390.798-09).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

1.7.1.1 se a incorporação dos "quintos"/"décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a edição da Lei 9.624/1998 estiver amparada por decisão judicial transitada em julgado, o pagamento da rubrica poderá subsistir sem qualquer absorção, nos exatos termos da decisão do STF no âmbito do RE 638.115/CE;

1.7.1.2. se, entretanto, a vantagem dos "quintos/décimos" incorporados no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tiver sido contemplada por força de decisão judicial não passada em julgado ou mediante decisão administrativa, as parcelas deverão ser destacadas e transformadas em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme a decisão do STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, em qualquer das hipóteses, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 2874/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.303/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Patricia Varino Paschoalin (099.257.187-16).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2875/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.759/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ari Sergio de Oliveira Lemos (098.843.916-61); Renata de Freitas Mendes (084.785.556-25).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2876/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.789/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Azevedo Massulo (033.931.140-18); Roberta Centofante (014.165.160-18).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2877/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.972/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tatielle Gomes Rodrigues (042.247.195-09).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2878/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.992/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Victor da Mota Nascimento (031.150.092-75); Leandro Carlos Pereira Gomes (022.745.872-99).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2879/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.004/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Anadia Binda (726.133.869-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2880/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.038/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Heloisa Helena Souza Oliveira (081.888.446-08).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2881/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.043/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patrick de Castro Silva (064.968.866-01); Rinaldo Jose Fernandes Filho (399.937.148-01).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2882/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.166/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Gabrielle de Araujo Santos (107.185.034-22); Debora Tome de Sousa (057.071.053-79).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2883/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.187/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eliene Rodrigues Sousa (006.807.271-67); Linaya Costa Silveira (040.132.181-94).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2884/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.205/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joao Paulo Martins da Silva (463.946.458-42); Myke Willian Pizani Andre (433.968.338-80).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2885/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.285/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pedro Nicacio Souto (072.282.394-07).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2886/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.407/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renata Sarkis Alves Avila (084.905.617-96); Wallace Barbosa Costa (147.187.857-07).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2887/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.408/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eduardo de Oliveira Chaves (097.215.144-38).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2888/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.433/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Kelly Aparecida de Sousa Queiroz (030.930.386-93).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2889/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.438/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Filipe Marques Dias (117.466.986-16).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2890/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.446/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele Adriana Ferrari Crivellari (989.044.006-78); Scheila Cristina Ghisolfi Pedrini Rocio (082.643.037-65).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2891/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.649/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Karen Melo da Costa (017.185.154-48); Guilherme Marinho de Araujo Mendes (090.508.774-78).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2892/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.550/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Dalilia Lopes Barreira (399.311.101-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2893/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.639/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Elizabeth Luzia Santello Galiciani (002.012.401-57).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2894/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.660/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alfredo Antonio Rachel (006.342.801-63); Milvia Anna Tonissi Nasser (528.205.991-68); Olga Nunes da Silva (779.214.611-15); Waldomiro Soares Mendes (181.505.861-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2895/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.027/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carolina Pamplona Vargas (160.787.497-06); Deise Nunes Viana Quintes (010.178.507-04); Iraci Ferreira Clemente (647.436.087-91); Maria Elizabete de Oliveira (156.368.364-49); Monica Bezerra Pereira (379.181.844-91); Sergio Luiz Vidal Vargas (771.963.507-82).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2896/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.035/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Adevita Gomes de Almeida da Silva (615.579.941-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2897/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.060/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Deoclecia Valerio da Silva (237.780.831-04); Lindamar Lourenco (446.253.671-15); Marcia Agricia Goncalves Pedroso (708.818.041-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2898/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação encaminhada pela Procuradoria da República no Paraná a respeito de supostas irregularidades quanto à contratação de pessoal sem concurso público, fraudes em licitações, enriquecimento ilícito, nepotismo e assédio moral contra funcionários que teriam ocorrido no âmbito do Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região (CREF-PR).

Considerando que, após preliminar exame (peças 14-15 e 17-18), foram promovidas audiências (peças 19-20) do Sr. Antônio Eduardo Branco e da Sra. Mônica Jankovski, presidente e diretora-executiva do Cref/PR, respectivamente, quanto aos indícios de irregularidade envolvendo a contratação de pessoal sem concurso público, pagamento de diárias e nepotismo;

Considerando que, após exame meritório conduzido pela SecexAdministração, restou assente que os pagamentos de verbas indenizatórias à Sra. Mônica Jankovski (diárias, ajuda de custo e auxílio de representação), entre os anos de 2014 e 2015, foram regulares em sua maioria, podendo ser relevados demais pagamentos inquinados;

Considerando, por outro lado, os indícios de irregularidade envolvendo o pagamento de diárias de forma continuada em praticamente todos os dias dos exercícios de 2014 e 2015, cumulativamente com verba de representação e ajuda de custo ao ex-presidente do Conselho, Sr. Antônio Eduardo Branco;

Considerando, a este respeito, a existência do TC 029.513/2020-0, relatado pelo e. Ministro Weder de Oliveira, que cuida de Denúncia acerca do pagamento irregular de diárias ao ex-presidente do Conselho, Sr. Antônio Eduardo Branco, envolvendo o período de 2012 a 2021, sendo que, por meio do Acórdão 1.944/2022 - Plenário, aqueles autos foram convertidos em Tomada de Contas Especial com o objetivo de promover a citação do responsável em razão dos referidos pagamentos/recebimentos irregulares, com a consequente autuação do TC-027.936/2022-8;

Considerando que tais autos encontram-se em fase processual mais adiantada e envolvem período de maior abrangência (2012 a 2021), embora não inclua os valores relativos à verba de representação e ajuda de custo;

Considerando a ausência de prova quanto ao suposto vínculo de companheirismo entre a Sra. Mônica Jankovski e a autoridade nomeante, bem como a existência de sanção anteriormente aplicada ao Sr. Antônio Eduardo Branco em razão da nomeação irregular da Sra. Adriane Branco Antonello (Acórdão 7.520/2010-2ª Câmara), bem como a vedação ao bis in idem;

Considerando, quanto às nomeações dos Srs. Germano Geraldo Klein Neto, Marcelo Goras Sorato e Steeve Beloni Correa Dielle Dias e da Sra. Liliane de Fátima Casagrande Marcondes pelo Sr. Antônio Eduardo Branco, que se trata de cargos em comissão arrolados no Plano de Cargos e Salários do CREF/PR (peça 9, p. 411);

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 379-381,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235, caput, c/c o art. 237, inciso I, e parágrafo único do RI/TCU, sendo considerada parcialmente procedente;

b) acolher as razões de justificativa dos responsáveis sobre a regularidade da nomeação da Sra. Mônica Jankovski para o exercício de cargo em comissão no Cref/PR, em razão da ausência de comprovação do suposto vínculo de companheirismo entre a autoridade nomeante e a servidora;

c) acolher as razões de justificativa do Sr. Antônio Eduardo Branco sobre a nomeação irregular da Sra. Adriane Branco Antonello, considerando a vedação ao bis in idem, uma vez que o responsável já foi sancionado pelo Tribunal em razão dessa ocorrência por meio do Acórdão 7.520/2010-2ª Câmara (TC 012.815/2009-3);

d) autorizar, para fins de apreciação em conjunto, o apensamento dos presentes autos ao TC-027.936/2022-8, onde poderá ser realizado o levantamento dos valores indevidamente pagos a título de verba de representação e ajuda de custo cumulativamente com diárias ao ex-presidente do Cref9/PR, Antônio Eduardo Branco, no período de janeiro/2012 a maio/2016; e

e) dar ciência desta deliberação ao autor da Representação.

1. Processo TC-034.820/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 022.480/2019-6 (SOLICITAÇÃO); 001.945/2019-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Antônio Eduardo Branco (207.116.979-49); Monica Jankovski (053.576.669-62).
1.3. Interessado: Procuradoria da República/pr - Mpf/mpu (26.989.715/0023-18).
1.4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região (pr).
1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.8. Representação legal: Steeve Beloni Correa Dielle Dias (27079/OAB-PR), representando Antônio Eduardo Branco; Marcelo Augusto da Silva Fontes (34768/OAB-PR), representando Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região (pr).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.9.1. dar ciência ao Cref9/PR, com base no inciso I do art. 9º da Resolução TCU 315/2020, da necessidade de promover ajustes em seu Plano de Cargos e Salários a fim de se atender ao mandamento do concurso público para contratar empregados para prestar serviços de natureza permanente, com características de atividades rotineiras e finalísticas da entidade.

ACÓRDÃO Nº 2899/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, atuando como mandatária do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, contra a Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e Produção Ltda. (Coagep) e a Sra. Francimar Fernandes de Souza Zadra, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados à entidade por meio do Contrato de Repasse 0157901-04/2003, cujo objeto consistia na capacitação de agricultores familiares;

Considerando que Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE (peças 123 a 125) opinou pela irregularidade das contas das responsáveis, com condenação solidária ao pagamento do débito apurado (R$ 57.875,80) e reconheceu, acerca da multa, a incidência da prescrição da pretensão punitiva, uma vez que entre as datas da irregularidade sancionada (30/5/2006) e do ato que ordenou a citação (12/2/2020) transcorreram mais de dez anos, nos termos do Acórdão 1.441/2016 - Plenário (relator Min. Benjamin Zymler e redator Min. Walton Alencar);

Considerando que o Ministério Público/TCU, representado pela Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, manifestou-se pela ocorrência da prescrição das pretensões ressarcitória e punitiva, com base no art. 1.º, caput, da Lei n.º 9.873/1999, encerrando-se os autos nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU (peça 127);

Considerando que, após os aludidos pareceres emitidos nos autos, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, este Tribunal aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, no caso concreto, o termo a quo da prescrição deve ser a data em que as contas deveriam ser prestadas ao órgão competente para a sua análise inicial, com base no inciso I do art. 4º da referida Resolução, ou seja, 30/5/2006 (peças 21, p. 7; 22, p. 1), ante a ausência da prestação de contas final do ajuste;

Considerando o seguinte iter processual:

a) em 19/4/2007, recebimento do Ofício 667/2007/GIDUR/JP, dirigido à Sra. Francimar Fernandes de Souza, que solicita apresentação da prestação de contas final (peças 9 e 10);

b) em 10/12/2007, recebimento do Ofício 2338/2007/GIDUR/JP, dirigido ao Sr. Vicente Felix da Silva, que solicita apresentação da prestação de contas final (peça 40, p. 5);

c) em 13/5/2010, emissão do documento CE 1831/2010 Caixa/GIDUR-JP, que comunica internamente o não recebimento do REA (peça 15);

d) em 11/2/2011, concessão de novo prazo para complementação da prestação de contas (peça 14, p. 2);

e) em 24/5/2018, emissão do documento CE-Nº2094-GIGOVJP, que solicita complementação da prestação de contas (peça 16);

f) em 30/10/2018, emissão do relatório do tomador de contas especial (peça 40);

g) em 10/12/2018, emissão do relatório de auditoria pela CGU (peça 41);

h) em 18/12/2018, emissão do Certificado de Auditoria pela CGU (peça 42);

i) em 21/12/2018, emissão do Parecer do Dirigente da CGU (peça 43);

j) em 25/3/2019, autuação do processo de TCE no TCU;

k) em 12/2/2020, instrução preliminar com proposta de citação (peças 47-49);

l) em 16/11/2020, instrução preliminar com proposta de diligência (peças 87-89);

m) em 5/10/2021, instrução preliminar com nova proposta de citação (peças 102-104); e

n) em 16/5/2022, instrução de mérito (peças 123-125).

Considerando que os eventos processuais indicados nas alíneas "d" e "e" acima se deram em intervalo superior ao triênio previsto no art. 8º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, o que caracteriza a prescrição intercorrente, e, ainda, superior ao quinquênio indicado no art. 2º da norma precitada, incidindo também a prescrição principal; e

Considerando que devem ser reconhecidas as prescrições intercorrente e principal das pretensões ressarcitória e sancionatória do Tribunal, com o consequente arquivamento deste processo, nos termos do art. 11 da Resolução/TCU 344/2022.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2º, 8º, caput, e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em reconhecer as prescrições intercorrente e principal das pretensões punitiva e ressarcitória do Tribunal, arquivando estes autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação às responsáveis.

1. Processo TC-006.251/2019-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e Produção Ltda. (Coagep) (01.731.972/0001-19); e Francimar Fernandes de Sousa Zadra (479.163.384-91).
1.2. Entidade: Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e Produção Ltda. (Coagep).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Wigne Nadjare Vieira da Silva e Carmen Rachel Dantas Mayer (8.432/OAB-PB), representando Francimar Fernandes de Sousa Zadra; Wigne Nadjare Vieira da Silva (21890/OAB-PB) e Carmen Rachel Dantas Mayer (8432/OAB-PB), representando Cooperativa de Apoio As Organizacoes de Gestao e Producao Ltda. (Coagep).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2900/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social contra o Sr. Adilson Almeida do Nascimento, ex-prefeito de Mirangaba/BA, em face da não comprovação da regular aplicação dos recursos transferidos pela União ao município por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no exercício de 2012;

Considerando que Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE opinou pela irregularidade das contas do responsável, com sua condenação ao pagamento do débito apurado e aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 (peças 72 a 74);

Considerando que o Ministério Público, representado pelo Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico, manifestou-se de acordo com a proposta da unidade especializada (peça 75);

Considerando que após os aludidos pareceres emitidos nos autos, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, este Tribunal aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, no caso concreto, o termo a quo da prescrição deve ser a data da apresentação da prestação de contas final ao órgão competente para a sua análise inicial, com base no inciso II do art. 4º da referida Resolução, ou seja, 30/4/2013 (peça 31, p. 3);

Considerando o seguinte iter processual:

a) emissão de parecer, pelo Conselho do FNAS, desfavorável à aprovação da prestação de contas em 28/11/2013 (peça 5, p. 2);

b) Nota Técnica 2.616, de 1º/8/2014, do antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em que se decidiu notificar o ex-gestor e o Conselho do CNAS para fins de regularização da prestação de contas de 2012 (peça 6); essas notificações também se deram em 1º/8/2014 (peças 7 e 9);

c) Nota Técnica 1.347 (peça 11), de 19/12/2017, do então Ministério do Desenvolvimento Social (sucessor da Pasta Ministerial indicada na alínea precedente), determinando novamente a notificação do responsável (ex-prefeito) para apresentar documentos que evidenciassem o nexo causal entre as despesas e os valores debitados no extrato bancário; e

d) emissão de outros documentos: Notas Técnicas 234, de 15/2/2018 (peça 19), e 6.311, de 6/11/2018 (peça 22), além do Termo de Reprovação (das contas), de 29/11/2018 (peça 23).

Considerando que, no caso concreto, houve prescrição intercorrente, haja vista que entre a primeira notificação do ex-prefeito (1º/8/2014) e a emissão da Nota Técnica 1.347 (19/12/2017) houve hiato superior ao triênio previsto no art. 8º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, o que caracteriza a prescrição intercorrente; e

Considerando que deve ser reconhecida a prescrição intercorrente das pretensões ressarcitória e sancionatória do Tribunal, com o consequente arquivamento deste processo, nos termos do art. 11 da Resolução/TCU 344/2022.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 8º, caput, e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em reconhecer a prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória do Tribunal, arquivando estes autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável.

1. Processo TC-029.080/2020-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Adilson Almeida do Nascimento (353.690.195-68).
1.2. Entidade: Município de Mirangaba/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2901/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo antigo Ministério da Cultura - MinC contra o Instituto Brasil Leitor, a Sra. Ruth Machado Louzada Rocha e o Sr. William Nacked, ex-dirigentes da entidade, em face da não comprovação da regular aplicação de parte dos recursos captados por força do projeto cultural Pronac 92885;

Considerando que Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE opinou pela irregularidade das contas do Instituto Brasil Leitor e do Sr. William Nacked, com a condenação solidária desses responsáveis ao pagamento do débito apurado (R$ 269.698,71) e aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 (peças 103 a 105);

Considerando que o Ministério Público, representado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, manifestou-se de acordo com a proposta da unidade especializada (peça 106);

Considerando que, após os aludidos pareceres emitidos nos autos, este Tribunal, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, no caso concreto, o termo a quo da prescrição deve ser a data da apresentação da prestação de contas final ao órgão competente para a sua análise inicial, com base no inciso II do art. 4º da referida Resolução, ou seja, 17/07/2013 (peça 12);

Considerando que, após a oferta desses elementos probatórios, o MinC emitiu o Relatório de Execução 664/2013, em 26/11/2013 (peça 31), registrando o alcance do "objeto e objetivos" do projeto, e, somente em 3/10/2018, elaborou Parecer Financeiro com a proposta de devolução de R$ 269.698,71 (peça 32), e, ainda, posteriormente, aquela Pasta Ministerial expediu o Laudo Final sobre a Prestação de Contas, de 8/10/2018, sugerindo a não aprovação das contas (peça 33) e, por meio da Portaria (MinC) 669, de 23/10/2018 (peça 34), reprovou a prestação de contas, informando essa conclusão aos responsáveis mediante os "Comunicados de Reprovação Financeira" 58, 59, 60, todos de 24/12/2018 (peças 35, 36 e 37);

Considerando que, no caso concreto, houve prescrição intercorrente, haja vista que após a apresentação da prestação de contas em 17/07/2013 os eventos processuais posteriores, referentes à emissão do Relatório de Execução (26/11/2013) e ao Parecer Financeiro do MinC (3/10/2018), se deram em intervalo superior ao triênio previsto no art. 8º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, o que caracteriza a prescrição intercorrente; e

Considerando que deve ser reconhecida a prescrição intercorrente das pretensões ressarcitória e sancionatória do Tribunal, com o consequente arquivamento deste processo, nos termos do art. 11 da Resolução/TCU 344/2022.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 8º, caput, e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em reconhecer a prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória do Tribunal, arquivando estes autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-033.531/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Instituto Brasil Leitor (03.982.591/0001-38); Ruth Machado Louzada Rocha (875.188.218-34); e William Nacked (469.361.308-87).
1.2. Órgão: Secretaria Especial da Cultura.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Belisário dos Santos Júnior (24726/OAB-SP), Juliana Vieira dos Santos (183.122/OAB-SP) e outros, representando Ruth Machado Louzada Rocha; Claudia Trief Roitman (305977/OAB-SP), representando Instituto Brasil Leitor.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2902/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR contra o Sr. Antônio Eliud Sousa de Castro, ex-prefeito de Conde/BA, em face da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União àquela municipalidade, por meio do Termo de Compromisso 56/2009, cujo objeto consistia na recuperação de pavimentação de estradas vicinais;

Considerando que Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE (peças 65 a 67) opinou pela irregularidade das contas do responsável, com condenação ao pagamento do débito apurado (R$ 352.478,64) e reconheceu, acerca da multa, a incidência da prescrição da pretensão punitiva, uma vez que entre as datas da irregularidade sancionada (14/2/2010) e do ato que ordenou a citação (11/4/2022) transcorreram mais de dez anos, nos termos do Acórdão 1.441/2016 - Plenário (relator Min. Benjamin Zymler, redator Min. Walton Alencar);

Considerando que o Ministério Público, representado pelo Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin, manifestou-se de acordo com a proposta da unidade especializada (peça 68);

Considerando que, após a proposta de mérito da unidade técnica, este Tribunal, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, no caso concreto, o termo a quo da prescrição deve ser a data da apresentação da prestação de contas final ao órgão competente para a sua análise inicial, com base no inciso II do art. 4º da referida Resolução, ou seja, 30/4/2010 (peça 6);

Considerando o seguinte iter processual:

a) Relatório de Inspeção 15/2010 do antigo Ministério da Integração Nacional, de 8/3/2010, indicando 70% das metas físicas executadas (peça 17, p. 1 a 5);

b) Relatório de Inspeção 6/2012 (do mesmo órgão mencionado na alínea "a"), de 12/3/2012, com registro de execução parcial (de 67,48%) do objeto (peça 17, p. 6 a 27);

c) Parecer Técnico 34/2019, de 24/4/2019, do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, sugerindo a glosa de R$ 352.478,64 (peça 18);

d) Parecer Financeiro 246/2019, do MDR, com proposta de instauração de TCE no valor de R$ 352.478,64, assinado eletronicamente por servidores daquela pasta ministerial nas datas de 21, 22 e 24/10/2019 (peça 33);

e) autorização para instaurar Tomada de Contas Especial dada por dirigente do MDR em 24/10/2019 (peça 34);

f) Relatório de TCE 13/2020, de 16/3/2020, em que se concluiu pelo prejuízo de R$ 352.478,64, imputando responsabilidade pelo dano ao Sr. Antonio Eliud Sousa de Castro, ex-prefeito de Conde/BA (peça 41); e

g) Relatório da Controladoria-Geral da União 494/2020, de 4/9/2020, concordando com o tomador de contas (peça 44);

Considerando que os eventos processuais indicados nas alíneas "b" e "c" acima se deram em intervalo superior ao triênio previsto no art. 8º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, o que caracteriza a prescrição intercorrente, e, ainda, superior ao quinquênio indicado no art. 2º da norma precitada, incidindo também a prescrição principal;

Considerando que devem ser reconhecidas as prescrições intercorrente e principal das pretensões ressarcitória e sancionatória do Tribunal, com o consequente arquivamento deste processo, nos termos do art. 11 da Resolução/TCU 344/2022.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2º, 8º, caput, e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em reconhecer as prescrições intercorrente e principal das pretensões punitiva e ressarcitória do Tribunal, arquivando estes autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável.

1. Processo TC-033.561/2020-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Antônio Eliud Sousa de Castro (561.922.405-82).
1.2. Entidade: Município de Conde/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2903/2022 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em nome dos responsáveis Anna Christina Kubitschek Barbara Pereira, presidente da entidade convenente, e Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek, devido a não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 854/2007 (Siafi 622694), firmado entre o aludido órgão ministerial e a referida sociedade civil, para a realização da "Cerimônia de inauguração da exposição do espaço Cultural do Museu JK";

Considerando que a Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas (SecexTCE), após examinar a matéria destes autos, concluiu por considerar insuficientes as alegações de defesa apresentadas de forma conjunta pelos responsáveis para sanar integralmente a irregularidade consistente na não comprovação parcial da execução financeira do objeto do convênio, sobretudo pela falta de documentação capaz de demonstrar o nexo de causalidade entre o valor do dano apurado de R$ 61.539,30 (sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e trinta centavos) e as despesas incorridas;

Considerando que a unidade técnica constatou a incidência da prescrição decenal da pretensão punitiva do TCU, com base nas disposições do Acórdão 1.441/2016 - Plenário (relator Benjamin Zymler e redator Ministro Walton Alencar Rodrigues), então vigente à época da instrução de mérito daquela unidade técnica (peça 141) e, com base na Lei 9.873/1999, indicou não ter ocorrido a prescrição das pretensões ressarcitória e punitiva no caso destes autos;

Considerando a proposta da SecexTCE no sentido da irregularidade das contas dos responsáveis, com base no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, com a condenação solidária ao pagamento do débito apurado no valor de R$ 61.539,30 (sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e trinta centavos), data de referência de 25/6/2008, abatida a quantia já ressarcida, em 7/4/2009, de R$ 324,76 (trezentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos), peça 141;

Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao TCU pelo arquivamento destes autos devido a ocorrência da prescrição quinquenal com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da Lei 9.873/1999, eis que se verificou o transcurso de período superior a cinco anos entre os atos de apuração de 28/3/2011 e 25/11/2016 (peças 14 e 58) na fase interna da Tomada de Contas Especial (peça 144);

Considerando que, após a proposta de mérito da unidade técnica, o Tribunal, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, nos termos do art. 4º, inciso II, da Resolução/TCU 344/2022, o prazo de prescrição será contado da data da apresentação da prestação de contas ao órgão competente para a sua análise inicial, ou seja, a partir de 7/3/2009 no presente caso;

Considerando, entre outros, os seguintes eventos processuais interruptivos da prescrição: a) 26/3/2009 (notificação, peça 11);

b) 30/9/2010 (nota técnica de análise, peça 16);

c) 6/1/2011 (nota técnica de reanálise, peça 15);

d) 28/3/2011 (recurso administrativo, peça 14);

e) 25/11/2016 (registro da inadimplência e autorização para instaurar TCE, peça 58);
f) 5/11/2018 (parecer financeiro, peça 64);
g) 7/1/2019 (recurso administrativo, peça 70);
h) 24/8/2020 (Relatório de TCE, peça 84);
i) 11/12/2020 (Relatório de auditoria, peça 87);
j) 30/12/2020 (autuação no TCU, capa);
k) 16 e 17/12/2021 (instrução, peças 94 a 96); e
l) 17 e 21/6/2022 (peças 141 a 143);

Considerando que os eventos processuais indicados nas alíneas "d" e "e" acima se deram em intervalo superior ao triênio previsto no art. 8º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, configurando a prescrição intercorrente, e, ainda, superior ao quinquênio indicado no art. 2º da norma precitada, incidindo também a prescrição principal;

Considerando que deve ser reconhecida a prescrição intercorrente e principal das pretensões ressarcitória e punitiva do TCU, com o consequente arquivamento deste processo, nos termos do art. 11 da Resolução/TCU 344/2022.

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2º, 8º, caput, e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em reconhecer a incidência da prescrição intercorrente e principal das pretensões ressarcitória e punitiva do TCU e em arquivar estes autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis:

1. Processo TC-047.776/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Anna Christina Kubitschek Barbara Pereira (013.756.817-70); Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek (00.608.893/0001-52).
1.2. Entidade: Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitscheck.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Lise Reis Batista de Albuquerque (25998/OAB-DF), representando Anna Christina Kubitschek Barbara Pereira; Lise Reis Batista de Albuquerque (25998/OAB-DF), representando Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2904/2022 - TCU - Plenário

Considerando "as explicações apresentadas pelo pregoeiro no julgamento do recurso da representante, conclui-se que não se provam as alegações de que, o pregoeiro não teria realizado diligência para comprovar se a empresa Allasca Comércio Ltda. seria uma "empresa fictícia", sem aparelhamento físico e técnico; e que na data da abertura do certame a empresa Allasca teria incorrido em tentativa de fraude, com intenção de burla à punição aplicada em outra empresa, a Alfaiataria São Lucas do Gesa Ltda.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 29), à firma representante e à Escola de Sargentos de Logística.

1. Processo TC-029.467/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Brasil Distribuidora de Materiais e Serviços Eireli (08.223.023/0001-77).
1.2. Órgão/Entidade: Escola de Sargentos de Logística - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Gilberto de Oliveira Rodrigues (OAB-RJ 197.915), representando Brasil Distribuidora de Materiais e Serviços Eireli.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 12 horas e 20 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado, a ser realizada a seguir, e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Secretária do Plenário

Aprovada em 15 de dezembro de 2022.

BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
no exercício da Presidência

ATA Nº 48, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Walton Alencar Rodrigues e Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 9 horas e 35 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira, foram convidados para compor a mesa de honra a Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Cristina Machado da Costa e Silva; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti; o Governador do Estado da Bahia, Rui Costa; Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes; o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, Presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco.

A Presidência informou que a sessão se destina à posse dos Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo, eleitos na sessão de 7 de dezembro corrente, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União para o ano civil de 2023.

Em seguida, agradeceu, em nome do Tribunal, a presença de todas as autoridades nesta Sessão Solene, cuja relação consta do Anexo I desta Ata.

Após o hino nacional, executado pela banda de música do Batalhão da Guarda Presidencial, os Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo prestaram o compromisso regimental: "Prometo desempenhar com independência e exação os deveres do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal e as leis do País."

Lido o termo de posse e nele colhidas as assinaturas do decano, Ministro Walton Alencar Rodrigues, e dos Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo, a Presidência declarou-os empossados nos cargos de Presidente e de Vice-Presidente do TCU, para exercício a partir do dia 1º de janeiro de 2023.

O Ministro Walton Alencar Rodrigues transferiu o Grande-Colar de Chanceler da Ordem do Mérito do Tribunal de Contas da União, símbolo da Presidência do Tribunal, ao Ministro Bruno Dantas, que assumiu a Presidência da solenidade.

Usaram da palavra, sucessivamente, o Ministro Antonio Anastasia, a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva e o Ministro Bruno Dantas (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata).

Na sequência, o Ministro Walton Alencar Rodrigues procedeu a entrega de placas comemorativas em alusão às posses dos Ministros Jorge Oliveira e Antonio Anastasia no cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, que não puderam ser comemoradas porque ocorreram durante a pandemia.

Por fim, às 11 horas e 10 minutos, a Presidência agradeceu a todos que prestigiaram a solenidade com suas presenças e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Secretária das Sessões

Aprovada em 15 de dezembro de 2022

BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
no exercício da Presidência

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 2.987, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, tendo em vista o processo SEI Nº 32267/2022, resolve:

Art. 1º Transformar o Cargo em Comissão abaixo relacionado, conforme quadro a seguir:

item	código CJ	origem (nível, descrição e localização CJ)	destino (nível, descrição e localização CJ)
1	6864	CJ-01 da Secretaria-Geral da Corregedoria - SGC	CJ-01 de Coordenador do Centro Especializado de Atenção às Vítimas - CEAV

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

PORTARIA GPR Nº 2.992, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no valor de R$ 500.000,00

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, combinado com o art. 4º da Lei 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º - Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

ANEXO

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal									
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias						
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								250.000
	Atividades								

0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	02 061							250.000
0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	02 061							250.000
			F	4-INV	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000
ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude									
ANEXO I			Outras Alterações Orçamentárias						
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								250.000
	Atividades								
0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	02 061							250.000
0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	02 061							250.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000
ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal									
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias						
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								250.000
	Atividades								
0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	02 061							250.000
0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	02 061							250.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000
ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude									
ANEXO II			Outras Alterações Orçamentárias						
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00								
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								250.000
	Atividades								
0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	02 061							250.000
0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	02 061							250.000
			F	4-INV	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 743, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o pagamento de auxílio de representação, jeton e diárias, além da composição do respectivo processo de despesa no âmbito do Conselho Federal de Farmácia, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no uso de suas atribuições legais e regimentais previstas na Lei Federal nº 3.820/60;

Considerando que é atribuição do Conselho Federal de Farmácia expedir resoluções para eficiência da Lei Federal nº 3.820/60, nos termos do artigo 6º, alínea "g";

Considerando que as funções públicas da Lei Federal nº 3.820/60 são investidas por meio de escrutínio direto, sendo gratuitas e honoríficas;

Considerando a Lei Federal nº 11.000/04, que confere autonomia aos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas para regulamentação e fixação de verbas referente a diárias, jetons e auxílio de representação daqueles que exercem funções nos quadros da autarquia;

Considerando que o Conselho Federal de Farmácia, no âmbito de sua área específica de atuação e, como Conselho de Profissão Regulamentada, exerce atividade típica do Estado, nos termos dos artigos 5º, inciso XIII; 21, inciso XXIV e 22, inciso XVI, todos da Constituição Federal;

Considerando que o Conselho Federal de Farmácia é uma autarquia federal especial, sem vínculos com a União e o seu orçamento não é sujeito à supervisão ministerial, conforme os termos do Decreto-Lei nº 968/69, não integrando a Administração Pública Federal;

Considerando que compete ao Conselho Federal de Farmácia estabelecer normas para garantir a unidade de ação dos Conselhos Regionais de Farmácia do país;

Considerando os princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência que obrigam os entes administrativos e definem procedimentos de gestão àqueles que detêm a guarda de dinheiros públicos;

Considerando os termos do Acórdão nº 1.925/2019-TCU/Plenário, parcialmente reformulado pelo Acórdão nº 1.237/2022-TCU/Plenário, proferidos no TC-036.608/2016-5, que deram publicidade ao Relatório de Fiscalização Orientativa Centralizada - FOC, que, dentre outros temas, tratou do regramento incidente sobre a concessão de verbas indenizatórias no âmbito dos conselhos de fiscalização profissional, resolve:

Art. 1º. É garantido aos detentores das funções públicas gratuitas da Lei Federal nº 3.820/60 a percepção de auxílio representação, diárias e jetons, pagos na forma prevista nesta resolução.

Art. 2º. A percepção de auxílio representação, diárias e jetons não configura salário ou subsídio, posto que se refere ao exercício de função pública administrativa gratuita, adstrita ao mandato previsto na Lei Federal nº 3.820/60, devendo-se observar a imunidade, isenção ou a necessidade de descontos tributários e previdenciários devidos, conforme a legislação específica.

DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 3º. É garantido o auxílio de representação aos diretores do Conselho Federal de Farmácia, tratando-se de uma modalidade de indenização indelegável e utilizada para cobrir despesas com alimentação e deslocamento urbano além do que é coberto pela diária, e desde que decorrentes das atividades externas de representação institucional, com terceiros, em eventos ou atos públicos de cunho

farmacêutico, tais como reuniões com autoridades públicas, entidades farmacêuticas e de cunho profissional ou técnico-científico.

§ 1º. É vedada a utilização do auxílio de representação:

a) sem qualquer relação direta ao exercício do mandato;

b) para divulgação de cunho particular ou eleitoral;

c) para custeio de despesas institucionais tais como reuniões plenárias, gerais e a entrega do mérito farmacêutico;

d) para aquisição de bens permanentes e de serviços de cunho particular.

§ 2º. As despesas com o auxílio de representação não podem ultrapassar o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) da diária, e apenas serão ressarcidas mediante regular e idônea comprovação.

Art. 4º. O auxílio representação é atinente ao exercício da função pública gratuita de dirigente do Conselho Federal e Regional de Farmácia, não configurando vínculo empregatício, tampouco verba salarial, subsídio ou vencimento, sendo medida administrativa aplicável ao exercício do mandato da função pública gratuita administrativa, posto que seu direito emerge da investidura em escrutínio conforme previsto nas Leis Federais nº 3.820/60 e nº 11.000/04.

DA CONCESSÃO DE JETON

Art. 5º. É garantido ao investido nas funções públicas gratuitas da Lei Federal nº 3.820/60, quando do comparecimento à Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária, a percepção de jeton no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) por sessão administrativa e desde que, obrigatoriamente, de cunho deliberativo/decisório.

Parágrafo único. À Diretoria aplica-se o disposto no caput deste artigo por reunião em que haja ato deliberativo/decisório, devidamente lavrado em ata.

Art. 6º. O jeton é atinente ao exercício da função pública gratuita de mandato de dirigente ou conselheiro do Conselho Federal e Regional de Farmácia, não configurando vínculo empregatício, tampouco verba salarial, subsídio ou vencimento, sendo medida administrativa aplicável ao exercício do mandato da função pública gratuita administrativa, posto que seu direito emerge da investidura em escrutínio conforme previsto nas Leis Federais nº 3.820/60 e nº 11.000/04.

Art. 7º. Deverá ser juntado ao processo de pagamento de jeton a lista de participação dos beneficiários, contendo identificação e assinatura, bem como ata, extrato ou certidão declaratória, da reunião de caráter obrigatoriamente deliberativo/decisório.

Parágrafo único. Caso necessário, serão excluídos da referida ata, extrato ou certidão, mediante a supressão/ocultação de caracteres ou mediante declaração com a inclusão da inscrição "SIGILOSO", somente àqueles assuntos de natureza restrita aos seus participantes ou assim definidas por lei.

DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Art. 8º. Aos ocupantes de funções públicas da Lei Federal nº 3.820/60, bem como aos empregados, assessores e convidados, quando se deslocarem além do local em que tenham exercício ou trabalho para outro ponto do território, farão jus à percepção de diárias para cobrir despesas de hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º. Aos Diretores e Conselheiros Federais serão pagas diárias no âmbito da jurisdição do Conselho Federal de Farmácia no valor de R$ 853,15 (oitocentos e cinquenta e três reais e quinze centavos).

§ 2º. Aos empregados, assessores e convidados, desde que convocados para exercer atividade inerente às finalidades do Conselho Federal de Farmácia, é garantida a percepção de diária no valor de 80% (oitenta por cento) do estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º. No caso de empregado ou assessor ser convocado para acompanhar ou assessorar Diretor ou Conselheiro Federal, fará jus à totalidade da verba mencionada no § 1º deste artigo.

§ 4º. As diárias referentes ao afastamento do beneficiário da sede do serviço ou cidade de origem que tenham início na sexta-feira, sábado, domingo ou feriado, serão expressamente motivadas pela autoridade convocante, configurando a autorização de pagamento pelo ordenador a aceitação da justificativa.

§ 5º. O conselheiro suplente de mandato eletivo no Conselho Federal de Farmácia percebe idêntica remuneração do § 1º deste artigo.

§ 6º. Serão de inteira responsabilidade do beneficiário as eventuais alterações de percurso ou de datas e horários de deslocamento, quando não autorizados ou determinados pela Diretoria.

Art. 9º. É garantida a percepção de diárias para desempenho de atividades no exterior no valor de US$ 853,15 (oitocentos e cinquenta e três dólares e quinze centavos norte-americanos).

§ 1º. Para fins de conversão será considerada a cotação do câmbio turismo de venda, divulgado pelo Banco Central, da data de emissão dos bilhetes aéreos.

§ 2º. É pressuposto para realização de despesas com diárias para deslocamento internacional a autorização do Plenário conforme previsto no inciso VIII, do artigo 14, da Resolução/CFF nº 483/08 ou norma que venha substituí-la, anexando-se ao processo de despesa a cópia da ata que registra a autorização para a respectiva execução.

Art. 10. As diárias são devidas:

I - por estrita necessidade de serviço;

II - para participação em congresso ou evento similar, visando à apresentação de trabalho de caráter técnico ou científico;

III - para participação de treinamento inerente à função;

IV - por convocação para prestar depoimento fora da sede de serviço ou cidade de origem no desempenho de missão confiada pela autarquia convocante, seja na condição de testemunha, denunciado ou indiciado em processo judicial ou administrativo de sindicância ou disciplinar;

V - como membro de comissão ou grupo de trabalho instituído pelo Conselho Federal de Farmácia;

VI - para realização de trabalho ou procedimento inerente às funções exercidas no âmbito do órgão autárquico.

Art. 11. As diárias serão concedidas por dia de afastamento, incluindo-se o de partida e o de chegada.

§ 1º. Nos casos em que, comprovadamente, durante o deslocamento se exigir pernoite na data de seu término, computar-se-á a data de efetiva chegada ao destino ou ao domicílio como data limite para o cálculo do período de deslocamento.

§ 2º. Sempre que houver prorrogação de prazo de afastamento autorizado pela Diretoria, o beneficiário fará jus as diárias correspondentes ao período excedente, observados os requisitos da concessão inicial.

§ 3º. O beneficiário fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

I - quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede, exceto a hipótese prevista no § 1º;

II - no dia de retorno à sede;

III - quando for custeado por terceiros as despesas de pousada ou ficar hospedado em imóvel pertencente ou mantido pelo órgão autárquico.

§ 4º. Não se fará jus à diária nos seguintes casos:

I - nos deslocamentos realizados no âmbito da mesma Região Metropolitana, devidamente instituída ou dentro da mesma Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE);

II - nos deslocamentos realizados para fora da Regional Metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), com destino inferior a 100 Km (cem quilômetros) da sede da autarquia ou do local de realização do serviço.

Art. 12. Também será concedido ao beneficiário do artigo anterior, o adicional destinado a cobrir despesas de deslocamento da residência até o local de embarque e vice-versa, no percentual equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor de uma diária.

Art. 13. O convocado que optar pela utilização de meio próprio de locomoção, poderá ser ressarcido de acordo com as seguintes sistemáticas:

I - correspondente à proporção de 8 km/l (oito quilômetros por litro de combustível) pela distância rodoviária percorrida entre a cidade domicílio e a cidade destino e o seu retorno, em que a distância entres elas será definida com base em informações prestadas por Órgãos Oficiais, como DNER e DER Estaduais, bem como por publicações especializadas, cabendo à Coordenação de Orçamento e Finanças estabelecer um banco de dados com essas informações;

II - para efeito de cálculo, será utilizado o menor valor por litro, registrado nos Cupons Fiscais apresentados, sendo que, ao menos um deles deverá ser emitido na localidade de destino;

III - no caso da existência de pedágios, balsas e outras despesas ordinárias afetas ao percurso, estas também serão passíveis de ressarcimento, desde que devidamente comprovadas;

IV - a comprovação das despesas realizadas será por meio da apresentação do(s) respectivo(s) Cupom(ns) Fiscal(is) emitido(s) no período do deslocamento, contendo data, quantidade e identificação do combustível e total desembolsado, aplicando-se, no que couber, na ocorrência de outras despesas, tais como pedágio, balsas e outras;

V - a opção de uso de veículo próprio para serviços externos é de total responsabilidade do convocado pela Autarquia, inclusive quanto a possíveis despesas com gastos extras, seguros e eventuais acidentes ou avarias no percurso.

§ 1º. O valor do ressarcimento de que tratam os incisos I e II fica limitado ao menor valor cotado previamente da passagem aérea, fluvial ou terrestre que poderia ter sido utilizada individualmente no mesmo trecho.

§ 2º. Aos optantes desta modalidade não se aplica o disposto no artigo 12 desta resolução.

Art. 14. Ao convocado pelo Conselho de Farmácia residente na mesma localidade na qual serão realizadas reuniões plenárias ou qualquer outro evento, desde que atinente a atividade da entidade, poderá ser concedida ajuda de custo, a ser fixado pelo Plenário, equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor de uma diária, por cada dia de convocação, para fins de compensação com gastos de deslocamento e alimentação, desde que devidamente comprovada a participação.

Art. 15. Recebida a diária e não ocorrendo o correspondente deslocamento ou que não corresponda ao período efetivo de deslocamento, o beneficiário terá o prazo de 5 (cinco) dias após o retorno a sede para providenciar a obrigatória devolução do valor pago a maior e, no caso de pagamento a menor, após sua comprovação e autorização da Diretoria, será providenciado o devido complemento.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 16. Na composição dos processos de despesas referentes ao pagamento de auxílio representação, jetons e diárias, deverão ser obrigatoriamente observadas as regras desta resolução, para sua adequada instrução.

JETONS

Art. 17. Ao processo de despesa de pagamento de jetons, deverão ser juntadas à relação de presença dos participantes da reunião, seja ela Plenária ou de Diretoria, bem como a ata, extrato ou certidão de registros dos assuntos tratados e das decisões tomadas.

Parágrafo único. A relação de presença mencionada no caput do artigo deverá estar composta, obrigatoriamente, da identificação do participante e de sua assinatura.

AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 18. Ao processo de despesa de pagamento do auxílio de representação deverá ser juntada, além do documento que justifique sua ocorrência, todo aquele que comprove sua realização, mediante a emissão da respectiva nota fiscal, identificação do adquirente e data da ocorrência, sem rasuras, borrões ou emendas.

Art. 19. Não será liberado auxílio de representação, sem que o processo de despesa anterior esteja com sua formalização completa, conforme disposto no artigo anterior.

Art. 20. No caso do pagamento de auxilio de representação por ocasião de despesa efetuada no exterior, deverá ser juntada ao processo de despesa, além dos documentos mencionados no artigo 18, a cópia da Ata de Plenária que aprovou o deslocamento.

DIÁRIAS

Art. 21. O "Relatório de Viagem", conforme disposto no Anexo I desta resolução, deverá ser entregue preenchido à Coordenação de Orçamento e Finanças até o 5º (quinto) dia útil após o encerramento do deslocamento, com todos os documentos que justifiquem o deslocamento, tais como:

a) quando o transporte for subsidiado pelo Conselho Federal de Farmácia, se terrestre, o comprovante da passagem, se aéreo, o "check-in" (cartão de embarque) ou, ainda, quando for utilizado meio de transporte antes não mencionado, os comprovantes que a ele se relacionam;

b) quando o deslocamento se der para participação em congressos, seminários, conferências ou outros eventos similares, o folder do evento e cópia do certificado de participação;

c) quando para participação ou realização de reuniões, documento convocatório ou que promova sua realização ou, ainda, convocação recebida para participação e lista de presença, contendo identificação do participante e assinatura;

d) quando se referir a trabalho desenvolvido pelas comissões permanentes e temporárias do Conselho Federal de Farmácia, a relação dos participantes contendo identificação e assinatura;

e) quando adotado o disposto no artigo 13, além dos documentos acima mencionados, deverá ser juntada também cópia da nota fiscal relativa à hospedagem ou qualquer outro documento que comprove a permanência no local de destino e o período de permanência como forma de comprovar o efetivo deslocamento;

f) não sendo possível cumprir a exigência da devolução do comprovante do cartão de embarque ou comprovante da passagem de que trata a letra "a", por motivo justificado, a comprovação da viagem poderá ser feita por declaração de utilização da passagem emitida pela empresa aérea.

Art. 22. O Relatório de Viagem, juntamente com seus comprovantes, serão remetidos à Coordenação de Orçamento e Finanças que procederá ao controle do pagamento de diárias e utilização das passagens aéreas, com posterior juntada dos documentos comprobatórios ao correspondente processo de despesa de concessão de diárias.

Parágrafo único. A Coordenação de Orçamento e Finanças deverá informar a Diretoria do Conselho Federal de Farmácia, por meio de relatório mensal, a ocorrência de inadequação quanto ao prazo de deslocamento, quantidade de diárias concedidas e composição dos documentos necessários à sua comprovação, conforme disposto nesta resolução.

Art. 23. A liberação de diárias e passagens fica condicionada à regularização de pendências anteriores, atendendo aos dispositivos contidos nesta resolução.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade da autoridade que autorizar a concessão de diárias e passagens, na hipótese de flexibilização ao disposto no caput deste artigo.

Art. 24. A autorização e liberação de diárias e passagens no âmbito do Conselho Federal de Farmácia se darão conforme a forma regimental.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Devem ser restituídas pelo beneficiário, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do encerramento do deslocamento, as diárias nacionais ou internacionais recebidas em excesso.

§ 1º. Serão restituídas, também, em sua totalidade, no prazo estabelecido no caput deste artigo, as diárias e o adicional de embarque e desembarque recebidos, jeton ou auxílio de representação na hipótese de, por qualquer circunstância, não ocorrer o deslocamento ou evento para o fim a que se destina.

§ 2º. A restituição deverá ser efetivada por meio de depósito bancário ou transferência eletrônica, para conta bancária do Conselho Federal de Farmácia, devendo o comprovante de recolhimento ser anexado aos documentos comprobatórios da viagem.

§ 3º. Não ocorrendo a restituição do recurso recebido no prazo estabelecido no caput deste artigo, seja ela por excesso de diárias recebidas, pela não efetivação do deslocamento ou não realização do evento, a Diretoria, de posse do controle

exercido pela Coordenação de Orçamento e Finanças, encaminhará à Coordenação de Consultoria Jurídica para providências de expedição de notificação administrativa no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 4º. Não ocorrendo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a comunicação e a devolução dos valores devidos, será efetivada a devida cobrança judicial, concomitante ao necessário registro contábil do devedor e demais medidas administrativas e judiciais aplicáveis à espécie.

Art. 26. O valor dos Jetons, Diárias e Auxílio de Representação poderá ser revisado por iniciativa da Diretoria do Conselho Federal de Farmácia ou por solicitação do seu Plenário, aplicando-se o mesmo índice de correção das anuidades cobradas pelos Conselhos de Farmácia, com base no percentual acumulado desde a sua última correção.

Parágrafo único. A ocorrência do disposto no caput deverá ser condicionada à comprovação da insuficiência dos valores em vigência.

Art. 27. Os Conselhos Regionais de Farmácia deverão regulamentar, no âmbito de sua jurisdição administrativa, os valores referentes às verbas dispostas nesta resolução, obedecendo, obrigatoriamente, aos seguintes comandos:

I - estarem inseridas no Orçamento Programa a ser executado;

II - a fixação dos valores deverá ser respaldada por estudo financeiro que justifique sua adoção, pautado, obrigatoriamente, pela razoabilidade e pelo equilíbrio/responsabilidade financeira;

III - sempre que forem processadas quaisquer alterações de metodologia e/ou valores, o novo regramento deverá ser submetido a avaliação da Coordenação de Auditoria e homologação do Plenário do Conselho Federal;

IV - após homologação do Plenário do Conselho Federal de Farmácia, a respectiva Deliberação deverá ser publicada pelo CRF em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, bem como disponibilizada no Portal da Transparência e Prestação de Contas.

Art. 28 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções/CFF nº 598/2014, (publicada no DOU de 10/6/2014, Seção 1, página 85), nº 629/2016 (publicada no DOU de 11/10/2016, Seção 1, página 206) e nº 646/2017 (publicada no DOU de 4/8/2017, Seção 1, páginas 326/327).

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ANEXO I

RELATÓRIO DE VIAGEM	
IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO	
NOME:	
CARGO/FUNÇÃO:	CPF Nº:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
CEP:	FONE:
INFORMAÇÕES SOBRE O DESLOCAMENTO	
PERÍODO DE DESLOCAMENTO:	
Nº DE DIÁRIAS:	VALOR RECEBIDO:
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E/OU IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO:	
INFORMAÇÕES SOBRE O TRANSPORTE	
DESLOCAMENTO INICIAL	
EMPRESA:	VOO:
ORIGEM:	DESTINO:
HORA DE SAÍDA:	HORA DE CHEGADA:
DESLOCAMENTO DE RETORNO	
EMPRESA:	VOO:
ORIGEM:	DESTINO:
HORA DE SAÍDA:	HORA DE CHEGADA:
DATA:	ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO:

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000711.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (PEP nº 000010/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 2º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de novembro de 2022. (data do julgamento) NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Presidente da Sessão; CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000722.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 011246/2013) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (c/c Resolução CFM n° 1.845/08) e 118 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18 e 117 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração aos artigos 51 e 58 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 16 de novembro de 2022. (data do julgamento) ESTEVAM RIVELLO ALVES, Presidente da Sessão; YASCARA PINHEIRO LAGES PINTO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000724.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013037 /2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciados. Com relação ao 1º apelante/denunciado, por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 73 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09). Com relação à 2ª apelante /denunciada, por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 73 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09). Com relação ao 3º apelante/denunciado, por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 73 e 78 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931 /09), tudo nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 17 de novembro de 2022. (data do julgamento) DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Presidente da Sessão; NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000731.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000127/2018) APELANTE/DENUNCIADA: Dra. Márcia Simões Alves. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (c/c Resolução CFM n° 1.974/2011) e 115 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18 e 114 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 16 de novembro de 2022. (data do julgamento) CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Presidente da Sessão; NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000738.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (PEP nº 000016/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer, dar provimento parcial aos recursos interpostos pelos 1º e 2º apelantes/denunciados e negar provimento ao recurso interposto pelo 3º apelante/denunciado. Com relação ao 1º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência), 18 (c/c Resolução CFM nº 7.072/2014) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 18 e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado" prevista na alínea "b", para lhe aplicar a "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09). Com relação ao 3º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência e negligência), 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de novembro de 2022. (data do julgamento) ESTEVAM RIVELLO ALVES, Presidente da Sessão; DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Relator.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.502, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Aprova a Proposta Orçamentária do CFMV para o exercício de 2023.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso XII, do Artigo 3º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007;

Considerando a deliberação do Plenário do CFMV na CCCLXV Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 16 de dezembro de 2022, em Brasília - DF;, resolve:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do CFMV para o exercício de 2023, conforme a seguir:

I. Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV

RECEITAS		DESPESAS	
Correntes	53.216.146,32	Correntes	55.765.946,32
De Capital	38.100.000,00	De Capital	35.550.200,00
TOTAL	91.316.146,32	TOTAL	91.316.146,32

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU, revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

ATO DECLARATÓRIO N° 18, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Fixa os valores de anuidades, da taxa de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e das taxas de emissão de carteira profissional para o exercício de 2023 e dá outras providências.

A Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 29, inciso III da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e o art. 159 do Regimento Interno aprovado pela Deliberação Plenária

DPOBR n° 0065-05/2017, de 28 de abril de 2017, e instituído pela Resolução CAU/BR n° 139, de 28 de abril de 2017, e cumprindo o disposto nas Resoluções CAU/BR n° 3, de 15 de dezembro de 2011, n° 146, de 17 de agosto de 2017, e n° 158, de 15 de dezembro de 2017;, resolve:

Art. 1° São fixados, para vigorarem a partir de 1° de janeiro de 2023, os seguintes valores de anuidades e taxas devidas aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF):

I - R$ 671,89 (seiscentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos), para a anuidade prevista no art. 42 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, devida pelos profissionais e pessoas jurídicas inscritos nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF);

II - R$ 115,18 (cento e quinze reais e dezoito centavos), para a taxa de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) prevista no art. 49 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010;

III - R$ 75,52 (setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), para a taxa de emissão de carteira de identificação profissional definitiva prevista no art. 1°, inciso I, da Resolução CAU/BR n° 158, de 15 de dezembro de 2017;

IV - R$ 31,46 (trinta e um reais e quarenta e seis centavos), para a taxa de emissão de carteira de identificação profissional provisória prevista no art. 1°, inciso II, da Resolução CAU/BR n° 158, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2° Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

NADIA SOMEKH

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO

PROCESSO ÉTICO nº PEP 005/2018

Denunciado: Ricardo Alves Ruas Mota, CRBM 07621. Comissão de Ética do CRBM2. EMENTA: PEP - Processo Ético Profissional - Código de Ética da Profissão Biomédica - Transgressões Éticas - Exercício Ilegal da Profissão Biomédica - Execução de Procedimentos Estéticos não Autorizados - Fraude Contra a Profissão Biomédica - Ocorrências Comprovadas - Responsabilização do Autor dos Fatos - Procedência das Denúncias - Penalidades - Advertência por Escrito - Multa - Suspensão do Exercício Profissional - PEP Provido. ACÓRDÃO. Vistos etc. Acordam os integrantes da Plenária do Conselho Regional de Biomedicina da 2ª Região - CRBM2, julgar pela advertência por escrito, cumulada com multa pecuniária equivalente a 04 anuidades e suspensão do exercício profissional pelo período de 40 dias. Arquivamento do Processo Ético Profissional n.º PEP 005/2018.

Recife-PE, 15 de dezembro de 2022.
EDILEINE DELLALIBERA
Presidente da Comissão de Ética

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF19/AL Nº 55, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2022

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO - CREF19/AL, no uso de suas atribuições estatutárias, e, CONSIDERANDO o artigo 4º da Resolução CREF19/AL Nº 045/2021; CONSIDERANDO os artigos 40 ao 46 da Lei nº 4.320/64; CONSIDERANDO o inciso XIV do artigo 23 do Estatuto do CREF19/AL (Resolução CREF19/AL nº 001/2017); CONSIDERANDO a análise da execução financeira, em que foi verificada a necessidade de se proceder os ajustes nas dotações orçamentárias; CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plenário realizada em 08 de dezembro de 2022 do Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região - CREF19/AL. resolve:

Art. 1º Dar publicidade a abertura de crédito suplementar ao orçamento do ano vigente do Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região - CREF19/AL, devidamente aprovada, para o exercício financeiro de 2022.

Art. 2º Os recursos que custearão a abertura do presente crédito suplementar, no montante de R$ 178.815,10(cento e setenta e oito mil, oitocentos e quinze reais e dez centavos), são provenientes do Superávit de exercícios anteriores, e estão distribuídos da seguinte forma:

Receita:

6.2.1.4	Previsão Adicional	
6.2.1.4.01.01.001	Superávit Financeiro	R$ 178.815,10

Despesas:

6.2.2.1	Disponibilidade de Crédito	R$ 17.454,43
6.2.2.1.01.01.001	Salários e Ordenados	R$ 6.853,42
6.2.2.1.01.01.003	Gratificação por Exercício de Cargos	R$ 7.913,60
6.2.2.1.01.01.004	Gratificação de Natal - 13º Salário	R$ 20.082,27
6.2.2.1.01.01.005	Férias e 1/3 de Férias	R$ 890,67
6.2.2.1.01.01.006	Abono Pecuniário de Férias	R$ 3.493,16
6.2.2.1.01.01.009	Comissões	R$ 1.800,00
6.2.2.1.01.01.011	INSS - Entidade	R$ 15.760,77
6.2.2.1.01.01.012	FGTS	R$ 6.110,00
6.2.2.1.01.01.013	PIS	R$ 772,92
6.2.2.1.01.01.014	Vale Transporte	R$ 423,00
6.2.2.1.01.01.018	Vale Alimentação	R$ 8.712,00
6.2.2.1.01.01.043	Combustíveis e Lubrificantes	R$ 1.633,20
6.2.2.1.01.01.046	Serviços de Contabilidade e Auditoria Contábil	R$ 5.200,00
6.2.2.1.01.01.050	Serviços de Informática	R$ 2.778,07
6.2.2.1.01.01.052	Serviços de Limpeza	R$ 4.062,61
6.2.2.1.01.01.054	Serviços de Segurança e Vigilância Predial e Preventiva	R$ 497,22
6.2.2.1.01.01.058	Estágios	R$ 130,00
6.2.2.1.01.01.063	Serviços de Publicidade Institucional	R$ 194,60
6.2.2.1.01.01.071	Locação de Bens Móveis, Máq. e Equipamentos	R$ 250,00
6.2.2.1.01.01.072	Locação de Bens Imóveis	R$ 3.415,62
6.2.2.1.01.01.077	Serviços de Energia Elétrica	R$ 1.709,56
6.2.2.1.01.01.078	Serviços de Água e Esgoto	R$ 1.226,86
6.2.2.1.01.01.080	Postagem de Correspondência	R$ 246,17
6.2.2.1.01.01.081	Serviços de Telecomunicações	R$ 116,64
6.2.2.1.01.01.082	Serviços de Internet	R$ 590,01
6.2.2.1.01.01.093	Auxílio Representação	R$ 260,00
6.2.2.1.01.01.094	Diárias - Funcionários	R$ 1.265,00
6.2.2.1.01.01.098	Passagens - Conselheiros / Convidados	R$ 54.358,09
6.2.2.1.01.01.103	Ajuda de Custo - Conselheiros / Convidados	R$ 3.420,00
6.2.2.1.01.01.123	Impostos e Taxas	R$ 7.195,21

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor nesta data.

STANLEY MAGALHÃES NUNES DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA

DECISÃO COREN-PB Nº 366, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a proposta orçamentária do exercício de 2023 e dá outras providências.

O Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba (Coren-PB), no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905/1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia e, CONSIDERANDO que compete aos Conselhos Regionais "elaborar a sua proposta orçamentária anual e o projeto de seu regimento interno e submetê-los à aprovação do Conselho Federal", conforme determina o art. 15, inciso VI, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973; CONSIDERANDO as Resoluções do Cofen nº 340/2008 e 503/2016; CONSIDERANDO o Parecer de nº 54/2022/CONGER/COREN-PB emitido pela Controladoria Geral do Coren/PB e tudo que consta no processo administrativo de nº 5598/22; CONSIDERANDO, por fim, a deliberação dos conselheiros em sua 895º Reunião Ordinária de Plenário, ocorrida em 25 de outubro de 2022. decidem:

Art. 1º APROVAR a Proposta Orçamentária do exercício de 2023 para o Coren-PB com a projeção de receita total de R$ 11.164.000,00 (onze milhões, cento e sessenta e quatro mil reais), em equilíbrio à fixação das despesas discriminadas nas contas orçamentárias, conforme anexo.

Art. 2º O Coren-PB mediante reformulação promoverá a disciplina de execução e distribuição das dotações no interesse da Autarquia nos termos do artigo 66, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º A execução da despesa é consignada a existência de recursos financeiros suficientes, cabendo ao Conselho Regional adotar as medidas necessárias, para ajustar o fluxo dos dispêndios aos dos ingressos.

Art. 4º O Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba fica autorizado a realizar a abertura de créditos suplementares (reformulação de dotações), mediante a utilização dos recursos indicados, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta Decisão.

Art. 5º Esta decisão vigorará durante o exercício de 2023, após a homologação do Conselho Federal de Enfermagem e publicação.

RAYRA M.S BESERRA DE ARAÚJO
Presidente do Conselho

CÁTIA JUSSARA DE OLIVEIRA
Secretária

ANEXO

Proposta Orçamentária 2023	
RECEITA CORRENTE: R$ 11.097.300.00	DESPESA CORRENTE: R$ 10.918.810,00
Receitas de Contribuições R$ 8.921.400,00	Despesas de custeio: R$ 8.349.875,00
Receita Patrimonial R$ 710.000,00	Transferências correntes: R$ 2.568.935,00
Receita de Serviços R$ 1.353.900,00	DESPESAS DE CAPITAL: R$ 245.190,00
Transferências Correntes R$ 400,00	
Outras Receitas Correntes R$ 111.600,00	
RECEITA DE CAPITAL: R$ 66.700,00	
TOTAL GERAL RECEITA: R$ 11.164.000,00	TOTAL GERAL DESPESA: R$ 11.164.000,00

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO COREN-RJ Nº 975, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Aprovar o orçamento para o exercício financeiro 2023 do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN/RJ, na pessoa de sua Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO:

a)O Art.165, §5° da Constituição Federal, que dispõe sobre a obrigatoriedade do orçamento na Administração Pública;

b)A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

c)A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei da Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

d)O Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais n 340/2008 - Anexo II;

e)Os arts. 23, XXI e 24, IX, ambos do Regimento Interno do Coren-RJ, que atribuem à Diretoria a competência de elaborar a proposta de orçamento da Administração Pública;

f)A Resolução 503/2016, que estabelece procedimentos para apresentação de Proposta e Alterações orçamentárias e dá outras providências;

g)A Resolução nº 532/2017, que altera o artigo 3 da Resolução n° 503/2016;

h)O conteúdo do PAD n° 2071/2022;

i)O deliberado na 318ª- Reunião Extraordinária de Plenário - REP, realizada em 27/10/2022, decide:

Art. 1º. Estimar a receita do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de janeiro - Coren-RJ, para o exercício 2023 em R$ 68.887.574,00 (sessenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais) e fixar a despesa em igual valor.

Art. 2º. A receita comprometida tem por base as estimativas para a arrecadação de receitas correntes, em especial, receitas de contribuições, decorrentes dos resultados esperados frente às ações junto a categoria a serem executadas no exercício 2023, e ainda considerando o aumento de profissionais ativos em virtude de novas inscrições.

Art. 3º. A despesa será executada mediante fixação das despesas correntes estimadas em R$ 68.213.574,00 (sessenta e oito milhões, duzentos e treze mil, quinhentos e setenta e quatro reais), despesas de capital estimadas em R$ 674.000,00 (seiscentos e setenta e quatro mil reais), observando os desdobramentos das despesas de custeio (pessoal, material de consumo, serviços de terceiros, despesas de exercícios anteriores), transferências correntes (cota parte) e despesas de capital (investimentos).

Art. 4º. Fica a Presidência autorizada a abrir durante o exercício 2023, créditos adicionais suplementares até o limite de R$ 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa prevista fixada, nesta decisão, utilizando para este fim, os recursos previstos nos incisos de I a IV do parágrafo 1° do artigo 89 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil, aprovado pela Resolução n° 340/2008, conforme prevê a Resolução Cofen nº 503/2016.

Art. 5º. Esta Decisão entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, após sua homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen

LILIAN PRATES BELEM BEHRING
Presidente do Conselho

GLACY KELLY GOMES DA CUNHA BISAGGIO
1ª Secretária